

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Aparecida Maciel da Silva Shikida

**CONSTRUÇÃO E CONSTITUIÇÃO DE UMA CIÊNCIA: análise
bibliométrica e arqueológica do periódico
Ciência da Informação – Brasil.**

**BELO HORIZONTE – MG
2012**

Aparecida Maciel da Silva Shikida

**CONSTRUÇÃO E CONSTITUIÇÃO DE UMA CIÊNCIA: análise
bibliométrica e arqueológica do periódico
Ciência da Informação – Brasil.**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Organização e Tratamento da Informação

**Orientador: Dr^a. Lúcia Alvarenga.
ECI/UFMG.**

BELO HORIZONTE– MG

2012

Shikida, Aparecida Maciel da Silva.

S555c Construção e constituição de uma ciência [manuscrito] :
análise bibliométrica e arqueológica do periódico Ciência da
Informação – Brasil / Aparecida Maciel da Silva Shikida. – 2012.
503 f. : il., enc.

Orientadora: Lídia Alvarenga.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 377-392

Apêndices: f. 393-484

Anexos: f. 485-506

1. Ciência da informação – Teses. 2. Teoria do conhecimento
– Teses. 3. Bibliometria – Periódicos brasileiros – Teses. 4.
Institutos de pesquisa – Teses. I. Título. II. Alvarenga, Lídia. III.
Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da
Informação.

CDU: 002:311



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

"CONSTRUÇÃO E CONSTITUIÇÃO DE UMA CIÊNCIA : ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E ARQUEOLÓGICA DO PERIÓDICO CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - BRASIL"

Aparecida Maciel da Silva Shikida

Tese submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "**Doutora em Ciência da Informação**", Linha de Pesquisa: "**Organização e Uso da Informação - OUI**".

Tese aprovada em: 21 de dezembro de 2012.

Por:

Lidia Alvarenga

Prof. Dra. Lídia Alvarenga - ECI/UFMG (Orientadora)

Maria Nélida González de Gómez

Prof. Dra. Maria Nélida González de Gómez - IBICT

João Leite A. Neto

Prof. Dr. João Leite Ferreira Neto - PUC/MG

Marta Macedo Kerr Pinheiro

Prof. Dra. Marta Macedo Kerr Pinheiro - Profa. Aposentada - ECI/UFMG

Maria Aparecida Moura

Prof. Dra. Maria Aparecida Moura - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

Renata Maria Abrantes Baracho Porto

Prof.ª Renata Maria Abrantes Baracho Porto
Coordenadora

Versão final Aprovada por

Lidia Alvarenga

Prof.ª Lídia Alvarenga
Orientadora



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE TESE DE **APARECIDA MACIEL DA SILVA SHIKIDA**, matrícula:
2007668771


Às 9:00 horas do dia 21 de dezembro de 2012, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 04/12/2012, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **Construção e constituição de uma ciência : análise bibliométrica e arqueológica do periódico Ciência da Informação - Brasil**, requisito final para obtenção do Grau de DOUTORA em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Área de Concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Organização e Uso da Informação - OUI. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Lídia Alvarenga, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:


Profa. Dra. Lídia Alvarenga - Orientadora	APROVADA
Profa. Dra. Maria Nélida Gonzalez de Gómez	APROVADA
Prof. Dr. João Leite Ferreira Neto	APROVADA
Profa. Dra. Marta Macedo Kerr Pinheiro	APROVADA
Profa. Dra. Maria Aparecida Moura	APROVADA

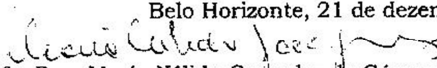
Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA e a banca recomenda sua indicação aos prêmios UFMG e ENANCIB de teses.

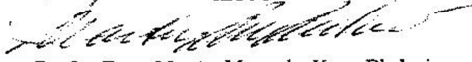
O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

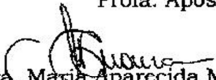
Belo Horizonte, 21 de dezembro de 2012

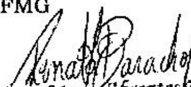

Profa. Dra. Lídia Alvarenga
ECI/UFMG (Orientadora)


Prof. Dr. João Leite Ferreira Neto
PUC/MG


Profa. Dra. Maria Nélida Gonzalez de Gómez
IBICT


Profa. Dra. Marta Macedo Kerr Pinheiro
Profa. Aposentada - ECI/UFMG


Profa. Dra. Maria Aparecida Moura
ECI/UFMG


Profa. Rosalva Maria Abrantes Barreto
coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - ECI / UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.

Meu pai foi um ser humano rústico
Lia pouco, escrevia menos ainda
Caminhoneiro, caminhante, caminhador.
Fez-se homem quase que sozinho
Cresceu sem pai, com muitos irmãos para ajudar a mãe a cuidar
Nos dias de fome, minha avó enganava a malvada com cachaça
Já adulto, seus olhos marejavam ao lembrar-se da não infância doída
Meu pai foi meio que personagem de Chico Buarque, naquela história
“Minha história”
Virou muita mesa, bebeu, brincou, brigou, amou
Foi um homem fiel à vida e
Fez da vida um retrato de seus dias
Sem referência, sem ter tido exemplos para seguir,
Sem dúvida o seu melhor papel foi o de PAI
PAI com letras maiúsculas e garrafais
PAI até o último de seu derradeiro suspiro
PAI de filhos, PAI de irmãos, Pai de sobrinhos, PAI de tios, PAI de amigos
PAI de quem de um pai precisasse
IMPRESSIONANTE o seu senso de paternidade
EMOCIONANTE sua fidelidade paterna
EXEMPLAR sua simplicidade de ver, resolver e viver a vida
Deixou-nos como herança o valor do trabalho, a dignidade e a honra de ser
A você, JOÃO PEDRO DA SILVA, dedico este trabalho
Pode não ser digno do conjunto de sua obra, mas é meu jeito singelo de lhe dizer muito
obrigado.

AGRADECIMENTOS

Ainda bem que, em um espaço tão formal como o da pesquisa, existe um lugar para expressão de nosso afeto.

Todos dizem que o ato da pesquisa é solitário, que o caminho é árduo e que a chegada é um fim em si mesmo. Ouso timidamente discordar. No caminho encontrei pessoas maravilhosas e singulares que fizeram da minha chegada um começo, da minha pesquisa descobertas muito além da compreensão acadêmica e da minha trajetória um povoado de amigos, mestres e referenciais.

Não foi Freud a afirmar que somos feitos de muitas multidões? Pois é: este trabalho tem muitos coautores e eu precisava mesmo deste espaço para nomeá-los, honrosamente como se deve. Fazer o último exercício de deixar seus nomes registrados me traz ótimas lembranças, muito alegria e um enorme prazer. Sem essas pessoas, não haveria sonhos, pesquisas ou perguntas. Simplesmente não haveria vida e isso não é exagero!

Começo então com as “Aparecidas” de minha vida. Primeiro, Nossa Senhora Aparecida, grande aconchego para todos os momentos de alegria, lágrimas, cansaço e afins. Depois, a Cida Moura, começo, meio e continuidade de minha caminhada na pós-graduação da ECI/UFMG.

Chego então a meus pais, amor sem medida e sem poréns. Amor porque é bom ter e dar amor. E, juntamente com eles, nomeio todos (TODOS) os meus amigos e irmãos, presentes divinos, embaixadores no meu viver.

Na gavetinha acadêmica de minha vida, lugar que dizem árido, encontrei o Leo e a Pat. Menino e menina, definitivamente vocês são os melhores amigos do mundo e eu os tenho como personagens especiais e eternos das minhas memórias.

O que dizer de você, Lídia? Mais que orientadora! Presença solidária, firme, amiga... Porto seguro do início ao novo começo. Não tenho dúvidas, ganhei uma companheira de e para toda jornada.

Também não poderia deixar de registrar as orientações, caminhos apontados e generosidade de minha banca de qualificação nas pessoas de Maria Aparecida Moura, Nélida Gonzalez de Gómez e João Leite Ferreira Neto. Cada palavra foi imprescindível no labor desta tese.

Registro também o apoio de todo o corpo técnico do PPGCI e em especial a doçura, carinho e extrema competência de Gisele S. Reis e da coordenadora Gercina Angela Borem.

Lucas e Gabriel, meus filhos queridos, foram a força quando eu estava frágil, o acreditar quando eu mesma já não queria, o acalento quando mais precisei, a tranquilidade sempre que ela se fez necessária.

Fábio, meu grande amor, meus olhos quando não enxergo, minhas pernas quando eu não posso mais, meu tudo, meu sempre.

A todos vocês, muito, muito, muito, muito... Infinitamente grata!!!

Desistir?

Eu já pensei seriamente nisso, mas nunca me levei realmente a sério.
É que tem mais chão nos meus olhos do que cansaço nas minhas pernas,
Mais esperança nos meus passos do que tristeza nos meus ombros,
mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça.

Cora Coralina

RESUMO

O trabalho que ora se apresenta objetivou investigar e identificar historicamente a institucionalização da Ciência da Informação (CI) no Brasil, a partir da análise arqueológica dos elementos encontrados no periódico Ciência da Informação (Ci. Inf.). Especificamente se propôs a: analisar os artigos e citações constantes nas publicações do periódico; interpretar os resultados obtidos na análise do material à luz dos autores apresentados na fundamentação teórica e em particular o de Michel Foucault e sua obra Arqueologia do Saber. A análise partiu do pressuposto de que a CI é formada por um conjunto de práticas discursivas, jogos enunciativos e regras institucionais que não se restringem unicamente aos discursos científicos e não balizam suas ações apenas pelas regras de cientificidade. A pesquisa quantitativa que norteou a interpretação desse cenário foram os estudos bibliométricos envolvendo artigos e citações do referido periódico, cuja publicação é de responsabilidade editorial do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). O material de análise foi composto por trinta e seis (36) volumes e oitenta e seis (86) fascículos e no total foram trabalhados 704 artigos, com 772 autores, 13.423 referências (10.682 desconsiderando as repetições) e 8.804 autores referenciados (desconsiderando as repetições). O recorte temporal compreende o período que vai da década de 1950, quando da fundação do IBBD, em 1954 (desde 1976, denominado IBICT), até o ano de 2007, ou seja, 45 anos de contexto histórico analisado e trinta e cinco anos de publicação. Os dados foram analisados, em nível arqueológico, a partir do princípio foucaultiano da exterioridade, sendo que as categorias “poder, saber e verdade” orientaram as reflexões históricas e contextuais. Assim, buscou-se evidenciar a formação de objetos de pesquisa, os lugares de enunciação; as superfícies de emergência discursivas e as instâncias das quais o conhecimento da área emerge. O problema considerado decorreu da necessidade de estudos históricos na CI referente à sua institucionalização e legitimação, como campo discursivo, no país. Não se ateve a uma história celebrativa, mas a que retrata a trajetória de sujeitos, instituições, jogos de poder, sua inserção na sociedade e suas inter-relações. O periódico foi escolhido, como fonte de análise por ser uma revista de publicações científicas e por se tratar da primeira superfície de emergência discursiva na área de CI no Brasil. Como resultado desses estudos, ficou evidente que a CI é um campo discursivo entretecido de redes de saberes que perpassam por diversas instâncias, que não são apenas científicas, que é pertencente às Ciências Sociais e influenciado por muitas outras áreas do conhecimento. Em seu processo de institucionalização e legitimação como campo disciplinar, contou com aportes institucionais advindos do governo, bem como de pesquisas e pesquisadores inseridos neste contexto de saber e poder. Dessa forma, considerou-se que as análises foucaultianas dos artigos e citações, a partir do material bibliométrico, desvelaram importantes redes de relações entre textos, seus princípios polifônicos e intertextuais, além dos contextos em que os discursos foram produzidos e o poder de fala conferido a atores sociais desses textos.

Palavras-Chave: Ciência da Informação. Arqueologia do Saber. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Análise de citação.

ABSTRACT

The work herein presented has aimed the investigation and identification of the historically institutionalization of Information Science (IS) in Brazil, from the archaeological analysis of the elements found in the journal of Information Science (Ci Inf). It has been specifically proposed: to analyze citations contained in the articles and journal publications; the interpretation of the results obtained from the analysis of the material in the light of the authors presented in the theoretical foundations and, especially, Michel Foucault and his work, Archaeology of Knowledge. The analysis has been germinated by the presumption that the IS is formed by a set of discursive practices, enunciative games and institutional rules which are not solely restricted to the scientific discourses and their actions do not only steer themselves by the rules of the scientific process. The quantitative research that has guided the interpretation of this scenario was the bibliometric studies involving that journal articles and citations, which is the publishing editorial responsibility of the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (IBICT). The material for analysis was composed of thirty-six (36) volumes and eighty six (86) issues and, in total, 704 articles has been worked upon, with 772 authors, 13.423 references (10.682 excluding duplicates) and 8.804 referenced authors (ignoring repetitions). The time frame covers the period from the 1950s, when there were the founding of the Institute in 1954 (since 1976, it has been called IBICT), until the year 2007, therefore, 45 years of historical analyzed context, and thirty-five years of publication. The data have been analyzed in an archaeological level, from the Foucauldian principle of externality, while the categories "be able and the truth", have guided the historical and contextual reflexions. Thus, we have sought to demonstrate the formation of research objects, places of enunciation; discourse emergency surfaces and instances in which the knowledge of the area has emerged. The problem that has been considered was caused by the necessity of historical studies, in the referring IS to its institutionalization and legitimization, as a discursive field in the country. It has not only been the description of a story of celebration, but it depicts the trajectory of individuals, institutions, power games, their integration into society and their interrelationships. The journal was chosen as a source of analysis, as it was a journal of scientific publications, and it is the first emergency discursive surface in the area of SI in Brazil. As a result of these studies it has been showed that the IS is a discursive field of interwoven networks of knowledge that crosses through several instances, which are not only scientific, but belongs to the Social Sciences and has influenced many other fields of knowledge. In its process of institutionalization and legitimization as disciplinary field, it has featured institutional contributions coming from the government, as well as research and researchers inserted in this context of knowledge and power. Therefore, it was considered that the Foucauldian analysis of articles and quotes from the bibliometric material, has unveiled a major networks of relationships among texts, its polyphonic and inter-textual principle, beyond the contexts in which speeches have been made and the power of speech given to social actors of these texts.

Keywords: Information Science, Archaeology of Knowledge, the Brazilian Institute of Bibliography and Documentation (IBBD), Brazilian Institute of Information in Science and Technology (IBICT), Citation analysis, Journal of Information Science, history- memory.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1	Processo geral de comunicação de conhecimento	64
Figura 2	Estruturas formais e sociais da ciência	67
Gráfico 1	Artigos submetidos X Artigos rejeitados	77
Gráfico 2	Artigos avaliados por pares x Itens publicados	77
Gráfico 3	Artigos rejeitados	78
Figura 3	Mapa de conceitos	205
Figura 4	Diagrama do princípio da exterioridade	239
Figura 5	Diagrama Empírico-Metodológico da Tese	246
Gráfico 4	Artigos publicados por temáticas e porcentagens	271
Gráfico 5	Temática: 1º Série (1972 – 1981)	277
Gráfico 6	Temáticas: 2º Série (1982 - 1992)	281
Gráfico 7	Temáticas: 3ª (1993 - 1999)	283
Gráfico 8	Temáticas: 4ª (2000 - 2007)	287
Gráfico 9	Número de artigos publicados por autores	293
Gráfico 10	Autores / Artigos	301
Gráfico 11	Anos x quantidade citações	332
Figura 6	Estrutura do Banco de Dados e suas Correlações	404
Figura 7	Fluxograma do processo editorial	496

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Relação de artigos submetidos à avaliação e índice de rejeição anual	74
Tabela 2	Temáticas dos artigos publicados por série.....	270
Tabela 3	As 10 temáticas mais recorrentes em artigos publicados.....	274
Tabela 4	Produtividade de artigos por autor.....	294
Tabela 5	Vínculos institucionais de autores mais produtivos.....	296
Tabela 6	Inserção profissional dos autores mais produtivos	298
Tabela 7	Temáticas dos autores mais produtivos	300
Tabela 8	Autores mais produtivos por graduação / Pós-graduação / Vínculo ao IBICT.....	305
Tabela 9	Números dos editores responsáveis.....	308
Tabela 10	Citações de autores	318
Tabela 11	Autores mais citados	319
Tabela 12	Quantidades de citações	324
Tabela 13	Tipos de publicações mais citadas - Considerando as referências - ignorando as repetições.....	326
Tabela 14	Idiomas dos trabalhos consultados pelos autores	329
Tabela 15	Formato das fontes consultadas pelos autores	331
Tabela 16	Periódicos mais citados por autores.....	334
Tabela 17	Qualificação dos autores mais citados	340
Tabela 18	Relatório geral das temáticas.....	405
Tabela 19	Série 1: das temáticas.....	406
Tabela 20	Série 2: das temáticas.....	407
Tabela 21	Série 3: das temáticas.....	408

Tabela 22	Série 4: das temáticas.....	409
Tabela 23	Comissão Editorial.....	426
Tabela 24	- Pareceristas.....	426
Tabela 25	- Em ambas as categorias	427
Tabela 26	- Ano de Publicação	457

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Discursos das ciências e suas interfaces.....	84
Quadro 2	Categorias Temáticas	198
Quadro 3	Áreas e categorias conceituais/temáticas da CI.....	200
Quadro 4	Mapa do Conhecimento da Ciência da Informação.....	203
Quadro 5	Números especiais da revista Ci. Inf.	230
Quadro 6	Números Temáticos	231
Quadro 7	Presidentes – Diretores do IBBD/IBICT séries 1972 - 2007.....	251
Quadro 8	Temas gerais trabalhados	255
Quadro 9	Números especiais / temáticos	289
Quadro 10	A classificação Qualis de alguns periódicos da área	391
Quadro 11	Modelo de sintetização da coleta dos dados (Artigos).....	394
Quadro 12	Títulos de artigos em fascículos especiais I.....	410
Quadro 13	Títulos de Artigos em Fascículos Especiais II.....	411
Quadro 14	Títulos de Artigos em Fascículos Especiais III.....	412
Quadro 15	Vínculos Institucionais e Titulações (Autores Mais Produtivos)	413
Quadro 16	Títulos dos artigos dos autores mais produtivos - Isa Maria Freire	417
Quadro 17	Títulos dos artigos dos autores mais produtivos - Vania M. R. H. Araújo.....	418
Quadro 18	Títulos dos artigos dos autores mais produtivos - Suzana Pinheiro Machado Mueller	419
Quadro 19	Títulos dos artigos dos autores mais produtivos - Maria Nélide González Gómez.....	420
Quadro 20	Títulos dos artigos dos autores mais produtivos - Murilo Bastos da Cunha	421

Quadro 21	Títulos dos artigos dos autores mais produtivos - Nice Menezes de Figueiredo	422
Quadro 22	Títulos dos artigos dos autores mais produtivos - Aldo de Albuquerque Barreto	423
Quadro 23	Títulos dos artigos dos autores mais produtivos - Anna da Soledade Vieira.....	424
Quadro 24	Títulos dos artigos dos autores mais produtivos - Mônica Erichsen Nassif Borges	425

LISTA DE SIGLAS

ABDF - Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal

ANCIB - Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

CAPDA - Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEM - Centro de Estudo Mineiro da Faculdade de Filosofia e Ciências humanas

CI - Ciência da Informação

Ci. Inf. - Ciência da Informação

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CT-PIM- Conselho de Administração do Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Polo Industrial de Manaus

DEN - Divisão de Ensino e Pesquisa

DEP - Divisão de Estudos e Projetos

EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FID - Federação Internacional de Informação e Documentação

FUMEC - Fundação Mineira de Educação e Cultura

IBBD - Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ICT - Informação Científica e Tecnológica

ICT - Tecnologia da Informação e Comunicação

IEL - Conselho Superior do Instituto Euvaldo Lodi

Inesc - Conselho Consultivo do Instituto de Estudos Socioeconômicos

ISI - Institute for Scientific Information

ISSN - International Standard Serial Number

ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica

MCT - Ministério de Ciência e Tecnologia

MDIC - Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MEC - Ministério da Educação

PBDCT - Programa de Meta e Bases de Ação do Governo

PHO - Programa de História Oral

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PUC-CAMP - Pontifícia Universidade Católica de Campinas

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SNDCT - Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

SSCI - Social Science Citation Index

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNB - Universidade de Brasília

UNESCO - *United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas)

UNISIST - Sistema Mundial de Informação Científica e Tecnológica

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USA - Estados Unidos da América

VINITI - Instituto Russo de Informação Científica e Tecnológica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	22
2	CONTRIBUIÇÃO CONJUNTURAL: INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO (IBBD)/INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT).....	33
3	A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: BREVE APORTE CONTEXTUAL.....	42
3.1	O lugar das agências reguladoras nas ciências no Brasil: CNPq e CAPES	51
3.2	A primeira pós-graduação em Ciência da Informação no país	56
4	O PERIÓDICO CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – O PRIMEIRO ESPAÇO DO DISCURSO DA CI NO BRASIL.....	62
4.1	Textos e contextos do periódico Ciência da Informação	68
4.2	O objeto: problematizando o periódico em análise	81
5	PRINCIPAIS CONCEITOS.....	89
6	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	97
6.1	Ciência	101
6.2	Michel Foucault e a arqueologia do saber	113
6.3	A Ciência da Informação e a arqueologia do saber	132
6.4	Bibliometria.....	143
6.4.1	Bibliometria e arqueologia	154
6.5	Análises de citações no contexto bibliométrico e arqueológico.....	158
6.6	Análises discursivas, intertextos e polifonia.....	169
6.7	As categorias de análise: o conceito de poder, saber e verdade na literatura foucaultiana	185

6.8	As séries em Foucault e os recortes cronológicos nesta tese	193
6.8.1	As orientações conceituais e teóricas das escolhas temáticas.....	197
7	REVISÃO DE BIBLIOGRAFIA: O APRIORISMO LITERÁRIO	207
8	MATERIAL E MÉTODO.....	236
8.1	Bases metodológicas da pesquisa.....	247
8.1.1	Formação de objeto (assuntos e autores)	254
8.1.2	Lugares de enunciação (Instituições, políticas e ideologias)	256
8.1.3	Superfícies de emergência discursivas (espaços de disseminação dos discursos: publicações)	257
8.1.4	Instâncias das quais o conhecimento da área emerge (biblioteconomia, computação; comunicação, linguísticas e outros).....	258
8.2	Os limites dos trabalhos empíricos e metodológicos da pesquisa.....	259
9	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	268
9.1	Formação de objetos	269
9.2	Lugares de Enunciação	303
9.3	Superfícies de emergência discursivas	314
9.4	Instâncias das quais o conhecimento da área emerge.....	337
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	348
10.1	Ponderações e encaminhamentos	372
11	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA CONSULTADA.....	375
APÊNDICE 1 - A CLASSIFICAÇÃO QUALIS DE ALGUNS PERIÓDICOS DA ÁREA		391
APÊNDICE 2 - MODELO DE COLETA DOS DADOS.....		392
APÊNDICE 3 - MODELO DE SINTETIZAÇÃO DA COLETA DOS DADOS (ARTIGOS).....		394

APÊNDICE 4: REFERÊNCIA BIOGRÁFICA DOS PRESIDENTES/DIRETORES DO IBBD/IBICT NO PERÍODO ANALISADO	395
APÊNDICE 5 - ESTRUTURA DO BANCO DE DADOS E SUAS CORRELAÇÕES	404
APÊNDICE 6 - RELATÓRIO GERAL DAS TEMÁTICAS.....	405
APÊNDICE 7: SÉRIE 1: DAS TEMÁTICAS	406
APÊNDICE 8:SÉRIE 2: DAS TEMÁTICAS	407
APÊNDICE 9: SÉRIE 3: DAS TEMÁTICAS	408
APÊNDICE 10 - SÉRIE 4: DAS TEMÁTICAS	409
APÊNDICE 11: TÍTULOS DE ARTIGOS EM FASCÍCULOS ESPECIAIS I, II, III. 410	
APÊNDICE 12: VÍNCULOS INSTITUCIONAIS E TITULAÇÕES (AUTORES MAIS PRODUTIVOS).	413
APÊNDICE 13: TÍTULOS DOS ARTIGOS DOS AUTORES MAIS PRODUTIVOS.....	417
APÊNDICE 15: COMISSÃO EDITORIAL.....	426
APÊNDICE 16: PARECERISTAS.....	426
APÊNDICE 17 - EM AMBAS AS CATEGORIAS	427
APÊNDICE 18: BREVE BIOGRAFIA DOS AUTORES MAIS PRODUTIVOS/ PARECERISTAS/ COMISSÃO EDITORIAL.....	428
APÊNDICE 19: BREVE BIOGRAFIA DOS EDITORES RESPONSÁVEIS PELA REVISTA CI. INF. ENTRE 1972 A 2007:	437
APÊNDICE 20: BREVE BIOGRAFIA DOS AUTORES MAIS CITADOS NOS ARTIGOS PUBLICADOS ENTRE 1972 A 2007.....	440
APÊNDICE 21 - ANOS DE PUBLICAÇÃO.....	457
APÊNDICE 22 - LISTA DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E REFERÊNCIAS DE TEMAS TANGENCIAIS À TESE.....	458
APÊNDICE 23: REFERÊNCIAS DE TEXTOS QUE TANGENCIAM AO TEMA DA TESE COM RESUMOS E/OU RESENHAS.....	476
ANEXO 1 - LOCAIS DE INDEXAÇÃO DA REVISTA. CI. INF.....	482

ANEXO 2 - POLÍTICAS DE SEÇÃO.....	485
ANEXO 3: NORMAS EDITORIAIS DA REVISTA	487
ANEXO 4: HISTÓRICO DA ESTRUTURA CURRICULAR PPGCI – IBICT	489
ANEXO 5: FLUXOGRAMA DO PROCESSO EDITORIAL.....	496
ANEXO 6 - GRUPOS DE TRABALHO DA ANCIB	497
ANEXO 7: DOCUMENTO DE CRIAÇÃO DO IBICT.....	499

1 INTRODUÇÃO

Meu papel – mas este é um termo muito pomposo – é o de mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam ser; que elas têm por verdadeiro, por evidentes, alguns temas que foram fabricados num momento particular da história, e que essa suposta evidência pode ser criticada e destruída¹.

Michel Foucault, 1966

Esta introdução pretende nortear a leitura, apresentando: o problema de pesquisa, os objetivos a serem investigados e o pressuposto que os desencadeou; a justificativa para a realização do trabalho; algumas reflexões, questões desenvolvidas e aprofundadas ao longo da pesquisa e a estruturação capitular desta tese de doutorado.

Assim, inicialmente, cumpre esclarecer que as questões que se tornaram mote principal no desenvolvimento desta investigação acadêmica nasceram em dois momentos da trajetória desta doutoranda. O primeiro, como bolsista no Programa de História Oral – Centro de Estudo Mineiro da Faculdade de Filosofia e Ciências humanas (PHO-CEM/FAFICH-UFMG); o segundo, quando do desenvolvimento da dissertação de mestrado intitulada “Informação, História e Memória: Constituição social da Informação em Relatos Oraís”, defendida na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI-ECI/UFMG). Pontua-se então, que as demandas suscitadas estão refletidas nas questões que ora se apresentam:

- Ao realizar estudos bibliométricos, tendo a revista Ci. Inf. como objeto de análise, discutidos à luz das categorias arqueológicas foucaultianas, seria possível contextualizar sujeitos e instituições, bem como estabelecer uma historicidade da institucionalização da Ciência da Informação (CI) no Brasil?
- Quais seriam os princípios fundantes e elementos ordenadores do discurso da Ciência da Informação no Brasil?

¹ Ditos e escritos. 1966.

- O discurso veiculado no periódico, assim como as superfícies de emergências discursivas que o fundamentam, perpassa pelos critérios de cientificidade estabelecidos pela episteme normativa?

Todas as reflexões foram assinaladas pela assertiva de que os campos disciplinares são pautados por condições de possibilidades políticas, históricas, científicas e institucionais para que recebam a legitimação e o estatuto de ciência. Seria pressupor que um campo científico requer a base de outras e múltiplas instâncias, em seu processo de institucionalização como ciência, e que essas não são instâncias necessariamente científicas. Perpassam por redes institucionais, políticas e administrativas que outorgam competências e legitimidade às suas práticas específicas. Parte-se, então, do pressuposto de que a Ciência da Informação é formada por um conjunto de jogos enunciativos e regras institucionais que não se restringem ou balizam suas ações pelos preceitos da cientificidade epistemológica e normativa. Há outros contextos importantes nesse procedimento e objetiva-se verificar quais as entidades encontradas nesta superfície de emergência discursiva que podem revelar esse processo de legitimação. Quais serão os insumos encontrados para escrita de uma história; quais temáticas mais relevantes e recorrentes no periódico *Ci. Inf.*; como essas temáticas podem vir a retratar e resultar no processo de institucionalização desse campo.

Postas as questões, explicita-se que estudos bibliométricos e seus resultados foram analisados à luz das propostas metodológicas de Michel Foucault, apresentados em sua obra *A arqueologia do saber* (1969)² e, mais especificamente, tendo a noção do princípio da exterioridade foucaultiano³ como referência. Também é preciso ressaltar que neste espaço de pesquisa reconhece-

² Em 1969, Michel Foucault publica a obra intitulada *Arqueologia do saber*, onde propõe novas formas metodológicas de análise do objeto discursivo. A essas novas possibilidades investigativas, o autor denomina como arqueológicas. É importante ressaltar que todos os conceitos arqueológicos apresentados nesta tese e desenvolvidos pelo intelectual Michel Foucault serão exaustivamente revistos e explicitados ao longo do trabalho.

³ A título de esclarecimento, a noção do Princípio da exterioridade foucaultiano é aquele que, em suas análises, parte do próprio discurso. Esse princípio será apenas mencionado neste tópico, uma vez que sua conceituação e proposta podem ser vistas no Capítulo 6. Fundamentação teórico-metodológica.

se o periódico Ci. Inf. como objeto de análise, principalmente por se tratar da primeira superfície de emergência discursiva dessa área de conhecimento no Brasil⁴. O primeiro fascículo do referido periódico foi publicado no ano de 1972, juntamente com o início do primeiro mestrado em Ciência da Informação no Brasil. E, como se trata de uma ciência contemporânea como a CI, pesquisar sua trajetória e institucionalização compreende também buscar por uma historicidade entretecida com saberes de outras áreas, suas relações sociais, culturais, econômicas, suas produções e fazeres científicos, bem como o seu lugar na ciência do humano.

A pesquisa, em específico, propôs:

- Analisar artigos e citações constantes nas publicações do periódico;
- Interpretar os resultados obtidos na análise do material, à luz dos autores apresentados na fundamentação teórica e revisão bibliográfica, em particular de Michel Foucault e sua obra Arqueologia do Saber.
- Interpretar a historicidade, tendo como referência o objeto de pesquisa e suas interfaces discursivas, inter-relações, pluralizações, disseminações e repercussões.

Alfim procurou-se evidenciar as esferas de legitimação dos pesquisadores da área, seus discursos como cientistas informacionais e temáticas recorrentes no processo de institucionalização da Ciência da Informação no Brasil. Também, evidenciar influências, autores citados, espaços de atuação, dentre outros.

Feitas as descrições dos propósitos, torna-se necessário explicitar o porquê da escolha arqueológica nesta empreitada. Gonzalez de Gómez (2009) pontua que Michel Foucault e a sua arqueologia do saber são elementos eficientes quando se propõe uma reconstrução histórica mais densa e horizontal

⁴No Capítulo 4, item 4.2 trabalhar-se-á, mais verticalmente: O Objeto: problematizando o periódico em análise.

das discursividades. Ao mesmo tempo, essa abordagem favorece uma análise verticalizada das determinações históricas do discurso. Poder-se-ia dizer, em outros termos, que, ao estabelecerem as proposições expostas nas linhas anteriores, buscou-se por um modelo que fosse capaz de abranger a complexidade e a riqueza do objeto de estudo. Ao mesmo tempo, foi proporcionada a esse objeto sua constituição gradativa, a partir da pesquisa bibliométrica e com as análises, reflexões e interpretações da pesquisadora, autora da tese, ancorada na literatura estudada.

Assim, a escolha por um estudo arqueológico se deu pela possibilidade de esmiuçar o pensamento plural, intenso e complexo que a temática exige, em que recortes metodológicos como tempo e espaço foram analisados não somente sob a ótica do objeto em si, mas também a partir de suas relações contextuais. Em outras palavras e do ponto de vista histórico, foram exploradas as categorias de tempo, espaço e contexto. E, ao refletir sobre a produção dos saberes, tendo como referência um conjunto intrincado de conectividades que envolvem poder, subjetivações, produções de verdade e constituição de conhecimento, pode-se acenar com as possibilidades de se identificar a quem compete dizer o quê, sobre o quê, onde podem ou não ser proferidos determinados discursos de um campo disciplinar, no caso a CI.

Outro aspecto importante de determinar é que este é um estudo arqueológico e não uma epistemologia da CI. Para tanto, partiu-se do pressuposto de que a experiência de pesquisa não envolve apenas a produção de saberes, método científico ou de procedimentos considerados científicos, mas um conjunto de relações complexas, envolvendo sujeitos, contextos e questões para além da construção e constituição do conhecimento, propriamente dito. Sendo assim, deixa-se claro que o esquadrinhamento das abordagens metodológicas, propostas por Foucault, que vê na história um instrumento privilegiado de análise da ciência, é arqueológico e não de cunho epistêmico.

Então, a associação entre a arqueologia e os estudos históricos tende à significação de memórias e processos, rejeitando qualquer pretensão de uma

história única ou total. Mesmo porque, em Foucault, não existe nada que se presume ser essencialmente um todo e a história arqueológica não é apenas o reflexo de um contexto. Ela parte do discurso científico de uma determinada área de conhecimento e busca perscrutar as interfaces sociais, econômicas, culturais, políticas e institucionais que compõem todo *a priori* histórico dessa área. Esse é o desafio proposto por Foucault, ou seja, “especificar, para cada pesquisa, em que medida as instituições sociais, e o contexto político e econômico interagem na configuração de um determinado saber” (DIAS, 1998, p. 169).

Ferreira Neto (2008) pontua que Foucault entende por experiência da ciência a correlação, numa cultura, entre campos de saberes, tipos de normatividade e formas de subjetividade. Em uma sociedade informacional deveriam ser os estudos sócio-históricos a dar conta de abarcar essa correlação, abandonando a ideia de amontoamento gradual, progressivo e sucessivo do conhecimento humano. O saber desloca, rompe, transforma, abandona velhas verdades e se transveste do novo. Os estudos históricos referentes à CI também são importantes na compreensão de sua participação e contribuições para as ciências como um todo. Principalmente se for considerado que trabalhos de pesquisa que levem em conta as interações entre sociedade, tecnologias informacionais e métodos e que envolvam todos os critérios científicos simultaneamente perseguem não só os resultados, mas também o aperfeiçoamento do próprio pesquisador e do campo de conhecimento investigado.

A categoria foucaultiana, proposta na análise dos resultados empíricos - “Princípio da exterioridade”, é uma das tarefas arqueológicas trabalhadas e que parte do próprio discurso, encontrado no periódico *Ci. Inf.*. O princípio da exterioridade apresenta-se a partir de quatro noções reguladoras: noção de acontecimento; noção de série; noção de regularidade; noção de condição e possibilidade.

As análises foram realizadas no enfoque da noção de condição e possibilidade e tiveram como recorte temporal a década de 1950, com a fundação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) em 1954, até 2007, ano em que o periódico científico *Ci. Inf.* completou 35 anos de publicação. Cumpre-se lembrar que, ao considerar a historicidade desse campo de

emergência discursiva, ao lado da instituição IBBD/IBICT, é preciso também refletir sobre os sujeitos e suas práticas que se entretecem e se amalgamam em um monumento-documento⁵.

Como foi explicitado anteriormente, reconhece-se aqui esse periódico como um dos espaços que Michel Foucault denomina superfície de emergência discursiva. Ao apresentar a instância discursiva, suas regras e delimitação de formação, convém apontar a problematização do objeto de estudo, mesmo que, neste tópico, de forma breve e elucidativa⁶. Salienta-se, *a priori*, que há uma relação de poder e história constituída na própria condição de existência da revista. O periódico pode evidenciar múltiplas redes institucionais que outorgam competências e legitimidade de práticas acadêmicas na área e que essas são características que o fazem ser um importante espaço representativo e histórico, no que diz respeito à trajetória da CI.

Resumidamente, o pressuposto desta pesquisa é de que a institucionalização de um campo científico, no caso a CI, não perpassa unicamente por procedimentos e propostas com enunciados genuína e puramente científicos. O problema considerado decorre da necessidade de estudos históricos, na Ciência da Informação e de sua constituição no país. Busca-se não por uma história celebrativa, mas a que retrata a trajetória de sujeitos, instituições, jogos de poder, sua inserção na sociedade e suas inter-relações. O objetivo geral deste trabalho foi o de investigar e identificar historicamente a institucionalização da CI, no Brasil, a partir da análise arqueológica dos elementos e entidades encontrados na revista científica *Ci. Inf.* Especificamente, a pesquisa se propôs a: analisar artigos e citações constantes nas publicações do

⁵Segundo Le Goff (1996) a história e a memória da humanidade apresentam-se sob duas formas materiais: os monumentos representados pelas heranças do passado e os documentos que se fazem a partir das escolhas do historiador. “De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.” (LE GOFF, 1996, p. 542)

⁶A historicidade da revista acadêmica e seu lugar na construção e constituição do conhecimento científico serão laborados no Capítulo 4 - O periódico Ciência da informação: o 1º espaço da discursividade em CI no Brasil

periódico; interpretar os resultados obtidos na análise do material e, por fim, estabelecer uma historicidade verticalizada. Os objetivos implicam contextualizar a história, preservar passados, resgatar a memória de diferentes grupos de pesquisa em CI. Assim, o que se almeja é estudar a trajetória da CI no Brasil a partir do referido periódico.

Para isso, é importante colocar em suspensão o conceito de cientificidade⁷, onde se possa investigar o processo histórico de sua legitimação e seu papel no contexto das ciências. Também averiguar as formas como se deram os modos de ação e suas relações de poder, seus regimes discursivos e efeitos de jogos enunciativos.

É preciso ter sempre presente no espírito dois fatos: que a análise dos acontecimentos discursivos não está, de maneira alguma, limitada a semelhante domínio – o das ciências instituídas – e que, por outro lado, o próprio recorte desse domínio não pode ser considerado como definitivo, nem como válido de forma absoluta; trata-se de uma primeira aproximação que deve permitir aparecer relações que correm o risco de suprimir os limites desse primeiro esboço (FOUCAULT, 2007, p. 42).

Estudos concernentes a esse periódico, em específico, são motes recorrentes nas pesquisas científicas da área. Entretanto, nos limites deste trabalho, interessa ressaltar que se tem como crédito o fato de que nenhuma temática abrange todos os domínios de forma plena e total. Também se compartilha das ideias do historiador Ciro Flamarion (1986, p. 127), quando este afirma que “o pesquisador acabará identificando uma lacuna no conhecimento ou uma diferença de opinião com estudos anteriores, o que lhe permitirá finalmente a formulação de um tema preciso de pesquisa”.

Se forem ponderados os desafios de Flamarion (1986) e as propostas de Gonzalez de Gómez (2000) no desenvolvimento de pesquisas e estratégias que possam articular conhecimentos específicos e diferenciados, mesmo que para isso seja necessária a reforma do pensamento científico, esta pesquisa se justifica. O periódico Ci. Inf., publicado desde 1972 continuamente até a atualidade, representa, de fato, um dos fóruns mais importantes para publicações

⁷Aquele que perpassa por procedimentos e regras que “garantem” a um campo de conhecimento ser definido como ciência.

de pesquisas, na área de estudo. Dessa forma, torna-se validada a escolha do mesmo como objeto de análise e principal fonte de investigação.

A presente tese foi estruturada da seguinte forma: Capítulo 1: Introdução mostra uma panorâmica das questões a serem trabalhadas ao longo da tese. De maneira sinóptica apresentaram-se os objetivos, pressupostos, justificativas e problemas, que serão debatidos e aprofundados nas etapas seguintes. A Primeira Parte: O contexto do universo empírico foi dividida no Capítulo 2: Contribuição conjuntural: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD)/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que trará a apresentação cronológica e funcional da Instituição, bem como o seu vínculo com a Ciência da Informação no Brasil; o Capítulo 3 intitulado A ciência da informação: breve aporte contextual, buscar-se-á trazer as linhas da trajetória cronológica e factual da Ciência da Informação, da primeira Pós-Graduação em Ciência da Informação no país, além do papel das agências governamentais e reguladoras das ciências na pesquisa brasileira neste contexto; o Capítulo 4: O periódico ciência da informação: o 1º espaço da discursividade em CI no Brasil se dedicará ao contexto e trajetória do periódico e sua importância para a área, além da problematização do mesmo como objeto de pesquisa deste trabalho.

Na Segunda Parte – A Teoria, tem-se o Capítulo 5: Principais Conceitos, dedicado às descrições e definições conceituais recorrentes e nucleares que perpassaram toda a discussão estabelecida neste espaço. No capítulo 6: Fundamentação Teórico-Methodológica abordaram-se questões como ciência, arqueologia do saber e a Ciência da Informação, estudos arqueológicos, Bibliometria e outros. Esse tópico teve o intuito de subsidiar a discussão temática de conceitos, princípios, categorias norteadoras dos objetivos propostos e as escolhas e fundamentações metodológicas deste estudo. O Capítulo 7: Revisão de Bibliografia: o apriorismo literário pretendeu-se mapear a literatura e autores que dialogam com o tema de pesquisa. Dito de outra forma, foi feita uma revisão de autores e textos que abordaram o tema e que influenciaram as questões aqui propostas.

A Terceira Parte, A Pesquisa, apresenta o Capítulo 8: Material e método, onde foi discutida a revista científica Ci. Inf. tendo como ferramentas de investigação as categorias de poder, saber e verdade em Foucault. Nele também aparecem descritos os procedimentos metodológicos realizados neste trabalho de investigação, os limites e dificuldades encontradas nas análises empíricas. No capítulo 9: Resultados e discussões, serão apresentados os dados empíricos e suas análises arqueológicas. Por fim, a quarta parte, Das conclusões, traz o Capítulo 10: Considerações Finais, no qual ponderações e encaminhamentos fecham a tese através dos resultados, algumas questões e impressões desta pesquisadora.

Esse Capítulo será seguido das Referências consultadas, refletidas e analisadas em todo o procedimento de pesquisa. Já os apêndices e anexos que se encontram neste trabalho tiveram por finalidade esclarecer, nortear e enriquecer a leitura e análise de questões debatidas aqui. Também, informa-se que todos os materiais empíricos e documentais utilizados na proposta encontram-se armazenados eletronicamente e disponíveis às futuras análises de cunho acadêmico.

Por fim, importa ressaltar que não se pretende buscar traços evolutivos da CI no Brasil, mesmo porque qualquer olhar determinista, bem como leituras de cunho progressista, no que se refere ao conhecimento social, podem distorcer, simplificar e descontextualizar as análises de procedimentos complexos. Parte-se das análises empíricas de artigos e citações, bem como se busca por possibilidades de contribuições reflexivas para a história-memória desse campo disciplinar. E ao se propor uma nova abordagem nesses estudos, procurou-se por ancoragem nos dizeres de Alvarenga:

A escolha de categorias e conceitos foucaultianos para integrarem um estudo que tenha por base de análise a literatura publicada em periódicos e de citações ocorridas, objetos de pesquisa da Ciência da Informação, poderia ser interpretada como uma tarefa ousada ou até mesmo contraditória. Tendo em vista que Foucault questiona, em vários momentos de sua obra, categorias que vêm se constituindo como unidades e pontos básicos de referência dos estudos bibliométricos (ALVARENGA, 1996, p. 47).

No entanto, é justamente nesta contradição, ou seja, análises históricas e bibliométricas, que se conduziu este trabalho de pesquisa.

PRIMEIRA PARTE: O CONTEXTO DO UNIVERSO EMPÍRICO

2 CONTRIBUIÇÃO CONJUNTURAL: INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO (IBBD)/INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT)

Gostaríamos de lembrar que as premissas metadiscursivas de contextualização do periódico “Ciência da Informação”, deverão ter em conta o arcabouço institucional IBBD-IBICT, onde surge a primeira formação sócio-epistemológica da Ciência da Informação no Brasil e que terá, nas últimas décadas desdobramentos importantes em relação à Pós-graduação. (GÓMEZ, 2009, s. p)

A primeira parte desta tese tem por objetivo esclarecer e contextualizar o universo empírico da pesquisa: o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD)/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); a Ciência da Informação e seu aparecimento no cenário nacional; uma breve historicidade do primeiro programa de pós-graduação em CI no país e das agências fomentadoras de pesquisa. Também, buscou-se apresentar e caracterizar os periódicos científicos, em especial, a origem, papel e problematização da revista Ci. Inf.

Este capítulo, em específico, apresenta uma sinóptica histórica da instituição IBBD/IBICT, que mantém estreitos vínculos com a CI, tanto no que se refere a sua institucionalização como no que diz respeito aos encaminhamentos dados a essa área de conhecimento. Ao falar do periódico “Ciência da Informação” e, ao analisar sua historicidade discursiva, certamente reporta-se ao percurso social de instituições como o IBBD/IBICT. Em uma perspectiva antropológica, pode-se afirmar que as histórias e memórias de instituições se misturam com as trajetórias sociais de povos, nações, identidades, contextos políticos e econômicos. Quando se dedica à leitura da trajetória da CI no Brasil, verifica-se esse amalgamento entre instituição, poder, saber e pesquisa.

Segundo Lemos (1986), o interesse do governo brasileiro pelas questões de organização, tratamento e acessibilidades de informações de cunho científico se dá, de forma efetiva, a partir da década de 1950. Aliás, no Brasil, o

Estado sempre teve importante papel no desenvolvimento do conhecimento nacional. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER) e outros tantos órgãos federais e estaduais, como Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (CEMIG), Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) entre outros, foram e são preponderantes nos diálogos entre conhecimento e sociedade, entre fonte e acesso. O conhecimento científico esteve – e ainda está – vinculado às políticas desenvolvimentistas, questões econômicas, culturais e sociais. O IBICT e a CI não estão desprendidos dessa realidade.

A intencionalidade por trás da criação de um determinado órgão de pesquisa ou instituto responsável por estudos, elaborações e implantação de projetos desenvolvimentistas esteve atrelada aos discursos individuais e coletivos, fragmentados e singulares de governos e governantes deste país. Criado por meio do decreto nº 35.124, em 27 de fevereiro de 1954, o IBBD foi transformado em IBICT duas décadas depois. Dessa forma, é importante salientar que falar no IBBD é naturalmente falar do IBICT, órgão responsável pelas políticas de desenvolvimento em pesquisas especializadas em informação, tecnologia, bibliografia e documentação no Brasil. No entanto, é necessário levar em consideração que:

A história não é unilinear ou puramente sucessiva. Pode-se antes tratá-la como uma superposição de presentes. Há sim, passados que estão no presente, e já tem elementos do presente que, por mais que continuem existindo, já pertencem logicamente a um passado (FACILLON, *apud*⁸ FLAMAREM, 1984, p. 87).

A criação do IBBD ocorreu por influência de uma instituição internacional, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Logo foi vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em uma ação conjunta com a Fundação Getúlio

⁸ Esclarece-se que, ao longo deste trabalho de pesquisa, na maioria das vezes, se teve acesso aos textos originais dos muitos *apuds* localizados aqui. No entanto, e até por se tratar de um estudo que tem na bibliometria um de seus referenciais, optou-se por manter os autores e trechos que chamaram a atenção e tiveram destaque nas reflexões elaboradas. Sendo assim, sustentaram-se os *apuds* e seus respectivos autores, mesmo acessando os textos originais.

Vargas (FGV). Naquele momento, início da década de 1950, a Organização das Nações Unidas (ONU) buscava constituir, nos países em desenvolvimento, um sistema de organização e controle do conhecimento registrado, criando o Sistema Mundial de Informação Científica e Tecnológica (UNISIST). Tal programa procurava apoiar os centros de documentação, instituições de pesquisas e educação nos países em desenvolvimento.

A idealização, a efetivação e os encaminhamentos do IBBD foram balizados pela UNESCO com expressiva influência da metodologia soviética, usada no Instituto Russo de Informação Científica e Tecnológica (VINITI). Não obstante, as orientações ideológicas foram, notadamente, norte-americanas. O projeto da UNESCO na criação de órgãos responsáveis pela documentação e informação para os países em desenvolvimento e em específico na América Latina, foi redigido pelo cientista Mikhailov, membro do VINITI e da Academia de Ciências da União Soviética. Para esse pesquisador, a informação era um elemento fundamental na produção de bens e serviços, assim como nos projetos de desenvolvimento de uma nação (MARTINS, 2004).

As décadas de 1940 e 1950 abrangeram um período em que o mundo tentava se reerguer dos efeitos devastadores da guerra. A ciência, o domínio informacional e seus desdobramentos eram pautas políticas dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. No Brasil, em 1948, é fundada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), formada por um grupo de pesquisadores que viam na ciência as possibilidades de crescimento nacional. Três anos depois, nasce o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com o objetivo de “promover o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em todos os domínios do conhecimento” (art. 1º da Lei 1310 de 15/11/1951).

Nos idos da década de 1950 buscava-se a modernização do setor industrial brasileiro e, assim, pesquisadores e suas produções de conhecimento eram vistos como elementos estratégicos de crescimento. Na esteira do projeto nacionalista do segundo governo de Vargas, com implantação de novas

indústrias, construção de refinarias, hidrelétricas e ampliação dos setores siderúrgicos, tornavam-se necessários pesquisadores qualificados, bem como o fortalecimento das áreas estratégicas das ciências como, por exemplo, o setor de informação e tecnologia. Todo esse movimento acabou por se refletir nas grades curriculares dos cursos de graduação de todo o país, inclusive os de Biblioteconomia. Isso levou a novas ponderações sobre formação, atuação e papel do bibliotecário abrindo assim um leque de possibilidades em suas práticas. Foi necessária uma imersão nas então tecnologias informacionais e, nesse momento, o IBBD torna-se pioneiro no uso de bibliotecas informatizadas, lançando a primeira bibliografia automatizada do país. Zaher (2005, p. 1) pontua que o IBBD foi:

Idealizado e criado por Lydia Sambaquy, bibliotecária ilustre e grande empreendedora. Nos idos de 1953, procurava retratar as inovações nessa área com o surgimento da Documentação, em contrapartida a Biblioteconomia, abrindo um leque de expansão para outras áreas de especialização e proporcionando a entrada no mercado de outros profissionais. Assim, deixava antever um futuro de ações diversas fora da Biblioteconomia convencional.

O IBBD adota novas políticas para formação de profissionais capazes de lidar com a inovação documental. A forma de pensar, selecionar, organizar e tratar a informação como insumos estratégicos do Estado-Nação tinha que ser remodelada. Seus cursos na área de Documentação tiveram participação de alunos oriundos de toda a América Latina, provocando também reflexões e debates nas práticas e teorias das escolas de Biblioteconomia (MARTINS, 2004). Esses cursos voltados para área de Documentação foram considerados por muitos autores, entre eles Zaher (1995), o embrião da CI no país.

O IBBD toma para si o papel de ser estratégico, não apenas na formação de recursos humanos capazes de lidar com a informação e seus desdobramentos, como também de angariar e agregar profissionais de outras áreas de conhecimento.

O Brasil vivia um período de desenvolvimento, em um momento em que o mundo era dividido entre duas grandes potências: Estados Unidos da América (USA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Assim, era estratégico e necessário ao governo selecionar, organizar e disponibilizar informações científicas, além de investir na formação de pesquisadores e professores com mestrado e doutorado. Era preciso ter o pleno conhecimento do estado da arte nos diversos campos do saber.

Os movimentos que marcaram a Biblioteconomia brasileira na primeira metade do século 20 resultaram não apenas na adoção de procedimentos técnicos mais uniformes, mas também na defesa de competências profissionais especializadas e na implementação de estratégias de legitimação social (ODDONE, 2006, p. 45).

É sob essa égide que o IBBD marca a sua atuação. Desde sua criação, o instituto trazia como predicado a função de ser o símbolo da modernidade nacional na área de Documentação, Biblioteconomia e Ciência Informacional. E, desse modo, o fez, tanto no Brasil como em toda a América Latina, tendo como objetivos, quando da sua implantação:

- promover a criação e o desenvolvimento dos serviços especializados de Bibliografia e Documentação;
- estimular o intercâmbio entre bibliotecas e centros de documentação, no âmbito nacional e internacional;
- incentivar e coordenar o melhor aproveitamento dos recursos bibliográficos e documentários do país, tendo em vista, em particular, sua utilização pela comunidade científica e tecnológica⁹.

Uma das primeiras rupturas na historicidade não linear da instituição ocorreu em 1964, com o advento do Golpe Militar. É sabido que tal evento promoveu importantes e profundas modificações estruturais no país, tanto no aspecto político, como cultural, econômico e social. Uma instituição como o IBBD, responsável pelos processos de organização e tratamento informacional

⁹INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT. Disponível em: <<http://www.ibict.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2009.

estratégico no país, não iria ficar de fora dessas transformações. Em 1965, Lydia Sambaquy, idealizadora, fundadora e diretora da instituição por dez anos, é afastada do cargo, causando uma crise de liderança em seu interior. Seu afastamento deu-se por questões políticas, uma vez que seu esposo, Júlio Sambaquy, ministro da Educação no governo João Goulart, teve seus direitos políticos suspensos por dez anos, com base no Ato Institucional nº 1.

Segundo Lemos (1986), o governo militar, através dos setores ligados à informação científica e tecnológica, promoveu um seminário sobre educação e segurança nacional, em 1966, quando recomendou a criação de uma “rede nacional informações científicas”, tendo como órgão central o IBBD. Nesse momento, o IBBD passa a ser denominado Instituto Brasileiro de Documentação e Informação. Essa rede deveria voltar todos os seus esforços aos procedimentos computadorizados no tratamento informacional.

Outro momento de ruptura pode ser delineado com a resolução nº 20/76, de 25 de março de 1976, dez anos após o seminário de educação e segurança nacional. É quando o IBBD torna-se Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e continua vinculado ao CNPq, buscando preencher a lacuna do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Essa transformação tinha como escopo agregar em um só órgão o papel político de coordenação dos processos de Tecnologia da Informação e Comunicação (ICT), em território brasileiro. Também, o enfoque, nesse momento, era em torno de novas tecnologias de infraestrutura industrial e agrária, desenvolvimento, formação de recursos humanos e outros (GARCIA, 1980).

O propósito maior do recente IBICT era a responsabilidade de constituir e desenvolver redes informacionais pelo país, em ação coletiva e abrangente com outros órgãos de ciência e tecnologia. Era uma maneira de esquadrihar sistemas de informação até então descentralizados.

Cabia ao IBICT, então, operar em domínio nacional e tomar para si projetos, organizações, definições, execuções de políticas que fomentassem a área de informação científica e tecnológica do país. Foi um desafio para época e continua sendo na contemporaneidade, com todos os aportes comunicacionais disponíveis. A busca constante por orientações vanguardistas no universo da ciência e tecnologia continua longe de ser uma tarefa das mais fáceis. Fazê-la

juntamente com o favorecimento de uma acessibilidade informacional equânime aos cidadãos brasileiros é, definitivamente, uma provocação.

Em 1976, posta às condições sociais, econômicas e políticas do país, também era de sua responsabilidade a seleção, organização e sustentação de um acervo bibliográfico em C&T. O acervo deveria atender as demandas de toda comunidade científica em suas mais diversas áreas de conhecimento. Outrossim, a atuação do IBICT no campo de ensino e pesquisa teve reconhecimento nacional e internacional.

O Instituto desenvolvia também atividade de ensino e pesquisa, reconhecidos em nível nacional e internacional, sendo pioneiro na introdução no país de novas técnicas para o tratamento da informação, acompanhando tendências em nível internacional e contribuindo na formação de recursos humanos no país, na área de informação (IBICT, 2009).

Ao IBICT competia atuar e abranger todo o território nacional, promovendo políticas de desenvolvimento do campo científico e tecnológico da nação, assumindo o papel de uma instituição agregadora e disseminadora de informações atinentes à área de C&T.

O IBICT como centro nacional de pesquisa, de intercâmbio científico, de formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal científico, tem por finalidade contribuir para o avanço da ciência, da tecnologia e da inovação tecnológica do País, por intermédio do desenvolvimento da comunicação e informação nessas áreas (IBICT, 2009).

Desde a sua criação, teve o compromisso de formar novos profissionais da área, inicialmente disponibilizando cursos *lato sensu* e *stricto sensu*, para os sujeitos formados em outros campos de conhecimento. Cursos específicos em bibliografia especializada e documentação, para graduados em áreas como História, Física e Química, formaram uma geração de profissionais documentalistas que, segundo Zaher (2005, p. 2), serviu de “chamariz para discentes de outras áreas de especialização fora da Biblioteconomia”.

Cabe ressaltar que o primeiro curso de mestrado da área foi todo ministrado em inglês, sendo seus professores estrangeiros. Era voltado mais especificamente para bibliotecários e objetivava promover o debate de novos

conceitos filosóficos de classificação e tecnologias que vinham sendo usados no mundo e referiam-se às práticas documentais.

Esse curso foi uma resposta à reformulação necessária dos currículos e da formação de professores, após quase duas décadas da criação dos cursos de especialização elevando a um nível mais alto a vida acadêmica dos professores e introduzindo áreas como Bibliometria e novos formatos de catalogação e indexação, bem como novos conceitos filosóficos de estruturação de sistemas de classificação (ZAHER, 2005, p. 2)

Com a incumbência de ser inovador e vanguardista, o IBBD/IBICT promoveu congressos, seminários e outros eventos, além de publicações científicas, a fim de gerar e proporcionar espaços reflexivos sobre o desenvolvimento do campo como também sobre o aperfeiçoamento dos profissionais. Apenas como lembrete, chama-se a atenção para esse tempo histórico, quando nasce a revista Ci. Inf. com objetivo de ser palco de debates do novo conhecimento que estava sendo constituído.

Na década de 1980, mais especificamente em 1985, com o governo democrático de José Sarney, cria-se o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) através do qual novas transformações foram implantadas. Até o ano de 2000, o IBICT estava diretamente subordinado ao CNPq, quando passa a ser vinculado ao MTC, através da medida provisória nº 2049-21, de 28 de julho de 2000.

Pode-se afirmar que a CI, no Brasil, se sedimentou e se institucionalizou a partir do IBICT. Seu programa de pós-graduação foi pioneiro na América Latina, iniciando sua atuação em 1956, com o curso de especialização, posteriormente alterado para pós-graduação em Documentação Científica. Já no início da década de 1970 foi criado o mestrado em Ciência da Informação e, em 1983, a pós-graduação passa a se integrar como unidade da Escola de Comunicação/Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ) em convênio firmado entre as duas instituições. No ano de 1992, o doutorado em Ciência da Informação, sob a coordenação do IBICT, apresenta sua primeira turma, vinculado à mesma unidade de ensino do mestrado.

Segundo Barreto (2010), a década de 1960 e toda a sua conjuntura foram preponderantes, tanto no que se refere ao IBICT, quanto à

institucionalização do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. São percursos históricos entrelaçados a outros órgãos públicos como CNPq, MCT que contou com instituições de ensino federais como UFRJ e UFF na condução de suas práticas acadêmicas. O desenvolvimento e a consolidação da CI no Brasil estão intimamente ligados ao programa de pós-graduação do IBICT e, como qualquer outro campo da ciência, a CI deve ser vista e inserida nos contextos governamentais em que se desenvolveu.

Para Lemos (1986), é nesse ciclo de desenvolvimento industrial que o IBBD é criado. Nasceu sob a égide de uma crescente intervenção governamental nos aspectos econômicos e direcionamento da produção científica, com uma fragilidade significativa dos serviços informacionais do país, buscando construir e fortalecer a indústria de base nacional. “Assim, o IBBD concentrou suas atividades na questão do acesso aos documentos primários, do controle bibliográfico da produção científica nacional e do aperfeiçoamento de recursos humanos” (LEMOS, 1986, p. 108).

Os princípios fundantes da CI no Brasil têm toda sua historicidade entretecida nos contextos dessa instituição e conseqüentemente o periódico “Ciência da Informação” (Ci. Inf.) está inserido nesta inter-relação. Para Gonzalez de Gómez (2009), é nesse arcabouço institucional que nasce a primeira formação “sócio-epistemológica” da CI no Brasil, com desdobramentos importantes para os mestrados e doutorados de todo país. “É na estrutura de uma universidade federal que o IBICT encontrará seu respaldo acadêmico e científico para a área”. (GÓMEZ, 2009. s.p).

3 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: BREVE APORTE CONTEXTUAL¹⁰

A CI nasce em um contexto de renascimento científico, qualificado pelas críticas ao modelo de cientificidade que se seguiu após a 2ª guerra mundial. Essa nova ciência nasce associada a problema concreto e complexo do crescimento exponencial do estoque da informação, em ciência e tecnologia denominado explosão informacional (FREITAS, 2003, s.p).

Este capítulo tem por objetivo apresentar a contextualidade da CI no cenário nacional a partir da década de 1950. Não se buscou verticalizar as linhas da trajetória cronológica da Ciência da Informação; muitos autores o fizeram com rigor e preciosismo acadêmico. Não obstante, é preciso localizar seu aparecimento e estruturação como disciplina científica em meados do século XX, para que se possa ter uma referência quanto a sua conceituação e área de atuação. Como toda ciência e sua historicidade, a CI somente pode ser compreendida a partir de suas contextualidades sociais, políticas, culturais e econômicas. Como produto das demandas e práticas humanas, é desses entrelaçamentos que decorre sua história-memória.

Ciência contemporânea, datada da década de 1930, século XX, teve o seu princípio oficial na década de 1960, mais especificamente em 1962, no encontro *Geórgia Institute of Technology*. Nesse período se iniciam as formulações teóricas e práticas da área. Com base em diversos autores, define-se a Ciência da Informação como aquela que dedica seus fazeres pedagógicos, teóricos e empíricos a seleção, recuperação, organização, tratamento e disseminação da informação científica, bem como todo processo informacional, fluxo, redes, armazenamentos e outros aspectos que envolvem a informação. A conceituação mais recorrente desse campo discursivo está em Saracevic, para quem:

¹⁰Há diversos estudos referentes e aprofundados sobre historicidade cronológica da Ciência da Informação. Como este não é o foco da pesquisa, para quem possa interessar, algumas referências estão devidamente elencadas no referencial bibliográfico desta tese.

A ciência da informação é um campo devotado à investigação científica e à prática profissional, dedicando-se a problemas de comunicação efetivos do conhecimento e de seus registros entre humanos, no que se refere às necessidades e ao uso da informação nos níveis individual e social. (SARACEVIC, 1996, p. 52)

Área discursiva intimamente vinculada aos Estados-Nações, às instituições de ensino e pesquisa tanto públicas como privadas, encontrou apoios governamentais no desenvolvimento de suas questões e foram, nesses espaços, estabelecidas suas primeiras orientações.

Na estruturação da Ciência da Informação houve participação decisiva das instituições na colocação dos problemas a serem estudados e resolvidos. As práticas profissionais e científicas da Ciência da Informação e seus espaços de debate e decisão concretizados em congressos e conferências, na maioria dos casos, foram inicialmente influenciados por objetivos propostos pelos governos das nações-estados mais avançados economicamente, cientificamente e tecnologicamente (ALMEIDA, 2005, p. 54).

Em um breve aporte contextual, considera-se o momento político e econômico do Brasil, na década de 1950, quando o país apresentava um perfil eminentemente agrário em sua forma de produção. Contudo, o período pós Segunda Guerra Mundial mostrava-se também em plena efervescência industrial no mundo, principalmente nos Estados Unidos da América.

O Estado brasileiro ansiava pela mudança de *status* e ainda, como acontece na atualidade, cabia ao governo, e aos institutos de pesquisa diretamente vinculados a ele, o esforço de fazer investigações científicas e tecnológicas. Com um desenvolvimento tímido nessa seara, era preciso propor políticas que favorecessem o desenvolvimento industrial, principalmente no que se refere à qualificação de seus profissionais. Uma das soluções encontradas foi o envio de pesquisadores para fora do país em busca de melhores formações. Assim poderia ocorrer a transferência de conhecimentos adquiridos para os setores produtivos do país.

No Brasil pode-se dizer que quase todo esforço de pesquisa científica e tecnológica é organizado pelo Estado [...]. Um estudo realizado pelo CNPq e apresentado à 2ª reunião de Ciência da Informação (1979) junto a empresas de porte do setor privado nacional indicou que apenas 10% delas tinham departamento de P&D (GARCIA, 1980, p. 42).

Outras medidas de cunho governamental foram tomadas no sentido de incrementar o desenvolvimento técnico e científico. Tem-se como exemplo a instauração do Sistema Estratégico de Desenvolvimento, em 1968; o Programa de Meta e Bases de Ação do Governo (PBDCT), em 1970; e o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT), em 1975. Nos meados da década de 1970, as políticas governamentais reafirmavam a necessidade de se investir em ciência e tecnologia. Entretanto, Garcia (1980) afirma que eram políticas fragmentadas e sem unicidade, o que dificultava a consolidação da área no país.

Para Morin (1997), a revolução científica desse período estava muito mais envolvida com a organização de informações acumuladas em bancos de dados que servissem e fossem manipulados pelo Estado do que preocupada com um “saber, [...] pensado, meditado, refletido e discutido por seres humanos, integrado na investigação individual e de sabedoria” (MORIN, 1997, p. 17).

Nesse conjunto, a CI inicia, através de pesquisadores oriundos da Biblioteconomia, Documentação e Arquivística, a sua trajetória no país. Classificada como uma Ciência Social Aplicada e considerada, por vocação, uma área de conhecimento interdisciplinar, tem como enfoque os procedimentos comunicacionais científicos da humanidade. Ora classificada como meta-ciência ou campo disciplinar, ora como área de conhecimento específico, a CI tem sob sua responsabilidade papéis e práticas até então desempenhados pelas áreas de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação. No entanto, apresenta como singularidade o constante diálogo com as novas tecnologias informacionais, assim como com setores de gestão da informação, entre outros. Rayward (1999, p. 11. *Apud* FREITAS, 2003, s. p) Chama a atenção para fato de que a historicidade da CI:

Obrigam o historiador a compreender que houve um rompimento com o passado e que algo novo foi tornado possível, que uma concatenação de novas circunstâncias e processos, tanto disciplinares quanto mais amplamente sociais, criaram as condições para a emergência de novos modos de conceitualização de aspectos da realidade e de pensar e falar sobre eles (RAYWARD, 1999, p. 11, *apud* FREITAS, 2003, s.p.)

É, principalmente, no entendimento dessas novas circunstâncias que se encontra a história-memória da CI e o seu lugar nas ciências contemporâneas. Cronin (2008) pontua que, ao analisar a trajetória histórica da CI, sua vocação interdisciplinar e vínculo com as demandas sociais são facilmente identificadas. Para o autor, aptidão social da CI é herança de suas disciplinas fundadoras que, em sua opinião, são a Biblioteconomia e a Documentação.

Para outros diversos autores, como Carvalho e Souza (2008) e Freitas (2003), a CI vem se tornando um “guarda-chuva disciplinar”. Isso porque não se dedica a informação por si só, mas debruça seus estudos investigativos a sentidos, propriedades e comportamentos informacionais, além das questões de acessibilidade equânime, disseminação consistente e democrática, usuário e usabilidade, decorrências e consequências da informação nas trajetórias sociais.

A CI surgiu como ciência social moderna que estuda os problemas e não assuntos [...]. Isso devido aos métodos que escolheu para solucioná-los, e como tratou o seu objeto – a informação – em diferentes contextos e tendo como um elemento primordial o comportamento humano nesse cenário (CARVALHO; SOUZA, 2008, p. 38).

Suas práticas comunicacionais abrangem os fazeres pedagógicos da área. Todos esses aspectos perfazem questões caras e necessárias à sociedade como todo. Para Shera (1971, *apud* FREITAS, 2003), a Ciência da Informação é um aspecto do processo comunicacional e interessa a todas as áreas de conhecimento e seus os registros de produção.

Não havendo nenhuma ciência oral, todo campo discursivo necessita de apontamentos referentes a seus motes, práticas, teorias e outros. Nessa messe, a CI tem como objetivo servir a todas elas, selecionando, organizando, tratando e tornando acessíveis seus fazeres científicos. Publicar é tornar públicos e acessíveis – em formato de textos, imagens e sons – resultados de pesquisas e debates em torno dos saberes que estão sendo construídos e constituídos.

Não obstante, diversos autores, como Pinheiro (1997), Buschman (2010) e Cardoso (1994), apontam para a fragilidade e inconsistência teórica da área. A CI resente de teorias próprias: apesar de ser uma ciência

contemporânea que atende à demanda de uma sociedade informacional, requer novas requisições conceituais. A discursividade da área vai se consolidando na medida do desenvolvimento das tecnologias informacionais, levando em conta que toda informação e comunicação são eventos de cunho social entretecidos de historicidades com possibilidades múltiplas e mudanças constantes. Nesse sentido, não há apenas um saber ou uma única forma de construir e constituir saberes. Para Gonzalez de Gómez (2010, p. 14), a CI pode ser vista como “conjunto de saberes agregados por questões antes que por teorias”.

Em um artigo de 2008, Eliel (2008) afirma que a fragilidade conceitual da área é uma preocupação da própria CAPES, agência financiadora de pesquisa no país. Segundo a autora, a produção científica desse campo discursivo é pequena e referencia-se muito pouco ou quase nada a questões de ordem teórica e epistemológica. O que se produz está mais para a ordem empírica do que conceitual. Ora, sob a perspectiva da episteme normativa, que qualifica e legitima um campo científico, algumas premissas são necessárias para sua institucionalização. Por exemplo, a definição de objeto, métodos, conceitos, teorias, entre outros. Sob esse ponto de vista, a CI não apresenta seu processo de institucionalização consolidado (ELIEL, 2008).

Ainda que fazendo uso dos arcabouços metodológicos e conceituais da Biblioteconomia e da Documentação, com quem partilha núcleos disciplinares comuns, a CI e o seu desenvolvimento, em específico no Brasil tiveram uma estreita relação com os cursos de pós-graduação e com as tecnologias informacionais. Em um dado momento histórico, foi (e continua sendo) emergente a necessidade de desenvolvimento de aquisição, apropriação e fluxo da informação e de todas as complexas redes de relação que decorrem desse processo.

Robredo (2003) chama a atenção para o fato de que os cursos de graduação continuam sendo denominados Biblioteconomia. Já os mestrados, doutorados e especializações passaram a ser designados de Ciência da Informação, ainda na década de 1970, ganhando destaque nas décadas

seguintes. É preciso reforçar a questão de que a primeira pós-graduação em Ciência da Informação, no país, nasce dentro de uma organização governamental (IBICT) na década de 1970.

É a partir dos anos de 1990 que se observa um movimento das escolas de Biblioteconomia nas mudanças de seus cursos de pós-graduação. Mas não foi apenas uma mudança de nomenclaturas, houve um novo direcionamento na formação acadêmica do corpo docente e discente. Esses novos departamentos agregaram também alunos, professores profissionais de outros campos de conhecimento. Se antes eram denominados como programas de pós-graduação em Biblioteconomia, mudaram a designação e enfoque para a CI, aumentando a abrangência e espaços de pesquisa.

São exemplos de Instituições acadêmicas que passaram por esse processo: Universidade de Brasília (UNB), em 1991; Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1995¹¹; Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMP), em 1995; Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 1997 e Universidade de São Paulo (USP), em 1991. A CI vem agregando novos espaços de pesquisa como: Universidade Estadual Paulista (UNESP) – mestrado em 1998 e doutorado em 2004; Universidade Federal da Bahia (UFBA) – mestrado em 1998; Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – mestrado em 2002. São lugares do discurso, de disseminação, diálogo e reflexão que promovem a consolidação, institucionalização e legitimação da CI no Brasil.

Também a criação da ANCIB (Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação) em 1989 pode ser vista como um marco da área, que busca por consolidação. Essa associação é agregada à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Ainda no que se refere às condições de possibilidade para a emergência e existência da CI, Pinheiro (2005) estabelece três momentos na

¹¹Estas duas instituições mudaram a nomenclatura de seus mestrados quase vinte anos depois da criação dos mesmos.

trajetória da CI. Para a autora, entre 1961 e 1969, a área da Ciência da Informação buscava pelo reconhecimento e legitimação como campo de conhecimento científico, principalmente no que se referia a nomenclaturas, definições, conceitualizações e natureza de seu objeto de estudo. Nos anos entre 1979 até 1989, através dos seus pesquisadores, procurava-se por teorias e métodos próprios que a caracterizassem como campo de conhecimento científico, com procedimentos epistemológicos adequados, singulares e próprios a ela (CI). E, por último, dos anos de 1990 em diante, a área começa a solidificar conceitos, teorias, metodologias, regras e diálogos com outros campos, ratificando Saracevic (1996), para quem a CI, como um campo novo e contemporâneo, necessita de paradigmas igualmente contemporâneos.

Não obstante, para Gonzalez de Gómez (2001, p. 5), “a constituição de um campo científico da Ciência da Informação sempre foi uma questão em aberto. Difícil, para muitos; não relevante, para outros; desafiante, para alguns”. A autora (1999) afirma que a construção discursiva da área teve seu início nos “campos econômico-produtivo e estratégico-militar de Estado”, ainda na década de 1930, período entre guerras. Mas é na década de 1960 que outros autores da área identificam o início da busca por uma teoria consistente para o campo. Wersig e Neveling (1975) afirmam que é nos anos de 1970 que informação passa a ser tratada como fenômeno e não como prática social, mitologizando o objeto de pesquisa da CI.

Outrossim, retomando Gonzalez de Gómez (2001), a CI pode ser vista como uma das “guardiãs” dos diversos campos discursivos. A área evidencia as características dos discursos científicos e práticas sociais desses campos. Potencializa e dissemina suas produções, obedecendo aos rigores epistemológicos, tornando eficientes os processos de trocas, debates e reflexões em torno das ciências.

No mundo contemporâneo, a ciência da informação é parte de um campo de discursos acerca do conhecimento e da informação que pode-se denominar como uma formação social de meta-conhecimento. Suas possibilidades de conhecimento, assim, são ao mesmo tempo objeto de reflexão epistemológica e sintoma de mudança do estatuto da própria epistemologia (GÓMEZ, 2001, p. 5).

A CI vem, ao longo de sua trajetória, alargando seus domínios de atuação, seja na informação científica, seja na informação tecnológica e seus diálogos com a sociedade e outros campos discursivos. São debates que vêm se tornando não apenas necessários como também profícuos. Na efetivação de sua vocação interdisciplinar, estabelece estreitos canais dialógicos com a Linguística, a Psicologia, a Informática, a Estatística, a Matemática, a Comunicação, a Biblioteconomia e outras. Tanto é assim que autores como Arboit, Bufrem e Freitas (2010) apontam para a necessidade de se considerar a contribuição conceitual de diversas outras áreas de conhecimento na constituição teórica da CI. Dessa forma, suas práticas, metodologias, aportes conceituais são resultados de confluências plurais e complexas.

Olhar a ciência como resultado de práticas plurais e heterogêneas e sob a expectativa de sua orientação finalística, significaria de fato buscar uma fórmula de racionalidade e um plano de integração de atores, práticas e produtos em relação aos fins preestabelecidos, sem o qual ficaria ameaçada não só a “governabilidade” da ciência, mas também seu desempenho e eficácia (ARBOIT; BUFREM; FREITAS, 2010, s/p.).

Em síntese, pode-se afirmar que a CI é um campo discursivo interdisciplinar que trabalha com as relações interdisciplinares de outros campos e suas interfaces hipertextuais. É importante lembrar que o desejo do conhecimento organizado e disseminado remonta ao surgimento da própria ciência. Estudos referentes às pinturas rupestres, por exemplo, denotam isso. Tais pinturas apresentam todo um significado de conhecimento, formas de viver e preocupação com o futuro. Em outras palavras, esse suporte informacional demonstra a necessidade de deixar registradas as práticas e experiências humanas (SHIKIDA, 2007).

Saberes, culturas, histórias, memórias acessíveis ao mundo fazem parte do sonho dos enciclopedistas, não com a terminologia ou conceito de uma sociedade em rede, é verdade, mas como desejo de que o conhecimento

construído pela humanidade estivesse selecionado, organizado, tratado e acessível a quem dele necessitasse. São esses os pilares da CI na sociedade presente e nas Ciências Humanas Sociais e Aplicadas. Nesse sentido, Barreto (2008, p. 2) lembra que a distribuição dos saberes em rede, já mencionada pelo enciclopedista D'Alembert, era entendida como “o sistema geral das ciências e das artes” e vista como “uma espécie de labirinto, de caminho tortuoso que o espírito enfrenta sem bem conhecer a estrada a seguir”.

São múltiplas as conceituações do que venha a ser Ciência da Informação e quais são seus objetos de estudo. Em 1972, Wellisch (*apud* VALIO, 2003) conseguiu reunir mais de quarenta definições, o que demonstra sua variação conceitual. No entanto, para Saracevic (1996), grande estudioso da área, a trajetória da CI e seu conceito como ciência devem ser pontuados juntamente com mudanças significativas que vêm sendo operadas no mundo e entrelaçadas com contextos políticos, econômicos e culturais. Se antes seus “fazer pedagógicos” eram mais voltados para a informação científica e seus processos, com o tempo ela se dedicou ao indivíduo e depois à sociedade como um todo. Para o autor, a CI apresenta características das ciências puras ao buscar por fundamentações teóricas próprias ao seu campo, como também características das ciências aplicadas ao desenvolver produtos e serviços.

Já Freitas (2003) é pontual ao afirmar que desconsiderar o debate em torno dos parâmetros epistemológicos, paradigmáticos e conceituais da CI é correr o risco de, na história dessa ciência, valorizar apenas seu conhecimento visto como “produtivo” para os moldes econômicos e não a sua verdadeira contribuição intelectual. Assim, não se pode negar que a CI seja um campo discursivo que lida com saberes e, ao adentrar-se pelos seus labirintos históricos, poder-se-á determinar seu lugar social na contemporaneidade.

No caso da CI no Brasil, não há dúvida de que os contextos citados perpassaram a trajetória das instituições e, em consequente, sua história e memória. Mesmo porque, e ainda que inicialmente, foi um campo discursivo direcionado pelas demandas do Estado-Nação. A partir da década de 1950, a

denominação de Ciência da Informação vai ganhando formato de campo de conhecimento responsável pelo fluxo e desdobramentos da informação científica e, como em todo campo científico, são os programas de pesquisa que solidificam a área disciplinar.

3.1 O lugar das agências reguladoras nas ciências no Brasil: CNPq e CAPES

É preciso esclarecer o porquê das pontuações referentes às agências fomentadoras de pesquisas no país. Falar de pesquisa científica, construção e constituição da ciência, pós-graduação, revista científica é falar também das agências de fomento/financiamento à produção acadêmica, que não deixam de ser também agências reguladoras das ciências e suas produções.

No Brasil, são instituições diretamente ligadas ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e ao Ministério da Educação (MEC), que promovem, fomentam, avaliam e regulam o desenvolvimento científico e tecnológico.

Muito embora apenas na década de 1950 seja implantado no país um órgão de coordenação e orientação da produção científica, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Brasil esteve, desde seus primórdios, relacionado direta ou indiretamente à atuação do Estado, ao qual sempre coube a maior parcela de responsabilidade na promoção do desenvolvimento das instituições de ciências e tecnologia no país (ROMANI, 1982, p. 135).

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), criado em 1951, objetiva “promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do País e contribuir na formulação das políticas nacionais de ciência e tecnologia”¹². É um órgão diretamente vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MTC) e busca estimular e favorecer as pesquisas científicas em todas as áreas de conhecimento, bem como a formação de pesquisadores em âmbito nacional. O CNPq, através de políticas de fomento a pesquisa, concede seus recursos na modalidade de bolsas, financiamento a

¹² CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPq. Disponível em: <<http://www.cnpq.br>>. Acesso em: 23 dez. 2010.

projetos e outros. Sua história-memória se amalgama com a trajetória da própria ciência no Brasil.

A criação do CNPq em 1951 (Lei no. 1.310 de 15 de janeiro) constitui importante marco nas relações Estado-ciência, estabelecendo, pela institucionalização do papel do Estado enquanto patrocinador direto de pesquisas, novo padrão de relacionamento pelo qual este assume explicitamente a condição e apoio da atividade de produção científica (ROMANI, 1982, p. 135).

Desde 1949, um grupo de 22 pesquisadores trabalhava na redação de um projeto de lei que instituísse o CNPq. Em 1951 foi criado o órgão com a estrutura organizacional definida em presidência; vice-presidência; conselho deliberativo; divisão técnico-científica; divisão administrativa e consultoria jurídica. As comissões técnicas foram dispostas em setores: Matemática; Química; Física; Biologia; Geologia; Agronomia; Tecnologia.

Entre os anos de 1956 e 1964, o CNPq voltou seus esforços à formação e à criação da carreira de pesquisador, à seleção, organização e tratamento das informações técnicas e científicas, às questões ligadas à energia nuclear, à física e à biologia. Em 1956, há cortes drásticos em seu orçamento, comprometendo o desempenho do órgão, principalmente no que diz respeito ao apoio a pesquisas aplicadas e ao fomento de pesquisas científicas individuais.

Em 1964, na institucionalização de um governo ditador e militar, vem à tona o debate sobre o lugar do CNPq nas políticas de ensino e pesquisa nacional, juntamente com a proposta de extinção do órgão. Em novembro de 1964, alteram-se suas leis de criação, aumentando suas funções e atuações, juntamente com a reformulação das políticas de ciência e tecnologia no país.

Também é criada a área de ciências sociais que, em 1974, transforma-se no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico participando ativamente na elaboração do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT – 1972) e no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT – 1984). O CNPq também coordenou o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNDCT – 1975) e, em

1985, sob um novo estatuto e um governo em transição, o órgão passa ser diretamente ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

Outro instituto importante no que diz respeito à pesquisa no país é o de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que tem como objetivo primeiro a “expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação”¹³ Também trabalha fortemente para a disseminação e acessibilidade às produções científicas do Brasil, assim como nos procedimentos avaliativos dos periódicos científicos.

Desde 2007 vem se dedicando à formação de profissionais para atuação na educação básica em todo o território nacional. Sua estrutura organizacional está dividida entre presidência, conselhos superior, técnico científico da educação superior, técnico científico da educação básica, além das coordenadorias que tratam da gestão de pessoas, recursos logísticos, orçamento e finanças, e informática.

Fundada no mesmo ano que o CNPq, em 1951¹⁴, década em que igualmente era criado o IBBDD (1954), a CAPES tinha como objetivo “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país” (CAPES, 2012). Com o início de mais um governo de Getúlio Vargas, a palavra de ordem era a retomada de desenvolvido científico que consolidaria a independência econômica do país. Juntamente como o desenvolvido industrial, requeria-se a formação de recursos humanos altamente qualificados e capazes de lidar com o novo cenário. Assim, dispor de

¹³ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. História e missão. Disponível em: <www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>. Acesso em: 23 dez. 2010.

¹⁴ Também no ano de 1948 é criada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, nos mesmos modelos de outras sociedades como a americana, argentina, britânica e francesa, formada por um grupo de pesquisadores das mais diversas áreas que acreditavam nas ciências como fonte de desenvolvimento e progresso.

Fonte: <http://www.sbpnet.org.br/site/asbpc/mostra.php?id=474&secao=304>

pesquisadores nas áreas de Química, Matemática, Física e Ciências Sociais era importante e urgente.

A CAPES nasceu pelas mãos do educador brasileiro professor Anísio Teixeira, um dos responsáveis pela elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Em 1953 é criado o Programa Universitário que, além de trazer professores estrangeiros como visitantes nas universidades federais de todo o país, fomenta o intercâmbio e o sistema de cooperação com universidades de outros países, onde pesquisadores brasileiros iam estudar. No ano de 1961, o órgão ficou diretamente subordinado à Presidência da República, ainda tendo Anísio Teixeira em sua direção. Com o golpe militar, em 1964, mudam os diretores e coordenadores e o órgão volta a ser vinculado ao Ministério da Educação e Cultura – MEC.

Um ano após os militares assumirem o poder, são criados 38 cursos de pós-graduação, sendo 27 deles em nível de mestrado e 11 em nível de doutorado. No ano seguinte, inicia-se o desenvolvimento do projeto intitulado Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com novas definições nas searas educacionais, como a reforma universitária e regulamentação das pós-graduações no país.

Nesse ínterim, a CAPES assume novos papéis e passa a ter mais recursos para a formação e qualificação dos professores universitários das instituições públicas nacionais. Também tem sob a sua responsabilidade a expansão dos cursos de pós-graduação em todo o país. É em 1974 que vê sua estrutura modificada, ganhando autonomia administrativa e financeira. “A CAPES é reconhecida como órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em 1981, pelo Decreto nº 86.791” (CAPES, 2012). Cabe também ao órgão elaborar, coordenar e avaliar as atividades referentes aos cursos de terceiro grau, objetivando manter a qualidade das instituições de ensino superior e estreitar as relações com pesquisadores, departamentos e universidades.

Mesmo com esse papel central nas políticas de pós-graduação em todo o país, em 1990, no governo de Fernando Collor de Melo, a CAPES é extinta. Um grande movimento de ordem nacional mobiliza as comunidades acadêmicas e científicas. Com apoio do MEC, um mês após sua extinção, o órgão é recriado pela Lei nº 8.028. Interessante ressaltar que, no ano de 1995, as pós-graduações de todo o país contavam com mais de 60 mil alunos distribuídos em mil cursos de mestrado e 600 doutorados. Em 2007, o então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva homologa a Lei nº 11.502/2007 e cria a Nova CAPES, que, “além de coordenar o alto padrão do Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileiro, também passa a induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores para a educação básica” (CAPES, 2012).

A CAPES vem sendo alvo de muitas críticas, principalmente no que diz respeito ao seu sistema de avaliação aos programas de pós-graduação, a produção científica dos pesquisadores vinculados a esses programas, aos critérios de pontuação em revistas acadêmicas. No entanto, não há dúvidas de seu desempenho e atuação positiva no fomento a formação de profissionais, com a titulação *stricto sensu*, em todo o território nacional. Não é o caso discutir aqui o sistema de avaliação desse órgão, que, segundo seu *site*, tem por objetivo servir de instrumento balizador das universidades, em busca de melhorias constantes na qualificação de seus alunos de mestrado e doutorado. Outrossim, é a partir dos resultados dessas avaliações que se formulam e direcionam as políticas de fomento às pesquisas (CAPES, 2012). Por isso, foi necessário mencioná-lo, uma vez que influencia nas dinâmicas internas de programas e revistas científicas.

No que diz respeito à avaliação e à classificação dos periódicos científicos, entende-se que esses espaços são os mais comumente utilizados para as disseminações e acessibilidade do que vem sendo produzido em determinado campo discursivo. Essa classificação é de responsabilidade da CAPES, que anualmente atualiza seus dados. As divulgações dos resultados de pesquisas estão diretamente vinculadas ao intercâmbio de saberes, métodos e teorias. Seus objetivos vão para além da publicização, ou seja, estão (ou deveriam estar) mais voltados para a troca de conhecimento entre pesquisadores,

debates e reflexões. Sendo assim, os procedimentos de avaliação estão também ligados ao processo de desenvolvimento de um campo discursivo e, não deixam de ser também ferramentas de controle do discurso científico.

Por outro lado, o Ministério de Ciência e Tecnologia, bem como o Ministério da Educação, vêm se tornando organismos principais nas pesquisas, no ensino, na formação de pesquisadores e no investimento em equipamentos, nas publicações científicas, na institucionalização de campos discursivos e comunidades acadêmicas. O Brasil é portador de uma herança histórica e patrimonial, é um país onde o desenvolvimento de diversos campos discursivos esteve e ainda está atrelado ao sistema político nacional e aos seus projetos. A necessidade de políticas de fomento a pesquisa se faz tão importante quanto o tratamento informacional adequado às produções e resultados dessas pesquisas.

O Estado-Nação brasileiro foi, e continua sendo, o maior incentivador e financiador das ciências no país. Para se ter uma ideia, em 2008, o governo investiu cerca de 50% do PIB na área de ciência e tecnologia (ALVES, 2009). Portanto, negar a importância de agências reguladoras das ciências na trajetória dos campos discursivos no país seria como negar a própria história-memória das ciências e seus procedimentos que fazem parte do documento-monumento nacional.

3.2 A primeira pós-graduação em Ciência da Informação no país

Foram discutidas, anteriormente, as instituições públicas no Brasil e como continuam sendo as grandes responsáveis pelas pesquisas científicas e tecnológicas no país. Os cursos de graduação e pós-graduação em universidades públicas norteiam seus trabalhos tanto para formação profissional como para formação de pesquisadores, tendo, como relevância, fortes componentes políticos, econômicos e comerciais nas definições dessas orientações.

Na década de 1970, os direcionamentos de pesquisas voltadas para a ciência e tecnologia ainda eram insólitos nas instituições de ensino no país. Com o curso de especialização em informação e documentação científica (CDC – 1956), o IBICT inaugura uma nova vertente de pesquisa, não apenas no Brasil, mas englobando profissionais da América Latina. Segundo Christovão (1995), esse curso apresentava algumas particularidades que influenciavam na criação de um mestrado na área de informação, pesquisa e documentação, como por exemplo:

- na grade curricular do curso constavam disciplinas ainda não oferecidas nas graduações em Biblioteconomia;
- havia grande interesse na aproximação de estudantes de graduação de áreas diferentes;
- praticamente todo o corpo docente era formado por profissionais do próprio IBBD/IBICT, que acumulavam outras funções dentro do órgão juntamente com a docência;
- havia a preocupação curricular voltada para além da coleta e disseminação informacional, que refletisse sobre o valor do conceito informação naquele momento;
- profissionais oriundos de diversos campos de conhecimento transitavam como colaboradores, “tendo sido no final da década de 60 e início da de 70, corresponsáveis pelo planejamento e implantação de sistemas automatizados adequados às necessidades do IBICT” (CHRISTOVÃO, 1995, p. 2).

Incluindo a gestão em Informação Científica e Tecnológica (ICT), o IBICT proporcionava laboratórios práticos na formação dos alunos em Informação e Documentação, ampliando as possibilidades de interações e contribuições entre professores e participantes, valorizando a constituição de recursos humanos na área. No ano de 1970, nasce o primeiro curso de mestrado em Ciência da Informação, em convênio com Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mesmo sendo reconhecido pelo seu trabalho de ponta em informação científica, o

IBICT adentrava em uma seara completamente nova, incipiente teórica e empiricamente.

A literatura internacional vem registrando, há cerca de 20 anos, novas teorias no campo, quase todas de matemáticos e engenheiros, como consequência da aplicação de uma tecnologia nova. A estrutura dos cursos de Biblioteconomia, que não possibilita base de conhecimento teórico em nenhum campo do conhecimento humano e ministra apenas técnicas [...] impede a transmissão dessas ideias em nível de graduação. [...] Tudo leva à convicção de que o mestrado é uma das soluções para o problema, no momento (CHRISTOVÃO, 1995, p. 3).

Novamente investem-se esforços em atrair profissionais de outras áreas, tentando consolidar a CI como campo interdisciplinar. Levavam-se em conta os interesses governamentais para se estabelecer e efetivar um “Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica”, visto como ponto-chave para o desenvolvimento de uma nação. Para muitos pesquisadores da área, como Hagar Espanha Gomes, Célia Zaher (1995; 2005) e outros, o mestrado não foi apenas um chamativo para novos pesquisadores, mas também o movimento fundante para que ocorresse a publicação de uma revista científica. Esse veículo de informação científica possibilitaria o diálogo com pesquisadores estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos da América e da Inglaterra.

Nesse momento, o mestrado em CI foi incluído na estrutura acadêmica da UFRJ, iniciando-se como linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Sua concepção e orientação teórica refletiram as influências nítidas do que preconizava a CI nos Estados Unidos da América, tendo como enfoque seleção, processamento, organização e recuperação da informação. A linha de pesquisa dedicava-se aos estudos dos “meios automáticos, aplicados na solução de problemas informacionais tornados mais evidentes e, no jargão da época, sintetizados na expressão ‘o tratamento ótimo (leia-se automático) da informação para a sua recuperação ótima (idem)’” (CHRISTOVÃO, 1995, p. 3). O usuário também é considerado nesse conjunto e o jargão era “como levar a informação certa ao usuário certo”. A partir dessas preocupações, se compôs a grade curricular do mestrado.

Os professores do primeiro mestrado em CI no Brasil eram pesquisadores oriundos da Grã-Bretanha e EUA, uma vez que, para lecionar nos cursos de pós-graduação era exigida, pelo Ministério de Educação, a titulação mínima de mestre e a área ainda não possuía esses profissionais. Assim que se formavam, esses novos mestres brasileiros foram substituindo os docentes estrangeiros, tanto nas orientações de novas dissertações como nas pesquisas e nos fazeres didáticos do mestrado. Outra coisa importante a ser mencionada é o fato de que, em 1976, com a reestruturação do IBBD passando a ser denominado IBICT, criam-se duas novas vertentes vinculadas ao órgão: a Divisão de Estudos e Projetos (DEP) e a Divisão de Ensino e Pesquisa (DEN), a quem coube a coordenação dos cursos, além das atividades ligadas à pesquisa. Ambos foram incorporando os pesquisadores do IBICT que passaram também a se dedicar à docência.

Assim, atividades de ensino e de pesquisa faziam parte do cotidiano dos profissionais do IBICT que, em 1983, foram transferidas para Brasília desativando as divisões existentes. Não obstante, um novo convênio é firmado com a UFRJ e o mestrado inserido na estrutura da universidade. Os professores/pesquisadores passam a ser vinculados diretamente ao CNPq. No ano de 1990 a Divisão de Ensino e Pesquisa (DEN) é reativada como departamento sob a sigla DEP. O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação ganha maior autonomia e é criado o doutorado em 1992.

A agregação de linhas de pesquisa e disciplinas do recente doutorado levou à necessidade de uma intensa reformulação curricular. Segundo Gonzalez de Gómez (2009, s.p), os mesmos professores/pesquisadores do mestrado, juntamente com o corpo discente, ficaram dispersos em linhas de pesquisas diferentes e próximas. Era preciso pensar em alternativas curriculares que as unificassem, tanto as linhas de pesquisa do mestrado quanto as do doutorado.

A necessidade de reformulação curricular foi intensificada por três fatores. Os dois primeiros seriam institucionais: um interno ao IBICT, a criação do Doutorado em Ciência da Informação (DCI), e outro externo, a mudança da política de formação de mestres e doutores por parte da Capes. Quanto ao terceiro, este seria decorrente do desenvolvimento da ciência da informação (CHRISTOVÃO 1995, p. 4).

Os debates em torno da grade curricular estavam diretamente relacionados ao entendimento que seus pesquisadores tinham da área de atuação. Obviamente tais debates influenciariam na reformulação dos currículos de mestrado e doutorado e na busca de constituir um *corpus* teórico sólido para a CI. As novas modificações curriculares só foram experimentadas pelos alunos ingressantes em 1999 e em 2003, quando entrou em vigência uma estrutura curricular mais enxuta, com área de concentração e três linhas de pesquisa. Essa estrutura foi modificada novamente em 2008 com novo programa e novo convênio entre UFRJ e IBICT (Ver ANEXO 4).

Em novembro de 2000, finda o contrato entre UFRJ e IBICT. Entre o período de 2000 e 2003 não houve processo seletivo para o mestrado nem para o doutorado. As avaliações foram retomadas em 2003, a partir de um novo convênio, dessa vez com a Universidade Federal Fluminense (UFF). Os contextos institucionais do IBICT e do PPGCI têm assim diferentes vinculações, com o deslocamento do PPGCI/IBICT para as estruturas acadêmicas universitárias da UFRJ, depois UFF e novamente UFRJ, em 2008. Além das modificações nas grades curriculares, momentos como esses revelam rupturas na trajetória da primeira pós-graduação da área no país.

Cisões dessa natureza, somadas a currículos encapsulados, por certo geram inquietante forma de combate à inovação e à criatividade. Além do que, não se coadunam nem com a ciência contemporânea, nem com a ciência da informação como percebida na atualidade. Muito menos com um programa de pós-graduação, que, mesmo dentro de suas enormes limitações, soube manter-se flexível e aberto a novas ideias e percepções ao longo de sua história (CHRISTOVÃO, 1995, p. 5).

Não há dúvida de que o IBICT favoreceu a pós-graduação em CI, imprimindo-lhe uma identidade que, segundo Gonzalez de Gómez (2009, s.p), é “por vezes real, por vezes idealizado, outras, controvertido”.

Com três fases bem distintas, a pós-graduação se apresenta, entre 1970 e 1982, com um conteúdo curricular predominantemente instrumental e com ênfase nas categorias operacionais da área. Entre 1983 e 1992, com o funcionamento na ECO/UFRJ, sua estrutura apresentava maior flexibilidade e uma clara preocupação com a interdisciplinaridade. A terceira fase, 1992-2002, coincide com o início do doutorado em CI e com uma estruturação independente dentro do programa de pós-graduação da ECO/UFRJ. O objetivo era “formar recursos humanos capazes de aplicar as mais avançadas tecnologias de informação em bases de dados, serviços, centros, redes e sistemas de informação, componentes indispensáveis e estratégicos à infraestrutura de informação nacional.” (IBICT, 2009)¹⁵.

Nessa seara, o periódico Ci. Inf. nasce como espaço de publicação do mestrado em CI, no ano de 1972, quando a primeira turma defendia suas dissertações. Sendo assim, foi palco de emergência discursiva da área, dividindo, juntamente à pós-graduação, diálogos acadêmicos dentro do IBICT.

¹⁵Histórico da Estrutura Curricular PPGCI - IBICT encontra-se de forma completa em Anexo 4. Esse documento é bastante significativo, pois retrata não apenas as propostas matriciais de uma pós-graduação como também as ideologias que perpassam todo o programa e as pesquisas nele inseridas.

4 O PERIÓDICO CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – O PRIMEIRO ESPAÇO DO DISCURSO DA CI NO BRASIL

Podemos considerar a ciência como um sistema de informação de produção, incluindo a informação na forma de publicação, considerando a publicação de qualquer informação registrada em formatos permanentes disponíveis para uso comum (SPINAK, 1998, p. 141).¹⁶

Esse capítulo tem como objetivo contextualizar histórica e empiricamente as revistas científicas, bem como a trajetória do periódico Ci. Inf. e seu papel como disseminador da produção científica da área no país. Também busca contextualizar a problematização do objeto de pesquisa deste espaço.

Os registros e documentação da memória, práticas humanas, suas mensagens e experiências fizeram parte da trajetória social da humanidade. Seja pela oralidade, pelas artes ou pelos primeiros escritos. As múltiplas formas de comunicação estiveram, e estão sempre presentes, nos fazeres pedagógicos do homem (SHIKIDA, 2007).

Quando se depara com escritos científicos, observa-se que os mesmos perpassam por intencionalidades semelhantes. Meadows (1999) chama a atenção para a formação de comunidades científicas e seus procedimentos de comunicação, ainda no século XVII, em especial na área das ciências naturais. Nesse tempo histórico surgem os periódicos científicos em uma Europa iluminista, efervescente com a revolução industrial e o aperfeiçoamento da imprensa. Para o autor (1999), as comunicações científicas continuam sendo as ferramentas mais dinâmicas, competentes e produtivas no debate com as comunidades científicas e seus pesquisadores. Desde o seu surgimento no século XVII até a atualidade, presencia-se uma significativa ampliação e permuta das ciências e suas práticas.

Pinheiro (1995) pontua sobre o aparecimento do primeiro periódico de cunho estritamente científico na comunidade acadêmica. Data de 1665, em

¹⁶Tradução livre de: Podemos considerar a la ciencia como un sistema de producción de información, en particular información en la forma de publicaciones, considerando publicación a cualquier "información registrada en formatos permanentes y disponibles para el uso común" (SPINAK, 1998, p. 141).

Londres, com o nome de *Philosophical Transactions of Royal Academy*. Também em Paris, na mesma época, surge o *Journal des Sçavans* com 20 páginas e dez artigos. O seu objetivo primeiro era a publicação de notícias referentes a pesquisas e ao desenvolvimento científico. Além disso, publicava cartas e notas de pesquisadores, resumia conteúdos de livros e descrevia relatos de experiências nos campos da física, química, engenharia e anatomia (BARRETO, 2008).

Com advento da imprensa, esse universo aumentou em volume e disseminação e, ainda no século XIX, verifica-se a publicação de artigos no formato que conhecemos hoje. No Brasil, com a transferência da Família Real (1808), iniciam-se as preocupações com a ciência e a cultura, até então relegadas às informações que vinham da Europa em geral. É no ano de 1827 que começam a circular os primeiros escritos nessa linha de periódicos. Em 1862, é criado o *Gazeta Médica do Rio de Janeiro* e, em 1866, o da Bahia, ambos na área de medicina. Ressalta-se que a literatura científica nasce juntamente com o entendimento de que o saber levaria ao progresso humano (FREITAS, 2006).

Mas o que são os periódicos científicos nas searas das ciências? Para Bufrem (2010, p. 26), “representam grande parte da consolidação do conhecimento desenvolvido por uma ciência”. Diante dessa assertiva pode-se considerar que, em um periódico consolidado e regular de uma área, acha-se registrada, de forma relevante, a trajetória científica da área.

A informação contida nos periódicos se presta a muitas finalidades (pesquisa, ensino, serviços de alerta, leitura básica, etc.) para os cientistas, tanto no contexto universitário quanto no não universitário [...] eles relatam que os artigos são de grande importância para seu trabalho, mais do que qualquer recurso informacional (TENOPIR; KING, 2001, p. 23, *apud* BUFREM *et al*, 2010, p. 26).

O movimento de uma revista científica retrata não apenas o percurso acadêmico de uma ciência, como também as conjunturas políticas, econômicas e conceituais. Esses suportes informacionais têm sido fontes investigativas, em áreas diversas do conhecimento, uma vez que através, e a partir delas, é possível pesquisar as relações entre ciência e sociedade, campo científico e

pesquisadores, regularidade e política, formando verdadeiras redes de trocas e comunicações. Essas redes podem ser delineadas através de procedimentos gerais da comunicação do conhecimento, como expresso na Figura 1, a seguir:

Figura 1 Processo geral de comunicação de conhecimento



FONTE: Adaptação do ciclo da informação na pesquisa, segundo Redmond (*apud* GARCIA, 1980, p. 43).

Nesse sentido, as publicações primárias, como periódicos, monografias e outros, desempenham uma singular importância em se tratando de produção, acesso e disseminação do conhecimento científico. A ciência e suas produções têm nas publicações a representação de seu desenvolvimento, mapeamento de seus percursos temáticos, espaço de apreciação, refutação, concordância e permutas. Além disso, é nas publicações que se encontram os procedimentos metodológicos, suas diversidades e aplicabilidades que, sem dúvida, enriquecem o campo de conhecimento em que estejam inseridas.

As mesmas exercem papel central nos indicadores de produção de uma determinada área e isso pode ser verificado nas práticas do *Institute for Scientific Information* (ISI) e do *Social Science Citation Index* (SSCI). São espaços que procuram mensurar as publicações e produções das principais revistas internacionais nas áreas das ciências puras, aplicadas, médicas e das ciências sociais. Esses são indicadores disponíveis a toda a comunidade científica que, por sua vez, exerce um papel essencial na construção do conhecimento social.

Há que se lembrar, também, da demarcação, dos limites e da proteção da produção intelectual do pesquisador. Ao socializar os resultados de seus estudos, o pesquisador não apenas está compartilhando conhecimento, mas também buscando ser reconhecido no mundo acadêmico. Assim, pode-se afirmar que a publicação objetiva “divulgar suas descobertas científicas, proteger sua propriedade intelectual e trazer o reconhecimento de seus pares” (SILVA; MENEZES; PINHEIRO, 2003, p. 1). Do procedimento de publicação depende também a disseminação do conhecimento construído e constituído.

Para Samile e Caregnato (2003), o desenvolvimento e os procedimentos científicos são conduzidos por esse fluxo informacional promovido pelas publicações que, alfim, se consolidam como conhecimento. Assim, publicar é preciso. Mais que preciso, é um dever do pesquisador, pois essa é a forma mais direta de disseminar o conhecimento. Meadows (1999) afirma que a disseminação do conhecimento científico, a partir das publicações, é tão importante para a ciência como a própria produção do conhecimento. Já para Griffith (1989), esse é um dos poucos procedimentos comuns a todos os campos de saber. Sendo assim, é a partir desses procedimentos que pesquisas individuais tornam-se coletivas e abrem espaços para o debate das ciências.

É impensável conceber uma área de conhecimento científico sem pesquisadores. Um campo de conhecimento se faz de pesquisadores, pesquisas, publicação, diálogos e trocas. É uma necessidade dos sujeitos das ciências, que, já em 1603, criavam a Academia de Lince, Itália, onde cientistas como Galileu promoviam não só a primeira sociedade científica da Europa como o primeiro

espaço de diálogo institucionalizado do período. Na Inglaterra nasce a *Royal Society*, fundada em Londres dia 28 de novembro de 1662. Em 1666, nasce a Academia de Ciências de Paris e em 1700 em Berlim.

Barreto (2008, p. 3) traz a seguinte contribuição para essa reflexão.

A luta por uma distribuição adequada do conhecimento produzido pela humanidade vem desde o século XVII passando por antigas instituições e grupos europeus e americanos do norte, como a construção da Enciclopédia de Diderot e D'Alembert. Paul Otlet e seu grupo na Bélgica, Vannevar Bush e seus pesquisadores na segunda guerra mundial, a aldeia global de Marshal McLuhan, as ideias de Roland Barthes, Jaques Derrida, os "mitemas" de Claude Lévi-Strauss, a Arqueologia do Saber de Michel Foucault e o Decuverse global de Theodor Nelson.

Um periódico científico pode ser entendido como fonte de registro, acesso e disseminação das produções científicas, entre suas muitas definições. As publicações elevam a importância e a dimensão de um determinado campo de pesquisa, bem como a troca de conhecimento entre pares, a garantia da propriedade intelectual e o resguardo da produção de uma ciência. Todos esses predicados conduzem não só ao crescimento de um campo científico, como à confirmação e sustentação do próprio periódico.

Outro aspecto merecedor de atenção é o crescimento do uso das redes *onlines* e todas as possibilidades de publicação que as novas tecnologias vêm promovendo. Com isso, os periódicos científicos ganharam novos suportes de registro, as chamadas revistas eletrônicas. Ao fim e ao cabo, a função exercida pelos suportes informacionais, impresso e *online*, é a mesma. O que os diferencia são os modos comunicacionais mais ágeis, economicamente mais acessíveis e as perspectivas positivas e facilitadoras de *links* diversos em hipertextos.

Muitos dos autores discutidos aqui concordam com as pontuações de Merton e Ziman (1969, 1979, *apud* ALVARENGA, 1996, p. 106), quando estes afirmam que o imperativo de todo campo científico é a publicação. É uma afirmação que pode ser contextualizada em todos os campos disciplinares que se querem científicos. Sendo o espaço consagrado para o registro e a comunicação de tudo o que vem sendo construído em termos de conhecimento e pesquisa, as

revistas científicas asseguram a visibilidade e a produção intelectual dos autores, por isso deveria haver maior demanda para publicação.

Então, para além das bases filosóficas e conceituais de uma ciência, sua institucionalização depende de outras instâncias de reconhecimento que a diferenciem do senso comum. Além de conceitos, teorias, metodologias há necessidade de instâncias legitimadoras que estejam também ligadas ao acesso e à disseminação da produção científica. Formam uma rede colaborativa que não se limita às publicações em revistas científicas, mas, sem dúvida, tem nelas um ancoradouro para a literatura, debates e reflexões. Relatórios de pesquisa, resumos de trabalhos, comunicações orais e escritas, anais de congressos são espaços de se fazer ciência e os livros e periódicos favorecem a seleção, organização e acesso a todos esses trabalhos que são expostos e passíveis a constantes diálogos entre pesquisadores da área.

Figura 2 Estruturas formais e sociais da ciência



Fonte: Elaborada pela autora.

Para Zimam (1968 s.p.), “Uma área científica sem a sua literatura não existe, pois sem o aval dos pares, o conhecimento produzido por uma pesquisa não é validado e não é considerado científico”. Sem dúvida, o periódico científico é canal formal de conversação, além de ser uma excelente fonte documental da história das ciências.

4.1 Textos e contextos do periódico Ciência da Informação

É na segunda metade do século XX que o mundo presencia “uma explosão informacional”. A necessidade de selecionar, organizar, tratar, disponibilizar e tornar acessível, de forma equânime, o volume cada vez mais crescente de informação tornou-se primordial. Mesmo sendo a Biblioteconomia, a Documentação, a Arquivística e a então novíssima Ciência da Informação áreas de conhecimento que se dedicam a tais questões, o debate de como filtrar, selecionar e disseminar tamanho volume informacional vem se fazendo presente nas ciências como um todo.

Para Rousseau (1998), estudos que se dedicam ao entendimento das ciências e de suas práticas precisam ter claro que a produção científica é o que baliza e dá forma a um campo de saber. Afirma ainda que essa produção é dialogada e moderada pelos cientistas da área; que os resultados das pesquisas precisam ser publicados e submetidos aos pares; que toda literatura de um campo de saber serve de termômetro da área. Por fim, que a análise de temáticas, autores e citações das produções científicas publicadas é indicadora de fluxos e de uma complexa rede de conhecimento.

[...] A comunicação científica é definida como o processo que incorpora as atividades associadas à produção, disseminação e uso da informação, desde o momento em que o cientista concebe uma ideia para pesquisar até que a informação acerca dos resultados seja aceita como constituinte do estoque universal do conhecimento (GARVEY; GRIFFITH, 1979, *apud* OLIVEIRA; DUARTE, 2007, p. 2).

Obviamente a Ciência da Informação, quando pretendeu legitimar-se como campo científico no país, buscou por esses aportes comunicacionais característicos a um campo de conhecimento. Quando se remete à legitimação, à sustentação e até mesmo à reificação da CI no Brasil, necessita-se procurar pelas suas múltiplas instâncias de emergências discursivas. O periódico *Ci Inf.* exerceu esse papel de texto e contexto da nova área de saber que despontava fortemente na década de 1970.

Ao escolher esse universo de emergência discursiva como objeto desta tese, levou-se em consideração o suporte de troca, diálogo, de apresentação ao público em geral do que estava sendo discutido e produzido em nível nacional. Assim é relevante pensar no periódico *Ci. Inf.* como aquele que não se limitava, e não se limita, a publicar artigos, mas também informativos, fazer divulgação de eventos, pesquisas, lançamentos de obras, resenhas, recessões, relatos de experiência em níveis nacional e internacional. Ferreira (1996, p. 1) mostra que o objetivo primeiro desse periódico foi o de:

Discutir a geração, controle, transferência de informação, na contemporaneidade e em uma nova ciência [...]. A revista cumpre o seu papel de disseminador, além-fronteiras, do conhecimento gerado em território nacional [...]. Das técnicas de organização, controle de estoque de informação, avaliação, passa pela sua aplicação contextual, sistemas de rede e redes eletrônicas, como a Internet (FERREIRA, 1996, p. 1).

Complementando a citação de Ferreira (1996), acredita-se que a revista *Ci. Inf.* vá além do universo da jovem pós-graduação em CI no Brasil. Cumpre o papel de ser a instância de emergência discursiva da CI no país e na América Latina, sendo um canal formal de comunicação, diálogo e troca de conhecimento entre pesquisadores da área e de campos que o tangenciam.

A primeira comissão editorial do periódico foi formada pelas pesquisadoras Hagar Espanha Gomes, Gilda Maria Braga, Laura Maia de Figueiredo, Maria Beatriz Pontes de Carvalho, com apoio de CNPq. Na entrevista concedida a Pinheiro (1995, p. 2), Hagar Espanha Gomes afirma que a revista, assim como sua comissão editorial:

Foi criada por imitação de outros modelos, sabíamos que era preciso selecionar material e que a formação de uma comissão seria o meio formal de tratar deste assunto. Não se tinha ideia do *referee* como filtro de qualidade na CI. Não se tinha tradição em pesquisa, nem modelos já formulados a seguir. Muito depois foi introduzida a disciplina comunicação científica daí a tomada de consciência para certas ações acadêmicas, contato com a sociologia da ciência foi importante (PINHEIRO, 1995, p. 2).

A revista teve como encargo ser o caminho que atraísse pesquisadores, disseminasse a produção científica, promovesse diálogos e a solidificação da área. A pesquisadora Hagar Espanha Gomes, diretora da primeira comissão editorial da revista *Ci. Inf.*, em entrevista concedida a Lena Vânia Ribeiro Pinheiro, no ano de 1995, remete ao caráter transdisciplinar da área de CI e a coerência que o periódico conseguiu garantir ao longo dos anos. Para Gomes (1995), o grande desafio era não só a publicação do periódico, mas a qualificação da área como ciência:

A ideia da revista estava no ar, o instituto via um momento de efervescência, mestrado e outras tantas atividades acadêmicas, primeiros projetos. A fonte de energia era a Célia Ribeiro Zaher, presidente do IBBB. A mola propulsora para a área foi a introdução do computador e os primeiros projetos de pesquisa para o desenvolvimento da área. Não havia modelo, não havia tradição, não havia pesquisadores (GOMES *apud* PINHEIRO, 1995, p. 1).

Inicialmente, a revista *Ci. Inf.* teve publicação semestral e, a partir de 1992, passou a ser quadrimestral, sem nenhuma interrupção. Não obstante, para Gomes (1995 *apud* PINHEIRO, 1995, p. 2), a publicação quadrimestral não é um cenário muito consolador, levando em consideração tantos cursos de pós-graduação e os poucos periódicos da área, além da irregularidade na periodicidade dos mesmos. Para a pesquisadora, o importante é questionar onde estão os mestres e doutores da área e por que praticamente não há autores fora da vida acadêmica.

Por outro lado, um aspecto importante a ser analisado se refere aos apoios institucionais à publicação de periódicos científicos, uma vez que esse periódico sempre apresentou o suporte de um instituto sólido como IBICT. Esse é um dado que não pode ser desconsiderado no universo de pesquisa no Brasil, pois são poucas as revistas científicas que apresentam continuidade e periodicidade como a *Ci. Inf.*. Estudos demonstram que grande parte dos

periódicos científicos nacionais publicados é apoiada por órgãos governamentais, como o CNPq e está vinculada a instituições de ensino superior público. Novamente se faz pontual o papel do Estado Brasileiro na construção, constituição e consolidação do conhecimento e pesquisa.

No sistema de classificação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a revista é qualificada em Qualis A.¹⁷¹⁸

Na descrição do ISSN¹⁹, o periódico Ci. Inf. é assim apresentado:

ISSN: Impresso: 0100-1965
Eletrônico: 1518-8353 (atribuído em 05 out. 2005).
Periodicidade: Semestral até 1991 – Exceto em 1976 v. 5 n. 1/2 e 1980 v. 9 n. 1/2.
Quadrimestral a partir de 1992
Local: Rio de Janeiro, RJ até 1979. Brasília, DF a partir de 1980.
Editor: IBBD – Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) até 1975 (v. 1 n. 1 até v. 4 n.2). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) a partir de 1976
Período: 1972 – 2007
Disponibilidade: Impresso e Eletrônico
Site: <http://www.ibict.br/cienciainformacao>

Atualmente, a revista tem todos os seus números disponíveis *online*, com acesso gratuito, o que, sem dúvida, aumenta os espaços e as possibilidades de trocas e interações do conhecimento. Também tem seus artigos indexados em

¹⁷ Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. [...] A classificação de periódicos e eventos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero. Fonte: CAPES. Classificação do Qualis. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/2550-capes-aprova-a-nova-classificacao-do-qualis>>. Acesso em 12 dez. 2011.

¹⁸ No Apêndice 1, encontra-se a classificação Qualis de alguns periódicos da área.

¹⁹ O ISSN é um número padrão composto de oito dígitos, incluindo um dígito verificador e precedido pelo prefixo ISSN, atribuído a uma publicação seriada pela Rede ISSN. O ISSN (*International Standard Serial Number*) é um número de identificação único, internacionalmente reconhecido para publicações seriadas que, uma vez conferido, torna-se um atributo individual do título pelo tempo que for editado, sob um determinado título. Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT. Disponível em: <<http://www.ibict.br/secao.php?cat=ISSN/FAQ-ISSN#1>>. Acesso em: 27 out. 2008.

*Paschal Thema: Science de L' Information; Documentation; Library and Information Science Abstracts; PAIS Foreign Language Index; Information Science Abstracts; Library and Literature; Páginas de Contenido: Ciencias de la Información, Educación: Notícias de Educación, Ciencia y Cultura Iberoamericanas e Referativnyi Zhurnal: Informatika*²⁰.

A revista Ci. Inf. tem como política editorial a publicação de trabalhos e resultados de pesquisas inéditas na área da Ciência da Informação ou ainda relacionados a ela. Sua página eletrônica apresenta a conceituação de Ciência da Informação como “a área interdisciplinar concernente ao estudo dos fenômenos ligados à produção, organização, difusão e utilização de informações em todos os campos do saber”²¹. Tal conceito amplia e insere temas como educação, cultura e estudos vinculados às novas tecnologias informacionais e seus desdobramentos.

Em cada sessão da revista apresenta-se uma política editorial específica (modelo das Políticas de Seção em Anexo 2), que conta com “um grupo de especialistas de notório saber”, em seus procedimentos de avaliação. No entanto, não deixa esclarecidos, em seu sítio eletrônico, os critérios de seleção desses avaliadores de notório saber. As propostas submetidas são enviadas a, pelo menos, dois desses especialistas que, por sua vez, devem apresentar condições de debater os temas tratados. Segundo a página oficial da revista, a identidade dos autores de trabalhos submetidos não é apresentada aos avaliadores e os artigos são distribuídos de acordo com as demanda de cada temática. Assim, busca-se preservar a isenção dos processos avaliativos. Os trabalhos selecionados são enviados ao comitê editorial, esse sim, responsável pela seleção final dos que serão publicados (Normas editoriais da revista se encontram textualmente no Anexo 3)²².

²⁰ A listagem completa de locais onde a revista é indexada encontra-se no Anexo 1.

²¹ IBICT. Políticas Editoriais. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf>>. Acesso em: 27 out. 2008.

²² No Anexo 5 encontra-se o fluxograma dos procedimentos editoriais da revista, disponível no sítio eletrônico da Ci. Inf.

Outro dado importante, encontrado nas páginas oficiais da revista, refere-se ao número de trabalhos submetidos anualmente, de avaliadores e de artigos publicados e a porcentagem de rejeição. A Tabela e gráficos abaixo apresentam a leitura dessas informações nos anos de 1972 a 2007. Os dados são referenciais na busca pela compreensão do crescimento e solidificação do campo da CI ao longo dos anos pesquisados e estão disponíveis no *site* da revista eletrônica Ciência da Informação:

Tabela 1 Relação de artigos submetidos à avaliação e índice de rejeição anual

ANO/ITEM ANALISADO	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Total de submissões	19	19	18	15	10	18	19	13	9	12	14	17	16
Avaliados por Pares	19	19	18	15	10	18	19	13	9	12	14	17	16
Itens Publicados	18	19	16	15	10	18	18	13	9	12	14	17	16
Rejeitados	1	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Rejeitados	5%	0%	11%	0%	0%	0%	5%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Presidente/Diretores IBICT	HAGAR ESPANHA GOMES	HAGAR ESPANHA GOMES	HAGAR ESPANHA GOMES	HAGAR ESPANHA GOMES	JOSE ADOLFO VENCOWISKY	JOSE ADOLFO VENCOWISKY		ROSALVO MARIANO DA SILVANETO	AFRANIO CARVALHO AGUIAR	AFRANIO CARVALHO AGUIAR			
Presidente/Diretores IBICT						CARLOS AUGUSTO ALBUQUERQUE	CARLOS AUGUSTO ALBUQUERQUE	CARLOS AUGUSTO ALBUQUERQUE					
Presidente/Diretores IBICT								PAULO DE SOUSA MORAES	PAULO DE SOUSA MORAES				

(1 de 3) continua...

ANO/ITEM ANALISADO	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Total de submissões	17	23	31	18	25	29	48	47	52	39	57	62
Avaliados por Pares	17	23	31	18	25	29	46	47	52	39	57	62
Itens Publicados	17	23	31	18	25	28	46	47	51	39	57	62
Rejeitados	0	0	0	0	0	1	2	0	1	0	0	0
Rejeitados	0%	0%	0%	0%	0%	4%	4%	0%	2%	0%	0%	0%
Presidente/Diretores IBICT	ANTONIO AGENOR BRIQUET DE LEMS	ANTONIO AGENOR BRIQUET DE LEMS	ANTONIO AGENOR BRIQUET DE LEMS	ANTONIO AGENOR BRIQUET DE LEMS	ANTONIO AGENOR BRIQUET DE LEMS	ANTONIO LISBOA DE CARVALHO MIRANDA	ANTONIO LISBOA DE CARVALHO MIRANDA	ANTONIO LISBOA DE CARVALHO MIRANDA				
Presidente/Diretores IBICT					LUIZ ANTONIO GONÇALVES DA SILVA	LUIZ ANTONIO GONÇALVES DA SILVA		JOSE RINCON FERREIRA	JOSE RINCON FERREIRA	JOSE RINCON FERREIRA	JOSE RINCON FERREIRA	JOSE RINCON FERREIRA
Presidente/Diretores IBICT												

(2 de 3) continua...

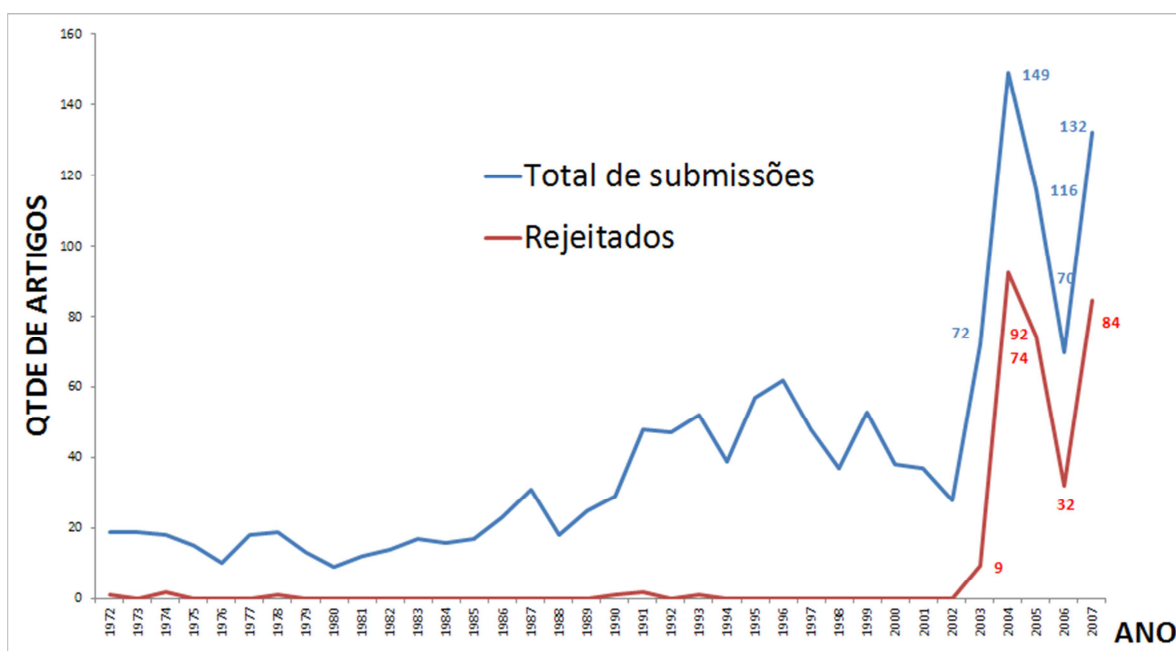
conclusão ...

ANO/ITEM ANALISADO	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total de submissões	48	37	53	38	37	28	72	149	116	70	132
Avaliados por Pares	48	37	53	38	37	28	72	149	116	70	130
Itens Publicados	48	37	53	38	37	28	56	57	42	37	45
Rejeitados	0	0	0	0	0	0	9	92	74	32	84
Rejeitados	0%	0%	0%	0%	0%	0%	13%	62%	64%	46%	64%
Presidente/Diretores IBICT				CARLOS AMÉRICO PACHECO	CARLOS AMÉRICO PACHECO	MARISA BRASCHER BASÍLIO MEDEIROS	MARISA BRASCHER BASÍLIO MEDEIROS	PAULO BLANCO BARROSO	EMIR JOSÉ SUAIDEN	EMIR JOSÉ SUAIDEN	EMIR JOSÉ SUAIDEN
Presidente/Diretores IBICT	JOSE RINCON FERREIRA	JOSE RINCON FERREIRA	JOSE RINCON FERREIRA		ALMIRO BLUMENCHEIN		NILSON LEMOS LAGE	NILSON LEMOS LAGE			
Presidente/Diretores IBICT					ELOIDE SOUZA GARCIA	ELOIDE SOUZA GARCIA					

(3 de 3).

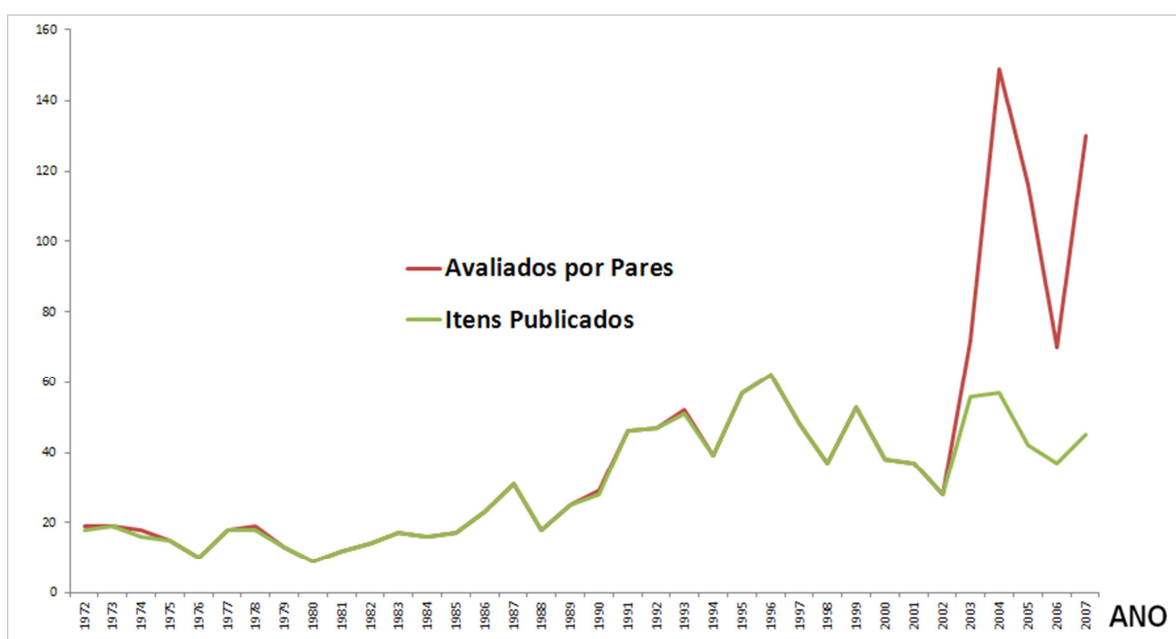
Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados encontrados no endereço eletrônico <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf>

Gráfico 1 Artigos submetidos X Artigos rejeitados

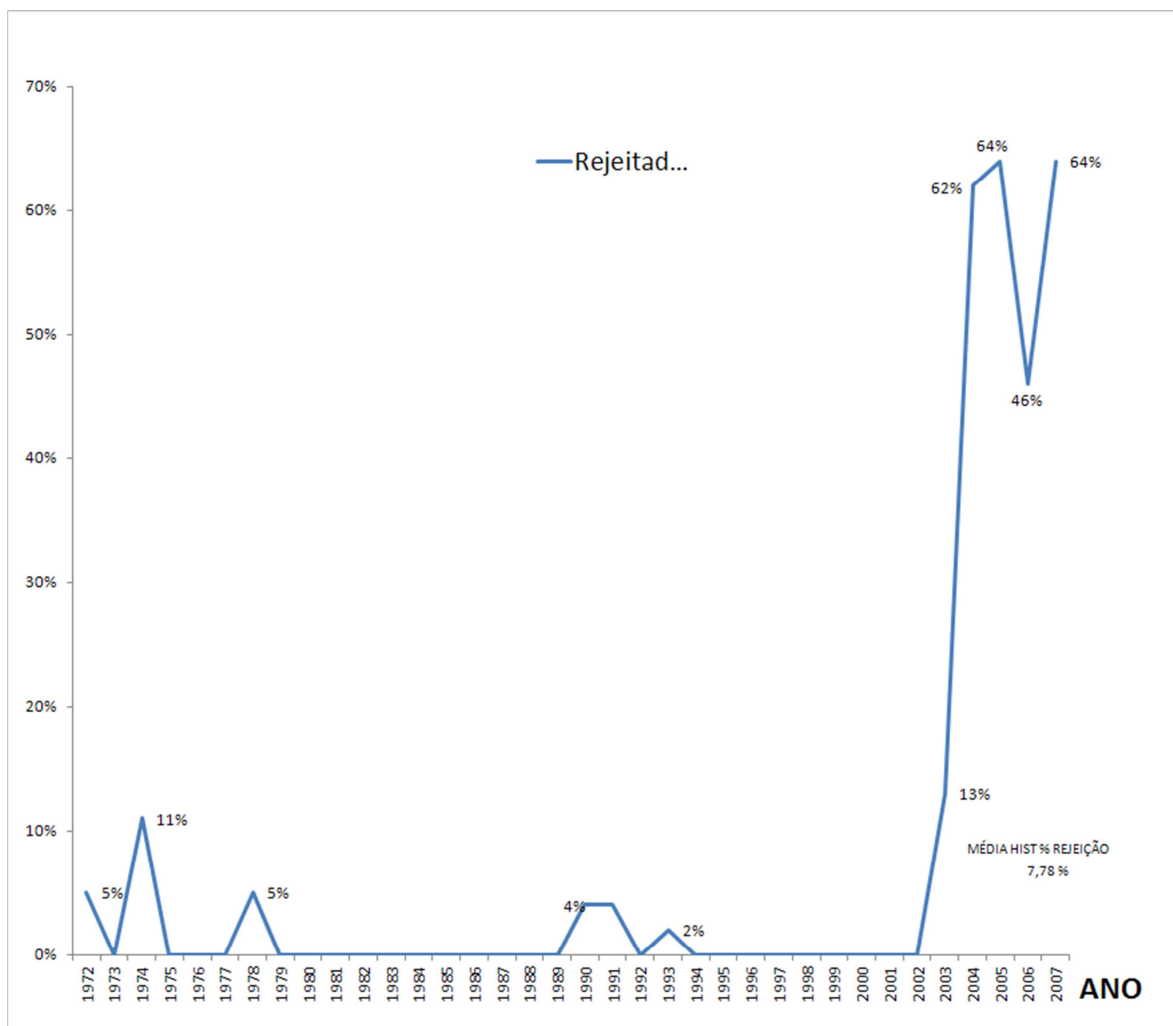


Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados encontrados no endereço eletrônico <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf>

Gráfico 2 Artigos avaliados por pares x Itens publicados



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados encontrados no endereço eletrônico <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf>

Gráfico 3 Artigos rejeitados

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados encontrados no endereço eletrônico <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf>

A tabela e os gráficos acima apresentam alguns dados que merecem maior detalhamento:

- quanto ao “Total de Submissões”, pode-se concluir que, entre 1972 e 2002, 888 itens foram apresentados. A partir de 2003 cresce 276,33%. No período compreendido entre 2003 e 2007, o número de submissões chegou a 539.
- item “Avaliado por Pares” demonstra números em sintonia, apresentando, entre 1972 e 2002, 886 itens; entre 2003 e

2007, observa-se crescimento similar ao total de submissões, com 537 itens avaliados, o que representa um crescimento de 275,78%.

- as publicações apresentam um dado significativo, pois, entre 1972 e 2002, o percentual de itens publicados é de 99,09% do total de itens submetidos. Já a partir de 2003, esse item cai de forma expressiva, representando 43,97%, ou seja, de 539 itens submetidos apenas 237 foram publicados.
- por consequência, o índice de rejeição apresenta um crescimento significativo no período. Entre 1972 e 2007, o percentual médio de rejeições foi de 7,78%. Entre 1972 e 2002, foi de 1%. A partir de 2003, o percentual sobe para 49,8%.

Os dados denotam que a área encontra-se em uma crescente ratificação. Por exemplo, se, em 1972, 19 itens foram submetidos à avaliação e 18 foram publicados, os totais da década de 1970, ainda oscilante, terminam com um grupo de 131 itens submetidos à avaliação, com 127 materiais efetivamente publicados. Já na década de 1980, a revista mantém sua periodicidade semestral, tendo 182 itens submetidos à avaliação e o mesmo número em publicações, 182, sem nenhum índice de rejeição.

Em 1992, a revista passa a ser quadrimestral, com 47 artigos publicados e nenhum item rejeitado. Há que se observar que, a partir dos anos de 2001, o considerável crescimento de oferta de materiais a serem submetidos para publicação é real e aumenta em igual proporção o número de rejeição. Em 2007, foram: 132 materiais submetidos à avaliação, sendo que desses 130 foram efetivamente avaliados e apenas 45 deles publicados. Um índice percentual de rejeição de 83 itens, 64% de todo o material oferecido.

Algumas questões tornam-se pertinentes no contexto dos dados apresentados pelo gráfico e pelas tabelas: Quem escolhe os pareceristas? Como são definidos os “notórios saberes”? Quais são os critérios de escolha? Por que um índice tão alto de rejeição a partir de 2003, em específico? Qualidade dos trabalhos? Limites do editorial da revista?

É bem verdade que o número de pós-graduações em Ciência da Informação no Brasil cresceu expressivamente. Considerando a revista *Ci. Inf.* como um dos espaços de socialização, disseminação e avaliação do que vem sendo produzido em termos teóricos e empíricos, talvez o elevado índice de rejeição se justifique. Para se ter uma ideia, atualmente o país conta com onze programas de pós-graduações em CI. Deste total, seis deles oferecem mestrado e doutorado: Universidade Federal de Minas Gerais (início do doutorado em 1997); Universidade Federal do Rio de Janeiro/IBICT (início do doutorado em 1994); Universidade de São Paulo (início do doutorado em 1991); Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Campus Marília (início do doutorado em 2005); Universidade Federal da Bahia (início do doutorado em 2005); Universidade de Brasília (início do doutorado em 1992). Também se considera que, por esses fatores, eleva-se em número e qualidade de produção acadêmico-científica da área, promovendo e possibilitando uma maior criticidade de seus pesquisadores, ou seja, “a qualidade da revista, expressa através de contribuições advindas dessa comunidade, tende a ser mais exigida” (FORESTI, 1986, p. 147).

Entretanto, há outros aspectos que devem ser considerados. Partindo do princípio de que não existem documentos isentos de objetivos e escolhas e considerando os materiais publicados na revista *Ci. Inf.* como documentos de análise, os critérios de seleção do que será ou não publicado passa pelo viés positivista. As políticas de publicação disponíveis no sítio eletrônico da revista deixam entrever que há interesses temáticos por parte dos avaliadores e comissão editorial, os estilos de escritas não são identificados e que tais avaliações são por si só autênticas e legítimas, não

interferindo nos processos de construção de verdade na área. Em outras palavras, uma visão positivista do documento, onde se afirma não haver intencionalidade e subjetividade nos procedimentos de seleção editorial da revista.

Ora, até onde se reconhecem, mesmo as tais políticas editoriais são construções históricas, datadas, localizadas e organizadas por sujeitos igualmente históricos. São produtos de uma sociedade científica que fabrica o seu próprio documento-monumento e é, antes de tudo, um sistema de inclusão de uns e exclusão de outros. O que fica

É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias (LE GOFF, 1996, p. 547).

Esse é o processo de existência e sobrevivência de um periódico científico, que o torna monumento-documento de uma área de saber. Não há dúvidas de que a revista *Ci. Inf.* seja reconhecidamente uma das superfícies de emergência discursiva na área e que provavelmente essa análise possa dar um panorama histórico mais próximo do que, efetivamente, a CI influenciou e influencia na trajetória nacional do ICT, no país.

4.2 O objeto: problematizando o periódico em análise

O que se pretende neste tópico é problematizar o objeto de pesquisa em análise. Para isso, parte-se das propostas arqueológicas foucaultianas que estão repletas de provocações e desafios, principalmente no que diz respeito a esse quesito da pesquisa, ou seja, problematização do objeto:

Mas o que é filosofar hoje em dia [...] senão o trabalho crítico do pensamento sobre o pensamento? Senão [...] tentar saber de que maneira e até onde seria possível pensar diferentemente em vez de legitimar o que já se sabe? (FOUCAULT, 1984, p. 13).

Ciente que a revista *Ci. Inf.* não é o único espaço de emergência discursiva da área em CI, no Brasil, que há outras revistas²³, que há outros espaços (por exemplo, a ANCIB e programas de pós-graduação) e outras circunstâncias (por exemplo, editais de pesquisa, agências de fomento à pesquisa e outros), considera-se esse veículo de comunicação e diálogo acadêmico como um deles. Principalmente quando se leva em conta que os resultados de pesquisa publicados (artigos e citações, por exemplo) são reflexões de outros tantos e múltiplos estudos e lugares de pesquisa. Sendo assim, elegeu-se o periódico e em específico os artigos e citações por se tratar de elementos entretecidos de dados e informações que poderão responder as questões iniciais, propostas nesta tese. Assim, tem-se nesse periódico uma das instâncias delimitadoras e de controle do discurso da CI no país e, por isso mesmo, objeto importante para a investigação acadêmica.

Como dito, não se desconhece que há vários outros fatores que interferem na construção, constituição e institucionalização do saber em espaços científicos. Também é sabido que o trabalho de produção do conhecimento é permeado por exigências que não decorrem, necessária e unicamente, da dedicação e intelectualidade de seus pesquisadores. Institutos de pesquisa, universidades, centros de referências precisam atender a uma série de critérios, nem sempre decididos por profissionais de suas respectivas áreas, para que possam angariar fomentos para suas pesquisas. São avaliados por índices organizacionais, gestores e de produtividade que, na maioria das vezes, não estão vinculados diretamente às práticas de construção do saber. Nesta mesma messe, tem-se que os processos de avaliação das agências financiadoras como CAPES e CNPq, assim como revistas científicas, são também ferramentas de controle do

²³ Ver Apêndice 1 - A classificação Qualis de alguns periódicos da área.

discurso, nas ciências em geral. Por exemplo, os editais de financiamento de projetos de pesquisa, avaliação e pontuação de revistas científicas e tantos outros mecanismos, anteriores às publicações, interferem de forma direta no que diz respeito ao que pesquisar, como e para quem. Ferreira Neto (2009) chama a atenção para o fato de que as políticas deliberativas de tais órgãos influenciam sobremaneira pesquisadores, programas de pós-graduação, temáticas de pesquisa e até mesmo as conduções metodológicas dos estudos. Para esse autor, os procedimentos de avaliação, financiamento e políticas desses órgãos estão diretamente ligados aos processos de construção de uma ciência, uma vez que financiam e fomentam a pesquisa no Brasil, com condições específicas para que esses fomentos aconteçam. Política, saber e poder se misturam e concorrem na definição e produção de verdade nos campos de conhecimento. Saber e poder mantêm permanentes relações nas searas das ciências.

Para Ferreira Neto (2008), as estratégias utilizadas pelas agências de fomento à pesquisa acabam por legitimar práticas, espaços e indivíduos, reificando processos e definindo as relações entre força e poder. As políticas de investimento em pesquisas perpassam pelas técnicas, editais, regras, formulários, prazos, regulamentações e em um emaranhado de *a priori* que pouco ou nada tem a ver com as práticas científicas.

Os editais de pesquisa, fomentados por estatais, induzem ao tema a ser pesquisado, roteiro metodológico e ao resultado, onde o pesquisador é avaliado pela quantidade de produtos e pela qualidade dos mesmos. Um mesmo projeto e vários os produtos (FERREIRA NETO, 2009, s.p).

São esses modelos de políticas que fazem uso do poder no estabelecimento do saber, produzem e definem o que é verdade científica, em um ciclo que se complementa e sobrepõe. O quadro abaixo apresenta as interfaces que compõem os discursos de ciência e que fazem parte dos processos de produção de verdades científicas.

Quadro 1 Discursos das ciências e suas interfaces

Discursos das ciências e suas interfaces			
<p>Políticas de investimento em pesquisas: Agências fomentadoras (CAPES e CNPq)</p>	<p>Diálogos entre pares: exposição de teorias, métodos e práticas em seminários, fóruns, congressos, publicações e etc.</p>	<p>Avaliações e Pontuações para os programas de pós-graduações e periódicos científicos</p>	<p>Contextualidades históricas: políticas, econômicas e culturais.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse aspecto é preciso registrar que se compreende e reconhecem-se também muitos outros lugares de diálogos entre pares, exposição de teorias, argumentos e métodos de cunho acadêmico. Livros, teses, dissertações, relatórios de pesquisas, resumos, resenhas, além de artigos científicos são exemplos de alguns desses repositórios. No entanto, é notório que todos apresentam um denominador comum, ou seja, a publicação.

Como foi dito anteriormente, não há conhecimento científico sem as possibilidades de trocas entre pesquisadores, sem as publicações que favoreçam análises, reflexões e debates. Esses outros lugares também estão diretamente ligados aos processos de construção de uma ciência,

uma vez que definem pautas de pesquisas, recorrência de temáticas e metodologias. As políticas de publicação de artigos científicos, em um determinado periódico, por exemplo, acabam por influenciar o que deve ou não entrar nas demandas acadêmicas, qualificando e excluindo discursos. Também, as regras e aparatos de publicação, como por exemplo as chamadas para apresentação de material a ser publicado são, sem dúvida, linhas explícitas de delimitação e regulamentação do discurso.

O uso de comunicação científica em periódicos se faz presente desde o século XVII, tornando-se um importante veículo de troca de saberes. Arboit, Bufrem Freitas (2010) ancoram seus argumentos em Meadows (1999, *apud* ARBOIT; BUFREM; FREITAS, 2010, p. 26), para quem “o motivo principal pelo qual surgiram os periódicos encontra-se na necessidade de comunicação, do debate coletivo de forma eficiente procurando a partir disto a realização de novos descobrimentos”. A consolidação de um domínio discursivo pode ser avaliada e validada por esse viés, uma vez que grande parte do que vem sendo produzido em uma determinada área de conhecimento encontra-se publicada nesses espaços.

Para Tenopir e King (2001), as contribuições dos conteúdos inscritos em periódicos científicos são relevantes em qualquer campo e estimulam a leitura, o ensino e a pesquisa. Estudos realizados por eles revelam que para os estudantes “os artigos são de grande importância para seu trabalho, mais do que qualquer recurso informacional” (TENOPIR; KING, 2001, p. 23). São espaços do discurso e representam o *modus operandi* das ciências contemporânea e sua institucionalização. Pertencem ao universo acadêmico e de produção de verdades científicas. Cabe ao historiador escolher e selecionar, dentro desse universo, seu objeto.

Segundo Parlemiti e Polity (*apud* ELIEL, 2008), os procedimentos de se instituir uma ciência podem ser elencados de duas formas distintas:

- institucionalização cognitiva onde se dedica ao desenvolvimento de conceitos, métodos e teorias.
- institucionalização social onde são criadas estruturas formais, como cursos de graduação, pós-graduação em universidades, centros de pesquisa e outros.

É nesses espaços que se estabelecem as bases de operação do corpo de pesquisadores da comunidade científica. E é, ainda, nesses espaços que as ciências se instituem, tanto socialmente como cognitivamente:

A institucionalização social de uma disciplina, sua implementação e formalização dependem da criação de estruturas acadêmicas de ensino e de pesquisa e tal fator, depende, em grande medida, dos esforços do Estado, por meio de seus órgãos representativos como o MEC e a CAPES, que estabelecem parâmetros para criação e manutenção de estruturas formais que demarcam dada disciplina (ELIEL, 2008, p. 2008).

É interessante chamar a atenção para as formas de sociabilidade das pesquisas, assim como os espaços de disseminação do conhecimento. Um desses mecanismos seria a comunicação científica em formato de artigos, livros, relatórios e outros. Fato é que um campo científico é constituído, avaliado, validado pelas suas produções. Nos artigos e nas citações encontra-se uma rede formal de divulgação e exposição do que vem sendo produzido em uma área científica. Para Gonzalez de Gómez e Machado (2005, p. 3),

A comunicação científica deve considerar-se parte constitutiva e constituinte de um campo científico, imprescindível para o reconhecimento e legitimação da validade, pertinência e relevância de uma pesquisa e de seus resultados. Essa comunicação se dá, dentre outras formas, através de registros e publicações que em conjunto constituem a literatura científica.

As demonstrações do conhecimento, sua exteriorização e espaços de enfrentamentos se manifestam nas publicações. Há toda uma rede instituída e corroborada por pesquisadores, agências de fomento à pesquisa e institutos que definem padrões de qualidade, exercem o controle não só da informação científica, como também de sua história-memória e do

documento-monumento da ciência. Gonzalez de Gómez e Machado (2005, p. 3) pontuam que:

Pode-se dizer, assim, que questões referentes ao sistema de editoração e circulação dos registros do conhecimento científico e questões epistêmicas acerca da legitimação e avaliação do conhecimento científico – gerando ciclos ‘*autorizados*’ de circulação de temas e documentos em áreas específicas de geração e recepção – terão um lócus comum de equacionamento e elucidação que são os processos de gestão e representação da informação.

Não obstante, assinalar a necessidade de pesquisar os entrelaçamentos discursivos do periódico em foco, com representatividade nacional e internacional, é também percorrer os caminhos e trajetórias que induzirão à compreensão da constituição de um campo, as formas de condução e do que é hoje. “Trata-se de fazer da história uma ‘*contra memória*’ e de desdobrar, conseqüentemente uma outra forma do tempo.” (FOUCAULT, 1996, p. 33).

Provavelmente, será nas lacunas da historicidade que se encontrará a oportunidade de realizar a análise arqueológica, partindo das indicações foucaultianas. A arqueologia do saber não busca interpretações e sim reflexões, não busca apenas evidenciar influências e diálogos, mas as inter-relações entre instâncias, sujeitos e possibilidades de aparecimento de um determinado saber e não de outro (DIAS, 1989). Tomar o saber e sua historicidade como objeto de estudo faz com que se realizem novas leituras críticas, ampliando o campo de documentação arqueológico, recusando-se uma história teleológica da CI no Brasil. Os artigos e citações, publicados em um período, com um corte temporal de 35 anos, como se propôs esta tese, são ricos acervos documentais com elaborações e produtos de uma dada história-memória.

SEGUNDA PARTE – A TEORIA

5 PRINCIPAIS CONCEITOS

Não há suposição de que a arqueologia seja um paradigma pronto e acabado da pesquisa histórica, mas é inegável que, em seus desdobramentos, ela pode contribuir de maneira extremamente pertinente na condução dos problemas da história (DIAS, 1989, p. 8)

Ao longo do texto diversos conceitos foram trabalhados e a maioria deles apresentada paulatinamente, à medida que as reflexões assim o requeriam. Outros foram tão recorrentes que se dedicou um tópico para defini-los, ainda nesse escrito inicial, no intuito de esclarecer e nortear a leitura. Assim as definições conceituais de arqueologia do saber; análise do discurso; *a priori* histórico; arquivos; discurso; enunciado; formação discursiva, interdisciplinaridade e positividade buscaram ancoragem e embasamentos nos autores Alvarenga (1996), Castro (2009), Machado (2006), Maingueneau (2006), Revel (2005), Domingues (2005) e nas próprias obras de Michel Foucault, observando-se que aqui se farão apenas breves aportes conceituais e as verticalizações reflexivas acontecerão ao longo do texto.

Dessa forma, inicia-se com a definição de arqueologia do saber, entendida como “análise das formações discursivas ao nível da positividade que a caracteriza, tendo como objetivo pesquisar sobre as regras de formação de objetos do discurso de uma área específica do conhecimento” (ALVARENGA, 1996, p. 54). O conjunto de ações metodológicas, proposto pelo filósofo francês Michel Foucault nos anos 60, perpassa pela proposta de se fazer uma pesquisa histórica e filosófica.

Para Machado (2006, p. 7), “isto não quer dizer que toda história das ciências se defina como filosófica ou reflita filosoficamente”. O que se quer mostrar é que as investigações científicas devem ter, como premissa, as relações de saberes, de produções humanas. Essas não podem ser analisadas de forma isolada, sem se considerar elementos que as cercam e

delas fazem parte. Ao sintetizar a arqueologia do saber, Machado (1996)²⁴ afirma que a mesma pode ser vista como:

Um ponto de chegada, não um ponto de partida: é o resultado de um processo, também histórico, em que, para se definir, a arqueologia sempre procurou se situar (Foucault) com relação à epistemologia [...] todas as suas análises estão centradas no homem, isto é, formam uma grande pesquisa sobre a constituição histórica das ciências do homem na modernidade. Trata-se, portanto, de uma nova região (MACHADO, 1996, p. 8-9).

Os estudos arqueológicos não objetivam descrever o conhecimento científico atrelado à ideia de progresso. “A arqueologia é uma história das condições históricas de possibilidades do saber” (CASTRO, 2009, p. 40). Essas possibilidades estão estreitamente vinculadas à ordem e aos seus modos de ser (FOUCAULT, 2007). A arqueologia do saber surge em um momento crucial para a história. Historiadores e documentos estabelecem uma nova relação, onde não se busca mais rastros ou lugares do passado e sim toda a complexidade de relações, rupturas, pertinências e outros. Pode-se até chegar a uma história geral, mas nunca a uma história global ou universal.

Foucault elaborou uma série de noções (formações discursivas, positivities, arquivos) e definiu domínios de análise (enunciados, campo enunciativo, práticas discursivas). “A arqueologia não trata os documentos como signos de outra coisa, mas os descreve como prática” (CASTRO, 2009, p. 41). Também é possível trabalhar com múltiplos aspectos (cultural, econômico, filosófico, político, científico e outros tantos) no intento de descrever as condições de emergência discursiva de um determinado campo disciplinar e em uma determinada época. “Colocar a questão da historicidade dos objetos de saber é, de fato, problematizar nosso próprio pertencimento, ao mesmo tempo, a um regime de discursividades dado e a uma configuração de poder” (REVEL, 2005, p. 17).

²⁴Prefácio de Machado, Roberto para a obra FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

Outro conceito é o de análise do discurso, que apresenta inúmeras definições conceituais na literatura recorrente ao tema. Aqui se prenderá a algumas definições apresentadas por Maingueneau (2006, p. 13): “Análise do uso da língua; estudo do uso real da língua” ou ainda a “análise das práticas humanas e as suas interações”. Entretanto, a autora opta por delimitar e especificar o conceito como “a disciplina que, em vez de proceder a uma análise linguística do texto em si ou a uma análise sociológica ou psicológica de seu contexto, visa articular sua enunciação sobre um certo lugar social” (MAINGUENEAU, 2006, p. 13). É uma proposta investigativa multidisciplinar que sofre influências de várias áreas das ciências humanas, portanto e por vezes instável, dependendo do lugar disciplinar que se pretende a análise (antropológico, sociológico, psicológico, linguístico e outros).

O “*a priori* histórico” é outro conceito e expressão usado por Foucault quando se refere ao objeto de estudo nos procedimentos arqueológicos. Ele designa as condições históricas dos enunciados. “Suas condições de emergência, a lei de sua coexistência com outros, sua forma específica de ser, os princípios segundo os quais se substituem, transformam-se e desaparecem” (CASTRO, 2009, p. 21). Em *Arqueologia do Saber*, Foucault (2007, p. 167) afirma que “*a priori* não é de verdades que nunca poderiam ser ditas nem realmente dadas na experiência, mas de uma história já dada, porque é a história das coisas efetivamente ditas”. Sendo assim, o “*a priori* histórico” decorre das legitimidades que, ao longo de uma trajetória histórica, tornam possíveis determinados enunciados e, ao mesmo, excluem outros.

E é justamente na conceituação de arquivos que Foucault estabelece os diálogos do “*a priori* histórico”, denominando essa categoria como “o jogo de regras que, numa cultura, determina o aparecimento de enunciados, sua persistência e seu apagamento, sua existência paradoxal de acontecimentos e de coisas” (FOUCAULT *apud*: REVEL, 2005, p. 19). Nesse sentido, o arquivo não pode ser interpretado como um repositório

documental que preserva memória, testemunha passados, investido do papel de guardar, preservar, conservar a história-memória da humanidade. “O arquivo é, antes de tudo, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o surgimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2007, p. 170).

Para Castro (2009), esses enunciados são considerados jogos e acontecimento discursivo, com regularidades próprias, que estabelecem não apenas a sua formação como também a sua transformação. “Por isso, o arquivo determina também, desse modo, que os enunciados não se acumulem em uma multidão amorfa ou se escrevam simplesmente em uma linearidade sem rupturas [...]. A arqueologia é a análise do discurso na modalidade de arquivo” (CASTRO, 2009, p. 43; 117).

São as regras do arquivo que acabam por estabelecer a “ordem do discurso”, ou seja, o que falar, sobre o que falar, a quem falar, como falar, o que guardar, o que e como ensinar. É “o conjunto dos discursos efetivamente pronunciados numa época dada e que continuam a existir através da história” (REVEL, 2005, 18). Para Foucault (2007), o trabalho arqueológico consiste em pesquisar esses arquivos como massa documental de um período determinado e reconstruir seus traços discursivos, jogos enunciativos e as relações de saber e poder.

Outro conceito bastante discutido e recorrente nesta tese é o de discurso, visto em Revel (2005, p. 37) como “um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns”. Seria a possibilidade de expressão, acesso, apropriação e uso de um enunciado, em um determinado tempo histórico, a partir de regras reguladoras com funções normativas. Foucault não se limita à análise linguística, mas, sobretudo, a outros elementos, como condições de possibilidades que estabelecem o discurso e o sustentam.

A ordem do discurso, em 1971; e o par discurso/fala, no qual o discurso se torna o eco linguístico da articulação entre saber e poder, e no qual a fala, como instância subjetiva, encarna, ao contrário, uma prática de resistência a 'objetivação' discursiva (REVEL, 2005, p. 38)

Entender o conceito de discurso é primordial uma vez que é um dos pontos centrais do trabalho de pesquisa arqueológico. Para Castro (2009, p. 117), “a arqueologia é uma modalidade da análise do discurso”.

Em Arqueologia do Saber, Foucault (2007, p. 141) define como discurso o “conjunto de enunciados que provêm de um mesmo sistema de formação” e exemplifica com os discursos clínicos, econômicos, religiosos e outros. Além disso, o autor não limita o discurso nas categorias obras, livros, autores e textos. O discurso é prática: “não tento encontrar atrás do discurso uma coisa que seria o poder e que seria sua fonte, como em uma descrição de tipo fenomenológico ou de qualquer método interpretativo. Parto do discurso tal como é” (FOUCAULT, 2007, p. 38).

Em Maingueneau (2006, p. 43), a definição de discurso aproxima-se da de Foucault, ou seja, “atividade de sujeitos inscritos em contextos determinados”. É uma unidade de comunicação que deve ser estudada juntamente com suas condições de produção, aparecimento e legitimação articulada por uma *comunidade discursiva*, ou seja, “grupos sociais que produzem e administram um certo tipo de discurso” (MAINGUENEAU, 2006, p. 29).

É nas categorias de análise “arqueologias” que o conceito de enunciado entremeia todo o *corpus* metodológico e se aproxima da definição de formação discursiva. No contexto arqueológico do enunciado não se busca por nenhuma instância fundadora e sim pelas correlações com outros enunciados, suas rupturas e exclusões (CASTRO, 2009). O enunciado é visto como uma conjectura que deve ser considerada a partir de suas condições de existência e que “lhe possibilita ser algo mais que um simples conjunto de marcas materiais” (CASTRO, 2009, p. 137).

Para Foucault (2007), o enunciado não decorre de ações individuais ou de maneira independente, constituindo sentido único. Do contrário, é mutável, portado de flexibilidade e de movimento. Ao descrever o enunciado, abandona o sentido da lógica ou sua descrição gramatical. “Mais do que um elemento, o enunciado é algo assim como átomo do discurso, é uma função que se exerce verticalmente com respeito a essas unidades como a proposição ou frase” (CASTRO, 2009, p. 138).

As conceituações de enunciado e formação discursiva são bem próximas. Formação discursiva pode ser definida como um agrupamento de discursos pertinente a uma vertente específicas do saber (ALVARENGA, 1996). Seria um grupo de enunciados que empresta sua organização a modelos científicos que tendem a coerência e a demonstrabilidade. E, ainda, seus discursos são recebidos, institucionalizados e transmitidos como ciência (MACHADO, 2006).

Nas palavras do próprio Foucault:

A formação discursiva é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2007, p. 153).

Indicando um grupo de enunciados, a formação discursiva, pertencente ou não a áreas de conhecimento diferentes, tem como singularidade satisfazer as mesmas regras de funcionamento, ou seja, normativa, reguladora, estratégica e prática. O espaço de prática do discurso obedece a regras, coordenações e critérios pré-definidos pela própria prática discursiva. Para Foucault (2007), a formação discursiva e o enunciado são unidades de análises arqueológicas. A formação discursiva pode ser vista, então, como um conjunto de enunciados que têm em comum um sistema de regras que são historicamente delineadas e localizadas. Também, há outra variante do conceito de formação discursiva, ou seja, denominada como “práticas discursivas” e usada por Foucault (2007) quando este explicita que todo discurso é uma prática social.

Considerando as definições mais recorrentes da CI, apresentadas no terceiro capítulo desta tese, e que as mesmas apontam para o caráter interdisciplinar do campo, torna-se necessário conceituar essa categoria que perpassará todo este estudo. Nesse sentido, busca-se aporte teórico em Domingues (2005), para quem a interdisciplinaridade consiste no alinhamento intencional de duas ou mais disciplinas²⁵, com abordagens de métodos, teorias e práxis no intuito de se obter um conhecimento mais amplo sobre determinado objeto de pesquisa. Nessa aproximação disciplinar o conhecimento resultante é comum e partilhado, no entanto, cada uma das áreas envolvidas mantém suas respectivas identidades, metodologias e fronteiras. Na verdade, o que ocorre são intercâmbios conceituais e empíricos tendo como implicações determinadas elaborações e conclusões. Em outras palavras, tem-se um objeto comum, onde as disciplinas envolvidas se aproximam, se interpelam, cooperam, produzem um resultado comum, mantendo o que lhes confere peculiares e depois se afastam, continuando a serem campos disciplinares distintos.

Outro conceito que irá perpassar todo este trabalho é o de positividade. A positividade, em Foucault, diz respeito à análise arqueológica que se faz das emergências discursivas dos saberes. As análises arqueológicas de formações discursivas de uma ciência buscam definir os princípios e regras que tornaram possíveis determinados saberes, o tipo de positividade de um discurso. Para Dias (1989, p. 120), “o propósito da arqueologia, como análise da positividade do saber, consiste em definir o sistema de regras que o tornou possível”.

A forma de positividade de um discurso é temporal, espacial e contextualizada. Para Foucault (2007), os discursos estão para além dos autores, obras ou textos. Assim, a positividade “desempenha o papel do que poderia chamar de *a priori* histórico” (FOUCAULT, 2007, p. 167). Ao fim e ao cabo, o autor explicita que todo discurso apresenta um sentido, uma

²⁵ O conceito de disciplina será aprofundado no próximo capítulo, tendo como referências as denominações foucaultianas.

verdade e uma historicidade única. E ainda pontua que a positividade é um sistema:

Que rege uma formação discursiva e deve dar conta não de seus elementos comuns, mas do jogo de suas separações, de seus interstícios, de suas distâncias – de certo modo, de suas lacunas, mais do que dos espaços pleno (FOUCAULT, 2007, p. 23)

Foram abordados conceitos mais recorrentes; no entanto, outros tantos conceitos fazem parte desta tese e foram trabalhados e discutidos ao longo do texto. Na próxima etapa será apresentada a fundamentação teórico-metodológica deste trabalho de pesquisa, bem como as categorias conceituais que compõem a metodologia.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Para saber o que dizer é preciso ter o que dizer em duplo sentido: de uma parte, deter fundamentação teórica bem tecida, variada, atualizada, argumentada; de outra, saber onde se quer chegar, que problema se quer resolver, que tipo de desafio se pretende desvendar (DEMO, 2001, p. 57).

Este espaço é destinado às reflexões teóricas, conceituais e metodológicas nas quais a pesquisa cujos resultados aqui se apresentam foi embasada. Os esforços verticalizados e empreendidos no levantamento bibliográfico, na revisão de literatura, na leitura/releitura tiveram como propósito contribuir com as respostas às questões desta tese. Também se procurou nomear e discutir autores revisitados, bem como estabelecer diálogos e encontros de elementos importantes nas definições conceituais e metodológicas, além da interlocução entre pares, comunidades científicas e sociedades. Autores e obras que trabalharam com diferentes categorias, tais como: ciência, análise discursiva, arqueologia do saber, polifonia, Bibliometria e outros elementos serão trabalhados em uma relação dialógica com os objetivos propostos até então. Buscou-se promover uma dialética entre o objeto e a metodologia aplicada. Temas como, por exemplo, a subjetividade podem não estar diretamente vinculados aos objetivos da pesquisa, mas entrelaçam e tangenciam os mesmos.

Por ser um tópico extenso, dado o atendimento do que foi proposto, o capítulo de fundamentação teórico-metodológica foi estruturado da seguinte forma: inicia-se refletindo sobre o conceito de ciências a fim de assinalar qual é a natureza dos discursos analisados na pesquisa, a partir do objeto escolhido. Parte-se então para as fundamentações foucaultianas de arqueologia do saber e posteriormente analisa as interfaces existentes e possíveis entre essa proposta metodológica e a CI. Também se trabalha neste capítulo com as descrições conceituais e de métodos da ferramenta de pesquisa denominada por Bibliometria e suas possibilidades de interações com a arqueologia. Além disso, buscar-se-á pelas conceituações das análises discursivas, intertextos, citações e polifonia, seguidas de suas

perspectivas de resultados nos estudos bibliométricos e arqueológicos. Os três últimos subitens são compostos pela exposição das categorias de análises foucaultianas (saber, poder e verdade), as séries em Foucault e as orientações conceituais e teóricas das escolhas temáticas que farão parte do capítulo 8 e empregadas no capítulo 9.

Dito isso, é importante colocar como questão a relevância deste trabalho de pesquisa e sua contribuição para o universo acadêmico. Também evidenciar as reflexões relativas às condições de possibilidade, das modalidades e constituição de um campo disciplinar contemporâneo – a Ciência da Informação. Parte-se do princípio de que é preciso compreender os laços e lastros existentes entre história e memória na construção de uma identidade acadêmica. A Ciência da Informação é vista aqui como espaço social onde pesquisadores, professores, cientistas informacionais e discentes se reconhecem como agentes de um fazer disciplinar, construtores, constituidores e legitimadores de uma área de conhecimento.

Seria necessário vislumbrar os procedimentos de formação e práticas discursivas envolvidos no encadeamento histórico do campo, além de ser capaz de provocar leituras que possam entretecer sujeitos, seus fazeres científicos e sua trajetória. “Uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, seus conceitos, paradigmas, dos discursos, dos domínios de objeto.” (FOUCAULT, 1996, p. 7). Na verdade, tem-se clara a premissa de que toda ciência é por si mesma contextual, historicamente vinculada ao tempo, aos espaços sociais e culturais e é, antes de tudo, vinculada aos sujeitos.

Para Santos (2001a, p. 9), sociólogo português, o papel das ciências e de seus cientistas seria o de permitir a ampliação da compreensão entre diferentes e contrários, entre ideologias possíveis e utopias. Seria o de permitir que história, memórias e contextos fossem explicitados no entendimento de um todo. Para esse autor, o papel das ciências não estaria vinculado com a obrigação de criar novas e grandes

teorias, nem mesmo celebrar homens e mulheres em seus atos heroicos, individuais e descontextualizados no tempo, espaço e circunstâncias; mas qualificar as ações humanas, impregnadas de envolvimento emocional, entusiasmo, contestação e indignação. O conhecimento não é produzido e constituído por resignações e aceitações arbitrárias das condições humanas, como crê muitas vezes o senso comum. O sujeito, situado num mundo aberto a sentidos múltiplos e particulares, a cada época histórica específica, dá ao seu discurso e à sua conduta a função de não reproduzir o mundo, mas transformá-lo, mesmo que essa transformação seja imperceptível aos olhos da história tradicional e celebrativa.

Uma vez que a prática científica ocorre em espaços de consensos provisórios, conflitos e enfrentamentos políticos, econômicos, sociais e ideológicos, é preciso ter claro que as potencialidades científicas e suas aplicabilidades são formas e traduções desse universo, em constante movimento. Os resultados desses processos favorecem toda a humanidade, mas não estão para além dela e, ao mesmo tempo, dela dependem. As sociedades contemporâneas, denominadas sociedades do conhecimento, têm se defrontado com novos desafios e com a necessidade de restabelecer e “re-significar” alguns paradigmas há muito sedimentados. Paradigmas metodológicos fundados na episteme normativa, que acabam por definir e delinear os conceitos do que venha a ser ciência, conhecimento científico, disciplina, campo disciplinar. Tais conceitos vêm sendo questionados e repensados desde meados do século XX.

Igualmente, ao se refletir sobre ciência e seus procedimentos fica evidente a importância das múltiplas memórias, da subjetividade e do senso comum nos processos de construção, institucionalização e legitimação da mesma. A relação dialética entre academia e comunidade tem sido pauta de pensadores e pesquisadores contemporâneos, como Morin, Santos, Bourdieu, Foucault e outros. Mesmo porque, no cenário mundial, a palavra “conhecimento” ganhou novos contornos e vem sendo considerada base para todo processo de inclusão histórica, cultural e social da humanidade.

Ao mesmo tempo se inter-relaciona com os saberes científicos, construções Identitárias, inclusões digitais, sociais e perspectivas cidadãs.

De modo prescritivo e reflexivo, Masuda (1985), ainda na década de 70, referir-se-ia à Sociedade do Conhecimento a partir de perspectivas positivas e inovações tecnológicas que viriam não só substituir como ampliar o trabalho mental do homem, principalmente partindo da produção de conteúdos cognitivos em massa. A infraestrutura pública articulada através de redes e disponibilizada em bancos de dados proporcionaria maiores ascensões aos processos educacionais de ensino e aprendizagem. Novas e diferenciadas oportunidades econômicas surgiriam e levariam em conta a intensiva produção de conhecimento. Seria o nascedouro de uma sociedade não hierarquizada, multifacetada, com o objetivo primeiro de possuir um alto valor de bem estar social.

Em outras palavras, seria uma sociedade de criação e conhecimento, orientada pela ciência, globalização, harmonia entre o homem e a natureza e, por fim, de contribuições sociais, de usuários e não mais restrita a grupos econômicos (MASUDA, 1985, p. 620-628). Provavelmente, uma das fragilidades dessas reflexões perpassa pela não consideração de contextos políticos e econômicos diferenciados. Principalmente pelas subjetividades inerentes a todo processo humano. As relações de poder, saber e fatores sociais já pré-existentes, além das interfaces entre sociedade, tecnologias informacionais e espaços acadêmicos que precisariam ser vinculadas à liberdade individual, a cultura, a especificidade de povos e as diferenças de demandas sociais.

Avanços tecnológicos, computadores de última geração já fazem parte de muitos programas de pesquisa e de programas sociais – tanto no Brasil como no mundo – que estão sintonizados na mesma estação da “*Big Science*”. Contudo, do ponto de vista de uma sociedade informacional/do conhecimento, tornam-se fundamentais os estudos verticalizados acerca do lugar e do papel das ciências humanas/sociais na contemporaneidade. Em

uma reflexão sobre a ciência e os diferentes pontos de vista conceituais dessa temática, alguns intelectuais são fundamentais e suas contribuições caras às ciências humanas. À guisa de esclarecimentos, os vários conceitos que serão apresentados a seguir acabam por concorrer para o mesmo fim, ou seja, a busca pelas ciências humanas e sociais, favorecendo de forma mais equânime a todos e considerando as subjetividades inerentes aos procedimentos de construção e constituição do saber científico. Parte-se então para as reflexões referentes às várias e possíveis definições do conceito de ciências com o objetivo de apreender e compreender a natureza da formação discursiva em Ciência da Informação.

6.1 Ciência

Inicia-se este tópico esclarecendo a necessidade de se analisar e refletir as conceituações do termo “ciência”. Isso no intuito de caracterizar a natureza dos discursos tomados como material de pesquisa, ou seja, o discurso materializado nos artigos do periódico em análise.

Ao se apropriar das definições do que venha a ser ciência, defendidas por Bourdieu, Souza e Santos, Morin, Habermas, Foucault, em suas respectivas obras, tem-se como congruência a humanidade, seus fazeres, pensamentos e as contextualidades sociais. Os paradigmas e epistemologias que balizam este ou aquele campo do saber são construções humanas, que deveriam estar voltadas para demandas e questionamentos de toda uma sociedade. Bourdieu (2004), ao longo de sua trajetória acadêmica, traz importantes apontamentos sobre a ciência, os cientistas e suas práticas científicas, chegando a afirmar que esses não formam um todo e não buscam coerentemente o bem e a verdade. Estariam preocupados com seus universos científicos e com a visibilidade social que as pesquisas, publicações e correspondente disseminação podem proporcionar:

Os cientistas nunca são os gênios singulares de quem se faz a história hagiográfica, mas sujeitos coletivos que trabalham no seio de grupos coletivos com instrumentos que pertencem à história coletiva [...] a ciência é dependente de toda uma tecnologia de investigação. A ciência tem uma história cumulativa, recursos acumulados, metodologias, instrumentos, bibliotecas, laboratórios e etc (BOURDIEU, 2004, p. 99-100).

Ao buscar pela etimologia da palavra “ciência”, tem-se o seu significado na origem latina, *scientia*, ou seja, ciente, saber, conhecer. (CUNHA, 1986). Essa definição não agrega o entendimento de que ciência seja necessariamente o conhecimento produzido dentro de unidades previamente qualificadas e legitimadas como o único lugar de existência do saber. E nem que precise ser acolhido por campos de saberes específicos e motivados por procedimentos pré-determinados (PRAXEDES, 2008). O que leva ao questionamento sobre a definição conceitual desse termo. Será que não perpassa pela ordem do discurso vigente? Pelos jogos de poder que se estabelecem como legítimos e socialmente aceitos? São elementos que possibilitam a desqualificação de outros discursos, excluindo e fazendo prevalecer um único discurso científico?

A ciência é uma forma de saber que é difundida como a mais importante para a vida das sociedades modernas. É considerada como um conjunto de conhecimentos imprescindíveis pertencente a toda a humanidade, sem o qual não teremos acesso às novas tecnologias e, portanto, ao desenvolvimento econômico necessário para o bem estar, à qualidade de vida e uma forma de organização social e política civilizada (PRAXEDES, 2008, p. 1).

Não obstante, para Morin (2005, p. 43), a ciência, os cientistas e as práticas científicas deveriam estar “procurando construir-se por referência ao contexto, ao global, ao complexo, e necessitaria mobilizar o que o conhecedor sabe do mundo”, e não fazendo prevalecer uma ciência estanque, fragmentada, descontextualizada, sem considerar os acontecimentos historicamente localizados.

Mesmo que o momento contemporâneo seja de transitoriedade paradigmática, é importante não desqualificar a historicidade humana, que faz, agrega, modifica e resgata sujeitos e a própria ciência. Também, ter-se a consciência de que o conhecimento científico e seus campos disciplinares

são constituídos por sujeitos. Santos (2001a) chama a atenção para a responsabilidade da intelectualidade acadêmica e sua inerente capacidade de perplexidade, de reflexões sobre as fundamentações sociais, seus protagonistas, de ontem e de hoje, seus impactos e produções.

Quem sabe assim poder-se-á ter um melhor entendimento do papel das ciências pós-modernas, e seus efetivos compromissos para com a trajetória humana. Para Morin (2001), o conceito de desenvolvimento humano foi, por séculos, errônea e exclusivamente vinculado ao desenvolvimento tecnológico, científico e econômico. Como se esses aspectos respondessem a todas e quaisquer demandas inerentes a homens e mulheres, em todos os tempos e espaços. Como se esses propósitos e técnicas fossem mais que suficientes para decidir liberdade, democracia, autonomia, alteridade, moralidade, construção de conhecimento, historicidade e dignidade humana.

Na concepção de Morin (2001), por vezes vivencia-se o subdesenvolvimento mental, moral e psíquico. A história da humanidade tem sido entrelaçada por exclusões de todos os tipos, de uma parcela considerável de homens, mulheres e crianças. Nesse sentido, os conceitos de desenvolvimento humano, progresso científico e da própria ciência precisam inexoravelmente ser envolvidos pelos conceitos de sustentabilidade, ecologia, ética, gerações futuras e principalmente pelo entendimento de quem são os outros, ou seja, a integração do “nós”, no sentido do “eu”.

Desenvolvimento humano e progresso científico deveriam também significar, antes de tudo, integrar, incluir e harmonizar. Pode-se traduzir por uma combinação permanente que beneficie o diálogo entre tecnologia, economia, historicidade e, principalmente, responsabilidade para com o outro e para com o planeta. Daí a importância de se perscrutar o lugar da Ciência da Informação na contemporaneidade, sua inserção local e global e como situá-la neste debate em busca da legitimação discursiva.

Na atualidade, com o intenso fluxo informacional, tem-se o privilégio da reflexão sobre que tipo de desenvolvimento se quer. Qual o lugar das ciências nesse contexto? Quais vislumbres e expectativas de um novo paradigma científico capaz de integrar todas as dimensões da vida, como por exemplo, ética e cálculo, solidariedade e monetarização, responsabilidade e lucro, tecnologia e tradição? Será necessário integrar-se ciência e subjetividade social.

O comportamento humano não pode ser descrito e explicado tomando como base suas características exteriores e observáveis. [...]. A ciência será sempre uma ciência subjetiva e é preciso compreendê-la a partir das atitudes mentais e do sentido que os agentes conferem às suas ações (SANTOS, 1987, p. 48).

Uma das maiores resistências no universo da pesquisa científica perpassa justamente o trabalho com a subjetividade, principalmente em estudos históricos, que baseiam suas práticas na esfera positivista e têm nos documentos produzidos a razão própria da história. Não se consideram as formas de produção, seleção e disseminação desse documento. Desconsidera-se, inclusive, que todos esses procedimentos são antecidos de um sujeito. Na historiografia positivista, o sujeito e sua subjetividade não entram no plano analítico, mesmo porque fogem a toda e qualquer objetividade, não podendo ser mensurados numericamente e explicados empiricamente.

Aliás, a questão de sujeito e subjetividade em Foucault, por exemplo, está intimamente vinculado à história e seus contextos, uma vez que não é possível pensar um sem o outro e é somente nesta relação de contextualidades que se identificam sujeitos. “Algo que se constrói intersubjetivamente não pode ser validado com pretensões universais, pois não sabemos o que é um sujeito universal, nem o que conhecemos como normas para sua sustentação.” (MARI, *apud*, MELO s/d, notas de aula). Em Foucault o sujeito é perpassado por inúmeras práticas discursivas e assumir uma ou outra depende de outras inúmeras questões e isso é subjetivo. “[...] As diversas modalidades de enunciação em lugar de remeter à síntese ou à

função unificante do sujeito, manifestam a sua dispersão.” (FOUCAULT, 2007, p. 62).

Entretanto, ao se tratar de subjetividade Alberti (2005)²⁶, afirma ser possível tratá-la como um dado objetivo e ao fazê-lo tem-se soma de mais conhecimento ao todo pesquisado e explorado. Assim favorece-se o entendimento do trânsito efetivo do indivíduo em seu contexto social, a expressão de sua classe, seus valores, sua forma de ver e estar no mundo. São fundamentos importantes para se agregar às pesquisas investigativas e acadêmicas, uma vez que toda trajetória científica é igualmente humana, justamente por isso subjetiva. Nesse sentido, a historicidade de um campo disciplinar implica, também, conhecer a natureza, seus enunciados, quem os compõe, a quais jogos de poder estão submetidos, quais são seus elementos legitimadores. Há que se lembrar de que trabalhar com a institucionalização de campos disciplinares é também trazer à baila as esferas sociais permeadas de sujeitos e subjetividades.

Sendo a ciência um organismo social, abalizado pelos pesquisadores, produções de conhecimento, legitimação de espaços e falas, inseridos em contextos históricos próprios ao seu tempo, remete-se a definições científicas e acadêmicas do que venha a ser ciência. Para muitos autores, como Santos (2001a) e Morin (2000), Foucault (2007), a ciência, vista como organismo social é revestido por ideologias, que assume o seu lugar nas relações de poder e transita entre o Estado, as instituições acadêmicas e de pesquisa. Isso na busca de representar a toda uma sociedade, uma vez que é fonte da racionalidade humana, da verdade e do conhecimento produzido até então. Se o conhecimento é comprovado, ele é cumulativo e se se comprova e acumula então é verdadeiro (SANTOS, 2001a). De fato, o que se acumula são paradigmas, teorias, metodologias, categorias analíticas postas à prova todo o tempo e em constantes

²⁶ALBERTI, Verena; depoimento. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2005. Entrevista não publicada concedida à Aparecida Maciel da Silva Shikida e ao Programa de História Oral/Centro de Estudos Mineiros da UFMG.

mudanças. Esses processos constituem os patrimônios imateriais das áreas do conhecimento humano.

Desde meados do século XX há um debate referente ao lugar e às formas de se fazer ciência. Os fazeres e práticas científicas acabam por constituir áreas, departamentos, comunidades de conhecimentos que se agrupam em torno de pesquisas e demandas específicas. São núcleos estruturados, presididos por nomes (pesquisadores) que obedecem a critérios específicos (como por exemplo, produtividade evidenciada em publicações de artigos, artigos publicados em revistas científicas conceituadas, número de orientações, bolsas em instituições bem qualificadas e outros), para se estabelecerem como representantes legitimados de uma determinada área de conhecimento. Para Fourez (1995), o universo científico é constituído por estes “líderes representantes” e pelos “operários especializados”, ou seja, assistentes de pesquisa, bolsistas de graduação e outros, são os proletariados da ciência.

Assim, há toda uma organização e estruturação social dentro do universo da ciência, com relações de produção, poder, disseminação, regime de verdades bem definidos e estabelecidos. Em outras palavras, há toda uma complexidade social bem demarcada, com parâmetros de subjetividades e com caráter não científico nas searas da ciência.

Outros autores, como Gastón Bachelard, Georges Canguilhem, Louis Althusser e Michel Foucault identificam uma racionalidade própria nos fazeres da ciência. As reflexões desses autores apresentam em comum a recusa de ver na construção e constituição do conhecimento científico processos progressivos, acumulativos e portadores de verdades universais. Na historicidade da ciência, o conhecimento é perpassado pelas transformações, rupturas, discontinuidades e deslocamentos. A ciência não é total, não está além de qualquer tempo ou lugar, não é aplicável em todos e quaisquer contextos e não se apresenta sob uma racionalidade geral e única. A condição de um conhecimento científico está entrelaçada a uma

série de possibilidades que o define como tal (FOUCAULT, 2007) e estudos históricos são algumas das ferramentas que permitem vislumbrar toda a complexidade desse universo.

Outro olhar interessante de se pontuar está nas considerações é o de Whitley (1974), que vê a ciência e o fazer científico sob duas formas distintas de expressão: a social e a cognitiva. A forma de expressão social ampara-se nas instituições, representadas por graduações, pós-graduações, entidades de pesquisas, associações acadêmicas, publicações científicas e outros espaços legitimados pelos pares de pesquisadores. A forma cognitiva, por sua vez, se expressa pelas teorias, conceitualizações, metodologias e está vinculada à anterior, uma vez que os espaços sociais promovem e estabelecem diálogos, argumentações e trocas de conhecimento.

Seria então “ciência” uma organização social, mediada por suas teorias, práticas metodológicas, leis e aplicabilidades inseridas em contextualidades históricas, entrelaçadas por estruturas econômicas, políticas e relações de poder. E, ainda, legitimadas em tempos e espaços definidos como científicos, fomentados por agências financiadoras, institutos de pesquisas e corroborada em publicações igualmente legítimas e autorizadas pelos membros dessa organização.

Abre-se aqui um parêntese para retomar o objeto de pesquisa, ou seja, a revista *Ci. Inf.*, e pensar um pouco sobre ela como espaço de emergência discursiva da CI no Brasil. Isso porque as revistas científicas são consideradas uma das importantes ferramentas avaliativas de um campo científico, como já foi discutido anteriormente. Assim, ressalta-se que por emergência discursiva, de um determinado campo, entendem-se os espaços de onde os discursos emergem, se consolidam, buscam por legitimidade e se legitimam. Além de serem os lugares onde sujeitos, teorias e práticas se instauram, se evidenciam, interagem e estabelecem diálogos, completando e complementando os fazeres pedagógicos da área. Para a

pesquisadora desta tese, o periódico referendado (revista Ci. Inf.) é um desses espaços na CI nacional e mundial. E corroborando essas reflexões, Spinak (1998) afirma que:

As avaliações de desempenho científico devem ser sensíveis ao contexto conceitual, social, econômico e histórico da sociedade onde atua. Isto significa que a ciência não pode ser medida em uma escala absoluta, mas relativa às expectativas da sociedade em que se desenvolve (SPINAK, 1998, p. 144)²⁷

Se, no século XIX, a ciência se coloca acima do bem e do mal, do falso e irreal, ao longo de todo o século XX, o debate sobre os princípios, interações, demandas e aplicabilidades das ciências nos fazeres da humanidade vem ganhando novos contornos e ocupando espaços de reflexão. Há uma manifesta ruptura com as concepções mecânicas de mundo, com uma ciência universalista, sem vínculos sociais, culturais e assépticas de quaisquer subjetividades humanas. A ciência e o conhecimento científico são socialmente construídos e historicamente constituídos. São os sujeitos e suas subjetividades que conferem e dão sentido aos objetos, selecionam, definem e tornam acessíveis determinados discursos científicos. A ciência acontece de fato nas práticas sociais e por isso está submetida a procedimentos pré-definidos e subjetivamente determinados. Para analisar e refletir a respeito da institucionalização, da regulamentação, da produção de conhecimento e da legitimidade de uma área de saber, é necessário conhecer as trajetórias históricas e discursivas de agentes sociais e acadêmicos desse campo. São as relações de força, os jogos de enunciativos e de poder que alicerçam seu desenvolvimento.

A partir de vários autores revisitados ao longo deste trabalho – Souza e Santos, Morin, Alvarenga, Gonzalez de Gómez, entre tantos –, acredita-se ser papel e função das ciências e seus pesquisadores questionar, duvidar, colocar em suspenso às convicções científicas. Além de

²⁷ Tradução livre do trecho: Por lo que las evaluaciones del desempeño científico deben ser sensibles al contexto conceptual, social, económico e histórico de la sociedad donde se actúa. Esto significa que la ciencia no puede ser medida en una escala absoluta sino en relación con las expectativas que la sociedad en la cual se desarrolla, ha puesto en ella (SPINAK, 1998, p. 144).

contextualizar, dar sentido histórico aos “fazeres acadêmicos” e, fundamentalmente, resignificá-los junto às subjetividades das ciências do humano. Precisa-se de rigores metodológicos e acadêmicos nas pesquisas da ciência pós-moderna e não se pode deixar de levar em conta história, contexto, culturas e outros aspectos subjetivos com objetividade.

Santos (1997) faz uma interessante distinção entre os rigores científicos da ciência moderna, a neutralidade e objetividade. A partir dessa distinção, é plausível conjeturar e colocar em suspensão os discursos de verdade no pensamento acadêmico e nas ciências sociais. Para o autor (1997), objetividade não está vinculado com parcialidade ou imparcialidade dos campos científicos e sim com a independência no pensar, autonomia e reponsabilidade no pesquisar. E ainda, nessa neutralidade inalcançável e excessivamente apregoada, há que se pensar nas consequências das teorias e nas subjetividades do pesquisador. Ser objetivo é, antes de tudo, analisar a realidade com as técnicas e métodos que estão à disposição, sem autoritarismo ou partidarismo científico. “A objetividade é o resultado de um processo crítico, desenvolvido por uma comunidade/sociedade científica que joga um jogo do qual se assume plenamente a regra. Ela é produzida pelo consenso” (MORIN, 1990, p. 41). E, nesse contexto de neutralidades, objetividades e subjetividades, é preciso evidenciar a seriedade e a necessidade de se estudar as produções de conhecimento científico de uma determinada área, suas correlações, diálogos e dialéticas entre seus pares, com a academia e a sociedade. Isso não só para contextualizar essa área de conhecimento no presente, como também para permitir uma reflexão ampla e verticalizada das atividades de pesquisa que estão sendo desenvolvidas em diferentes campos disciplinares, abrangendo pesquisadores, instituições, países, contextualização cultural, social, econômica e outras categorias. É importante vislumbrar as trocas simbólicas que os homens realizam constantemente em seu desenvolvimento histórico, observando seus registros, articulações enunciativas e estratégias discursivas. Para que tal troca aconteça, se faz necessário o domínio dos

signos e vocabulários específicos da ciência que se quer conhecer. As interpretações não se fazem meramente a partir de arrebatamento de sentidos, mas sim de um enfrentamento de sentidos, ou seja, o seu e o meu sentido, em um eterno jogo de poder.

Seria uma simplicidade analítica pensar que a ciência pós-moderna e suas produções científicas estejam acima ou fora desse universo. A constituição histórica das ciências humanas é uma das questões centrais das investigações de Foucault (1987), que considera o conhecimento como peça de um dispositivo político que, como amplificador, se articula com a estrutura econômica. A questão tem se focado nas maneiras de formação dos domínios de saberes, que foram chamadas de ciências humanas, a partir de práticas políticas e disciplinares. Todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas, ou seja, as possibilidades para que se formem tanto sujeitos quanto domínios de saberes. Posto de outra forma, para Foucault (1987) não há saber neutro, uma vez que todo saber é político. O fundamental dos exames foucaultianos é levar a constatação que saber e poder se implicam mutuamente:

Não há relação de poder sem que haja a constituição de um campo de saber. Como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder e exercício de poder e, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber. Todo saber assegura o exercício de um poder (FOUCAULT, 1996, p. 29).

Nesse sentido, é importante explicitar que se a política, a economia, a cultura e outros vieses sociais interferem na ciência e nas produções científicas, então ela está longe de ser objetiva, isenta e puramente científica. Ou seja, os parâmetros de produção do conhecimento científico não se balizam apenas pela cientificidade. Tentar isolar esses aspectos seria como limitar o entendimento da ciência, homogeneizar grupos, práticas metodológicas e reinstaurar o universalismo descontextualizado do conhecimento.

Entende-se que o conhecimento científico é orientado por bases filosóficas que, no estudo dos sujeitos que constroem uma ciência, devem ser observadas mais detidamente. Por base filosófica entende-se uma visão geral [...] constituída por suposições gerais acerca do mundo, do conhecimento e da boa conduta (BUNGE, 1989, p. 35).

Também, é preciso ter claro que esses aspectos interferem em outras decisões, como o que pesquisar, por que pesquisar, deliberações de agências de financiamento à pesquisa, regulamentações de áreas de saberes, publicações e, principalmente, no que tornar verdadeiro, como discurso científico.

Obviamente que tais premissas se aplicam a construção, constituição e institucionalização de campos discursivos no Brasil. Historicamente só se começa a falar em conhecimento científico na “*Terra Brasilis*” com a chegada da família real portuguesa em 1808. Na década de 1930, se inicia uma concepção social de ciência, onde a educação passa por novos parâmetros com o Manifesto Pioneiro da Educação, no entanto, os caminhos foram tortuosos e de pouca consistência, a partir de esforços isolados e fragmentados. Nas décadas de 1940 e 1950 nascem institutos como CAPES, CNPq, IBB, FGV, com a clara recomendação de desenvolver as ciências em âmbito nacional. A partir de tais esforços e investimentos surge também a necessidade de administrar, organizar e tratar os conhecimentos científicos que vinham sendo produzidos. Em outras palavras, a gestão do conhecimento torna-se tão importante quanto a sua produção. Também é um momento em que as relações “Estado e Ciência” tornam-se mais proeminente, e isso não apenas no Brasil, mas no mundo em reconstrução.

Trata-se de um novo modelo de organização da produção dos conhecimentos, em grandes programas de pesquisa “orientados por missão”, os quais, para serem viabilizados, requerem a participação de mais de um grupo e instituição de pesquisa, assim como a coordenação efetiva entre o governo federal, a universidade e o setor privado, interagindo de modo cooperativo (GÓMEZ, 2003, p. 63).

O desenvolvimento da ciência atrelado às demandas de um Estado-Nação sofria fortes influências dos EUA e URSS, também como fruto

de uma nova tática de guerra protagonizada por essas duas nações. O olhar sobre a ciência e o conhecimento por ela produzido ganha novo fôlego. E as relações entre produtores e produtos, formação profissional e trabalho, produção e gestão de conhecimento dependiam fortemente das políticas de fomento à pesquisa e da governabilidade do Estado. Além do que, agências internacionais como UNESCO intervinham de forma contundente nessas políticas. Mesmo porque desenvolvimento científico estava diretamente ligado à ideia de segurança territorial. Cabia ao Estado encabeçar as possibilidades para efetivação desse progresso com disponibilização regular de recursos, políticas de investimentos a curto e médio prazo em todas as áreas das ciências. O desenvolvimento tecnológico seria consequência desse processo (GÓMEZ, 2003). É nesse contexto que nasce e se desenvolve a ciência do século XX no Brasil. Também é nesse contexto que nasce o IBBD/IBICT, o mestrado em Ciência da Informação e em sequência a revista científica *Ci. Inf.*

É verdade que a partir deste século as ciências, de modo geral, recebem novas funções, novos papéis e novas envergaduras. Autores como Michel Foucault (2007) inauguram um novo modo de pensar a ciência, em que o homem e suas interfaces sociais ocupam o lugar central da pesquisa. Na história dos campos científicos, o estudo da evolução através dos tempos cede lugar a análises do que tornam os saberes específicos, o que lhes dá coerência em um determinado período, quais seus princípios ordenadores, ou seja, o olhar diacrônico é substituído pelas análises sincrônicas. E é nessa perspectiva, que pode ser denominada como arqueológica, que se seguiram as reflexões da pesquisa ora expostas aqui.

6.2 Michel Foucault e a arqueologia do saber

Pretende-se neste espaço discutir as proposições foucaultianas localizadas em algumas de suas obras literárias, mas, em principal, refletir sobre as propostas que se encontram na arqueologia do saber. A trajetória filosófica de Michel Foucault pode ser distinguida em três momentos de leitura, ou seja, o discurso visto como bem que se inicia com a *História da Loucura* (1961), percorre *O nascimento da Clínica* (1963), *As palavras e as coisas* (1966) até a obra *Arqueologia do saber* (1969); posteriormente o período “nietzcheniano” conhecido como período genealógico e voltado para o debate do poder nas obras *Microfísica do poder* (1970), *Vigiar e punir* (1975); Volume I *História da Sexualidade – A Vontade de Saber* (1976); por último o período do sujeito ético em que discute o sujeito, sua subjetivação e a ética na dimensão de saber, na normatividade, na produção de modos da subjetivação com a obra Volume II *História da Sexualidade – O uso dos prazeres e o Cuidado de Si* (1984) (FERREIRA NETO, 2009).

O enfoque foucaultiano é explicitamente histórico, centrado nos discursos científicos e em específico nas chamadas Ciências Humanas (MUCHAIL, 2004). Em um breve aporte contextual, é preciso salientar que o autor (referência teórica e metodológica deste trabalho de pesquisa) dedicou seus estudos a temas espinhosos, como conceitos e teorias referentes ao saber, poder, discursos e sujeitos. Procurou romper com as concepções modernas de ciência e propôs a autonomia de análise dos enunciados, discursos científicos e a suspensão do conceito de cientificidade.

Sua abordagem está na ordem da historicidade e não da origem, perscrutando os percursos dos discursos produzidos em uma determinada área, bem como seus efeitos no interior das práticas discursivas. Para Foucault, o importante é estabelecer espaços de reflexões onde as posições políticas, culturais e sociais dos intelectuais e pesquisadores não se apresentem apenas em termos de ciência/ideologia, mas em termos de

verdade/poder. Procura demonstrar a formação desses discursos, apresentando possibilidades metodológicas, revestidas de análises históricas que possam desvelar formação, legitimação e objetivos ideológicos. A originalidade de sua proposta está nos métodos aplicados, onde busca fazer emergir as diferentes camadas acumuladas, justapostas pelo tempo e localizar descontinuidades e rupturas que afetam a sua sedimentação.

Também, trabalha em diferentes dimensões, enumerando, articulando e favorecendo a escansão dos múltiplos conhecimentos que compõem um campo disciplinar, sejam estes conhecimentos de cunho filosófico, econômico, político ou histórico. Assim, poder-se-á descrever as condições de emergência dos discursos ditos científicos em uma determinada época, espaço e conjuntura. Igualmente, esses procedimentos possibilitam a mudança de direcionamento, isto é: de uma leitura horizontal das discursividades para a análise vertical, orientada pelas determinações históricas do discurso.

Há toda uma complexidade no pensamento foucaultiano. Para Muchail (2004), a própria forma de análise de um pesquisador que opta por trabalhar com Foucault torna-se plural, intensa e complexa, uma vez que sua proposta reflexiva é rigorosa e exige uma dedicação cuidadosa. Ao se propor encontrar uma história arqueológica repleta de significação, é preciso “acompanhar Foucault na explicitação de seus pressupostos, de seus objetos e de sua própria dinâmica [...] é essencial para a compreensão do modo como ele concebe a história como arqueológica” (DIAS, 1989, p. 7).

Ao questionar as formas de pensamento nas ciências humanas, criticar a historiografia tradicional e romper com o pensamento unilateral, Michel Foucault propõe um novo modo de olhar entrecruzado para as relações entre conhecimento, poder e sociedade. Essa nova forma de pensar a história da ciência foi, sem dúvida, uma valiosa contribuição: “Ele não toma os objetos como dados naturais e eternos, mas se esforça em

revelar as práticas que o objetivaram num momento histórico datado” (DIAS, 1989, p. 8). Nesse sentido cabe ao historiador perceber e analisar cada momento da história-memória, seus procedimentos, singularidades e pluralidades.

As pesquisas na arqueologia do saber datam da década de 1960, quando o autor se propõe a trabalhar com o século XVII, na Europa, tendo uma abordagem histórica sobre os modos de existências dos discursos médicos e científicos e quais foram os processos que fizeram com que esses discursos prevalecessem e constituíssem saberes. Não há uma preocupação com a origem desses discursos ou ainda com uma possível interpretação secreta, mas sim com as possibilidades de seu aparecimento, funcionamento, mudanças, rupturas, continuidade e descontinuidade.

No universo científico contemporâneo há um forte procedimento de exclusão com seus princípios de interdição, que se apresentam como mecanismos de controle de cada campo. Não se pode dizer tudo e em qualquer circunstância. Se há liberdade, essa é falseada uma vez que o sujeito não está autorizado a falar de ou sobre qualquer situação ou objeto inserido em contextos da ciência. Além do que, nem todo sujeito está autorizado a dizer o que quer que seja dentro de um campo discursivo.

Temas como sexualidade, política e ciência não são, em absoluto, neutros e têm em seus discursos profundas ligações com o poder. Assim, seria necessário pensar em toda a rede de instituições que “permitem” a alguém não apenas falar, mas escutar ou reter o discurso. Para Foucault (2007), o exercício de controle foi modificado, mas não extinto, por meio de novas instituições que garantem a manutenção da censura. “Se é necessário o silêncio da razão para curar os monstros, basta que o silêncio esteja alerta, e eis que a separação permanece” (FOUCAULT, 2007, p. 13).

Há, também, uma legítima sustentação dos discursos com suas interdições e exclusões realizadas por sistemas institucionais que não só as

impõem como as reconduzem e as controlam. Não sem pressão. São estruturas que reforçam e reelegem as práticas discursivas, através dos fazeres pedagógicos, dos sistemas de livros, das edições, das bibliotecas e outras. A disseminação do saber é institucionalizada e tende a exercer sobre outros discursos (porque há outros discursos), mecanismos de pressão e coerção.

Ao se refletir sobre as condições e possibilidades de aparecimento dos discursos publicados em revistas científicas, remete-se a comitês editoriais, a pareceristas e avaliadores, às temáticas preestabelecidas, enfim, a todo um sistema institucional que controla, reconduz e define práticas discursivas. Foucault (2007) demonstra outras ferramentas de controle e delimitação do discurso, além do poder institucionalizado: *autor*, *comentário* e *disciplina*. Elas exigem exames críticos e contextualizados dentro dos processos de controle das práticas discursivas.

O comentário, por exemplo: se no período renascentista o saber consistia em comentar, ou seja, “não é ver, nem demonstrar, mas comentar, dobrar uma linguagem em outra” (CASTRO, 2009, p. 81), Foucault (2007) assinala para as diferenças entre eles, mesmo sendo solidários, entre o texto primeiro²⁸ e o comentário sobre o mesmo. O comentar é uma tarefa infinita que vai se desdobrando em textos múltiplos, onde o ato “comentário” possibilita a possível reconstrução de inúmeros discursos com sentidos diversos, reatualizáveis e comprovados na intertextualidade, polifonia e acrescentar-se-ia, nesse espaço, nas produções de verdades passíveis de serem avaliadas nas análises de citações.

O comentário acaba por exercer as mesmas funções do primeiro, ou seja, “A linguagem do século XVI (entendida não como um episódio na história da língua, mas como uma experiência cultural global) se encontra

²⁸ Foucault (2007) não trabalha com a definição de texto original, posto que todo dizer parte de outro já dito.

aprisionada sem dúvida nesse jogo, nesse interstício entre o texto primeiro e o infinito da interpretação” (FOUCAULT, 1996, p. 56). Independente das técnicas ou metodologias utilizadas no comentário, no final, acaba por dizer o que já estava articulado no texto primeiro: “[...] não escapa de dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito” (FOUCAULT, 2007, p. 25).

Em outras palavras, ao expor os resultados de suas análises arqueológicas referentes aos campos discursivos que estudou (dentre os quais a medicina), Foucault deixa claro que não pretende fazê-lo em formato de “comentários”, pois seriam duplicações de discursos anteriores, em busca de verdades implícitas. Não se objetiva a busca de nenhuma verdade, mesmo porque, em Foucault, a verdade é fruto de uma produção atrelada a diversas contextualidades. Também não se procura por alguma origem mais remota de um texto primeiro ou de um sentido oculto a ser decifrado.

Quanto ao *autor*, há regras e condições de legitimação institucionais e científicas que garantem o funcionamento, a seleção e o acesso ao discurso bem como a escrita. Assim, essas regras não permitem a toda a sociedade permutar todas as falas ou ao direito de escrever qualquer dizer. É preciso ser qualificado e satisfazer as exigências preestabelecidas tendo clareza das seguintes premissas: o discurso não é um sistema igualmente aberto a todos; nas sociedades de discursos é necessário produzir e/ou conservar discursos para fazê-los circular em espaços restritos; existem inúmeras formas de apropriação, controle, bem como a não permutação dos discursos. Exemplos dessas formas de controle podem ser observados em discursos doutrinários, que ligam os indivíduos a suas enunciações e lhes proíbem outros discursos. Um desses discursos encontra-se na área da educação – direito universal a todos os homens e mulheres: nada mais é do que uma maneira política de reproduzir e reforçar a apropriação do discurso. Em outras palavras, na educação se diz o que tem de se dizer, e se define o que deve ser dito.

Na proposta arqueológica, deixam-se “de lado as noções com as quais tradicionalmente se escreveu a história do conhecimento e das ciências, a história da literatura e da filosofia; especialmente as categorias de obra, livro e autor” (CASTRO, 2009, p. 47). Para Foucault, o nome do autor pode ser localizado na cisão entre as práticas discursivas em que se estabelece um discurso e exclui outro, tornando essa constituição discursiva singular e verdadeira. A função autor é, pois, “característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento” de um determinado discurso na sociedade historicamente datada e localizada (CASTRO, 2009). Também, a função autor não ocupa o mesmo papel em épocas e povos distintos, além do que essa função modifica-se dependendo da área de conhecimento em que está inserida (filosofia, ciências naturais, exatas). O sujeito que fala em um tratado matemático não é o mesmo que fala em um compêndio literário e há ainda textos que se estabelecem sem autoria (leis, decretos, contratos).

Outro aspecto importante na função autor diz respeito aos “fundadores de discursividades”, ou seja, àqueles que, além de obras, são “autores” de regra de formação discursivas; “para falar de maneira muito esquemática, a obra desses instauradores não se situam em relação à ciência e ao espaço que ela desenha, mas é a ciência ou a discursividades que se referem à sua obra como à coordenadas primeiras” (FOUCAULT, *apud*, CASTRO, 2009, p. 48).

No que diz respeito à disciplina, Foucault (2008, p. 31) faz duas distinções para o uso do conceito: um relacionado ao poder (técnicas de domínio do indivíduo) e outro relacionado à forma de controle de produção discursiva. Mesmo sendo associado um ao outro – afinal, em suas análises, saber sempre esteve vinculado ao poder –, é na segunda seara que irão se desenvolver as reflexões desta tese.

Ao definir o conceito de *disciplina* – domínios de objetos, conjunto de métodos, instrumentos, regras e definições, um *corpus* de proposições

consideradas verdadeiras –, o autor afirma que “uma disciplina não é a soma de tudo o que pode ser dito de verdadeiro sobre alguma coisa” (FOUCAULT, 2008, p. 31). Não obstante, toda proposta de um campo disciplinar deve ser embasada em *corpus teórico*, para ser pertencente a uma dada área de conhecimento. Na realidade, o discurso deve ser inserido em uma época e se apresentar como verdadeiro, obedecer às regras de uma política discursiva de seu tempo. O fundamental nessas análises é que as disciplinas são exatamente os princípios de controle da produção do discurso. Para Foucault, a disciplina é que delimita objetos, o que dizer, como dizer e os métodos empregados para que o campo produza discursos de verdades científicas.

Quando, neste espaço, se reporta às três categorias trabalhadas por Foucault (autor, comentários e disciplina), chama-se a atenção para os pressupostos iniciais deste trabalho. A institucionalização de um campo científico, no caso a CI, não perpassa unicamente por procedimentos e propostas com enunciados genuinamente e puramente científicos. Nas análises dos artigos e citações publicados durante trinta e cinco anos em uma renomada revista científica da área (Ci. Inf.), pode-se visualizar o trânsito e o diálogo dessas categorias no que se refere à legitimação e construção dos discursos científicos. Comitês editoriais, avaliadores, políticas de publicações, temáticas recorrentes, autores com maior número de publicações, os mais citados e outros dados trazem várias possibilidades de análises hermenêuticas importantes para uma história arqueológica.

Dentre as muitas ponderações possíveis nas análises foucaultianas, uma delas é que o discurso não é formulado de modo livre e descomprometido com a *ordem discursiva*. O “pensamento ocidental tomou cuidado para que o discurso ocupasse o menor lugar possível entre o pensamento e a palavra” (FOUCAULT, 2007, p. 46). Isso porque, entre outras coisas, existe um verdadeiro temor de que todos enunciados possam ser ditos e daí surgir o combativo, o descontínuo, o argumentativo e isso, na visão de Foucault (2007), pode ser perigoso. O discurso é prática e não

pode ser definido independente das relações que o constituem (MACHADO, 2006, p. 62). As disciplinas o contêm.

Não obstante a tudo o que foi dito sobre o discurso, Machado (2006) chama a atenção para o cuidado de não se reduzir a noção de discurso em Foucault ao sinônimo de texto, onde interpretação, sentido e sintaxe devem ser encontrados no interior do mesmo. O discurso em Foucault é a prática e o evento. Sua análise está para além dele mesmo, juntamente com as relações que o constituem. A prática discursiva em Foucault é vista “não pura e simplesmente [como] formas de produção do discurso. Elas estão incorporadas nos processos técnicos, nas instituições, nos padrões de comportamento, nas formas de transmissão e difusão e em formas pedagógicas que, de uma maneira ou outra, as impõem e as mantêm” (FOUCAULT, 2007, p. 145).

No conjunto de proposições foucaultianas, as tarefas arqueológicas podem ser realizadas aplicando os princípios descritos abaixo:

- **Princípio da inversão** – O papel positivo que pode ser encontrado no autor, na vontade da verdade. Seria necessário reconhecer o papel negativo, ou seja, sentido de recorte e rarefação do discurso.
- **Princípio de descontinuidade** – Nos sistemas de rarefação, onde discurso não é ilimitado, contínuo e silencioso. Os discursos devem ser vistos e trabalhados como formas descontínuas, que podem se cruzar, mas que também podem se ignorar e se excluir.
- **Princípio de especificidade** – O discurso não é cúmplice do conhecimento. O objeto não se deixa revelar, não apresenta sua face legível. O discurso deve ser visto como uma imposição, uma violência que se faz às coisas. É nessa prática

que os acontecimentos do discurso encontram sua regularidade.

- **Princípio da exterioridade** – Caracterizados quando se parte do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade. No princípio da exterioridade, Foucault (2007) irá utilizar quatro noções reguladoras: noção de acontecimento; noção de série; noção de regularidade; noção de condição e possibilidade.

É no princípio da exterioridade e em específico na noção de condição e possibilidade que as análises e discussões irão se pautar. O interesse de Foucault (2007), referente a esse princípio, decorre da vontade de perceber como se realiza, se repete, reconduz e desloca as escolhas de verdade na humanidade ou como se renova continuamente o discurso da verdade. E, ainda, medir o efeito de um discurso com pretensão científica e o funcionamento dos princípios do *autor*, do *comentário*, da *disciplina* nesse contexto. Assim, abandona-se o viés positivista, a história narrativa, favorecendo a análise e o tratamento de novos tipos documentais e promovendo a reflexão histórica, a partir de estudos arqueológicos. É a mudança de postura do historiador frente ao documento que inaugura uma nova história das ideias, ou seja, uma nova forma de relacionar passado e presente, sujeito e subjetividade, verdade e cientificidade:

A história, em sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros. Em nossos dias, a história é que transforma os documentos em monumentos e que desdobra uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjunto. A história, em nossos dias, se volta para a arqueologia, para a descrição intrínseca do monumento (FOUCAULT, 2007, p.8).

Para Foucault, essa descrição intrínseca do objeto perpassa o estabelecimento de séries que mostram que o dito “progresso” da ciência acontece de forma descontínua. Que não há um sujeito fundador da ciência ou sujeito fundador de um evento histórico, além de não haver uma história global e que não há uma ordem cronológica que homogeneíza fatos, pessoas, contextualidades e memórias. “O homem se acha inserido numa

história que lhe é heterogênea e exterior, submetido a um tempo que não é de seu ser, mas que se desenrola conforme os ritmos da evolução próprios à linguagem, à vida e ao trabalho” (FOUCAULT, *apud* DIAS, 1988, p. 38). E nesse sentido estudos arqueológicos não se debruçam apenas nos discursos em si, mas em todas as redes de relações institucionais, políticas, econômicas e outras que podem ter reflexos nos regimes de verdade desse discurso. Ao fim e ao cabo, apercebera-se que nem todo saber é possível em todos os tempos e espaços, que todo saber está imbricado em uma rede de múltiplos poderes que instauram e legitimam a verdade desse saber. E, o mais importante, que a cientificidade desse saber está mais vinculada a essas relações do que à ciência propriamente dita.

Foucault deixa claras as diferenças existentes entre os estudos epistemológicos e os estudos arqueológicos. A arqueologia procura descrever o objeto a partir de suas superfícies de emergências discursivas nos espaços sociais, as possibilidades históricas de surgimento desse objeto, estabelecimento de séries e suas relações com todo contexto de sua formação. A episteme busca pela origem histórica da ciência, utilizando de critérios normativos, investiga a verdade científica nos conceitos e teorias de uma determinada área de conhecimento. Como dito anteriormente a episteme normativa é delimitadora e reguladora das ciências.

A história arqueológica nem evolutiva, nem retrospectiva, nem mesmo recorrente [...], nem postula a existência de um progresso contínuo, nem de um progresso descontínuo; pensa a descontinuidade neutralizando a questão do progresso, o que é possível na medida em que abole a atualidade da ciência com o critério de julgamento de um saber do passado (MACHADO, 2006, p. 152).

Ao desaparecer com o conceito epistemológico e normativo de ciência, os estudos arqueológicos dão lugar a um novo objeto de análise, ou seja, o saber. Ao mudar o método e propor novo objeto, Foucault não apenas estabelece uma mudança nas perspectivas de análise como demarca novas regiões de pesquisa da história arqueológica. “Não há em Michel Foucault uma unidade metodológica. Não entender isso é correr o

risco de não entender Foucault. A arqueologia do saber se caracteriza pela multiplicidade de suas definições, instruída pelos documentos pesquisados” (MACHADO, 2006, p. 11). São formas múltiplas e verticais de se abordar e refletir sobre os discursos das ciências. Se se pode afirmar que Foucault não privilegia nenhum método específico, o mesmo não se pode dizer com relação ao objeto e ao problema. Estes são prioritários em suas análises e é a partir deles que o autor tece toda uma rede dialogal para alcançar a tarefa primeira de sua proposta: revelar o conjunto de possibilidades que tornam um determinado discurso científico possível em um dado tempo e espaço histórico. Para cada época, a ciência tem seu próprio regime de verdade, como bem pondera Foucault (2007, p. 13): “os discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros, os mecanismos e as instâncias, que permitem distinguir uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade”.

Nesse sentido, a arqueologia evidencia as possibilidades de existência de um discurso vinculado a épocas, a espaços e conjunturas estruturas (políticas, econômicas e culturais). Assim, o problema norteador de um estudo arqueológico seria: o que tornou possível a emergência histórica de um determinado discurso? Em suas propostas genealógicas, Foucault expandirá essa questão e atrelará o aparecimento do saber discursivo às relações de poder. Para isso, suspende a noção epistêmica de cientificidade e descentraliza o sujeito, deslocando o nível de investigação. Onde antes partia-se do conceito e da sua formação, na arqueologia perscruta as condições de aparecimento do discurso, não o considerando, a princípio, como verdade.

O conhecimento científico sai da categoria de verdade discursiva e entra para a categoria de análise do saber intimamente vinculado com o poder. Então é preciso delinear as condições de construção e constituição desse discurso dentro dos campos disciplinares, entretecidos com a história-memória de instituições, dos momentos e modelos políticos, econômicos e culturais em que estão inseridas, bem como normas jurídicas, filosóficas e

contextuais. Os resultados das pesquisas arqueológicas não estão sujeitas a verdades ou falsidades científicas, não é essa a preocupação investigativa de Foucault e sim se essas verdades “correspondem ao saber que se instaura, a partir de uma prática discursiva regulada e descritiva como tal. E o saber, diz Foucault, ‘Não contido apenas em demonstrações, pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas’” (DIAS, 1989, p. 85). Por isso também que, para descrever as condições de existência de um discurso, os estudos arqueológicos devem analisar as formações discursivas, as positivities incluídas nesta formação e qual o saber que corresponde ao discurso. O que se busca é a descrição da história das condições de existência de um campo discursivo, não todo permeado de ações e categorias científicas, mas muito mais entremeados de condições históricas que favorecem sua existência.

Diante da história epistemológica, a arqueologia abre outra perspectiva de análise, possibilitando recortes e questões com as quais uma história das ciências não poderia lidar. Se a epistemologia leva em conta a cientificidade e a racionalidade de um conhecimento, ela é, necessariamente, perpassada pelos pares da verdade e do erro, do racional e do irracional, do científico e do não científico, oposições que a arqueologia, na medida em que lida com o saber, não tem que considerar (DIAS, 1989, p. 90).

Também não busca por discursos homogêneos ou totais tendo como alusão os mesmos espaços e tempos históricos. Ao contrário, os estudos arqueológicos procuram investigar as rupturas, os desvios, as diferenças que apontem para o percurso de um determinado campo discursivo. O importante é a eterna suspeita investigativa nas análises dos trabalhos científicos, com a clareza de que o conhecimento é um produto do discurso, construído dentro de uma lógica histórica e contextual e seus axiomas são sempre determinados por arbitrariedades presumidamente subjetivas.

Em sua obra “Microfísica do poder”, publicada pela primeira vez em 1979, Foucault articulou as práticas institucionais, colocando-as em uma posição de maior importância em relação aos saberes teóricos propriamente

ditos. Obviamente utilizou-se de estratégias que visavam explicitar as relações de poder, de enfrentamento e de conflitos para se compreenderem os saberes modernos, com suas tecnologias, trajetórias, mecanismos de apropriação, legitimação e distribuição das produções científicas, peculiares a cada momento da historicidade de uma ciência. Essas estratégias, relativamente autônomas, são anexadas, aplicadas e alteradas, sempre que se fizer necessário, para garantir o domínio de um campo disciplinar. Ao considerar esse elemento (o poder) como uma rede produtiva que atravessa todo corpo social e não como uma instância negativa que tem por função reprimir, pode-se expandir as investigações referentes à formação e à constituição de um campo disciplinar.

Do ponto de vista metodológico, é necessário demarcar as superfícies primeiras de emergência discursiva: onde pode surgir um determinado discurso; designar e analisar suas diferenças individuais, conceitos e teorias, segundo graus de racionalização. Lembrando que essas superfícies discursivas não constituem as mesmas em sociedades, espaços e tempos distintos. Seus discursos não permanecem intactos, imutáveis ou assépticos. Há vários planos de diferenciação em que os objetos do discurso podem aparecer. Mas existirá relação entre eles? Por que esta enunciação e não outra? E quantos mais questionamentos formos capazes de fazer.

Diremos, pois, que uma formação discursiva, se define (pelo menos quanto a seu objeto) se se puder estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e a sua lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha de se modificar (FOUCAULT, 2007, p. 50).

São numerosas, e igualmente importantes as condições para que apareça um objeto de discurso: condições históricas (para que dele possa se dizer alguma coisa e para que dele as pessoas possam dizer coisas diferentes); condições para que se inscreva no domínio de parentescos com outros objetos; condições para se estabelecer relações de semelhanças,

diferenças, afastamentos, proximidades e outros. Tudo isso significa que não se pode dizer qualquer coisa em qualquer época e que é muito difícil dizer coisas novas. Quer dizer ainda que os objetos não se iluminam apenas porque abriram-se os olhos para eles ou tomou-se consciência deles. Eles não preexistem em si mesmos, mas existem sob condições positivas de um feixe complexo de relações.

Essas relações se fazem entre as instituições, processos econômicos e sociais, sistemas de normas, comportamentos, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização, modos de disseminação e outros. Mas é importante reafirmar que as relações não se fazem presentes no objeto, não se desenvolvem no momento da análise, não desenham nem escrevem a trama. Elas definem o que pode aparecer da constituição do objeto, sua aproximação com outros objetos e de se situar em relação a eles, definir suas diferenças, heterogeneidade. Isso seria colocar em evidência seu campo de exterioridade. As relações mencionadas estão no limite do discurso, oferecendo objetos sobre os quais elas podem falar. Determinam também o feixe de analogias que o discurso deve efetuar, analisar, nomear, abordar, classificar etc. Essas relações caracterizam o próprio discurso como prática.

É necessária a descrição dos lugares institucionais de onde o falante obtém o seu discurso, onde encontra sua legitimidade e seu ponto de aplicação. Esses lugares podem constituir um campo qualificável no qual se estabelecem certas verdades de ordem geral. Tem-se como exemplo as bibliotecas ou campo documentário que são os livros tratados – reconhecidos tradicionalmente como válidos –, conjuntos de relatórios, observações publicadas, ministradas aos pesquisadores pelas administrações, por outros pesquisadores, sociólogos, geógrafos; enfim, por toda uma rede informacional.

Os elementos arqueológicos propostos por Foucault ao longo de sua obra são bastante heterogêneos e alguns deles constituem regras de

construção formal; outros constituem hábitos retóricos, como ele mesmo define. Alguns determinam configurações internas de um texto; outros definem modos de relações e interferência entre textos diferentes. Mas o que nos permite localizar a formação discursiva e a delimitação de um grupo de conceitos é a maneira pelas quais esses diferentes elementos estão relacionados uns com os outros. Por exemplo, a maneira pela qual o campo de memória está ligado às formas de hierarquia e subordinação que regem os enunciados de um texto. Ou ainda, a maneira pela qual estão ligados os modos de aproximação e de desenvolvimento dos enunciados, modos de crítica, comentários, de interpretação etc. A esse feixe de relações que constitui um sistema o autor denomina “formação conceitual”.

Não há uma espécie de discurso ideal, último, intemporal, perverso, desordenado ou ainda reprimido por escolhas de origem extrínsecas. Não há um discurso verdadeiro ou sempre arruinado. O que há são discursos em contínua ruptura, se reestruturando e se reinventando.

Não procuramos, pois, passar do texto para o pensamento, da conversa ao silêncio, do exterior ao interior, da dispersão espacial ao puro recolhimento do instante, da multiplicidade superficial à unidade profunda. Permanecemos na dimensão do discurso (FOUCAULT, 2007, p. 85).

A contribuição foucaultiana para a ciência do humano é mais metodológica do que teórica. Quando trabalha com documentos, por exemplo, objetos caros aos positivistas, que os veem como uma inquestionável prova de verdade, Foucault (2007) não os enxerga sem intencionalidade, contextualidade e seletividade. Eles (os documentos) estão inseridos dentro de redes dos saberes e poderes. Sob esse aspecto, também o documento tem que ser colocado em suspenso para que dele se possa duvidar. Ao não trabalhar com uma teoria fixa, o autor (2007) abandona as estruturas para investigar formas e funções. Ao fazê-lo em ordem interna do saber, acaba por sugerir novas definições para a episteme que denomina como arqueológica. Ao romper com a concepção de epistemologia, procura mostrar que todos os saberes são constituídos do

poder, o que justifica o porquê de se explicitar qual jogo de interesses faz com que esses saberes sejam escolhidos e outros não.

A novidade do estudo foucaultiano é introduzir, na análise histórica, o inciso *poder* como articulador do saber. O autor desloca o poder do campo econômico para as redes discursivas, e o localiza em todos os lugares da sociedade. Por isso, rejeita a história positivista, embora não explicitamente, e se aproxima da *École des Annales*²⁹. Abandona as noções de causa e efeito, a unidade e homogeneidade, para trabalhar com as práticas disciplinares. Abandona também a ideia de processual, pois cada momento é único e descarta a ideia de objeto natural, uma vez que são construções sociais. Ao romper com uma série de referências que valida todo o conhecimento como, por exemplo, a ideia de progresso, amplia a possibilidade de se trabalhar com uma história geral, diferente conceitualmente de uma história total. A história total acredita que há um ponto que tem a mesma rede de causalidade ligada a uma mesma historicidade. Sua pretensão na história geral é mobilizar o espaço de dispersão.

Em a *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, publicado em 1966, Foucault também se dedica à verticalização de suas investigações conceituais a fim de compreender os saberes que constituíam as ciências humanas. Entretanto, ainda não estava preocupado com as relações existentes entre as práticas discursivas e as sociais. O que realmente ambicionava era esclarecer o como e o porquê dessa ciência e da filosofia, no período entre o século XV e XIX. E nessa obra o autor pensa, de forma crítica, a maneira moderna de se conduzir a ciência e seus procedimentos de fabricação da verdade em seus jogos discursivos. As regras de existência são historicamente constituídas, isto é, a ordem do

²⁹ Expondo panoramicamente, a *École des Annales* foi um movimento da historiografia francesa pós-segunda guerra mundial, que teve como princípio o uso de metodologias oriundas das ciências sociais e antropologia. Na busca pelo entendimento da trajetória humana e suas relações sociais, o pesquisador perscruta a história das mentalidades juntamente com as dimensões políticas, econômicas e sociais de sujeitos e sociedades.

discurso peculiar a um determinado período, com suas funções reguladoras e normativas. Todos esses procedimentos garantem não só a produção do conhecimento como sua seleção, organização e disseminação. É objetivo primordial de Michel Foucault: compreender a construção, constituição, expressão e disseminação do conhecimento em um recorte temporal e espacial.

Ao relacionar política, economia, poder e constituição do conhecimento, o autor afirma que sempre há um embate dentro das próprias redes. Além disso, suas teias se alastram por toda a sociedade, pois onde há poder há resistência, pontos de instabilidade que se distribuem por toda a estrutura social. Essa teia é formada por lutas, afrontas, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar que se ocupa, nem um objeto que se possui. São relações que se exercem e se disputam. O principal é que não pode ser caracterizada por uma relação unívoca, unilateral. Segundo Machado (1996), nessa disputa ou se ganha ou se perde.

Todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são condições que se formam tanto o sujeito quanto o domínio do saber. Não há saber neutro, todo saber é político. Em contrapartida, todo saber assegura o exercício do poder. Foucault frisa o caráter hipotético de suas observações (MACHADO, *apud* FOUCAULT, 1996, p. XXI).

Na visão foucaultiana, são as instituições, os professores, as universidades e seus fazeres pedagógico-acadêmicos que aparecem como elementos permutadores, pontos de entrecruzamentos privilegiados. Destarte, é preciso promover trocas, articulações, interfaces, buscando uma politização que seja benéfica para o mundo (FOUCAULT, 1996). A verdade perseguida pela academia pertence a esse mundo e é produzida nesse espaço. Portanto, seus efeitos reguladores estão inseridos nele. Os pesquisadores encontram-se na obrigação de assumir responsabilidades políticas na construção do conhecimento e na formação discursiva, seja qual for sua área de atuação.

Para Foucault (1996, p. 36), “o querer saber não se aproxima de uma verdade universal, ela não dá ao homem um exato e sereno controle da natureza, ao contrário, ela não cessa de multiplicar os riscos e, desfazer a unidade do sujeito”. Se as teorizações acadêmicas buscam por uma universalidade, é importante ter em aberto que são sempre processos de um sistema regional de luta. Mas também são como uma caixa de ferramentas, assim é necessário que elas não apenas funcionem como também possam ser úteis para essa localidade disciplinar, suas relações dialógicas com seus meios. “Se não há pessoas para utilizá-la, a começar pelo próprio teórico, é que ela não vale nada ou que o momento ainda não chegou.” (FOUCAULT, 1996, p. 71).

É importante esclarecer que não se pode falar em Michel Foucault, e suas influências em estudos brasileiros, sem se reportar ao filósofo Roberto Machado. Em sua obra *Foucault, a Ciência e o Saber*, Machado (2006) disserta sobre as questões epistemológicas e filosóficas das ciências, pontuando sobre a necessidade da dimensão histórica no entendimento dessas temáticas. Salienta-se que, para Machado (2006), epistemologia é o estudo referente à origem e à produção do conhecimento objetivando conferir-lhe o estatuto de cientificidade. “Para a epistemologia, a ciência, discurso normatizado e normativo, é lugar próprio do conhecimento e da verdade e, como tal, é instauradora da racionalidade” (MACHADO, 2006, p. 6).

Diferentemente dessa perspectiva, a arqueologia do saber tem no homem sua centralidade reflexiva e não a racionalidade por si mesma. As pesquisas foucaultianas estão centradas na constituição histórica das ciências, do homem e da modernidade. Dessa forma, a arqueologia e a epistemologia trabalham com regiões distintas em suas análises. “A abordagem arqueológica não se norteia mais pelos mesmos princípios que orientam a história epistemológica” (MACHADO, 2006, p. 8). Assim, a primeira coisa a se fazer, em estudos arqueológicos, é abandonar a noção de cientificidade que baliza a epistemologia. A história agora é a dos

saberes, a ciência não é um objeto distinto com suas marcas evolutivas. Para Machado (2006), essa é a grande riqueza que a arqueologia deixa para os estudos históricos.

Em outras palavras, abandona-se a classificação, comumente usada na epistemologia, de ciência e, em seu lugar, surgem as análises do saber, assim como os estudos não são mais epistemológicos e sim arqueológicos. O termo “arqueologia” foi usado por Foucault para diferenciar suas elaborações e propostas das que vinham sendo empregadas na história das ideias.

A história arqueológica se circunscreve a uma região lateral com relação às estudadas pelos epistemólogos, ela legitima sua viabilidade e assinala sua especificidade pela busca de uma profundidade capaz de dar conta desse tipo de conhecimento, definido como arqueologia da percepção ou arqueologia do olhar (MACHADO, 2006, p. 10).

A *Arqueologia do saber* apresenta novos documentos para o trabalho dos pesquisadores, definindo séries de análises e redefinindo objetivos históricos. Nessa proposição a ciência não é evolutiva, não tem origem, não apresenta um desenvolvimento linear e contínuo. A proposta é a de percorrer a historicidade dos saberes, do ponto de vista dos discursos, das instituições e dos sujeitos.

O historiador Jacques Le Goff (1996), que considera Michel Foucault o pesquisador mais perspicaz na renovação dos estudos históricos, chama a atenção para a revolução documental que vem acontecendo desde a década de 1930, estabelecendo um novo patamar para a informação. Com a possibilidade de outros tipos de documentos e a análise desses documentos, a partir da definição de séries, a história agora é descontínua, mais crítica e reflexiva. “Poder-se-ia dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, nos nossos dias, tende para a arqueologia, para a descrição intrínseca do monumento” (FOUCAULT, 2007, p. 14)

Os discursos que compõem uma determinada área de conhecimento são constituídos de múltiplos, descontínuos e dispersos

saberes. São dependentes das relações de poder que os institui ou não. Ter uma visão mais ampliada dessas relações e de seus mecanismos de coerção faz com que o campo de conhecimento da Ciência da Informação, formado por dispersão de objetos/temas pesquisados, possa abrir espaços para diálogos com aportes teóricos-metodológicos consistentes. Em suas obras, Foucault ousou começar, sugerir caminhos, questionar, apresentar estratégias e metodologias para múltiplas práticas de pesquisa bem como suas possibilidades em espaços diversos. Foi um pensador que questionou seu tempo, as Ciências Humanas, a historiografia tradicional. Inovou na maneira de expor e explorar os problemas, objetos e os campos discursivos (disciplinares). “Foucault realizou uma reviravolta *coperniana*, invertendo o ponto de partida da pesquisa histórica” (DIAS, 1989, p. 16). Com isso, leva à reflexão de que um discurso científico está para além de um sentido de verdade e que apresenta uma historicidade que lhe é única. E é nesse sentido que se discutirão as interfaces possíveis nos estudos históricos da CI, a partir da arqueologia do saber.

6.3 A Ciência da Informação e a arqueologia do saber

Neste tópico, espera-se promover a reflexão referente às interações possíveis e existentes entre a CI e as propostas de Michel Foucault em arqueologia do saber. As relações dialógicas entre as propostas de Michel Foucault e a Ciência da Informação, vêm sendo objeto de estudo de alguns pesquisadores da área, como Alvarenga, Gonzalez de Gómez, Price, Shera, Radford, Buschman, Freitas e outros. Eles se debruçam sobre o pensamento filosófico do autor, no intuito de apreender como, por quem e o porquê da formação discursiva da CI. Assim, categorias foucaultianas, usadas em seus aportes metodológicos, como saber, poder, texto, autor e outros, fazem parte de extensos e verticalizados estudos nesse campo discursivo.

Radford (1992), por exemplo, identifica a orientação positivista nos estudos na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação e assinala para as análises de Foucault e seus conceitos sobre a ciência, conhecimento científico, verdade e objetividade, na tentativa de vislumbrar a trajetória, a historicidade e a institucionalização do campo na ciência contemporânea. Salienta ainda que os estudos arqueológicos são também de cunho histórico e nesse sentido é necessário um parêntese para lembrar que campos de conhecimentos modernos tiveram suas questões e busca pelos resultados vinculados à ideologia da burguesia. A classe burguesa via na ciência e no conhecimento que ela proporcionava as possibilidades de alçar não apenas *status* sociais como também econômicos e políticos. Como não usufruía dos privilégios da nobreza, que a tinha apenas pelos laços sanguíneos, seria a partir do saber que a burguesia estabeleceria os laços com o poder.

No contexto da contemporaneidade, a CI, suas produções de conhecimento e suas formações discursivas foram atreladas ao saber/poder. Como foi dito anteriormente, sua concepção como área de conhecimento disciplinar esteve vinculada, inicialmente, às demandas governamentais e às necessidades institucionais de selecionar, organizar, produzir, “filtrar” o fluxo da informação científica a fim de favorecer a sociedade científica como um todo e de reificar a própria ciência. Levando em consideração o caráter interdisciplinar, não apenas do campo de conhecimento em si, mas da própria informação e toda a complexidade que a permeia, tem-se como princípio que tal campo é trespassado por todo um sistema de ideias e valores.

A exemplo de autores que trabalham com as propostas metodológicas de Foucault na Ciência da Informação, nomear-se-á primeiramente Alvarenga (1996), que procura descrever as possibilidades de aplicações e as relações existentes entre a arqueologia do saber e os estudos bibliométricos, partindo da análise de categorias comuns a ambos os campos, como intertextualidade, polifonia, exclusão e dispersão.

Alvarenga (1996) aponta para as potencialidades que se têm nos dados demonstrados pela Bibliometria, principalmente no que se referem às pesquisas desenvolvidas no campo arqueológico e epistemológico, específicos do saber. Parte-se então do pressuposto de que esses processos metodológicos poderiam ampliar a visão de conhecimento de um determinado objeto, bem como da análise sob diferentes enfoques. A autora destaca, por exemplo, as categorias históricas (tempo, espaço, contexto e outros) que podem explicar as condições de emergência de um campo disciplinar, revelando os processos de produção do saber e sua natureza qualitativa.

Na atualidade já se reconhece o privilégio dos dados e a sua relação com e em contextos diversos. Autores como Price (1966 *apud* ALVARENGA, 1998) afirmam que, mesmo sendo objetivo da Bibliometria a análise quantitativa da ciência, ela deveria se pautar em abordagens multidisciplinares. Entretanto, as críticas à Bibliometria não são apenas de cunho quantitativo; referem-se também às suas perspectivas de se vincular com pesquisas que de alguma forma são legitimadoras de ideologias dominantes. É nessa seara que as reflexões propostas por Michel Foucault abrem expectativas para uma visão mais ampliada e verticalizada da realidade e que podem ser analisadas a partir dos dados empiricamente levantados pela Bibliometria.

Para Foucault (2008), se o discurso científico requer precisão e definição, esses mecanismos são a própria representação de controle do discurso. Em outras palavras, o discurso científico seria consequência de jogos que envolvem o poder e o saber. A construção do conhecimento deve ser analisada sob a ótica da importância de extratos sociais predeterminados e subjetivos, com imperativos que acabam por governar a sociedade e suas condutas. O conhecimento científico teria como suporte as instituições, reforçado pelas práticas sociais e outros espaços de ciência, como, por exemplo, a pedagogia, as bibliotecas, as escolas, os sistemas de comunicação, a editoração e outros.

E é nesse sentido que Alvarenga (1996) chama a atenção para as contribuições do pensamento foucaultiano, principalmente no que se refere à suspensão de cientificidade, uma vez que permite analisar outras formas de estabelecimento do conhecimento. Assim, é preciso diferenciar entre domínios da ciência e territórios arqueológicos. Isto porque seus recortes e princípios de análises são diferentes. Por exemplo, para os parâmetros epistemológicos, discursos científicos são aqueles que obedecem a um padrão de regras e preceitos – epistemologia normativa. Já os territórios arqueológicos podem decorrer de textos literários, filosóficos e mesmo os ditos científicos. Dessa forma, a arqueologia do saber pode vir a contribuir sobremaneira e se constituir como método na descrição de um campo do conhecimento, principalmente por levar em conta os saberes em um nível mais amplo, que independem de campos disciplinares, de cientificidade ou da episteme.

Quando delimita um campo discursivo, Foucault (2007) conclui que o mesmo se caracteriza pela maneira como forma seus objetos. A formação do objeto em um campo discursivo estaria assegurada pela demarcação das superfícies primeiras de emergência descritas abaixo:

- instância de delimitação, ou seja, os campos institucionais, as várias disciplinas onde o objeto se encaixa;
- análise das grades de especificação, definidas como formas de comportamento, sistemas, normas, técnicas, classificação e caracterização;
- análise das relações entre vários planos referidos, na qual se originou o conhecimento e todas as suas possibilidades.

Assim, temáticas, teorias, métodos, autores e outros acabam por caracterizar a unidade de um discurso uma vez que esses fatores compõem um enorme jogo de relações entre si. Para muitas das metodologias investigativas, como por exemplo, a Bibliometria, as categorias de autores e fontes autorizadas, livros e periódicos são inquestionáveis. No entanto,

Foucault (2007) adverte para a necessidade da dúvida constante no que diz respeito a essas categorias, uma vez que elas sugerem formas de continuidade, não ruptura e outros. Uma unidade discursiva não é desprovida problematização.

Um exemplo dessa dúvida pode ser visto na definição que Foucault (2007) dá para a unidade discursiva *livro*, que pode ser extrapolada para o periódico. Essas unidades são vistas como um feixe de relações que se constrói a partir de complexos discursos. O discurso constante no livro apresenta uma real necessidade de se relacionar com outros textos. Em todos os campos do saber, esse diálogo se faz imperativo para que dados ou informações descontextualizados não venham a desempenhar o papel de conhecimento posto e constituído, sem crítica e/ou interpretação.

Alvarenga (1998) sugere a adoção de algumas categorias que contemplem a contextualização dos processos de produção dos discursos e que identifiquem não só as lacunas, como também suas possibilidades de preenchimento nos resultados de estudos bibliométricos. Assim, as propostas de se trabalhar com intertextualidade, exclusão, dispersão, polifonia e outros, juntamente com os estudos da Bibliometria, incluídas as citações, abrem possibilidades de empreender estudos arqueológicos a partir de dados concretos.

Voltando a Foucault, ressalta-se, entretanto, que a categoria *autor*, por exemplo, normalmente observada no campo da Bibliometria, nas perspectivas foucaultianas tem seu papel relativizado como produtor de conhecimento. Nesse caso, o mais importante é a história das condições de produção, disseminação e apropriação do conhecimento. Na avaliação foucaultiana, o *autor* age em consonância com sua comunidade científica e/ou seus pares. Isso pode ser verificado no hábito de citação, que não deixa de ser uma forma de adesão e/ou dissensão ao discurso vigente. Por meio da citação, o pesquisador identifica as relações semânticas, tende a

vincular o conhecimento produzido a conceitos e paradigmas vigentes, o que dá a suas produções legitimação e estatuto de ciência.

Ainda para Alvarenga (1996), o ato de citar é entrelaçado com implicações que perpassam pela subjetividade, questões culturais e políticas, reforçando as relações entre os conhecimentos que formam determinados campos de saber. Mesmo o ato de ler pode ser visto como uma produção de novos textos. Destarte, a intertextualidade e a polifonia não estão restritas ao conhecimento científico, porque nenhum discurso é neutro e nem mesmo a pesquisa é neutra. Portanto, até o senso comum, de que falam Santos (2004) e Morim (2003), pode entretecer saberes científicos nas formas intertextuais e polifônicas, por exemplo.

Outra autora que labora suas reflexões em searas tangenciais é a filósofa e doutora em comunicação Maria Nélide Gonzalez de Gómez. Em diversas publicações científicas a respeito das contribuições epistemológicas, paradigmáticas e metodológicas no campo disciplinar da Ciência da Informação, Gómez, pesquisadora da área, vem estabelecendo diálogos múltiplos e fecundos no que se refere aos desafios contemporâneos e à necessidade da área em adequar seus procedimentos e contornos conceituais. Em 1993, a autora chamava a atenção para as consequências da pretensa globalização e os efeitos das novas tecnologias informacionais nas sociedades. Pretensa se se considerar o ano de 1993, momento em que o conhecimento fragmentado e especializado orientava os paradigmas da produção científica.

Se na época a CI estruturava-se em torno de conceitos e práticas como organização, recuperação, disseminação informacional e outros, era urgente a promoção de estudos que se voltassem para uma “epistemológica de máximo alcance” (GÓMEZ, 1993). Uma epistemologia que garantisse “condições de uniformidade linguísticas ou lógicas de uso da informação [...] que ocupasse o lugar deixado pelo paradigma anterior da modernidade dos modelos de ação racional” (GÓMEZ, 1993, p. 220). A preocupação

conceitual, epistemológica e metodológica na área da CI se faz presente em diversas publicações da autora, bem como o viés científico e social dessa área. No artigo publicado em 2001, intitulado “Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação”, Gonzalez de Gómez reflete sobre o papel desse jovem campo discursivo nos processos de produção de conhecimento:

No mundo contemporâneo, a ciência da informação é parte de um campo de discursos acerca do conhecimento e da informação que se pode denominar como uma formação social de meta-conhecimento. Suas possibilidades de conhecimento, assim, são ao mesmo tempo objeto de reflexão epistemológica e sintoma de mudança do estatuto da própria epistemologia (GÓMEZ, 2001, p. 5).

É nessa direção reflexiva que Gonzalez de Gómez (2001) promove o debate referente à constituição de um campo científico – Ciência da Informação – pontuando o caráter transdisciplinar e segmentado de seu objeto de investigação: a informação. A CI pode ser descrita e assinalada de forma concisa como articuladora “das plurais dimensões do objeto informacional: semânticas, sintáticas, institucionais, infraestruturais, entre outras” (GÓMEZ, 2001, p. 5).

Quando cita Merton e suas elaborações sobre a ciência moderna e a incumbência de ser portadora da verdade e realidade, Gonzalez de Gómez (2001) afirma que, para receber tal nomeação, é preciso definir os parâmetros de cientificidade. Esses parâmetros foram, ao longo tempo, de alçada da epistemologia – aquela que se dedicava ao estudo das origens e trajetórias dos campos científicos. À episteme cabe indicar os regimes de verdade e os critérios que legitimam um campo disciplinar. Mas o que se espera de verdade quando se trata de uma nova e contemporânea ciência? Nas palavras de Gonzalez de Gómez (2001):

Da Ciência da Informação se espera, portanto, a definição do que propriamente pode ou não chamar-se *informação* e da reflexão epistemológica acerca da ciência da informação, o esclarecimento das condições de possibilidade de um conhecimento da informação que possa chamar-se de *científico* (GÓMEZ, 2001, p. 6).

Ao se buscar uma definição do que é ciência e de sua cientificidade, depara-se com questões que compete aos procedimentos epistemológicos nortear. As condições de possibilidade, legitimidade, verdade e outras são preocupações da episteme normativa e também de Michel Foucault em toda a sua obra referendada neste trabalho, embora ele suspenda o caráter científico nas investigações de seu objeto. À episteme é dado o direito de validar um campo de saber e defini-lo como ciência.

Ao estabelecer o que é a ciência e qual sua diferença, lhe outorga a condição de saber privilegiado e de hierarquia superior, de modo que todos os saberes que não partilham seus atributos e estão fora de sua jurisdição constituem, necessariamente, saberes periféricos e excluídos do regime de verdade da ciência ou de seus sistemas de aferimento e validação (GÓMEZ, 2001, p. 6).

Por questionar as relações de qualificação científica nomeadas pela episteme normativa, reguladora e autorizada, Foucault (2007) propõe uma “nova episteme”, uma episteme arqueológica nas pesquisas voltadas para constituição de um campo de conhecimento. Nesse sentido, também Gonzalez de Gómez (2001) interroga as condições de possibilidade do próprio conhecimento epistemológico, uma vez que o mesmo careceria de legitimar suas possibilidades de existência. Antes mesmo de se falar em conhecimento, em campo científico, ciência e cientificidade, seria importante poder verificar o que há de comum e de afim entre ciências humanas e sociais. Por exemplo, as relações discursivas e de poder entre os campos disciplinares, sociedade e /ou Estado que compõem essas áreas.

As proposições e as regras epistemológicas, por um longo período histórico, pautaram seus critérios avaliativos creditando aos pesquisadores neutralidade, objetividade e veracidade dos fatos. Esses elementos seriam garantidos a partir de métodos e dialéticas ditas universais. Não se considerava a intencionalidade dos fatos, a seletividade do pesquisador ou as condições políticas, sociais, culturais e econômicas de um tempo. Os métodos assegurariam a universalidade, mesmo que aplicados em contextos e espaços diferentes. Assim, afiançava-se um saber amplo e uma produção científica inquestionável. Não obstante, com a introdução da ciência e seus

procedimentos no universo de economia privada, essas premissas passam a ser examinadas para além de seus pesquisadores, colocando em suspenso a neutralidade, objetividade, autonomia e assertividade da ciência.

Gonzalez de Gómez (2001) faz uma análise a respeito de outras propostas metodológicas intimamente vinculadas às *condições de acontecimento* de uma pesquisa científica: políticas, econômicas, contextos de produção etc. Além disso, elas perpassam pelo tema da linguagem quando se quer disseminar o conhecimento científico em outras esferas sociais. A autora concorda com a ideia de que não existe nenhuma linguagem capaz de sintetizar outras linguagens. Então, quem está autorizado a falar pelo outro o que é ciência? Em qual espaço estão definidos os parâmetros de cientificidade? Em que linguagem a ciência é epistemologicamente legitimada?

Ao recorrer a Michel Foucault em suas reflexões, Gonzalez de Gómez (2001) assinala para as atuações epistemológicas enfrontadas em esferas, para além dos muros acadêmicos, como escolas, bibliotecas, laboratórios etc., corroborando com o regime de verdade dominante. Entretanto, segundo a autora, é Piaget – e suas pesquisas com psicologia cognitiva e epistemologia genética – que procura encontrar uma terceira via, onde seja possível articular o empirismo e a episteme normativa, usando as possibilidades de cada uma e restringindo seus limites.

Atualmente, com a necessidade de entrelaçamento entre diversos saberes – tecnologia, economia, política etc. –, novos projetos voltados para a inteligência organizacional passam a ganhar prioridade nas agendas científicas. As produções que se dedicam ao gerenciamento do conhecimento cresceram consideravelmente nas últimas décadas. Os novos contornos experimentados nessas produções podem ser denominados de “meta-conhecimento, expressão de novos projetos de intervenção sobre outras formas sociais de conhecimento, comunicação e informação” (GÓMEZ, 2001, p. 11).

Fato é que não há apenas uma forma de conhecer ou de como conhecer e Gonzalez de Gómez (2001) disserta a respeito de algumas delas: a dúvida metódica de Descartes ou a crítica da razão de Kant; o conhecimento objetivo e impessoal das abordagens descritivas e interpretativas; os mais contemporâneos como a arqueologia e genealogia do saber de Michel Foucault. Outras metodologias também buscam ligar os dados quantificáveis aos interpretativos, como a Bibliometria, por exemplo, que apresenta similaridades quando possibilita trabalhar com conceitos de regularidades empíricas e discursivas, temáticas e outros.

Em um tempo de transformações rápidas e expressivas se situam as ciências sociais e a CI. Quando se fala da história das ciências, fala-se também de episteme e, conseqüentemente, da filosofia que a abriga, justificando a historicidade e a cientificidade da área. A história busca pelos documentos, monumentos, métodos, conceitos, teorias, paradigmas e outros, em um determinado espaço e tempo. Com a inserção de sujeitos, instituições, demandas, significados e sentidos, as ciências sociais ganham novos contornos, onde as atividades, produções, práticas, metodologias, pesquisadores e espaços institucionais passaram a ser foco de análises e reflexões no entendimento das trajetórias humanas.

E a CI e sua cientificidade? Gonzalez de Gómez (2001), ao falar das estratégias utilizadas nos momentos em que se requer a apresentação da área, afirma que essa se dá de acordo com as circunstâncias. Pode-se autodenominar como uma ciência empírica e aplicada, como meta-ciência ou ainda como um campo transdisciplinar, vistos seus procedimentos metodológicos em outras áreas. Não obstante, é importante reafirmar que a mais importante premissa da CI e sua cientificidade, nos dizeres de Gonzalez de Gómez (2001), seria:

Transparência e inteligibilidade da ciência, já que tinha na visibilidade e comunicabilidade um princípio essencial de sua existência. Pode dizer-se, aliás, que a Ciência da Informação tem sido uma das guardiãs da comensurabilidade dos discursos científicos, caracterizando a ciência como a prática social de maior potência de circulação informacional. [...] de maior rigor e eficácia institucional na regulamentação dos mecanismos e práticas de estabilização de discursos e saberes (GÓMEZ, 2001, p. 14).

É mais uma pesquisadora a afirmar categoricamente que a ciência é uma prática eminentemente social. Entretanto, assim como tudo o que se refere a saberes das ciências, absolutamente nada se encontra em sua versão final. Para Gonzalez de Gómez (2001), surgirão novas versões da “Ciência da Informação”, podendo até mesmo ser denominada como “transciência”, nas conjunturas sociais do século XXI.

Dito isso, dois aspectos são relevantes. Primeiro, a importância de uma contextualização histórica da Ciência da Informação nos processos de construção do conhecimento científico. Segundo, a sua inserção dentro dos processos científicos das ciências humanas e sociais aplicadas. Outrossim, poderá, ao final, alargar as fronteiras do saber, projetando possibilidades para estratégias metodológicas com aportes de propostas arqueológicas. Este labor requer esforços acadêmicos, critérios teóricos e científicos e, principalmente, atenção para com os modismos intelectuais. Contudo não se pode fechar às possibilidades metodológicas que se colocam presentes na arqueologia do saber.

No momento interessa ressaltar que a institucionalização, o desenvolvimento e a legitimação de um campo não podem ser dissociados das relações de poder que o margeiam. Neutralidade não faz parte da formação discursiva de nenhum campo e, estudos que partem dessa proposição procuram por leis gerais e universais. São de fato estudos positivistas e não são passíveis de serem analisados sob as perspectivas arqueológicas. Teorias e práticas de um campo discursivo são atos políticos, subjetivos e relacionam muito mais com o saber/poder do que com a cientificidade propriamente dita.

Espera-se que os estudos arqueológicos, juntamente com as propostas das ferramentas bibliométricas, possam evidenciar essas relações de saber/poder e a produção de verdades científicas na CI.

6.4 Bibliometria

Este tópico busca pela compreensão teórica e metodológica referente à ferramenta de pesquisa denominada como Bibliometria, bem como pela fundamentação das possibilidades de interfaces e complementaridade com os estudos arqueológicos. As reflexões e os debates teóricos do que venha a ser Bibliometria e suas possibilidades iniciar-se-ão com algumas questões expostas por Moura (2009). Ou seja, que materialidade dará a análise bibliométrica? O que se terá no final? Qual o material sobre o qual se debruçará?

Das muitas formas utilizadas para medir e analisar a produção científica de uma determinada área de conhecimento, além de seu fluxo informacional, a Bibliometria é uma delas. Esse método desenvolve padrões e modelos de cunho quantitativo que fazem uso de expedientes matemáticos e estatísticos de medição voltados para avaliar a ciência, usando seus resultados para elaborar previsões e apoiar tomada de decisões (MACIAS-CHAPULA, 1998, p. 154).

De maneira pontual, a Bibliometria procura demonstrar a medição da produtividade dos autores, atendendo a um modelo de distribuição – frequência dos diversos autores em um conjunto de documentos (Lei de Lotka, 1926). Utiliza também como ferramenta a medição da produtividade das revistas, estabelecendo o núcleo e as áreas de dispersão sobre um determinado assunto em um mesmo conjunto de revistas (Lei de Bradford ou Lei de Dispersão, 1934). Outro expediente usado em estudos bibliométricos diz respeito à frequência do aparecimento das palavras em

vários textos, gerando uma lista ordenada de termos de uma determinada disciplina ou assunto (Lei de Zipf – também conhecida como Lei do Mínimo Esforço, 1949): “A Bibliometria estuda a organização das áreas científicas e tecnológicas a partir das fontes bibliográficas com intuito de identificar os autores, suas relações e tendências” (SPINAK, p. 143, *apud* VANTI, 2002, 155).³⁰

Vanti (2002) explica que o termo “Bibliometria” foi cunhado por Otlet no ano de 1934, na obra *Traité de Documentation*, tornando-se conhecido na segunda metade da década de 1960. Tal metodologia surge a partir da necessidade da análise, da identificação, da comunicação e da evidenciação das pesquisas acadêmicas e científicas. Não obstante, há a controvérsias históricas dessa informação:

Otlet mencionou, em 1934, Bibliometria como “a parte definida da bibliologia que se ocupa da medida ou quantidade aplicada aos livros”. No entanto, atribui-se a Pritchard, em 1969, a criação do termo “Bibliometria”, utilizado para descrever “todos os estudos que buscam quantificar os processos de comunicação escrita”, definindo-a mais amplamente como a aplicação de métodos matemáticos para livros e outros meios de comunicação (PINHEIRO, 1983, p. 60).

Bufrem e Prates (2005) buscam pela definição de Bibliometria na etimologia da palavra, onde tem o radical grego *Biblion* significando livro e *metrikos*, também do grego, expressando mensuração, medida, contagem. Assim, Bibliometria poderia ser definida como processo de medida de documentos publicizados, podendo ser aplicada em “estudos sociológicos, gerenciamento da informação, Biblioteconomia, história, incluindo ciência política, estudos da ciência e dos cientistas” (p. 14). Tendo como principio as três leis mencionadas acima (Lei de Lotka, Lei de Bradford e Lei de Zipf), os estudos bibliométricos estão centrados nas mensurações da produção científica de uma determinada área e na orientação voltada para a gestão das práticas bibliotecárias.

³⁰Tradução livre da citação: La bibliometría estudia la organización de los sectores científicos y tecnológicos a partir de las fuentes bibliográficas y patentes para identificar los actores, sus relaciones y sus tendencias.

Em 1926, o matemático Alfred Lotka formulou uma metodologia a partir de parâmetros estatísticos, denominada *quadrado inverso*. Mesmo sendo reformulado posteriormente e denominado como *poder inverso generalizado*, ficou conhecida como Lei de Lotka, em homenagem ao pesquisador primeiro (URBIZAGASTEGUI, 2009, p 1111). Basicamente, a Lei de Lotka afirma que o crescimento de uma determinada área de conhecimento está diretamente relacionada ao crescimento de suas publicações científicas. Por isso, o crescimento da literatura em determinado período se expressa em termos de uma taxa média de crescimento durante esse período. Uma das características da prática científica tem sido a taxa de crescimento da literatura publicada.

Não obstante, é preciso estar conscientes de que se a literatura cresce, não é simplesmente porque os cientistas aumentam sua produtividade, senão também porque mais cientistas entram no campo e contribuem com uma taxa média de produtividade nesse campo (URBIZAGASTEGUI, 2009, p 112).

A Lei de Lotka auxilia na avaliação de produtividade dos autores, evidenciando quem é mais produtivo dentro de uma determinada área e aquele grupo que menos produz. Uma das possibilidades dessa medição é apontar os autores-chave recorrentes e a que temática estão voltados os seus trabalhos.

Outro princípio da Bibliometria foi descrito pela primeira vez em 1934 pelo matemático Samuel C. Bradford: a Lei de Bradford ou Lei da Dispersão do Conhecimento Científico possibilita verificar qual a relevância de um determinado periódico na área de conhecimento na qual esteja inserido. Em outras palavras, a Lei de Dispersão permite a estimativa do grau de relevância de periódicos em um campo do conhecimento. A Lei de Bradford é considerada uma ótima metodologia de pesquisa quando se objetiva desenvolver políticas nas práticas bibliotecárias, como por exemplo a aquisição e o descarte de periódicos.

Se dispormos periódicos em ordem decrescente de produtividade de artigos sobre um determinado tema, pode-se distinguir um núcleo de periódicos mais particularmente devotados ao tema e vários grupos ou zonas que incluem o mesmo número de artigos que o núcleo, sempre que o número de periódicos existentes no núcleo e nas zonas sucessivas seja de ordem de 1: n : n^2 : n^3 ... Assim, os periódicos devem ser listados com o número de artigos de cada um, em ordem decrescente, com soma parcial. O total de artigos deve ser somado e dividido por três; o grupo que tiver mais artigos, até o total de 1/3 dos artigos, é o “core” daquele assunto (ARAÚJO, 2006, p. 15).

Já a Lei de Zipf, também conhecida como Lei do Mínimo Esforço, datada de 1949, está relacionada à frequência de palavras em um dado texto. Descreve a relação entre palavras em um texto predefinido e a ordem de série de palavras (contagem de palavras em largas amostragens).

Sua proposta, assim, é de que, se listarmos as palavras que ocorrem num texto em ordem decrescente de frequência, a posição de uma palavra na lista multiplicada por sua frequência é igual a uma constante. A equação para esse relacionamento é: $r \times f = k$, onde r é a posição da palavra, f é a sua frequência e k é a constante (ARAÚJO, 2006, p. 15).

Ao fazer uso desses princípios quantitativos juntamente com a análise de cunho qualitativo, o pesquisador poderá inferir sobre a produção de uma determinada instituição ou de um país num dado período, além de temáticas recorrentes, pesquisadores mais produtivos, o seu papel em determinada corrente ideológica e outros, mesmo porque o desenvolvimento de um campo de conhecimento se dá a partir do envolvimento de sujeitos (pesquisadores) e seu comprometimento com a área. O aumento da produção literária é um dos componentes desse processo. Para Urbizagastegu (2009), foi justamente a dedicação do cientista da informação e historiador da ciência John Derek de Solla Price que possibilitou a disseminação desse método de pesquisa. Como ele, outros pesquisadores podem ser citados, como Cole e Eales (1917); Fleischer (1984); Mahapatra (1985); Bottle e Efthimiadis (1984) e outros.

John Derek de Solla Price dedicou-se a estudar a produção e o desenvolvimento da literatura no campo da física. Esse pesquisador formula a Lei do Elitismo: “o número de membros da elite corresponde à raiz quadrada do número total de autores, e a metade do total da produção é

considerado o critério para se saber se a elite é produtiva ou não” (ARAÚJO, 2006, p. 17).

No Brasil, o uso de estudos bibliométricos começa a se expandir na década de 1970 e, novamente, os pesquisadores vinculados ao IBBD/IBICT são pioneiros. Na maioria das vezes, essas pesquisas estavam vinculadas à produtividade de autores e suas instituições. Nessa seara, a Análise de Citação apresenta-se como um importante braço dos estudos bibliométricos. Ou seja, refere-se a pesquisas que têm como mote um “conjunto de uma ou mais referências bibliográficas que, incluídas em uma publicação, evidenciam elos entre indivíduos, instituições e áreas de pesquisa, visto que mostram o relacionamento de uma publicação com outra” (FORESTI, 1989, p. 3 *apud* ARAÚJO, 2006).

Os resultados desses levantamentos estatísticos podem apontar os autores mais citados, os mais produtivos, os que compõem a elite de um campo de saber, quais as temáticas reentrantes. Também, quais instituições são mais influentes e tantos outros dados essenciais quando se quer conhecer o espaço discursivo que vem sendo sedimentado e como se constrói e se constitui um campo científico. São informações importantes na descrição da historicidade de um determinado campo da ciência

Na contemporaneidade outros termos para as metodologias quantitativas estão sendo apresentados: cienciometria (ou cientometria), informetria, webometria ou abordagens similares. Do ponto de vista conceitual, adotaremos as definições do consultor em Ciência da Informação, o PhD Cesar A. Macias-Chapula (1998, p. 134). Por Bibliometria entende-se o “estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada, que envolve padrões e modelos matemáticos para medir esses processos, usando seus resultados para elaborar previsões e apoiar tomadas de decisão”.

Para Macias-Chapula (1998), a Cienciometria ou Cientometria pode ser definida como o “estudo dos aspectos quantitativos da ciência enquanto uma disciplina ou atividade econômica”. A Cientometria é um dos parâmetros informacionais no que diz respeito ao desenvolvimento da ciência, ou seja, onde, como e quando aplicar políticas de investimento para o desenvolvimento de uma dada área científica. Assim, para Macias-Chapula (1998), a Cientometria sobrepõe a Bibliometria uma vez que envolve “estudos quantitativos das atividades científicas, incluindo a publicação”.

A cientometria aplica técnicas bibliométricas na Ciência [...] mas vai além das técnicas bibliométricas, pois estuda o desenvolvimento das políticas científicas [...]. A cientometria pode estabelecer comparações entre as políticas investigativas dos países analisando seus aspectos econômicos e sociais (SPINAK, 1998, p. 143).³¹

O termo Informetria refere-se aos estudos quantitativos da informação em formatos diversos, não se limitando às bibliografias. “A informetria pode incorporar, utilizar e ampliar os muitos estudos de avaliação da informação que estão fora dos limites tanto da Bibliometria como da Cientometria”. Já webometria consiste “na aplicação de métodos informétricos à World Wide Web” (Macias-Chapula, 1998, p. 134). O pesquisador salienta a intensa atividade social promovida pela ciência, a partir do trabalho de inúmeros pesquisadores, e como essas metodologias quantitativas beneficiam as leituras e análises de sujeitos, instituições científicas e seus labores:

Na verdade, a ciência necessita ser considerada como um amplo sistema social, no qual uma de suas funções é disseminar conhecimentos. Sua segunda função é assegurar a preservação de padrões, e a terceira é atribuir créditos e reconhecimento para aqueles cujos trabalhos têm contribuído para o desenvolvimento das ideias em diferentes campos (MACIAS-CHAPULA, 1998, p. 141).

³¹Tradução livre da citação: La cienciometría aplica técnicas bibliométricas a la ciencia [...] pero va mas allá de las técnicas bibliométricas, pues también examina el desarrollo y las políticas científicas. [...] la cienciometría puede establecer comparaciones entre las políticas de investigación entre los países analizando sus aspectos económicos y sociales (SPINAK, 1998, p.143).

A Bibliometria e seus desdobramentos (cientometria, infometria, webmetria) acompanham de forma quantitativa e estatística o movimento de um campo discursivo, ou seja, seu fluxo informacional, temático, autoral e outros. Para Spinak (1998), o entendimento deste movimento social entre a informação e as práticas científicas depende também do entendimento do mundo do trabalho no que diz respeito à produção intelectual. Nenhuma área pode ser comparada a outra no que diz respeito a números de publicações, por exemplo. Para ele, a sociologia das ciências exige ferramentas conceituais e metodológicas capazes de favorecer este trânsito e isso tem sido desenvolvido pela Bibliometria.

Entretanto, esse mesmo autor chama a atenção para o fato de que não se podem interpretar os dados que são disponibilizados pela metodologia sem reconhecer os sujeitos (pesquisadores, técnicos etc.) que compõem todo o “sistema chamado ciência”. Esse sistema é formado e influenciado pelas culturas, contextos históricos, políticos e econômicos, “colégios virtuais”, organizações formais (graduações, pós-graduações, institutos de pesquisa e outros), grupos de trabalho e até mesmo o sistema jurídico no qual estão inseridas todas essas estruturas. “A Bibliometria é, portanto, uma disciplina de alcance multidisciplinar, que analisa um dos aspectos mais importantes e os objetivos da comunidade, comunicação impressa” (SPINAK, 1998, p. 142)³².

³² Tradução livre da citação: La bibliometría es pues, una disciplina con alcance multidisciplinario y la que analiza uno de los aspectos más relevantes y objetivos de esa comunidad, la comunicación impresa (SPINAK, 1998, p. 142).

Ao definir as abordagens bibliométricas como o estudo quantitativo das produções científicas, levando a reflexões sobre fontes, autores, tendências e suas múltiplas redes relacionais, reporta-se a Spinak (1998, p. 145), que aponta algumas das possibilidades de aplicabilidade da Bibliometria na pesquisa acadêmica:

- identificar tendências e crescimento do conhecimento entre as disciplinas;
- identificar os usuários de diferentes disciplinas;
- identificar autores, temáticas e instituições em diferentes disciplinas;
- identificar influências nacionais e internacionais na ciência;
- crescimento quantitativo da literatura;
- medir a utilidade dos serviços de disseminação seletiva de informação;
- prever tendências na publicação;
- identificar as principais revistas em cada disciplina;
- formular políticas de compras dentro do orçamento em acervos e bibliotecas;
- estudar a dispersão e obsolescência da literatura científica;
- estudar hábitos de citação e cooperação de pesquisadores;
- prever a produtividade de editores, autores individuais, organizações, países e assim por diante;
- medir a eficácia da investigação para atingir os objetivos sociais e econômicos.

Para muitos autores, como Macias-Chapula (1998) e Spinak (1998), a Bibliometria deveria ser reconhecida como fundamental nas análises de evolução dos campos de conhecimento, posto que, ao elencar

as atividades de pesquisas para as comunidades científicas, faz circular informações importantes, diversificadas e cruciais para as ciências. Tais informações são importantes, inclusive, na organização curricular de um determinado curso de graduação ou pós-graduação, na formação de pesquisadores, de recursos humanos em geral. São múltiplas as possibilidades de retorno que os estudos bibliométricos podem oferecer e suas análises direcionadas às produções e publicações científicas vêm balizando políticas de tomadas de decisões nas instituições de pesquisa em geral. Essa ferramenta é reconhecida como fonte privilegiada nas análises de dados e sua relação com contextos diversos. Price (1976, *apud* ALVARENGA, 1998), afirma que, mesmo sendo objetivo da Bibliometria as análises matemáticas da ciência, as abordagens multidisciplinares são possíveis em âmbitos diversos.

O diferencial dessa ferramenta está no fato de “sintetizar, em poucos parâmetros, as características de muitos grupos de dados” (MACIAS-CHAPULA, 1998), evidenciando o crescimento da literatura científica, o surgimento de novos conceitos, metodologias e linhas de pesquisa. Segundo o autor, esses indicadores situam o estado da arte não apenas por áreas específicas como também de todo o país, sendo referência inclusive na Organización para la Cooperación y Desarrollo Económico (OCDE) no que diz respeito ao estado da arte das ciências e tecnologias.

Esses indicadores científicos são igualmente apropriados para macroanálises (por exemplo, a participação de um determinado país na produção global de literatura científica em um período específico) e para microanálises (por exemplo, o papel de uma instituição na produção de artigos em um campo da ciência muito restrito). Combinados a outros indicadores, os estudos bibliométricos podem ajudar tanto na avaliação do estado atual da ciência como na tomada de decisões e no gerenciamento da pesquisa (MACIAS-CHAPULA, 1998, p. 136)

Em outras palavras, as ciências podem ser retratadas, em termos quantificadores, pelas abordagens bibliométricas e cientométricas, infométricas, tendo como norteadoras as produções de conhecimento

nomeadas nas literaturas científicas. Não obstante, Macias-Chapula (1998) chama a atenção para o detalhe de que números e valores absolutos não indicam nada por si só: “De fato, contar trabalhos não é difícil; dar sentido aos dados é mais complexo”. O autor também aponta para as fragilidades que a abordagem traz em si. Por exemplo, as poucas bases de dados que incluem livros, capítulos de livros, teses e dissertações, relatórios técnicos, conferências, comunicações científicas e outros. A maioria das bases de dados não agrega a literatura cinzenta em seus arquivos.

Outra fragilidade diz respeito às análises de número de citações, que não refletem a aceitação ou rejeição pelo autor mais citado. Também, como nem todos citam da mesma forma e mesmo contexto, é preciso tratá-las em suas especificidades. “As técnicas de indexação de citações não explicitam a natureza das relações entre os documentos, apenas as utilizam para indexar a literatura científica” (MACIAS-CHAPULA, 1998, p. 138).

Análises das produções científicas usando da Bibliometria e seus desdobramentos apresentam condições únicas de desvelar informações preciosas, como aspectos do processo de institucionalização de um campo científico, por exemplo. Para Alvarenga (1998, s.p),

As leis bibliométricas são constituídas basicamente de distribuições empíricas de comportamento hiperbólico e são largamente utilizadas, quer seja em contextos documentários ou administrativos [...]. As leis são associadas a formulas matemáticas que permitem comprovar ou não determinado fenômeno.

No entanto, a autora corrobora suas reflexões com outros tantos autores apresentados aqui, ou seja, os dados resultantes de estudos dessa natureza nada dizem por si só. É necessário buscar por evidências que vão para além dos dados, assim como nas propostas arqueológicas de Michel Foucault. Em suma, as pesquisas bibliométricas procuram mostrar as relações plausíveis entre artigos e matrizes epistemológicas que os sustentam, relações entre autores, produções e acessibilidade, produtor/autores e possíveis ideologias, regularidades e rupturas (dispersões), entre outras questões.

Os resultados apresentados pela aplicação dos estudos bibliométricos e cientométricos podem oferecer um tipo de mapa cognitivo, em que se demonstrem estruturas e trajetórias para análises de fenômenos sociais. É possível estabelecer interações entre textos, contextos, documentos-monumentos e histórias-memórias, em uma relação de movimento e campos abertos contínuos, que foram identificados e mapeados, como propõe Paulston (1993 *apud* ALVARENGA, 1998). Partiu-se dos resultados bibliométricos e foram analisados, à luz de propostas foucaultianas, expostas na obra *Arqueologia do saber*, elementos que favorecessem a compreensão dos discursos, trajetórias na construção das práticas discursivas, escolhas, encaminhamentos e políticas definidas por quem, em qual contexto, com quais ideologias. As categorias foram exploradas tendo em vista as propostas discutidas na fundamentação teórica.

Em uma perspectiva foucaultiana, as descrições dos fatos estão nos enunciados já formulados e que compõem um determinado campo discursivo. Buscaram-se então estabelecer os jogos de regras que definem as condições de possibilidades de aparecimento, transformações ou desaparecimento. Jogo variável, marcado por diferenças e descontinuidade, dependente do contexto histórico (MUCHAIL, 2004). Nesse sentido, as abordagens bibliométricas são extremamente favoráveis ao disponibilizar dados para análise de grupos, diferenças contextuais, de visibilidade e outros. “Os estudos quantitativos da produção científica têm permitido entender melhor a amplitude e a natureza das atividades de pesquisa desenvolvidas nas diferentes áreas do conhecimento, de diversos países, instituições e pesquisadores” (NORONHA; POBLACIÓN; SANTOS, s/d, p 2).

6.4.1 Bibliometria e arqueologia

Tendo como premissa que a construção do conhecimento se dá socialmente e que as publicações científicas são resultados dos esforços de pesquisas, tem-se na comunidade científica a referência informacional sobre o que vem acontecendo no campo de conhecimento no qual ela esteja inserida. Para Spinak (1998), a ciência é um sistema de produção de informação e em específico a informação publicada, ou seja, registrada em suportes informacionais permanentes e de acessibilidade comum a todos. Targino (2000) e Meadows (1999) reforçam essa premissa quando afirmam que o conhecimento científico, para ser validado, necessita ser divulgado, examinado e ratificado pelos pares, e esse processo só é possível com o uso dos canais formais de comunicação científica. Seria o estabelecimento de uma rede comunicacional que seleciona, estrutura, trata, organiza e disponibiliza o fluxo da informação proporcionando a construção e a constituição social do conhecimento.

Para Le Coadic (2004), Meadows (1999) e Targino (2000), a formalização do conhecimento constituído ocorre a partir da necessidade comunicacional entre pesquisadores e a publicação dos resultados de suas pesquisas, fazendo com que essas atividades se tornem sociais e em constante movimento. Desde o século XVII as comunidades ou sociedades científicas vão sendo formadas no intuito de proporcionar diálogos, debates, trocas e disseminação do conhecimento. Há muito que essas sociedades encontraram nas universidades e instituições de pesquisa ancoragem na legitimação de seus trabalhos. Assim, pode-se afirmar que uma das principais funções desses espaços é a pesquisa e conseqüentemente a construção do conhecimento social. Para Foucault (1996), as instituições acadêmicas tornaram-se lugares legitimados e autorizados não só para produção como para constituição, disseminação e reificação do conhecimento humano. E é nesse sentido que o autor propõe uma reflexão mais verticalizada no que diz respeito ao discurso e ao conhecimento

científico. Suas ponderações abrem espaço para a intertextualidade e a polifonia e os estudos da Bibliometria teriam elementos necessários para formar a base empírica desses procedimentos. Estes conceitos (intertextualidade, polifonia, pragmática e citações na origem do saber e outros), quando relacionados, formam parte de um substrato teórico e empírico e são conceitos que proporcionam o estudo de redes tecidas nas possíveis relações interdiscursivas, em um dado recorte de conhecimento.

Além do já dito, as relações dialógicas entre as propostas de Michel Foucault e a Ciência da Informação vêm sendo objeto de estudo de alguns pesquisadores, como Frohmann (1994), Solla Price (1984) e outros. Radford (2003) afirma que na Biblioteconomia e na Ciência da Informação há uma forte tendência positivista no debate teórico das áreas. Para o autor, as proposições foucaultianas abrangem conceitos sobre a ciência, conhecimento científico, verdade e objetividade e abrem um leque de possibilidades para rever e refletir tais tendências. Sem dúvida, as perspectivas apontadas por Michel Foucault apresentam importantes contribuições como instrumento teórico e conceitual na área de Ciência da Informação e as abordagens bibliométricas auxiliam de maneira privilegiada uma vez que é possível inter-relacionar as práticas discursivas desse campo de conhecimento. Se a Bibliometria proporciona um maior entendimento quantitativo do dinamismo científico, estudos arqueológicos permitem o aprofundamento analítico desses dados. E, nesse aspecto, é preciso considerar que o saber e a produção de verdade se apoiam em sistemas institucionais que os reforçam e os reconduzem, através das práticas pedagógicas, dos sistemas de livros, das edições, das bibliotecas e outros.

Estes sistemas institucionais se abrigam em fragmentações disciplinares, denominados por Foucault como campos discursivos, formação discursiva ou reconhecidos frequentemente como áreas de conhecimento. É importante observar que, para Foucault, as disciplinas nada mais são do que chamarizes para uma descrição positivista do conhecimento. As disciplinas devem conter o discurso de sua época,

obedecer às regras de uma política discursiva de seu tempo e são, exatamente, princípios de controle da produção do discurso.

Ao se trabalhar com os conceitos foucaultianos de disciplina e com as abordagens bibliométricas, é preciso delimitar qual modalidade de discurso será analisada, uma vez que há uma heterogeneidade de discursos que compõem um campo disciplinar: textos científicos, técnicos, documentos de divulgação, editais de pesquisa, textos administrativos e outros, lembrando que, em uma visão foucaultiana, nem todos os discursos disciplinares estão recobertos pela cientificidade. No entanto, é justamente na delimitação dessa análise que se estabelecem recortes para leituras contextualizadas da realidade, verticalizando os estudos de um determinado objeto.

Alvarenga (1998, s.p) apresenta algumas contribuições do pensamento foucaultiano para o aprimoramento de estudos que usam as abordagens bibliométricas: suspensão do que se denomina cientificidade; especificação dos elementos envolvidos na formação do objeto de um campo discursivo; adoção de categorias arqueológicas na análise de fenômenos que podem ser mensurados por dados bibliométricos tais como intertextualidade; polifônia; dispersão; exclusão e outros.

Para a autora, tanto a Bibliometria como a arqueologia do saber têm como objeto os discursos formadores de um campo de conhecimento e a abordagem bibliométrica parte de noções que Foucault, em princípio, não nega, mas “suspende”; ou seja, as propostas arqueológicas de Michel Foucault chamam à reflexão mais aprofundada sobre os dados bibliométricos quantitativos. Na realidade, Foucault insiste que não bastam apenas as análises horizontais quantitativas, mas que numa pesquisa social torna-se fundamental conjugar também os princípios verticalizados qualitativos, bem definidos, acrescidos de explorações hermenêuticas que tornem possível verificar além do dado empírico.

Ao estabelecer um paralelo entre Bibliometria e arqueologia do saber, Alvarenga (1998) aponta para resultados estatísticos como produtividade de autores; citações constantes de um livro; obsolescência da literatura – vida média de trabalhos; ocorrência de palavras em um texto; produtividade de periódicos; uso de periódicos ou outras fontes; frentes de pesquisa em um campo; “*gate-keepers*” (líderes em um campo científico ou tecnológico) e outros resultados de estudos bibliométricos. Todos esses dados podem ser submetidos a pesquisas que considerem a polifonia, a dispersão, descontinuidade, intertextualidade, posições de poder ocupadas por seus produtores e outras categorias presentes na arqueologia do saber. Os estudos bibliométricos, por sua base empírica, são passíveis de fornecer subsídios para estudos arqueológicos, evidenciando uma relação de complementaridade e intercessão.

Este diálogo se faz necessário para que os dados resultantes dos estudos bibliométricos não venham desempenhar o papel de conhecimento posto e constituído, sem contextualidade crítica e/ou interpretativa, ou seja, um amontoado informacional. O mais importante é perceber como se realiza, repete, reconduz e desloca a escolha de verdade no campo discursivo, como se renova continuamente esse discurso. Quando os estudos bibliométricos são voltados para as análises das formações discursivas, alguns princípios desenvolvidos e trabalhados por Foucault são extremamente úteis. Quando se investiga um campo de conhecimento, utilizando os aportes e as possibilidades que a Bibliometria oferece, partindo das propostas foucaultianas, todas as fissuras, construções disciplinares e controles discursivos ficam em evidência. O discurso não é formulado de modo livre e descomprometido como nos mostra a “ordem do discurso” (2008). Os dados bibliométricos e suas possibilidades de análises também não. Assim, as duas abordagens apresentam uma relação de complementaridade e isso somente tende a enriquecer a metodologia proposta.

Partindo dessas reflexões conceituais é que se propõe pensar sobre as possibilidades das análises de citações nos contextos da arqueologia ao lado da Bibliometria.

6.5 Análises de citações no contexto bibliométrico e arqueológico

Neste item, procura-se discutir o comportamento das análises de citações nas pesquisas históricas que partem dos aspectos metodológicos propostos pela Bibliometria e a arqueologia do saber. A análise das citações contidas em artigos, capítulos de livros ou obras completas tem sido uma ferramenta muito utilizada quando se busca esquadrihar o comportamento da literatura científica, suas produções, temáticas, influências, autores, línguas, instituições e outros. As citações podem ser definidas como transcrição de fragmentos das ideias retiradas de outras obras previamente consultadas (livros, artigos, relatórios, reportagens etc.) e apresentam como objetivo principal a legitimação do texto de quem cita.

Na verdade, assim como vários autores, Macias-Chapula (1998) e Cronin (1984) veem a ciência como um construto social e como tal seus procedimentos estão vinculados aos contextos nos quais está inserida. “Para compreender isso, precisamos conhecer os cenários e as personalidades, estejamos olhando quer para o modo como os cientistas fazem ciência, quer para as formas pelas quais os resultados de seus esforços profissionais são comunicados” (CRONIN, 1984, *apud* MACIAS-CHAPULA, 1998, p. 136). Assim, pode-se inferir que as ciências são grandes sistemas sociais interligados em redes e uma das linhas dessa ligação é a citação. Ao disseminar o conhecimento a partir das publicações, assegura-se não apenas o compartilhamento como também métodos, créditos, reconhecimentos e contribuições.

Certo número de citações de um mesmo autor, por exemplo, reflete o impacto de seus escritos em uma determinada área discursiva. Assim, as análises de citações não podem desconsiderar hábitos, experiências, expectativas, limites, grupos e outros (CRONIN, 1984). Além do que, a forma mais comumente utilizada de se reconhecer trabalhos antecedentes e estabelecer diálogos científicos são as citações. São práticas que dão movimento, instigam pesquisadores ao compartilhamento e contribuem com a sociedade do conhecimento integrando ética, cultura, limites e distinções além de selecionar, tratar e disseminar informações. Em quase todos os artigos referentes a citações, reporta-se a Weinstock (1971, *apud* MACIAS-CHAPULA, 1998), que denominou as quinze principais razões para citar outro autor. São elas:

1. Prestar homenagem aos pioneiros;
2. Dar crédito para trabalhos relacionados;
3. Identificar metodologia, equipamento etc.;
4. Oferecer leitura básica;
5. Retificar o próprio trabalho;
6. Retificar o trabalho de outros;
7. Analisar trabalhos anteriores;
8. Sustentar declarações;
9. Informar aos pesquisadores de trabalhos futuros;
10. Dar destaque a trabalhos pouco disseminados, inadequadamente indexados ou desconhecidos (não citados);
11. Validar dados e categorias de constantes físicas e de fatos etc.;
12. Identificar publicações originais nas quais uma ideia ou um conceito são discutidos;
13. Identificar publicações originais que descrevam conceitos ou termos epônimos, por exemplo, Mal de Hodgkin;
14. Contestar trabalhos ou ideias de outros;
15. Debater a primazia das declarações de outros. (MACIAS-CHAPULA, 1998, p. 136).

Bufrem e Prates (2005), Macias-Chapula (1998), Cronin (1988) e outros autores salientam o fato de que o ato de citar tem significações sociais que estão para além de contextos da cientificidade e que perpassam por questões de poder, políticas e, acrescentar-se-ia aqui, questões de produção da verdade em um campo discursivo. Na análise de citações é possível verificar os diálogos estabelecidos entre dois pesquisadores de uma mesma época, o diálogo da área com autores considerados clássicos de um determinado campo, as inter-relações discursivas de campos próximos ou diversos, conexões entre disciplinas, especialidades, autores e temáticas. Os domínios dos estudos bibliométricos e suas diversas abordagens vêm se expandindo de tal maneira que, na atualidade, muitos

estudos se apoiam nos resultados das análises de citações para aprimorar seus métodos, instrumentos de análises em questões de cunho social, favorecendo uma hermenêutica maior sobre o objeto.

Se para muitos pesquisadores a citação é vista como um documento que legitima outro documento (NORONHA; FERREIRA, 2003), o elenco de referências bibliográficas, ou seja, o registro em forma de listagem das fontes consultadas pelo pesquisador no seu desenvolvimento de ideias, muito diz de sua trajetória, ideologia. Além de evidenciar as opções conceituais, vínculos institucionais, revela elementos de cunho quantitativos para análises qualitativas sobre a produção e o uso informacional e científico. As citações e as referências bibliográficas acabam por desvelar os movimentos feitos pelo pesquisador, não apenas na apropriação do conhecimento já posto, como também na construção de uma teia de saberes que corrobora com o pensamento foucaultiano: Todo dizer parte de outro já dito.

As citações não ocorrem de forma aleatória e obedecem a regras definidas por conjunturas eminentemente sociais e têm nos sujeitos e suas práticas os “controladores de qualidade”, ou seja, editoras, revistas científicas, revisores, educadores e outros que desempenham o papel de “vigiar” e guardar tais regras. Dessa forma, a citação propriamente dita faz parte do sistema científico e pode ser vista como um dos resultados dos procedimentos de pesquisa. E, como tal, apresenta suas implicações contextuais uma vez que demonstra escolhas, padrões e até mesmo a personalidade do pesquisador. Os estudos de citações vêm por décadas se dedicando a mensurações de dados, deixando em aberto as totalidades conjunturais em que essas citações se efetivam (BUFREM; PRATES, 2005). Novamente, depara-se com as questões da subjetividade intrínseca às ciências e ao mesmo tempo negadas por ela.

Assim, como a listagem apresentada anteriormente refere-se aos motivos do por que citar, MacRoberts e MacRoberts (*apud* MACIAS-

CHAPULA, 1998, p. 138) elencam as fragilidades de estudos que se baseiam apenas nas análises de citações:

Influências formais não citadas; 2. Citação tendenciosa ou preconcebida; 3. Influências informais não citadas; 4. Autocitação; 5. Diferentes tipos de citação; 6. Variações nas médias de citação relacionadas ao tipo de publicação, nacionalidade, período, extensão e especialidade; 7. Limitações técnicas de índices de citação e bibliografias (autoria múltipla, sinônimos, homônimos, erros de edição, cobertura da literatura).

Bufrem e Prates (2005) afirmam que apenas 30% dos autores que efetivamente influenciaram o pesquisador constam em suas referências bibliográficas, 38% das referências provêm de fontes secundárias, não revelando o verdadeiro autor de determinada ideia. Já a autocitação representa entre 10 e 30% de toda listagem e o mais preocupante: não se pode afirmar que a citação foi feita para refutar ou ratificar determinado autor. Além dos problemas de autores serem citados de formas diferentes em trabalhos distintos, há casos que não deixam claro tratar-se do mesmo autor ou autores diferentes com o mesmo nome, referências erradas e outros. Todos esses fatores precisam ser considerados uma vez que o ato de citar está intimamente vinculado à produção social do conhecimento. Nesse processo, não é qualquer autor a ser citado, não é qualquer fragmento de texto, mas justamente aquele que irá refletir as propostas do pesquisador, legitimar e assegurar suas pesquisas.

Torna-se fundamental conjugar a análise de citação com outras possibilidades metodológicas, como por exemplo a arqueologia do saber, uma vez que é possível estabelecer as redes textuais e conjugações discursivas a partir das citações. É o pesquisador quem escolhe, por uma série de fatores, quem e o que citar. De certa forma, ele determina quem e o que pode ser dito em seu texto. O ato de citar é visto aqui como uma ação social, onde os contextos históricos do sujeito citante revelam redes complexas de conhecimento.

Permeia o ato de citar, todo um espectro de implicações psicológicas, sociológicas, e históricas, assim como inclui influências de outras dimensões, tais como: o fenômeno de autocitações (narcisismo); influências entre autores e instituições (presença do 'já-dito'), influência, conhecimento baseado em conhecimentos previamente comunicados; adesão a paradigmas (ALVARENGA, 1996, p. 83).

Historicamente, o ato de citar estava ligado ao retorno ao verdadeiro, ao límpido, à fonte mais real possível e buscava permitir ao leitor as experimentações do autor citante e citado. “A nota histórica, como a descrição detalhada de um experimento, pretendia permitir que o leitor pudesse repetir a experiência do autor se assim o desejasse” (BURKE, *apud* ALVARENGA, 1996, p. 85). Ainda segundo Alvarenga (1996), esta busca pelas fontes “mais puras” possíveis são registradas em documentos dos humanistas renascentistas, tornando-se prática comum dos historiadores do século XVII. Referia-se aos escritos originais no intuito de demonstrar a origem de seus estudos, o que estava sendo dito partia de outros escritos, portanto o dizer do citante era legitimado e apresentava a autoridade do citado. Tais procedimentos acabavam por favorecer a disseminação de outras pesquisas, o intercâmbio de saberes e estabelecendo redes relacionais entre diversas citações. Na verdade, além do que já foi dito, as redes de citações e suas análises possibilitam estudos referentes às estruturas científicas, trajetórias de campos discursivos e regularidades enunciativas. Para Le Coadic (1996, p.58), “as citações fornecem a linhagem histórica do conhecimento e são reflexos de uma dívida intelectual”. É importante lembrar que os hábitos de citações não são os mesmos em todos os campos discursivos e isso tem que ser considerado em análises de cunho qualitativo:

[...] os cientistas em geral precisam, ao realizar seus próprios estudos, estar cientes apenas dos trabalhos recentes. Ao contrário, as informações nas ciências sociais com frequência são menos facilmente codificadas, de modo que a literatura antiga continua sendo mencionada. As humanidades constituem um caso especial, pois a literatura antiga representa para elas muitas vezes a matéria-prima de suas investigações (MEADOWS, 1999, p. 62).

As políticas de fomento à pesquisa que levam em conta números de publicações, números de citações, locais dos estudos publicados

(revistas científicas e classificações QUALI, por exemplo), classificações de graduações e pós-graduações e outros precisam ter em conta tais contextos. Em outras palavras, até mesmo os campos discursivos são permeados de subjetividades e atrelados a contextualidades múltiplas, como tempo de existência do campo, cuidado dos autores citantes (alguns se excedem nas citações, outros as omitem), autocitações e outras tantas relações de poder que envolvem saber e produção da verdade.

Outra abordagem interessante referente ao ato da citação encontra-se em Compagnon (2007), na obra *O trabalho da citação*. Para o autor (2007), o próprio ato da leitura traz consigo a depredação do texto original, inerente ao sujeito que lê, pois sua leitura é carregada de lembranças, histórias e memórias. O processo de citação não ocorre de maneira diferente. “Quando cito, extraio, mutilo, desenraizo. Há um objeto primeiro, colocado diante de mim, um texto que li, que leio; e o curso de minha leitura se interrompe numa frase. Volto atrás dela: releio. A frase relida torna-se fórmula autônoma dentro do texto” (COMPAGNON, 2007, p. 13). Para o autor, a leitura e a citação podem ser vistas como um processo de intertextualidade e releituras, uma vez que não é possível separar o que era antes, tornando-o autônomo no presente, mas de forma alguma garantindo esta autonomia no futuro. A citação converte, ela mesma, em um novo texto, não é mais uma mera repetição ou uma simples imitação. No momento da leitura, o procedimento da apropriação e da citação já vai sendo preparado, trazendo para os novos textos “uma constelação semântica” e apresentando “uma ideia sob o signo de uma outra ideia mais surpreendente ou mais conhecida, que, aliás, não se liga à primeira por nenhum laço a não ser o de uma certa conformidade ou analogia” (COMPAGNON, 2007, p. 15).

Quando se destaca um trecho em detrimento de outros, criam-se vínculos e uma identidade própria com o texto primeiro. Nas leituras acadêmicas, alguns procedimentos são comuns, como por exemplo, o hábito de grifar. Nesse momento, fica estabelecida a preliminar da citação, seja ela

de forma textual, seja ela de forma indireta. Para Compagnon (2007), poder-se-ia fazer analogia com o reconhecimento militar. O grifo alerta, deixa marcas para posteriores reconhecimentos, localiza e imprime sentidos estabelecendo o ritmo da leitura. Obviamente que tais processos, por parte do leitor, estão também sobrecarregados de contextos políticos, culturais e sociais. São procedimentos emprenhados por ideologias diversas e há que se considerar o fato de que por vezes são as citações que levam o leitor a outros tantos textos.

Dentre as inúmeras definições em torno da citação, proporemos esta: a citação é um lugar de acomodação previamente situado no texto. Ela integra em um conjunto ou uma rede de textos, em uma tipologia das competências requeridas para a leitura; ela é reconhecida e não compreendida, ou reconhecida antes de ser compreendida (COMPAGNON, 2007, p. 22).

Compagnon (2007) faz quatro distinções quanto ao momento da leitura. Para ele, de alguma forma estes momentos farão parte da citação (direta ou indireta). Primeiro na ablação que consiste na retirada, remoção ou amputação de parte do texto que se lê. Segundo o grifo, que é a apropriação do texto que se lê. Depois a acomodação do texto que se lê no que se escreve. E por último a solicitação ao texto que se lê para legitimar uma nova produção. É nesses quatro procedimentos que o leitor tenta refinar sua leitura, aproximando-se cada vez mais não do texto que lê, mas de seus propósitos de leitura. Compagnon (2007) denomina esse processo como sendo um “quadrilátero estratégico”, que tenta reportar para a escrita a paixão por aquilo que se leu. Nesse sentido, a leitura e a escrita acabam sendo umas e a citação um ato original do jogo infantil de cortar e colar.

Bendita citação! Ela tem o privilégio, entre todas as palavras do léxico, de designar ao mesmo tempo duas operações – uma, de extirpação, outra de enxerto – e ainda o objeto dessas duas operações – o objeto extirpado e o objeto enxertado – como se ele permanecesse o mesmo em diferentes estados (COMPAGNON, 2007, p. 33).

Na etimologia da palavra, citação vem do latim e significa pôr em movimento, fazer passar do repouso à ação. Estabelece-se assim uma relação dialógica e dialética entre quem cita, os vários autores citados e o

apriorismo literário e contextual deste leitor/autor citante. Acaba por criar uma amálgama entre o “corpo estranho” da citação e o texto que vem sendo construído, onde o trecho citado não pertence ao autor, mas também já não faz mais parte do texto primeiro. Compagnon (2007, p. 38) acrescenta, aprofunda e se aproxima de Foucault ao afirmar que toda escrita é verdadeiramente uma reescrita “já que se trata de converter elementos separados e descontínuos em um todo contínuo e coerente, de juntá-los, de compreendê-los (de tomá-los juntos), isto é, de lê-los: não é sempre assim?”. Produzir um texto é organizar ideias múltiplas, vindas de espaços distintos, associando-as e estabelecendo amarrações para que o todo apresente sentido. “toda escrita é colagem e glosa, citação e comentário. Efetivamente, as ligações são mais difíceis no caso das citações, pois é necessário não alterar nada e inseri-las assim como elas são” (COMPAGNON, 2007, p. 39).

Então não se trata apenas de citações textuais e de referências elencadas no final do texto. Todo o dizer, que se encontra em um livro ou artigo, por exemplo, já fez parte de outros tantos dizeres. Compagnon (2007) usa o termo “*bricoleur*” para se reportar ao autor, que, segundo ele, nada mais é do que aquele que “trabalha com o que encontra, monta com alfinetes, ajusta; é uma costureirinha” (MALLARMÉ, *apud* COMPAGNON, 2007). Dessa forma, para ele, a reescrita e a citação estão no mesmo patamar e não diferem uma da outra. Na verdade, é a citação que liga o ato de ler e escrever, seria a linha tênue entre a escrita e a cópia, sendo que esta última é por demais mal vista em todos e diferentes meios literários. Não obstante, Compagnon (2007, p. 43), de forma bastante humorada, categoricamente afirma que todos copiam e há aqueles que se apropriam atrevidamente do pensamento e escrita alheia mudando os nomes, sobrenomes e codinomes dos objetos. “Esse é o ponto limite para o qual tenderia uma escrita, se concebesse até o fim como devir do ato de citação”.

Em suas reflexões, o autor estabelece algumas questões: Que texto se escreve e inscreve? O que ele gostaria ou aceitaria reescrever? O

que é *escriptível*? E responde as questões em uma só frase: “O texto que para mim é *“escriptível”* é aquele cuja postura de enunciação me convém (o que cita como eu)” (COMPAGNON, 2007, p. 44). Há sempre uma obra que coaduna com as ideologias, anseios e que mantém diálogos com aquilo que se quer escrever. Além, é claro, de estar sempre presente nesses processos a “ordem do discurso” de um tempo e de um espaço. Ainda, para o autor, é preciso falar e trabalhar com as citações como um ato de produção, que desloca e põe em movimento o texto. Não há sentido vislumbrá-la fora de seu contexto, mesmo porque um objeto ou um enunciado dependem de uma conjuntura de fatores que lhes dão significação. E entre elas estão os sujeitos que as colocam em evidência, que dizem, redizem e tornam a dizer o mesmo que foi dito por diversas vezes.

Parece-me que redizemos as coisas porque é necessário redizê-las aos outros, e que as repetimos por esquecimento ou porque é necessário repeti-las por estarmos certos de conhecê-las. Frequentemente sou obrigado a redizer-lhe as mesmas coisas, e é por isso que me repito nas obras que produzo para vocês. Os reditos de que vocês necessitam fazem-me cair em repetições (COMPAGNON, 2007, p. 50).

Mas é preciso deixar claro quem diz o que nesse labirinto e é este o movimento da citação. É preciso também distinguir quem publica, quem cita, quem é citado, ou seja, quem é responsável pelo dito e quem o autorizou e legitimou este dizer. Esse é o jogo acadêmico, é uma das condições *sine qua non* da ciência. Nesse universo, são as aspas que separam e hierarquizam pessoas. “Elas operam uma sutil divisão entre sujeitos e assinalam o lugar em que a silhueta do sujeito da citação se mostra em retirada, como uma sombra chinesa” (COMPAGNON, 2007, p. 52). As citações formam redes complexas que, com significados diferentes, dependendo do meio em que estão expostas, apresentam certa autonomia em suas funções. O interessante é que justamente essas funções determinam os enunciados e, em conseqüente, o regime discursivo de uma determinada área de conhecimento.

Outras questões referentes ao sistema de citações dizem respeito à avaliação e ao princípio de controle do discurso, visto que as citações não funcionam como um enfeite ou adereço entremeando textos, mas sim o legitimando, autorizando e persuadindo, ao mesmo tempo em que garantem certa erudição a esse texto. Escolhe-se uma citação em detrimento de outras e novamente o sujeito se faz presente, bem como a relação de saber e poder. Isso porque não há citações sem sujeitos, seja o que cita, seja o que é citado e esses são revestidos de subjetividades.

Salienta-se que por texto entende-se a própria formação discursiva, que engloba artigos, livros, projetos institucionais, manuais, regras de chamadas para publicações e outros. Todos engendrados na construção do saber, na constituição do mesmo e nas suas relações como poder. O texto é para ser investigado arqueologicamente.

Por fim, Compagnon (2007) chama a atenção para o fato de que o catálogo de textos escolhidos pelo pesquisador (as referências bibliográficas) é apenas parte do que compõe esse pesquisador. Para o autor, “uma bibliografia verídica, sincera e exaustiva é tão impossível quanto uma confissão verdadeira” (COMPAGNON, 2007, p. 113). Mesmo porque, ao se escolher o que ler, o faz-se a partir de uma memória. Cada obra que transita no universo de pesquisa movimenta e desloca o leitor, acrescentando, modificando e interagindo com sua memória e é nesse patamar que ele constrói novos argumentos textuais. Quando se inicia uma leitura pela referência bibliográfica, na verdade busca-se por afinidades e traços identitários, visto que este referencial nada mais é do que uma autobiografia, uma “coletânea de lembranças” (COMPAGNON, 2007, p. 113).

Abrem-se parênteses para a distinção que o autor faz entre citações e referências. Ora, as referências bibliográficas nada mais são do que um “inventário” de tudo o que foi lido, citado e que compôs o universo

da pesquisa³³. É um arrolamento das citações, que por sua vez são aportes e suportes teóricos que cooperam com o texto do autor. Um texto precisa ter pilares sólidos e impermeáveis para que possa se apoiar e, nesse sentido, notas, epígrafes, referências funcionam como tal. Elas sustentam e advogam a favor do autor e seus escritos, tirando dele a sobrecarga de construir e instituir verdades individuais. O mérito pela institucionalização de uma cientificidade fica dividido nessa rede complexa composta por inúmeros autores. Mas, para que isso aconteça, é preciso comunicar, publicar, formalizar o conhecimento tornando social todo movimento da ciência.

Outro autor que perpassa por essa linha de reflexão é Schneider (1990). Em sua obra *Ladrões de palavras: ensaio sobre o plágio, a psicanálise e o pensamento* (1990), questiona a perda de identidade do pesquisador. São tantos recortes, tantos diálogos promovidos, que já não se sabe mais quem fala. O autor pontua que o eu e a memória do outro se misturam e acabam por amolgar de maneira tal que o eu nunca é inteira e plenamente eu, sempre será um “quase eu”. “Como os sonhos, eles não nos pertencem de todo, mesmo, e talvez, sobretudo, se escrevemos, sempre povoados de presenças à nossa revelia e murmurejantes de palavras de empréstimos” (SCHNEIDER, 1990, p. 14). Todo texto é feito do encontro de muitos outros, assim como os sujeitos que se constituem como tal, a partir de múltiplos encontros, ao longo da vida. A identidade não se constitui plenamente, ela é flexível e mutável. É o que se vive.

São fragmentos, reminiscências, empréstimos, insumos das ciências que se constituem a partir da “história em migalhas”. São conhecimentos assimilados, acrescentados, refutados, debatidos formando todo um contexto onde não há possibilidades reais de se determinar uma origem dos enunciados que compõem os campos discursivos, muito menos

³³Pela distinção feita por Compagnon, observa-se que o objeto de pesquisa desta tese, além dos artigos publicados no periódico *Ci. Inf.*, é também o elenco de citações, ou seja, as referências bibliográficas constantes nos finais de cada artigo trabalhado.

de se constituir verdades. O máximo que se chega é à possibilidade de vislumbrar a construção e a constituição dos regimes de verdades.

A incerteza quanto à paternidade dos livros se conjuga com a fragilidade quanto à permanência e à identidade do eu [...]. Que estranha loucura é a de querer tomar posse da verdade! [...] A esperança insensata de que a verdade exista no outro e só nele, e a crença que ela é uma coisa (SCHNEIDER 1990, p. 14-16).

Assim, para Schneider (1990), a história de um campo discursivo (a literatura, por exemplo) é a história do já dito e já escrito. Para ele, a escrita sempre foi induzida, deduzida, seduzida e conduzida e, nesse sentido, não há como definir quem é o autor e muito menos a propriedade de uma escrita.

Por fim, como bem lembra Le Goff (1996), a história-memória busca nos monumentos as heranças que nos deixam do passado e nos documentos as escolhas e seleções do historiador, ambas entrelaçadas com a subjetividade humana, dos quais os resultados numéricos precisam se inteirar. Ainda segundo Le Goff (1996), a leitura mais perspicaz e renovadora dos estudos históricos foi realizada por Michel Foucault e a sua arqueologia do saber.

É na busca desta leitura mais apurada dos dados de pesquisa resultantes das análises de citações, advindos dos estudos bibliométricos, é que se procurará entender as relações entre intertextualidades, citações, polifonia, análise discursiva e as categorias arqueológicas de poder, saber e verdade.

6.6 Análises discursivas, intertextos e polifonia

Este tópico pretende discutir as questões vinculadas às análises discursivas, intertextualidades e polifonias. Isso porque os resultados dos estudos bibliométricos, juntamente com as propostas interpretativas

constantes na arqueologia do saber, podem vir a caracterizar esses fenômenos na literatura analisada no campo da CI, no Brasil. Para a linguista Eni Puccinelli Orlandi (1994), “Não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia” (ORLANDI, 1994, p. 53). Nesta seara, quando se pesquisam as análises de citações, autorias, temáticas e outras possibilidades dos estudos bibliométricos, trabalhar com as categorias de polifonias, intertextos, análises discursivas é quase que consequência. Na verdade, ao se optar pela arqueologia do saber como metodologia de pesquisa, é preciso ter claro que em seus procedimentos será necessário agregar outros elementos como estas categorias de análise, por exemplo. Mesmo porque a historicidade de um campo de saber perpassa também por suas expressões, formas de linguagem, mecanismos comunicacionais, construções e constituições teóricas e práticas. E, nesse aspecto, os estudos semânticos estão muito mais vinculados às trajetórias, contextos e desenvolvimentos do campo discursivo analisado do que aos significados das palavras propriamente ditos.

É preciso salientar que a análise do discurso – AD constitui um campo disciplinar fortemente influenciado pela escola francesa e que tem em Michel Pêcheux, filósofo francês, sua principal referência. Como campo disciplinar, divide-se em diversas linhas de pesquisa. No entanto, são as relações entre sentido, significado, significante, história e contextualidades que fazem com que suas reflexões sejam singulares, levando em conta o sujeito discursivo, inerente a todo trajeto de constituição humana e social. Sem dúvida, a construção e constituição de um campo de conhecimento é um deles (ORLANDI, 1994).

Neste espaço de pesquisa optou-se por trabalhar com os processos de produção de verdades de discursos científicos, formas de acesso e disseminação desses discursos de verdade, constituição, institucionalização e validação do campo de conhecimento da CI. Em outras palavras, tangenciaram-se as análises de textos e as práticas discursivas, vistos como espaços de trocas sociais. Mas também é preciso salientar que

esta não é uma análise de conteúdo, uma vez que por este conceito entendem-se os diversos e possíveis estudos utilizando termos, mensagens e conteúdos do emissor (autor). Esta tese adota como parâmetros reflexivos e exploratórios as temáticas de artigos, as citações juntamente com as categorias arqueológicas.

Nas análises qualitativas dos estudos bibliométricos, o entendimento do que representam as citações, temáticas mais recorrentes, autores mais citados, o porquê de serem mais citados e outras possibilidades de fato apontam para a compreensão dos fluxos de interações entre pares, as ferramentas escolhidas para o diálogo e a legitimação do campo. Nesse sistema, que se assemelha às redes neurais, ou seja, sem ponto fixo de início, sem possibilidades de estabelecer meios e fins, com vários motes de congruência, a linguagem e as expressões são próprias a cada área de conhecimento e é preciso a familiaridade com as mesmas na busca de compreensão dos processos de comunicação. Assim, tem-se claro que os discursos polifônicos e as intertextualidades existentes em todo campo discursivo devem ser compreendidos dentro do contexto de cada um deles. Por exemplo, o conceito de ontologia não apresenta o mesmo sentido e significado discursivos da sociologia e da antropologia que se apresenta para a CI. A polifonia e as intertextualidades nos discursos científicos transcursam nos sistemas de citações, das referências e fontes bibliográficas consultadas pelo autor citante e também pelo autor citado que, por sua vez, apresenta sua própria lista de citações, ou seja, seu elenco de redes discursivas.

Partindo do princípio de que o discurso e seu sentido dependem fundamentalmente de seus interlocutores, neste espaço, as análises polifônicas e intertextuais dizem respeito ao movimento e ao contexto de toda a rede de interlocutores envolvidos no processo de construção e constituição do discurso e do campo de conhecimento. É a linguagem em laboração e elaboração permanentes. Pensar em discurso é pensar em sujeitos polifônicos, com suas produções de sentidos, ainda mais quando se

relacionam os discursos polifônicos com o elenco de fontes citadas e consultadas. Pensar em discursos do ponto de vista arqueológico é pensar em suas inúmeras relações intertextuais. Muitas vezes, em um artigo científico, o grupo de referências bibliográficas credencia mais o autor perante a comunidade acadêmica do que seus escritos, uma vez que as condições de possibilidades e construção do objeto dizem mais sobre o campo do que seus enunciados por si só. Nesta linha de reflexão e reportando a Foucault, Alvarenga (1996) pontua que, se um campo discursivo não pode ser caracterizado por seus objetos de análise nem por suas modelagens de enunciação, conceitos ou temáticas, ele deve ser caracterizado pela maneira como forma seus objetos, por sua historicidade.

Ao buscar-se pelo entendimento histórico da formação do objeto de discurso de um campo, busca-se também pelo entendimento do lugar social do discurso, suas regras e possibilidades de aparecimento e legitimação. A partir deste objetivo histórico é possível vislumbrar os elementos que fazem parte do discurso, como os objetos aparecem, como coexistem, como se excluem, como dão lugar a novos enunciados com os mesmos ou novos objetos, quais as regras de formação desses objetos que compõem um campo de saber, quais conceitos e teorias dentre outros. Segundo Orlandi (1994), partir dessa perspectiva significa ter como *a priori* que os discursos estão relacionados com a exterioridade que os compõe, que sem história não há sentido e que são os contextos que fazem com que eles signifiquem.

Orlandi (1994, p. 56) chama a atenção para o fato de que a AD não pode ser vista como “aplicação da Linguística sobre as Ciências Sociais ou vice-versa. A Análise de Discurso produz realmente outra forma de conhecimento, com seu objeto próprio, que é o discurso”. A linguagem é constitutiva da vida humana e como tal estabelece relações interdiscursivas (constituídas a partir de oposições que estabelece com outros discursos) e intradiscursiva (a visão de mundo que pode ser descrita a partir dos percursos semânticos identificados nos textos que materializam o discurso).

Ao se dedicar às análises polifônicas, intertextuais nos discursos científicos tem-se como materialidade um imenso agrupamento de enunciados, textos e contextos que interagem uns com os outros em uma conjuntura que lhes é própria (FARIA, 2005). A totalidade desses enunciados compõe os discursos do campo da CI e tem como sujeitos os pesquisadores da área. Um campo discursivo é um campo que o pesquisador recorta, dentro do universo discursivo, e nele promove suas reflexões. Situa-se na interface do poder, da política, da sociedade, no campo do enunciado, no campo da enunciação tendo como espaço de efetivação os locais onde os discursos estabelecem relações que em última análise são de aliança ou de oposição (FARIA, 2005).

Se o que se busca são as ideologias entretecidas e as historicidades múltiplas presentes nos discursos, pressupõe-se que estes são práticas sociais e, portanto, construídas coletivamente. Novamente, volta-se à questão de que nenhum enunciado é único e primeiro. Sempre se parte de outro dizer, de outra produção e como tal não pode ser separado de seu contexto social e histórico. E é neste aspecto que Michel Foucault torna-se incisivo, ou seja, o que define a verdade, o saber posto e legitimado de um campo de conhecimento são suas formas, condições e possibilidades de produção. Discursos são construídos socialmente em espaços e épocas que lhes são próprios. Pesquisadores, produtores de verdades científicas, autores citantes, autores citados apresentam suas próprias e peculiares visões de mundo, estão inseridos e fazem parte de contextos sociais comuns a sua época, possuem seus códigos de valorações. Enfim, são sujeitos subjetivos construindo e fazendo ciência com elementos contextuais ligados em um sistema de redes. Mas é preciso ressaltar que neste sistema de redes há regras preestabelecidas que são situadas e podem ser modificadas, de acordo com as relações de poder vinculadas à produção de saberes. Afinal são essas relações que definem autores, referências, temáticas recorrentes, espaços de emergências discursivas e outros expedientes que legitimam e solidificam um campo.

Em termos conceituais é preciso esclarecer que se apreendem por intertextualidade os atributos que constituem um texto bem como suas relações com outros textos, supondo a presença de muitos textos em outros tantos textos, seja por referências indiretas, seja na forma de citações diretas. “O termo intertexto é frequentemente empregado para designar um conjunto de textos ligados por relações intertextuais” (MAINGUENEAU, 1998, p. 88). Assim também se pode conceitualizar o interdiscurso como um agrupamento de discursos. “O interdiscurso está para o discurso assim como o intertexto está para o texto” (MAINGUENEAU, 1998, p. 87).

O mesmo autor conceitua polifonia como a presença de outros textos dentro de um texto. Essa presença poder ser considerada a partir das diversas influências que são conferidas ao autor ao longo de sua trajetória. A polifonia inscreve o sujeito na “heterogeneidade discursiva” e pode ser evidenciada nas citações e influências de outros autores em um determinado artigo. Ela (a polifonia) pode demonstrar que essas influências são do mesmo campo discursivo ou de campos diversos de saberes e não podem ser consideradas como um desdobramento de vozes e sim como uma multiplicidade delas em um mesmo espaço. A polifonia pode vir a explicitar as ideologias, conduções e reconduções discursivas, bem como as relações de saber/poder.

É a análise discursiva que promove o encontro da linguagem em movimento com os contextos sociais, em que as intertextualidades e polifonias ficam evidentes. Um dos espaços possíveis para essas evidências são as referências bibliográficas e de citações. Seja a partir das análises paratextuais em que se verificam os textos adjacentes (por exemplo, os títulos de artigos), seja a partir das metatextualidades que se refere “à relação de comentário de um texto por outro texto” (citações verificadas em artigos científicos) (MAINGUENEAU, 1998). O autor se reporta a Mikhail Bakhtin e seu dialogismo textual, ou seja, processo de interação entre vários textos para se referir à polifonia e intertextualidade no autor e no leitor. Todo texto parte de outro texto, não pode ser isolado de seu contexto, relaciona-

se com múltiplos discursos e ideologias, sejam eles próximos, semelhantes ou contrários.

Para Paniago (1982), as análises dos discursos e práticas discursivas perpassam também pelo entendimento dos enfrentamentos teóricos, apreensão de linguagem e expressão, do sujeito e da história-memória. E mais que isso, o entendimento do movimento e funcionamento entre as redes de saber e as redes de poder. A compreensão desse movimento permite visualizar os debates nas esferas políticas, práticas e teóricas uma vez que os campos são permeados pelos sujeitos historicamente constituídos e que fazem uso da linguagem na articulação de seus discursos.

A teoria da Análise do Discurso foi todo tempo repensada e essas reflexões sempre tinham como ponto nodal a articulação entre discurso, língua, sujeito e história [...]. O que ela visa é tematizar o objeto discursivo como sendo um objeto-fronteira, que trabalha nos limites das grandes divisões disciplinares, sendo constituído de uma materialidade linguística e de uma materialidade histórica, simultaneamente (PANIAGO, 1982, s/p).

Assim, recorta-se o objeto de estudo, ou seja, o discurso, sempre heterogêneo e com sujeitos que são constituídos historicamente e contextualmente, onde a intertextualidade e a polifonia se fazem presentes. Nesse aspecto, “o sujeito não é fonte de seu dizer, se encontra atravessado por várias formações discursivas” (PANIAGO, 1982, s/p). Ao mesmo tempo em que cita, é citado; que diz, é referido; que fala, é falado. Um campo discursivo é repleto de sujeitos que discursam, com seus aportes históricos, ideológicos, Identitários e subjetivos. Não é uno, não é estável, não é permanente e definitivamente descritível (PANIAGO, 1982). Nesta seara é preciso refletir sobre as possibilidades da formação discursiva e sua relação com a legitimação do conhecimento na CI.

Ainda referente à análise discursiva, Bronckart (2007) apresenta propostas que se aproximam das metodologias de pesquisa foucaultianas. “É uma posição que é, ao mesmo tempo, sócio-histórica, materialista-dialética [...] posição epistemológica, uma tomada de posição sobre o

desenvolvimento humano, sobre uma ciência do humano e sobre as condições de seu desenvolvimento” (BRONCKART, 2007, p. 1). O autor é um dos precursores do Interacionismo Sociodiscursivo – IDS, cujo pressuposto advém dos processos de construção cultural, política, econômica tanto no âmbito social como pessoal e âmbito institucional. Os processos de construção são intrinsecamente vinculados uns aos outros, são partes que compõem um todo no processo de desenvolvimento humano.

Para Bronckart (2007, p. 4), há múltiplas e diversificadas interações, que denotam as atividades e práticas humanas. “O discurso está muito além das formas como organizamos o pensamento”, assim sendo o registro de um sujeito, não deixa de ter traços de intertextualidade e de polifonia. O autor destaca a obrigação dos pesquisadores de levar em conta o estado de desenvolvimento de toda ciência. Não no sentido de reverter ordens ou contextos, mas de investigar o que ela produz como saber, o porquê, suas articulações, intervenções em outros saberes e o funcionamento dela na sociedade.

Nessa mesma direção de pensamento, Faria (2005) afirma que as trajetórias metodológicas nas análises discursivas sempre nos remetem a questões teóricas. No fim descrevemos, de forma sistemática, as “regularidades envolvidas na articulação entre o interdiscurso e intradiscurso” (FARIA, 2005, p. 256). O autor apresenta cinco subdivisões possíveis, quando trabalhamos com o discurso:

- o campo do enunciado: o quê?
- o campo da enunciação: como?
- o campo discursivo: onde o pesquisador analisa e recorta, dentro do discurso, para fins de estudos científicos. Situa-se na interface sócio-política no campo do enunciado e literária no campo da enunciação;

- o espaço discursivo: onde os discursos se formam e se constituem de maneira dialógica. Em última instância, são de alianças ou de oposição;
- o universo do discurso: amplo conjunto de todos os discursos que dialogam, interagem, se completam e se complementam, em uma determinada circunstância.

Para Faria (2005, p. 257), a enunciação é como “o lugar de instauração do sujeito” e apropria-se da definição de Fiorin (*apud* FARIA, 2005, p. 257) para conceitualizar o discurso: “Um conjunto de temas e figuras que materializa uma dada visão de mundo, conjunto situado no plano de conteúdo [que] precisa unir-se a um plano de expressão para se manifestar.” Assim como Foucault, Faria (2005) acredita que o discurso não é descomprometido das ideologias e ações humanas e que o mesmo favorece a polifonia discursiva e enunciativa. Por ideologia, o autor novamente busca ancoragem em Fiorin (*apud* FARIA 2005, p. 261): “uma visão do mundo, que é senão, o ponto de vista de uma classe social”. Essa visão de mundo agrega-se a mecanismos de persuasão, que nada mais são do que “procedimentos para criar efeitos de verdade e de realidade, com a finalidade de convencer o outro” (FARIA, 2005, p. 261).

Faria (1996) também recorre a Bakhtin para justificar o sentido de polifonia: “O discurso de outrem na linguagem de outrem” (FARIA, 1996, p. 402). Em outras palavras e ratificando o que já foi dito, é a incorporação, legitimação e aceitação do discurso do outro em seu próprio discurso, assumindo as intertextualidades e polifonias inerentes na produção do saber. Nesse sentido, Orlandi (1988) faz a seguinte ponderação: “A relação entre as diferentes formações discursivas no texto pode ser de muitas e diferentes naturezas: de confronto, de sustentação mútua, de exclusão, de neutralidade aparente, etc.” (ORLANDI, 1988, p. 57).

Fato é que há uma verdadeira atividade de cunho social na formação discursiva, seja ela de uma determinada área do saber científico

ou realizada no âmbito do senso comum. Os sentidos dos jogos enunciativos e dos conjuntos discursivos estão sujeitos à experiência social de quem os produz e de quem deles faz uso. São sujeitos em relações dialógicas e dialéticas, de enfrentamento e conformações. Não obstante, poder-se-ia descrever o entendimento de sujeito como aquele portador de subjetividades coletivas, individuais e utópicas, que se constituem em contextos, interações históricas e conjunturais. E, ainda, pensar em enunciados, enunciações e discursos significa, antes de tudo, pensar em sujeitos múltiplos e distintos. Sujeitos que necessariamente estão envolvidos em interações unas e coletivas.

O sujeito é ao mesmo tempo, livre e submisso, determinado (pela exterioridade) e determinador (do que diz) [...] nem sujeitos, nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente [...]. As relações entre sujeitos são relações de sentido, são efeitos de tal modo que, ao significar, os sujeitos se significam (ORLANDI, 1988, p. 75).

Nesse aspecto relacional dos sujeitos e seus significados, novamente se reporta ao pesquisador belga Antoine Compagnon, que, assim como outros, estuda as teorias discursivas e suas relações com a consolidação do conhecimento científico, discutindo proposições próximas às de Foucault. Em sua obra *O demônio da teoria: literatura do senso comum*, de 1999, propõe um diálogo entre diversas linhas teóricas, apresentando o pensamento científico e acadêmico de outros autores e pesquisadores oriundos de espaços e tempos distintos, mas com objetivos comuns, ou seja, as teorias literárias ou teorias da literatura.

A perspectiva do autor perpassa a possibilidade de traçar um perfil na trajetória científica das teorias propostas na área de literatura, suas relações dialógicas, dialéticas e o senso comum. Compagnon (1999) parte de sete conceitos literários e examina-os fazendo um paralelo das teorias apresentadas em momentos distintos da história, ou seja, a *literatura*, o *autor*, o *mundo*, a *leitura*, o *estilo*, a *história*, o *valor*. Para o autor, as sete questões propostas não são independentes e formam um sistema com relações e reflexões.

Dialogando com autores como Barthes, Aristóteles, Louis Hjelmslev, Sartre, Jakobson, Paul Valéry, Bakhtin e outros, Compagnon (1999) discute a extensão da literatura e a sua compreensão como função, forma do conteúdo, forma da expressão, bem como as contextualidades históricas na constituição de teorias e as práticas do discurso.

Para Compagnon (1999, p. 26), o que dá sentido à teoria é aquilo “[...] que contradiz, põe em dúvida a prática de outros”. Não obstante, entre os dois conceitos – teoria e prática – repousa a ideologia de cada tempo histórico, de cada momento político, econômico e social. Mesmo se opondo ao senso comum, a teoria diria a verdade de uma prática, enunciaria as condições de existência, ao passo que a ideologia e suas práticas discursivas viriam para legitimar a práxis. O que significa, ao contrário das posições acadêmicas, que a práxis não é atórica ou antórica. Nessa seara todos os discursos científicos estão sujeitos a exames constantes de seus pressupostos, de forma implícita e explícita, ou seja, qual a relação com a realidade, com o autor, com o leitor, linguagem, vocabulário e outros. Ao sujeitar esses discursos a exames, o que se pretende é persuadir e legitimar o que se diz, além de identificar valores predeterminados e pares acadêmicos, não deixando explícito que todo julgamento de valor repousa num atestado de exclusão. Dizer que um texto é literário, científico ou acadêmico é subentender que outros não o são, reforçando a ideia principal da ordem do discurso, de Foucault (2008). Assim, toda teoria repousa num sistema de preferências, consciente ou não.

Outra categoria descrita por Compagnon (1999)³⁴ é a do *autor*, tradicionalmente trabalhada visando à busca da intenção de quem escreve. O objetivo é determinar ou descrever a intencionalidade do autor no momento da escrita. No entanto, há um conflito conceitual nessa definição,

³⁴ São muitas e várias categorias, inseridas no contexto da literatura, trabalhada por Compagnon (1999) na obra citada. Neste espaço, vamos nos ater às categorias semelhantes ou que tangem às mesmas propostas pelo autor referência (Michel Foucault), para que se tenha parâmetros dialógicos.

uma vez que para outros teóricos deve-se procurar no texto, e apenas nele, o que o autor quis dizer. O que pode ser bem diferente do que ele diz ou de suas intenções. Na contemporaneidade, outra possibilidade vem sendo discutida: o leitor e seu critério de significação influenciam o texto. Ainda em relação à categoria *autor*, Compagnon (1999) chama a atenção para o que denomina “morte do autor”. Se o sentido do texto é o que o autor quis dar a ele, puramente intencional, sem influências contextuais, então os problemas de interpretação estão resolvidos. A teoria “morte do autor” é historicamente situada nos finais dos anos 1960, transição do estruturalismo sistemático para o pós-estruturalismo.

Compagnon (1999) questiona sobre a ausência de um autor: quem é Cervantes, Marcel Proust e outros? Para ele, o importante é sair da especulação que a nova crítica promoveu e que permitiu a controvérsia e a redução do autor a um princípio de causalidade. “Confunde-se o autor biográfico ou sociológico e dá-se sentido hermenêutico de sua intenção como critério de interpretação. A função do autor em Foucault simboliza perfeitamente essa redução” (COMPAGNON, 1999, p. 52). Já Foucault (2007) define a função do autor como uma construção histórica e ideológica. É certo que a “morte do autor” traz a polissemia de textos, a promoção do leitor é uma liberdade e interação de comentários até então desconhecidas.

O tempo, o espaço de fala, o sujeito e outros componentes condicionam essa interpretação: a aproximação de um texto “empresta-lhe outro sentido, um sentido que nos convém atualmente” (COMPAGNON, 1999, p. 56). O autor (1999) comenta a importância de contextualizar uma obra em seu tempo, citando como exemplo o fato de Spinoza ter pedido que se lesse a Bíblia como documento histórico.

Para os hermenêuticos, como Schleiermacher, “tudo o que, num certo discurso, deve ser determinado de maneira precisa, só é possível de se fazê-lo a partir do domínio linguístico comum ao autor e a seu público original” (*apud* COMPAGNON, 1999, p. 61). Aos que são partidários dessa

concepção, apenas a hermenêutica pode aproximar a distância histórica e o tempo presente, ou seja, o intérprete e o texto. Seria uma relação dialética e dialógica entre passado e presente, comprometendo o leitor nesse processo. Ao atuar sobre um texto (leitura, resenha, resumo e outros), pressupõe-se que o leitor tenha um projeto de interpretação do mesmo e que se assenta numa hipótese.

Segundo Gadamer (1996 *apud* COMPAGNON, 1999, p. 64), a significação de um texto não esgota nunca as intenções do autor. Quando um texto muda de contexto histórico, novas significações lhe aderem, que nem o autor nem os primeiros leitores haviam previsto. Mas há na literatura em geral dois argumentos pertinentes contra a intenção do *autor*. Primeiro, a intenção do autor não está relacionada às demandas do leitor e, segundo, a obra e os registros sobrevivem ao autor. Em outras palavras, quando alguém escreve um texto, tem certamente a intenção de exprimir alguma coisa, quer dizer alguma coisa através das palavras que escreve.

No entanto, a relação entre uma sequência de palavras escritas e aquilo que o autor queria dizer em nada assegura o sentido de uma obra nem aquilo que o autor queria exprimir através dela. Não existe uma equação lógica entre o sentido de uma obra e a intenção do autor. O segundo argumento corrente contra a intenção se prende à sobrevivência das obras. A significação de uma obra, para Compagnon (1999), não se esgota e nem é equivalente à sua intenção. A obra vive a sua vida. A significação total de uma obra não pode ser definida simplesmente nos termos de sua significação para o autor e seus contemporâneos (a primeira recepção), mas deve, de preferência, ser descrita como produto de uma acumulação, isto é, a história de suas interpretações pelos leitores até o presente. Desse modo, não há como negar que ao se ler um texto liga-se seu sentido à experiência individual, dando-lhe um valor fora de seu contexto de origem.

O importante é não confundir intenção com premeditação, uma vez que um autor não poderia dizer todas as significações que os leitores atribuem ao seu texto. Extrair uma obra de seu contexto literário e histórico é dar-lhe outra intenção e fazer dela outra obra e não mais a obra a ser interpretada. Em compensação, quando se invocam as regras linguísticas, o contexto histórico, assim como a coerência e a complexidade, invoca-se um princípio ético de respeito ao outro.

Compagnon (1999) aborda também a questão do *leitor*, perscrutando a origem “para quem se escreve?”. Nesse sentido, a categoria que precisa de exames é a do leitor. Entre debates sobre a intenção do autor, o historicismo, a obra e seu contexto original, o formalismo, com a volta ao texto e outros, durante muito tempo não se falou *de* ou *sobre* o leitor. Para a teoria literária, nascida do estruturalismo³⁵ e marcada pela vontade de descrever o funcionamento neutro do texto, o leitor empírico foi igualmente um intruso. Consequentemente mede-se o destino de uma obra pela sua influência sobre as obras posteriores, não pela leitura dos que a amam. Para Proust (1987 *apud* COMPAGNON, 1999, p. 148), não há leitura inocente ou transparente. O leitor vai para o texto com suas próprias normas e valores, que podem ser modificados pela experiência da leitura. Quando se lê, há expectativa em função do que se lê – não somente no texto, mas em outros textos – e os acontecimentos imprevistos que se encontram no decorrer da leitura, obriga o leitor a reformular as expectativas e a reinterpretar o que e tudo o que já foi lido. Pode-se dizer que o texto é um ampliador no qual o leitor, por sua interação, constrói um objeto coerente, um todo.

³⁵Corrente de pensamento científico e metodológico do século XX que busca analisar grandes conjuntos sociais como a linguagem, a cultura, a literatura e outros. O francês Claude Lévi-Strauss foi um dos grandes representantes dessa corrente de pensamento no período pós-segunda guerra mundial. Seu método consiste na tentativa de compreender a historicidade humana, principalmente no contexto das sociedades primitivas. Não se aprofundará nesse conceito uma vez que não faz parte da proposta de trabalho da tese em questão.

Booth (1983, *apud* COMPAGNON, 1999, p. 148) defendia a tese segundo a qual um autor nunca se retirava totalmente de sua obra, mas deixava nela sempre um substituto que a controlava em sua ausência – o autor implícito –, sugerindo que o mesmo tinha um correspondente no texto. Baseado no leitor implícito, o ato de leitura consiste em concretizar a visão esquemática do texto, isto é, em linguagem comum, preencher as lacunas das narrações e descrições, construir uma coerência a partir de elementos dispersos e incompletos. O leitor, dizia Iser (1972 *apud* COMPAGNON, 1999, p. 150), tem um ponto de vista móvel, errante, sobre o texto. Isso seria uma afirmação de que a obra é aberta? Certamente, a obra é aberta, em todo caso, ela se abre pouco a pouco à leitura, mas somente para que o leitor lhe obedeça.

Para Eco (1986), toda obra é aberta a um leque ilimitado de leituras possíveis, mas não está de todo acessível. Depois de ter dado toda a liberdade ao leitor, o autor a retoma como se essa liberdade fosse uma última ilusão idealista e humanista de que era preciso desfazer-se. Em suma, o leitor passa à frente do texto, antes que os dois se apaguem diante de uma entidade sem a qual nem um nem outro existiria e da qual eles emanam paralelamente. Fish (1980 *apud* COMPAGNON, 1999, p. 161), pondera que, depois de ter substituído a autoridade do autor e a autoridade do texto pela autoridade do leitor, julga-se necessário reduzir as três à autoridade das “comunidades interpretativas”.

Quando Compagnon (1999) fala da crítica histórica, em sua origem relativista e descritiva, acaba por se opor à tradição absolutista e prescritiva, analisando textos de acordo com as normas intemporais. A crítica histórica funda a ideia de que o escritor e sua obra devem ser entendidos em sua situação histórica, com uma ampla justificativa de historiografia social e institucional. É entendida como ciência total de uma civilização passada, a partir do momento em que se reconhece e se aceita a distância que separa dos textos dessa civilização. “A hipótese central da história [...] é que o escritor e sua obra devem ser compreendidos em sua

situação histórica, que a compreensão de um texto pressupõe conhecimento do seu contexto” (COMPAGNON, 1999, p. 203).

O historicismo positivista imagina ser possível alguém deixar de lado seus próprios julgamentos para reconstruir o momento do passado revestido do real e do verdadeiro. Na história das ideias e/ou história social encontram-se narrativas das obras vislumbradas como documentos históricos que refletem a ideologia ou a sensibilidade de uma época.

Entretanto, ao se perguntar onde fica a história, onde está a inscrição dessa dinâmica dos procedimentos, o risco da história tradicional e positivista não é evitado. “Pois não se trata de apresentar as obras literárias em correlação com seu tempo, mas de apresentar, no tempo em que elas nasceram o tempo que as conhece, ou seja, o nosso” (BENJAMIN, 1971 *apud* COMPAGNON, p. 213). Também Jauss (1975 *apud* COMPAGNON, 1999, p. 213) ratifica a hermenêutica heideggeriana, destacando a diferença inevitável entre uma leitura passada e uma leitura presente e contradiz a ideia de que a literatura possa, algum dia, constituir um presente intemporal. Nesse contexto, o leitor tem uma boa parcela de responsabilidade, uma vez que foi graças a ele que se legitimaram os procedimentos históricos.

Na atualidade, os historiadores não enxergam sua disciplina por um único viés. A história é feita de diversos matizes, pequenas memórias e tempos diferentes. Seu sentido não é totalizante, posto que seja a história das ideias, construída e entretecida entre passados e presentes. Enfim, a nova história entra em harmonia com a intertextualidade, a polifonia e a contradição entre a objetividade científica e a subjetividade dos sujeitos da memória. Não se trata mais de um problema; afinal a história não se fixa mais em fatos.

As reflexões de Compagnon (1999) estão muito próximas das propostas foucaultianas, no que diz respeito a inquietar certezas e abalar a confiança teórica. Principalmente no que se refere às análises de tempos

breves e rompimento com uma história tradicional, positivista e unilateral. Nessa perspectiva analítica, “não existe um tempo social de um único e simples escoamento, mas sim um tempo social susceptível de mil velocidades, de mil lentidões, tempo que nada tem praticamente a ver com o tempo jornalístico da crônica e da história tradicional” (BRAUDEL s/d, p. 57). Para outros tantos pesquisadores como Braudel, Morin e Foucault, o conhecimento é sempre perpassado por infinitas conjunturas, refletindo o espírito humano de um tempo e espaço.

Colocadas as questões referentes aos conceitos metodológicos que perpassaram o universo e as categorias empíricas que foram trabalhadas neste espaço, é igualmente importante salientar as categorias arqueológicas que balizaram as reflexões e análises dos dados.

6.7 As categorias de análise: o conceito de poder, saber e verdade na literatura foucaultiana

Neste espaço foram discutidas as categorias arqueológicas e interpretativas (hermenêuticas) do saber, poder e verdade que buscam ancoragem nos estudos foucaultianos. Inicia-se este tópico com a assertiva de Michel Foucault, no intuito de chamar para reflexão as questões de mecanismos e ferramentas dispostos em uma revista científica, referencial em um determinado domínio e as categorias foucaultianas que analisam a “construção” de verdade em uma área da ciência.

[...] Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2007, p. 9).

Ao definirmos, nesta tese, a tríade investigativa originada do pensamento de Michel Foucault: poder, saber e verdade, buscaram-se no universo empírico decorrente dos resultados bibliométricos as manifestações

dessas categorias. Mesmo apontando essa pesquisa como sendo de cunho histórico e arqueológico, é preciso lembrar que a arqueologia do saber e as propostas foucaultianas, presentes na obra do autor, não pretendem ser paradigmáticas, não levando, portanto, a pesquisas históricas seladas e acabadas. Não obstante, acredita-se que essas propostas contribuem sobremaneira para o clareamento de estudos historiográficos que fazem uso dos mais diversificados tipos de documentos.

Neste estudo, tornaram-se referências, pesquisas desenvolvidas por Foucault, uma vez que vê, na história arqueológica, a possibilidade de perscrutar as formações discursivas nos mais diversos campos do conhecimento. E é na vertente arqueológica que as categorias de poder, saber e verdade se farão presentes nas análises empreendidas.

Buschman (2010) chama a atenção para o fato de que na literatura foucaultiana a noção de poder e saber aparece em formas indissociáveis. Trabalhando com um leque imenso de possibilidades, o próprio Foucault alerta para o fato de que “uma sociedade, sem relações de poder, só pode ser uma abstração” (FOUCAULT, 1996, p. 791). E as relações no campo das ciências são antes de tudo relações sociais, portanto relações entretecidas por e pelo poder. Os sentidos de saber e poder em Foucault apresentam uma linha tênue de quando começa um e termina o outro; no entanto, é preciso deixar claro que não há uma teoria foucaultiana referente ao poder, ao saber, ou à verdade. São categorias trabalhadas por ele quando pretende estabelecer trajetórias de campos ditos científicos, sempre com a suspensão prévia da noção de cientificidade dos mesmos. Em outras palavras, o material empírico desta tese não foi analisado quanto à cientificidade de seu conteúdo, estando portanto suspensa, nas análises feitas, a aplicação de quaisquer critérios que definissem a cientificidade dos assuntos tratados nos artigos.

O primeiro deles é o conceito de poder, que em Foucault não é entendido como uma unidade materializada, universal e personificada em

um indivíduo ou grupo específico. O poder entretetece todos os veios da sociedade. Tem formas e maneiras, historicamente datadas e geograficamente localizadas. Embora também possa apresentar e interagir de maneiras diferentes em espaços e épocas distintas, dependente de acordos, confrontos e negociações constantes dos indivíduos sociais. Além disso, tais práticas estão também ligadas ao Estado, mas não unicamente a ele.

Nesse sentido, quando se trabalha com um conceito dependente de tantas variáveis há que se ter claro que todas as considerações teóricas são de caráter provisório. Machado (1996), professor de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências/UFRJ e autor do prefácio de *Microfísica do poder* (tradução), afirma que uma teoria nada mais é que uma articulação de saberes múltiplos e poderes.

Toda teoria é provisória, acidental, dependente de um estado de desenvolvimento da pesquisa, que aceita seus limites, seu inacabado, sua parcialidade, formulando conceitos, organizando-os, explicitando suas inter-relações e desenvolvendo suas implicações para em seguida serem revisados, reformulados e substituídos a partir de um novo material trabalhado (MACHADO, *apud* FOUCAULT, 1996, p. XI).

O poder, em relação a seus desdobramentos sociais, não pode ser entendido em caráter negativo, uma vez que o mesmo permeia, de forma negociada e consentida, as instituições, as economias, as culturas e os fazeres humanos. Assim não se encontra o poder nem acima, nem ao lado, nem aquém ou além das sociedades, mas entremeado nela própria, em formato de micro poderes que favorecem o estabelecimento de redes e produção de saberes. Em uma concepção foucaultiana, pode-se afirmar que não há poder sem saber e muito menos saberes sem as relações de poderes. Ambos são constituídos e postos em prática por sujeitos, subjetividades, ideologias, técnicas e metodologias. O poder e o saber sobre a sexualidade, a loucura, a medicina, a doença e o adoecimento, por exemplo, estão intimamente vinculados e apresentam uma historicidade específica, de acordo com suas contextualidades datadas e localizadas.

Segundo Machado (1996) esses micro poderes se relacionam também com o Estado³⁶. Assim, nenhum grupo social, seja ele científico, político, econômico e outros detém o poder como um bem material. Na verdade, o poder se exerce e não se tem propriedade sobre ele. Assim, o poder não reprime, não exclui e não inclui, afinal ele (poder) é exercido cabendo a quem exerce incluir, excluir, selecionar e etc. O poder e suas formas de exercícios não liberta; ao contrário, submete (BRANCO, s.d).

Embora, em seus escritos, Foucault afirme que nunca foi seu objetivo estudar o poder como fenômeno ou elaborar fundamentos e teorias em torno do tema, para Rabinow e Dreyfus (2004), ele (Foucault) sempre buscou “uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos.” Foucault revela: “Assim, não é o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral de minha pesquisa” (1995, In: POGREBINSCHI, 2004, p 4). Se para trabalhar com sujeito é preciso entender das relações de poder, então é esclarecedor estabelecer uma definição norteadora do conceito. “Era necessário estender as dimensões de uma definição de poder se quiséssemos usá-la ao estudar a objetivação do sujeito” (FOUCAULT, 1996, p. 231). Mesmo assim, não há um conceito único de poder em Foucault, assim como todos os outros conceitos trabalhados por ele são inseridos em contextualidades e historicidades e a estas categorias estão vinculados. Mas uma coisa é fato: Foucault não atrela o conceito de poder a instituições (estatais ou privadas) e sim a procedimentos e mecanismos específicos.

Foucault quer afastar-se das compreensões ideológicas do poder e substituir, no lugar das ideologias, os saberes. O que está na base do poder, diz Foucault, não são as ideologias, mas instrumentos de formação e acúmulo de saber. Ao exercer-se, o poder forma, organiza e coloca em circulação um dispositivo de saber (POGREBINSCHI. 2004, p. 5).

Assim, o que está em jogo são os entendimentos referentes à forma de exercício do poder, seus mecanismos de atuação, suas normas

³⁶ As informações constam no prefácio do livro *Microfísica do poder*.

reguladoras, limitadoras e seus vínculos com o saber e a verdade. Quais são as relações de poder existentes na produção dos discursos de verdade? Essa é uma de suas questões, que, ao fim e ao cabo, leva à reflexão de que a institucionalização do discurso de verdade perpassa e está intimamente ligada ao poder (POGREBINSCHI, 2004). “Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade” (FOUCAULT, 1996, p. 28). Em suma, o poder em Foucault não está atrelado às leis, ao conceito de dominador e dominados, a um Estado, monarquia ou outros. Ele está, sim, emaranhado em jogos de saberes, enfrentamentos, memórias, contextos, que estão em constantes mudanças, inversões e modos de organizações, sem um ponto central de irradiação. “O poder *produz*: ele constrói; destrói e reconstrói; ele transforma, acrescenta, diminui, modifica a cada momento e em cada lugar a si mesmo e a cada coisa com a qual se relacione em uma rede múltipla, móvel, dinâmica, infinita. O poder é produção em ato, é a imanência da produtividade” (POGREBINSCHI, 2004, p. 7).

E é neste contexto de definições, antes de tudo, contextuais, que Foucault atrela poder, saber e produção de verdade. Para ele um campo de conhecimento científico e seus discursos tomados como verdadeiros não podem ser desvinculados ao exercício do poder. O autor afirma que o próprio discurso de verdade é uma forma de manifestação de poder e que as Ciências Humanas nascem sob a égide dos mecanismos e de poder. “Saber e poder implicam-se diretamente um no outro. Não há relação de poder sem a correlativa constituição de um campo de saber, nem qualquer conhecimento que não pressuponha e constitua, ao mesmo tempo, relações de poder” (FOUCAULT, 2007, p. 27).

Quando se pretende um estudo histórico e arqueológico referente à formação de campos de saberes e suas unidades discursivas, é preciso estabelecer as “relações materiais engendradas em instituições e em regras datadas e determinadas, que o instauram como prática historicamente situada” (DIAS, 1989, p. 197). Foucault usa o exemplo da medicina para explicitar sua

proposta arqueológica: É preciso especificar os lugares institucionais onde o médico busca seu discurso e onde o legitima seja teoricamente, seja empiricamente (hospitais, bibliotecas etc). E assim, a partir das formações discursivas em um determinado campo de conhecimento, é possível estabelecer:

O regime geral a que obedecem seus objetos, a forma de dispersão que reparte regularmente aquilo de que fala, o sistema de seus referenciais [...] o regime geral ao qual obedecem os diferentes modos de enunciação, as distribuições possíveis das posições subjetivas e o sistema que os define e os prescreve [...] o regime comum a todos os seus domínios associados, as formas de sucessão, de simultaneidade, de repetição de que todos são suscetíveis, e o sistema que liga, entre si, todos esses campos de coexistência, [...] Enfim, definir [...] a maneira pela qual são institucionalizados, recebidos, empregados, reutilizados, combinados entre si (FOUCAULT, 2007, p. 1510).

Dito isso, passa-se ao conceito de verdade que nas ciências vem sendo discutido por inúmeros pensadores, desde Sócrates, passando Platão e outros. René Descartes, matemático e filósofo do século XVI, chega a desenvolver uma metodologia meticulosa, chamada de “Método Cartesiano”, onde buscava separar o verdadeiro do falso no conhecimento científico. Para ele, apenas o uso da razão, dos procedimentos cuidadosamente anotados, incansavelmente repetidos levaria ao saber verdadeiro em um campo de conhecimento (FERREIRA NETO, 2008).

Em outras palavras, Descartes afirmava que a verdade nas ciências se encontra a partir da escolha de cautelosos métodos, ou seja, “procedimentos racionais, de base lógico-matemática, que garanta a qualquer sujeito, que deles utilizarem, a aquisição do conhecimento verdadeiro e a refutação do falso” (FERREIRA NETO, 2008, p. 535). Descartes parte de quatro princípios: Evidência (uma coisa só é verdade a partir de evidências sólidas, sem margens de dúvidas e pautadas no uso da razão); análise minuciosa (dividir em quantas parcelas forem possíveis para uma análise mais detalhada); síntese do processo (ordenar o pensamento do mais simples e até o mais complexo) e por fim enumerar todas as etapas tomando o cuidado de não excluir nenhum procedimento possibilitando

revisões seguras. Mesmo se tratando de problemas diversos, a busca pela resposta deve seguir os quatro princípios (FERREIRA NETO, 2008).

Com relação aos princípios metodológicos de René Descartes, Foucault chama a atenção para a falta de reflexão e consideração das subjetividades humanas que são inerentes a todos os processos de produção do conhecimento. Sendo o conhecimento um construto social, este está subordinado a escolhas, seleções, critérios e outros aspectos intrínsecos ao ser humano e são, justamente, estas exterioridades (critérios de seleção, organização, métodos e outros) que tornam as condições de possibilidades de produção de conhecimento viáveis e mote das investigações de Foucault. “Com Descartes a evidência direta é suficiente. Depois de Descartes, temos um sujeito não ascético de saber. Essa mudança possibilita a institucionalização da Ciência Moderna” (FOUCAULT, 1994, p. 227, *apud* FERREIRA NETO, 2008, p. 536).

Outras considerações críticas e reflexivas de Foucault a respeito do método cartesiano de René Descartes, na busca pela verdade científica, perpassam a falta de contextualidade histórica dos sujeitos e suas práticas. Em Descartes o sujeito não só é universal como também não localizado em um tempo histórico. Como se a cultura, a política, a economia, os valores e costumes não influenciassem na constituição de saberes e produção de verdades. Além do que, Descartes vê no cientista um sujeito asséptico, neutro e objetivo. As características contrárias a isso (subjetividade e inserção contextual) fazem parte do universo social de todos os sujeitos (FERREIRA NETO, 2008). E, em Foucault, não há dúvidas de que a historicidade de um campo de saber está vinculada a todos esses aspectos.

Assim, o documento-monumento, a história-memória e a trajetória de um campo de conhecimento têm novos olhares e uma nova massa documental para serem analisadas e quase nunca esses documentos estão necessariamente atrelados à cientificidade normativa. Para Foucault:

Um saber é aquilo que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificadas: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico; um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso; é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso [...]. Há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico, nem o avesso vivido); mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma (FOUCAULT, 2007, p. 206).

Se o saber é, entre outras denominações, uma prática discursiva, por outro lado o discurso é o próprio poder e a produção de verdade em um determinado campo de conhecimento é fruto das práticas discursivas e das relações de poder. “A história se torna história daquilo que os homens chamaram de verdades e de suas lutas em torno dessas verdades” (FOUCAULT, 2007, p. 208).

A historicidade das sociedades, de suas trajetórias, práticas, enfrentamentos e consensos, não perpassam pelos sentidos e sim pelas relações de poder entremeadas em todos os processos e em todas as camadas sociais. E nesse sentido pode-se afirmar que a verdade é um produto histórico, que não se faz sem ou fora do poder e se encontra no interior dos discursos: “A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder.” (FOUCAULT, 1996, p. 13).

Para Foucault (1996), há alguns predicados da verdade, que devem ser levados em consideração pelos estudiosos das ciências, como por exemplo:

É fruto do discurso científico e anunciada pelas instituições que o produzem; b) há uma verdade política e outra econômica; c) apresenta-se de várias formas e é de grande consumo e propagação; d) é transmitida e controlada por aparelhos políticos e econômicos; e) é objeto de conflitos ideológicos. A verdade é concebida pelo desenrolar do conjunto de procedimentos que têm a função de estabelecer a produção dos enunciados ou do discurso (MERQUIOR, 1985, p. 21).

Portanto, há de se entender os conceitos de poder, saber e verdade, em Michel Foucault, como historicamente concebidos, datados e localizados; além de interdisciplinares, não revestidos de neutralidades e subjetivos, como todo construto social.

6.8 As séries em Foucault e os recortes cronológicos nesta tese

Justifica-se a introdução deste item na fundamentação teórico-metodológica e fala-se nas séries em Foucault uma vez que foi necessário dividir em períodos equivalentes a séries o tópico de “formação de objetos” no capítulo 9. Quando se trata de tempo histórico e dele se pretende estabelecer séries de análises é importante remeter à propositiva do historiador Fernando Braudel:

Entendamo-no: não existe um tempo social de um único e simples escoamento, mas sim um tempo social susceptível de mil velocidades, de mil lentidões, tempo que nada tem praticamente a ver com o tempo jornalístico da crônica e da história tradicional (BRAUDEL, s.d., p. 57).

Os estudiosos das obras de Foucault, entre eles o filósofo Roberto Machado, entendem que de uma perspectiva foucaultiana não há uma unidade metodológica. No entanto, se há um procedimento metodológico em Foucault é a formação de séries históricas no início de suas análises. São nomeadas por ele como arqueológicas e possibilitam a constante redefinição de seus objetos, como também a alteração de princípios, argumentações e releituras contextuais (MACHADO, 2006).

Assim, denota-se a influência da *École des Annales* nas séries de Foucault. Ao romper com o conceito de um indivíduo universal, tempo breve, contextualidade única, rompe-se com a historiografia tradicional e positivista inaugurando a análise de uma outra forma tempo, uma outra forma de espacialidade e ampliando a noção de documento. Assim, cabe ao historiador instaurar novas séries de estudos, considerando

contextualidades distintas, verticalização de análise e estabelecimento de relações diversas. “Não é um movimento apenas contra a superficialidade histórica focada só na política, diplomática, militar. Mas de ver a história como “dialética da duração” e compreender o contexto estrutural e profundo do acontecimento” (MACHADO, 2006, p. 14).

Igualmente, ao definir objetos, estabelecer o problema, objetivos e documentos de análise, também é papel do pesquisador abordar esse objeto a partir de sua materialidade e visualizá-lo em sua exterioridade, substituindo sucessores lineares por séries específicas. Ou seja, reconstruir quadros próprios ao objeto a ser estudado. No lugar de cronologias universais, tempos únicos e acontecimentos sucessivos, surgem as séries definidas pelo próprio pesquisador.

Em Foucault a característica principal da nova abordagem é a consideração do descontínuo, sem a intencionalidade de uma recuperação pela origem, pelo fio condutor que leve ao estável e ao princípio de todas as coisas. A trajetória de um campo discursivo não perpassa pela noção de progresso e não é construída de verdades científicas. Ao contrário, ela é descontínua e composta de muitas e múltiplas rupturas. A história arqueológica não está preocupada com o alinhavar de fatos, datas, com os acontecimentos ou grades feitos de um indivíduo. Novos documentos são colocados à disposição dos pesquisadores (cartas particulares, relatórios de viagens, inventários religiosos, textos ditos científicos e outros) e assim há uma real possibilidade de preparar propostas metodológicas de análises, estabelecer séries específicas de estudo, ampliar cronologias. “O historiador dispõe com toda certeza de um tempo novo, elevando à altura de uma explicação, em que a história se pode inscrever, recortando-se segundo pontos de referência inéditos, segundo curvas e sua própria respiração” (BRAUDEL, s/d, p. 57).

As séries, em Foucault, podem ser definidas a partir das formações e práticas discursivas, das funções enunciativas, de tempos

históricos longos, sem prender estas formações e práticas a ideologias e datas, ou seja, “a arqueologia não imobiliza os discursos no tempo ou fora dele” (DIAS, 1989, p. 129). Não obstante, o pesquisador deve sempre considerar as séries em suas diferenças, desvios, descontinuidades e múltiplos ângulos de observação. Os discursos são socialmente localizados e, portanto, devem ser vistos do lugar social a que pertence, ou seja, um rico, um pobre, um sábio, um ignorante, versando sobre um mesmo tema, apresentam sua própria forma de regularidade discursiva. Assim “nas séries da formação efetiva do discurso: procura apreendê-lo em seu poder de afirmação” (FOUCAULT, 2008, p. 69). Em outras palavras, o saber de uma determinada área de conhecimento é um produto do discurso, construído dentro de lógica histórica e contextual e seus axiomas são sempre colocados e determinados por arbitrariedades e subjetividades. Então é importante vislumbrar os discursos dentro de seus acontecimentos e dos poderes que os colocam em circulação.

Não há dúvidas de que a era tecnológica trouxe consigo uma nova periodização da história-memória, talvez consequência da revolução documental que os novos e tantos acessos permitiram. Para Le Goff (1996), as múltiplas e diversificadas possibilidades documentais privilegiaram o dado e em consequente favoreceram a formação de séries e a percepção de uma história descontínua. Se antes os documentos apresentavam fatos, eventos e acontecimento, na atualidade apresentam informações para serem trabalhadas de maneira arqueológica.

Hoje o método seguido pelos historiadores sofreu uma mudança. Já não se trata de fazer uma seleção de monumentos, mas sim de considerar os documentos como monumentos, ou seja, colocá-los em séries e tratá-los de modo quantitativo; e, para, além disso, inseri-los, nos conjuntos formados por outros monumentos [...]. Enfim, tendo em conta o fato de que todo documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso (cf. verdadeiro/falso), trata-se de pôr à luz as condições de produção (cf. modo de produção, produção/distribuição) e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder (cf. poder/autoridade) (LE GOFF, 1996, p. 525).

Ao se propor realizar, primeiro, os estudos quantitativos a partir dos artigos e citações, para depois submetê-los às reflexões qualitativas, torna-se fundamental o estabelecimento de séries organizadas desses documentos. Kobashi e Santos (2006, *apud* SIVEIRA; BAZI, 2009) ponderam que em qualquer estudo bibliométrico a organização dos dados deve levar em conta os contextos analíticos a que se pretende submeter tais dados. Essas organizações podem ser aproximações de famílias temáticas, institucionais, temporais, autorais ou elementos externos ao objeto, como períodos econômicos, políticos, datações históricas e tantos outros. O importante é que descrevam e contenham elementos que constituem a base de dados. Elementos que busquem mostrar comportamentos, desempenhos, propriedades de uma determinada série, sua inter-relação com outras séries, agrupamento dos pares, diferenciação dos díspares, favorecendo a representatividade expressiva do objeto em análise (KOBASHI; SANTOS 2006, *apud* SIVEIRA; BAZI, 2009).

A definição e a organização de séries em estudos bibliométricos tornam-se importantes quando se quer ir para além dos números estatísticos oferecidos pela mensuração métrica dos dados. É preciso esclarecer quais serão as estruturações das séries e sua organicidade em bases de dados, além das categorias de informação que conterão a mesma. As descrições detalhadas de como foram elaboradas as séries nesta tese se encontram no capítulo de metodologia, item 8.1 - Descrição do universo empírico dos dados.

Sendo assim, reporta-se aos conceitos e teorias que embasaram as escolhas por temáticas e que orientaram a tabulação dos dados informacionais obtidos a partir dos resumos, títulos e palavras-chave dos artigos analisados.

6.8.1 As orientações conceituais e teóricas das escolhas temáticas

Este tópico objetiva refletir conceitual e teoricamente sobre como a pesquisadora desta tese definiu as temáticas que compuseram as análises de dados da formação de objeto de pesquisa na CI.

As múltiplas interações entre os novos e emergentes campos discursivos com o mundo, com as “outras ciências” e as demandas sociais, vêm sendo pauta de debates, reflexões, interesses acadêmicos e intelectuais. Para Portocarrero (1994, p. 20), as tendências mais recentes dos estudos referentes à história das ciências “desenvolvem uma noção de uma ciência contextual, contingencial, circunstancial, resultante da combinação entre fatores sociais e econômicos”.

Tais elementos contextuais, circunstanciais e contingenciais influenciam também no que diz respeito à formação do objeto discursivo de um determinado campo disciplinar. Nessa seara escolheu-se trabalhar com as temáticas presentes em 704 artigos analisados, além dos autores dos mesmos. E, quando se optou por esta linha metodológica, reconheceram-se, nesse espaço, as temáticas/assunto como reflexo e resultado do que vem sendo laborado pelos pesquisadores/autores no interior da área.

Isso porque, na geração de conhecimentos e na publicização do mesmo, as temáticas dos artigos dos periódicos científicos podem ser entendidas como parte das tendências encontradas na área. Considerando a revista como um dos espaços de diálogo e exposição a pares do que vem se pesquisando, além de indicadores gerais, interações multidisciplinares e outros, parte-se daí a importância do seu estudo. Como ciência contextualizada, as temáticas devem (ou deveriam) estar vinculadas às circunstâncias histórico-sociais e científicas.

Considerando as várias temáticas trabalhadas pelos pesquisadores do campo, elaborou-se um quadro, onde foram nomeados 19 conjuntos de temas, gerando o quadro descrito abaixo:

Quadro 2 Categorias Temáticas

	TEMA	CONTEÚDO
1.	Teoria da Ciência da Informação/Teoria Geral	Artigos voltados para os fundamentos teóricos e epistemológicos da área de CI, necessários para a base na construção do conhecimento do campo.
2.	Necessidade e Uso da Informação	Questões relacionadas às necessidades dos usuários da informação, incluindo a acessibilidade da informação e o comportamento do usuário.
3.	Representação da Informação/Linguagem Controlada/indexação/terminologia linguística	Taxonomia de operações e processos: documentação, representação, organização, processamento, disseminação, publicação, armazenamento, manipulação, avaliação, medição, busca e recuperação de conhecimento.
4.	Gestão da Informação (seleção, recuperação, organização, tratamento e disponibilização da informação) e acesso (disseminação da informação/troca/transferência).	Questões relacionadas aos vários processos que envolvem a gestão da informação
5.	Políticas informacionais - C&T	Artigos que discutem as políticas em C&T, tanto em âmbito governamental como privado (ex: política de informação).
6.	Sistemas de recuperação da informação/ ferramentas de busca:	Aspectos referentes aos sistemas de recuperação da informação, operações e processos: busca e recuperação de conhecimento e os mecanismos inerentes ao processo.
7.	Tecnologia da informação/redes/inteligência artificial:	Aspectos tecnológicos da TI que estão associados à CI.
8.	Base de dados:	Questões relacionadas com as configurações organizacionais em bancos de dados.
9.	Automação de bibliotecas:	A necessidade das automações em bibliotecas nos processos de gestão da informação, disseminação, compartilhamento e intercâmbio das mesmas.
10.	Bibliometria/Cientometria/Webmetria:	Metodologias de pesquisas que fazem uso das ferramentas citadas.
11.	Metodologias de pesquisa em CI:	Artigos relacionados com a metodologia de pesquisa em CI, desenvolvimento e possibilidades (teórico, empírico, quantitativo, qualitativo).

	TEMA	CONTEÚDO
12.	Formação profissional/profissional da informação:	Assuntos relacionados à necessidade de formação específica do profissional da informação.
13.	Historicidade da área:	Relatos históricos do campo, trajetória conjectural, contextual e contingencial do campo.
14.	Biblioteconomia, biblioteca, bibliografia, documentação :	Assuntos relacionados com as concepções dos campos disciplinares.
15.	Sistemas de informação:	Assuntos relacionados com o desenvolvimento de sistemas de informação, baseado em computador, Internet, HTML, XML etc.
16.	Usuários/sujeitos/bibliotecários:	Estudo dos usuários, comportamento, relação bibliotecário/usuário.
17.	Informação e comunicação científica/avaliação/fluxo:	Publicação, publicização, fluxo e avaliação da informação científica.
18.	Informação/conhecimento/modernidade/ideologia/sociedade	A informação vista como bem social, contemporâneo e fator de mudanças sócio-político-culturais (ideologia).
19.	Cultura e inovação informacional/informação e negócios:	Informação para negócios, informação organizacional, informação nos processos de cultura e inovação.

Fonte: Elaborado pela autora.

Outra questão de importante esclarecimento refere-se às escolhas das temáticas e como essas escolhas foram realizadas. Para se chegar às temáticas expostas no Quadro 2, reportou-se às contribuições teóricas e empíricas encontradas no estudo tangencial a este trabalho, realizado pela pesquisadora Lena Vania Ribeiro Pinheiro em sua tese de doutorado intitulada *A ciência da informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar* (1997). É importante observar como a autora realiza divisões e categorizações conceituais referentes à CI e seu universo de pesquisa e prática:

Quadro 3 Áreas e categorias conceituais/temáticas da CI

ÁREAS	TEMÁTICAS
Disciplinas estruturais (reunidas em Fundamentos da Ciência da Informação)	Bibliometria/Informetria/Cientometria/Webmetria
	Formação profissional
	Epistemologia da Ciência da Informação
	Estudos interdisciplinares (relações epistemológicas com a Ciência da Computação, Comunicação Social, Museologia, Biblioteconomia, Arquivística, Arte etc.)
	História da Ciência da Informação
	Metodologias da Ciência da Informação
	Teoria da Informação
Disciplinas instrumentais (passaram a ser representadas por Organização e Processamento da Informação)	Arquitetura de informação
	Organização do conhecimento/Representação da informação
	Catalogação
	Classificação
	Indexação
	Metadados
	Tesauros
	Vocabulários controlados
	Ontologia
Processamento automático de linguagem	
Disciplinas gerenciais (ganharam o nome de Gestão da informação)	Disseminação da informação (produtos e serviços de informação)
	Economia da Informação
	Gestão de Qualidade de Informação
	Gestão do Conhecimento
	Inteligência Competitiva
Marketing de Informação	
Continua...	

ÁREAS	TEMÁTICAS
Disciplinas vinculadas às tecnológicas (foram agrupadas pelas Tecnologias da informação):	Automação de Bibliotecas
	Bases de Dados
	Bibliotecas Virtuais e Digitais
	Comunicação Mediada por Computador
	Internet/Web
	Mineração de Dados
	Preservação e Segurança Digital
	Redes e Sistemas de Informação
	Sistemas de Recuperação da Informação
Disciplinas socioculturais (ficaram identificadas por Transferência da Informação)	Competência Informacional (“information literacy”)
	Comunicação Científica
	Divulgação Científica
	Educação à Distância
	Estudos de Necessidades e Usos de Informação
	Estudos de Usuários
	Ética na Informação
	Inclusão Digital
	Políticas de Informação
Aplicações de informação	Informação Científica
	Informação Tecnológica
	Informação Industrial
	Informação em Arte
	Informação em Bibliotecas
	Informação em Arquivos
	Informação em Museus

Fonte: Elaborado pela autora, tendo como referência Pinheiro (1997)

Essas categorizações, juntamente com outras desenvolvidas por Zins (2007), balizaram as escolhas das temáticas apresentadas no Quadro 2. Ainda reportando-se a Zins (2007), para quem o campo da CI passa por constantes, mudanças, é preciso que seus pesquisadores revejam e reformulem, sempre que necessário, limites e fronteiras de pesquisa. Nessa perspectiva, o autor reuniu 57 pesquisadores da área em CI de 16 países

diferentes que “representam quase todos os subcampos e os principais aspectos importantes do campo” (p. 526). O que se propôs foi, juntamente com esses 57 pesquisadores, traçar o mapa do conhecimento da CI, procurando explorar as bases que formam a área. Esse estudo foi realizado entre os anos de 2003 e 2005, seus resultados publicados em 2007, portanto, mais recente que o estudo anteriormente citado.

O resultado do mapa do conhecimento se apresenta dividido em 10 categorias básicas, que por sua vez são repartidas em outras subcategorias, conforme mapa exposto subsequente:

Quadro 4 Mapa do Conhecimento da Ciência da Informação

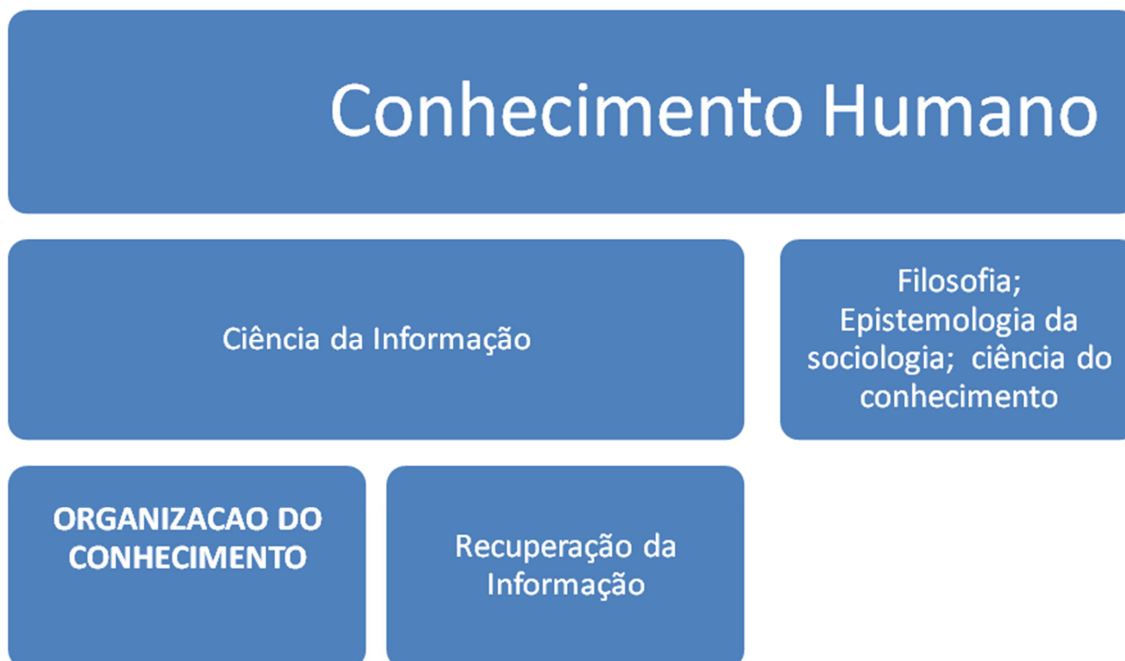
DOMÍNIO	FOCO	CATEGORIA PRINCIPAL (1ª DIVISÃO)	SUBCATEGORIAS (2ª DIVISÃO)	SUBCATEGORIAS*/EXEMPLOS & EXPLICAÇÕES** (3ª DIVISÃO)	EXEMPLO DE CAMPOS			
Meta-conhecimento	Conhecimento no campo da CI	1. Fundamentos	Teoria	Concepções A. B. Disciplinas - Por exemplo: Antropologia (Ex: "cultura"), Artes (Ex: "design"), comunicação (Ex: "comunicação", "mídia", "mensagem"), ciência da computação (Ex: "linguagem de computador"), Economia (Ex: "economia da informação"), educação (Ex: "aprender"), Engenharia (Ex: "tecnologia da informação"), História (Ex: "fonte primária", "fontes secundárias", "fonte terciária"), Direito (Ex: "propriedade intelectual", "copyright"), Linguística (Ex: "linguagem"), Filosofia, Epistemologia (Ex: "conhecimento"), ética (Ex: "ética da informação", "ética profissional"), ciência política (Ex: a democracia), Psicologia (Ex: "cognição"), Metodologia de Pesquisa (Ex: "avaliação", "investigação", "investigação metodológica"), Semiótica (Ex: "sinal"), Sociologia (Ex: "sociedade") Teorias C.	Teoria de CI			
			Pesquisa	A. teórico B. empírica 1. Quantitativo 2. Qualitativo	Metodologia de pesquisa			
			Educação	A educação acadêmica e a formação profissional: conhecimento teórico e conhecimento prático.	Educação em Bibliot. e CI			
			História	Relatos históricos do campo.	História de CI			
Objeto de Conhecimento	Conhecimento no fenômeno explorado (i.e., aspectos mediadores & condições do conhecimento humano)	2. Recursos	Questões	Informação de qualidade (recursos), Informação (recursos) qualidade.	"Qualidade da Informação Sistemas de Informação"			
			Tipos	"Os recursos primários, recursos secundários, recursos terciários."				
		Quem?	Mediadores do conhecimento	3. Profissionais do conhecimento	Questões	A. Traços de personalidade B. O conhecimento teórico C. conhecimento aplicado e prática.	Informação, ética, Biblioteconomia e educação.	
					Tipos	Taxonomias dos profissionais por áreas de especialização (por exemplo, informática médica), e do setor organizacional (por exemplo, bibliotecários, arquivistas)		
		O quê?	Questões	4. Conteúdo	Questões	Conteúdo relacionado por assunto (Ex: que é um assunto?)		
					Tipos	"As taxonomias de estruturas (Ex: mapas de conhecimento, esquemas de classificações, Tesouros), sistemas de classificação (Ex: LCC, DDC, UDC, CC, BC), os assuntos (ou seja, Arqueologia, Biologia, Ciência da Computação) e similares."		
		Por quê?	Motivos	5. Aplicações	Questões	Assuntos relacionados com o desenvolvimento de sistemas de aplicação orientados		
					Tipos	Taxonomia de aplicações (Ex: informação - busca, compras, socialização e convívio).		
		Como?	Métodos	6. Operações e Processos	Questões	Questões relacionadas com os vários processos que envolvem mediação do conhecimento humano.		
					Tipos	"Taxonomia de operações e processos: a Documentação, representação, organização, processamento, disseminação, publicação, armazenamento, manipulação, avaliação, medição, busca e recuperação de conhecimento."		
				Meios (mídia)	7. Tecnologias	Questões	Tecnológicos relacionados (Ex: design de interface do usuário).	
						Tipos	Taxonomia das tecnologias do conhecimento e da mídia: eletrônica baseados em tecnologias (Ex: sistemas de informação baseados em computador, Internet), as tecnologias baseadas em papel e impressos (Ex: livros), de comunicação baseados em tecnologias e meios de comunicação (Ex: telefones celulares, MP3).	
		Onde e quando?	Ambientes	8. Ambiente	Questões	Questões sociais (Ex: política de informação, acessibilidade da informação), incluindo as questões étnicas e culturais, questões profissionais relacionadas com as definições, bem como questões legais (Ex: propriedade intelectual, privacidade), e questões éticas (Ex: privacidade versus interesse público).	Informação Ética Informação Social	
					Tipos	"A. ambientes étnicos e Cultural. B. Configurações (por exemplo, Educação, Saúde) "		
				9. Organizações	Questões	Questões relacionadas com as configurações organizacionais (Ex: gestão do conhecimento nas organizações empresariais)		
					Tipos	A. Tipo Organizacional: 1. Setor governamental 2. Setor público 3. Setor privado B. Tipo Funcional 1. Organizações de memória 2. Serviços de informação		
10. Usuários	Questões	Questões	Questões relacionadas com o usuário (Ex: as necessidades dos usuários da informação, o comportamento do usuário, estratégias de busca do usuário)	Estudos de usuários informações comportamento				
		Tipos	A. Indivíduos B. Grupos e Comunidades 1. Baseada no gênero 2. Baseada na idade 3. Baseada na cultura e etnia 4. Necessidade e interesse como base					

Fonte: Elaborado por Chaim Zins (2007, p. 529).³⁷³⁷ Tradução livre feita pela autora desta tese.

Ao mapear as principais abordagens conceituais da área, Zins (2007) esquadrinhou o perfil da Ciência da Informação contemporânea, desenvolvendo e documentando uma importante contribuição para o entendimento das temáticas e em consequência para o entendimento da forma como se dá a formação do objeto de análise na CI. É bem verdade que formular uma explicação para a nomenclatura escolhida em cada temática requer o conhecimento do conhecimento da área e isso inclui questões metodológicas, epistemológicas, históricas, conceituais e teóricas. Todas as justificativas foram resgatadas da proposta de Zins (2007) e Pinheiro (1997), e, como pode ser verificado no Quadro 2, procurou-se abranger todas as categorias expostas por esses autores.

Zins (2007) pontua que mapear uma determinada área de conhecimento possibilita ao pesquisador “estabelecer os limites do campo e definir seus interesses principais” (p. 526). Esse tipo de tarefa cumpre um lugar estratégico na construção, aprendizagem e disseminação do conhecimento produzido. Para ele, a definição do conteúdo do campo pode ser visto como um desdobramento do que de fato constitui a CI.

Figura 3 Mapa de conceitos



Fonte: Elaborado por Zins (2007, p. 527)

De fato, os significados de um mapa do conhecimento somente podem ser expressos quando os conceitos expostos ali estabelecem relações dialógicas. Para o autor, em muitas das vezes esses tipos de mapas são construídos de forma intuitiva e são raros os fruto de reflexões. Por isso a sua intencionalidade de refazer caminhos e delinear, de forma estruturada e sistemática, o mapa do conhecimento para a CI, baseado em conceitos e concepções de ciência e Ciência da Informação, juntamente com outros 57 pesquisadores da área. Além disso, "um mapa conceitual abrangente e a sistemática cognitiva habilitam o indivíduo a entender o domínio do conhecimento em sua totalidade" (p. 526) e possibilitam o entendimento da constituição e relações existentes entre as diversas temáticas.

Zins (2007) pondera que os conceitos de informação, documentação, bibliotecas, bases de dados, sistemas de informação, recuperação, representação de informação e outros só adquirem

significados dentro do contexto da CI quando relacionados entre si e os objetivos da área. O mapa seria uma estrutura pré-experimental cognitiva, que depende desse diálogo e que representa as relações temáticas entre as diversas palavras (ZINS, 2007, p. 527). Isso favorece também definições conceituais do que venha a ser CI e seu objeto de estudo.

Ao relacionar Filosofia da Ciência, Sociologia do Conhecimento, ciência e outros, o autor (2007) chama a atenção para o fato de que esta não é uma proposta nova e tem suas raízes na antropologia e na linguística. Zins (2007) estabelece ordens elevadas (isto é, os termos mais amplos), como conhecimento humano e Ciência da Informação e ordens decorrentes (isto é, os termos mais estreitos), com recuperação da informação (ver Figura 4). Em outras palavras, organização do conhecimento e da informação e recuperação são subclasses da ciência da informação (ZINS, 2007, p. 527).

Finaliza-se o capítulo referente às fundamentações teórico-metodológicas, onde se buscou alicerçar as opções conceituais, métodos escolhidos nas análises de dados, reflexões e considerações pontuais do objeto e objetivo desta tese. Sinaliza-se para o capítulo seguinte referente à revisão bibliográfica, que tem por objetivo apresentar outros autores e trabalhos de pesquisa relacionados à pesquisa empreendida cujos resultados se veem neste espaço.

7 REVISÃO DE BIBLIOGRAFIA: O APRIORISMO LITERÁRIO

O não saber não é ignorância, mas um ato difícil de superação do conhecimento (BACHERLARD, 1998, p. 16).

Este capítulo apresenta textos e autores que trabalharam na mesma linha temática desta tese, tendo como objetivo a CI e sua trajetória. Seja do ponto de vista histórico, seja conceitual ou relacionado aos procedimentos empíricos, fato é que buscou-se revisar, visitar e exibir outros trabalhos que ora tivessem o mesmo tema, ora a mesma proposta metodológica ou ainda aportes teóricos. Em outras palavras, de alguma forma, relacionaram-se às questões, aos autores e às propostas de métodos expostos aqui. Além disso, apresenta pesquisas, conceitos e incisos que fazem parte do apriorismo literário desta pesquisadora e, sendo assim, temas como análise de citações, estudos bibliométricos e seu entrelaçamento com a arqueologia do saber e a seleção de alguns trabalhos que fazem uso da Bibliometria e análise de periódicos científicos compõem a revisão bibliográfica. Não obstante, ressalta-se que, por mais extensa e exaustiva que uma revisão bibliográfica possa ser, fica sempre uma enorme gama de artigos, livros, resenhas, ensaios e outros não lidos ou que não foram explicitamente mencionados. Considerando as limitações deste espaço, foram privilegiados alguns deles³⁸.

Inicia-se esta revisão com o trabalho da professora Lídia Alvarenga (1996), bibliotecária, mestre em CI (IBICT) e doutora em Educação (UFMG), que tem sua pesquisa de doutorado fundamentada na Bibliometria e na arqueologia do saber. Apresenta suas reflexões referentes às citações a partir do estudo de um periódico científico na área da educação. A autora (1996) pondera que, a partir desses instrumentos analíticos, é possível verificar e trabalhar com os conceitos de intertextualidade, polifonia, dispersão, sistemas de exclusão e outros. São

³⁸ Muitos deles constam na listagem de referências e pesquisas bibliográficas de temas tangenciais à tese (Apêndice 22).

conceitos importantes e que dizem respeito à formação discursiva; por isso, foram usados na pesquisa.

As citações bibliográficas, segundo Cronin (1994, *apud* Alvarenga, 1996), podem ser vistas como símbolos, marcas, metáforas e sinais. Esses mecanismos são notados, por muitos autores, como *fato social* e apresentam significações e possibilidades múltiplas de estudos, demonstrando relações de trocas informacionais na produção de conhecimento e entre pares. É partindo desse contexto que se pode verificar, por exemplo, o prestígio de um autor em uma determinada área, sua influência nas formações discursivas.

O hábito de citar dos autores mostra conformidade e consistência, uma vez que a citação é vista como uma atividade séria, governada por conhecimento tácito de como e por que autores devem reconhecer o trabalho dos outros. As razões de um autor citar de um modo particular em um tempo particular são controladas por um conjunto de normas internalizadas (CRONIN, 1984, p. 69).

Assim como reconhecimento e legitimação de um domínio disciplinar no que diz respeito às produções, o ato de citar demonstra claramente as influências, diálogos e intertextualidade que um autor recebeu na sua trajetória científica. A lista de referências consultadas demonstra a busca por credibilidade acadêmica em seus dizeres. Nesse universo, as citações promovem fluxos informacionais, fazendo da comunicação um processo ativo, articulado e em constantes transformações. Esses procedimentos, recorrentemente presentes na produção do conhecimento, revelam os saberes prévios, relações profissionais e acadêmicas, além disso, são passíveis de análise a partir de estudos bibliométricos. Assim sendo, Cronin (1984, *apud* ALVARENGA, 1996) chama a atenção para a importância e a seriedade das investigações baseadas nas análises de citações, uma vez que estão diretamente relacionados com estudos de produção científica de uma determinada área de conhecimento. Por isso, é um trabalho complexo, com diversas possibilidades metodológicas para coleta e análise de dados. Para Alvarenga (1993, p. 87), esse tipo de

pesquisa pode resultar em um “mapa cognitivo”, levando à compreensão de estruturas, trajetórias, fenômenos e práticas de um campo discursivo.

Campos (2005), em sua dissertação de mestrado³⁹, ressalta o papel das citações dentro de um enunciado e da importância de seus estudos em uma área de pesquisa. Para ele, as citações devem ser analisadas sob a perspectiva da simbologia que cada uma delas representa. “Genericamente, citações atuam como sinais: elas denotam trabalhos particulares e implicam alguma forma de relacionamento entre o artigo citante e o citado” (CRONIN, 1984, p. 69). Assim, corrobora-se com o fato de que as citações estão inseridas em contextos, perpassam pela subjetividade de autor citante, que por sua vez está relacionado com os autores citados e toda a rede de citações que estes últimos fizeram.

Não há dúvidas de que o ato de citar seja um “evento social”. Campos (2005) também chama a atenção para o fato de que o ato de citar deve ser visto com seriedade, uma vez que, naquele momento, ocorre uma apropriação do discurso de outrem. Os motivos que levam um autor a citar perpassam “por um conjunto de normas internalizadas [...] e as referências citadas por um autor são fortes indicadores da influência em seu trabalho” (MACROBERTS; MACROBERTS, 1989, p. 342, *apud* CAMPOS, 2005, p. 23).

As citações acabam por transformar o autor citado em monumento-documento, uma vez que perpetuam a sua criação, promovendo o fluxo informacional de maneira ilimitada. Para Cronin (1984), as citações perpassam toda trajetória na construção do conhecimento, formando uma rede com interconexões múltiplas e promovendo estudos dos mais variados notes. O próprio caminhar da ciência é perpassado pelos procedimentos da citação, pois o conhecimento científico está intimamente vinculado ao ato de

³⁹ São muitos os trabalhos, na área de Ciência da Informação, referentes à análise de citação, uso da bibliometria e suas inúmeras possibilidades. Algumas dessas referências se encontram no elenco bibliográfico trabalhado.

publicar, permitindo assim outras trocas e diálogos. Disponibilizar o que vem sendo produzido em um campo de conhecimento dissemina e disponibiliza também todo um elenco de referências do qual se fez uso, seja pela concordância, seja pela refutação.

A CI, com seus fazeres acadêmicos, promove estudos de cunho bibliométrico que têm nas citações um referencial avaliativo de um campo discursivo. Dito de outra forma, nesse contexto da CI, muitos pesquisadores voltam seus olhares para as possibilidades da arqueologia do saber, da Bibliometria e da Análise do Discurso, usando-as como ferramentas de pesquisa a fim de perscrutar o campo, além de lhe imputar historicidade própria e legitimidade como área de conhecimento.

Valio e Oliveira (2003), ao estudar a terminologia da Ciência da Informação, fez uso da abordagem analítica do discurso (AD). A autora procurou entender a natureza social e histórica do discurso no campo da CI pautando-se na AD. Partindo do conceito de texto como “unidade complexa – um todo que resulta de uma articulação – representando, assim, um conjunto de relações significativas individualizadas em uma unidade discursiva” (ORLANDI, 1996, *apud* VALIO e OLIVEIRA 2003), a autora investiga os termos e ascendências conceituais usados recorrentemente na área. Também ancora sua reflexão em Cabré (1995, p. 290 *apud* VALIO e OLIVEIRA 2003), quando este afirma que “[...] a terminologia é um conjunto de unidades de expressão que permitem transferir o pensamento especializado”, pois “os termos são, para as especialidades, uma maneira de transferir, de comunicar”.

Valio e Oliveira (2003) parte do pressuposto de que a terminologia de cada campo é peculiar a ele. Em outras palavras, para se conhecer um campo discursivo, é preciso ter a noção de suas expressões linguísticas e de sua semântica, mesmo porque seus significados não estão vinculados a regras gramaticais e sim aos processos históricos que as envolvem.

As autoras (2003) colocam duas questões balizadoras no trabalho de pesquisa: Como se deu o processo de formação da disciplina? Como se vem processando a construção da terminologia da Ciência da Informação? Fazendo uso metodológico da Análise do Discurso, a autora busca demonstrar as famílias discursivas que fazem parte das produções científicas da área. Para tal, Valio (2003) trabalha com as noções e as categorias foucaultianas de discurso, dispersão e outros, buscando na AD a melhor descrição referente a essa dispersão. Valio (2003) explicita que, quando optou pela AD, era seu objetivo se afastar das metodologias cartesianas e tradicionais.

Abrir-se-ia, então, a possibilidade de determinar os elementos que compõem os discursos, bem como o aparecimento de objetos de estudo, as enunciações, conceitos e transformações que vêm ocorrendo na área. Assim, Valio e Oliveira (2003) também coloca em pauta a definição de Michel Foucault para disciplina, ou seja, uma área determinada do conhecimento composta pelo conjunto dos enunciados constituintes da mesma formação discursiva, inseridos no processo histórico, onde o conjunto pode configurar uma disciplina em sua unidade total.

As autoras trabalham com a definição da CI como sendo um campo disciplinar oriundo de outras disciplinas como a Documentação, que se originou da Bibliografia que, por sua vez, foi sistematizada pela Biblioteconomia. Nessa conjuntura, a interdiscursividade, a intertextualidade e a polifonia são inerentes à área e acabam por privilegiar os estudos que têm como mote a Análise do Discurso. Para Valio e Oliveira (2003), todo discurso é resultado de processos históricos e se constitui a partir de outro discurso. Assim, a formação de seus objetos, métodos e teorias também estão vinculadas a essa contextualidade, sendo que as práticas discursivas colaboram para sedimentação, transmissão e fixação do conhecimento que vem sendo construído. Essas práticas discursivas são controladas, avaliadas e articuladas pelos que são denominados “autoridades da área” e é o conjunto de métodos, teorias e objetos que acaba por definir o discurso

bem como legitimar e institucionalizar o campo. Valio e Oliveira (2003) recorre a Foucault para enfatizar que

A arqueologia não descreve disciplinas. Estas, no máximo, em seu desdobramento manifesto, podem servir de iscas para a descrição das positivities; mas não lhe fixam limites: não lhe impõem recortes definitivos; não se encontram inalteradas no fim da análise; não se pode estabelecer relação biunívoca entre as disciplinas instituídas e as formações discursivas (FOUCAULT, 1997, p. 202 *apud* VALIO, e Oliveira 2003).

Para articular a arqueologia do saber e a AD e partindo das categorias de unidades de discurso; as formações discursivas; formação dos objetos; formação das modalidades enunciativas; formação dos conceitos e formação das estratégias, a autora teve como recorte reflexivo as produções científicas. Valio e Oliveira (2003) aporta suas ideias em outros dois autores, Wellisch e Schrader (*apud* VALIO e OLIVEIRA, 2003), que, por sua vez, também se debruçam sobre temas como a formação discursiva da CI, esclarecendo que Wellisch (1972) dedicou suas investigações à formação terminológica da área e Schrader (1983) a questões de conceituações e antecedentes históricos desses conceitos. Para realização de seus propósitos, fizeram extensa e exaustiva revisão bibliográfica. Wellisch, ao longo de sua pesquisa, identificou 39 definições para a CI, estabelecendo a frequência dos termos utilizados nas definições, além de combinações semânticas.

Schrader (1983, *apud* VALIO e OLIVEIRA 2003) desenvolve seus argumentos a partir da historicidade e cronologia da CI. De maneira resumida, o autor afirma que a primeira etapa para descrever um campo discursivo é conhecer suas expressões e entendê-las dentro de uma contextualidade própria ao campo. Schrader (1983, *apud* VALIO e OLIVEIRA 2003) afirma haver muita confusão e ambiguidade conceitual na área e Valio e Oliveira (2003) complementa.

As definições encontradas por Schrader são consideradas como um contraste entre a Ciência da Informação e a Biblioteconomia e a ciência da biblioteca. As expressões linguísticas, portanto, são vistas como confusão e não como possibilidade de estabelecer-se um domínio (VALIO e OLIVERA, 2003, p. 119).

Valio e Oliveira (2003) procura interpretar tais considerações a partir da característica interdisciplinar da área e pela multiplicidade paradigmática não só da CI como das ciências humanas como um todo. Além do que, a CI é um campo discursivo em construção e processual. Ainda é uma ciência nova, tema de inúmeras pesquisas que procuram determinar parâmetros e estatutos que a legitimem como área de conhecimento científico. Sendo assim, as trocas terminológicas e conceituais entre a CI, a Documentação, a Biblioteconomia, a Computação e outras são vistas como interações positivas que enriquecem todos os campos e não apenas a si. Mas é importante deixar claro que não são campos equivalentes, um não é sinônimo do outro, mesmo porque a CI vem se constituindo como uma disciplina independente dos outros campos com os quais estabelece diálogos.

Embora se aceitem trocas, empréstimos e diálogos diversos, é preciso localizar historicamente os conceitos, formações discursivas do campo e as condições de existência, uma vez que um mesmo termo pode ter significações completamente distintas, dependendo da conjuntura na qual é empregado. Assim, para demarcar o universo discursivo da CI, é preciso entender seus diálogos múltiplos, sua relação com outras áreas. Nesse aspecto, o sujeito do discurso se encontra em todos os vieses, sem nenhuma impessoalidade ou neutralidade processual. Os sujeitos dos discursos fazem parte e compõem o universo de pesquisa, das publicações, das escolhas temáticas, definem regras, excluem e incluem outros sujeitos, outros discursos. São persuasivos, argumentativos e subjetivos, principalmente se entrarem na pauta de questionamentos os contratos sociais estabelecidos, os credenciamentos concedidos e outras práticas sociais comuns à academia (VALIO e OLIVEIRA, 2003).

No entanto, é nos departamentos de pesquisa, nos periódicos científicos, nas dissertações de mestrado, teses de doutorado e ensaios acadêmicos que se documentam e legitimam os espaços onde os discursos podem ser proferidos. Para Valio e Oliveira (2003), os primeiros escritos da CI expressam o cuidado de se distinguir das práticas da Biblioteconomia, levando em consideração as ideologias presentes no tempo e espaço em que o campo vinha se constituído. Para a autora, não há dúvidas de que são discursos polifônicos, intertextuais conduzidos e credenciados pela comunidade acadêmica. Acrescentar-se-iam a essas produções as demandas governamentais. Além disso, para Valio e Oliveira (2003), objetos, temáticas, teorias da área ainda estão se estruturando, ao mesmo tempo em que procura responder às constantes e mutáveis demandas da sociedade do conhecimento.

A terminologia da Ciência da Informação tem-se constituído a partir dos discursos que buscaram conceituar a disciplina, delimitar o objeto de estudo, tratar da formação dos conceitos, buscar um modo próprio de enunciar as descobertas de um novo conhecimento e construir as estratégias de opções teóricas (VALIO e OLIVEIRA, 2003, p. 131).

Por fim, a autora conclui que a CI é um campo disciplinar discursivo e que não há necessidade de se questionar seu estatuto como tal. Faz-se necessário, antes disso, compreender sua trajetória e sua formação dentro da contemporaneidade, quando demandas e diálogos respondem a uma sociedade informacional.

Almeida (2005) é outro autor que teve a CI como objeto de estudo. Procurou analisar a pesquisa e a representação desse campo científico por parte dos pesquisadores. Partiu do pressuposto de que as representações são conhecimentos produzidos coletivamente e socialmente por uma comunidade inserida e envolvida em determinada área de saber. O autor teve como objetivo primordial conhecer essas representações e as formas como são expressas, para responder ao seu problema de pesquisa: “quais representações do campo da Ciência da Informação são operantes no discurso de um conjunto de pesquisadores em Ciência da Informação

brasileiros” (ALMEIDA, 2005, p. 23). Fez uso da pesquisa qualitativa no estudo dos discursos de pesquisadores em CI no Brasil.

Com objetivo de expor em quais discursos se fundamentam os pesquisadores, Almeida (2005) buscou evidenciar algumas ideias desenvolvidas pelos pioneiros da área, descobrir a problemática principal à qual se dedica esse campo de saber e seus colaboradores, as metodologias mais recorrentes e seus contextos de aplicabilidade e a seleção de teorias relevantes à área e sua episteme. Assim, pondera a respeito da escassez de estudos epistemológicos que esclareçam as bases teóricas do campo de conhecimento da CI. Para essa afirmação, o autor recorreu a dados indicados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Muitos autores respeitados na área, como Gonzalez de Gómez (2002), vêm chamando a atenção para o fato de que a indefinição de objetos de pesquisa e a ausência de trabalhos teóricos na área acabam por dificultar sua legitimação como ciência no Brasil. Para Barreto (2002, p. 18), a definição desse campo disciplinar perpassa os “princípios e práticas da criação, organização e distribuição da informação, bem como o estudo dos fluxos da informação desde a sua criação até a sua utilização, e sua transmissão ao receptor em uma variedade de formas, por meio de uma variedade de canais”.

Outro aspecto interessante na pesquisa de Almeida (2005) é a constatação de que algumas representações, como por exemplo, a definição de Ciência da Informação, dá-se de forma conflituosa entre os pares, principalmente no que se refere aos propósitos. Ainda que essas representações possam direcionar e serem apropriadas ou ainda influenciar discursos de outros profissionais inseridos no campo científico.

Outro autor que trabalha com a Bibliometria e as propostas foucaultianas no universo da Ciência da Informação, em seus aspectos

teóricos, é o bibliotecário e professor na *Rider university*, John Buschman (2010). Em seu artigo “Transgredir ou estagnar? Desafiando Foucault na Teoria da Bibliometria e Ciência da Informação”, o autor promove um debate sobre o quanto realmente as pesquisas, que apresentam como ferramenta a arqueologia do saber e a Bibliometria, vêm auxiliando a área na construção de sua teoria crítica. Reconhece que Foucault tem contribuído sobremaneira nesse quesito, mesmo porque as análises foucaultianas têm proporcionado se não a teoria, pelo menos a estruturação de projetos para tal. Buschman (2010) pontua que os conceitos de discurso, silêncio, dispersão, exclusão e outros recorrentes na arqueologia são caros à CI, principalmente quando se tem como objeto discursivo a informação, “artefato do cotidiano”.

O autor alerta para as chamadas de publicações e apresentação de trabalhos acadêmicos na área que vem sendo profundamente marcadas pelo pensamento foucaultiano, estabelecendo regras e aparatos nas temáticas de pesquisa. É preciso ressaltar que Buschman (2010) não pretende apontar quais são os autores ligados a Foucault na área da CI e sim o que este autor (Foucault) representa nos estudos teóricos do campo. Para Buschman (2010) Foucault “nunca apresentou [suas ideias] dentro de um modelo sistemático”, elas apenas sobrevoam os campos discursivos das ciências sociais aplicadas (BUSCHMAN, 2010).

As preocupações em definir teorias e conceitos próprios da área vêm acompanhando a trajetória da CI passando pelos sistemas de informação, indo do usuário à forma de uso e sentido informacional em toda a sociedade contemporânea. Nesse contexto, todos os campos discursivos são compostos pelos seus “falantes autorizados” (BUSCHMAN, 2010, p. 20). Isso não é diferente no interior disciplinar da CI, campo ainda relativamente pequeno, onde todos dialogam com todos, referenciam uns aos outros e se autorreferenciam constantemente. “Nós somos um campo pequeno, nos comunicamos o tempo todo, frequentamos as mesmas conferências e, talvez por isso, não haja muitas citações negativas; não queremos criticar muito uns aos outros” (OLSSON, 2004, *apud* BUSCHMAN 2010, p. 20).

O autor (2010) realiza um cuidadoso levantamento referente aos autores considerados autoridades em CI, ou seja, os clássicos da área que aprofundaram nos caminhos arqueológicos de Foucault. Entre outros, dois deles são enfatizados, Frohmann (1994) e Radford (2001), que, segundo Buschman (2010), estão engajados em projetos que levem à construção de uma teoria crítica no campo da CI, considerando que é preciso localizá-la “dentro dos sistemas atuais de poder e saber que constituem e mantêm todos os discursos e instituições da civilização ocidental contemporânea” (RADFORD; 2001, p. 325 *apud* BUSCHMAN 2010, p. 25).

Para Buschman (2010), é Radford que percorre caminhos análogos, principalmente ao propor iniciar as pesquisas pelo próprio discurso da área que, por si só, é um objeto possível de múltiplos questionamentos. Novamente volta-se a questão da citação, autocitação e outras práticas que definem discursos já ditos, comentados, com autores referindo-se uns aos outros constantemente e legitimando teorias, práticas e conceitos. Continua-se a “escrever no artigo escrito sobre o artigo anteriormente escrito e lido em um dado momento [...]”. O que é importante não é o que uma sentença significa, mas o que efetivamente aparece no artigo” (RADFORD, 2003, *apud* BUSCHMAN, 2010, p. 9). Radford (2001, *apud* BUSCHMAN 2010) pretendeu realizar uma arqueologia do saber da CI para além da mera constatação de como ela se tornou o que é, mas entender o porquê e em quais condições, sem reduzir esse discurso a elementos materiais ou institucionais. Na verdade, quer-se entrelaçar as análises justamente aos jogos de poder. “O discurso não age no sentido de dar ordem ao poder, ele é poder” (FOUCAULT, 2007).

Seguindo essa linha analítica, Buschman (2010) busca as contribuições de Frohman (2001) quando este afirma que é preciso ter consciência de que o campo ainda se encontra muito atrasado no que diz respeito às pesquisas de cunho qualitativo, e que o grupo de abordagens metodológicas da área tem se apresentado como um “conjunto frouxo”. Para Frohman (2001), as teorias que embasam a CI não esmeram pela reflexão,

não consideram o papel das instituições nos processos de sua constituição e legitimação e, muito menos, consideram a relação de saber/poder fortemente presente na trajetória do campo. Assim, para esse mesmo autor, as propostas foucaultianas poderão dar um novo sentido norteador a essas abordagens favorecendo uma maior consistência conceitual, contextual e histórica aos futuros estudos qualitativos. Somente o pensamento complexo proposto na arqueologia do saber, defendido por outros filósofos como Santos (2008) e Morin (2005), por exemplo, poderia dar conta de uma historicidade vista em diversos ângulos, com suas contradições, rupturas, continuidades etc. Em relação ao campo discursivo da CI, “credita a Foucault o fato de ter-nos forçado a reconhecer que não há um lugar de valores puros e que não há valor intocado pelo poder” (BUSCHMAN, 2010, p. 22).

Entretanto, para Buschman (2010), ao se fazer uso de outra ferramenta metodológica como a bibliometria, se aperceberá que o que se tem é um discurso tautológico, impregnado de autocitações e os mesmos autores citando sempre os outros mesmos autores, frequentando os mesmo espaços de emergências discursivas (seminários, periódicos, conferências e outros) e, talvez por isso, evitam-se as citações de contestação. Nesse sentido, Buschman (2010, p. 25) faz uma importante provocação aos pesquisadores da área: “Somente um pensamento complexo produz contradições produtivas”. Esse lugar da CI na contemporaneidade não é puro e intocável e é preciso ir para além dos limites tradicionais de pesquisa, percebendo a relação de saber e poder que formam os seus discursos.

No Brasil, outra autora que vem dedicando seus estudos no campo, a partir da análise do discurso, é a cientista política Lídia Silva de Freitas. Vários de seus artigos trabalham com a temática discursiva da CI e o crescente uso das propostas foucaultianas no entendimento da institucionalização, teoria e discurso não só na Biblioteconomia, como também no campo informacional como um todo. Freitas (2010), em artigo intitulado “A análise do discurso e o campo informacional: usos atuais e

alcance epistemológico: uma atualização”, parte das produções científicas em Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia, em âmbito nacional e internacional, realizando um intenso levantamento bibliográfico e buscando sistematizar as contribuições do que ela denomina AD foucaultiana. Para Freitas (2010), esse encontro disciplinar (CI e AD) deve-se muito ao fato de ambas terem em comum os objetos e questões, ou seja, a informação e a análise discursiva, lembrando que o campo empírico da CI é a produção científica, disseminação e acessibilidade informacional.

A autora define como AD foucaultiana a escola francesa desenvolvida por Pêcheux, baseada nos estudos de Foucault, Althusser e Lacan. Partindo da conceituação de Foucault para disciplina, ou seja, “conjuntos de enunciados que tomam emprestado modelos científicos sua organização” (FOUCAULT, 2007, p. 201), Freitas (2010) propõe voltar às análises para o passado tentando encontrar os traços conjunturais da CI, seus métodos, regras, proposições e sistematizações. Assim, ao fazer um levantamento dos trabalhos que têm como ferramenta metodológica e crítica a AD, a autora destaca alguns pesquisadores que realizaram estudos sistematizados nessa linha. São eles Budd e Raber (1996); Cordeiro (2004); Frohmann (1994, 2001), entre outros. Questões da ordem histórica, teórica, conceitual e prática e as potencialidades da AD na construção do campo como ciência, de maneiras pontuais e singulares, perpassam todos eles. E tem-se como premissa a informação, objeto de análise profundamente vinculado aos processos discursivos na sociedade contemporânea. Budd (2006, p. 65 *apud* FREITAS 2010) pontua sobre as importantes contribuições que a AD pode oferecer à CI como método de pesquisa, diferenciando a AD vinculada à linguística e aquela relacionada com questões sociais, culturais, econômicas e políticas. É nessa vertente, atribuída a Foucault, que as pesquisas vêm crescendo consideravelmente na área.

Para Freitas (2010), Frohmann é considerado o precursor do uso metodológico da AD foucaultiana na CI, para quem essa ferramenta

possibilita estudar o campo sob dois aspectos: as análises referentes ao corpo teórico da CI e suas práticas com enunciado. Estudos realizados no 5º ENANCIB (2003) apontaram que a segunda metodologia mais citada nos trabalhos apresentados foi a AD. Isso pode ser interpretado como indícios dos rumos que o campo discursivo vem tomando em suas pesquisas científicas.

Em outro artigo, “Sentidos da história e história dos sentidos da Ciência da Informação: um esboço arqueológico”, Freitas (2003) procura explicitar as emergências discursivas e institucionais da CI, apontando para o estranho fato de se ter poucas pesquisas de cunho histórico e social nesse espaço. Para ela, essa ausência se deve muito ao aspecto operacional da CI em seus fazeres pedagógicos, o que dificulta uma análise histórica e uma busca de sentidos para o campo. Sendo a CI um campo de saber recente, acaba por levar o historiador para análises de rompimento do passado e vislumbrar o que tornou o novo possível, quais fatores criaram condições de emergência de um novo discurso.

Embora o significado de informação seja antigo, a conceituação contemporânea é totalmente nova, principalmente no uso corrente e atual de expressões como revolução informacional, sociedade da informação e revolução gerencial. As práticas científicas e acadêmicas não podem ser desvinculadas desse conjunto e a historicidade que se apresenta até então desconsidera os processos que permitiram esse discurso. Industrialização e consolidação do capitalismo estão no cerne das demandas postas à nova ciência e necessitam ser caracterizadas e contextualizadas nos espaços de pesquisas históricas (FREITAS, 2003).

O papel da informação no período pós-guerra altera o estatuto da informação, que passa a ser estratégico e político, cabendo ao Estado-Nação a organização de centros de documentações e instituições capazes de lidar com a nova demanda. Não obstante, “observamos como quase invariavelmente os historiadores da CI, ao falarem das condições para seu

aparecimento e crescimento, terminam por listar, não os fatores histórico-sociais de fundo” (FREITAS 2003, s.p.). Órgãos com atuação em âmbito mundial como a *International Federation for Information and Documentation* (FID) e UNESCO foram responsáveis pela elaboração e institucionalização de muitos desses centros, vislumbrando o processo informacional muito mais que ferramentas estratégicas, reconhecendo-os como um bem imaterial para toda a humanidade. Portanto, deveriam ser acessíveis a todos de forma colaborativa. A *UNESCO's World Scientific Information Programme* (UNISIST) é um bom exemplo desse caráter de disseminação e colaboração internacional da informação científica.

Outro aspecto interessante abordado por Freitas (2003) é o lugar da CI entre os grandes campos científicos. Os próprios objetos pelos quais se debruçam seus pesquisadores dificultam localizar a CI dentro Ciências Sociais aplicadas. Ora a CI é vista como resultado de uma sociedade informacional, ora é colocada como promotora dessa sociedade. “Essa estranha ‘dialética’ histórico-sociológica vem perpassando os discursos da CI, demonstrando um embricamento [...] entre a sua constituição como disciplina e a construção de seu objeto” (FREITAS, 2003, s.p.). Ressalta-se também o forte apelo econômico para a legitimação da área fazendo com que aspectos culturais, sociais e humanos sejam relegados a outro plano. Seus valores se limitam à questão da produtividade (no sentido econômico e não da produção intelectual). Para a autora, a informação não é um fenômeno e sim um processo e deve ser vista como tal.

Eliel (2008), em seu artigo “Institucionalização da Ciência da Informação no Brasil: estudo da convergência entre a produção científica e os marcos regulatórios da área”, analisa as dissertações e teses. Para isso, usa das ferramentas da Cientometria e teve como referência os grupos temáticos da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação - ANCIB e os documentos da área da CAPES. Para a autora, o desenvolvimento das pós-graduações no país garante a institucionalização social e cognitiva da CI, uma vez que, no aspecto da

institucionalização, as criações de estruturas acadêmicas são mais que necessárias e essas dependem diretamente de órgãos governamentais. No caso do Brasil esses órgãos são representados pelo MEC e pela CAPES.

Outro ponto de reflexão da autora diz respeito ao que ela denomina de “origem” da CI localiza-a na Biblioteconomia e avança um pouco mais na questão quando pontua que a CI beneficiou-se das estruturas já sedimentadas da Biblioteconomia no engendramento e desenvolvimento social e cognitivo da nova área de conhecimento. Em seu levantamento bibliográfico, constatou que a literatura do campo mantém vínculos não apenas com as pós-graduações como também com os sistemas de informação, uma vez que buscou pela dinamização e potencialização do fluxo informacional referente à produção científica do País. A criação do IBBD no Brasil deixa claro que um novo cenário mundial vinha se constituído, tornando-se necessário o empenho do governo na sistematização da produção do conhecimento científico.

No entanto, do ponto de vista epistemológico, todo campo científico necessita de um sólido corpo teórico e metodológico para ser reconhecido como tal. Os departamentos, equipes de pesquisadores, publicações, seminários e congressos contribuem para o diálogo entre os profissionais que atuam na área. Além disso, os relatórios da CAPES, que foram analisados por Eliel (2008), mostram um lento movimento de produção intelectual. Consequentemente a CI apresenta sérias fragilidades em seu território teórico e metodológico. Para Eliel (2008), a CI exhibe estruturas acadêmicas fundamentadas e o mesmo não acontece em sua institucionalização cognitiva e social. É necessário promover reflexões teóricas e epistemológicas dentro do próprio campo e garantir pesquisas voltadas para esse fim.

No esforço de situar a CI no contexto das ciências humanas e refletir sobre teorias, temas e autores que norteiam esse campo disciplinar, Pierce (1992), no artigo “*Dead Germans and the theory of librarianship*”,

pondera sobre as formações teóricas que embasam a Ciência da Informação e como os autores clássicos das ciências humanas influenciam a área. A autora (1992) indaga sobre o que outros campos têm que a Ciência da Informação não tem; qual a fundamentação teórica da área; se a fundação dessa ciência pode ser reduzida à história de instituições ou materialidades. Há alguma história intelectual e de pensamento envolvida nessa fundamentação? Ela procura atentar para a responsabilidade dos profissionais e pesquisadores em CI em ter como prioridade a busca por respostas a tais indagações. Ainda complementa seu pensamento afirmando que não é apenas responsabilidade e sim interesse mister responder a importantes demandas para o saber constituído na CI.

A área da Ciência da Informação pode ser considerada uma das poucas que aceita estabelecer diálogos múltiplos em produções intelectuais baseadas em outros campos de conhecimentos. Não obstante, por muito tempo, pouca ou nenhuma atenção foi dada à sua história intelectual e, nesse sentido, segundo Pierce (1992), a história terá que ser reconstruída basicamente do nada. Indaga-se se essas questões continuam pertinentes atualmente.

Em suas pesquisas, a autora constatou que estudantes de pós-graduação americanos, brasileiros e europeus, em áreas diversas, normalmente têm como requisito básico e fundamental a leitura de clássicos alemães como Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Os cursos chamados de “Alemães Mortos” possuem um corpo teórico comum, que formam as tradições intelectuais das Ciências Humanas. Mesmo não abrindo mão de leituras mais recentes que variam de acordo com as indicações dos professores, esses estudantes e seus orientadores partem do princípio de que a teoria não é uma simples abstração, mas um corpo de conceitos, métodos e problemas de pesquisa que uma determinada disciplina desenvolve o tempo todo. Dessa forma, Pierce (1992) se propõe a investigar as seguintes questões: quais são autores clássicos da área? A

que materiais pertencem e em quais coleções? Como organizar e acessar esse material?

Já os cursos de pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação não dão o mesmo destaque aos clássicos. Aos seus estudantes são apresentadas várias abordagens sobre assuntos e autores contemporâneos, no entanto, lhes são negados estímulos e desafios intelectuais constantes nos pensamentos clássicos. Quem os lê tem mais possibilidades, ferramentas e argumentos dialógicos para lidar com as demandas apresentadas na contemporaneidade (PIERCE, 1992).

Sem dúvida, isso é fato, mas principalmente para aqueles estudantes que têm uma seleção de leituras limitada pelas políticas dos programas. Em sua pesquisa, Pierce (1992) observou que a maioria dos cursos (em torno de 24 instituições) apresenta um foco de discussão voltado para referências e catalogação, sendo que a literatura clássica não entra nessa categorização. Sua pesquisa também demonstrou que o quadro não se diferencia nos programas de pós-graduação na área de Ciência da Informação e Biblioteconomia. Segundo ela, os alunos desse nível de formação deveriam ter uma base fundamental e primordial de estudo dos clássicos. Essa pode ser uma das razões pelas quais estudantes de PhD estarem cada vez mais ignorantes em relação aos clássicos e se dedicarem apenas às tendências atuais.

Para alguns, a CI não apresenta saberes genuínos; para outros é uma área muito jovem para ter desenvolvido um corpo teórico próprio. Mas fato é que a CI, sendo tão jovem quanto a Sociologia (Marx, Weber e Durkheim são teóricos pertencentes ao final do século XIX e início do século XX), não se sustenta mais sobre esses argumentos. A teoria não está amarrada aos limites disciplinares e acadêmicos. É necessário o seu desenvolvimento (PIERCE, 1992).

Em artigo intitulado “Ciência da Informação: 32 anos (1972-2004) no caminho da história e horizontes de um periódico científico brasileiro”, Pinheiro; Bräscher e Burnier (2005) realizaram um estudo de cunho quantitativo e qualitativo tendo como referencial o periódico científico Ci. Inf. As autoras (2005) perpassaram pelas análises referentes à forma de organização da revista como sessões, padrões de publicação, avaliação e outros, denominado por elas de aspectos extrínsecos e pela sua caracterização no que diz respeito à produtividade de autores, temáticas recorrentes, análise de conteúdo dos artigos, disseminação do conhecimento ali produzido a partir da disponibilização da revista em formato eletrônico, dentre outros (denominado pelas autoras de aspectos intrínsecos).

Objetivaram realizar as análises sobre o “processo evolutivo da revista Ciência da Informação” observando os aspectos descritos acima, para que se pudesse traçar a trajetória da revista:

Tendo como pano de fundo o papel do periódico para a comunidade científica e o panorama histórico brasileiro de ciência, tecnologia e do setor de informação científica e tecnológica (ICT), enfatizando tanto a sua tradição quanto a modernidade, nos parâmetros da sociedade da informação (PINHEIRO; BRÄSCHER; BURNIER, 2005, p. 24).

É preciso esclarecer que o referido artigo resulta do projeto de pesquisa “Ciência da Informação no Brasil: historiografia de uma área do conhecimento contemporânea no cenário nacional”, apoiado pelo CNPq e coordenado por uma das autoras, Lena Vania Ribeiro Pinheiro, membro do IBICT. As autoras (PINHEIRO; BRÄSCHER; BURNIER, 2005, p. 23) apontam para os resultados da pesquisa, afirmando que esses “demonstram que o periódico Ciência da Informação (Ci. Inf.) é um espaço de discussão de temas relevantes e atuais da área, nos seus avanços, contribuindo para a consolidação e expansão da Ciência da Informação no Brasil.”

Pinheiro; Bräscher e Burnier (2005) iniciam o artigo dissertando sobre a importância dos periódicos científicos e seu papel no

“desenvolvimento” das ciências. Buscaram em Price o aporte na justificativa da escolha por esse tipo de documento de pesquisa.

O periódico científico e o artigo representam “*uma das inovações mais características e notáveis da revolução científica*”, e o artigo científico moderno é mais um “*instrumento social*”, e da função de propriedade intelectual decorre o seu aparecimento e manutenção (PRICE 1976a, p. 145 - 1976b, p. 42, *apud* PINHEIRO; BRÄSCHER; BURNIER, 2005, p. 23).

Quando se trata de periódicos científicos nacionais, as autoras afirmam que, na área de conhecimento da CI, a revista em questão apresenta destaque, posto a sua regularidade, tradição e importância reconhecida em âmbito mundial. Assim, no que diz respeito aos artigos, foram analisados temáticas, autores, idioma dos títulos, palavras-chave, resumos, editores, comitês editoriais, políticas editoriais, periodicidades, paginação e outros. Os dados foram coletados a partir dos próprios artigos e usou-se da proposta bibliométrica para tal. Pinheiro; Bräscher e Burnier (2005) afirmam que os estudos que lançam mão desse tipo de metodologia favorecem a avaliação da produção científica da área e podem vir a espelhar a trajetória do campo.

Para elas, um periódico científico sobrevive daquilo que vem sendo produzido pelos pesquisadores vinculados a uma determinada área de conhecimento e, conseqüentemente, os resultados das pesquisas no âmbito das pós-graduações são essenciais no desenvolvimento da mesma. Nesses espaços nascem os artigos científicos e são eles “matéria essencial de um periódico e sua característica principal” (PINHEIRO; BRÄSCHER; BURNIER, 2005, p. 24).

Ressaltam não só a importância desse tipo de estudo para as ciências como um todo e também a influência dos Estados Unidos da América na CI. As autoras chamam a atenção para a análise de periódicos:

Reconhecendo que os Estados Unidos são o berço da Ciência da Informação e país no qual a área apresenta maiores avanços, além da Inglaterra, saber da situação dos periódicos estrangeiros nesses países e no exterior, em geral, contribui para melhor compreensão do ciclo de vida do periódico brasileiro estudado (2005, p. 25).

Não obstante, as mesmas reconhecem as limitações de uma pesquisa que trabalha com análises quantitativas e têm como referencial um periódico científico. Para elas, há um significativo “‘grau de arbitrariedade’ de pesquisa dessa natureza”. As autoras (PINHEIRO; BRÄSCHER; BURNIER, 2005) reportam a tese de doutorado de Pinheiro (1997), que buscou “mapear o domínio epistemológico” da CI, a partir das disciplinas e/ou temas que a integram, tendo o *Annual Review of Information Science and Technology (ARIST)* como referência. Nessa pesquisa, Pinheiro (1997) aponta para o universo analisado de 137 periódicos internacionais no período 1966-1995, sendo que o único periódico brasileiro citado nesse intervalo de tempo foi a revista *Ciência da Informação (Ci. Inf.)*, mostrando a importância do mesmo.

Já em Neves e Melo (1980, *apud* PINHEIRO; BRÄSCHER; BURNIER, 2005, p. 25), o periódico *Ci. Inf.* aparece como um canal de diálogo científico capaz de disseminar pesquisas inéditas de trabalhos nacionais e internacionais. Principalmente no que se refere ao campo teórico da área, através da publicização dos resultados dos trabalhos realizados no mestrado. Isso evidencia a importância das relações dialógicas entre as pós-graduações, a produção de conhecimento e a disseminação do mesmo.

No ano de 2005, os pesquisadores brasileiros dispunham de dez periódicos na área de CI para publicar seus trabalhos acadêmicos e científicos. As autoras (2005) ressaltam os aspectos relacionados às dificuldades de sustentação e manutenção das revistas científicas no Brasil. Desde 1991 a revista *Ci. Inf.* participa do Programa de Apoio à Publicação Científica (SCT/PR, CNPq, FINEP, MCT).

Em se tratando de uma perspectiva contextual, Pinheiro, Bräscher e Burnier (2005) promovem uma reflexão sobre as condições históricas para o surgimento de um periódico científico voltado para C&T no País, no caso a revista Ci. Inf.

Nos anos 60, algumas transformações no panorama de C&T brasileiras ocorreram e são apontadas por Araújo (1985), entre as quais a “[...] preocupação com o desenvolvimento da produção mediante a utilização de C&T produzidas no Brasil” a implantação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e a mudança do Distrito Federal para Brasília, no Centro-Oeste, com nova separação espacial das estruturas de produção e de poder (PINHEIRO; BRÄSCHER; BURNIER, 2005, p. 32).

É no governo militar que nascem os espaços propícios para o desenvolvimento das políticas em C&T no País. Um marco foi a criação do curso de pós-graduação em Biblioteconomia pautado nas orientações americanas para a área em Ci. Esse curso partiu da ideologia de que a informação era condição essencial para o desenvolvimento nacional. Junta-se a isso a fundação do IBBD, em 1956, e sua transformação em IBICT em 1976. Pinheiro, Bräscher e Burnier (2005) chamam a atenção para o fato de que a fundação do IBBD foi influenciada pela UNESCO e que a sua transformação para IBICT se deu sob a influência do UNISIST e dos Centros Nacionais de informação Científica (Natis).

Ainda na década de 1970, aumentam, de forma contextual e planejada, as políticas públicas no setor. O governo apresenta e desenvolve os Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCTs) e os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs). Nesse cenário, o IBICT assume o lugar de coordenador do processo e “não somente de gerador de produtos e serviços de ICT, como no início” (p. 33). O periódico científico revista Ci. Inf. é “um dos produtos do Ibict consolidados”, com uma “trajetória de crescimento ininterrupto, o que demonstra o comprometimento do Ibict com a área da Ciência da Informação” (PINHEIRO; BRÄSCHER; BURNIER, 2005, p. 33).

Um aspecto, que merece ser mencionado neste espaço é que, assim como a autora desta tese, Pinheiro, Bräscher e Burnier (2005) observam a falta de padronização na estrutura da revista e em suas terminologias. Por exemplo, a resenha ora é denominada *recessões*, ora *resenhas* e, ao fim e ao cabo, trata-se do mesmo conteúdo abordado. As autoras afirmam que tais problemas precisam ser sanados, uma vez que a revista é fonte de referência de pesquisa na área de CI.

Nas palavras de Pinheiro, Bräscher e Burnier (2005, p. 34), não se deseja que o “periódico não passe por nenhuma modificação, ao longo dos anos, nem possa ser criada uma nova seção, mas o desejável é que mantenha um padrão estrutural e terminológico que, inclusive, identifique-o”. Elas citam, como exemplo, a modificação da denominação de *artigo* para *estudo*, na década de 1980, o que causou transtorno em interpretações de estudos quantitativos.

Outra informação importante apresentada pelas autoras diz respeito ao *International Standard Serials Number* (ISSN), cuja função é garantir que cada publicação tenha um registro único, apenas seu, como se fosse sua identidade. O uso do ISSN é definido pelo *International Standards Organization* – ISO 3297 e o IBICT é seu representante legal no Brasil. No caso da revista *Ci. Inf.*, a identificação foi cedida em 1976 (PINHEIRO; BRÄSCHER; BURNIER, 2005).

A pesquisa de Pinheiro Bräscher e Burnier (2005) aponta para um crescimento significativo na submissão de artigos para publicação, evidenciando o aumento da produção científica na área. A periodicidade do referido periódico passou de semestral para quadrimestral em 1992, com a maioria dos artigos publicados na língua portuguesa. Mesmo tendo a publicação dos títulos em inglês e português desde 1985, o texto é totalmente em português. Não obstante, os resumos foram editados sempre em português e em inglês (PINHEIRO; BRÄSCHER; BURNIER, 2005). Para as pesquisadoras, o fato de os resumos se apresentarem também em inglês

auxilia e favorece a disseminação, a indexação e a visibilidade dos artigos ali publicados.

Ao contrário de muitos periódicos, como o *Scientific American*, a *Lancet* – que mantém o mesmo padrão de capa, favorecendo assim certa identidade e identificação –, a revista *Ci. Inf.* manteve o mesmo padrão de capa até os anos de 1990, quando passou a apresentar capas ilustradas a partir das temáticas dos números editados. Também, ao longo dos anos de publicação, houve edições com temáticas direcionadas. A revista *Ci. Inf.* teve os seguintes números especiais e temáticos.

Quadro 5 Números especiais da revista *Ci. Inf.*

NÚMEROS ESPECIAIS			
ANO	VOLUME	NÚMERO	TEMA
1973	2	1	7º Congresso de Biblioteconomia e Documentação - Belém, 1973.
1990	19	32	Comemoração dos 20 anos do Mestrado em Ciência da Informação
1994	23	1	40 anos do IBICT e índice da Ciência da Informação,
			1972-1993
1995	24	1	25 anos da Pós-graduação do IBICT
1996	25	3	25 anos da revista Ciência da Informação
1999	28	1	45 anos do IBICT
2000	29	2	A sociedade da informação

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de Pinheiro; Bräscher e Burnier (2005).

Quadro 6 Números Temáticos

NÚMEROS TEMÁTICOS			
ANO	VOLUME	NÚMERO	TEMA
1991	20	1	Informação Tecnológica
1991	20	2	Universidade/empresa
1992	21	1	Meio ambiente
1993	22	1	MERCOSUL
1993	22	3	Saúde - AIDS
1995	24	2	Terminologia
1996	25	1	Informação Tecnológica
1997	26	2	Biblioteca Virtual
1997	26	3	Informação como recurso estratégico para a empresa
1998	27	2	Rumo à publicação eletrônica
1999	28	1	Gerência estratégica do conhecimento
1999	28	2	Políticas e gestão da Informação

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de Pinheiro; Bräscher e Burnier (2005).

O procedimento para definir esses números especiais ou as temáticas como padrão possibilitava privilegiar temas emergentes. Não obstante, ao mesmo tempo, isso poderia vir a limitar a composição dos números. Dito de outra forma, para Pinheiro, Bräscher e Burnier (2005), o fato de a revista ter deixado de publicar seus fascículos por temáticas ou números especiais propiciou maior abertura para diferentes demandas advindas da área.

Outro aspecto da revista levantado pelas autoras diz respeito à política editorial, normalmente estabelecida pela “instituição editora”, no caso o IBICT. Através das políticas editoriais definem-se avaliações, avaliadores, regras, parâmetros de publicação, números especiais, celebrativos e outros. Normalmente, essas políticas são propostas por sujeitos que são também membros da academia.

As autoras (PINHEIRO; BRÄSCHER; BURNIER, 2005) se reportam a Ziman (1979, p. 118), quando esse pontuava que “o carimbo de aprovação de uma nova disciplina é o aparecimento de uma revista especialmente dedicada aos interesses de seus expoentes. Ela representa

um ato de solidariedade e confraternidade e polariza o assunto”. Para Pinheiro, Bräscher e Burnier (2005), a revista *Ci. Inf.* sempre procurou traduzir questões, reflexões, pesquisas e demandas da área. Além disso, afirmam que as temáticas trabalhadas no Brasil são bem próximas do que vem sendo estudado no exterior. As diferenças se fazem nas questões de cunho sócio-histórico.

As autoras (2005) apontam que os temas de maior constância estão nos aspectos teóricos sobre a CI. Assim como na literatura internacional, temáticas como sistemas de informação, tecnologia da informação, sistemas de recuperação da informação, políticas de informação, necessidades e usos de informação, representação da informação também se fazem profusos. Concluem que as orientações tecnológicas predominam no exterior e questões de bases teóricas, gestão e política da informação perfazem a produção de artigos no país, abrindo parênteses para os temas vinculados à Bibliometria, muito presentes na década de 1970. Foi justamente nesse período que pesquisadores estrangeiros, como Tefko Saracevic, importante influência para a área, estiveram no País lecionando no mestrado em CI do IBBD. Outros temas também são recorrentes na literatura publicada na revista *Ci. Inf.* e são considerados pelas autoras retratos das demandas contemporâneas. São eles: gestão da informação, inteligência competitiva, bibliotecas digitais/virtuais.

Outra questão pontuada por Pinheiro, Bräscher e Burnier (2005) diz respeito aos campos disciplinares com os quais a CI dialoga. Para Saracevic (1992, 1999 *apud* PINHEIRO; BRÄSCHER; BURNIER, 2005, p. 42), a área estabelece uma relação interdisciplinar com Biblioteconomia, Ciência da Computação, Comunicação, ciência cognitiva, incluindo inteligência artificial. Tais constatações podem ser evidenciadas na constância de artigos voltados para temáticas como tecnologias da informação, sistemas e redes de informação, sistemas de recuperação da

informação e bibliotecas virtuais/digitais, bases de dados, processamento automático de linguagem e automação de bibliotecas.

As autoras destacam o registro do periódico em análise no Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN), disponibilizado a 191 bibliotecas brasileiras, o que, sem dúvida, contribui pra a disseminação do que vem sendo produzido no campo da CI, tanto no Brasil como no mundo. Além, é claro, de sua disponibilização eletrônica, de fácil e útil acessibilidade. Já em 1996, a partir de um trabalho interdisciplinar, a revista *Ci. Inf.*, através de sua equipe, começou a planejar a sua disponibilização completa em formato eletrônico, reproduzindo de maneira fidedigna a edição impressa da mesma (PINHEIRO; BRÄSCHER; BURNIER, 2005).

Em suas pesquisas, Pinheiro, Bräscher e Burnier (2005) verificaram que pesquisadores brasileiros em CI fazem bastante e constante uso da comunicação científica através de artigos publicados em periódicos da área. Citam Ziman (1979, p. 118, p. 129) quando esse afirma que “é extraordinário pensar que em linhas gerais uma publicação científica tenha mudado menos em quase trezentos anos, do que qualquer outro tipo de literatura [...]”. Mesmo com o advento da Internet e, principalmente, com a possibilidade de usá-la como suporte informacional na disseminação de periódicos científicos, ratificam-se os dizeres de Ziman (1979, p. 118, p. 129, apud PINHEIRO; BRÄSCHER; BURNIER, 2005, p. 50), para quem “as únicas instituições da comunidade científica que têm força e uma base sólida são as suas revistas científicas”.

Os procedimentos seculares, que se processam nas publicações desse tipo de documento, dialogam perfeitamente com as novas ferramentas informacionais, disponibilizando, aos mais diversos pesquisadores, materiais e recursos eletrônicos que podem agilizar a comunicação, a troca, a avaliação e a disseminação do conhecimento produzido em áreas de saberes múltiplos. Nesse contexto, a “revista *Ciência*

da Informação ganha visibilidade e universalidade no seu acesso” (PINHEIRO; BRÄSCHER; BURNIER, 2005, p. 51).

Como visto, muitos trabalhos percorreram caminhos similares ao desta tese. Antecederam e dialogaram com essa autora e os vieses de análise em muitos momentos se entrecruzaram, fundamentando as reflexões expostas ao longo do trabalho. Ao fim da revisão de bibliografia, dar-se-á início à terceira parte da tese com a exposição dos procedimentos metodológicos usados na coleta de dados, das análises decorrentes desses dados, bem como das reflexões e discussões referentes a essas decorrências.

TERCEIRA PARTE – A PESQUISA

8 MATERIAL E MÉTODO

O método requer um olhar entrecruzado e oblíquo, interligando os fatos, narrativas, experiências e contextualizando conceitos. Ultrapassando o seu sentido literal [...]. Seu objetivo é criar e não demonstrar, inaugurar linguagens e conceitos, expandir os sentidos que se interpretem e interpenetrem reciprocamente (BRANDÃO, 2005, apud DOMINGUES, 2005, p. 28).

Este capítulo fundamenta e descreve a metodologia que será empregada na reflexão e discussão do material de análise considerado nesta tese. Esclarece-se que, no intuito de melhor apresentar a leitura metodológica das propostas foucaultianas a partir dos resultados bibliométricos, o capítulo em questão será exposto em etapas divididas a partir do seguinte esquema: primeiro serão reapresentados o escopo geral da pesquisa, justificativa das escolhas, as categorias empíricas e hermenêuticas que foram usadas e em seguida o item 8.1 Bases metodológicas da pesquisa, com a descrição dos procedimentos e métodos na coleta, tratamento e análise dos dados. Desse item virão outros subitens como o 8.1.1 Formação de objetos (assuntos, temáticas presentes nos 704 artigos analisados, autores); 8.1.2 Lugares de enunciação (Instituições, políticas e ideologias); 8.1.3 Superfícies de emergência discursivas (espaços de disseminação dos discursos: publicações); 8.1.4 Instâncias das quais o conhecimento da área emerge (biblioteconomia, computação, comunicação, linguística e outros). Por fim, fechando a parte metodológica, o item 8.2 Limites dos trabalhos empíricos e metodológicos da pesquisa.

Dito isso, espera-se, neste tópico, empreender a apresentação de como se chegou aos enunciados que se revelaram em sua contextualidade histórica e inserção científica.

A parte empírica da pesquisa que embasou esta tese iniciou-se com os levantamentos bibliométricos, buscando-se o mapeamento de indícios históricos e objetivando demonstrar alguns aspectos da natureza de elementos e fatos que integram o universo discursivo trabalhado, ou seja, a

CI. Seguiu-se a análise arqueológica desses elementos encontrados na revista Ci. Inf., especificamente artigos e citações, no período que se inicia na década de 1950, com a fundação do IBBD, até o ano de 2007, quando o periódico comemorou trinta e cinco anos de atividades acadêmico-científicas. Ressalta-se que a revista Ci. Inf. foi fundada no ano de 1972, sendo assim serão 45 anos de história-memória e 35 anos de publicação científica analisados. Foram trabalhados trinta e seis (36) volumes e oitenta e seis (86) fascículos, sendo trinta e seis (36) deles semestrais, quarenta e oito (48) quadrimestrais e dois (2) fascículos anuais. Ao todo, teve-se 704 artigos, com 772 autores, 13.423 referências (10.682 desconsiderando as repetições) e 8.804 autores referenciados (desconsiderando as repetições).

Nesse primeiro aporte metodológico, juntamente com a análise de citações e análise do contexto de produção, buscaram-se, no material levantado, subsídios presentes na arqueologia foucaultiana, esclarecedores do processo de institucionalização da pesquisa em CI no Brasil. Assim, a partir do material empírico quantitativo, já referido, coletado em sessões editadas na revista Ci. Inf., foram verificados assuntos, temáticas, políticas e outros indícios que poderiam vir a ilustrar e aclarar questões ligadas a institucionalização e legitimação da CI no Brasil. Partiu-se, então, do pressuposto de que esse material detém insumos potenciais para delineamento de facetas do comportamento da literatura da área.

Outro aspecto que precisa ser salientado está no fato de que ambos os assuntos (revista Ci. Inf. e institucionalização do campo da CI) já foram bastante abordados em pesquisas e publicações no domínio da CI, como pôde ser verificado na revisão bibliográfica. Além disso, em muitos desses estudos, os autores fizeram uso de métodos bibliométricos, tal como propostas nesta tese. A presente pesquisa não é a primeira e única que se utiliza de tais expedientes, ou seja, tendo como análise um recorte da literatura e métodos quantitativos – também, provavelmente não será a última. No entanto, para além dos resultados estatísticos, as semelhanças aos estudos anteriores se limitam a esses aspectos de escolha dos objetos

e ao método bibliométrico. São as categorias hermenêuticas que estabelecem sua diferenciação. E torna-se importante dizer que foram esses conjuntos que operacionalizaram todas as avaliações, críticas, apreciações e exames efetivados neste universo de pesquisa. Explicitam-se a seguir as categorias de análises, juntamente com as categorias empíricas:

Categorias Hermenêuticas Arqueológicas⁴⁰:

- Poder
- Saber
- Verdade

Categorias Empíricas Bibliométricas:

- Artigos (autores, títulos, palavras-chave; resumos e outros): Sob essas abordagens, busca-se compreender a formação do objeto de pesquisa na CI, a partir dos estudos de comportamentos dos assuntos e temáticas trabalhados nos trinta e cinco anos estudados. Perscrutam-se os lugares de enunciação tendo como referência as instituições, as políticas vigentes, os fatos e entidades encontrados nesses dados.
- Citações (autores, tipos de publicações, ano, língua, periódico/evento e outros): Trabalhar-se-á com as superfícies de emergência discursivas visualizadas nas publicações, com as instâncias das quais o conhecimento da área emerge que podem ser vislumbradas na biblioteconomia, computação, comunicação, linguística, dentre outros.

As interpretações e reflexões realizadas se seguirão sob a égide do princípio da exterioridade, ou seja, aquele que parte do próprio discurso, tal como propõe Foucault. Outrossim, para efetivar e verticalizar a proposta

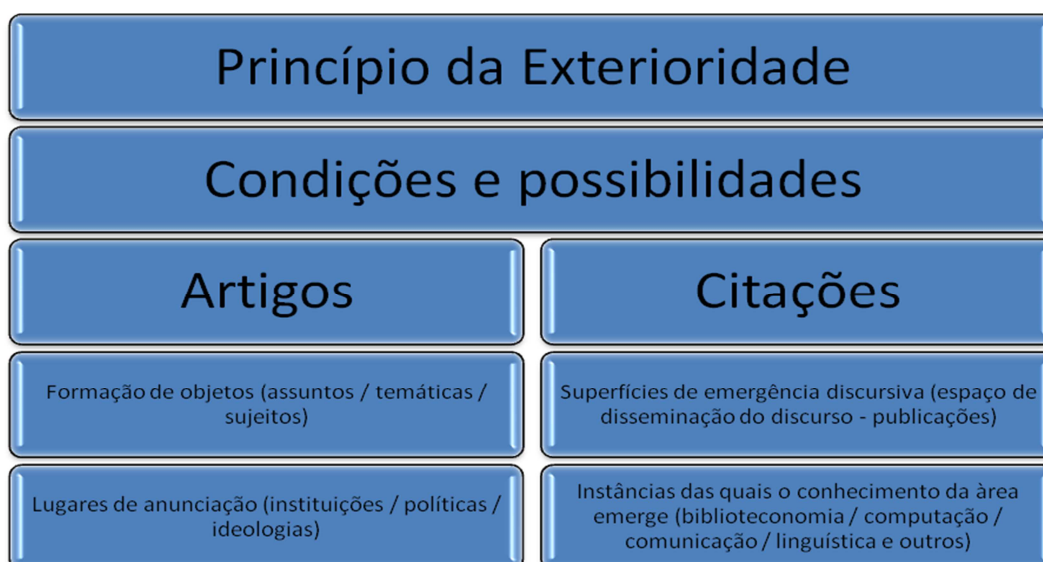
⁴⁰ Chama-se a atenção para o fato de que estas categorias foram trabalhadas no item 6.7 As categorias de análise: o conceito de poder; saber e verdade na literatura foucaultiana.

foucaultiana, estabeleceram-se outras subcategorias arqueológicas aplicáveis aos dados levantados:

- a formação de objetos (assuntos, temáticas presentes e recorrentes nos 704 artigos analisados);
- os lugares de enunciação (instituições, políticas, fatos e entidades);
- as superfícies de emergência discursivas (espaços de disseminação dos discursos: publicações);
- as instâncias das quais o conhecimento da área emerge (biblioteconomia, computação, comunicação, linguística e outros).

O diagrama abaixo demonstra a sinopse da proposição de uso do princípio da exterioridade foucaultiano neste estudo:

Figura 4 Diagrama do princípio da exterioridade



Fonte: Elaborado pela autora

Dessa forma, remete-se à assertiva de Pedro Demo quando este afirma que “[...] um dado pode dizer muito, se a teoria o fizer dizer; sem teoria, nada diz, porque sua voz não provém dele mesmo, mas da montagem teórica em que é apanhado” (DEMO, 2001, p. 46). E é na associação entre objeto, tema, pressuposto, arqueologia do saber e organização metodológica e seguindo-se a sua interpretação sob o prisma das categorias poder, saber e verdade, que busca-se por resultados que se somem aos estudos anteriores.

No mais, cumpre-se ressaltar que falar de institucionalização da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil, como já dito em outras oportunidades, é reportar-se naturalmente à história e memória do órgão governamental IBBD/IBICT e dos sujeitos que as compõem. Tal proposta, muito tem a ver com o pioneirismo de seus objetivos, pela missão de conduzir o desenvolvimento tecnológico do país, das interfaces necessárias e estabelecidas entre as bibliotecas, espaços de documentação, arquivos e acervos no Brasil e no mundo. Alfim, o que se objetivou foi uma maior contextualidade do objeto de pesquisa aqui trabalhado. Destaca-se também que a publicação científica, ou seja, a revista *Ci. Inf.*, objeto empírico da tese, esteve sempre sob a responsabilidade desse órgão federal. Trata-se de um “veículo de disseminação e desenvolvimento da Ciência da Informação no Brasil, bem como de divulgação das principais atividades do setor de informação científica e tecnológica” (Normas editoriais da revista, 2010 – Ver Anexo 4).

Igualmente necessária é a reafirmação de que esse periódico sempre apresentou regularidade de publicação pouco vista em revistas de cunho técnico-científico no País. Com uma periodicidade semestral até 1992, depois passando a quadrimestral, teve como exceção o ano de 1976, quando o IBBD passou por transformações, tornando-se IBICT, e em 1980, quando o órgão foi transferido da cidade do Rio de Janeiro para a cidade de Brasília (FORESTI, 1986). Outrossim, como foi explicitado em páginas anteriores, o periódico foi escolhido não apenas por ser a primeira revista

científica da área, mas também por ser um dos espaços de referência para debates, reflexões e diálogos entre os pesquisadores em CI no Brasil e no mundo.

Assim, partindo de propostas arqueológicas, pretende-se dar novas interpretações aos documentos históricos trabalhados (artigos, citações e contexto de produção). Isso porque, na visão da historiografia contemporânea, que tem na *École des Annales* seu referencial metodológico, tudo o que se diz do homem refere-se ao homem e representa seus fazeres sociais, devem ser objetos de pesquisa do historiador.

É nesse movimento da *École des Annales*, datado na década de 1930/40, que se verifica uma mudança por parte dos historiadores no que diz respeito à análise documental. Há um novo olhar historiográfico e uma nova noção de documento nesse contexto. Lucien Febvre e Marc Bloch, precursores dessa proposta historiográfica, buscavam por historicidades que iam além da visão positivista, ou seja, de forma simplista, aquela onde o documento falava por si só. Procuravam por uma história social e econômica, onde a geografia, a temporalidade, as regularidades, rupturas e permanências fossem objetos de pesquisas (LE GOFF, 1996).

Não obstante o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão. Longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações (MARC BLOCH, 1941-42, p. 29-30, *apud*, LE GOFF, 1996, p. 101).

Partindo dos documentos selecionados (artigos, citações e contextos), espera-se promover uma combinação de dois modos de saberes de naturezas diferenciadas, ou seja, estudos bibliométricos (ferramenta eficiente para a coleta ordenada de informações) e estudos arqueológicos

(análise qualitativa verticalizada). Com isso acredita-se poder provocar um efeito crítico e dinâmico nas análises empreendidas, uma vez que libera a Bibliometria de aplicações apenas descritivas, pautando-se em desafios foucaultianos, à procura de resultados inovadores. De acordo com Gonzalez Gómez (2009), essas ferramentas escolhidas para coleta e análise de dados podem ser bastante favoráveis à “realização de diferentes operações combinatórias e na oferta de representações sintéticas de grandes volumes de dados” (GÓMEZ, 2009, s. p).

De fato, a proposta metodológica apresenta, ao mesmo tempo, desafio e renovação ao considerar a Bibliometria (empíria) e o pensamento de Michel Foucault (interpretação). Nesse sentido, Gonzalez de Gómez (2009) afirma que “a objetivação procedimental da Bibliometria, ao exibir relações semântico-pragmáticas não visíveis ‘a olho nu’, oferece um espaço denso para trabalhar com a produção intelectual da Ciência da Informação em suas articulações internas e em suas relações contextuais”. Sendo assim, procurou-se integrar discursos, instituições e sujeitos, tendo como objetivo mais amplo contribuir para o levantamento de enunciados sobre o processo de institucionalização da Ciência da Informação no Brasil. Acreditando-se que tais procedimentos poderiam ser fundamentais para a compreensão de discursos, trajetórias e na compreensão da construção das práticas discursivas, escolhas, encaminhamentos e políticas, com cuidado evitou-se qualquer síntese acabada sobre o tema.

Embora se possa verificar que o método proposto para a pesquisa se respalda em Foucault, cumpre que sejam apresentadas algumas considerações esclarecedoras sobre a arqueologia do saber, como método de pesquisa, por parte do próprio autor, de outros autores e da responsável pelo presente estudo. No ano de 1977, Michel Foucault, em entrevista, afirmava que:

A Arqueologia do Saber não é um livro de metodologia. Não tem um método que se aplicaria do mesmo modo a domínios diferentes. Ao contrário, diria que é um mesmo campo de objetos que procuro isolar utilizando instrumentos encontrados ou forjados por mim, no momento exato que faço a minha pesquisa, mas sem privilegiar de modo algum o problema do método. Eu tateio, fabrico como posso instrumentos que são destinados a fazer objetos (FOUCAULT, 2006, p. 229).

Mesmo afirmando que a obra *Arqueologia do saber* não é um livro de métodos, ousa-se afirmar que a grande contribuição de Michel Foucault, no campo das ciências, foi de cunho metodológico, mesmo porque o autor nele descreveu minuciosamente seus métodos, apontando o como e o porquê de suas eleições. Nesse aspecto, também é preciso ressaltar que, ao contrário de muitas outras propostas e contextos metodológicos, Foucault não vê o método como um *a priori* de pesquisa. É o problema e a construção do objeto que fazem a pesquisa, que são o mote da pesquisa e o procedimento vai-se estruturando, anexando, construindo, tateando, dentre outros procedimentos. Pode-se defini-lo como um “método artesanal de pesquisa” (FERREIRA NETO, 2009).

Ao se compreender que é a partir do problema e do objeto que Foucault “fabrica” seus instrumentos de análise, também os caminhos metodológicos, as reflexões em torno do “como se fazer uma pesquisa” vão para além das descrições ou receituários.

A discussão metodológica merece ser reconhecida como elemento vital na produção do conhecimento e deve ser entendida de forma mais ampla [...]. A metodologia envolve importantes aspectos conceituais, éticos e políticos (FERREIRA NETO, 2008, p. 542).

Concorda-se com as indicações de Ferreira Neto (2008), uma vez que não se pretende tornar este estudo como um “mero meio de aplicabilidades das teorias foucaultianas – mera ilustração de um estudo bibliográfico” (FERREIRA NETO, p. 543). Pretende-se sim buscar pelos movimentos históricos que fizeram da CI um campo discursivo no País.

Posto que os conhecimentos sejam construtos sociais, com seus desdobramentos, relações de saberes, poderes, institucionalização de verdades, também passíveis das subjetividades dos sujeitos que as operam, seria não apenas interessante como também importante captar esse movimento. Ou seja, a relação dos sujeitos (pesquisadores, autores, produtores e outros) com o seu meio de ação (campo discursivo).

Para Foucault o resultado de uma pesquisa deve ser mais que um livro, deve ser instrumentos discursivos portadores de uma materialidade própria, capazes de produzirem efeitos que ultrapassem a intencionalidade do autor. [...]. Pesquisamos não apenas para caracterizar certo estado das coisas, mas buscamos as linhas de vulnerabilidade de nossa atualidade, de modo a promover espaços de “Transformações possíveis” (FERREIRA NETO, 2008, p. 544).

Enfocando objetos de estudos dinâmicos, sem se deixar conhecer e profundamente inseridos no contexto social contemporâneo, a Ciência da Informação tem o desafio de promover pesquisas arqueológicas que deem conta de seus princípios explicativos. Também, de apresentar novos procedimentos metodológicos (teoria e arte) e que evidenciem em quais disciplinas respaldam suas referências e seus espaços de legitimação. Em última instância, é “um esforço de verticalização, procurando mapear objetos e problemáticas.” (FLAMARION, 1997, p. 22).

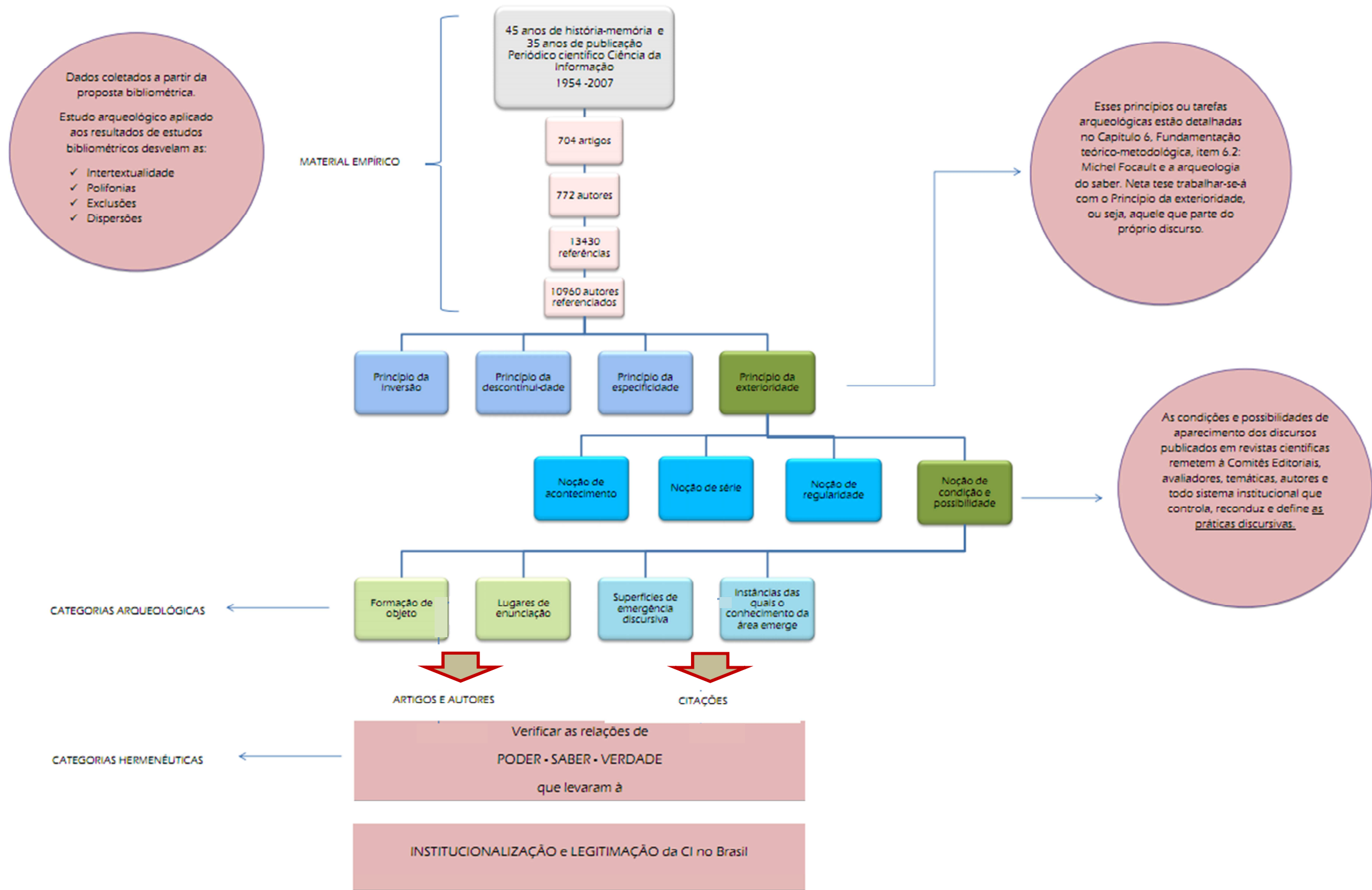
Possivelmente, os caminhos metodológicos escolhidos favoreceram o alcance dos objetivos propostos nesta tese, que foram investigar e identificar historicamente a institucionalização da CI no Brasil, a partir da análise arqueológica dos elementos e entidades encontrados na revista científica Ci. Inf. Buscou-se contextualizar a história, preservar passados, resgatar a memória de diferentes grupos de pesquisa em CI no Brasil.

Partindo da premissa de que a história arqueológica questiona a linearidade, a continuidade, a universalidade e uma única contextualidade em estudos sociais e históricos, busca-se por novas leituras e abordagens dos documentos escolhidos neste espaço de trabalho. A arqueologia do

saber amplia a noção de documento presente na historiografia tradicional e nas ideologias positivistas; recusando-se a uma história teleológica e trajetórias progressivas na CI, tem-se no próprio documento insumos de estudos arqueológicos, uma vez que são eles próprios produtos e reflexos de uma dada época.

Em suma, o objeto de estudo da pesquisa abrange os fascículos publicados no periódico Ci. Inf., especificamente artigos e citações, que formam verdadeiras redes de conhecimentos científicos e instituídos na Ciência da Informação no Brasil. Como se trata de um estudo arqueológico bastante verticalizado, é importante detalhar os procedimentos de coleta dos materiais, as séries estabelecidas e as categorias que foram selecionadas. Dada a sua complexidade, considerou-se importante e interessante apresentá-lo no formato que se vê na próxima página:

Figura 5 Diagrama Empírico-Metodológico da Tese



Fonte: Elaborado pela autora

Esse diagrama teve como objetivo demonstrar toda a construção metodológica desta tese, descrita tanto nos parágrafos anteriores bem como nos que se seguem. Ele exhibe, de maneira panorâmica, as relações estabelecidas entre as categorias foucaultianas escolhidas, as categorias empíricas alcançadas a partir dos estudos bibliométricos e os diálogos propostos entre as teorias apresentadas nos capítulos 6 e 7 perscrutando a respeito da institucionalização e legitimação do campo discursivo da CI.

Posto isso, encaminha-se para o item seguinte: Bases metodológicas da pesquisa, que descreve os procedimento e métodos usados na pesquisa.

8.1 Bases metodológicas da pesquisa

Os dados informacionais foram separados inicialmente por ano, volume e números do periódico analisado. Posteriormente foram selecionados, em cada número indicado, apenas os artigos, intitulados “artigos originais” e as referências de citações bibliográficas desses artigos.

Abrem-se aqui parênteses para informar que, embora constantes nas citações ou referências bibliográficas e contabilizadas nos artigos originais, os comentários, indicações de leituras, obras citadas (*opus citatum*, *opere citato* ou *op. Cit.*) ou ainda, referências subsequentes, de um mesmo autor, em página diferente, de uma mesma obra (*ibidem* ou *ibid.* ou *idem* ou *id*) foram retirados e não constam na contagem final do número total de referências aqui apresentado.

No que diz respeito aos artigos, foram trabalhadas as seguintes informações:

- Títulos dos artigos
- Palavras-chave de cada artigo

- Resumos
- Autores
- Titulação acadêmica
- Vínculos institucionais de cada autor

Já na vertente das citações, as mesmas foram separadas e trabalhadas em:

Autores dos trabalhos citados

- Fontes de publicações (editora, periódico, local e ano)
- Anos de publicações
- Formatos das publicações (impresso ou digital)
- Língua em que foi publicado o documento citado (português, inglês, francês, espanhol, alemão e outras)
- Tipo do documento citado (livro, revista científica completa, manuais, guias, capítulos, prelo, mimeografados, catálogos; artigos, capítulos, boletins, anuais, informativos; teses, dissertações, monografias, notas de aula, comunicações pessoais, *power points*, trabalhos de conclusão de curso, resenhas, resumos; trabalhos finais de disciplinas, comentários; projetos e pesquisas; congressos, seminários, conferências, encontros, reuniões, palestras, simpósios reportagens; *papers*, trabalhos apresentados, anais; legislações, documentos oficiais, deliberações, ONU, UNESCO, FID; relatórios técnicos e direcionados a órgãos oficiais; jornais diários, revistas semanais; In: referência de outras obras, citações de citações; *sites*, *homepages*, portais eletrônicos).

A primeira amostragem dos artigos selecionados (originais) foi coletada em Word, depois transferida para o bloco de rascunho (txt). Todo

esse material foi separado nas categorias supracitadas. Posteriormente foram transferidas ora para planilhas de Excel ora diretamente para um banco de dados, elaborado especialmente para leitura desses materiais e que contou com apoio tecnológico do aluno de doutorado da Escola Ciência da Informação (ECI/UFMG) Leonardo Barbosa Morais⁴¹. O Access foi a ferramenta utilizada na construção desse banco de dados e optou-se por ela por ser um software fácil de usar e que contém muitos recursos que facilitam o manuseio dos dados. Esse software proporciona os cruzamentos de informações, comparações, contagens, estatísticas que seriam praticamente impossíveis no formato do Word – ainda mais considerando o tamanho da amostra. Nesse sentido, o programa do Access foi escolhido justamente pela simplicidade e facilidade de uso, mesmo para aqueles que não apresentam intimidade com o manuseio desse tipo de ferramenta. Assim, buscou-se permitir a organização e o tratamento dos dados que estavam digitados de maneira não estruturada em dois formatos: 1 - planilha de Excel e 2 - arquivos Word. Considerando que ambas as estruturas usaram de fonte primária, ou seja, a revista Ci. Inf.

Esses procedimentos foram repetidos em todos os artigos e em suas respectivas referências bibliográficas, no intervalo de 1972/2007. No final desta etapa de coleta dos dados, obteve-se um novo quadro, que corresponde aos fascículos publicados em 1972 e repetidos a cada ano do periódico analisado.

Também foram coletados, em planilhas de Excel, os componentes das equipes de comissões editoriais do período trabalhado, bem como os editores e avaliadores (pareceristas), além da relação artigos entregues para avaliação e artigos reprovados e/ou publicados. Observa-se que nem todos os fascículos (números) trouxeram essas informações, assim buscou-se por esses dados diretamente nas revistas impressas e/ou com alguns membros

⁴¹ Nos Apêndices 2 e 3, encontra-se o exemplo da forma como foram coletadas as informações.

do IBICT, como o Professor Luiz Antônio Gonçalves da Silva, ex-diretor da instituição.

Após essas etapas ficaram estabelecidas as séries que iriam conduzir algumas partes das análises arqueológicas da pesquisa. Nesse sentido, os períodos de gestão dos presidentes/diretores do IBBD/IBICT foram ponto de partida, uma vez que são cargos indicados e que na maioria das vezes coincidem com mudanças de governos, ministérios, secretarias em âmbito federal, podendo sinalizar para as opções políticas, ideológicas de temáticas, autores, dentre outras. O quadro que se segue apresenta os presidentes-diretores desse período e as séries estabelecidas por esta pesquisadora:

Quadro 7 Presidentes – Diretores do IBBD/IBICT
Séries 1972 - 2007

SÉRIE	PERÍODO	PRESIDENTE - DIRETOR	VOLUME	NÚMERO
	18/12/1972 - 04/05/1975	Hagar Espanha Gomes (presidente)	04	08
	25/03/1976 - 30/04/1977	Jose Adolfo Vencovsky (diretor)	02	03
1°	05/1977 - 07/1979	Carlos Augusto Albuquerque (diretor)	03	03
	05/07/1979	Rosalvo Mariano da silva (diretor designado)	01	02
	26/11/1979 - 05/12/1980	Paulo de Sousa Moraes (diretor)	01	02
	03/12/1980 - 1981	Afrânio Carvalho Aguiar (diretor)	01	02
	TOTAIS		12	20
SÉRIE	PERÍODO	PRESIDENTE - DIRETOR	VOLUME	NÚMERO
	18/03/1982 - 1/07/19885	Yone Sepulveda Chastinet (diretor)	04	07
2°	03/07/1985 - 15/09/1989	Antonio Agenor Briquet de Lemos (diretor)	05	08
	18/09/1989 - 18/05/1990	Luiz Antônio Gonçalves da Silva (diretor)	02	02
	29/08/1990 - 11/11/1992	Antônio Lisboa de Carvalho Miranda (diretor)	03	06
	TOTAIS		14	0
SÉRIE	PERÍODO	PRESIDENTE - DIRETOR	VOLUME	NÚMERO
	07/12/1992 - 01/09/1999	Jose Rincon Ferreira (diretor)	07 s	21
3°	Totais		7	0
SÉRIE	PERÍODO	PRESIDENTE - DIRETOR	VOLUME	NÚMERO
	28/08/2000 - 13/03/2001	Carlos Américo Pacheco (diretor)	01	03
	13/03/2001 - 29/12/2001	Almiro Blumenchein (diretor)	01	03
	29/12/2001 - 06/11/2002	Elói de Souza Garcia (diretor)	01	03
4°	06/11/2002 - 20/06/2003	Marisa brascher basílio medeiros (diretor)	01	02
	23/6/2003 - 29/04/2004	Nilson Lemos Lage (diretor)	02	02
	29/04/2004	Paulo Blanco Barroso (diretor nomeado)	01	02
	13/4/2005 - 2007	Emir José Suaiden (diretor nomeado)	03	09
	TOTAIS		10	24

Fonte: Elaborado pela autora a partir do acervo pessoal do Professor Luiz Antônio Gonçalves da Silva, cedido a esta pesquisadora.

A escolha pelas séries de análise se deu de forma a buscar maior aproximação entre volumes, fascículos (números) e décadas. Também se procurou não fragmentar os períodos de gestão, ou seja, não estabelecer recortes entre volumes, fascículos (números), anos e gestões. Dessa maneira, o período compreendido entre 1972 e 2007, foi analisado pelo número de volumes e fascículos aproximados, gestões completas e décadas, favorecendo assim um melhor entendimento nas relações de saber, poder e verdade, seguindo os requisitos dos estudos arqueológicos propostos por Michel Foucault.

Observa-se, nas divisões das séries, que a gestão de José Rincon Ferreira ocupou uma série de análise completa e única, dado o número de anos na direção do IBICT (7 anos) e o número de volumes (7 volumes) e fascículos (21 fascículos) que foram publicados nesse período⁴². As séries de análise do primeiro item (a formação de objetos - assuntos, temáticas) ficaram estabelecidas da seguinte forma: 1º Série: 1972 a 1981; 2º Série: 1982 a 1992; 3º Série: 1993 a 1999 e 4º Série 2000 a 2007.

Postas essas questões e considerando as análises que foram divididas em dois tempos, pode-se resumir a proposta do material empírico da seguinte forma:

- Os artigos, onde foram avaliados autores, titulações, vínculos institucionais, títulos dos artigos, palavras-chave e resumos.
- As citações de cada artigo, considerando autor, títulos, língua, tipologia, ano, formato e as demais categorias descritas em parágrafos anteriores.

Acompanhar a estrutura complexa do pensamento arqueológico de Michel Foucault não é das tarefas mais simples. Assim, muitas vezes

⁴² Informações gerais referentes à formação (titulação) e vínculos institucionais dos presidentes/diretores listados no Quadro 8, encontram-se no Apêndice 4, na medida em que foi possível ter acesso aos registros dos mesmos. São referências importantes no que diz respeito aos sujeitos e espaços institucionais ocupados por eles (CNPq, 2012). Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>>.

torna-se necessário ir e voltar nas definições de categorias e suas conceituações. E quando se optou pelas categorias de análises pautadas no princípio da exterioridade foucaultiana (partindo do próprio discurso e de sua regularidade), fez-se, nesta tese, o uso de uma das noções reguladoras, denominada “noção de condição e possibilidade⁴³”. Essa noção faz parte de um conjunto de três outras noções reguladoras do discurso, ou seja: noção de acontecimento; noção de série e noção de regularidade. Essa escolha metodológica permitiu determinar outras subdivisões ou outros subgrupos, como, por exemplo, membros das comissões editoriais da revista, pareceristas dos artigos e outros. Isso fez com que fosse possível estabelecer as redes relacionais de saber, poder e produção de verdade, assinalando as propostas foucaultianas.

Dessa forma foi possível estender as possibilidades analíticas a trajetórias, comportamentos de publicações, códigos e procedimentos que caracterizam um periódico científico, bem como favorecer a leitura das rupturas, discontinuidades, mudanças e outros. A partir dos princípios e noções escolhidos, das categorias arqueológicas e bibliométricas, tudo analisado à luz das categorias hermenêuticas, buscou-se encontrar respostas para as questões elencadas na introdução da pesquisa, bem como levantar enunciados novos sobre a institucionalização da CI no Brasil.

Nos próximos subitens, foram apresentadas as descrições metodológicas de cada item das categorias que serão trabalhadas no capítulo 9 - Resultados e discussões.

⁴³ Ver mais sobre essas noções no capítulo 6 - Fundamentação teórico-metodológica, item 6.2 Michel Foucault e a arqueologia do saber.

8.1.1 Formação de objeto (assuntos e autores)

Neste tópico, o que irá caracterizar a formação dos objetos de pesquisa do campo serão os assuntos, temáticas, autores e suas relações dialógicas com espaços institucionais e acadêmicos. Assim, foram analisadas as temáticas mais recorrentes a partir do Quadro 2 - Categorias Temáticas, referente aos temas escolhidos e especificados no item 6.9.1. Esse quadro apresenta as 19 temáticas escolhidas e o que elas dizem a respeito aos assuntos trabalhados no campo discursivo da CI.

Por questões metodológicas, essas temáticas foram divididas em 19 modalidades, no sentido de facilitar não só o favorecimento da leitura e tabulação de dados como também o entendimento das questões vinculadas à formação do objeto. As dezenove temáticas escolhidas estão exposta a seguir:

Quadro 8 Temas gerais trabalhados

TEMAS	
1.	Teoria da Ciência da Informação/Teoria Geral
2.	Necessidade e Uso da Informação
3.	Representação da Informação/Linguagem Controlada/indexação/terminologia linguística
4.	Gestão da Informação (Seleção, recuperação, organização, tratamento e disponibilização da Informação) e Disseminação da Informação/Troca/transferência e acesso
5.	Políticas informacionais - C&T
6.	Sistemas de recuperação da Informação/ ferramentas de busca:
7.	Tecnologia da Informação/Redes/ Inteligência artificial
8.	Base de dados
9.	Automação de Bibliotecas
10.	Bibliometria/Cientometria/ Webmetria
11.	Metodologias de pesquisa em CI
12.	Formação Profissional/profissional da Informação
13.	Historicidade da área
14.	Biblioteconomia, Biblioteca, Bibliografia, Documentação
15.	Sistemas de informação
16.	Usuários/sujeitos/bibliotecários
17.	Informação e comunicação científica/avaliação/fluxo
18.	Informação/Conhecimento/Modernidade/Ideologia/Sociedade
19.	Cultura e inovação Informacional/Informação e Negócios

Fonte: Elaborado pela autora

Para alocar cada artigo em uma ou até três temáticas diferentes fez-se uso dos títulos e das palavras-chave de cada um deles. É preciso ressaltar que, em muitas das vezes, a partir da análise do título e das

palavras-chave o artigo se alocou em mais de uma temática, isso porque poderia se tratar de um artigo referente à automação de bibliotecas e formação do profissional da informação, por exemplo; ou ainda de tecnologias da informação, bases de dados e automação de bibliotecas, entre outros. No entanto, foi preciso manter as categorias em distinção porque apesar de serem temas que podem se correlacionar podem também não o ser. Assim, o artigo pôde ser localizado em muitas delas, em conjugação com outros ou apenas em uma. Enfim, as possibilidades foram múltiplas e exploradas. Também se considerou, neste tópico, as séries preestabelecidas e apresentadas no tópico 6.9.

Ressalta-se que foram norteadores das escolhas temáticas os títulos e as palavras-chave de cada artigo e, nesse sentido, as definições e conceituações das temáticas se tornaram uma eficiente ferramenta na orientação do estudo que pretendeu perscrutar a formação dos objetos de pesquisa que compõem a CI. Outrossim, foram objetos de análises neste item os números especiais da revista Ci. Inf. e os autores que tiveram quatro ou mais artigos publicados ao longo do período estudado.

8.1.2 Lugares de enunciação (Instituições, políticas e ideologias)

Nos processos de construção e constituição do conhecimento, sejam quais forem os campos, as instituições e políticas que os amparam são essenciais para a sua legitimação e institucionalização. Todos esses procedimentos (construção, constituição, legitimação e institucionalização) são perpassados por múltiplos ideais, relações de poderes, missões institucionais, dentre outros. Assim, os dados relacionados a este item foram coletados com intuito de evidenciar os lugares acadêmicos e sociais dos autores que tiveram quatro ou mais artigos publicados no período analisado. Salienta-se que dos 772 autores, 30 deles, ou seja, em torno de 4%, são responsáveis por 22,59% (155 artigos) do total de 704 artigos.

Também foram analisadas as equipes editoriais da revista, diretorias/presidências do IBICT, pareceristas e outros. Assim, neste tópico, as análises foram realizadas a partir dos dados indicados pelos vínculos institucionais dos autores mais produtivos, bem como o lugar de origem acadêmica relacionado à formação de cada um deles.

Juntamente com este levantamento e outras informações referentes aos pareceristas dos artigos publicados no periódico, além de presidentes do IBICT, vínculos institucionais, acadêmicos e outros, tornou-se possível o estabelecimento de redes capazes de apontar para os espaços de legitimidade da CI no país. Ou seja, onde os pesquisadores buscam validar empírica e teoricamente seus discursos. Essa análise contextual se justifica ao se retomarem as palavras do próprio Foucault: “[...] o sistema que liga, entre si, todos esses campos de coexistência”. Seria “definir a maneira pela qual são institucionalizados, recebidos, empregados, reutilizados, combinados entre si” (FOUCAULT, 2007, p. 151). Além, disso, consideraram-se, de forma panorâmica, as análises das políticas de publicação constantes no sítio eletrônico do periódico em questão.

8.1.3 Superfícies de emergência discursivas (espaços de disseminação dos discursos: publicações)

Nesta messe, objetivou-se estabelecer uma rede de informações que revelassem os lugares de referência e de disseminação do discurso, abrangendo o tempo, o espaço e as influências. Em outras palavras, pretendeu-se chegar a uma descrição que extrapolasse a mera enumeração de fatos, autores (precursores) ou tendências, mas que se pudessem evidenciar algumas características que corroboraram para a institucionalização do campo. Assim, foram discutidos os espaços de publicações, suas relações com a língua, tipos de publicações, formato, ano de publicação das citações, autores mais citados, quantidade de citações

por autor e relação de autores mais produtivos com aqueles mais citados. Em suma, procurou-se estabelecer toda uma contextura relacional que se forma a partir dos dados.

Essas análises aconteceram a partir das citações e referências bibliográficas indicadas nos 704 artigos e referendadas pelos 772 autores desses artigos. As informações coletadas e trabalhadas neste item buscaram explicitar o comportamento dos autores ao procurar por respaldo em seus artigos. Ressalta-se que a representatividade acadêmica, simbólica e legitimadora das citações e referências bibliográficas foi discutida anteriormente, nesta tese. Postas as questões, cumpre-se informar que foram elaborados quadros e tabelas para que se pudesse melhor visualizar os resultados do estudo e os mesmos serão apresentados no item 9.3 - As superfícies de emergência discursiva.

8.1.4 Instâncias das quais o conhecimento da área emerge (biblioteconomia, computação; comunicação, linguísticas e outros)

Neste tópico trabalhar-se-á com a formação acadêmica e as experiências profissionais dos autores mais citados pelos autores dos 704 artigos que foram publicados na revista Ci. Inf. no período analisado. A partir disso, realizar-se-á um contraponto com autores mais produtivos deste mesmo período, cujas biografias resumidas já foram expostas em itens anteriores. Assim, buscar-se-á estabelecer uma organização onde possam ser verificados os espaços acadêmicos e profissionais e de qual lugar social o conhecimento da área de CI emerge no Brasil.

Isso porque, é dessas instâncias que emergem as práticas discursivas, suas relações dialógicas, influências e produções de verdades científicas da CI no País. A literatura discutida no capítulo 7 - Revisão de bibliografia: o apriorismo literário, aponta para um forte debate que tem

como questão os elementos que marcam a CI. Para alguns a CI é balizada por um saber operacional e para outros é uma ciência voltada para a informação, sua inserção e prática social, portanto está para além das meras questões de operação. Essa mesma literatura aponta também para a Biblioteconomia, a Arquivística e a Documentação como grandes e predominantes influências na área. Tais assertivas poderão ser verificadas nas análises dos dados propostos.

8.2 Os limites dos trabalhos empíricos e metodológicos da pesquisa

Uma das questões que precisa ser pontuada neste capítulo de material e método refere-se às dificuldades encontradas no momento de homogeneizar as informações a fim de dispô-las no banco de dados. Percebe-se atualmente uma evolução, uma maior preocupação e cuidado nas padronizações dos materiais publicados na revista *Ci. Inf.*, principalmente a partir da década de 80, com um preciosismo acadêmico estabelecido nas políticas e normas editoriais, que foram se adequando ao universo das pesquisas empíricas.

Não obstante, nos 35 anos de análise deparou-se com diversas irregularidades nas padronizações dos artigos e suas referências. Por exemplo, portais eletrônicos, *sites*, páginas na *web* aparecem sem as devidas datas de acesso ou foram publicadas de forma incompleta. Alguns autores e obras que serviram de referência para vários artigos foram citados de formas completamente diferentes umas das outras, tanto no que diz respeito aos títulos, como ao nome, datas, locais de publicação e outros.

Assim, no momento de transferir as informações para o banco de dados, procurou-se uniformizar ao máximo essas informações. Esse procedimento foi feito tanto com os 772 autores dos artigos como com os 8.804 autores que foram citados nas referências bibliográficas,

desconsiderando as repetições, bem como as 10.688 citações, também desconsiderando as repetições.

Deparou-se ainda com comentários e indicações bibliográficas contabilizados e listados junto às referências finais. Esses comentários e indicações apresentaram-se de maneira incorreta e incompleta, sem datas, local e outras informações definidas pela Associação de Normas e Técnicas (ABNT). Assim, optou-se por retirá-los da soma final de 13.423 referências analisadas.

Avaliando o tamanho da amostra e os anos a que se propôs analisar, pode-se perceber que homogeneizar as informações para o banco de dados foi um trabalho hercúleo e não isento de limitações humanas. Foram longos, detalhados e demorados os fazeres de organização e tratamento dessas informações. Mas a própria proposta arqueológica, tal como empreendida nesta tese e respaldada nos estudos bibliométricos, requer tais comportamentos metodológicos e não se furtou dessas dinâmicas, ao longo do processo da pesquisa ora apresentada.

Outra informação importante diz respeito às palavras-chave: cerca de 200 artigos não as continham. A partir da leitura dos títulos e resumos correspondentes, esta pesquisadora elaborou as palavras-chave faltantes. Entre as palavras-chave já existentes, algumas eram amplas e generalizadas, sem padronização e não se apresentavam de fato como descritores dos artigos. Por exemplo, informação, educação e epistemologias apresentaram-se como descritores de diversos artigos, mas, após a leitura dos resumos dos textos em questão, verificou-se que se tratavam de artigos voltados para a epistemologia da CI e a importância de pesquisas na área. Além disso, foram localizados artigos que continham até mais de dez palavras-chave.

Para se ter uma ideia, foram encontradas ao todo 1.762 palavras-chave diferentes, onde 1.474 só aparecem uma vez em 35 anos. Ou seja,

aproximadamente 84% das palavras-chave não se caracterizam como tais, mesmo levando em conta os cerca de 200 artigos que “ganharam” palavras-chave a partir desta tese. Quanto à amplitude, alguns termos nada dizem sobre seu conteúdo, como por exemplo a palavra *informação*. Seria como se em uma revista especializada em educação, os artigos apresentassem como palavra-chave *educação*. Há que se ponderar que, ao longo dos 35 anos estudados, as normas de citações, regras e responsáveis editoriais sofreram inúmeras transformações.

Dessa forma, é preciso esclarecer dois aspectos. Primeiro, mesmo que se tenha um excessivo cuidado na coleta de dados, há irregularidades nas margens percentuais. Segundo, em alguns casos, as inconsistências referentes a nomes de autores e obras tornaram impossível a identificação dos mesmos. Isso, tanto do ponto de vista computacional como manual, dada a extensão de 13.423 referências. Mesmo assim, na medida do possível, foi feito um trabalho de normalização, principalmente de nomes que aparecem citados de quatro maneiras diferentes, como por exemplo, o do autor José Teixeira Coelho Neto: Coelho Neto, J. T.; Coelho Neto, José T.; Coelho Neto, J. Teixeira; COELHO NETO, J. T.

Nesse caso, tentou-se identificar na Plataforma Lattes como o autor designa sua citação. Quando não foi possível, optou-se por um deles.

Outro exemplo é o mesmo livro publicado em línguas diferentes:

ATHERTON, Pauline. **Handbook for information systems and services**. Paris UNESCO, 1977.

ATHERTON, Pauline. **Manual para sistemas y servicios de informacion**. UNESCO, 1981. 345p.

ATHERTON, Pauline. **Manuel pour les systemes et services d'information**. Unesco, 1977. p. 231.

Aqui, ainda que se tratasse da mesma obra, optou-se por não considerá-la uma única obra, mas três, pois somente dessa forma o sistema

computacional conseguiu reconhecer as informações. Priorizou-se o nome do autor, que permaneceu o mesmo.

Além disso, foram consideradas questões referentes às autocitações que, em alguns casos, podem vir a comprometer os resultados dos estudos bibliométricos. Não é, a princípio, um problema autocitar-se. Entretanto, especialistas em Bibliometria, Cientometria e estudos quantitativos, como Macias Chapula (1988), pontuam que os resultados podem ser deturpados no que se refere, por exemplo, à computação final de produtividade e impacto do autor, editores, hábitos de citações, citações preconcebidas e outros. Assim, infere-se que, no contexto de produção científica, é preciso considerar tais materiais empíricos como documentos-monumentos e, como tais, necessitam de critérios científicos e críticos nas suas disposições.

Os limites dos estudos, que usam do expediente da produção de conhecimento científico já foram exhaustivamente expostos anteriormente, não obstante pede-se que se leve em consideração o fenômeno da autocitação e da maior incidência de autores já consagrados. Além disso, é preciso salientar que muitas vezes se privilegiam trabalhos de membros do mesmo grupo e estabelece-se um “arranjo” consciente ou não, criando uma certa circularidade onde uns citam os outros e são sempre os mesmo autores citados e citantes. É necessário ponderar que pesquisadores/autores são sujeitos subjetivos e essa “subjetividade” não é passível de ser identificada nos números estatísticos.

Outra dificuldade encontrada diz respeito às referências com mais de um autor. Os nomes que apareciam como coautores nem sempre foram “totalizados” nos dados. É o caso, por exemplo, de C. W. Choo. Quando sozinho, foi contabilizado, mas quando se apresentava como coautor, não era possível fazer a contagem, pois nesse caso o programa utilizado, Excel, não o identificava. Separou-se, então, manualmente, cada autor em linhas diferentes na planilha. Pode-se obter um total geral, não exato, mas buscou-

se pela máxima proximidade. Tem-se como exemplo: AUSTER, E. CHOO, C. W.; CHOO, C. W, DETLOR, B., TURNBULL, D; CHOO, C. W.

Nessas mesmas referências, quando aparecia o nome autor seguido de parênteses nos quais era identificado como o organizador da obra (org), essa informação foi suprimida. Somente dessa forma o programa consegue identificar o autor e realizar a soma total. Outro ponto a destacar são os casos nos quais uma mesma obra aparece com a ordem ou a referência final diferente ou tipos diferentes de publicações. Por exemplo:

BAR-HILLEL, Yehoshua, CARNAP. Semantic information. In: SARACEVIC, Tefko, ed. Introduction to Information Science. New York, Bowker, 1970. 751 p.

BAR-HILLEL, Yehoshua, CARNAP. Semantic information. J. Philos. Science, 9:12-27, 1954.

Quando as referências foram atinentes ao universo *online*, muitos problemas se apresentaram. Problemas estes provavelmente advindos da novidade a esse tipo de fonte. Por exemplo, a referência aparece da seguinte forma:

Disponível em:<<http://www.nature.com/nature/debates/e-access/Articles/lawrence.html>>. Acesso em: 20 nov. 2004.

Observa-se que, nesse caso, colocou-se a data de publicação como 2004 e como esse artigo, em específico, foi citado umas quatro vezes e cada um teve o acesso em data diferente ele aparece como sendo de 2004, 2001 e 2007. Aqui confunde-se *link* com fonte. A citação não pode ser unicamente explicitada como o lugar onde se encontra. Se assim fosse, poderia haver casos em que se cita apenas a livraria onde o livro foi comprado ou o nome da biblioteca em que se teve acesso à obra.

Esse exemplo foi apontado porque houve um número considerável de citações *online* incompletas. O mais provável é que, no momento de publicação, a revista, a equipe de editoração tenha aceitado tais

irregularidades. Ou ainda, não se tinha muitas delimitações e regras para as publicações oriundas da *internet*. Ocorreu, ainda, de um mesmo autor publicar o mesmo artigo, com mesmo título, em dois ou três lugares diferentes. Nesse caso, na pesquisa, manteve-se a referência mais antiga, como explicitado nos exemplos abaixo:

AGUIAR, Afrânio Carvalho de. Informação e atividades de desenvolvimento científico, tecnológico e industrial: tipologia proposta com base em análise funcional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 20, n.1, p. 7-15, jan./jun. 1991.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO , *apud*. AGUIAR, AFRÂNIO CARVALHO. Informação e atividades de desenvolvimento científico, tecnológico e industrial: tipologia proposta com base em análise funcional. IN:**Ci.Inf.**,Brasília,20 (1):7-15,jan./jun

KLINTOE, Kjeld, *apud*. AGUIAR, AFRÂNIO CARVALHO. Informação e atividades de desenvolvimento científico, tecnológico e industrial: tipologia proposta com base em análise funcional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 20, n.1, p. 7-15, jan./jun. 1991.

TOFLER, Alvin. **A terceira onda**. Rio de Janeiro, Record, 1980. 482p.

TOFLER, Alvin. **A terceira onda**: a morte do industrialismo e o nascimento de uma nova civilização. Rio de Janeiro: Record, 1980. 491 p.2. ed.

Ainda com relação às referências de periódicos científicos, ora aparecem como siglas, ora com o nome por extenso: *Annual Review of Information Science and Technology* (ARIST), além da JASIS e da ASIS. Também, sempre que possível, padronizou-se em um único formato, optando pelo nome completo do periódico.

Outro dado relevante está no fato de que cerca de 70% dos autores dos artigos não apresentavam a titulação acadêmica e 45% deles não apresentavam seus vínculos institucionais. As informações foram complementadas, por esta pesquisadora, na medida do possível, quando as mesmas constavam no currículo Lattes ou em páginas da *web*.

É preciso esclarecer que os resultados podem não ser os mais fidedignos possíveis, levando em consideração as variáveis indeterminadas

com que se deparou ao longo das análises empíricas. O que mostra que até mesmo os dados numéricos e/ou estatísticos são carregados de subjetividades e impressos por ela. A própria escolha de qual material usar, como organizá-lo, a escolha de determinados métodos e procedimentos analíticos abrem debate para a questão da subjetividade desta pesquisadora, por exemplo. A seleção de uma noção reguladora, nas propostas arqueológicas, foi feita em detrimento de outras.

Como não foi possível a leitura dos textos dos 704 artigos, considerando a extensão e a exiguidade do tempo destinado ao trabalho, o fato de as análises temáticas partirem das palavras-chave, títulos e resumos podem ser indícios de imprecisão no processo de construção do universo empírico.

Ressalta-se que não foi objetivo direto promover uma reflexão sobre os discursos ideológicos, políticos, econômicos ou socioculturais implícitos nos artigos ou citações. Essa foi uma lacuna verificada neste trabalho e refere-se aos estudos de tendências, ideologias nas políticas editoriais, nas escolhas de pareceristas, nas nomeações de presidentes/diretores que mudaram nos anos analisados de acordo com governos e lideranças governamentais. No entanto, observou-se também que, no caso da revista *Ci. Inf.*, nomes e sujeitos iam e vinham, ora como autores mais citados, ora como autores mais produtivos, ora como pareceristas, ora como membros da equipe de editoração. Ou seja, os atores sociais verificados e assinalados nesta tese sempre estiveram presentes no universo empírico analisado.

Advertindo que não houve maiores intenções no detalhamento da biografia dos autores mais citados e mais produtivos, apenas a de indicar algumas pistas marcantes de sua trajetória como produtores de conhecimentos pertinentes ao processo de institucionalização da *CI*. Buscou-se, sim, evidenciar seus espaços de diálogos. Ressalta-se também que os resultados desses tipos de estudos quantitativos nem sempre

retratam a pesquisa, o trabalho e a competência de um autor e por vezes não se mostram capazes de comprovar resultados mais reais.

Porém, juntaram-se ao material empírico as biografias, inserções em outros espaços de atuação como ANCIB, IBICT e outros, no intuito de identificar sujeitos de polarização, de embates e debates, pesquisas e extenso tempo de atuação, promovendo a institucionalização e legitimação do campo. Como Foucault (2007), esta pesquisadora acredita que cada sociedade tem seu próprio regime de verdade. E a CI foi vista aqui como uma sociedade acadêmica e científica, alicerçada nos discursos que abriga, nos mecanismos que utiliza para definir e valorizar os enunciados verdadeiros.

Outrossim, ressalta-se e reitera-se a surpresa ao se constatar a falta de normalização no trato de questões gerais de publicação, referências e outros detalhes técnicos, essenciais em um periódico científico editado por uma instituição do padrão do IBICT. Pode-se considerar esses aspectos como fundamento da organização, disponibilização, acesso e uso da informação que ali se encontra.

Finalizando o tópico de material e método, é importante ressaltar que quadros, gráficos, conexões, análises e reflexões foram apresentados no capítulo 9. Resultados e discussões, a fim de demonstrar conexões entre os dados e as argumentações arqueológicas. Justificam-se as escolhas aqui propostas com algumas ponderações de Gonzalez de Gómez (2009. s.p), uma vez que são estas as pontuações expressas abaixo que melhor refletem a proposta do arcabouço empírico deste trabalho de pesquisa:

Ao mesmo tempo, a constante confrontação de dois modos de saber, que, à primeira vista, poderiam parecer opostos, geram um efeito crítico e dinamizador do qual podem esperar-se resultados inovadores, por liberar a Bibliometria de aplicações mecânicas e meramente descritivas, e por aceitar os desafios foucaultianos como uma ferramenta eficiente para a coleta ordenada de informações, a realização de diferentes operações combinatórias e a oferta de representações sintéticas de grandes volumes de dado (GÓMEZ, 2009, s.p).

Também é sobremaneira importante esclarecer que todas as etapas e procedimentos empíricos foram acompanhados de extensas revisões bibliográficas, leituras conceituais e contextuais não apenas referentes aos tempos históricos, como também ao lugar e papel da CI na Sociedade do Conhecimento.

9 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Regime de informação seria o modo de produção informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais. E quais os meios e recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, vigentes em certo tempo, lugar e circunstância, conforme certas possibilidades culturais e certas relações de poder (GÓMEZ, 2003, p. 61).

Este capítulo apresenta os conjuntos de elementos que decorrem do material empírico, os resultados numéricos da pesquisa, bem como de suas análises e reflexões. Na verdade, buscou-se montar uma estrutura arqueológica a fim de se estudar o pressuposto de que a institucionalização e a legitimação da CI no Brasil não se deram por parâmetros unicamente científicos, ou seja, a construção e a constituição da verdade científica da área perpassam também pelas relações de saber e poder⁴⁴.

Assim, quando se propôs a realizar estudos arqueológicos referentes ao campo da CI, teve-se como premissa o fato de que o mesmo está para além de seus aspectos teóricos. A CI é um campo de conhecimento tecido e entretecido por práticas sociais, culturais, econômicas e políticas. São práticas estabelecidas por sujeitos historicamente constituídos em seu tempo e espaço. Portanto, seus limites excedem as questões teóricas e cognitivas e nesses “*a priores*” se seguiram as análises. Os resultados apresentados neste capítulo foram discutidos à luz das reflexões estabelecidas pela própria autora desta tese. Além disso, procurou-se por aportes teóricos em outros autores devidamente apresentados nos capítulos 6 e 7 e que foram trazidos para este espaço a fim de aprimorar as reflexões.

Serão iniciadas as ponderações a partir dos processos arqueológicos da formação do objeto de pesquisa na área, envolvendo os lugares de enunciação, passando pelas superfícies de emergência

⁴⁴Ver no Apêndice 5 a estrutura do banco de dados e suas correlações.

discursivas e, por último, pelas instâncias através das quais o conhecimento da área emerge. Dessa forma, espera-se que possam ser vislumbradas as manifestações das categorias foucaultianas de poder, saber e verdade.

9.1 Formação de objetos

Nas análises empreendidas neste tópico, parte-se do princípio de que as temáticas desenvolvidas pelos pesquisadores da área representariam e concorreriam para a formação do objeto científico do campo da CI. Ressalta-se que são esses sujeitos pesquisadores os responsáveis pelas escolhas temáticas que estão atreladas e são determinadas por uma estruturação institucional, acadêmica, política e social. Dessa forma, as temáticas são determinadas pelas múltiplas contingências, para além dos aspectos científicos e, nesse sentido, é preciso indicar a importância desse periódico para a CI no Brasil, onde os discursos publicados em suas páginas não deixam de ser também representações das interfaces estabelecidas pela área.

Lembra-se que as temáticas foram separadas em 19 itens e que suas definições⁴⁵, aconteceram a partir das leituras dos artigos de Pinheiro (2005) e Zins (2007)⁴⁶. Ao se estabelecer essas temáticas, a partir desses dois autores, é possível afirmar que esses são temas recorrentes à área e que podem significar o objeto de estudo de que se ocupam os pesquisadores vinculados à CI no Brasil. Além disso, esclarece-se que essas temáticas e suas respectivas recorrências foram apresentadas por séries, periodizadas, de acordo com as direções do IBICT, distribuídos no espectro temporal da pesquisa: 1ª (1972 – 1981); 2ª (1982 – 1992); 3ª (1993 - 1999); 4ª (2000 - 2007).

⁴⁵ Retomando as nomenclaturas das temáticas, ver Quadro 2: Categorias temáticas.

⁴⁶ Ver, em mais detalhes, no capítulo 6 - Fundamentação teórico-metodológica - item 6.8.1 - As orientações conceituais e teóricas das escolhas temáticas.

Iniciam-se as reflexões apresentando a tabela abaixo referente às temáticas, através da qual é possível visualizar quais os temas presentes e os mais recorrentes nos artigos publicizados na revista Ci. Inf., num período de 35 anos.

Tabela 2 Temáticas dos artigos publicados por série

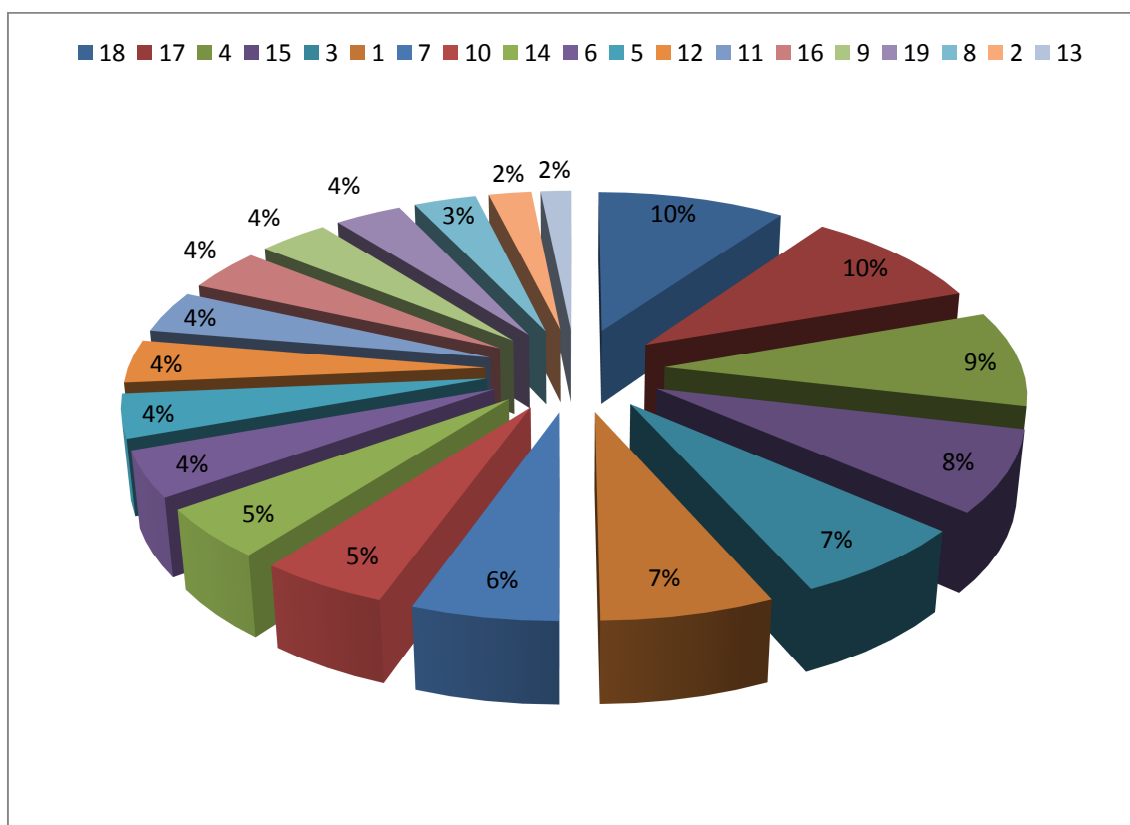
TEMÁTICA	1°	2°	3°	4°	Totais	%
18. Informação / Conhecimento / Modernidade / Ideologia / Sociedade	1	10	47	65	123	9,84%
17. Informação e comunicação científica / avaliação / fluxo	27	25	32	38	122	9,76%
4. Gestão da Informação	14	16	34	49	113	9,04%
15. Sistemas de Informação	15	35	29	17	96	7,68%
3. Representação da Informação / Linguagem Controlada / Indexação/terminologia linguística	20	18	18	31	87	6,96%
1. Teoria da Ciência da Informação /Teoria Geral	17	18	18	30	83	6,64%
7. Tecnologia da Informação / Redes / Inteligência artificial	7	13	24	26	70	5,60%
10. Bibliometria / Cientometria / Webmetria	16	13	7	26	62	4,96%
14. Biblioteconomia, Biblioteca, Bibliografia, Documentação	16	19	12	12	59	4,72%
6. Sistemas de recuperação da Informação	5	12	13	24	54	4,32%
5. Políticas informacionais - C&T	10	19	10	12	51	4,08%
12. Formação Profissional / profissional da Informação	7	22	13	9	51	4,08%
11. Metodologias de pesquisa em CI	14	13	12	11	50	4,00%
16. Usuários / sujeitos / bibliotecários	8	16	9	17	50	4,00%
9. Automação de Bibliotecas	5	4	14	23	46	3,68%
19. Cultura e inovação Informacional / Informação e Negócios	0	0	31	13	44	3,52%
8. Base de dados	4	12	7	18	41	3,28%
2. Necessidade e uso da Informação	8	3	3	14	28	2,24%
13. Historicidade da área	6	5	4	5	20	1,60%
	200	273	337	440		100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

São temas que espelham, de modo geral, questões e pesquisas que vêm sendo desenvolvidas em todo o País, uma vez que, a princípio, a revista é um espaço de publicização dos resultados de estudos efetivados na área. Para Alvarado (1983), esses temas estão em consonância com as diretrizes mundiais, apresentando variações de ênfase, mas nem por isso discrepantes.

Por outro lado, Alvarenga (1996, p. 53) afirma que um campo discursivo é “formado por certo número de enunciados e caracterizado por um sistema de dispersão [...]”. As porcentagens que mostram a incidência de temáticas pontuam que essa regularidade, de fato, não é real, como pode ser visualizado no gráfico exposto abaixo:

Gráfico 4 Artigos publicados por temáticas e porcentagens



Fonte: Elaborado pela autora

Percebe-se que: a temática **1. Teoria da Ciência da Informação/Teoria Geral**, por exemplo, apresenta uma porcentagem de 6,64%, enquanto o item **13. Historicidade da área**, 1,60%; as temáticas mais trabalhadas, **18. Informação / Conhecimento / Modernidade / Ideologia / Sociedade** e **17. Informação e comunicação científica/avaliação/fluxo** têm uma recorrência de 9,84% e 9,76%, respectivamente, não chegando a 20% e nem mesmo a 50% quando somadas.

Esses dados corroboram com os artigos apresentados e revisados no capítulo 7 desta tese. Muitos autores, como por exemplo Pinheiro (2005), pontuam sobre a fragilidade e a pouca recorrência de estudos voltados para a teorização do campo. Não obstante, os dados aqui apresentados demonstram que há também uma grande dispersão temática na CI.

A Tabela 2, exposta em página anterior, exhibe as recorrências gerais em termos percentuais, proporcionando um melhor entendimento desses dados. A partir desses resultados é possível perceber que questões vinculadas ao tema **18. Informação / Conhecimento / Modernidade / Ideologia / Sociedade** são as de maior incidência. Sobre ele também se pode dizer que:

- são questões inseridas também dentro de diferentes contextos e formações discursivas como o da Sociologia, da Filosofia, da Antropologia, da História, dentre outros.
- não são objetos de pesquisa característicos apenas da CI. Ao contrário, são bastante amplos e comportam em seus meandros estudos advindos das mais variadas áreas disciplinares.
- a informação vista como bem social, contemporâneo e fator de mudanças sócio-políticas e culturais vem sendo mote de pesquisa tanto nas áreas de ciências humanas, sociais e

aplicadas, como nas áreas das ciências exatas e também nas ciências biológicas.

O segundo tema mais recorrente é o **17**. Informação e comunicação científica / avaliação / fluxo, que diz respeito aos artigos que têm como questão as publicações, fluxo e avaliação da informação científica:

- ao se considerar todas as definições da área apresentadas nesta tese, essa temática sim caracterizaria a CI.
- poder-se-ia entender que essa condiz e corrobora com as muitas definições do campo de conhecimento em CI.

O terceiro tema mais recorrente é o **4**. Gestão da informação: Seleção, recuperação, organização, tratamento e disponibilização da Informação, disseminação da Informação / Troca / transferência e acesso. Também tangenciam o tema **17**, analisado acima, as definições e as conceituações da área.

Segue-se a essas três temáticas e que formam o grupo dos cinco temas mais trabalhados no período analisado:

- **5**. Sistemas de informação, ou seja, artigos relacionados com o desenvolvimento de sistemas de informação, baseado em computador, Internet, HTML, XML, etc.
- **3**. Representação da Informação, que se refere aos artigos que trabalharam com as linguagens controladas / indexação / terminologia linguística.

Buscando ampliar as possibilidades e dados de análise, os temas que formaram o conjunto das 10 temáticas mais trabalhadas em 35 anos de publicização apresentam-se esquematizados na Tabela 3.

Tabela 3 As 10 temáticas mais recorrentes em artigos publicados

TEMÁTICA	TOTAL
Informação / Conhecimento / Modernidade / Ideologia / Sociedade	123
Informação e comunicação científica / avaliação / fluxo	122
Gestão da Informação: Seleção, recuperação, organização, tratamento e disponibilização da Informação, disseminação da Informação / Troca / transferência e acesso	113
Sistemas de informação	96
Representação da Informação	87
Teoria da Ciência da Informação / Teoria Geral	83
Tecnologia da Informação / Redes / Inteligência artificial	70
Bibliometria / Cientometria / Webmetria	62
Biblioteconomia, Biblioteca, Bibliografia, Documentação	59
Sistemas de recuperação da Informação/ferramentas de busca	54

Fonte: Elaborado pela autora

Esse elenco das 10 temáticas mais trabalhadas é caro aos Estados-Nações⁴⁷, principalmente se avaliados os aspectos estratégicos da informação científica na sociedade contemporânea. Igualmente são temas extremamente importantes às ciências como um todo, uma vez que os campos disciplinares necessitam de diálogos, acessos, avaliações e políticas que disponibilizem a informação científica e a produção de conhecimento da área. Então, pode-se inferir, a partir da observação das temáticas mais recorrentes, que a CI tem como objeto de pesquisa a informação de cunho científico.

Parte-se, então, para as análises históricas, empregando as séries arqueológicas estabelecidas no capítulo 6 - Fundamentação teórico-metodológica. Nesse aspecto, busca-se evidenciar as possíveis discontinuidades, estabelecendo novas leituras e abordagens.

A primeira série compreende o período entre dezembro de 1972 e dezembro de 1981. Teve como presidentes/diretores Hagar Espanha

⁴⁷ Ver esta discussão no capítulo 4 - O periódico Ciência da Informação: o 1º espaço da discursividade em CI no Brasil.

Gomes; José Adolfo Vencovsky; Carlos Augusto Albuquerque; Rosalvo Mariano da Silva Neto; Paulo de Sousa Moraes e Afrânio Carvalho Aguiar. Foram 21 fascículos e 12 volumes publicados nesse período. Em se tratando das análises gerais realizadas a partir das séries, faz-se necessária uma ressalva relativa à série 1⁴⁸ (1972 - 1981). Esse foi um período que apresentou grande incidência de temas referentes a Bibliometria, Biblioteconomia, Biblioteca, Bibliografia, Documentação e fluxo informacional. Coincide com o início do mestrado em CI no Brasil, com professores estrangeiros, cujas especialidades se refletem nas pesquisas desenvolvidas pelos alunos. Tefko Saracevic, por exemplo, pesquisador reconhecido e respeitado internacionalmente, introduz temas como a Bibliometria em suas disciplinas. Por conseguinte, muitos discentes iniciam suas pesquisas nessa seara, produzindo várias dissertações de mestrado a partir de metodologias bibliométricas. Além do que, a maioria desses discentes é oriunda dos cursos de graduação da Biblioteconomia. Sendo assim, é correspondente a incidência dessas temáticas nesse período⁴⁹.

Em uma perspectiva foucaultiana, a formação do objeto de estudo em uma área de conhecimento está estreitamente atrelada às condições de possibilidades que favorecem seu aparecimento, sua permanência ou ruptura. Essas condições, por sua vez, são totalmente submetidas às relações de saber, poder e produção de verdade. Pode-se dizer, então, que a produção de conhecimento no campo da CI está vinculada às condições políticas, econômicas e estruturais dentro do contexto institucional e conjectural no qual o campo está inserido. Segundo Alvarado (1983), no exterior os temas mais recorrentes estão voltados para aspectos tecnológicos, enquanto no Brasil tem-se maior incidência de temáticas de caráter de gestão da informação e de transferência da informação. Tal assertiva tornou-se evidente nesta tese quando as análises foram feitas

⁴⁸Verificar no Apêndice 6: Tabela 5 - Relatório geral das temáticas dos artigos publicados.

⁴⁹Verificar Apêndice 6: Tabela 5 - Relatório geral das temáticas dos artigos publicados.

separadamente por série, sendo que algumas variáveis devem ser consideradas.

Em relação à primeira delas⁵⁰, que compreende o período de 1972 a 1981, tempo vivido sob a égide de governos militares e de regime ditatorial, os cinco assuntos mais tratados na revista Ci. Inf. foram:

- **Temática 17.** Informação e comunicação científica / avaliação / fluxo;
- **Temática 3.** Representação da Informação / linguagem controlada / indexação / linguística;
- **Temática 1.** Teoria da Ciência da Informação / Teoria Geral;
- **Temática 10.** Bibliometria / Cientometria / Webmetria;
- **Temática 14.** Biblioteconomia, Biblioteca, Bibliografia, Documentação.

Sendo a CI um campo que se constrói e se constitui sob influência estatal e de órgãos governamentais:

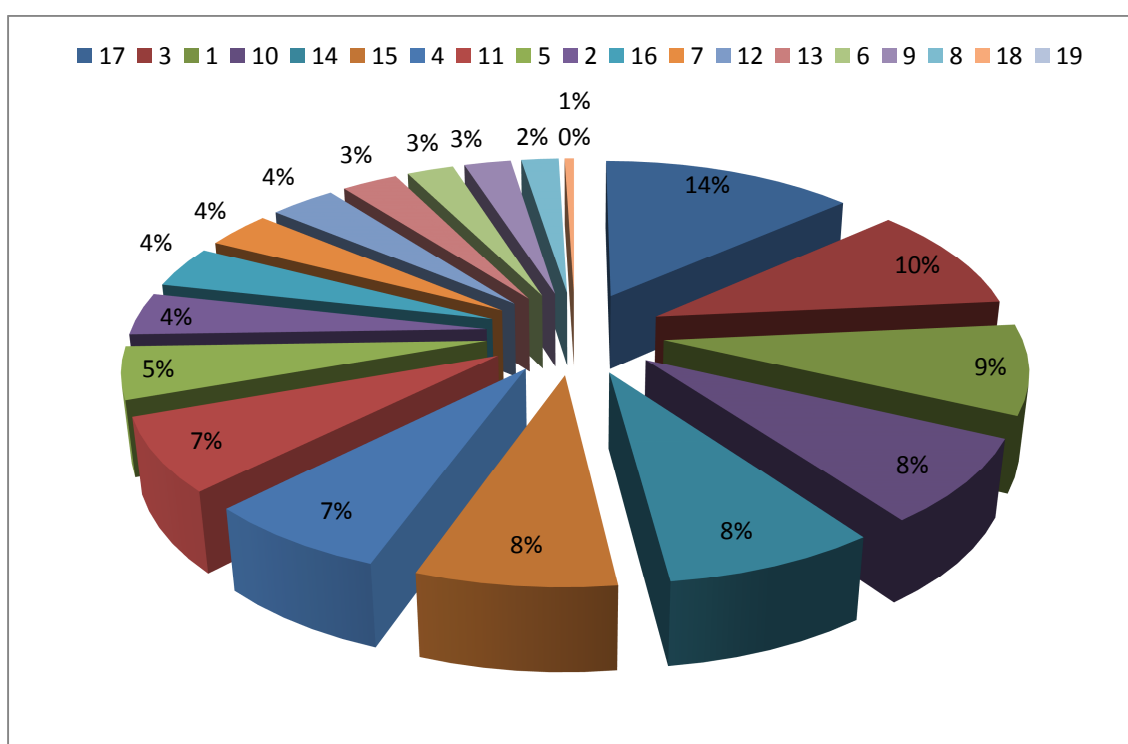
- as duas primeiras temáticas, Informação e comunicação científica/avaliação/fluxo e Representação da Informação/linguagem controlada/indexação/linguística não apenas refletem como respondem demandas advindas da necessidade de organizar a informação científica do País na década de 1970;
- a terceira temática mais trabalhada, Teoria da Ciência da Informação/Teoria Geral, corresponde às necessidades do próprio campo, que inicia suas ações no Brasil nos anos 1970, uma vez que era preciso debruçar-se sobre as questões teóricas da área;

⁵⁰Ver Apêndice 7: Tabela 6 - Série 1: das temáticas dos artigos publicados.

- a penúltima temática, Bibliometria/Cientometria/Webmetria, reflete as influências do corpo docente do mestrado do IBICT, formado por estrangeiros que tinham na Bibliometria o mote de suas pesquisas;
- e a última temática, Biblioteconomia, Biblioteca, Bibliografia e Documentação, muito tem a ver com o corpo de discentes, do primeiro mestrado, quase todos oriundos da Biblioteconomia e da Documentação.

As relações percentuais dessas temáticas nesse período podem ser visualizadas no gráfico seguinte:

Gráfico 5 Temática: 1º Série (1972 – 1981)



Fonte: Elaborado pela autora

Assim, na década de 1970, em um momento no qual o conhecimento toma novas dimensões no País, sua representação passa a ser estratégica e atrelada ao crescimento industrial, econômico e de poderio militar. Por isso, explica-se o fato de que a temática Informação e

comunicação científica/avaliação/fluxo apareça em maior incidência no período. Além disso, grande parte dos autores revistados nesta tese situa a CI como uma área dedicada à informação científica e a todo procedimento que a disseminação desse tipo de informação encerra. Apontam também para o fato de que o processo de ruptura com a Biblioteconomia, Bibliografia e/ou Documentação se dá justamente nesse período. Nos caminhos acadêmicos acontece a “fissura com o objeto das tradicionais atividades bibliotecárias, pois não envolvia diretamente a organização de acervos” (FREITAS, 2003, s.p).

Ao se buscar pelas características históricas da CI no País, depara-se, logo de início, com questões de cunho político-ideológico, uma vez que, quando se introduz o conceito de informação e conhecimento como elemento de desenvolvimento e segurança nacional, remete-se necessariamente a questões políticas, partidárias e ideológicas. Os anos de 1970 foram marcados por intenso domínio das ideologias militares, fruto do governo vigente, que exercia um controle efetivo e exacerbado nos âmbitos universitários e em instituições de pesquisa. Foram praticados diversos mecanismos de desmembramento e controle do que se fazia, pesquisava, produzia e publicizava nas acadêmicas brasileiras. Chama-se a atenção para o fato de que as pautas de pesquisa eram definidas e vigiadas por sujeitos ligados diretamente ao governo. Sendo assim, todas as instituições governamentais, incluindo o IBBD, agiam de acordo com as políticas ideológicas do então governo militar.

Segundo Veiga (1985, *apud* ALVARENGA 1996, p. 19), os governos militares apontaram para duas diretrizes específicas, no que diz respeito às orientações para as comunidades acadêmicas e científicas:

- mecanismos de coerção e repressão a todo e qualquer movimento reivindicatório organizado por discentes, docentes e pesquisadores no país;

- discurso modernizador, na busca de cooptar membros dessa comunidade, a fim de transformar universidades e centros de pesquisas em instrumentos formadores de sujeitos dóceis e reprodutores do sistema. Sujeitos esses que seriam “demandados pelo sistema produtivo”.

O que se tem é que, ao negar e fazer com que parecessem inexistentes as críticas sociais nas atividades de ensino e de pesquisa no País, fez-se com que as regras do que pesquisar, como pesquisar e quem pesquisar fossem garantidas pelo governo ditatorial. Os temas recorrentes e publicados na revista Ci. Inf. no período denotam esse panorama.

Assim, retomam-se os pressupostos foucaultianos, de que os objetos de estudo em um campo discursivo são formados e inseridos em condições e contexto históricos específicos. Além do que, são esses fatores que determinam as possibilidades de existência do campo e de seu discurso. Por isso é que se buscou pela relação entre o então IBBD, como órgão responsável pela informação científica do país, e o governo militar. Além de temas principalmente vinculados à Informação e comunicação científica/avaliação/fluxo, representação da informação/linguagem, e a própria existência teórica da área de conhecimento da CI, a primeira série analisada (1972 -1982) esteve ligada às demandas governamentais e por elas orientada, em um tempo ditatorial.

Se a CI, em âmbito mundial, tem sua trajetória marcada por questões advindas dos Estados-Nações, não há dúvida de que os assuntos/temas mais tratados nesse período corroboram com essa visão. A relação poder, saber e verdade fica evidenciada nesse contexto, principalmente quando se toma como base a afirmação de Foucault (2007, p. 9):

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

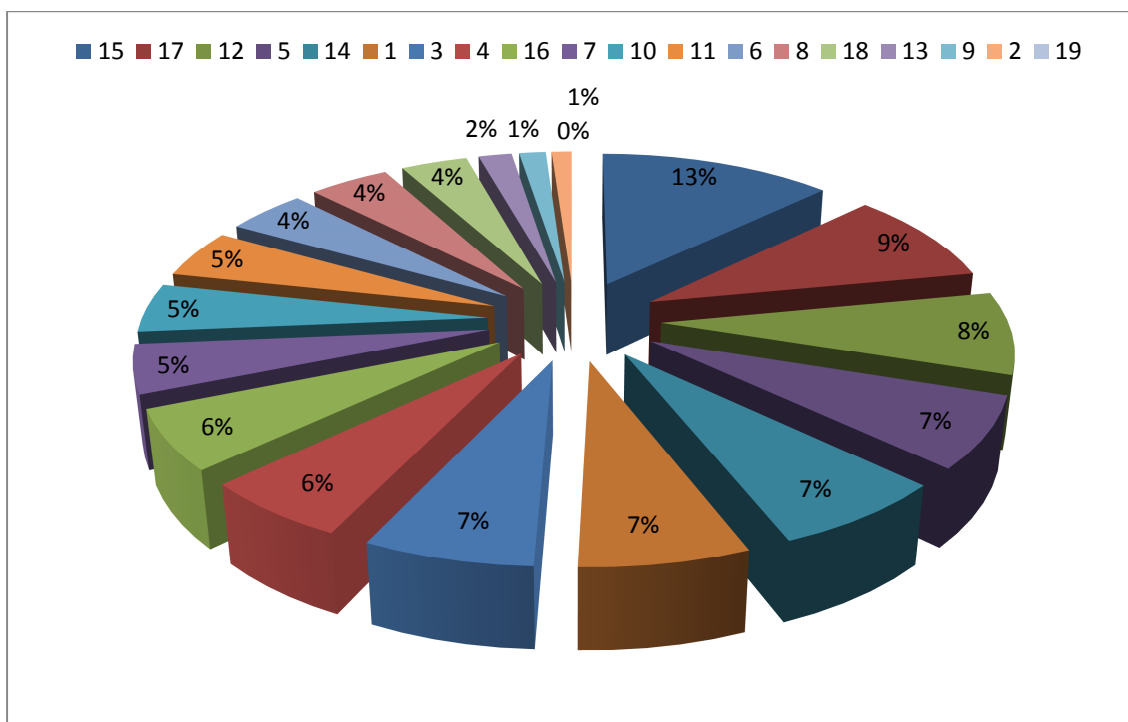
Para o autor, o discurso de verdade é uma forma de manifestação do poder. No caso aqui presente, esse discurso é representado pelas temáticas que fazem parte da formação do objeto de pesquisa da CI.

A segunda série é composta por 23 fascículos e foi publicada num período marcado por tempos de transição, de 1982 a 1992, quando declina a ditadura militar e a democracia dá sinais de reavivamento. Essa conjuntura é denotada nas escolhas das temáticas que estavam sendo trabalhadas pelos autores/pesquisadores⁵¹. Os presidentes/diretores foram Yone Sepulveda Chastinet; Antônio Agenor Briquet de Lemos; Luiz Antônio Gonçalves da Silva; Antônio Lisboa de Carvalho Miranda.

O Gráfico 6 apresenta essa relação percentual entre os textos publicizados e contextos históricos.

⁵¹ Ver Apêndice 8: Tabela 7 - Série 2: das temáticas.

Gráfico 6 Temáticas: 2º Série (1982 - 1992)



Fonte: Elaborado pela autora

Esse reavivamento democrático se aplica também aos acessos às informações científicas. Nessa série, os interesses aparecem voltados para:

- os Sistemas de Informação (**15**);
- Informação e comunicação científica/avaliação/fluxo (**17**); e
- Formação Profissional e o profissional da Informação (**12**).

São novas demandas que também manifestam a necessidade de inserir ferramentas que favoreçam o acesso às informações científicas, além da formação daqueles profissionais que trabalham com a mesma.

- Seguem-se a isso os temas referentes às:
- Políticas informacionais - C&T (**5**); e
- Biblioteconomia, Biblioteca, Bibliografia, Documentação (**14**).

Ressaltando que foi um momento de ruptura com os fazeres pedagógicos/acadêmicos da Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação. Um momento histórico em que se exige um novo perfil profissional, bem como novas maneiras e regras que precisavam ser estabelecidas no labor com a informação e com o conhecimento.

O IBICT⁵² ocupava um espaço estratégico nesse cenário, sendo que o conhecimento produzido por ele e nele é também construto social, resultado de questões direcionadas pelo poder. As escolhas, seleções, critérios políticos do que pesquisar, do que publicar, a quem permitir dizer, a qual verdade permitir ser dita são, também, aspectos vinculados às condições de possibilidades e de existência do discurso.

Nesse sentido, é importante retomar alguns dos predicados de verdade, em Foucault (1996), para quem os resultados dos discursos científicos e enunciados pelas instituições os produzem. O autor afirma que há uma verdade política e uma outra econômica e elas são transmitidas e controladas por aparelhos de cunhos políticos e econômicos.

A terceira série, compreendida entre 1992 e setembro de 1999⁵³, é marcada pela gestão completa de José Rincon Ferreira, bibliotecário por formação, mestre em Biblioteconomia e doutor em Ciência da Informação, que ocupou a diretoria do IBICT no período. Foram 21 fascículos publicados sob sua direção. Percebe-se, pela referência biográfica⁵⁴, que ele teve sua trajetória acadêmica vinculada a órgãos e instituições governamentais. Isso acaba por influenciar nas escolhas dos artigos a serem publicados no período

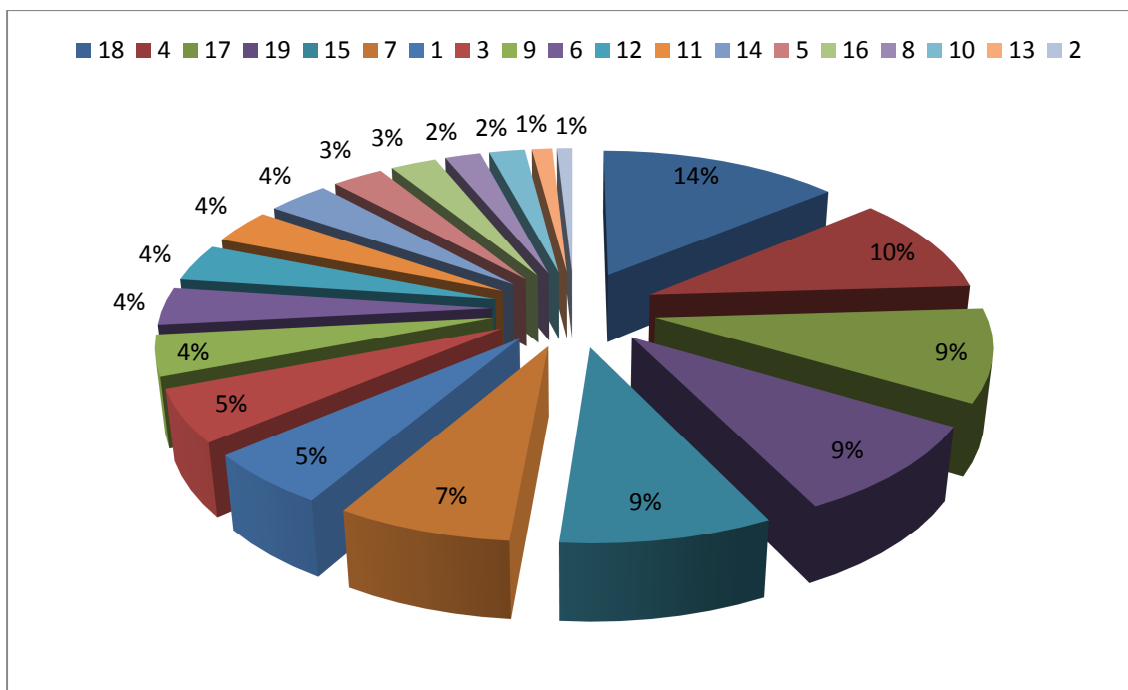
⁵² A nova nomenclatura do órgão já constava desde 1976.

⁵³ Ver Apêndice 9: Tabela 8 - Série 3 das temáticas.

⁵⁴ A referência bibliográfica de José Ricon encontra-se no Apêndice 4.

No Gráfico 7, observam-se recorrências para além da preocupação com a consolidação teórica da área, que apresenta o sexto lugar nessa série analisada, como pode ser verificado a seguir:

Gráfico 7 Temáticas: 3ª (1993 - 1999)



Fonte: Elaborado pela autora

As cinco temáticas mais recorrentes representam não somente o momento de transição pelo qual o País passava, mas o caráter estratégico que a informação vinha se configurando no mundo. Nesse período os temas mais recorrentes foram:

- Informação / Conhecimento / Modernidade / Ideologia / Sociedade (**18**);
- Gestão da Informação (**4**);
- Informação e comunicação científica / avaliação / fluxo (**17**);
- Cultura e inovação informacional / Informação e Negócios (**19**);

- Sistemas de informação (15) e
- Tecnologia da Informação / Redes / Inteligência artificial (7).

São temas mais contemporâneos, ligados às novas tecnologias informacionais, que começam a delinear, de alguma forma, o perfil da sociedade da informação. São questões que se fazem presentes na construção do objeto de pesquisa e no discurso da área. Cabe aqui retomar o pensamento de Buschman (2010) quando chama a atenção para a indissociabilidade foucaultiana no que diz respeito às redes de poder, saber e produção de verdade em um dado campo de conhecimento. O autor afirma ser tênue a linha que separa o saber e o poder nas concepções de Michel Foucault, no que se refere à produção de verdade nos campos discursivos.

É nos anos 1990 que a palavra globalização começa a tomar os contornos do entendimento que se tem hoje. Foram tempos marcados por questões condizentes às cinco temáticas mais trabalhadas e publicadas pela revista Ci. Inf. Nesse período, os poderes e saberes se entrecem o tempo todo. Novamente a informação torna-se crucial e estratégica para os Estados-Nações. É o fim da Guerra Fria, a derrocada da União Socialista Soviética, a solidificação dos sistemas capitalistas, dos governos democráticos e da globalização. Foram anos marcados também pela consolidação e aprimoramento da internet, o uso cada vez mais acessível do computador pessoal e um desenrolar espetacular do desenvolvimento e aperfeiçoamento das ferramentas tecnológicas. Para citar alguns exemplos, tem-se nesse período o lançamento do *Windows 95*, mais especificamente em 24 de agosto de 1995, e, em 27 de setembro de 1998, foi fundado o *Google*. Tempos históricos de crescente expansão, uso de sistemas informacionais e bancos de dados. Os procedimentos da gestão informacional capazes de acompanhar todo esse processo se fizeram emergentes e urgentes.

No Brasil, a década de 1990 começou com grande instabilidade econômica refletida no confisco da poupança pessoal do povo brasileiro,

pelo governo do então presidente Fernando Collor de Melo, deposto em meados de seu mandato. Foi também a década do Plano Real, de uma forjada estabilidade econômica, da supremacia do mercado financeiro e do espaço privado em detrimento das instituições públicas, em uma clara estratégia de Estado Mínimo. Houve, nesse período, significativas mudanças na constituição de 1988, que permitiram a reeleição do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Esse último governa o Brasil por 8 anos, com táticas claramente neoliberais além de um grande movimento de privatizações das estatais brasileiras.

Foi implantada uma série de medidas que contribuíram para o contínuo esfacelamento do setor público. Por exemplo, as mudanças nas regras da aposentadoria, o que gerou uma debandada dos professores/pesquisadores das universidades federais de todo país. As instituições públicas foram execradas e, muitas vezes, apontadas pelo governo neoliberal como fator de estagnação no processo de desenvolvimento brasileiro. Isso pode ser nitidamente verificado nas formas de negociação das privatizações das estatais de telecomunicação e energia no Brasil, ao longo dos anos 1990. Tudo isso causou reflexos nas instituições de ensino e pesquisa de órgãos federais e estaduais (TAVARES, 1996).

O IBICT, como órgão público, fazia parte de todo esse processo. Não se ausentam as relações de poderes e um dos exemplos disso pode ser verificado em quase uma década de gestão do então diretor José Ricon Ferreira.

José Ricon Ferreira, junto ao Poder Executivo Federal, exerceu os cargos de Diretor do IBICT, entre 1992 e 1999, e trabalhou no setor de Articulação Tecnológica da Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), entre 1999 e 2009. Foi Membro do Conselho de Administração do Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Polo Industrial de Manaus (CT-PIM); do Comitê

das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia (CAPDA); do Conselho Superior do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e da Fundação Certi; do Conselho Consultivo do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), da Federação Internacional de Informação e Documentação (FID) e do Comitê de Informação da Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura e do Conselho Fiscal da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (Abdf)⁵⁵.

O que se quis enfatizar, ao destacar esses cargos, foram as relações governamentais do diretor, sua inserção nas redes de poder, juntamente com a gestão de um órgão responsável pela construção e constituição do conhecimento na área da CI no Brasil. Por fim, observa-se que as cinco temáticas mais trabalhadas nesse período refletem o perfil de atuação profissional de José Ricon Ferreira, ratificando as proposições foucaultianas na produção de verdades científicas de um campo discursivo.

Parte-se para a quarta e última série de análise, compreendida entre 2000 e 2007⁵⁶, com um total de 24 fascículos e 10 volumes. Esteve na diretoria do IBCIT nesse período Carlos Américo Pacheco; Almiro Blumenchein; Elói de Souza Garcia; Marisa Brascher Basílio Medeiros; Nilson Lemos Lage; Paulo Blanco Barroso e Emir José Suaiden.

⁵⁵ Das principais atividades de representação exercidas, destacam-se a de Coordenador de Governo para o Comitê de Informação do Fórum Permanente da Microempresa e Empresas de Pequeno Porte; Representante do Governo brasileiro no Comitê de Informação da Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia do Mercosul; Presidente do Centro Franco Brasileiro de Documentação Técnica e Científica (Cendotec); Sócio Honorário da Associação Brasileira dos Analistas de Inteligência Competitiva; Vice-Presidente da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti); Presidente da Rede de Informação Latino-americana e do Caribe em Ciência e Tecnologia (Infolac), Vice-Presidente da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (Abdf) e Diretor Administrativo da Associação Tele-centro de Informação e Negócios (ATN). Atualmente é Membro do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam). Fonte: CNPq. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=B929291>>. Acesso em: 23 de Março de 2012)

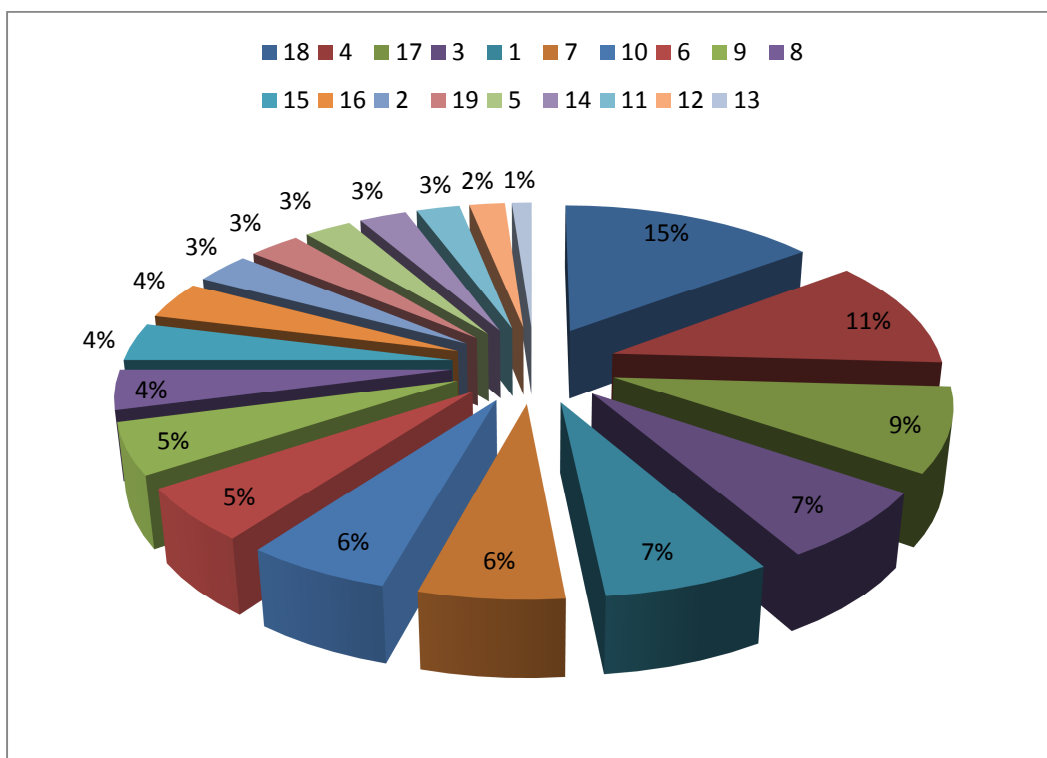
⁵⁶ Ver Apêndice 10 - Tabela 9 – Série 4: das temáticas.

Observa-se que a configuração temática recorrente apresenta similaridades com a anterior. Nesse tópico os cinco primeiros temas aparecem na seguinte sequência:

- Informação / Conhecimento / Modernidade / Ideologia / Sociedade (**18**);
- Gestão da Informação (**4**);
- Informação e comunicação científica / avaliação / fluxo (**17**);
- representação da informação / linguagem controlada / indexação / terminologia linguística (**3**);
- Teoria da Ciência da Informação / Teoria Geral (**1**).

Assim, com 65 ocorrências verificadas, o tema informação/Modernidade/ Ideologia / Sociedade é o mais recorrente nessa quarta e última série, como pode ser visualizado no Gráfico 8, abaixo:

Gráfico 8 Temáticas: 4ª (2000 - 2007)



Fonte: Elaborado pela autora

Como foi explicitado no início desta tese, a contemporaneidade é marcada por expressivos avanços tecnológicos, onde as inclusões sociais estão vinculadas aos acessos democráticos e equânimes à informação. O tempo histórico desse período vem acompanhado da necessidade do conhecimento que, por sua vez, está atrelado aos processos de compreensão e inserções social, histórica, cultural e identitária. Nesse sentido, a construção e constituição do objeto de pesquisa da CI se fez presente nas temáticas mais recorrentes nos artigos publicados na revista *Ci. Inf.* desse período. Temas como sistemas de informação/ferramentas de busca; informação e comunicação científica/avaliação; sistemas de recuperação da informação/indexação/ terminologia linguística; automação de Bibliotecas/redes fazem parte desse universo e ratificam as inúmeras denominações que se tem do campo discursivo⁵⁷. Não é demais rerepresentar uma das definições mais empregadas na área:

A ciência da informação é um campo devotado à investigação científica e à prática profissional, dedicando-se a problemas de comunicação efetivos do conhecimento e de seus registros entre humanos, no que se refere às necessidades e ao uso da informação nos níveis individual e social (SARACEVIC, 1996. p. 52).

Para Saracevic (1996), a CI sempre esteve entretecida com questões políticas, econômicas e estruturais, tendo como característica primeira o trabalho com a informação e seus processos, incluindo sujeitos e sociedade. Tal afirmação remete às categorias de Michel Foucault (2007), para quem as verdades definidas em um campo de conhecimento científico são determinadas pelas relações de poder e saber.

Na esteira das análises temáticas e a partir das proposições foucaultianas há que se levarem em conta, também, os números especiais/temáticos, lançados pela revista ao longo dos anos:

⁵⁷Algumas delas expostas no capítulo 3 - A ciência da informação: breve aporte contextual.

Quadro 9 Números especiais / temáticos

NÚMEROS TEMÁTICOS			
Ano	Volume	Número	Tema
1991	20	1	Informação Tecnológica
1991	20	2	Universidade/empresa
1992	21	1	Meio ambiente
1993	22	1	MERCOSUL
1993	22	3	Saúde- AIDS
1995	24	2	Terminologia
1996	25	1	Informação Tecnológica
1997	26	2	Biblioteca virtual
1997	26	3	Informação como recurso estratégico para a empresa
1998	27	2	Rumo à publicação eletrônica
1999	28	1	Gerência estratégica do conhecimento
1999	28	2	Políticas e gestão da Informação

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de Pinheiro, Bräscher e Burnier (2005)

Observa-se que os números especiais tratam de temas bastante dispersos como tecnologia, meio ambiente, saúde/AIDS, universidade/empresa. São temas apresentados e reconhecidos por outras áreas diversas como medicina, geologia, biologia e outras. Em um primeiro momento, poderia se inferir que essa dispersão temática advém da interdisciplinaridade da área, mas, ao observar os títulos dos artigos dos fascículos, percebe-se que há algo a mais que isso.

A temática Mercosul, por exemplo, apresenta apenas um título de artigo que remete, em específico e diretamente, ao tópico proposto. Em outro número, Saúde-AIDS, foram tratados os mais diversos assuntos, sendo que o título de apenas um deles remeteu à temática e um outro à saúde. Já o tema Políticas e gestão da Informação é o que mais faz jus ao título, justificando, inclusive, a chamada de edição especial⁵⁸. Se o pesquisador, ao utilizar ferramentas de busca na *web*, lançar mão desses

⁵⁸ Ver exemplos em Apêndice 11: Títulos de artigos em fascículos especiais I; II; III.

temas, provavelmente os artigos constantes nas edições especiais não aparecerão como resposta.

Mesmo em números específicos, nos quais a proposta é tratar de temas igualmente específicos, a dispersão temática se faz presente da mesma forma que nas edições gerais, como pode ser visualizado na Tabela 2, assinalada em páginas anteriores.

As temáticas revelam a formação do objeto de pesquisa na CI e, no caso do Brasil, pode-se afirmar que elas sejam diretamente relacionadas à institucionalização da área. Mesmo não havendo uma recorrência expressiva de um, dois ou três temas. Não há destaque para temas como a teoria da e na CI, visto como campo específico do conhecimento. A predominância de artigos diretamente vinculados à teoria é de apenas 6, 64%.

Se a observação for minuciosa, verificar-se-á que questões técnicas são prioritárias a demandas teóricas. Confere-se que são mais recorrentes temas como:

- **4** - Gestão da Informação (Seleção, recuperação, organização, tratamento e disponibilização da Informação) e Disseminação da Informação / Troca / transferência e acesso;
- **15** - Sistemas de informação (assuntos relacionados com o desenvolvimento de sistemas de informação, baseado em computador, Internet, HTML, XML, etc);
- **3** - Representação da Informação / Linguagem Controlada / indexação / terminologia linguística (assuntos relacionados às representações informacionais, suas nuances e características).

Outras pesquisas, citadas no capítulo 7, ratificam e apontam para uma grande dispersão das temáticas. Para Oliveira (2008), alguns fatores

interferem nessa dispersão, como, por exemplo, os modismos temporais e impactos de novas tecnologias. Na visão de Foucault (2007, p. 206), o conhecimento não é caracterizado por uma unidade e sim pela dispersão. “Um saber é aquilo que podemos falar, em uma prática discursiva que se encontra assim especificadas”. É também o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seus discursos, embora seja preciso salientar que não se verifica uma regularidade característica do campo discursiva da CI.

O objeto de estudo que forma o saber é, por sua vez, formado de e por condições históricas ligadas a um tempo igualmente histórico. Esse tempo dita as possibilidades, determina as redes e feixes de complexidades e é resultante das relações entre instituições, sujeitos, procedimentos, prioridades, métodos e técnicas. Alguns outros estratos formadores do discurso também concorrem para a institucionalização de um campo de conhecimento, como autores e vínculos acadêmicos.

Ao se considerar a formação discursiva da CI como um contínuo das temáticas trabalhadas por seus respectivos autores, pode-se afirmar que são os autores os responsáveis pela construção ideológica da área, uma vez que os discursos são construídos nessa seara. São eles também os responsáveis e corresponsáveis pelo discurso que se tem no campo da CI no Brasil assim como pela formação do objeto de pesquisa na área.

Esse é outro aspecto importante que necessita ser estudado. Por detrás de temas e assuntos, há escolhas que são feitas por sujeitos, sócio e historicamente constituídos. Lembra-se que, nas teorias foucaultianas, o autor não é visto como sujeito autônomo e que, no processo de produção de conhecimento, atuaria comprometido com interesses ideológicos e de poder (ALVARENGA, 1996).

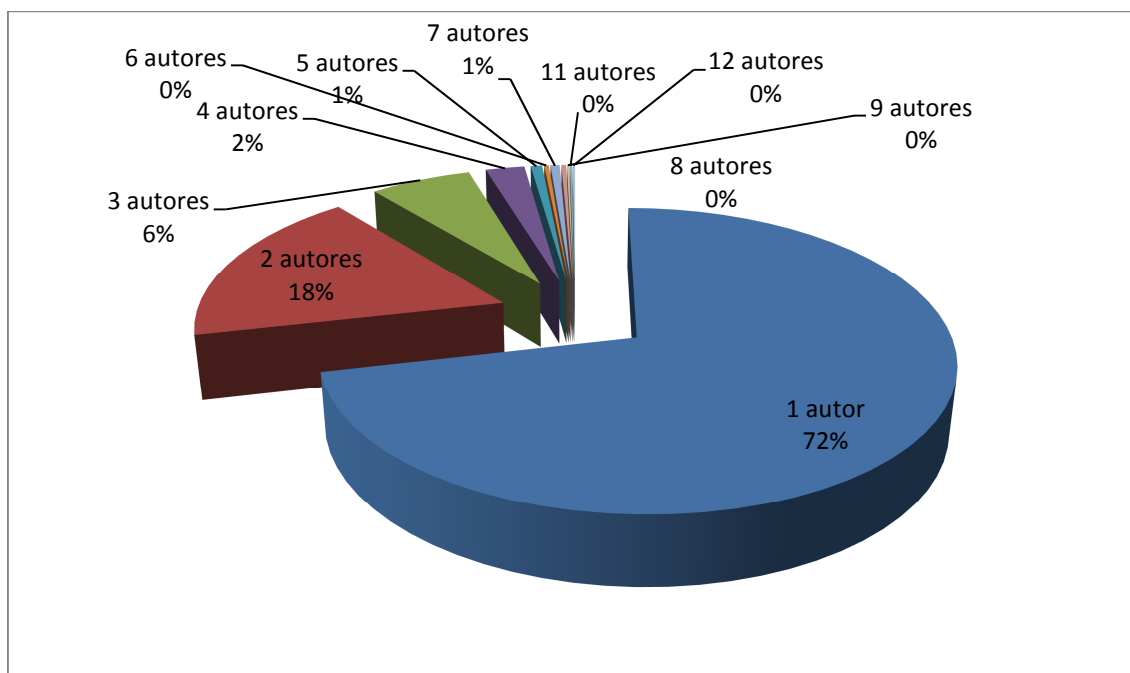
Sendo assim, é preciso estabelecer algumas relações reflexivas entre os autores que tiveram mais artigos publicados no período de análise

e suas respectivas inserções acadêmicas. Nas apreciações empreendidas aqui, considerou-se como autores mais produtivos, ao longo desses 35 anos de publicação, aqueles que tiveram quatro ou mais artigos publicizados nesse espaço de tempo⁵⁹. Assim tem-se que:

- dos 772 autores, 378 deles publicaram sozinhos, em alguns casos mais de uma vez;
- foram ao todo 539 artigos, escritos por autoria única, o que corresponde a 72% do montante de 704 artigos. Em outras palavras, 539 artigos tiveram autores que os escreveram sozinhos.
- esses dados ratificam estudos anteriores como os de Pinheiro (2005) e Mueller e Pecegueiro (2001), nos quais resultados apontam para uma predominância evidente da autoria única na produção e publicização de artigos na área da CI.
- os três autores que mais publicaram – Isa Maria Freire; Vânia Maria Rodrigues Hermes de Araújo e Suzana Pinheiro Machado Mueller – tiveram, cada um deles, nove artigos publicizados na revista Ci. Inf. no período.

Assim infere-se que não há uma concentração e sim uma dispersão autoral. A maioria dos 772 autores publicou apenas uma vez, levando a uma pluralidade de autores bem marcante. O gráfico seguinte mostra que 72% dos artigos têm apenas um autor e 18% têm dois autores. Ao todo, 90% dos artigos têm no máximo dois autores.

⁵⁹Em alguns casos, dada a grande extensão da amostra, consideraram-se autores produtivos aqueles com 6 ou mais artigos publicados. Entretanto, quando isso aconteceu, foi devidamente sinalizado.

Gráfico 9 Número de artigos publicados por autores

Fonte: Elaborado pela autora

Considerando os números referentes aos autores mais produtivos, é preciso estabelecer interfaces com as categorias de poder, saber e verdade. Quem são esses autores, quais seus vínculos com o campo discursivo da CI? Quais suas relações com a revista Ci. Inf.? Há relações diretas com o IBICT, instituição responsável pelas publicações? Qual a formação acadêmica desses autores? Será que isso tudo influencia as escolhas temáticas? Quais temáticas mais trabalhadas por esses autores? A tabela a seguir apresenta nominalmente esses sujeitos pesquisadores e influentes no campo da CI:

Tabela 4 Produtividade de artigos por autor

AUTOR	Quantidade de Artigos Publicados (1972 – 2007)
1. Isa Maria Freire	9
2. Vania Maria Rodrigues Hermes de Araújo	9
3. Suzana Pinheiro Machado Mueller	9
4. Maria Nélide González de Gonzalez de Gómez	8
5. Murilo Bastos da Cunha	7
6. Nice Menezes de Figueiredo	7
7. Aldo de Albuquerque Barreto	6
8. Anna da Soledade Vieira	6
9. Mônica Erichsen Nassif Borges	6
10. Edson Nery da Fonseca	5
11. Kira Tarapanoff	5
12. Regina Maria Marteleto	5
13. Solange Puntel Mostafa	5
14. Helena Maria Martins Lastres	4
15. Daisy Pires Noronha	4
16. Bernadette Santos Campello	4
17. Nathalie Dusoulier	4
18. Regina de Barros Cianconi	4
19. Patricia Zeni Marchiori	4
20. Tefko Saracevic	4
21. Gilda Maria Braga	4
22. Henrique Flávio Rodrigues da Silveira	4
23. Luc Marie Quoniam	4
24. Silvana Drumond Monteiro	4
25. Jaime Robredo	4
26. Sergio Luis da Silva	4
27. Sely Maria de Souza Costa	4
27. Sarita Albagli	4
29. Katia Maria Lemos Montalli	4
30. Yara Rezende	4

Fonte: Elaborado pela autora

Na perspectiva arqueológica de Michel Foucault, as atividades de pesquisa, dentro das instituições voltadas para esse fim, não estão desvinculadas das relações de poder. Todos os sujeitos envolvidos corroboram com o processo de produção do conhecimento. Se a pesquisa

científica e a produção do conhecimento estão em constante diálogo e interfaces com poderes políticos, relações econômicas e sociais, também as instituições, sujeitos, veículos de publicização fazem parte dessa rede. Sendo assim, pesquisadores e estruturas acadêmicas de pesquisa são “convocados” a produzir resultados na direção da rede relacional de poder, saber e verdade.

As análises que se seguem apresentam os resultados de dados dos 30 autores que tiveram quatro ou mais artigos publicados ao longo dos 35 anos analisados⁶⁰. A partir desses dados, pode-se notar certa endogenia na área, ou seja, a “capacidade de um sistema conter ele mesmo, originado no interior de, ou por fatores internos” (AURÉLIO, 2000, p. 290). Essa percepção também remete aos pressupostos foucaultianos, para os quais o saber científico de um determinado campo disciplinar está intimamente entretido com as relações de poder e o que se determina por verdade.

Em um universo de 30 autores, cerca de 4% do total de 772 autores, são responsáveis por 22,59% da produção absoluta de 704 artigos. Suas relações dialógicas com espaços institucionais podem ser visualizadas numericamente na tabela a seguir:

⁶⁰ Ver Apêndice 12: Quadro 19 – Vínculos Institucionais e Titulações (Autores Mais Produtivos). Por questões metodológicas, tendo em vista a extensão do material empírico, optou-se por uma amostra dos trinta autores mais produtivos, com quatro ou mais artigos publicados.

Tabela 5 Vínculos institucionais de autores mais produtivos

	INSTITUIÇÕES	QTDE	%
1	IBICT	8	26,67%
2	IBICT+UFRJ	4	13,33%
3	UNB	3	10,00%
4	UNIV FORA BRASIL	3	10,00%
5	USP	2	6,67%
6	UFMG	2	6,67%
7	ÓRGÃOS FEDERAIS	2	6,67%
8	UFRJ	1	3,33%
9	UFF	1	3,33%
10	UFPR	1	3,33%
11	PUC SP	1	3,33%
12	UNIV FED SÃO CARLOS	1	3,33%
13	NATURA	1	3,33%
	TOTAL	30	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Infere-se que:

- 26,67% pertencem ao IBICT, órgão responsável pela editoração da revista;
- outros 13,33% possuem vínculos diretos com a UFRJ, universidade que acolheu a pós-graduação do IBICT, bem como a UFF, com 3,33%;
- já a UNB, universidade com a qual o IBICT mantém parcerias acadêmicas e de pesquisa, apresenta cerca de 10% de vinculação;
- 30 autores são responsáveis pela publicação de 155 artigos, o que corresponde a cerca de 23% da produção total de 704 artigos;
- ao se considerar a parceria entre o IBICT e a UFRJ tem-se um percentual de 40% dos artigos publicados;
- levando em consideração as parcerias entre IBICT, UFRJ, UFF e UNB esse percentual se eleva para 56,67%.

Quando se pretende estabelecer as redes relacionais de poder, saber e produção de verdade no campo disciplinar da CI no Brasil, torna-se importante constituir outras redes de análise com os dados expostos:

Tabela 6 Inserção profissional dos autores mais produtivos

Autores de > ou = 4 Artigos	Comissão Editorial	Parecerista	Nº de Artigos Publicados	Somadas Comissão Editorial 2	Soma dos Pareceristas	Soma Comissão+ Parecerista	Soma de apenas Artigos
Gilda Maria Braga	23	8	4	1	1	1	
Edson Nery da Fonseca	13	6	5	1	1	1	
Kira Tarapanoff	13	11	5	1	1	1	
Nice Menezes de Figueiredo	10	4	7	1	1	1	
Jaime Robredo	9	3	4	1	1	1	
Maria Nélide González de Gómez	8	10	8	1	1	1	
Patricia Zeni Marchiori	8	9	4	1	1	1	
Suzana Pinheiro Machado Mueller	7	10	9	1	1	1	
Solange Puntel Mostafa	5	6	5	1	1	1	
Vania Maria Rodrigues Hermes de Araújo	5	2	9	1	1	1	
Sely Maria de Souza Costa	4	2	4	1	1	1	
Regina Maria Marteleto	2	7	5	1	1	1	
Sarita Albagli	2	6	4	1	1	1	
Aldo de Albuquerque Barreto	1	14	6	1	1	1	
Helena Maria Martins Lastres	1	0	4	1			
Anna da Soledade Vieira	0	8	6		1		
Bernadette Santos Campello	0	0	4				1
Daisy Pires Noronha	0	4	4		1		
Henrique Flávio Rodrigues da Silveira	0	0	4				1
Isa Maria Freire	0	6	9		1		
Katia Maria Lemos Montalli	0	1	4		1		
Luc Marie Quoniam	0	0	4				1
Mônica Erichsen Nassif Borges	0	5	6		1		
Murilo Bastos da Cunha	0	11	7		1		
Nathalie Dusoulier	0	0	4				1
Regina de Barros Cianconi	0	0	4				1
Sergio Luis da Silva	0	1	4		1		
Silvana Drumond Monteiro	0	6	4		1		
Tefko Saracevic	0	0	4				1
Yara Rezende	0	0	4				1
TOTAL	30		155	15	22	14	7
PERCENTUAL				50,00%	73,33%	46,67%	23,33%

Fonte: Elaborado pela autora

Dos 30 autores com quatro ou mais artigos publicados:

- 73,33% foram pareceristas da revista Ci. Inf.;
- 50,00% fizeram parte do comitê editorial e 46,67% da composição de ambos, ou seja, tanto do corpo editorial como pareceristas da revista;
- 23,33% deles apenas publicaram artigos.

Dessa forma, averigua-se e reforça-se a suposição de endogenia. Se não na área, pelo menos no objeto de análise escolhido neste espaço de pesquisa, como pode ser verificado na Tabela 13.

Quando esses autores, constantes na tabela 13, integraram a comissão editorial e / ou pareceristas e foram responsáveis por cerca de 45% das publicações, entre 1972 a 2007. Nesse sentido, torna-se importante refletir sobre a categoria de autor e abre-se um parêntese retomando o pensamento de Foucault (2007). Para ele, o fato de um sujeito escrever um texto não faz dele um autor, posto que aquele que assina o texto descreve um tanto de outras relações, contextos e vivências. Não se trata de uma recusa definitiva dessa categoria (autor), mas Foucault propõe “sacudir” a pacificidade na qual a comunidade acadêmica o aceita. Por isso, apresenta-se aqui essa rede relacional e institucional dos autores mais produtivos desse período, considerando-se que vínculos acadêmicos e institucionais corroboram para a formação do objeto de pesquisa e institucionalização de um campo de conhecimento.

Mas a quais temas se dedicam esses pesquisadores que tiveram seis ou mais artigos publicados entre 1972 a 2007? Provavelmente nas temáticas trabalhadas pelos autores mais produtivos⁶¹ encontram-se dados importantes para a reflexão autoral e de formação do objeto de pesquisa em

⁶¹ Ver em Apêndice 13: títulos dos artigos dos autores mais produtivos (seis ou mais artigos publicados) – Quadros de 17 a 25.

CI⁶², como se pode ver na Tabela 7. Foram ao todo 67 artigos, cujos resumos, títulos e palavras-chaves fizeram parte da amostra de análise.

Tabela 7 Temáticas dos autores mais produtivos

AUTOR	IDENTIF. TEMÁTICAS	TEMÁTICAS	QTD. ARTIGOS
Isa Maria Freire	18	Informação / Conhecimento / Modernidade / Ideologia / Sociedade	9
Vania M. R. H. Araújo	18	Informação / Conhecimento / Modernidade / Ideologia / Sociedade	9
Suzana P.M. Mueller	17	Informação e comunicação científica / avaliação / fluxo	9
Maria Nélide G. Gómez	1	Teoria da Ciência da Informação / Teoria Geral	8
Murilo Bastos da Cunha	9	Automação de Bibliotecas	7
Nice Menezes de Figueiredo	2	Necessidade e uso da Informação	7
Aldo de Albuquerque Barreto	15	Sistemas de Informação	6
Anna da Soledade Vieira	5	Políticas informacionais - C&T	6
Mônica Erichsen Nassif Borges	19	Cultura e inovação Informacional / Informação e Negócios	6
			67

Fonte: Elaborado pela autora

Mesmo centralizando a análise em autores mais produtivos, observa-se a amplitude do objeto de pesquisa na área e igualmente a dispersão temática. Nesse aspecto, observa-se que dois autores – Isa Maria Freire e Vania M. R. H. Araújo – concentram suas pesquisas e publicações no tema **18** - Informação / Conhecimento / Modernidade / Ideologia / Sociedade. Dito de outra forma, a informação vista como bem social contemporâneo e fator de mudanças sócio-políticas e culturais (ideologia). Há que se considerar a amplitude dessa temática e a possibilidade de essas

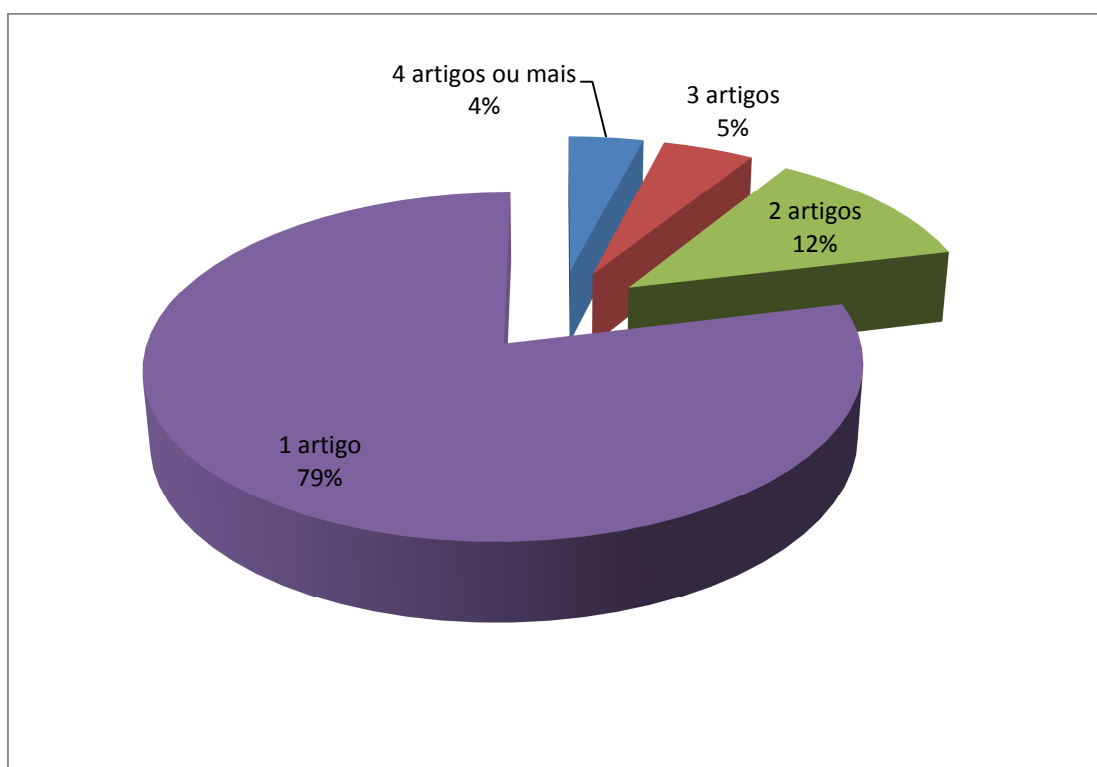
⁶² Neste tópico de análise, por uma questão de extensão dos dados optou-se por apresentar os títulos e temáticas dos autores que publicaram seis ou mais artigos.

questões nascerem e serem motes de pesquisas de outros campos de conhecimento⁶³.

Outro aspecto que deve ser considerado é que, a partir dos dados obtidos na análise da revista *Ci. Inf.*, verifica-se⁶⁴ que não há uma temática clássica. Os números são passíveis de representar dispersões quanto ao pensamento científico na CI.

É importante chamar a atenção para os dados apresentados no gráfico 10 que reforçam a questão da dispersão autoral. As três autoras mais produtivas – Isa Maria Freire, Vania M. R. H. Araújo e Suzana Pinheiro Machado Mueller, com 9 artigos cada uma – contribuíram com cerca de 2% da produção total dos 704 artigos publicados no período analisado.

Gráfico 10 Autores / Artigos



Fonte: Elaborado pela autora

⁶³ Ver no Apêndice 14: Tabela 16 - Predominância de temáticas entre os autores mais produtivos.

⁶⁴ Ver Apêndice 14: Tabela 16 - Predominância de temáticas entre os autores mais produtivos

Pode-se também entender que o grande número de autores com apenas um artigo publicado deixa entrever não apenas a dispersão temática e / ou autoral, mas também a possibilidade de uso de outros veículos de publicação de seus trabalhos. Ou ainda, que esses autores não foram muito produtivos. Outra hipótese pode estar no fato de que, sendo a CI um campo que recebe pesquisadores das mais variadas áreas do conhecimento, muitos desses autores “passam” por ela, publicam os resultados de suas pesquisas e retornam aos seus respectivos campos de conhecimento. O que pode levar a pensar também que a CI não abre muito espaço para atuação de mestres e doutores formados em seus programas de pós-graduações. Um estudo que faça uma análise dos editais de pesquisa e concurso de professores pode vir a corroborar com tal conjuntura.

No entanto, há que se questionar por que se tem uma porcentagem altíssima – 72% – de autores que publicaram apenas uma única vez em uma revista Qualis A, referência nacional e internacional de periódico científico na área da CI. Esse questionamento favorece o arrolamento dessas hipóteses, principalmente ao se considerarem as exigências da Capes para a produção acadêmica e o fato de a revista Ci. Inf. receber conceito A 2. Seria de se esperar que os autores que publicaram apenas uma vez tivessem uma maior e mais efetiva participação nas páginas da revista, com a contribuição para o campo discursivo a partir de novos artigos.

Termina-se esse tópico chamando a atenção para outro aspecto relevante. Apesar da grande dispersão autoral, percebe-se uma concentração de pesquisadores no grupo do IBICT, aliados e parceiros (UFRJ / UFF / UNB), entre os autores mais produtivos. Esse fato reforça as proposições foucaultianas para as quais as relações de poder e saber

produzem as verdades científicas de um determinado campo de conhecimento⁶⁵.

A próxima análise abordará questões vinculadas aos lugares de enunciação do campo discursivo, evidenciando Instituições, políticas e ideologias que compõem e entretecem a CI.

9.2 Lugares de Enunciação

Inicia-se esse tópico retomando o pressuposto inicial desta tese onde se pressupõe que a institucionalização da CI, no Brasil, apresenta outros elementos que não são exclusivamente científicos. Assim, trabalhar-se-á com as análises das políticas de editoração, além da formação acadêmica e biografias de sujeitos que atuam e delimitam espaços na revista Ci. Inf. Têm-se como exemplo os sujeitos que fizeram parte de direções, comissões editoriais e outros espaços que garantem as condições de existência do periódico.

Foucault (2007) pontua sobre a necessidade de se especificarem os espaços institucionais nos quais os sujeitos buscam não somente explicitar seus discursos e legitimá-los, mas também por pares, diálogos teóricos e empíricos. E exemplifica o caso dos médicos que, em hospitais, bibliotecas e escolas de medicina, estabelecem uma “rede neural” de poderes, saberes e verdades.

Assim, pesquisadores, professores, políticas institucionais, temas de pesquisa e outros formam o que Foucault (2007, p. 151) denomina “regime geral” a que o objeto obedece, “o regime comum a todos os seus domínios associados, as formas de sucessão, de simultaneidade, de repetição de que todos são suscetíveis”.

⁶⁵ Ver Apêndice 12: Quadro 19 – Vínculos Institucionais e Titulações (Autores Mais Produtivos).

Partindo do princípio de que construção, constituição e legitimação do conhecimento perpassam pelas instituições e políticas de pesquisa que subjazem em todo processo de produção científica e acadêmica, tem-se evidenciados os lugares de enunciação nos sujeitos e as relações de poder e saber que esses estabelecem.

Sendo assim, buscou-se situar as relações reflexivas entre instituições compostas por sujeitos que, por sua vez, formam o grupo de editores, comissões editoriais, pareceristas, autores e as políticas para publicação de artigos na revista *Ci. Inf.*⁶⁶. Teve-se como premissa que políticas de editoração em revistas científicas, de modo geral, são determinadas por sujeitos históricos, socialmente instituídos em tempos e espaços de atuação. São pesquisadores com papéis importantes no que diz respeito às escolhas de questões, temas, avaliação de pares, desenvolvimento de pesquisas, dentre outros.

Segundo Pinheiro (2005), há alguns predicados imprescindíveis para se fazer parte desse grupo, que de certa forma “direciona” a trajetória de um determinado campo científico. Entre eles, ser doutor, experiente, ter conhecimento da área e apresentar pesquisas importantes para o campo, além de apresentar excelência acadêmica.

Assim, em uma primeira instância, procurou-se formar uma rede relacional com os autores mais produtivos, destacados na Tabela 13, do item anterior, e os sujeitos que participaram mais de cinco vezes nas comissões editoriais, como parecerista e/ou editor responsável pelas publicações. No final, obtiveram-se, como resultado, três tabelas⁶⁷ com os nomes daqueles que, sem dúvida, foram e continuam sendo pesquisadores com atuações em espaços múltiplos, que trabalharam efetivamente como

⁶⁶ As políticas editoriais e de publicação encontram-se completas nos Anexos 2 e 3 respectivamente.

⁶⁷ Ver em Apêndice 15: Tabela 17 - Comissão Editorial; Apêndice 9: Tabela 18 - Parecerista, e Apêndice 10: Tabela 19 - Em ambas as categorias.

líderes na condução dos aspectos institucionais e legitimadores da CI no País.

Destarte, faz-se necessário verificar os lugares de enunciação desses sujeitos do domínio e seus ambientes institucionais de atuação e pesquisa. Procurou-se localizar onde eles buscam por diálogos, pares e legitimidade discursiva⁶⁸ e estabelecer, de forma arqueológica, os lugares de enunciação discursiva desses sujeitos históricos. Isso foi feito a partir das respectivas biografias resumidas. Observa-se que todos eles fazem parte de espaços distintos e importantes da CI no Brasil.

Através do exame referente à formação acadêmica e dos vínculos profissionais desses pesquisadores/autores, verifica-se que eles são sujeitos que participaram de forma ativa, ora nas comissões editoriais, ora como pareceristas da revista e, muitas vezes concomitantemente em três categorias (autor, comissão editorial e parecerista) ao longo dos 35 anos analisados. Nota-se também que a formação acadêmica e a atuação profissional da maioria desses pesquisadores atendem às premissas necessárias e fazem deles profissionais de excelência acadêmica, como pode ser visualizado na Tabela 8, exposta abaixo:

Tabela 8 Autores mais produtivos por graduação / Pós-graduação / Vínculo ao IBICT

Graduação	Quantidade	%
Graduação em Biblioteconomia	12	66,66%
Graduação Ciências	1	5,55%
Graduação Ciências Sociais	1	5,55%
Graduação Economia	1	5,55%
Graduação Filosofia	1	5,55%
Graduação em Química	1	5,55%
Graduação em Sociologia	1	5,55%
	18	100,00%

⁶⁸ Por se tratar de um extenso documento referente ao total de 18 autores, ver Apêndice 18: Breve biografia dos autores mais produtivos/Pareceristas/Comissão editorial.

Pós-Graduação	Quantidade	%
Mestre em CI	11	61,00%
Mestre em áreas afins da CI*	2	11,11%
Mestre em áreas diferentes	2	11,11%
Doutor em CI	4	22,22%
Doutor em áreas afins da CI ^{69*}	10	55,55%
Doutor em áreas diferentes	3	16,66%
Qualificação dos autores		
	18	%
Pós-doutores	6	33,33%
Doutores	17	94,44%
Mestres	16	88,88%
Graduados	18	100,00%
Vínculos com ibict	10	55,55%

Fonte: Elaborado pela autora

Percebe-se que:

- grande parte deles, ou seja, 66,66% apresentam como formação inicial o curso de Biblioteconomia;
- 94,44% são doutores, sendo que 22,22% são doutores em CI e 55% apresentam doutorado em áreas afins, como por exemplo, comunicação social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, curso de pós-graduação estritamente ligado a CI no Brasil⁷⁰;
- outros 61% são mestres em CI e 55% desse grupo de 18 autores⁷¹ fazem ou fizeram parte do grupo de pesquisadores do IBICT;
- novamente, verifica-se uma endogenia explicitada no item 9.1 - Formação do objeto.

⁶⁹ Áreas afins: biblioteconomia, documentação, comunicação e outras das Ciências Sociais aplicadas.

⁷⁰ Ver item 3.2 A primeira Pós-Graduação em Ciência da Informação no País.

⁷¹ Ver Apêndice 18 – Breve biografia dos autores mais produtivos/Pareceristas/Comissão editorial.

Outro aspecto a ser analisado refere-se ao editor responsável pela publicação de uma revista acadêmica que, a princípio, deve ser pesquisador reconhecido por seus pares, pesquisas, práticas e contribuições significativas à área, além de notória excelência acadêmica. No caso da revista *Ci. Inf.*, parece que esse cargo é ocupado por indicação ou é um cargo de honra preenchido pelo presidente/diretor do IBICT. Os históricos expostos no Apêndice 12 indicam que essa função de editor responsável atende a outros critérios diferentes da excelência acadêmica. Ressalta-se que, do ponto de vista de produtividade de artigos, esses sujeitos não fizeram parte na listagem dos 30 autores que mais publicaram na revista nos anos analisados⁷².

A esses sujeitos da ciência cabe decidir o que falar, quem deve ser o sujeito da fala, quando e como. Cabe a eles decidir sobre temáticas, números especiais, comemorativos, qual resenha, informativo, quais artigos serão aceitos. Em termos percentuais, o cenário se apresenta da seguinte forma:

⁷²Ver breve biografia no Apêndice 19 - Editores responsáveis pela revista *Ci. Inf.* entre 1972 e 2007

Tabela 9 Números dos editores responsáveis

Editores Responsáveis = 8		
Graduação	Quantidade	%
Graduação em Biblioteconomia	5	62,50%
Graduação Direito	1	12,50%
Graduação engenheiro Civil	1	12,50%
Graduação Letras	1	12,50%
		100,00%
Pós-Graduação		
Mestre em Ciência da Informação	6	75,00%
Mestres em áreas afins	1	12,50%
Mestres em áreas diferentes	0	0,00%
Doutor em Ciência da Informação	3	37,50%
Doutor em áreas afins	3	37,50%
Doutor em áreas diferentes	1	12,50%
QUALIFICAÇÃO DOS AUTORES		
	8	
Pós-doutores	1	12,50%
Doutores	7	87,50%
Mestres	7	87,50%
Graduados	8	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Entre os editores responsáveis pela publicação:

- 62,50% são bibliotecários;
- 75% mestres em CI;
- 37,50% doutores em CI.
- 37,50% são doutores em outras áreas (administração, engenharia e etc.);
- 87,50% do grupo apresentam títulos de mestres e doutores.

Na revista Ci. Inf. todos os artigos enviados para publicação passam pela avaliação de, pelo menos, dois pareceristas de notório saber e, caso ocorram avaliações em desacordo, passa-se a um terceiro parecerista. No entanto, é preciso ressaltar que a decisão final sobre o que será publicado é tomada pela comissão editorial. Segundo informações constantes no sítio eletrônico do periódico, em nenhum momento do

processo de escolha os autores dos artigos são identificados. Nem mesmo o nome do parecerista é revelado ao autor quando esse recebe o resultado da submissão de seu trabalho.

Quanto à política editorial da revista, esta se encontra em seus fascículos impressos e em versões *online*, bem como em separado em seu sítio eletrônico. Além disso, acham-se também nesse material as informações necessárias para que os autores que pretendem publicar em suas páginas possam se orientar (Ver ANEXO 2 e 3).

A revista só publica artigos originais que compreendem “textos que contenham relatos completos de estudos ou pesquisas concluídas; matérias de caráter opinativo, revisões da literatura e colaborações assemelhadas”. Em suas páginas, encontram-se também resenhas ou resenhas que são análises críticas de livros, de periódicos recentemente publicados, dissertações e teses. Além de entrevistas com profissionais de competência reconhecida que contribuem com sua experiência pessoal em alguma área relacionada à Ciência da Informação. Também se encontram comunicações, editorial, relato de experiência, revisão de literatura, artigos de revisão, *in memoriam* e outros.

No Anexo 3, encontram-se, na íntegra, as normas editoriais expressas pela revista. As normas são as primeiras instâncias delimitadoras do discurso e, ao mesmo tempo, podem ser vistas também como os lugares de enunciação da CI no Brasil. Através delas, é possível averiguar as regras nas quais os sujeitos dos domínios buscam por interações, interfaces e diálogos discursivos.

As normas editoriais mostram que a revista procura por um mínimo de subjetividade inerente ao processo de escolha de temáticas, artigos, o que publicar, quando, a quem autorizar dizer e o que dizer. Em páginas anteriores, mais exatamente através dos Gráficos 1, 2 e 3, foi mostrado o evidente crescimento de artigos apresentados para publicação

versus artigos rejeitados. Poder-se-ia afirmar que tais dados refletem o crescimento de interesse e de pesquisas na área. No entanto, outra inferência possível é a de que as diretrizes das normas editoriais reduzem o número de pessoas autorizadas a publicar seus discursos, falar sobre qualquer que seja o tema escolhido, de forma distinta do que está definido nas normas.

Provavelmente são rejeitados artigos com procedimentos diferenciados, que incorporam elementos de outras emergências discursivas, com metodologias e propostas distintas das políticas editoriais propostas. Para Alvarenga (1996, p. 148), em sua pesquisa na área de educação, as políticas editoriais parecem ter como objetivo primeiro:

Registrar pensamentos, práticas, eventos e iniciativas de certos grupos de pessoas que, não importando a sua filiação a áreas específicas do conhecimento, tinham como distintivo comum o fato de estarem interessados em promover o desenvolvimento e a institucionalização da pesquisa e da ciência no Brasil.

Mesmo assim, é preciso reiterar que as publicações dos artigos são de responsabilidade de um grupo de sujeitos que referenda, legitima e institucionaliza os discursos contidos nelas. Um grupo interdisciplinar (ver Apêndices 11, 12, 13 e Tabela 21) formado por sociólogos, bibliotecários, economistas, filósofos e outros, estudiosos da área, com olhares voltados aos processos e trajetórias do campo, que entre outras atribuições “julgam” o que vai ou não vai ser publicado. Para Alvarenga (1996), esse procedimento de “julgamento” não é, de forma alguma, isento de problemas ou pacífico. As ações são repletas de subjetividade e as decisões nem sempre consensuais, herméticas e pautadas apenas em parâmetros de cientificidade. Alvarenga (1996, p. 66) pontua alguns desses problemas:

a) investigadores com pontos de vistas comuns serão sempre favoráveis a trabalhos apresentados por cientistas com linha de pensamento similar; b) cientistas amigos entre si, que “cresceram juntos”, ou frequentaram a mesma escola, respaldam-se em tendências fraternas nas decisões de julgamentos; c) cientistas em um dado nível de eminência tendem a favorecer seus pares que se acham em situações similares, na hierarquia da ciência, mesmo se não há nenhum contato pessoal entre eles.

No processo de seleção e “julgamento” pode acontecer o que é denominado “camaradagem acadêmica”, por parte dos pareceristas, membros das comissões editoriais e outros. Não está se afirmando isso, mas, mesmo não sendo identificado o autor do artigo que se pretende ver publicado na revista, sabe-se que o estilo de escrita, a temática de pesquisa, resultados apresentados, metodologias usadas, autores referenciados nas citações, bibliografias e outros traços dizem muito sobre aquele que o escreveu. Os próprios pesquisadores exercem grande influência entre si, como pareceristas e membros de comissões editoriais. Editores responsáveis pelas publicações são sujeitos que, historicamente constituídos, não estão isentos de escolhas subjetivas. Assim, pode-se dizer que há indícios de que as regras de seleção de materiais a serem publicados podem ser também resultados de interesses e redes relacionais dos grupos dirigentes, juntamente com o comitê editorial da revista e seus aliados.

É sempre bom lembrar que, em se tratando dos lugares de enunciação – instituições, políticas, fatos e entidades –, as pesquisas nascem de demandas relacionadas ao poder e suas redes que produzem verdades científicas. No caso da CI no Brasil, suas pesquisas primeiras surgiram em uma instituição criada pelo governo e não no seio de uma universidade. As próprias mudanças governamentais fazem com que cargos, poderes e prioridades, além de posições políticas e ideológicas dos grupos, mudem com certa constância. Na concepção de Michel Foucault, isso influencia diretamente os saberes instituídos nos campos disciplinares e seus discursos. O próprio fato de o IBICT ser ligado ao Governo Federal já indica a possibilidade de tendências, principalmente nos anos de 1970 e início dos anos 1980. Nesse sentido, é possível que se tenha um movimento de exclusão, principalmente de membros que se posicionavam contrariamente aos princípios ideológicos do governo nesse período. Entretanto, os resultados da pesquisa apontam para fortes indícios de que o Governo respaldava a instituição.

Nas biografias expostas nos Apêndices 11 e 12 e nas referências biográficas dos presidentes/diretores do IBBD/IBICT presentes no Apêndice 4 também há indicativos de que os cargos de decisão, como o de editor responsável pela publicação, são ocupados por intelectuais-burocratas⁷³ e não professores/pesquisadores (ALVARENGA, 1996). No período analisado nesta tese, de 1972 a 2007, eram esses intelectuais-burocratas que atuavam nos bastidores da revista. Além disso, verificando a produtividade, a participação em comitês editoriais e equipe de pareceristas, pôde ser visualizado um núcleo de autores que apresentam características comuns. Por exemplo, são mais produtivos, são bastante citados (esse dado poderá ser examinado no item seguinte), têm vinculação institucional com o IBICT, cargos de gestão, chefias, diretorias e outros. Essas características fazem com que o grupo possa ser visto como aquele que traz em si a identidade ideológica, conceitual e empírica da área.

É preciso esclarecer que o IBICT não é o único *lócus* de debates e promoção de estudos do campo. Há outros espaços de atuação desses profissionais e esses lugares são importantes e caros à CI, no Brasil. Também, há outros periódicos como os indicados no Apêndice 1: A classificação Qualis de alguns periódicos da área. Um outro exemplo é a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia – ANCIB, criada em 1989, como espaço de divulgação, diálogo e visibilidade da produção científica das pós-graduações da área. É também onde se apresentam aos pesquisadores de todo o País o que vem sendo pesquisado nas pós-graduações e isso acontece em seus encontros anuais. A ANCIB não só fortalece o campo como afina e refina sua produção científica. No sítio eletrônico dessa associação encontram-se disponíveis as temáticas de grupos de trabalhos e seus objetivos, como

⁷³ Entende-se por intelectuais-burocratas os profissionais formados na área da CI ou não que, na maioria das vezes, apresentam mestrado, doutorado e/ou PHD e que ocupam cargos decisórios. No entanto, não fazem parte do grupo de autores que exibem resultados significativos de pesquisas em forma de artigos na revista Ci. Inf. nos 35 anos analisados. Foram considerados autores mais produtivos aqueles que tiveram quatro ou mais artigos publicados entre 1972 e 2007.

exposta no Anexo 13. Muitos dos autores aqui referenciados exerceram cargos de gestores e lideranças nessa associação, como por exemplo Isa Freira, Sarita Albagli, Regina Maria Marteleto e outros.

Obviamente que há que se considerar que nas relações de poder existe sempre uma rotatividade de sujeitos. Se for feita uma análise acurada pelas séries estabelecidas no tópico anterior – 9.1 Formação do Objeto –, provavelmente se constatarão mudanças de sujeitos nos cargos decisórios. Isso porque inclusões e exclusões estão vinculadas às relações de poder ocorridas diferentemente nas diversas presidências/diretorias do IBICT. São as redes de domínio e alianças estabelecidas temporariamente, identificadas por Michel Foucault (1996) em sua obra *Microfísica do poder*, que definem os saberes e os discursos de verdade nos campos das ciências.

A construção e a constituição do conhecimento estão intimamente vinculadas às demandas ideológicas de quem está no poder. Para Foucault (2007), o conhecimento produzido pelas áreas de saber é também resultado dessas relações evidenciadas nas redes de pesquisadores, professores, diretores, instituições criadas e respaldadas pelo poder e para esse fim. Verifica-se que, na maioria das vezes, os grupos existem, preexistem, coexistem e persistem em torno dos poderes. Alguns grupos prevalecem mais que outros, trocam de posições em determinadas conjunturas. No entanto, o labor, a aceitação e a publicização dos discursos científicos fazem parte dessa realidade e dessa relação que envolve poder, saber e produção de verdade.

Nesse sentido, é importante perscrutar também os espaços de emergências discursivas no campo da CI, onde são publicizados os discursos, quais lugares se buscam pela sua legitimação e institucionalização. Esse será o tema tratado no próximo item.

9.3 Superfícies de emergência discursivas

Nas reflexões referentes a produções, comportamentos, influências da literatura científica, as análises de citações têm sido muito utilizadas como ferramenta metodológica para esse fim de pesquisa. Por isso, foram trabalhados neste tópico os espaços de disseminação dos discursos, ou seja, as publicações e seu comportamento. O que se pretendeu foi analisar o comportamento dos 772 autores, na publicização dos 704 discursos científicos, em forma de artigos, que fazem parte do periódico *Ci. Inf.* em 35 anos. Também, verificar quais as tradições intelectuais da área, o que e quem embasa o conhecimento de 1972 a 2007 e assim evidenciar as redes de diálogos entre os autores dos artigos e os autores citados, as inter-relações discursivas, os discursos polifônicos, as intertextualidades que possam vir a caracterizar a Ciência da Informação no Brasil.

Posto que a ciência seja uma atividade social, inserida em trajetórias, histórias e memórias, retoma-se Cronin (1984, *apud* MACIAS-CHAPULA, 1998, p. 136), quando afirma que, “para compreender isso, precisamos conhecer os cenários e as personalidades, estejamos olhando quer para o modo como os cientistas fazem ciência, quer para as formas pelas quais os resultados de seus esforços profissionais são comunicados”. Os artigos publicados entre 1972 e 2007 refletem metodologias de pesquisa, reconhecimento de influências conceituais, contextuais e paradigmáticas. São contribuições e reconhecimentos que buscam pela legitimidade discursiva e institucionalização científica.

As citações ocupam um espaço importante nas pesquisas de cunho social e histórico, principalmente quando se refere ao estudo de regulamentos, fundamentos e valores que norteiam determinado campo de saber. Também, nos estudos arqueológicos, os engendramentos entre as relações de poder, a regulamentação e legitimação de saberes, além, é

claro, da produção de verdade, podem ser evidenciados no trânsito entre autores citantes e autores citados. Volta-se aqui a Foucault (2007), quando chama a atenção para o fato de que os saberes e as verdades independem das ciências propriamente ditas, mas todo saber está vinculado às práticas discursivas. Para o autor, o saber é uma prática discursiva, o discurso é o próprio poder e a verdade científica de um campo de conhecimento fruto dessa interface.

No entanto, é preciso esclarecer e explicitar os limites de pesquisa que as análises de citações apresentam. Autores como Bufrem e Prates (2005) e Motta (1983) apontam para várias questões que precisam ser levadas em conta quando se trata de refletir a respeito dos resultados numéricos e estatísticos. Bufrem e Prates (2005) afirmam que apenas 30% dos autores, mencionados nas referências bibliográficas, de fato influenciaram e influenciam pesquisas e pesquisadores. As autoras pontuam que 38% dessas referências dizem respeito a fontes secundárias e que, de forma alguma, isso reflete quem é o verdadeiro autor presente nas ideias do pesquisador.

Além disso, há a questão da autocitação, que também pode vir a mascarar os resultados de uma pesquisa que busca por autores mais influentes, temáticas presentes, nacionalidades e outros. As perguntas que ficam são: e o autor citado? Foi usado para reafirmar ou negar uma determinada teoria ou metodologia? As respostas não ficam claras quando se depara com uma lista de referências usadas pelo autor citante. Nem sempre uma referência é utilizada para legitimar ou assegurar a fala de um autor sobre um determinado assunto. Motta (1983) chega a afirmar que, em vários casos, a referência ou citação de determinado autor é omitida propositalmente e pede cautela nesse tipo de análise: "Cuidado! Qualquer tentativa de se associar a alta frequência de citação com o valor ou a qualidade terminará em desastre; da mesma forma que não podemos dizer que a baixa frequência de citação indica falta de valor." (MOTTA, 1983, p. 57).

Nesse aspecto, é importante exemplificar e reporta-se a alguns obstáculos enfrentados por esta pesquisadora na leitura dos dados levantados através da pesquisa, como por exemplo a quantidade significativa de um mesmo autor, citado das formas mais variadas possíveis ou um mesmo livro citado em línguas diferentes. São questões que, quando colocadas em bancos de dados, não são avaliadas pelos sistemas computacionais e interfere nos resultados finais.

Segundo Motta (1983), pouco se sabe sobre os fatores sociais que levam um autor a citar esta referência e não aquela outra ou quando se fazem muitas ou poucas citações. Assim as chances de se estarem medindo coisas incoerentes são grandes, mesmo porque esse método de análise de citações não é objetivo e os resultados de seus dados também não o são. São tendências, verificações aproximadas. Por exemplo, um autor que tem certo prestígio na área, seja qual for o motivo, pode vir a ser citado muitas vezes por outros autores, mesmo não tendo muita relação com os trabalhos de pesquisa de quem o cita. Mas parece que citá-lo acaba por dar certo *status* ao autor citante, credibilidade, e aí as relações de saber e poder se fazem presentes. Além do que, deve-se levar em conta que a produtividade de autores, número de citações, temáticas, tipologias, ano e formas de se citar variam consideravelmente de um campo de conhecimento para outro.

Visibilidade do autor, produtividade, reputação de pesquisadores, influência de pares pontuam nas políticas de distribuição de verbas para pesquisas por órgãos fomentadores em todo o País, como CAPES, CNPq, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e outros. Então, uma contagem numérica ou estatística pura e simplesmente não revela muito sobre a área e as análises de citações precisam estar amparadas por outros fatores tais como os estudos históricos, sociológicos e arqueológicos.

Dito isso, esclarece-se que os dados gerais encontrados na amostra somam ao todo 13.423 citações⁷⁴, com 10.682 tipos de materiais distintos (artigos, livros, legislações, teses e outros – excluindo as repetições) e 8.804 autores citados (excluindo as repetições).

Dessa forma, dos 10.682 tipos de materiais distintos (artigos, livros, legislações, teses e outros – excluindo as repetições), 733 deles não constavam a autoria, ou seja, as referências não trouxeram o nome do autor do documento apresentado. No total, isso corresponde a cerca de 7% dos documentos analisados. Na soma final do elenco de referências bibliográficas – um total de 13.423 – e considerando os 704 artigos analisados, obteve-se uma média de 19 citações referendadas no final de cada artigo.

Ao listar o material analisado e deparar-se com essa média, ratifica-se um dos princípios foucaultianos que diz que “todo discurso manifesto repousa secretamente sobre outro já dito” (FOUCAULT, 2007, p. 128). Os artigos publicizados na revista Ci. Inf. nos 35 anos de análise buscam por legitimação, sustentação e reificação de seus discursos.

A Tabela 10, exposta abaixo, mostra uma panorâmica correspondente à síntese das citações e suas incidências. O resultado mais surpreendente é que 85% dos autores citados pelos 772 autores dos artigos publicizados entre 1972 a 2007 aparecem (foram citados) uma única vez. Em outras palavras, apenas cerca de 15% do total dos autores citados foi referenciada mais de uma vez, denotando uma significativa dispersão autoral, também nesse conjunto de análise, como ver-se-á nos números expostos a seguir:

⁷⁴ Elenco de referências encontradas no final de cada artigo.

Tabela 10 Citações de autores

QUANTIDADE DE CITAÇÕES	QTD. AUTORES	%
37	1	0,011
27	1	0,011
24	2	0,023
23	3	0,034
22	1	0,011
20	3	0,034
19	2	0,023
17	1	0,011
16	1	0,011
15	1	0,011
14	5	0,057
12	4	0,045
11	5	0,057
10	13	0,148
9	10	0,114
8	9	0,102
7	23	0,261
QUANTIDADE DE CITAÇÕES	QTD. AUTORES	%
6	37	0,420
5	64	0,727
4	102	1,159
3	253	2,874
2	818	9,291
1	7444	84,552
TOTAL	8804	100

Fonte: Elaborado pela autora

Mesmo diante desse cenário dispersivo, cabe questionar: quem foram os autores mais citados? Quais são seus espaços de atuação de pesquisa? Quais seus espaços de superfícies de emergência discursiva? Onde são seus lugares de enunciação?

A Tabela 11, exposta abaixo, apresenta nominalmente os autores⁷⁵, que receberam mais de dez citações ao longo do período

⁷⁵ Por questão de extensão da amostra, optou-se por selecionar os autores que tiveram mais de 10 citações ao longo dos trinta e cinco anos abrangidos pela análise.

analisado. A listagem apresentou 44 pesquisadores/autores, sujeitos históricos com atuação preeminente no campo da CI. Chama-se a atenção para o fato de que dez desses autores – 22,72% – são pesquisadores brasileiros que também fazem parte do elenco de autores mais produtivos.

Tabela 11 Autores mais citados

NOME DO AUTOR	QTE
Sem autoria	733
GARFIELD e.	37
FIGUEIREDO, N. M.	27
BARRETO, Aldo Albuquerque.	24
BOURDIEU, Pierre.	24
CRONIN, B.	23
GOMEZ, Maria Nélide Gonzalez.	23
UNESCO	23
BRASIL. Presidência república.	22
ARAÚJO, Vânia Maria Rodrigues Hermes	20
NOME DO AUTOR	QTE
CUNHA, Murilo Bastos	20
DRUCKER, Peter F.	20
INSTITUTO BRASILEIRO INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	19
SHERA Jesse H.	19
Morin Edgar.	17
FOUCAULT, Michel.	16
LEVY, Pierre.	15
BROOKES, Bertram C.	14
CONSELHO NACIONAL DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPQ.	14
FONSECA, Edson Nery	14
HABERMAS, Jürgen.	14
LINE, Maurice B.	14
BRAGA, Gilda Maria	12
CASTELLS, Manuel.	12
FREIRE, I. M.	12
VIEIRA, Anna Soledade.	12
GOFFMAN, William.	11
KOTLER, Philip	11
LATOUR, Bruno.	11
NIELSEN, Jakob	11
ZIMAN, J. M.	11
ALLEN, T. J.	10

BATES, Marcia J.	10
BOBBIO, Norberto.	10
Continua...	
NOME DO AUTOR	QTE
Conclusão...	
BRASIL. Ministério Ciência e Tecnologia.	10
BRASIL. Ministério Planejamento Orçamento e Gestão.	10
DAHLBERG, Ingeltraut.	10
DEMO, Pedro	10
DERVIN, Brenda Nilan M.	10
ECO, Humberto.	10
HARNAD, Stevan.	10
INGWERSEN, Peter.	10
POPPER, Karl.	10
SAMBAQUY, I. Q.	10

Fonte: Elaborado pela autora

Percebe-se que:

- apenas um autor, Eugene Garfield, foi citado 37 vezes;
- dos dez autores mais citados, 50% deles fazem parte da listagem de autores que mais publicaram na revista Ci. Inf. entre 1972-2007⁷⁶;
- esses dez autores poderiam ser assinalados como membros efetivos do campo, líderes de um grupo produtor de conhecimento na área de CI no País;
- a trajetória acadêmica, publicações, produções desses dez autores⁷⁷ podem oferecer indícios do tipo de influência que CI recebe ou não.

Além disso, os dados gerais apontam para a influência de autores que são clássicos na área de Ciências Sociais. Mesmo que as incidências sejam pequenas em um universo de 8.804 autores citados, excluindo as repetições, as recorrências desses autores no campo da CI são

⁷⁶Ver Tabela 04 – Produtividade de Artigos por Autor.

⁷⁷ Ver Apêndice 18: Breve biografia dos autores mais produtivos/Pareceristas/Comissão editorial.

significativas, se considerada a porcentagem de cerca de 85% dos autores citados uma única vez. Entre esses autores encontram-se Bourdieu, Morin, Foucault, Levy, Castells e Eco⁷⁸. São filósofos, cientistas políticos, estudiosos do comportamento social que compõem esse espaço de influência e que fazem parte, de maneira direta ou indireta, do *corpus* teórico da CI.

Por outro lado, há também autores clássicos da área das Ciências Sociais como Durkheim, Japiassu, Kuhn, que tiveram baixa recorrência⁷⁹, assim como autores que são referência mundial em CI como, por exemplo, Ranganathan e Saracevic, se avaliadas as 13.423 citações⁸⁰.

Na verdade, esses dados ratificam a ideia de alguns autores citados nesta tese, como Pinheiro (2005) e Motta (1983), que apontam para a fragilidade dos resultados de estudos biométricos. Segundo Motta (1983), um resultado numérico não representa a qualidade de trabalho de um determinado autor. Há outros fatores, ainda pouco estudados, que interferem na decisão de citar este ou aquele autor. Como, por exemplo, análise minuciosa do conteúdo, a contemporaneidade da obra citada, maturidade do campo de pesquisa, *status* acadêmico do autor citado. No entanto, para outros estudiosos da Bibliometria, como Macias-Chapula (1998), o número de citações de um mesmo autor pode refletir o impacto de seus escritos em determinada área discursiva. Ao se olharem os dados apresentados acima, há que se considerarem hábitos, experiências, expectativas, limites, grupos e outros fatores importantes no estudo histórico da CI.

⁷⁸ Por exemplo: Bourdieu Pierre (citado 24 vezes); Morin Edgar (citado 17 vezes); Foucault Michel (citado 16 vezes); Levy Pierre (citado 15 vezes); Castells Manuel (citado 12 vezes); Eco Humberto (citado 10 vezes).

⁷⁹ Durkheim, Émile (citado 2 vezes), Japiassu, Hilton (citado 7 vezes) e Kuhn Thomas (citado 7 vezes).

⁸⁰ Por exemplo, Vickery B C. (citado 9 vezes); Lancaster F. W (citado 8 vezes); Borko Harold (citado 7 vezes); Ranganathan S. R (citado 7 vezes); Saracevic T. (citado 7 vezes).

Assim, quando se retoma a listagem dos autores que tiveram mais de dez citações no período compreendido entre 1972 e 2007, encontram-se sujeitos/pesquisadores que fazem parte também do elenco de autores mais produtivos, membros da equipe editorial e pareceristas da revista na revista *Ci. Inf.* Essas considerações evidenciam redes de produção científica que alicerçam os argumentos foucaultianos referentes às relações de poderes e saberes na produção de verdades do campo. Tem-se, como exemplo, Nice Menezes de Figueiredo, Aldo de Albuquerque Barreto, Maria Nélida Gonzalez de Gómez, Murilo Bastos, Edson Nery da Fonseca, Vania Maria Rodrigues Hermes de Araújo, Anna de Soledade Vieira, Gilda Maria Braga e Isa Maria Freire. Postas as extensões diversas de atuação de trabalho e produção científica desses autores (*revista Ci. Inf.*; *IBICT*, *ANCIB* e outros)⁸¹, é inegável a influência dos mesmos no campo de conhecimento da CI no Brasil.

Foram, ao todo, 44 autores com mais de dez citações e nota-se que muitos órgãos oficiais como UNESCO e CNPq figuram entre eles, ratificando o fato de que a CI teve e tem orientações e influências advindas do Estado, como discutido no capítulo 3: *A Ciência da Informação: breve aporte contextual: os autores mais citados são, em sua maioria, estrangeiros. Correspondem a 26, ou seja, aproximadamente 60%. São dez os autores nacionais mais citados, correspondendo a aproximadamente 25% e os órgãos governamentais e oficiais foram seis, 13% do total.*

Pode-se considerar e avaliar que os autores mais citados são influências importantes e significativas no campo da Ciência da Informação brasileiro, independente de as citações serem positivas ou contrárias a eles. Ressalta-se que os 772 autores responsáveis pelos 704 artigos publicados no período analisado explicitaram e exteriorizaram não apenas nomes, mas pensamento daqueles com quem dialogaram ao longo de suas respectivas produções.

⁸¹ Ver a referência biográfica dos autores no Apêndice 18.

Outro dado importante que complementa e ratifica a questão da dispersão apontada em dados anteriores pode ser verificado na tabela abaixo, no qual foram considerados os 10.682 artigos, excluindo as repetições. Assim sendo, chama-se a atenção para o fato de que, aproximadamente 85%, ou seja, 9.251 citações aparecem uma única vez nos 35 anos pesquisados por esta tese. É um número percentual bastante revelador das encontradas nos 704 artigos analisados (dispersão autoral, temática e as dispersões referentes aos materiais e autores citados).

Tabela 12 Quantidades de citações

NÚMERO DE TRABALHOS CITADOS	VEZES EM QUE FOI CITADO
9251	1
905	2
269	3
94	4
60	5
39	6
14	8
14	7
9	9
6	11
5	15
4	14
4	10
3	13
3	12
1	18
1	16
10682	

Fonte: Elaborado pela autora

Percebe-se que, entre as referências, uma referência, por exemplo, foi citada 18 vezes; 94 foram citadas quatro vezes e 9.251 referências foram citadas apenas uma vez.

Ao fim dessa primeira apreciação, verifica-se, portanto, uma grande dispersão no que se refere aos autores e trabalhos referenciados. Não há, nesse período e universo de estudo, um texto clássico, presente na maioria dos artigos publicados na revista Ci. Inf. entre os anos de 1972 e 2007. Não há um autor referenciado repetidas vezes.

Para se ter uma ideia e, partindo do pressuposto de que a CI é uma ciência social aplicada, Émile Durkheim, autor clássico nessa messe de conhecimento, aparece apenas por duas vezes. Nenhum autor apresenta-se em pelo menos 50% dos 704 artigos publicados, sendo que o autor mais

citado – Garfield E – exibe 37 recorrências e representa 0,011% dos 10.682 materiais analisados, excluídas as repetições. Isso corrobora e ratifica a pesquisa de Pierce (1992), que demonstra uma carência de autores clássicos e referenciais no campo discursivo da CI.⁸²

Outro aspecto nas análises de citações que foi considerado importante verificar diz respeito à tipologia do material usado pelos autores em suas referências. Quais tipos de materiais foram mais consultados pelos autores de artigos na revista Ci. Inf.? Livros? Artigos? Quais periódicos mais recorrentes nas referências bibliográficas desse campo de conhecimento? O uso mais frequente de livros ou artigos, por exemplo, pode demonstrar o comportamento literário da área? Se os pesquisadores da CI, no Brasil, recorrem mais a esse tipo de material, se as teses defendidas na área se fazem presentes nas referências bibliográficas? Além de outros aspectos importantes quando se querem evidenciar os espaços de disseminação dos discursos-publicações.

Assim, apresentam-se, na tabela abaixo, os resultados desse levantamento, que denotam o comportamento dos 772 autores e quais tipos de documentos usados por eles na legitimação de seus discursos:

⁸² Ver capítulo 7 -Revisão de bibliografia: o apriorismo literário.

**Tabela 13 Tipos de publicações mais citadas - Considerando as referências
- ignorando as repetições**

TIPOLOGIA	Qtd.	%
Artigos, textos de boletins, informativos.	4313	40,38
Congressos, seminários, conferências, encontros, reuniões, palestras, simpósios reportagens; papers, trabalhos apresentados, anais.	758	7,10
In: referência de outras obras, citações de citações.	961	9,00
Jornais diários, revistas semanais.	125	1,17
Legislações, documentos oficiais, deliberações, ONU, UNESCO, FID; relatórios técnicos e direcionados a órgãos oficiais.	694	6,50
Livro, revista científica completa, manuais, guias, prelo, catálogos.	3182	29,79
Sites, <i>homepages</i> , portais eletrônicos.	241	2,26
Teses, dissertações, monografias, notas de aula, comunicações pessoais, ppt's, trabalhos de conclusão de curso, resenhas, resumos; trabalhos finais de disciplinas, comentários; projetos e pesquisas.	408	3,82
	10.682	

Fonte: Elaborado pela autora

Percebe-se que as duas fontes tipológicas mais utilizadas pelos autores dos 704 artigos foram artigos, textos, boletins e informativos com aproximadamente 40% de aparições. Em seguida vem livro, revista científica completa, manuais, guias, prelo, catálogos com aproximadamente 30% de incidência. Os demais apresentam baixas recorrências com menos de 10% cada um.

Por ser a CI um campo de conhecimento novo, vê-se como natural a grande utilização de artigos como fonte de pesquisa da área. Mesmo porque o acesso aos artigos é mais rápido e diversificado, principalmente depois do advento da *web* e disponibilização desse tipo de material *online*. Além do mais, a literatura sedimentada e legitimada como referência e fonte de consulta no campo da CI ainda está se consolidando.

A consulta a legislações, documentos oficiais, deliberações, ONU, UNESCO, FID, relatórios técnicos e direcionados a órgãos oficiais denota

que não é somente aos textos ditos científicos que se reportam os autores. Sugere-se, como objeto de estudo para futuras pesquisas, uma incursão maior nesse tipo de fonte. Embora com uma baixa porcentagem, se comparada aos outros, aproximadamente 6% são documentos institucionais consultados pelos autores/pesquisadores e que não apresentam autores históricos, subjetivos e socialmente inseridos no processo de laboração desses documentos. Também, a partir desse tipo de documento, é possível ter acesso às instituições que os produzem e influenciam nas produções de verdades científicas. Em outras palavras, são documentos/monumentos cuja autoria é designada a: UFMG, Ministério da Ciência e tecnologia, UNESCO, ONU, FID e outros e que, no entanto, além de denotarem relações de poder, omitem sujeitos históricos. Quem produziu tais documentos? Por que são elencados como fonte de pesquisa? Quais os conteúdos que atentam para a área da CI?

Outra questão digna de ser mencionada são as baixíssimas recorrências, aproximadamente 4%, de consultas a teses, dissertações, monografias, notas de aula, comunicações pessoais, ppt's, trabalhos de conclusão de disciplina e curso, resenhas, resumos, comentários; projetos e pesquisas. Isso pode ser explicado pelo fato de o acesso a esse tipo de material encontrar mais limitações que o acesso a artigos publicados em revistas acadêmicas. No entanto, considera-se também importante consultar esses materiais, uma vez que são produtos do conhecimento desenvolvido e encaminhado na área, dentro dos programas de pós-graduações intitulados de CI. Observa-se também uma crescente, ainda que tímida, utilização de *sites*, páginas eletrônicas e *homepages* como fonte de pesquisa até 2007.

O material produzido em congressos, seminários, conferências, encontros, reuniões, palestras, simpósios e outros tem uma recorrência de pouco mais de 7%, sendo o quarto tipo de publicações mais usado. Pode-se afirmar que esses espaços de diálogo são importantíssimos no processo de legitimação e institucionalização de um campo de conhecimento. Alvarenga (1996) é pontual em afirmar que a institucionalização da área se dá também

a partir da realização de congressos, encontros e seminários. Consultar os documentos que vêm sendo produzidos nesses espaços é estabelecer diálogos, disseminações entre autores, além constituir conhecimento.

A consulta a obras completas, como livros, é de quase 30%. Esse dado denota a complexa intertextualidade presente na área, mesmo porque, na perspectiva de Michel Foucault (2007), um livro é um elemento constituído de diversos e múltiplos discursos. A linha que separa o discurso de um determinado autor e de outro é extremamente tênue, ou seja:

As margens de um livro, jamais são nítidas ou rigorosamente cortadas: além do título, as primeiras linhas e o ponto final, além de sua configuração interna e a forma que o autonomiza está preso em um sistema de remissão a outros livros, outros textos, outras frases: Um nó em uma rede (FOUCAULT, 2007, p. 34).

Através dos dados discutidos acima, infere-se que as fontes consultadas pelos autores dos 704 artigos denotam polifonia, dispersão, descontinuidade e intertextualidade. Lembra-se que, na perspectiva conceitual desta tese, esses elementos são também responsáveis não somente pela formação discursiva da área, como também pela formação de seu objeto de estudo. São superfícies de emergência discursiva anteriores aos artigos publicados.

Outros elementos fazem parte desse universo de análise, como, por exemplo, a língua, os anos de publicações, os formatos dos documentos consultados e outros. Isso porque formam conjuntos que cooperam e compõem com os espaços de emergência discursiva de um campo disciplinar.

Sendo assim, tem-se na língua um elemento que faz parte do contexto social do qual emerge o conhecimento constituído e permite averiguar também o contexto geográfico que influencia a institucionalização e legitimação do campo. Com relação à língua, o cenário que se apresenta no material empírico estudado pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 14 Idiomas dos trabalhos consultados pelos autores

Referências - incluindo as repetições		
IDIOMA	Qtd.	%
Inglês	6349	47,3
Português	5776	43,03
Espanhol	711	5,3
Francês	526	3,92
Alemão	42	0,31
Não ident	19	0,14
	13423	
Referências - ignorando as repetições		
IDIOMA	Qtde	%
Inglês	5206	48,72
Português	4346	40,7
Espanhol	642	6,01
Francês	446	4,18
Alemão	41	0,38
Não ident	1	0,01
	10682	

Fonte: Elaborado pela autora

Percebe-se nas 10.682 referências avaliadas, ignorando as repetições, a língua inglesa como a mais recorrente nas citações, com pouco mais de 48% de incidência; em segundo lugar vem a língua pátria, o português, com aproximadamente 41%, e, depois, o espanhol, com cerca de 6%, e o francês, com 4%.

Os dados acima ratificam Alvarenga (1996, p. 171), para quem esse tipo de dados pode vir a evidenciar as “características de filiação cultural dos discursos pertinentes ao processo de institucionalização”. Lembra-se, nesse sentido, que as tendências de pesquisa em Ciência da

Informação estadunidenses⁸³ tiveram fortes e importantes influências no Brasil, principalmente no momento da criação do primeiro mestrado no País.

Sem dúvida, esses são indicadores referentes à trajetória de um campo de conhecimento por demonstrarem a participação de certa nacionalidade e língua na construção e constituição do conhecimento científico. Outra inferência possível, com relação ao uso recorrente da língua inglesa, pode estar no fato de que, do início dos anos 1970 a meados dos 1990, havia pouca literatura ou acervo documental no Brasil que pudesse alicerçar as pesquisas de uma área de conhecimento tão jovem. No entanto, a ocorrência da língua inglesa não aponta exclusivamente para trabalhos de pesquisa unicamente estadunidenses. Pode indicar uma dispersão também com relação às influências geográficas no discurso de ciência relacionado ao campo.

Por outro lado, o uso de uma literatura nacional, cerca de 40%, denota um aspecto positivo. Pode ser interpretado como um crescimento não só das pesquisas como a divulgação das mesmas no País. O uso significativo do acervo documental em língua portuguesa demonstra o crescimento da literatura disponível na área.

Outro dado importante, no que se refere aos materiais de pesquisa aos quais recorreram os autores dos 704 artigos, diz respeito ao formato das fontes. Eles podem ser impressos ou *online*, dado que pode vir a reforçar o amadurecimento da CI, seu diálogo com as novas tecnologias e seu caráter contemporâneo. Conforme se vê na Tabela 15, exposta a seguir, os veículos impressos são os de maior incidência:

⁸³ Essa afirmação pode ser averiguada nas reflexões estabelecidas no capítulo 3. A ciência da informação: breve aporte contextual

Tabela 15 Formato das fontes consultadas pelos autores

Referências - incluindo as repetições		
Formato	Qtde	%
Impresso	12025	89,65
Digital	1386	10,33
Não ident	2	0,02
	13413	
Referências - ignorando as repetições		
Formato	Qtde	%
Impresso	9451	88,48
Digital	1231	11,52
Não ident	0	0,00
	10682	

Fonte: Elaborado pela autora

Percebe-se que a quantidade de material impresso utilizado como fonte de pesquisa é bastante significativo, quase 90%. Por sua vez, o material eletrônico passou a ser mais utilizado a partir do final da década de 1990⁸⁴.

Embora ainda se tenham encontrado referências eletrônicas incompletas e referendadas de forma incorreta, seu uso crescente se deu juntamente com o aumento da acessibilidade à *web*. O comportamento de se recorrer cada vez mais a documentos *online* é uma tendência mundial⁸⁵.

No que diz respeito às datas, que compreendem os tempos históricos das fontes consultadas pelos autores dos 704 artigos, tem-se nelas as possíveis influências literárias. Seriam estes materiais mais antigos? Mais recentes? Coincidem com os tipos de publicações mais

⁸⁴ O banco de dados em que se encontra esta informação está disponível nos arquivos eletrônicos da autora.

⁸⁵ Como não houve variações significativas, em termos percentuais, ateu-se aos dados que desconsideram as repetições.

recorrentes (artigos, textos de boletins, informativos)? Materiais com uma circularidade e acessibilidade maior? Contemporâneas à CI, que é datada da década de 1960 no País? As datas podem demonstrar se a influência da literatura, se são recentes, se pensamentos, contextos e conceitos são contemporâneos ou não. No Gráfico 11, a resposta a essas questões pode ser mais bem explicitada através dos números de incidências das citações:

Gráfico 11 Anos x quantidade citações⁸⁶



Fonte: Elaborado pela autora

No Brasil em específico, as pesquisas em CI tiveram início na década de 1970, com a criação, pelo IBBD, do primeiro mestrado. Assim, é natural deparar-se com uma literatura mais recente e, como observado acima, a recorrência maior é da década de 1990 em diante. Através dos dados expostos no Gráfico 11, percebe-se que as influências do campo discursivo da CI são alicerçadas por uma literatura mais contemporânea, possivelmente reflexo de maior disponibilidade e acessibilidade de acervos documentais e literários. Sem dúvida, esse movimento de maior acesso ao que vem sendo produzido no campo discursivo da CI intensifica mais ainda

⁸⁶ A Tabela 28 – Ano de Publicação, encontra-se no apêndice 21.

a produção de conhecimento, legitima, amadurece e institucionaliza a área nas searas da cientificidade.

Outros dados que informam sobre as questões de formação de objeto, formação discursiva e institucionalização de um campo de conhecimento encontram-se nos resultados numéricos das revistas científicas, periódicos mais consultados pelos autores dos artigos. Mesmo porque essas fontes de pesquisa foram as mais consultadas juntamente com textos de boletins, anuais e informativos.

É necessário esclarecer que os dados para avaliar as revistas científicas mais consultadas pelos autores dos 704 artigos partiram da totalização de 5.835 documentos, uma vez que foram considerados nessa soma jornais diários, revistas, boletins e semanários. Essas recorrências podem demonstrar as vinculações de poderes referentes a produtores e produções de verdades científicas, além de evidenciar redes comunicacionais, periódicos especializados e influências na construção social do conhecimento. Assim, a tabela 16 apresenta os 27 documentos mais citados com suas respectivas recorrências e porcentagens:

Tabela 16 Periódicos mais citados por autores

TOTAL: 5835 REFERÊNCIAS DE PERIÓDICOS		
RECORRÊNCIA	FONTE	%
715	Ciência da Informação	12,25%
190	<i>Journal of Documentation</i>	3,26%
169	<i>Journal of the American Society for Information Science</i>	2,90%
106	<i>Information Process & Management</i>	1,82%
106	<i>Annual Review of Information Science and Technology – ARIST</i>	1,80%
83	<i>Scientometrics</i>	1,42%
80	<i>ASLIB</i>	1,42%
76	<i>Journal of Information Science</i>	1,37%
75	<i>American Documentation</i>	1,39%
74	Revista da Escola da Biblioteconomia da UFMG ⁸⁷	1,29%
73	<i>Harvard Business Review</i>	1,27%
71	Revista de Biblioteconomia de Brasília	1,25%
69	<i>Library Trends</i>	1,22%
62	<i>Science</i>	1,18%
61	<i>Journal of American Society for Information Science</i>	1,06%
56	<i>College & Research Libraries</i>	1,05%
56	<i>Nature</i>	0,96%
45	Perspectiva em Ciência da Informação	0,96%
45	<i>On Line</i>	0,77%
41	Transinformação	0,70%
41	Papirus	0,70%
35	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	0,60%
35	DataGramaZero	0,60%
32	<i>Library Journal</i>	0,54%
30	INFORMARE: Caderno do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	0,51%
29	Ciência e Cultura	0,50%
27	<i>American Society for Information Science</i>	0,46%

Fonte: Elaborado pela autora

⁸⁷ A Revista da Escola da Biblioteconomia da UFMG, em 1996, passou a ser designada Perspectiva em Ciência da Informação. Fonte: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci>

Percebe-se que, nesse item, a dispersão de fontes consultadas na área da CI também se faz presente. A revista mais citada foi a própria Ci. Inf., um dado que não surpreende, ao se considerar sua história de pioneirismo como espaço de publicação do campo da CI no Brasil. O que chama a atenção é o fato de que, mesmo sendo o mais citado, ela aparece com um percentual de apenas 12,25%. A significativa influência das revistas editadas na língua inglesa entre as fontes mais consultadas por eles não pode ser ignorada. Levando em conta o universo empírico das 27 revistas científicas mais citadas, os periódicos de língua inglesa totalizam cerca de 65%.

Esses dados são importantes quando se quer refletir sobre posições de poder e de influência sobre um discurso científico e também sobre os produtores de conhecimento, seus canais comunicacionais. Nesse aspecto, as revistas especializadas se destacam como fonte de consulta de saberes já publicizados.

Então se pode entender que os 27 periódicos científicos elencados na tabela anterior efetivamente fazem parte da construção e constituição do objeto de pesquisa e do discurso científico da CI, além de participar de sua legitimação e institucionalização. São espaços que Foucault (2007) denomina de instâncias delimitadoras discursivas, lugares de disseminação do conhecimento que estão em constante diálogo com outros, como, por exemplo, instâncias políticas, jurídicas e científicas. Coexistem com outras esferas estabelecendo redes relacionais que auxiliam na formação discursiva do objeto de estudo de um campo de saber e fazem parte significativamente de sua institucionalização.

Toda a dispersão verificada, até então, mostra que o campo é permeado pela polifonia, pela intertextualidade e pelas contextualidades históricas. É esse conjunto de saberes que também participam da formação, institucionalização e legitimação de uma disciplina, uma ciência e não

fatores de cunho exclusivamente científicos, encarcerados na epistemologia normativa.

Coracini (1991, p. 150 *apud* ALVARENGA, 1996) pontua que os saberes são prolongamentos de toda uma conjuntura, extensões de “certos conhecimentos e abertura para outros”. O conhecimento na CI é fruto de diálogos múltiplos, ideologias diversas, campos de conhecimentos distintos. A existência da própria citação já evidencia essas relações intertextuais e polifônicas. No entanto, para autores como Alvarenga (1996), essas são características de todo conhecimento científico, em seus procedimentos de interações, interfaces e diálogos constantes entre autores.

Ao finalizar esse item referente às superfícies de emergência discursiva (os espaços de disseminação dos discursos: as publicações), reporta-se a Schneider (1990, p. 62)⁸⁸, quando afirma que o homem não compõe nada de nada. O escritor forma uma nova individualidade a partir de uma multidão de elementos esparsos, onde ele procura, compara, monta. Onde ele põe em “relação”.

Quando se apresenta a média de 19 referências por artigos publicados na revista *Ci. Inf.* nos 35 anos analisados, demonstram-se o hábito de citar e a relação dos autores dos 704 artigos com outros autores citados. O ato da citação demonstra também significações sociais que não são vinculadas ou não são explicadas pela cientificidade normativa. As citações apresentam implicações políticas, ideológicas, de poder, saber e verdade, uma vez que não ocorrem de forma aleatória e descomprometida. Os dados apresentados neste item denotam o comportamento dos 772 autores analisados e as citações por eles utilizadas.

Dito isso, parte-se para as análises e descrições das instâncias das quais o conhecimento da CI emerge. Procurar-se-á, a partir dos 44 autores mais citados, evidenciar de quais campos discursivos eles são

⁸⁸ *Ladrões de palavras*: ensaio sobre o plágio, a psicanálise e o pensamento.

oriundos e quais as influências e diálogos estabelecidos com suas áreas de origens.

9.4 Instâncias das quais o conhecimento da área emerge

Com as novas demandas informacionais postas pela sociedade do conhecimento, ciências tradicionais como a Biblioteconomia e a Documentação passaram por processos de redirecionamento de suas práticas. Isso demandou novas concepções conceituais e a criação de novos campos disciplinares como a CI. Esses processos nos âmbitos disciplinares e seus desdobramentos ocasionaram não apenas mudanças de direção como também rupturas contextuais e conceituais com a Biblioteconomia, a Arquivística, a Documentação e áreas próximas à CI. Odone (2006, p. 50) alega que, no Brasil, “influenciado ao mesmo tempo pela Biblioteconomia, pela Documentação e pelo então moderníssimo conceito de ‘informação científica’, esse novo regime estabeleceu as condições de possibilidade para a futura emergência da Ciência da Informação”.

Teóricos da CI apontam justamente para o amplo conceito de informação como objeto de estudo da área e que esse está inserido e entretido no corpo social, incluindo todos os campos de conhecimento e atividades humanas. A informação pode ser abordada sob os mais diversos aspectos – econômicos, políticos e outros – e pelas mais diversas ciências – sociologia, semiologia, semiótica e outras. Desse modo, novos diálogos foram sendo estabelecidos com outros campos discursivos como a linguística, a computação, a comunicação e outros. E é justamente essa interface que se pretende evidenciar neste item.

A literatura da área⁸⁹ mostra que não foram trajetórias e procedimentos históricos lineares, contínuos e consensuais que fizeram da CI um campo disciplinar, mesmo porque são caminhos efetivados por sujeitos igualmente históricos e, por isso mesmo, subjetivos. Essa trajetória continua sendo feita de processos conjecturais, rupturas e direcionamentos advindos das relações de poder inerentes ao campo.

Neste item quer-se conhecer e evidenciar quem são os sujeitos social e historicamente constituídos, quais seus espaços de atuação, pesquisa, disseminação, acesso do conhecimento e que fazem parte efetivamente das instâncias de emergência discursiva da CI no Brasil.

No percurso da história da CI no Brasil consta que a formação acadêmica de profissionais na área sempre esteve vinculada aos cursos de pós-graduação, enquanto tem-se na Biblioteconomia a formação do graduado.

O primeiro curso de graduação em Ciência da Informação no País foi criado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), no ano de 2000, curso esse já extinto. Segundo Odone (2006), enquanto os bibliotecários se preparam para atuarem em bibliotecas públicas escolares, em acervos documentais privados ou não, os cientistas da informação são formados e preparados para atuar em institutos de pesquisa e como docentes de cursos superiores. Para além do campo de atuação desses profissionais, a sua formação perpassa por espaços de pesquisa e produção de conhecimento.

Retoma-se a questão da legitimação e da institucionalização de um campo científico que tende, nesse processo de identificação como área de conhecimento, a tornar-se cada vez mais produtivo e aprofundar suas pesquisas. Para isso, seus pesquisadores procuram por aportes teóricos e contribuições advindas de outros espaços acadêmicos e intelectuais. Na

⁸⁹ Ver capítulo 7 - Revisão de bibliografia: o apriorismo literário

trajetória pela busca institucional da CI, historiadores, epistemólogos, filósofos, bibliotecários, matemáticos e outros exercem papéis importantes não só de sustentação como de legitimidade conferida à sua formação discursiva. E isso inclui não apenas as questões conceituais, como também as de caráter empírico.

No item anterior foram mostrados os autores mais citados nos 704 artigos publicados na revista *Ci. Inf.* entre o período de 1972 e 2007. Faz-se necessário, agora, saber quem são esses sujeitos, em qual espaço discursivo buscaram por legitimidade de suas falas, qual a formação acadêmica e atuações desses profissionais. Entre esses 44 autores mais citados, seis deles são órgãos oficiais e alguns deles, como UNESCO, IBICT e CNPq, apresentam vínculos estritos com a história da CI no Brasil⁹⁰. Além disso, as biografias de alguns desses autores mais produtivos já foram apresentadas anteriormente, no espaço desta tese⁹¹.

Explicita-se aqui que ao todo foram 29 biografias abreviadas⁹², com os respectivos espaços de atuação e formação acadêmica. A partir dessas biografias, foi possível estabelecer algumas relações percentuais, como demonstra a Tabela 17, que expõe as instâncias das quais o conhecimento da Ciência da Informação emerge, a partir do objeto de análise escolhido. Para autores como Radford (1992), a relação existente entre a Biblioteconomia e a Ciência da informação é bastante positiva, uma vez que práticas, discursos e conceitos são tangenciais e esses aspectos não são delimitados a um ou outro campo.

⁹⁰ Ver sobre estes órgãos nos capítulos 2 e 3.

⁹¹ Ver Apêndice 18: Breve biografia dos autores mais produtivos/Pareceristas/Comissão editorial

⁹² Pela extensão do histórico, optou-se por colocá-los nos apêndices. Ver Apêndice 20 - Breve biografia dos autores mais citados nos artigos publicados entre 1972 – 2007.

Tabela 17 Qualificação dos autores mais citados

QUALIFICAÇÃO*	QUANTIDADE	%
Graduação Filosofia	8	28,57%
Graduação em Biblioteconomia	5	17,86%
Graduação em História / Geografia / Direito	5	17,86%
Graduação em Outros (Jornalismo / Antropologia / Computação / Teologia / Administração)	5	17,86%
Graduação Matemática / Física	2	7,14%
Graduação em Sociologia	2	7,14%
Graduação em Psicologia	2	7,14%
		100,00%
Doutor em outras áreas (Letras / Direito / Sociologia / Biblioteconomia / semiótica / sociologia / Matemática / Física)	8	28,57%
Mestres em outras áreas (Literatura / história / economia / Psicologia)	5	17,86%
Doutor em Filosofia	5	17,86%
Mestre em Ciência da Informação	2	7,14%
Doutor em Ciência da Informação	2	7,14%
QUALIFICAÇÃO DOS AUTORES	28***	
Mestres	28	100,00%
Graduados	28	100,00%
Doutores	17	60,71%
Pós-doutores	5	17,86%
Vínculos com IBICT	1	3,57%

Fonte: Elaborado pela autora

Nota: *Há autores com mais de uma graduação e pós-graduações

** Nem todas as titulações foram declaradas

*** Quantidade de autores analisados

Percebeu-se que, no universo de 29 biografias dos autores mais citados, tem-se uma porcentagem de 17,86% de profissionais graduados em Biblioteconomia e cerca de 30% graduado em Filosofia. Os outros 50% são formados por grupos de graduados em Matemática, Física, História, Direito, Geografia, Antropologia, Computação e outros.

Esses dados evidenciam os espaços dos quais o conhecimento da área emerge e demonstram que eles são múltiplos e não se pode afirmar que a CI seja um braço deste ou daquele conhecimento específico. Nem mesmo as pós-graduações dos profissionais que atuam no campo apresentam uma predominância significativa em um determinado campo discursivo. São ao todo:

- 7,14% de mestres e doutores em CI;
- 17,86% de doutores em Filosofia;
- 29% de doutores em Letras, Direito, Sociologia, Biblioteconomia, Semiótica, Sociologia, Matemática, Física e outros.

Outro dado demonstrado na Tabela 30 refere-se à qualificação dos pesquisadores / autores mais citados: 100% deles apresentam graduação e 60% deles são doutores; cerca de 4% deles possuem vínculos institucionais com o IBICT.

Ressalva-se, a partir dos dados presentes na Tabela 30 e da leitura das biografias dos autores mais produtivos e mais citados⁹³, que as referências bibliográficas encontradas no final de cada um dos 704 artigos publicizados formam toda uma rede de interfaces múltiplas. Essa rede é composta de títulos, editoras, colaboradores, autores, institutos de pesquisa, órgãos governamentais, revistas científicas e outros dados que muito informam sobre as relações de poderes e saberes existentes na produção de verdades do campo da CI.

Nas disciplinas que concorrem teórico-metodologicamente para área da CI, verifica-se considerável presença de autores advindos da Filosofia. Há também autores/pesquisadores das áreas da Psicologia, Semiótica, Física, Matemática e outras. Na listagem dos 29 autores (Tabela 23), excluídos órgãos estatais/governamentais e autores que constam no

⁹³ Ver Apêndices 18 e 20 respectivamente.

elenco dos mais produtivos, constam apenas dois autores nacionais, Pedro Demo e Lidya Sambaquy, sendo que ambos têm vínculos com IBICT e outras instituições ligadas ao Governo Federal.

Esses aspectos ratificam e corroboram com a literatura do campo da CI, apresentada nesta tese no que diz respeito à interdisciplinaridade, aos vínculos estreitos entre a CI e às demandas advindas dos Estados-Nações. Também reforçam as proposições arqueológicas de Michel Foucault (2007), com relação às interfaces necessárias entre poderes e saberes nas produções de verdades científicas e condições de possibilidades para existência de um campo de conhecimento discursivo. Sendo a CI inserida nas Ciências Sociais e profundamente influenciada por muitos e diversos outros campos de conhecimento, não se pode negar que são essas disciplinas que definem o domínio de atuação da área.

Isso porque os sujeitos/pesquisadores dessas outras áreas trazem para o campo aporte intelectual, empírico, teórico, metodológico e de vivência. Para Saracevic (1996, p. 42), há alguns fatores que não apenas caracterizam a área como fazem parte de sua existência como ciência. Entre esses fatores estão “sua natureza multidisciplinar, sua ligação à tecnologia da informação e sua participação ativa e deliberada na evolução da sociedade”.

As ações lideradas e deliberadas pelo então IBBD, ainda na década de 1950, influenciaram não apenas as questões referentes ao campo como também a própria condução profissional dos bibliotecários em todo o País. Fez uma grande diferença a introdução de disciplinas que se relacionavam com outras áreas de conhecimento e ligadas às novas tecnologias, nos cursos de graduação em Biblioteconomia e Documentação.

Olinto (1995) identificou que, nos primeiros 25 anos de existência do mestrado em CI oferecido pelo IBICT, um número considerável de alunos era oriundo da Biblioteconomia. Isso pode ser ratificado nas tabelas

expostas em itens anteriores e nas biografias constantes nos Apêndices 11, 12, 13. Esses documentos apontam para a maioria dos autores mais produtivos da revista *Ci. Inf.* oriundos do mestrado em CI do IBICT. Não obstante e a título informacional, Olinto (1995) verificou também que, ao longo do tempo, esse cenário vem se alterando e a presença de alunos advindos das graduações em Biblioteconomia vem decaindo, de maneira considerável, desde a década de 1990.

No Brasil ainda são estreitos os laços entre os dois campos de conhecimento, CI e Biblioteconomia. Embora as influências internacionais sejam bastante diversificadas e com a associação de profissionais, pesquisadores e acadêmicos de outras áreas de conhecimento, os diálogos e interfaces tendem a crescer. Isso leva cada vez mais à necessidade de se definir objeto, objetivos, delimitações e outros elementos que fazem da CI um campo de conhecimento científico ou que legitimam seu espaço de fala.

Por exemplo, Pinheiro (2006) verifica que no Brasil a Ciência da Computação é o campo disciplinar que mais estabelece diálogos da CI, o que, segundo a autora, deve ser relativizado considerando a função instrumental desse campo e sua infraestrutura tecnológica. Em segundo lugar, a autora aponta a Biblioteconomia e a Administração como áreas de intensa relação dialógica com a CI.

Para Pinheiro (2006), a Administração entra nessa listagem pelas questões da globalização, competitividade mercadológica e emergência da gestão do conhecimento e da inteligência competitiva. Seguem-se a essas áreas a Economia e a Linguística. Essas impressões corroboram com os resultados referentes às temáticas mais trabalhadas na *Ci. Inf.*, apresentadas em itens anteriores. Questões como gestão da informação, economia da informação, inteligência competitiva, gestão do conhecimento, sistemas de recuperação da informação, representação da informação e processamento automático de linguagem fazem parte do universo de pesquisa da CI e, nesse sentido, é importante e natural o diálogo

estabelecido com as áreas de conhecimento supracitadas. Esses são espaços dos quais o conhecimento em CI emerge

Entretanto, para autores como Oliveira (2008), a CI ainda não apresenta uma institucionalização cognitiva constituída, mesmo tendo legitimidade e uma organicidade estrutural comum aos outros campos. Em outras palavras, mesmo contando com vários programas de pós-graduação no País, revistas científicas, associações, realizando congressos e encontros anuais, a área de conhecimento não conta com uma consistente estruturação teórica, empírica e conceitual que a distinga desses campos com os quais dialoga e estabelece interfaces e dos quais recebe influências. Mas também não se pode negar a busca constante de seus pesquisadores por teorias, metodologias e conceitos próprios que favoreçam a sua institucionalização como campo de conhecimento científico.

Sua forte ligação com os processos tecnológicos e com os procedimentos comunicacionais faz dela a ciência que busca pela potencialidade dos acessos e usos informacionais pelos sujeitos histórico e socialmente constituídos como tal. Nesse tocante, os aportes teóricos advindos da Ciência da Computação, da Linguística, da Matemática, da Semiótica e de outros campos levam ao aprimoramento dos procedimentos em seleção, organização, armazenamento, representação e recuperação da informação social. Esses procedimentos aprimorados pela e na CI são a contrapartida dialógica com esses e outros campos de conhecimento.

Na verdade, esses aspectos de tratamento informacional diferem a CI e a distinguem de outros campos. São as diferentes formas e enfoques de lidar com paradigmas, pesquisas, metodologias e as novas tecnologias. Para Saracevic (1996, p. 44), “embora haja relações interdisciplinares entre elas, agem em um grau diferente de cooperação intelectual, evoluindo em direção a uma complementaridade”.

No caso da CI, o que lhe cabe é o domínio dos processos de seleção, organização, representação e recuperação, acesso e uso da informação científica em seus mais diversos suportes. A busca de informação, a interação do usuário com sistemas de busca, a disponibilização e outros aspectos desse processo requerem a compreensão do comportamento literário, acadêmico e intelectual dos produtores de conhecimento dos muitos campos discursivos, como bem pontua Gonzalez de Gómez (2003):

A CI mantém um campo de visão e solidariedade que contextualiza a informação em suas plurais dimensões: Narrativa (vizinha à linguística, à história, às teorias semióticas, do discurso, à antropologia). Regulatória e estruturante (nos olhares solidários da administração, da sociologia e do direito), economia e tecnologia (interfaces com as ciências da computação e telecomunicações). A CI mantém uma relação particular, por um lado, com os saberes que facilitam sua articulação de seu ponto de vista e o seu campo de visão (como os estudos da política, da comunicação, da epistemologia social, os estudos sociais das ciências, os estudos econômicos, da estética e dos estudos das artes). Por outro lado com os que, mudando o ponto de vista, compartilham com ela o campo de visão, como a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Museologia, mapeado desde os diferentes ângulos ou ênfases diferenciais as ecologias dos conhecimentos e das memórias sociais (GÓMEZ, 2003, p. 41-42).

São muitos os fatores que vêm contribuindo no processo de institucionalização e legitimação da CI no Brasil e no mundo. No entanto, pode-se dizer que essa seja uma característica das ciências contemporâneas, que necessitam de múltiplas e diferentes contribuições e diálogos não apenas de cunho científico.

O que se infere é que não há apenas uma principal área de conhecimento do qual a CI se ocasionou, não há um peso maior de uma área em detrimento de outra. O que se percebe é um amálgama de reflexões, conceitos, teorias e práticas advindas de universos contextuais distintos, inclusive não científicos, e que concorreram para um novo campo de conhecimento científico denominado CI. Não obstante, a Biblioteconomia, a Documentação, a Linguística, as Ciências da Computação, da Comunicação e Cognitiva, bem como a Administração, a Matemática, a

Psicologia, a Filosofia e a Sociologia contribuíram sobremaneira na formação discursiva do campo que tem como uma de suas principais características a interdisciplinaridade. Não se pode deixar de considerar que, sob a égide da sociedade da informação, essa característica é positiva aos campos de conhecimento contemporâneo.

QUARTA PARTE – DAS CONCLUSÕES

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco sobre problemas instrumentais e questões epistemológicas restritas ao estabelecimento e policiamento de fronteiras entre disciplinas desvia a atenção de questões de como o poder é exercido em e através de relações sociais mediadas por informação (FROHMANN, 1995, p. 3).

Inicia-se esta conclusão esclarecendo que as questões iniciais, exibidas na introdução, foram norteadoras dos trabalhos de pesquisa expostos neste espaço e, também, que as reflexões empreendidas foram pautadas pelo pressuposto de que a CI, no Brasil, vem sendo institucionalizada e legitimada, como campo discursivo, por demandas e procedimentos para além da cientificidade normativa. Isso tudo, atendendo ao objetivo primeiro que foi o de investigar as formações discursivas que constituíram, institucionalizaram e legitimaram a Ciência da Informação (CI) no País. Outrossim, foi considerado o problema de pesquisa referente à necessidade de se fazerem estudos históricos que abarquem a CI como área de conhecimento contemporânea e necessária à humanidade.

Desse modo, ao procurar responder às questões iniciais, desenvolveu-se toda uma linha de reflexões teóricas e metodológicas que partiram dos estudos bibliométricos, das propostas arqueológicas foucaultianas, juntamente com os aportes advindos da revisão bibliográfica e fundamentação teórica. Buscou-se, assim, apresentar as decorrências dessas reflexões partindo das questões propostas na introdução:

Ao realizar estudos bibliométricos, tendo a revista Ci. Inf. como objeto de análise, discutidos à luz das categorias arqueológicas foucaultianas, seria possível contextualizar sujeitos e instituições, bem como estabelecer uma historicidade da institucionalização da Ciência da Informação (CI) no Brasil?

Primeiramente, é preciso elucidar que, neste contexto, por historicidade entende-se a capacidade que os documentos analisados têm

de dar origem a enunciados que contribuam para uma abordagem histórica de um campo de conhecimento. Acham-se envolvidos nessa visão os conceitos de memória, documento-monumento, trajetórias de sujeitos e instituições. Nas análises e propostas foucaultianas, discutidas até então, ficou evidente que o processo de institucionalização de um domínio de conhecimento, também designado como campo de formação discursiva, acaba por envolver ideologias, posicionamentos políticos, sujeitos, subjetividades e jogos de poder que antecedem e condicionam a publicização dos resultados de pesquisas. A história-memória da CI foi analisada a partir desses vários elementos que a cercam e dela fazem parte, tendo como premissa que os estudos arqueológicos trabalham com novas regiões reflexivas e que “a arqueologia é uma história das condições históricas de possibilidades do saber” (CASTRO, 2009, p. 40). Assim, buscou-se por uma historicidade que ponderasse lugares, relações entre sujeitos e instituições, rupturas, pertinências e outros. As reflexões, expostas abaixo, buscam por este viés arqueológico e histórico, considerando e explicitando alguns aspectos relevantes.

Com relação aos resultados dos estudos empíricos:

A - A análise dos elementos propostos – artigos e citações – que constavam no periódico científico Ci. Inf. em 35 anos apresentou um cenário polifônico, disperso, descontínuo e intertextual, alicerçado em relações institucionais caracterizadas pelo poder, saber e produção de verdade. Tal afirmação pode ser apurada em alguns dados importantes, como, por exemplo, nos poucos autores citados mais de dez vezes (0,14%) e na porcentagem altíssima de autores que foram citados apenas uma vez (84,55%); também no número de autores que, além de serem os mais produtivos, fazem parte do elenco de autores mais citados, o que representa

um montante de 50%, considerando aqueles que tiveram mais de 10 recorrências de citações⁹⁴.

Pode-se melhor exemplificar essas questões com os dados empíricos que revelam que os 30 autores mais produtivos são responsáveis pela publicização de 155 artigos em um universo de 704 deles. Nessa seara, cerca de 60% desses autores faz parte de instituições públicas e parceiras como IBICT, UFRJ, UFF e UNB. Além disso, apresentam atuações importantes nos direcionamentos da revista *Ci. Inf.*, no papel de pareceristas, membros da comissão editorial, diretores e outros. Visto sob outra perspectiva, aproximadamente 25% dos artigos publicados são de responsabilidade desses grupos de autores, sendo que os mesmos mantêm estreitos vínculos profissionais com órgãos institucionais e governamentais como CNPq, ANCIB, IBICT e outros.

B - ao analisar redes relacionais que envolvem autores/pesquisadores, formação acadêmica, vínculos profissionais, produtividade, temáticas de pesquisa e outros, pôde-se constatar o desempenho diferenciado desses autores para o campo no Brasil e seus ambientes enunciativos. Verificou-se também que esses autores/pesquisadores⁹⁵ não são sujeitos autônomos em seus respectivos processos de produção de conhecimento. Nos múltiplos lugares de fala e de produção, denota-se a existência de mecanismos, ferramentas e estratégias de controle dos discursos que, embora possam parecer neutros, objetivos e descomprometidos, estão vinculados a toda uma contextualidade que

⁹⁴ Estas considerações podem ser examinadas na Tabela 23, item 9.3 As superfícies de emergência discursiva.

⁹⁵ 1. Isa Maria Freire; 2. Vania Maria Rodrigues Hermes de Araújo; 3. Suzana Pinheiro Machado Mueller; 4. Maria Nélide González de Gonzalez de Gómez; 5. Murilo Bastos da Cunha; 6. Nice Menezes de Figueiredo; 7. Aldo de Albuquerque Barreto; 8. Anna da Soledade Vieira; 9. Mônica Erichsen Nassif Borges; 10. Edson Nery da Fonseca; 11. Kira Tarapanoff; 12. Regina Maria Marteleto; 13. Solange Puntel Mostafa; 14. Helena Maria Martins Lastres; 15. Daisy Pires Noronha; 16. Bernadette Santos Campello; 17. Nathalie Dusoulier; 18. Regina de Barros Cianconi; 19. Patricia Zeni Marchiori; 20. Tefko Saracevic; 21. Gilda Maria Braga; 22. Henrique Flávio Rodrigues da Silveira; 23. Luc Marie Quoniam; 24. Silvana Drumond Monteiro; 25. Jaime Robredo; 26. Sergio Luis da Silva; 27. Sely Maria de Souza Costa; 27. Sarita Albagli; 29. Katia Maria Lemos Montalli; 30. Yara Rezende.

produz, institucionaliza e legitima a CI. É essa contextualidade que leva à produção de verdade em campos discursivos. Para Coracine (1991), esses mecanismos são conhecidos, consentidos e compartilhados por toda a comunidade acadêmica, onde é preciso ser autorizado, legitimado e instituído a falar e o que falar. Esses sujeitos contextualizados e históricos estão atrelados a interesses políticos, econômicos e de uma ideologia própria ao contexto. São características denominadas por Michel Foucault (2007) condições de possibilidade para construção e constituição de um discurso de ciência.

Esses fatores estão para além dos interesses pessoais e da individualidade de cada pesquisador. A legitimação e a institucionalização do discurso, nas áreas de conhecimento, estão interligadas aos alicerces e limites colocados nos editais de pesquisa das agências fomentadoras das ciências, nas categorizações de áreas, nos critérios de pontuações de revistas científicas, nos programas de pós-graduações. Também, nas políticas que concorrem para as condições de possibilidades de existência de um campo discursivo, como a implementação de auxílio a pesquisas, bolsas de produtividade e de estudos, no país e no exterior. Todos esses procedimentos influenciam as agendas de pesquisas e os fazeres acadêmicos de seus pesquisadores. A própria trajetória histórica da CI, do IBICT, do CNPq e CAPES, apresentados em capítulos anteriores, reforçam e demonstram as intervenções políticas, ideologias e da economia nos procedimentos e encaminhamentos dos domínios de conhecimento. Um exemplo que vincula ideologias, processos econômicos e políticos com as pesquisas pôde ser verificado no interesse governamental na criação, formação, fortalecimento e orientação de grupos de pesquisadores no País. Essas políticas se dão de forma diferenciada com mudanças de governos e obviamente influenciam também a organização e definições dos objetos de pesquisa e publicação das revistas científicas.

C - Também, foi possível perceber o fenômeno de endogenia de um grupo específico, oriundo e vinculado ao IBICT. Naturalmente que, em

uma área de conhecimento científico em construção, são necessários sujeitos que busquem por fomentos de pesquisa, interfaces transdisciplinares, constituição teórica e empírica, legitimação e institucionalização do campo. Em outras palavras, são necessários sujeitos que liderem esse processo de reconhecimento de um campo discursivo como tal.

No caso da CI no Brasil, em momentos históricos distintos, pesquisadores como Aldo de Albuquerque Barreto, Anna da Soledade Vieira, Edson Nery da Fonseca, Gilda Maria Braga, Isa Maria Freire, Jaime Robredo, Kira Tarapanoff, Lena Vania Ribeiro Pinheiro, Lidya Sambaquy, Nice Figueiredo, Maria Nélide Gonzalez de Gómez, Regina Maria Marteleto, Sarita Albagli, Solange Puntel Mostafa, Suzana Pinheiro Machado Mueller e Vania Maria Rodrigues Hermes de Araújo tiveram e exerceram esse papel. Foram sujeitos historicamente inseridos e legitimados pelo próprio espaço de pesquisa do IBICT. A maioria deles apresenta vínculos diretos ou indiretos com o órgão, seja como diretores, como pesquisadores, docentes pesquisadores da pós-graduação, seja como mestres ou doutores formados nesse espaço, membros da comissão editorial ou pareceristas. O fato é que esses pesquisadores pertencem ou pertenceram a um grupo legitimado nas searas do órgão.

Não obstante, nesta análise foi preciso retomar o pensamento de Foucault (2007) com relação ao autor. Para ele (Michel Foucault), há todo um conjunto de regras, fatores e condições de legitimação (em âmbito institucional e científico) que permitem a alguns sujeitos históricos o acesso e a permanência discursiva, enquanto outros são excluídos. O discurso, visto como prática, não é permitido a todos; ao contrário, é preciso ter clareza das regras, ser institucionalizado e qualificado por essas regras. O discurso não é um sistema aberto, acessível a todos; precisa de mecanismos que o façam circular em espaços restritos, com formas pré-definidas de apropriação, troca e controle. Para Foucault (2007), o nome do autor pode ser localizado na cisão entre as práticas discursivas em que se

estabelece um discurso e exclui outro, sendo que esse discurso é característico de um tempo e espaço históricos.

D - Outro aspecto importante na função autor refere-se aos membros editoriais e pareceristas. Ainda em uma perspectiva foucaultiana, eles podem ser vistos como “fundadores de discursividades”. Dito de outra forma, são sujeitos que estão além de obras, são “autores” de regra de formação discursivas. Nas próprias palavras de Foucault, a obra desses instauradores “não se situam em relação à ciência e ao espaço que ela desenha, mas é a ciência ou a discursividades que se referem à sua obra como à coordenadas primeiras” (FOUCAULT, *apud*, CASTRO, 2009, p. 49).

Nas análises do material empírico puderam ser visualizados o trânsito e o diálogo desses sujeitos no que se refere à legitimação e à construção dos discursos científicos. Comitês editoriais, avaliadores, políticas de publicações, temáticas recorrentes, autores com maior número de publicações, os mais citados e outros dados favoreceram a leitura da trajetória e história arqueológica da CI no Brasil, a partir da década de 1950.

E - ainda referente aos autores mais produtivos e também mais citados, encontram-se nomes que se fazem presentes em outras instâncias de emergências discursivas importantes para o campo. Vários desses sujeitos sociais apresentam inserções históricas essenciais no que diz respeito a legitimação, institucionalização, construção de conhecimento e constituição da CI no País, atuando em espaços múltiplos significativos como a ANCIB. Exemplificam-se alguns desses sujeitos históricos como:

- Isa Maria Freire, atual presidente da ANCIB, nove artigos publicados, seis vezes parecerista do periódico e pertencente ao grupo do IBICT;
- Regina Maria Marteleto, presidente entre 2003 e 2006 e coordenadora do Grupo de Trabalho Mediação, Circulação e Apropriação da Informação, de 2007 a 2009. Cinco

artigos publicados, duas vezes da comissão editorial e sete vezes parecerista do periódico e pertencente ao grupo do IBICT, professora do programa;

- Sarita Albagli coordenou o GT22 Sociedade da Informação e do Conhecimento da SBS (2007; 2009), quatro artigos publicados, duas vezes da comissão editorial e seis vezes parecerista do periódico e pertencente ao grupo do IBICT.

Seria importante atentar para as estritas posições de poder ocupadas pelos produtores de conhecimento da CI no Brasil e suas vinculações com esses (IBICT e revista Ci. Inf.) e outros espaços especializados do campo. Acima foram citados apenas três exemplos, no intuito de apontar para uma rede relacional entre poderes, saberes e verdades que compõem o domínio da CI⁹⁶, evidenciando a ANCIB, que é outro espaço de produção de conhecimento da área.

F - Um outro exemplo de sujeito histórico, com representatividade relevante para a CI e que precisa ser ressaltado é o da bibliotecária Lydia Sambaguy. Fundadora do IBBD, foi diretora do mesmo desde 1954, quando, em 1965, no Governo Militar, foi retirada do cargo. Sua exoneração, por questões políticas, demonstra claramente o jogo de poder e a sobreposição ideológica do governo militar sobre o pensamento da ciência.

G - quanto aos autores mais citados, o estudo evidenciou que há uma significativa dispersão da área. Não há expressiva citação de autores clássicos tais como nas ciências sociais encontram-se Durkheim, Marx, Weber e outros. Autores aparecem com pouquíssimas recorrências; não há um autor de grande referência no campo. Cerca de 80% dos autores foram citados apenas uma vez, o que indica uma extrema interdisciplinaridade ou uma larga dispersão da área no que se refere a quem citar. A essa

⁹⁶ Mais detalhes e outros autores/pesquisadores podem ser averiguados na TABELA 13 – Inserção Profissional dos Autores Mais Produtivos e nos Apêndices 18, 19 e 20.

dispersão constatada infere-se não apenas que o campo discursivo da CI é entrelaçado por características polifônicas, intertextuais, mas também com claras influências contextuais e históricas. Seus saberes perpassam por diversos elementos e não se limitam à epistemologia normativa e aos predicados da cientificidade.

Nesse sentido, chama-se a atenção para Foucault (2007) e Coracine (1991), que pontuam que o discurso da ciência é permeado não somente pelas subjetividades, inerentes aos sujeitos históricos que o compõem, como também são altamente persuasivos. Além, é claro, do fato de que esses discursos estão comprometidos nas condições de possibilidades que os permitem existir.

H - apesar dessa baixa representatividade, nos 35 anos analisados, puderam ser localizados 43 autores que tiveram 10 ou mais citações e um subgrupo de 11 autores com 20 ou mais citações. Nesse subgrupo, 5 deles são brasileiros e fazem parte do grupo de autores mais produtivos: Aldo de Albuquerque Barreto; Maria Nélida Gonzalez. De Gómez, Murilo Bastos da Cunha; Nice Menezes de Figueiredo e Vania Maria Rodrigues Hermes.

I - Outro aspecto que evidencia a polifonia, a intertextualidade e a dispersão encontra-se nos resultados referentes às temáticas. A temática com maior número de recorrência apresenta a porcentagem 17,47% e refere-se à Informação / Conhecimento / Modernidade / Ideologia / Sociedade, seguida da temática Informação e comunicação científica / avaliação / fluxo, com percentual de 17,33%. Observa-se que ambas não alcançam o percentual de 50% quando somadas.

Poder-se-ia argumentar que as 19 temáticas escolhidas por esta pesquisadora são adjacentes umas às outras, formam um contínuo que acaba por se amalgamar ou que o limite entre as temáticas é bastante tênue. Essa percepção corrobora com a ideia de que a CI traz traços de uma

formação discursiva que não apresenta unidade, não exhibe o domínio de um objeto definido, delimitado e recorrente. Um campo discursivo é caracterizado, entre outras coisas, justamente pela definição de seu objeto de pesquisa. Em seu processo de institucionalização, fazem-se necessários os limites de seu objeto, a problematização do mesmo para que se proponha a organização dos saberes no campo. Assim, suas estruturas cognitivas, institucionais, arcabouços metodológicos, práticas e teorias devem caracterizá-lo com uma determinada singularidade que fazem dele um campo discursivo.

J - Também foi verificado, nos resultados, que remete às relações de saber, poder, verdade e a historicidade o hábito de citação, bastante utilizado nos artigos publicados. Embora tenham sido encontrados artigos com mais de 150 referências, registrou-se uma média de 19 citações por artigo. Observa-se que 150 referências bibliográficas podem denotar um intenso movimento dialógico ou uma dispersão bibliográfica bastante acentuada. Mas, mais do que isso, é preciso retornar ao fato de que o ato de citar é permeado por jogos de interesses, de poder, nem sempre pautado pelos valores ditados na episteme normativa e que estão condicionados a obediências e princípios, entre os quais se destaca o imperativo clássico: “publique ou pereça”.

E na seara de citações, volta-se a Bourdieu (1983, p. 122), que pontua sobre a inserção do sujeito no mundo das ciências. A esse sujeito é preciso que correspondam os imperativos do campo, passe pelo processo de aceitação e reconhecimento de seu lugar e papel na área de atuação. Além disso, é preciso que seja legitimado o seu discurso sobre determinado objeto. As citações, quem especificamente é citado, dentre outros mecanismos, também fazem parte desse processo de institucionalização discursiva e fazem com que o autor seja legitimado, reconhecido e torne-se referência a um domínio de conhecimento.

K - Além disso, os dados encontrados na Tabela 28 – Ano de publicação revelam que as obras utilizadas nas citações são bastante contemporâneas. Percebe-se que as influências do campo discursivo da CI, considerado o total do período estudado, são alicerçadas por uma literatura mais recente e que, ao se levar em consideração os contextos e conceitos da área, é preciso fazer uma importante ressalva sobre seus tempos e espaços. No Brasil, em específico, suas pesquisas tiveram início na década de 1970, com a criação, pelo IBBD, do primeiro mestrado. Assim, é natural deparar-se com uma literatura mais atual, com uma recorrência maior da década de 1990 em diante.

I - E, ainda, com relação às citações, tem-se que cerca de 40% dos documentos consultados pelos autores dos textos publicados ao longo dos 35 anos pesquisados referem-se a artigos, boletins e informativos, além de textos mimeografados. Cerca de 30% são livros, revista científica completa, manuais, guias, prelo, catálogos. A construção do conhecimento na área da CI é ainda bastante jovem e em fase de consolidação. Além do que, o acesso a artigos, muitas vezes resultados de pesquisas empreendidas na área, tornou-se atualmente mais rápido, com disponibilização das versões *online*.

O procedimento de disponibilização de artigos *online* e gratuitos tem se tornando cada vez mais comum no universo das revistas científicas. Por exemplo, a revista Ci. Inf. é 100% eletrônica desde o ano de 2004, facilitando o acesso ao seu conteúdo e disseminando as informações encontradas em suas páginas. Por outro lado, esse acesso facilitado ainda não se aplica, retrospectivamente, (considerando o tempo histórico analisado 1972 - 2007) às teses, dissertações, livros inteiros, documentos oficiais e outros.

M - Chama-se a atenção para a Tabela 25 - Tipos de publicações citadas, exposta no capítulo anterior, onde foram apresentadas as fontes mais utilizadas pelos autores dos 704 artigos, publicados na revista Ci. Inf.

Ela mostra que o quinto material mais consultado nas pesquisas foram legislações, documentos oficiais, deliberações, ONU, UNESCO, FID; CAPES, CNPq, relatórios técnicos e direcionados a órgãos oficiais, ao todo com um percentual de 6,5%. Esses dados e outras reflexões empreendidas no capítulo 3 ao demonstrar a influência desses órgãos nas pesquisas científicas no país, dão indício de que os conteúdos usados pelos pesquisadores da área não são apenas de cunho científicos, observados na episteme normativa e que esse material se faz presente na institucionalização e legitimação do domínio da CI no Brasil.

No entanto, mesmo considerando-se as demandas não científicas do campo, as ingerências governamentais, que variam de acordo com o “quem está no poder” e por isso mesmo sempre contextualizadas e nem sempre contínuas, sabe-se que tais circunstâncias influenciam as pautas de pesquisas, sujeitos e demandas da CI no Brasil. Sendo assim, as práticas sócio-acadêmicas estão sujeitas a esses fatores externos ao pensamento científico propriamente dito.

N - não obstante, há outras searas das ciências onde a legitimação e a institucionalização também são permeadas pelo saber, poder e verdade. Assim, congressos, seminários, encontros, grupos de pesquisas fazem parte desse universo que compõe o domínio de conhecimento. Além desses, é nas publicações científicas que as demandas tomam corpo e vão se solidificando, bem como estruturando a área.

Tem-se como exemplo o crescimento significativo de artigos apresentados para submissão e publicação nos 35 anos englobados na pesquisa⁹⁷. Foram 888 artigos enviados para submissão e, entre 2003 e 2007, 530 artigos. Verificou-se um crescimento de 277% de materiais enviados à revista Ci. Inf. Os índices de rejeições apresentam um crescimento significativo no período. Os dados denotam que a área se encontra em uma crescente consolidação, ratificação e legitimação.

⁹⁷ Verificar os Gráficos 1, 2 e 3.

Entretanto, esses dados denotam também que este veículo de publicação não está aberto a todos os membros da comunidade científica da CI e sim àqueles que, por um motivo ou outro, estão autorizados a falar.

Com relação aos estudos bibliográficos:

A - os estudos da literatura da área revelaram que as demandas científicas do campo discursivo da CI no Brasil não nasceram em centros de pesquisas ou universidades. Foram implementadas juntamente e sob influência de uma instituição internacional (UNESCO) e conduzidas por um órgão federal (IBBD). A literatura pontua e revela os esforços de organização da informação estratégica por parte do Estado brasileiro, e ainda que esses esforços estavam sendo empreendidos em todo o mundo.

Expressões como sociedade da informação, explosão informacional, revolução da informação e outras passam a fazer parte do vocabulário científico, demandando novas ações. Assim, outros contornos são dados a uma distinta formação discursiva, para além da Biblioteconomia e da Documentação, denotando, entre outras coisas, que mudanças conceituais e rupturas significativas nas ciências estavam acontecendo, desde a década de 1930, e se intensificaram após a segunda guerra mundial. Nesse contexto, os Estados-Nações se faziam extremamente presentes, participando efetivamente dos encaminhamentos às organizações documentais e produções científicas. Também é o momento em que a informação passa a ser vista como bem econômico, político e social além, é claro, de sua posição estratégica (ALMEIDA, 2005). O papel do Estado nesses procedimentos pode ser exemplificado com a criação do *Office of Strategic Service* (USA) e o VINITI (URSS), órgãos governamentais e responsáveis pela seleção, organização e tratamento de informações científicas e tecnológicas. É preciso explicitar que esses órgãos não tinham função disseminadora da informação e sim de controle, em um momento pós-guerra com a instauração da chamada “guerra fria” entre as duas potências mundiais da época: USA e URSS.

No Brasil, tais esforços podem ser exemplificados com a criação da Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1938, e a implantação do Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC), em 1942, e a própria criação do IBBD, em 1954. Foram órgãos criados e coordenados pela bibliotecária Lydia de Queiroz Sambaquy, que buscava o desenvolvimento e cooperação entre as principais bibliotecas nacionais. Era, por assim dizer, o viveiro do pensamento em rede, principalmente considerando as tecnologias existentes e disponíveis no período, bem como a extensão territorial do país. Observa-se que, tanto no Brasil como no mundo, todo o processo de organização informacional era efetivado por institutos governamentais.

B - Ressalta-se que, na revisão bibliográfica, bem como na fundamentação teórica, as questões vinculadas à historicidade do campo foram salientadas. Principalmente no que se refere ao apagamento da memória e às condições estruturais que permitiram a emergência e a legitimação desse novo campo disciplinar. Para vários autores revisados, como Odone (2006), tanto no Brasil como no mundo a CI vem romper com práticas bibliotecárias que não mais respondiam às exigências documentais e bibliográficas, postas pelas novas tecnologias informacionais que adentraram a segunda metade do século XX.

Na verdade, a literatura aponta para duas vertentes sobre o nascedouro e a trajetória da CI. Uma que vincula a área à Biblioteconomia e outra vertente que aborda as condições contextuais, contingências, espaciais e temporais que favoreceram a formação do novo campo de conhecimento.

Assim, com relação à primeira vertente, tem-se um elenco de fatores⁹⁸ que levaram à emergência da CI no Brasil e aponta-se para a

⁹⁸ Por exemplo: Demandas dos Estados – Nações; implementação de novas tecnologias nas práticas de organizações informacionais; necessidade de disponibilização e acesso ao conhecimento científico e outros.

fecundidade da Biblioteconomia como referência ao novo campo discursivo. Além disso, a criação do IBBD, o intercâmbio com órgãos internacionais como a Federação Internacional de Documentação (FID) e a Associação de Bibliotecas (IFLA) fortaleceram e legitimaram ainda mais os profissionais da Biblioteconomia, ainda nas décadas de 1950 a 1970. Esses contextos proporcionaram e estabeleceram novas interfaces, modificando também as práticas e as relações dos profissionais com as bibliografias científicas e com os documentos. E é nessa perspectiva que as possibilidades contextuais e históricas para emergência da CI como um novo domínio de conhecimento, apresentam na Biblioteconomia um de seus *lócus* de existência. Para exemplificar essa afirmação, com os dados encontrados na pesquisa, tem-se que aproximadamente 70% dos profissionais que atuaram, no período avaliado, são formados em Biblioteconomia e cerca de 60% deles são mestres em CI. Assim, o que se percebe na literatura referente é que a Biblioteconomia não era um campo informe, estático e ultrapassado. Mesmo porque, caso assim fosse, não poderia servir de terreno fecundo e produtivo para tão novo, dinâmico e contemporâneo campo discursivo.

Já a segunda vertente aponta alguns balizadores imprescindíveis para a existência da CI no mundo. Borko (1968, p. 4) lista alguns desses elementos, como, por exemplo, o aumento significativo das produções científicas e conseqüentemente o aumento dos periódicos especializados, crescimento das ferramentas tecnológicas, o rápido índice de obsolescência do conhecimento técnico, necessidade de formação continuada dos acadêmicos em atuação e outros.

Esses argumentos e contextos revelam que CI não surge do nada, não é um campo discursivo sem lastros e laços. Ao contrário, tem sua emergência discursiva em espaços férteis, a partir de outros saberes já solidificados e sob forte influência do campo disciplinar estadunidense. No caso do Brasil, variáveis e possibilidades advindas do desenvolvimento da informática e da eletrônica fizeram com que os profissionais do IBBD adequassem os seus fazeres sob as perspectivas que se apresentavam no

novo campo disciplinar denominado CI (ODONE, 2006, p. 47). Nos dizeres de Odone (2006), a área seria um domínio híbrido onde não prevalece esse ou aquele campo e sim um meio caminho entre Biblioteconomia e Documentação e sem uma nomenclatura mundialmente aceita, que a designasse como uma disciplina científica emergente. É justamente nesse contexto histórico de práticas e frente à necessidade de definir teórica e cognitivamente esses “novos” modelos, que a terminologia “Ciência da Informação” vai ganhando contorno em todo o mundo, por volta dos anos de 1960.

C - muitos autores, como Freitas (2003) e Oliveira (2008), tecem consideráveis críticas ao campo de conhecimento da CI. Críticas que se referem à diversificação teórica, falta de delimitação do objeto de estudo, conceitos, práticas. Além das denominações trazidas dos mais diversos campos de conhecimento, com uma permuta conceitual incipiente e sem muita reflexão cognoscente; e o mais importante, sem uma problematização consistente, pressupostos sólidos e sem uma metodologia que lhe seja peculiar ou característica.

Partindo dessas reflexões é importante, novamente, voltar-se a Michel Foucault (2007), para quem a problematização adequada do objeto de estudo é uma das condições *sine qua non* na existência de um campo discursivo. Os dados apresentados nesta tese, segundo as temáticas analisadas via palavras-chave, levantam indícios de que as discussões teóricas e metodológicas apontam para significativas fragilidades na área da CI, no Brasil. Constitui-se um campo eclético e bastante reducionista em sua busca conceitual. Sua institucionalização e legitimação podem ser caracterizadas por múltiplas temáticas, metodologias variadas, poucos artigos que apresentem enfoques epistemológicos, conceituais ou que busquem pela teorização do campo.

Sintetizando a resposta da primeira questão, tem-se que as análises foucaultianas dos artigos, a partir da bibliometria e simultânea

interpretação, desvelaram importantes redes de relações entre textos, apresentando traços de polifonia e intertextualidade. Além disso, foram revelados os contextos em que os discursos foram produzidos e o assentimento de fala conferido a atores sociais desses textos. A partir do material analisado, evidenciou-se um processo endógeno na CI, onde autores mais produtivos, autores mais citados, pareceristas, comissão editorial, presidentes, diretores da revista, do IBICT e da ANCIB estabelecem redes relacionais de saberes poderes e verdades científicas.

Quais seriam os princípios fundantes e elementos ordenadores do discurso da Ciência da Informação no Brasil?

Segundo a literatura da área, apresentada anteriormente, e os resultados analisados no capítulo 9, a CI no Brasil tem seus princípios fundantes na Biblioteconomia, Arquivística e Documentação. Os elementos ordenadores são da ordem política, ideológica e são orientados pelas demandas da sociedade contemporânea. Os dados que corroboram tais afirmações podem ser visualizados abaixo e abrem espaços para reflexão:

A - No levantamento biográfico, realizado para os autores que publicaram quatro ou mais artigos no periódico em análise, ficou demonstrado que a maioria deles é graduada em Biblioteconomia e apresenta mestrado em CI. Cerca de 20% são doutores em CI e, no total geral, 33,33% têm titulação de pós-doutorado, 94% são doutores e 88,88% são mestres. Também, cerca de 60% apresentam vínculos institucionais com o IBICT. Isso denota a excelência acadêmica na formação dos pesquisadores da área, além de desvelar o aspecto endógeno, já mencionado, na produção do conhecimento do campo discursivo da CI.

B - o outro aspecto relacionado aos princípios fundantes, elementos ordenadores e que precisa ser salientado está na dispersão autoral no universo empírico avaliado. Dos 772 autores, 78% deles publicaram apenas um artigo, o que corresponde a um montante geral de

608 artigos. Apenas 4%, dos 704 averiguados, publicaram quatro ou mais artigos.

A partir desses dados e da revisão bibliográfica, apontam-se algumas possibilidades, no que se refere à alta porcentagem de autores com apenas um artigo publicado, ao longo desses anos. Uma dessas possibilidades já foi questionada por Hagar Espanha Gomes (*apud* PINHEIRO, 1995, p. 1) e torna-se importante reforçá-la aqui: para a autora, quem publica na área da CI são professores e pesquisadores vinculados às instituições de ensino e não os profissionais que estão sendo formados pelos cursos, *lato e stricto sensu*. Onde estão esses pós-graduados em CI? Não publicam os resultados de suas pesquisas? Publicam em outros veículos de disseminação do conhecimento? Por que não no periódico referência da área? Na verdade, publicam apenas uma vez? Voltam para seus campos de conhecimentos? O mestre ou doutor publica o resultado de sua pesquisa uma vez, não dando continuidade aos trabalhos no campo, considerando ser a CI um campo interdisciplinar que abriga pesquisadores de diversas áreas. A porcentagem de cerca de 80% de autores com apenas um artigo publicado neste período permite aventar tal possibilidade. Ou, ainda, há uma enorme oferta de artigos por fascículos, o que acarreta o aumento de rejeição e diminuiu o espaço de publicização de pesquisas, fazendo com que esses autores lancem mão de outros veículos.

C - também, ficou notadamente evidente, nos dados analisados no item 9.4, que a CI, em sua história-memória, estabelece diálogos com múltiplos campos de conhecimento, principalmente com a Biblioteconomia, a Arquivística, a Documentação, a Psicologia, a Linguística, a Matemática, a Física, a Filosofia, a Sociologia, a Comunicação e as Ciências Cognitivas. Cerca de 30% dos autores mais citados são graduados em Filosofia e 17% deles graduados em Biblioteconomia. Apenas 7,14% são mestres e/ou doutores em CI. No entanto 100% deles são mestres e doutores e 18% apresentam a titulação de pós-doutorado. Foram sujeitos (mais citados) e disciplinas que contribuiriam na definição do domínio de pesquisa em CI.

D - para além da formação dos pesquisadores da área, há também questões, de cunho político e econômico, extremamente relevantes e, no Brasil, fatores dessas naturezas estão ocorrendo concomitantemente com princípios fundantes da área que muito revelam de seus elementos ordenadores do discurso. Esses acontecimentos, sejam eles políticos, econômicos ou socioculturais, marcam as práticas, teorias ou cognição no campo da Biblioteconomia e da emergente Ciência da Informação. Por exemplo, na trajetória do campo, a ida de profissionais do IBBD para o exterior, principalmente para os EUA, baliza também a adoção de novos procedimentos práticos, elaborações teóricas e processos nas construções do conhecimento na área. Assim se fizeram necessários profissionais com a formação mais verticalizada para a condução de tudo o que vinha acontecendo, como, por exemplo, criação do mestrado em CI, criação de um periódico científico da área, disseminação desses novos conhecimentos em outros espaços.

Ao agregar, intencionalmente, profissionais de outros campos em seus cursos de especializações, o IBBD aponta para a necessidade de interfaces teóricas e cognitivas. Essas interfaces são garantidas pelas questões e propostas que esses profissionais de outros campos trazem para a Biblioteconomia. Este é um momento em que outros elementos, técnicas e procedimentos vinham sendo empregados na relação seleção, organização, tratamento e disponibilização da informação, fazendo uso da informática e a eletrônica.

E - pode-se afirmar que não eram mais e unicamente os preceitos da Biblioteconomia ou da Documentação ou ainda da Arquivística que pautavam esses fazeres. Não era mais uma questão de organizar os documentos, mas de entender melhor seu processo de produção e comportamento no contexto dos saberes, usando-se das tecnologias de informação e comunicação disponíveis. Assim, com profissionais oriundos das mais diversas áreas, observa-se uma mistura de saberes incorporados

às novas possibilidades e práticas que influenciariam sobremaneira o discurso científico da CI.

F - ainda no que se refere aos princípios fundantes do campo, esclarece-se que nas classificações de áreas de conhecimento estabelecidas pelo CNPq, a CI é uma subárea das Ciências Sociais Aplicadas. Essa subárea abrange a teoria da informação; teoria geral da informação; processo da comunicação; representação da informação; Biblioteconomia; teoria da classificação; métodos qualitativos, bibliometria; técnicas de recuperação da informação; processo de disseminação da informação; arquivologia; organização de arquivos.⁹⁹

G - com relação aos elementos ordenadores da área, têm-se, nas análises de citações, dados elucidativos que manifestam as relações de saber e poder, como resultado desse processo, a produção de verdade no campo da CI. Por exemplo, embora com uma baixa recorrência, cerca de 13%, a revista *Ci. Inf.* foi o periódico mais citado pelos autores dos 704 artigos. Nesse sentido, apresentam-se duas possibilidades reflexivas desse conjunto: a primeira delas ratifica a questão de endogenia no campo. A segunda está no fato de ter sido a revista a pioneira e a única, durante um determinado período de tempo.

Por outro lado, o segundo periódico mais citado foi o *Journal of Documentation*, com apenas 2,9% de recorrência, seguido do *Journal of the American Society for Information Science*, com 1,82%. Há que se considerar que são incidências baixas, principalmente levando em conta o fato de os periódicos científicos terem sido as fontes de pesquisa mais utilizadas pelos autores dos 704 artigos publicados na revista *Ci. Inf.*, com cerca de 40% das recorrências no tipo de materiais usados.

São resultados que informam questões importantes do ponto de vista das influências dos produtores do conhecimento no discurso de ciência

⁹⁹ Fonte: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>

da área. São documentos/monumentos - livros, periódicos, jornais científicos e outros – considerados como instâncias disseminadoras do conhecimento e promotoras de permutas e diálogos acadêmicos.

H - outra constatação, feita a partir da bibliografia e ratificada nos dados, está no fato de que, quanto mais a área se solidifica, mais pós-graduações surgem e conseqüentemente mais grupos de pesquisas vão se constituindo e se consolidando no universo acadêmico. Com isso, mais artigos são publicados e novas revistas científicas surgem buscando responder as demandas de publicização de pesquisa¹⁰⁰. Esses processos podem ser visualizados na crescente contribuição de artigos nacionais e um expressivo uso de materiais na língua portuguesa, cerca de 40%¹⁰¹ deles.

Os Gráficos 1, 2, e 3 apresentados no capítulo 4 mostram o aumento substancial na oferta de artigos para publicação; tal fato é muito positivo, uma vez que, além de fortalecer a área, abrem-se espaços de exposição para autores nacionais e também internacionais. Lembra-se que a revista Ci. Inf. apresenta a possibilidade de publicação para autores de outras nacionalidades.

O discurso veiculado no periódico, assim como as superfícies de emergências discursivas que o fundamentam, perpassa pelos critérios de cientificidade estabelecidos pela episteme normativa?

Os princípios fundantes da CI perpassaram pelos critérios de cientificidade, mas não se fundam exclusivamente neles. Levando em consideração o universo do objeto pesquisado e tendo nesse universo os elementos que formam o objeto de estudo de uma área, como expresso no pensamento de Michel Foucault, entende-se, como já dito, que os processos de institucionalização e legitimação da CI não se deram unicamente pela

¹⁰⁰ Ver no Apêndice 1 o Quadro 15 com exemplos de alguns periódicos da área e suas respectivas classificações no sistema Qualis de avaliação da CAPES.

¹⁰¹ Ver detalhes na Tabela 26 – Línguas: capítulo 9 - Resultados e Discussões.

cientificidade. Muitos outros fatores e contextos estiveram e estão presentes nessa trajetória.

A grande dispersão autoral, a concentração de poucos autores com mais de quatro artigos publicados, os vínculos institucionais dos autores mais produtivos com o próprio IBICT, com o CNPq e as relações estabelecidas com a ANCIB¹⁰² demonstram a relação de saber, poder, produção de verdade para além dos parâmetros de cientificidade. Também, as estreitas relações do campo discursivo em questão com os órgãos governamentais que o amparam (MTC, IBICT, CNPq,) são exemplos dessas análises.

Não obstante, esse não é um traço de uma única formação discursiva. Não é uma prerrogativa da CI, mas sim de outros campos de conhecimento constituídos, como constata Foucault em *Arqueologia do saber* (2007). Mas é fato que, para um campo de conhecimento se fazer institucionalizado, são necessários alguns contrapontos, entre eles um contorno fronteiriço, com teorias que lhe deem suporte, conceitos específicos que o caracterizem, pesquisadores que produzam conhecimento, instituições que o alicercem. E, nessas prerrogativas, a CI apresenta fragilidades consideráveis: dispersões temáticas, uma tênue linha fronteiriça em seus temas de concentração, pouquíssimos artigos voltados para questões epistemológicas e teóricas da área (7%), grande concentração de um grupo de autores/pesquisadores e dispersão autoral. Portanto, dentro desse escopo, reconhecem-se as premissas de Michel Foucault, para quem todos os campos do conhecimento são formados por dimensões discursivas e não discursivas. As ciências e seus discursos de verdade são formados por instituições, ideologias, sujeitos subjetivos, possibilidades históricas e contextuais. E não é diferente no campo da CI.

Por outro lado, estabelecendo-se uma diferente linha de análise, tem-se que os aportes interdisciplinares são necessários e se tornam

¹⁰² Dados expostos nos Apêndices 18, 19 e 20.

elementos importantes para a complexidade do pensamento científico. Desse ponto de vista, a CI, pela peculiaridade de seus objetos de estudos – a informação – necessita de diálogos e interfaces com outros domínios de conhecimento. E isso faz com que ela inclua em seus princípios fundantes aspectos filosóficos, matemáticos, sociais, antropológicos, geográficos, políticos, tecnológicos e outros. Também, chama-se a atenção para o fato de que muitos autores contemporâneos, como Edgar Morin (2000), vêm defendendo esse dinamismo do pensamento complexo dentro das práticas científicas. Para o autor, “o complexo não é o complicado”, é sim, coerente e responsável, uma vez que não perpassa necessariamente ou unicamente pelas científicas da episteme normativa. Ele parte da razão, das práticas e também da teoria, formando um conjunto mais próximo do homem e de seu universo empírico.

No complexo que se desenha na contemporaneidade, com suas muitas inovações tecnológicas, a CI ocupa um fórum privilegiado de debates e reflexões, principalmente pelo seu caráter interdisciplinar.

Findas as reflexões referentes às questões iniciais, foi possível observar algumas características da área, principalmente no que diz respeito à estrutura institucional e seus processos de legitimação no Brasil. Um campo de domínio disciplinar, com suas práticas científicas, pode ser visto sob a perspectiva social e cognitiva (WHITLEY, 1974), onde graduações, pós-graduações, entidades de pesquisas, associações acadêmicas, publicações científicas e outros compõem a esfera social e as teorias, conceitualizações, metodologias vinculam-se ao cognitivo. A CI no Brasil vem sendo legitimada nessas duas searas, como um organismo social perpassado por construções e consolidações teóricas, buscando por metodologias próprias, leis e aplicabilidades em contextos históricos, atravessadas por estruturas econômicas, políticas e relações de poder. E, ainda, institucionalizada e legitimada em tempos e espaços acadêmicos e de pesquisas, fomentados por agências financiadoras (CAPES, CNPq e outros), institutos de pesquisas (IBICT e outros), apoiada em publicações

científicas (revista Ci. Inf. e outras) e autorizadas pelos membros dessa organização.

Também, quando fala de CI, como domínio disciplinar, campo discursivo, área de conhecimento científico e outras denominações, reporta-se novamente a Michel Foucault (2007), seu “*a priori histórico*” e definição de arquivo. Isso porque é no conceito de arquivo¹⁰³ que o autor estabelece os diálogos do *a priori histórico*¹⁰⁴ e, nesse sentido, a arqueologia considera o discurso na modalidade de arquivo. O trabalho arqueológico consiste em pesquisar esses arquivos como massa documental de um período determinado, recuperando seus traços discursivos, jogos enunciativos e as relações de saber e poder (CASTRO, 2009, p. 43/117). Foi justamente isso que se procurou realizar nas análises dos dados empíricos e nesse aspecto é importante ser ressaltado o mérito dos estudos bibliométricos associados aos estudos arqueológicos. Em se tratando de trajetórias históricas dos campos disciplinares, tendo como fonte documental um periódico científico importante dentro desse campo, verificou-se a possibilidade e oportunidade das mais diversas leituras, com olhares diferenciados e ressalvas hermenêuticas novas.

Outrossim, ficou evidenciada a importância, influência e direcionamento do IBICT, órgão governamental, no que diz respeito às pautas e aos encaminhamentos acadêmicos, de pesquisas, políticas e institucionais da CI. Há que se considerar como essenciais às contribuições desse instituto ao desenvolvimento da área, sua institucionalização, legitimação e constituição como campo de conhecimento científico. Pôde ser

¹⁰³ Ver no capítulo 5 - Principais conceitos, a conceituação de arquivo em Foucault (2007, p. 170): “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o surgimento dos enunciados como acontecimentos singulares [...] o arquivo determina também (..) que os enunciados não se acumulem em uma multidão amorfa ou se escrevam simplesmente em uma linearidade sem rupturas [...]”.

¹⁰⁴ Como visto no capítulo 5 - Principais conceitos, o *a priori histórico* e denominado como sendo “O jogo de regras que, numa cultura, determina o aparecimento de enunciados, sua persistência e seu apagamento, sua existência paradoxal de acontecimentos e de coisas” (FOUCAULT, *apud*: REVEL, 2005, p. 19)

verificado também que este instituto (IBICT), que teve inicialmente seu campo de atuação na cidade do Rio de Janeiro e posteriormente transferido para a capital Brasília, esteve à frente nas interlocuções com órgãos oficiais. E dentro desse processo, o IBICT privilegiou determinados grupos em detrimento de outros. Isso remete aos mecanismos de exclusão dos quais fala Foucault em seus estudos arqueológicos, onde todo sistema de formação discursiva define quem é legítimo para falar.

Quanto à revista, além da questão de manter publicações e artigos de qualidade, o estudo confirmou sua importante atuação na área. Para autores como Foresti (1986, p. 145), esse espaço mantém “duas funções básicas de uma publicação periódica: de memória, preservando a informação para servir no futuro como fonte de consulta, e de disseminação, divulgando a informação para os interessados”. É um veículo de literatura do campo no Brasil, que atende ao seu propósito de disseminar pesquisas em CI para docentes e discentes em Biblioteconomia/Documentação/Ciência da Informação, além de profissionais e pesquisadores em CI. Em termos de pontuação, junto aos órgãos fomentadores de pesquisa, a revista Ci. Inf. apresenta um dos melhores desempenhos da área.

Por fim, as propostas de análise aqui expostas não se furtaram em buscar pelo entendimento de sujeitos, contextos históricos e geográficos, bem como a historicidade das instituições que amparam o campo. Essas reflexões mostraram uma institucionalização da pesquisa na CI com trajetória ascendente e em processo de construção. Entretanto, é necessário ressaltar que, por mais prestigiosa, importante e influente que a revista Ci. Inf. possa ser para o campo discursivo da CI no Brasil, ela apresenta apenas um enfoque. Esse estudo tem, portanto, seus limites e os resultados devem ser vistos como amostras, tendências e não como um escopo fechado e sem possibilidades de novas reflexões.

10.1 Ponderações e encaminhamentos

Salienta-se que não se teve a pretensão de esgotar e verticalizar ao extremo todas as questões aqui levantadas. Nenhuma pesquisa científica coloca ponto final em sua proposta inicial, mesmo porque não é possível abarcar todos os aspectos, nuances e possibilidades que enseja um estudo arqueológico, na área de ciências sociais. Exemplo disso é que, dos cinco princípios propostos por Michel Foucault em “arqueologia do saber”, escolheu-se trabalhar com apenas um deles, ou seja, o Princípio da Exterioridade, e dentro desse princípio optou-se por uma das quatro noções estabelecidas pelo autor, noção de condição e possibilidade¹⁰⁵.

Espera-se que a pesquisa gere novas questões, debates, proposições e estudos. Afinal a CI, como todo campo de conhecimento, juntamente com seus aportes identitários, é marcada pela compreensão histórica e contextual de práticas, conceitos e teorias. Nesse sentido, os estudos arqueológicos são profícuos em pesquisas futuras que possam aprofundar nas análises de conteúdo e nos enunciados em si. Provavelmente outras pesquisas que tenham como foco a análise de conteúdo dos artigos possam vir a constituir um complemento excelente no entendimento de uma epistemologia normativa do campo. Isso seria possível em estudos maiores, com equipes interdisciplinares que possam explorar mais verticalmente a interpretação de dados.

As redes relacionais extras discursivas aqui verificadas podem vir a denotar outras formas de institucionalização do campo. Assim, sugerem-se outras leituras que tenham como foco formações não discursivas advindas das redes de relações estabelecidas entre poderes, instituições, sujeitos/pesquisadores e produção de verdades.

¹⁰⁵ O princípio da exterioridade de Foucault (2007) apresenta quatro noções reguladoras: noção de acontecimento; noção de série, noção de regularidade, noção de condição e possibilidade.

Este estudo teve como limite o periódico Ci. Inf. num período de 35 anos. Sugerem-se novos estudos com a mesma metodologia usando outros espaços de emergência discursiva, tendo como referência o mesmo período. Também outros estudos que possam averiguar o período de produtividade dos autores, se coincidem com determinadas de diretorias/presidências; podem verificar, por exemplo, se a baixa de produtividade coincide com determinada forma de governo e outros detalhes que poderiam desvelar os jogos dos poderes governamentais e as regras de pesquisa no campo.

Apesar de todos os esforços empreendidos na pesquisa, avaliam-se ainda incipientes suas análises históricas, dada a grandeza do material empírico levantado. Indicam-se novos estudos com vieses mais contextualizados dos dados e utilizando recortes menores, talvez quinquênios, séries e tendo os governos como referências. A sugestão de novos estudos parte da certeza de que eles seriam contribuições importantes para o campo de conhecimento da CI, auxiliando na compreensão teórica e metodológica da área, além de melhor esclarecer e delinear suas questões epistemológicas. Não se pode negar que essa modalidade de pesquisa pode oferecer a futuros pesquisadores uma visão circunstancial, contextualizada e histórica do campo.

A intencionalidade dessa pesquisa é a reflexão referente à institucionalização e à legitimidade da Ciência da Informação no Brasil e seus discursos. Assim como os autores revisitados nesta tese, a intenção foi desconsertar e tirar do lugar o já pronto, mesmo porque esses procedimentos fazem parte do crescimento intelectual de uma ciência. Sem os questionamentos na CI, não há diálogos e sem diálogos corre-se o risco de se perder de vista os enfrentamentos teóricos, a pertinência de seu lugar nas ciências humanas e sociais aplicadas. A teoria do conhecimento e seus processos epistemológicos aceitam, de bom grado, contestações, inquietações e a eterna vigilância crítica.

Abre-se um parêntese para terminar este estudo com o axioma atribuído a Gustave Flaubert (1821 - 1880), que ratifica todo o pensamento exposto nas linhas anteriores a esta: “Não existe verdade. Existe apenas percepção”.

11 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA CONSULTADA

Subimos em ombros de gigantes para podermos enxergar mais longe
(axioma atribuído a Isaac Newton 1643 - 1727).

ALBERTI, Verena. **Verena Alberti**: depoimento. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2005. Entrevista concedida à Aparecida Maciel da Silva Shikida e ao Programa de História Oral/Centro de Estudos Mineiros da UFMG.

ALMEIDA, Carlos Cândido. **O campo da ciência da informação**: suas representações no discurso coletivo dos pesquisadores do campo no Brasil. 2005. 396 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

ALVARENGA, Lídia. **A institucionalização da pesquisa educacional no Brasil**: estudo bibliométrico dos artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1974). 1996. 244 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

_____. **Bases teóricas da Bibliometria no contexto da Ciência da Informação**: algumas articulações com a Arqueologia do saber.

_____. **Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault**: traços de identidade teórica – metodológico. *Ciência da Informação*. vol. 27, n. 3, Não paginado, Set. 1998.

_____. **Contribuições para os estudos sobre a pesquisa educacional no Brasil**: análise da Bibliometria de artigos da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1974). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: v. 81, n. 198, p. 244-272, maio / ago. 2000.

ARBOIT, Aline Elis; BUFREM, Leilah Santiago; GONZÁLEZ, José Antonio Moreiro. **A produção Brasileira em Ciência da Informação no exterior como reflexo de institucionalização** científica. *Perspect. ciênc. inf.* vol.16 no. 3 Belo Horizonte July/Sept. 2011.

AZEVEDO, Alexander Willian. A construção da ciência da informação na pós-modernidade: dialética histórica. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 6, n. 2, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://polaris.bc.unicamp.br/seer/ojs/include/getdoc.php?id=629&article=178&mode=pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2009.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74, jul. 2002.

_____. **A pós-graduação em ciência da informação e a realidade do Brasil**. Rio de Janeiro: IBICT : UFRJ, 1989.

_____. **Uma história da Ciência da Informação**. Para entender a ciência, 2007, p. 79-100.

_____. **Uma quase história da ciência da informação**. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2008.

BERNARDES, Genilda D'arc; FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. **Sociedade e Cultura**, v. 7, n. 2, p. 247-250, jul. / dez. 2004.

BORKO, H. Information Science: what is it? *American Documentation*, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. RJ: Bertrand, Brasil, 2001.

_____. **Razões e Prática: Sobre Teoria da Ação**. Campinas. Papyrus, 2003.

_____. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRAMBILLA, Sonia Domingues Santos, STUMPF, Ida Regina Chitto. **Interfaces da informação: tendências temáticas da pós-graduação**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMACAO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007. p. 28-31.

BRANCO, Esther Maria de Sá Castelo. **MICHEL FOUCAULT: saber-poder, método e verdade**. <http://carlosbarros666.files.wordpress.com/2010/10/saber-poder.pdf> Acesso em 25 de agosto de 2011.

BRAUDEL, Fernand. **Posições da História em 1951**. In: História e Ciências Sociais. Lisboa: Ed Presença, 1990. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/64247721/BRAUDEL-Fernand-A-longa-duracao-In-Historia-e-ciencias-sociais> Acesso em 23 de maio de 2011.

BRESSANE, Julia Miranda e OHIRA, Maria Lourdes Blatt. **EVOLUÇÃO E AVALIAÇÃO DA REVISTA ACB: biblioteconomia em Santa Catarina enquanto fonte de pesquisa (2000-2004)** Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.12, n.1, p. 5-26, jan./jun., 2007.

BRONCKART, Jean-Paul. **Jean-Paul Bronckart: as contribuições da Dérnache ISD (Interacionismo Sociodiscursivo)**. Belo Horizonte, 2007. Entrevista concedida ao IEAT/PPGE, em novembro de 2007.

_____. **O Agir nos discursos: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores**. São Paulo: Mercado das Letras, 2008.

BUFREM, Leilah Santiago; *et. al.* Produção científica em Ciência da Informação: Análise temática em artigos de revistas brasileiras. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 38-49, Jan. / Abr. 2007.

_____.; Prates, Yara **O saber científico registrado e as práticas de mensuração da formação**. *Ci. Inf.*, Ago 2005, vol.34, no.2, p.9-25.

_____. Ciência da informação e historia: o caso do IBICT. **Transinformação**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 58-79, jan. / abr. 1997.

_____. **Linhas e tendências metodológicas nas dissertações do Mestrado em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia** - Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972-1995). In: SEMINARIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS, 9., 1996, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 1996. v. 2, p. 174-199.

BUNGE, M. *Treatise on Basic Philosophy*, vol. 7, Part II: Life Science, Social Science and Technology. Dordrecht-Boston: Kluwer Academic Publishers. 1985.

_____. *Treatise on Basic Philosophy*, vol. 8: Ethics. Dordrecht-Boston: Kluwer Academic Publishers. 1989.

BUSCHMAN, John. **Transgredir ou estagnar?**Desafiando Foucault na Teoria da Bibliometria e Ciência da Informação (BCI). InCID: R. Ci. Inf. e Doc. Ribeirão Preto, V.1, n.1, p. 3- 31, 2010.

CABRAL, Ana Maria; REIS, Alcenir Soares (Org.). **Informação, cultura e sociedade**: interlocuções e perspectivas. Belo Horizonte: Novatus, 2007.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. Lisboa: Editorial Teorema, 1994. p. 7-13.

CAMPOS, Igor. **citações como método de trabalho na bibliometria**. Dissertação defendida no PPGCI, 2005 - Profs. Bax e Alvarenga como Orientador e Co-Orientadora];

CAPURRO, R. Epistemologia Y ciência de la informacion. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. **Pós-modernidade e informação**: conceitos complementares. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 63-79, jan. / jul. 1996.

_____. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. **Revista da Escola de**

Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p.107-114, jul. / dez. 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínio da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo e CARNEIRO, Egina Carli de Araújo Rodrigues. **Notas introdutórias sobre a análise do discurso**. Publicado em 11.07.2007. Disponível em: <www.duplipensar.net/.../notas-introductorias-analise-do-discurso-fundamentos.html>. Acesso em 25 Ago. 2011.

CARVALHO SILVA; Jonathas Luiz. **A identidade da ciência da informação brasileira no contexto das perspectivas históricas da pós-graduação: análise dos conteúdos programáticos dos PPGCI'S / 227 f: il.; 31 cm**. Orientador: Gustavo Henrique de Araújo Freire. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós- graduação em Ciência da Informação, 2011.

CARVALHO, Kátia de. **VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 28 a 31 de outubro de 2007 · Salvador · Bahia · Brasil** GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação Comunicação oral **CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS HISTÓRICOS PARA O MAPEAMENTO DA INTRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL**

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTIEL, L. D.; SANZ-VALERO, J. Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, Não paginado, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n12/25.pdf> Acesso em: 12 Abr. 2009.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CAWKELL, A E. **EvaluateThin scientific journals with journal citation reports: a case study in acoustics**. **Journal of American Society for Information Science**, [S.l.], v. 29, n. 1 p. 41-45, Jan. 1978.

CHRISTOVÃO, Heloisa Tardin. **A Ciência da Informação no contexto da pós-graduação do IBICT**. **Ci. Inf.**, v.24, n.1, 1995.

COMPAGNON, Antoine. **O Demônio da teoria: literatura do senso comum**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **O Trabalho da Citação**. Belo Horizonte: UFMG, 2007, 176 p.

CORACINE, Maria José. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da Ciência**. São Paulo: EDUC, 1991. 216 p.

CORDEIRO, Pedro Aurélio Cerveira. **Análise de discurso em Ciência da Informação**: ensaio sobre uma possibilidade metodológica. 2004. 93 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

COUTINHO, Maria Esther de Araújo. **A trajetória do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) de 1972 até a sua transformação, durante 1976, em Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)**. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 1994.

_____. **Comentários sobre os cursos de pós-graduação, especialmente de mestrado, nas áreas de biblioteconomia/documentação/ciência da informação no Brasil de: 1954-1987**. Brasília: UNB, 1988

COUZINET, Viviane; SILVA, Edna Lúcia da e MENEZES, Estera Muszkat. **A ciência da informação na França e no Brasil**. DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação - v.8 n.6 dez/07

CRONIN, B. The citation process: the role and significance of citations in scientific communication. London: Taylor Graham, 1984.

CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário Etimológico**. 2. ed. rev. ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CUNHA, Miriam Vieira da. Os periódicos em ciência da informação: uma análise bibliométrica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 37-45, Jan. / Jun. 1985.

CUNHA, Murilo Bastos. IBICT: 51 Anos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 7-8, jan. / abr. 2005.

DIAS, Eduardo Wense. Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 67-80, jan. / jun. 2000.

DIAS, Maria Vitória. **História e Discurso: A arqueologia de Michel Foucault**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

DOMINGUES, Ivan (Org). **Conhecimento e transdisciplinaridade II: aspectos metodológicos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

_____. **Epistemologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Loyola, 2004.

ECO, Umberto. **Lector in fabula**: a cooperação interpretativa nos tectos narrativos. São Paulo: Perspectiva, 1986.

ELIEL, Regiane Alcântara. **Institucionalização da ciência da informação no Brasil**: estudo da convergência entre a produção científica e os marcos regulatórios da área. *Trans-Informação*, Campinas, 20(3): p. 207-224, set./dez., 2008

FARIA, Antonio Augusto de Moreira. **Aspectos lingüísticos de discursos ficcionais sobre trabalhadores**: os casos de *Germinal* e *Morro Velho*. In: Renato de Mello. (Org.). *Análise do discurso e literatura*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005, v. 1, p. 255-277.

_____. Cristianismo e Marxismo em dois discurso sobre trabalhadores. In: MAGALHÃES, Izabel. **As múltiplas faces da linguagem**. Brasília: Ed. UNB, 1996, p. 401 – 412.

FERREIRA, José Rincon. Os 45 anos do IBICT. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 1, 1999.

_____. Tradição e modernidade. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 289, set. / dez. 1996.

FIORIN, Jose Luiz. **Elementos da análise do discurso**. São Paulo: Contexto : Edusp, 1989.

_____. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Àtica, 1998.

FONSECA, Edson Nery da. A pós-graduação em biblioteconomia. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte: UFMG, v. 3, n. 1, p. 27-39, mar. 1974.

FORESTI, N.. **A revista ciência da informação no contexto de sua instituição**: algumas considerações. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, Brasil, 15, dez. 1986. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1426>. Acesso em: 08 Abr. 2010.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV**: estratégia, poder-saber. Org. Manoel Barros da Mota. Trad. Vera Lúcia A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **Microfísica do poder**. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

_____. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.** São Paulo: Martins Fontes, 1966.

FOUREZ, G. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências**. São Paulo, 1995: Editora da Universidade Estadual Paulista.

FRANCELIN, Marivalde Moacir. Configuração epistemológica da ciência da informação no Brasil em uma perspectiva pós-moderna: análise de periódicos da área. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 49-66, maio/ago. 2004.

FREIRE, G. H. **Ciência da Informação: temática, histórias e fundamentos. Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11 n. 1, p. 6-19, jan. / abr. 2006.

FREIRE, Isa Maria. **A responsabilidade social da Ciência da Informação e/ou o olhar da consciência possível sobre o campo científico.** 2001. 162 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

FREITAS, Lídia Silva de. **A análise do discurso e o campo informacional: usos atuais e alcance epistemológico: uma atualização.** In CID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 32-55, 2010.

_____. **A memória polêmica da noção de sociedade da informação e sua relação com a área de informação.** Paraíba: I&S, v.12 n.2 2002

_____. **Sentidos da história e história dos sentidos da Ciência da Informação: um esboço arqueológico.** Morpheus, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2003.

_____. **Tematizando o objeto da Ciência da Informação: uma arqueologia da escrita.** São Paulo: IX ENANCIB, Diversidade Cultural e Políticas de Informação. 2008.

FREITAS, Maria Helena. **Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros.** Ci. Inf., Brasília, v. 35, n. 3, p. 54-66, set./dez. 2006.

FROHMANN, Bernd. The power of images: a discourse of images: a discourse analysis of cognitive viewpoint. **Journal of Documentation**, v. 48, n. 4, p. 365-386, 1992.

FROHNNAN, B. Discourse analysis as a research method on library and information science. **Library and Information Science Research**, v. 16, n. 2, p. 119-138, Spr. 1994.

GARCIA, Maria Lúcia Andrade. A informação científica e tecnológica no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 9, n. 1/2, p. 41-81, 1980.

GARFIELD, E. Quantitative analysis of the scientific literature and its implications for science policymaking in latin america and the caribbean. **Bulletin of the Pan American Health Organization**, v. 29, n. 1, p. 87-95, 1995.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Hagar Espanha. Experiência do IBBD em programas de pós-graduação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte: UFMG, v. 3, n. 1, p. 13-26, mar. 1974.

_____. Hagar Espanha Gomes: entrevista. Entrevistador: Lena Vânia Ribeiro Pinheiro. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 292-295, set. / dez. 1996.

GOMÉS, Maria Nélide G. Escopo e Abrangência da Ciência da Informação e a Pós Graduação na área: Anotações Para uma Reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, Jan. / Abr. 2003.

_____. **A representação do conhecimento e o conhecimento da representação**: algumas questões epistemológicas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 217-222, set. / dez. 1993.

_____. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, v. 1, n. 6, Não paginado, dez. 2000. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez00/Art_03.htm>. Acesso em: 07 fev. 2008.

_____. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27- 40, jan. / abr. 2002.

_____. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectiva em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan. / jun. 2001.

_____. **Qualificação do Doutorado desta Tese**. 15 de dezembro de 2009. ECI/UFMG

_____; MACHADO, Rejane Machado. **A ciência invisível: o papel dos relatórios e as questões de acesso à informação científica**. DataGramZero - Revista de Ciência da Informação - v.8 n.5 out/07 ARTIGO 2005

_____; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. **As políticas institucionais das configurações interdisciplinares dos conhecimentos: repercussões nas**

políticas de informação e nas práticas de avaliação. Revista de Ciência da Informação - v.5 n.6 dez/2004

_____. **As relações entre ciência, Estado e sociedade:** um domínio de visibilidade para as questões da informação. Ci. Inf., Brasília, v. 32, n. 1, p. 60-76, jan./abr. 2003.

GRANGEIRO, Cláudia Rejanne Pinheiro. **A PROPÓSITO DO CONCEITO DE FORMAÇÃO DISCURSIVA EM MICHEL FOUCAULT E MICHEL PÊCHEUX.** Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP/FCLAR) - PARIS XII- CEDITEC

HAYES, Robert M. The history of library and information science: a commentary. **Journal of Library History**, Tallahassee, Fla, v. 20, n. 2, p. 173-178, Spring 1985.

HENRIQUES, Eugene. **Indivíduo criação e história.** Connexions, Paris, n. 44, . p.141 - 158.

HIESEN, Icléia. "Inteligência informacional" e Ciência da Informação: um esboço de trajeto. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 6-18, mar., 2011. Disponível em:
<<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/400/260> >. Acesso em: 16 jun. 2011

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico.** 2 ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977, 202p.

_____. **Introdução às Ciências Humanas:** análise de epistemológica histórica. São Paulo: Editora Letras & Letras, 1994. 191 p.

LAGE, Nilson Lemos. Um sonho de meio século. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 5-6, set. / dez. 2003.

LE COADIC, Yves François. **A Ciência da Informação.** Brasília: Brinquet de Lemos, 1996.

LE GOFF, Jacques. **Documento / Monumento.** História e Memória. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. **PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO BRASIL.** Ci. Inf., Brasília, 15 (2): 107-15, jul./dez. 1986.

LEVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência:** o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a Ciência e o Saber**. 3 ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2006. p. 202

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p.134-140, maio /ago. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/macias.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2008.

MACROBERTS, M.H., MACROBERTS, B.R. Problems of citation analysis: a critical review. **JASIS**, v. 40, n. 5, p. 342-9, 1989

MACULAN, B. C. M. S. **Manual de normalização**: padronização de documentos acadêmicos do NITEG/UFMG e do PPGCI/UFMG. 2. ed. atual. e rev. Belo Horizonte: UFMG, 2011. 49p. Apostila. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/normalizacao>>. Acesso em: 12 de agosto de 2011

MAIA, Antonio Carlos. **Algumas considerações sobre o conceito de poder em Michel Foucault**. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas)–Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1988.

MARTINS, Eduardo Vieira. **O contexto político e o discurso da ciência da informação no Brasil** : uma análise do IBCT. **Ciência da Informação**, Brasília, v.33, n.1, p.91-100, jan./abr. 2004.

MASUDA, Y. **A sociedade da informação como sociedade pós-industrial**.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MERQUIOR, José Guilherme. **Michel Foucault ou o nihilismo de cátedra**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORIN, Edgar. A suportável realidade. **Revista Cronos**, Natal, v. 2, p. 23-30, jul. / dez. 2001.

_____. Latinidade. In: MOSTRA SESC DE ARTES - LATINIDADE. 2003, São Paulo, **Conferência**, São Paulo, 2003.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Os sete saberes necessários à educação do futuro. **Boletim da SEMTEC-MEC Informativo Eletrônico da Secretaria de Educação Média e Tecnológica**. v. 1, n. 4, jun./jul. 2000. Disponível em: <<http://www.centrorefeducacional.com.br/setesaberes.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2008.

MOTTA, Dilza Fonseca da. Validade da análise de citação como indicador de qualidade da produção científica: uma revisão. **Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, 1983.

MOURA, Maria Aparecida. **Qualificação do Doutorado**. 15 de dezembro de 2009. ECI/UFMG

MUCHAIL. Salma Tannus. **Foucault, simplesmente**. São Paulo: Loyola, 2004.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; PECEGUEIRO Cláudia Maria Pinho de Abreu. O periódico *Ciência da Informação* na década de 90: um retrato da área refletido em seus artigos. **Ci. Inf. experiência**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 47-63, maio/ago. 2001.

FERREIRA NETO, João Leite Ferreira. A da pesquisa e da orientação: uma análise genealógica. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 20, n.2, p. 533-546, jul./dez. 2008.

_____. **Qualificação do Doutorado**. 15 de dezembro de 2009. ECI/UFMG

NORONHA , Daisy Pires; POBLACIÓN, Dinah Aguiar; SANTOS, Cristiane Batista dos. **Produção científica**: análise cienciométrica das comunicações apresentadas nos SNBUs: 1978-1998. Comunicação do Grupo de Pesquisa do Núcleo de Produção Científica, do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. [Apoio CNPq]

ODDONE, Nanci. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, Brasil, 35, ago. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/741>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

_____. **Ciência da Informação em perspectiva histórica**: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970). 2004. 157 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Ibict / UFRJ / ECO , 2004 . Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://biblioteca.ibict.br/phl8/anexos/oddone2004.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2011.

OLIVEIRA, Dalgiza; SOUZA, Edivânio Duarte de. A análise documentária no grupo Temma: dos indícios às evidências da formação de unidades discursivas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 2, p. 74-84, maio/ago. 2007.

OLIVEIRA, Mara Janaína de. **Institucionalização da pesquisa científica**: estudo do repertório metodológico das dissertações defendidas em dois Cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil. 2008. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências

Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso, imaginário social e conhecimento: uma noção fundadora. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994. p. 53- 59.

_____. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1998.

ORTEGA, Cristina Dotta. A documentação como uma das origens da Ciência da Informação e base fértil para sua fundamentação. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 3, n. 1, p. 3-35, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/viewFile/48/263>>. Acesso em: 16 jun. 2010.

PANIAGO, Maria de Lourdes Faria dos Santos; COSTA, Aline Conceição da. **Análise do discurso e psicanálise**: diálogos em torno dos conceitos de sujeito e identidade. XXIV Congresso de Educação do Sudeste Goiano. Infância, sociedade e cultura. Universidade Federal de Goiás. ISSN 1982 – 0186.

PAULSTON, Rolland. Mapping Ways of seeing in Educational Studies. La Educación; **Revista Interamericana de Desarrollo Educativo**, s.l., v. 37, n. 114, p.1-18, 1993.

PIERCE, Sidney J. Dead Germans and the theory of librarianship. **American libraries**, local, v. 23, n. 8, p. 641-43, Sept. 1992, p. 641-643.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro.; LOUREIRO, J. M. M. Traçados e limites da ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 42-53, jan. / abr. 1995.

_____. **Ciência da Informação**: desdobramentos disciplinares, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. In: González de Gómez, Maria Nélide (Org.); Dill Orico, Evelyn Goyannes (Org.). Políticas de memória e informação. Natal: EDUFRN, 2006. p. 111-142. ISBN 85-7273-299-3. Disponível em: <<http://ibict.phlnet.com.br/anexos/Pinheirodesdobramentos.pdf>>.

_____; BRÄSCHER, Marisa; BURNIER, Sonia. Ciência da Informação: 32 anos (1972-2004) no caminho da história e horizontes de um periódico científico brasileiro. **Ciência da Informação**, v. 34, n. 3, p. 23-76, 2005.

PINTO, A.; RODRÍGUEZ, B.; MOREIRO, J. Análisis de citación de la revista Ciência da Informação del IBICT. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, Brasil, 35, jul. 2007.

POGREBINSCHI, THAMY. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 63, p. 179-201, 2004.

POPPER, Karl. **A lógica da teoria científica**. São Paulo: Cultrix, 1996.

PORTOCARRERO, Vera (Org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências**: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. 272 p.

PRADO, Claudia Rodrigues do. Michel Foucault - **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Seminário apresentado à Disciplina Informação e Cultura. Maio 2007

PRAXEDES, Walter. Por uma nova ciência. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 85, Não paginado, jul. 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/085/85praxedes.htm>>. Acesso em: 22 mar. 2008.

PRICE, D. J. de S. **O desenvolvimento da ciência**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

PRICE, Derek de Solla. Networks of Scientific papers. **Science**, v. 149, jul. 1966.

RABELLO, Rodrigo. A contribuição da história dos conceitos à ciência da informação: dimensões categórico-abstratas e analítico-causais. **Ciência da Informação**, v. 39, n. 3, p. 35-46, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1834/1377>>. Acesso em: 4 set. 2011.

RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

RADFORD, Gary P. Positivism, Foucault and fantasy of the library: conceptions of knowledge and the modern library experience. **Library Quarterly**, s.l., v. 62, n. 4, p. 408-424, 1992.

RENAULT, Leonardo Vasconcelos; MARTINS, Ronaldo. **O retrato da ciência da informação**: uma análise de seus fundamentos sociais. Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. **Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 23, 1º sem. 2007.

REVEL, Judith. **Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

Rio de Janeiro: Ed.Rio, 1982. p.99.

ROBREDO, J. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 1996.

ROBREDO, Robredo. CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E FILOSOFIA: reflexões. VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 28

a 31 de outubro de 2007 • Salvador • Bahia • **Brasil** GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação Comunicação oral

RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca. Os paradigmas da ciência e seus efeitos na composição dos campos científicos: a instituição da Ciência da Informação. **DataGramaZero** - Revista de Ciência da Informação, Brasília, v.11, n.4, ago10.

ROMANI, Jacqueline Pitanguí Publicado em Simon Schwartzman, organizador, Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro, Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982, p.135-166

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 11. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

ROUANET, Sergio Paulo. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Rousseau, Ronald. Indicadores bibliométricos e econométricos para a avaliação de instituições científicas. **Ciência da Informação**, 1998, vol.27, n.2.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Seis razões para pensar. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 54, p. 13-24, 2001b. Disponível em: <http://www.sielo.br/sielo.phd?script=sci_issuetoc&pid=0102-644520010001>. Acesso em: 22 mar. 2008.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1987.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

_____. Interdisciplinary nature of Information Science. **Ciência da Informação**, Brasília, v.14, n.1, p. 36-41, 1995.

SCHNEIDER, Michel. **Ladrões de palavras**: ensaio sobre o plágio, a psicanálise e o pensamento. Campinas: UNICAMP, 1990. p. 503

SCHWARTZMAN, S. **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1979.

SILVA, E. L. A construção do conhecimento científico: o processo, a atividade e a comunicação científica em um laboratório de pesquisa. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, jul./dez. 2002.

_____; MENEZES, E. M.; PINHEIRO, L. V. Avaliação da produtividade científica dos pesquisadores nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.13, n.2, Não paginado, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/>>. Acesso em: 01 set. 2004.

SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da; BAZI, Rogério Eduardo Rodrigues. As referências nos estudos de citação: algumas questões para discussão. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, local, v.10 n.4 ago/09.

SOLLA PRICE, D. J. **O desenvolvimento da ciência**: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1984. 73 p.

SOUZA, Edivanio Duarte de. **A epistemologia interdisciplinar na Ciência da Informação**: dos indícios aos efeitos de sentido. 2011. 343f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SOUZA, Terezinha de Fátima Carvalho e. **Bases do saber**: uma arqueologia da informação. Bases de saber: arqueologia da Informação sobre transgênicos, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ECID-7HUGQV>>. Acesso em: 24 maio 2011.

SPINAK, E. Indicadores cientiométricos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 141-148, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição. O Real: uma estória mal contada. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 set. 1996.

VALIO, Else Benetti Marques; OLIVEIRA, Vanda de Fátima Fulgêncio de. Terminologia da Ciência da Informação: abordagem da análise do discurso. **Belo Horizonte: Perspect. cienc. inf.**, v. 8, n. 2, p. 114-133, jul./dez. 2003.

VANTI, N. A. P. Da Bibliometria à Webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

VANZ, Andréa de Souza; CAREGNATO, Sônia Elisa. Estudos de citação: uma ferramenta para entender a comunicação científica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 9, n.2, p. 295-307, jul./dez. 2003.

VIEIRA, Letícia Alves. **Ciência da Informação e redes de colaboração acadêmica: diálogos, constituição e perspectivas**. 2009. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

WERTHEIN, Jorge. A. Sociedade da Informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77. maio/ago. 2000.

WHITLEY, R. Cognitive and social institutionalization of scientific specialities and research areas. In: WHITLEY, R. (Ed.). **Social processes of scientific development**. London: Routledge and Kegan, 1974. p. 69-95.

ZAHER, Célia Ribeiro. IBICT: PERFIL DE SEUS PRIMÓRDIOS **Ciência da Informação**, V. 34, n. 3 (2005) EDITORIAL

ZIMAN, J. **Conhecimento público**. São Paulo: Itatiaia, 1979.

ZINS, Chaim. Knowledge Map of Information Science. *Journal of the american society for information science and technology*, 58(4):526–535, 2007

ZIR, ALESSANDRO. **Nem construtivismo nem positivismo: metaepistemologia histórica e arqueologia**. Disponível em: <http://triplov.com/mesa_redonda/zir/nem_construt.html>. Acesso em: 24 jun. 2011.

APÊNDICE 1 - A CLASSIFICAÇÃO QUALIS DE ALGUNS PERIÓDICOS DA ÁREA

Quadro 10 A classificação Qualis de alguns periódicos da área

CLASSIFICAÇÃO DO PERIÓDICO CI. INF. DE ACORDO COM A QUALIS/CAPES		
NOME	ISSN	QUALIS
1. Biblionline	1809-4775	C
2. Biblos	0102-4388	B4
3. Brazilian Journal of Information Science	1981-1640	B3
4. Ciência da Informação	1518-8353	A2
5. DataGramZero	1517-3801	B2
6. Em questão	1807-8893	B2
7. Encontros Bibl	1518-2924	B2
8. Informação & Informação	1981-8920	B3
9. Informação & Sociedade: estudos	1809-4783	B1
10. LIINC em Revista	1808-3536	B3
11. Perspectivas em Ciência da Informação	1413-9936	A2
12. Ponto de Acesso	1981-6766	B5
13. Revista ACB	1414-0594	B4
14. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	0100-0691	B4
15. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação	1678-765X	B3
16. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação	1983-5116	B3
17. TransInformação	0103-3786	B2

Fonte: Elaborado pela autora

APÊNDICE 2 - MODELO DE COLETA DOS DADOS

Abaixo segue o exemplo da forma como foram coletadas as informações, em Word:

1972: v. 1, n. 1- jan./jun (Ano, volume e número)

1. (Número do artigo conforme elencado na revista).

RF: ZAHER, Célia Ribeiro; GOMES, Hagar Espanha. Da bibliografia à ciência da informação: um histórico e uma posição. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./jun. 1972.

AU: Célia Ribeiro Zaher; Hagar Espanha Gomes. (Autores do artigo)

A1: 2 (Quantidade de autores que escreveram o artigo)

VI: Presidente do IBBD; Vice-presidente do IBBD. (Vínculo institucional dos autores). (Quando esta informação não constava na publicação, buscou-se pela mesma nos currículos Lattes ou diretamente na web)

TT: Não presente. Titulação dos autores. (Quando esta informação não constava na publicação, buscou-se pela mesma nos currículos Lattes ou diretamente na web)

TI: Da bibliografia à ciência da informação: um histórico e uma posição. (Título do artigo)

PC: Não presente. (Palavras-chave). (Quando não constavam palavras-chave na publicação, as mesmas foram retiradas pela pesquisadora dos resumos dos artigos)

KW: Não presente. (Keywords)

RE: (Resumo do artigo). Novas formas de registro de informações ampliaram o âmbito da Bibliografia, levando ao aparecimento da Documentação. Necessidades sociais exigiram maior especificidade no tratamento de informação para cuja solução novos tipos de especialistas e novas tecnologias passaram a ser desenvolvidas originando a Ciência da Informação. Esta, como disciplina científica, passa a considerar Bibliografia, Biblioteconomia e Documentação como suscetíveis de aplicar os resultados de suas investigações.). (Quando não constava o resumo, o mesmo foi feito pela autora da tese a partir da leitura do artigo).

RC: (Referências citadas pelo artigo).

1 BORKO, H. (autor)

Information Science. What is it? (Título)

American Documentation, 19(l):3-5, Jan. (referência)

1968. (ano)

1 formato, (1 impresso; 2 online)

2 Tipologia: **1** Livro, revista científica completa, manuais, guias, capítulos, prelo, mimeo, catálogos, sem (não) publicação (do); **2** Artigos, capítulos, boletins, anuais, informativos; **3** teses, dissertações, monografias, notas de aula, comunicações pessoais, ppt's, Trabalhos de conclusão de curso, resenhas, resumos; trabalhos finais de disciplinas, comentários; projetos e pesquisas; **4** congressos, seminários, conferências, encontros, reuniões, palestras, simpósios reportagens; papers, trabalhos apresentados, anais; **5** legislações, documentos oficiais, deliberações, ONU, UNESCO, FID; relatórios técnicos e direcionados a órgãos oficiais; **6** jornais diários, revistas semanais; **7** In: referência de outras obras, citações de citações; **8** sites, homepages, portais eletrônicos.

APÊNDICE 3 - MODELO DE SINTETIZAÇÃO DA COLETA DOS DADOS (ARTIGOS)

Quadro 11 Modelo de sintetização da coleta dos dados (Artigos)

1972: v. 1, n. 2

Ano	Vol	Nº	Artigos	Autor (es)	Ref. (qtde p/ artigo)
1972	1	2	Libraries, technology, and the need to know	LaVahn Marie Overmyer	0
1972	1	2	Classificações facetadas	Alice Príncipe Barbosa	10
1972	1	2	Informática agrícola	Abner Lellis Corrêa Vicentini	9
1972	1	2	O negócio das enciclopédias	Edson Nery da Fonseca	28
1972	1	2	Unidek; o sistema e seu preparo para a automação de bibliografias	Elvia de Andrade Oliveira	10
1972	1	2	Ranganathan, filósofo da classificação cientista da biblioteconomia	Abner Lellis Corrêa Vicentini	0

Total artigos (1972, v. 1, n. 2) = 6 Total de referências (1972, v.1, n.2) = 57

Fonte: Elaborado pela autora (excerto do arquivo: Artigos Publicados de 1972/2007 – arquivo pessoal da autora)

APÊNDICE 4: REFERÊNCIA BIOGRÁFICA DOS PRESIDENTES/DIRETORES DO IBB/IBICT NO PERÍODO ANALISADO¹⁰⁶¹⁰⁷

1. Hagar Espanha Gomes (Presidente) -Graduada no Curso de Biblioteconomia pela Fundação Biblioteca Nacional (1955), especialização em Pesquisas Bibliográficas em Tecnologia pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (1961) e mestrado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (1972). Foi Professora/Coordenadora de Curso da Universidade Santa Úrsula, USU, Brasil (1997 - 1999). Trabalhou na Associação Brasileira de Normas Técnicas - Sede, ABNT/RJ, Brasil (Conselhos, Comissões e Consultoria: Presidente de Comissão Temporária/Comissão de Estudo Especial Temporária de Terminologia/Comissão de Estudo Especial Temporária de Terminologia 1993 - 1999). Também no Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, CNPQ/RJ, Brasil (1977 - 1989) na elaboração de esquema de classificação para o acervo da documentação da agência/Direção e administração, Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Sistema de Acompanhamento de Projetos/Bibliotecária responsável pela elaboração de resumos e tratamento de dados.

Entre os anos 1994 e 1996, esteve no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, IBICT, Brasil (Direção e administração, Departamento de Ensino e Pesquisa/Coordenador de projeto (Nomenclatura de Produtos e Serviços Tecnológicos)/Coordenador de Curso/Ensino, Mestrado em Ciência da Informação, Nível: Pós-Graduação. Assessor da Direção/Direção). Além de 1956 - 1975 na mesma instituição (Instituto

¹⁰⁶ Não foram encontradas referências de: Carlos Augusto Albuquerque (Diretor); Rosalvo Mariano Da Silva Neto (Diretor Designado); Paulo De Sousa Moraes (Diretor); Carlos Américo Pacheco (Diretor); Almiro Blumenchein (Diretor); Paulo Blanco Barroso (Diretor Nomeado).

¹⁰⁷ Todas as referências foram encontradas na plataforma Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/>- As exceções serão explicitadas em notas diferentes desta.

Brasileiro de Bibliografia e Documentação, IBBD, Brasil nos cargos de Presidente/Direção e administração/Presidente do Conselho Diretor/Vice-presidente).

2. Jose Adolfo Vencovsky (Diretor) - Engenheiro de Produção, formado no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), turma de 1960. Foi o primeiro Diretor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, no momento da transformação do IBBD para IBICT. Falecido em 18/06/1998.

3. Afrânio Carvalho Aguiar (Diretor) - Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (1966), graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais (1971), mestrado em Ciência da Informação pela Case Western Reserve University (1974) e doutorado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003). Tem experiência na área de Ciência da Informação e em Administração, com ênfase em Teorias de Administração e Teoria da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: redes cooperativas de pesquisa, redes organizacionais, política científica e tecnológica, política e gestão de ciência e tecnologia e gestão do conhecimento. Atualmente trabalha na FUMEC, Belo Horizonte (Ensino, Mestrado Acadêmico em Administração, Nível: Pós-Graduação). Entre 1992 e 2000 esteve na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, FAPEMIG, Brasil (Diretor Científico), também como Professor Adjunto IV, na Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, nos anos 1991 a 1994. Foi diretor do IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) entre 1980 e 1983.

4. Yone Sepulveda Chastinet (Diretor) - Possui mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1973). Atualmente é consultora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Trabalhou no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, IBICT, Brasil (1995 - 2003).

5. Antônio Agenor Briquet De Lemos (Diretor) - Bacharel em Biblioteconomia. Curso Superior de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (atualmente, Escola de Biblioteconomia da Universidade do Rio de Janeiro). 1957. Especialização em Biblioteconomia Médica. Emory University (EUA). 1987. Master of Arts in Archive/Library/Information Studies and Education. Loughborough University (Reino Unido). 1977. Foi redator-secretário do Boletim do Centro de Estudos do Hospital dos Servidores do Estado. Rio de Janeiro. 1959 - 1961. Bibliotecário-editor do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, da Organização Pan-Americana da Saúde. Rio de Janeiro. 1961 - 1968. Professor assistente, em dedicação exclusiva, da Universidade de Brasília. Fevereiro/abril de 1968. Professor colaborador, nível II, em dedicação exclusiva, da Universidade de Brasília. Abril de 1968 a maio de 1971. Professor assistente, nível MS B-4, em dedicação exclusiva, da Universidade de Brasília. Maio de 1971 a abril de 1986. Professor adjunto, nível MS C-4, em dedicação exclusiva, da Universidade de Brasília. De abril de 1986 até março de 1992, quando se aposentou por tempo de serviço. Secretário-Executivo da Faculdade de Biblioteconomia e Informação Científica da Universidade de Brasília. 1968/1970. Diretor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). 1985/1989. (Requisitado à Universidade de Brasília.). Diretor da Editora Universidade de Brasília. 1989/1992. Aposentou-se neste cargo, por tempo de serviço, em 1992. Diretor da editora Briquet de Lemos/Livros. 1993¹⁰⁸

6. Luiz Antônio Gonçalves Da Silva (Diretor) - Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (1973), graduação em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (1970), especialização em Sistema de Bibliotecas Públicas pela Universidade Federal da Paraíba (1979), mestrado pela Universidade de Brasília (1986), doutorado em Ciência da Informação pela Universidad Complutense de Madrid (1994) e aperfeiçoamento em História del Arte (Teoria de las Artes

¹⁰⁸Fonte: <http://www.briquetdelemos.com.br/briquetdelemos>

Plásticas e pela Universidad Complutense de Madrid, 1992). Tem experiência na área de Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: História da informação, Unesco, Informação científica, Documentação, América Latina. Lecionou as disciplinas de História da arte, Cultura brasileira, Metodologia da pesquisa e Metodologia da pesquisa em Direito. Coordenou a disciplina de elaboração de monografias no curso de direito. Orientou trabalhos de conclusão de curso no curso de graduação em história. Esteve no Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia, IBICT, Brasil nos anos 1980 - 1998. Em 2001, esteve vinculado ao projeto Desenvolvimento de Tecnologias da Informação e da Comunicação para Consolidar a Sociedade do Conhecimento. Entre 1998 e 1998 esteve na direção e administração, Centro de Documentação e Informação. Nos anos de 1980 e 1985 no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.

7. Antônio Lisboa de Carvalho Miranda (Diretor) - Possui graduação em Biblioteconomia - Universidad Central de Venezuela (1970), mestrado em Ciência da Informação - Loughborough University Of Technology (1975) e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1987). Atualmente é professor da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Planejamento de Sistemas de Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: comutação bibliográfica; acesso a informação, sociedade da informação, sistemas de informação e comunicação científica. Atualmente está trabalhando com projetos de alfabetização e inclusão digital. Desde 1978 mantém vínculo com a Biblioteca Nacional de Brasília. Desde 04/1978 trabalha com ensino, Ciências da Informação, Nível: Pós-Graduação. Nos anos de 1977 - 1980 trabalhou na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil como Assessor Especial para o Planejamento Bibliotecário, responsável pelo Programa de Bibliotecas Universitárias e pela institucionalização do Programa COMUT.

8. Jose Rincon Ferreira (Diretor) - Graduação em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (1973), mestrado em Bibliotecologia pela Universidade de Puerto Rico (1976) e doutorado Honoris Causa em Ciências da Informação pela Universidade Fernando Pessoa (2008). No Poder Executivo Federal exerceu os cargos de Diretor de Articulação Tecnológica da Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) entre 1999 e 2009. Diretor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) entre 1992 -1999. Foi Membro do (i) do Conselho de Administração do Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Polo Industrial de Manaus (CT-PIM); do Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia (CAPDA); do Conselho Superior do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e da Fundação Certi; do Conselho Consultivo do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), da Federação Internacional de Informação e Documentação (FID) e do Comitê de Informação da Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura e do Conselho Fiscal da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (Abdf). Das principais atividades de representação exercidas, destacam-se a de (i) Coordenador de Governo para o Comitê de Informação do Fórum Permanente da Microempresa e Empresas de Pequeno Porte; (ii) Representante do Governo brasileiro no Comitê de Informação da Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia do Mercosul (RecyT); Presidente do Centro Franco Brasileiro de Documentação Técnica e Científica (Cendotec); Sócio Honorário da Associação Brasileira dos Analistas de Inteligência Competitiva; Vice-Presidente da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti); Presidente da Rede de informação Latino-americana e do Caribe em Ciência e Tecnologia (Infolac), Vice-Presidente da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (Abdf) e Diretor Administrativo da Associação Telecentro de Informação e Negócios (ATN). Atualmente é Membro do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) e consultor nas seguintes

áreas: Educação Corporativa, Inclusão Digital, Ciência da Informação, Informação Tecnológica e Desenvolvimento Regional.

9. Eloi de Souza Garcia (Diretor) - Dr. Eloi Garcia possui graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1967). Doutorado em Biologia Molecular pela Escola Paulista de Medicina, atual Universidade Federal de São Paulo (1978). Pós-doutorado em Parasitologia no Laboratory of Parasitic Diseases/NIAID (EUA, 1979-1980) e pós-doutorado em Endocrinologia de Insetos, Instituto Max-Planck de Bioquímica, Munique (Alemanha, 1985 e 1988). Foi professor da Universidade Rural do Rio de Janeiro (bioquímica, 1968-1970), é professor emérito da mesma Universidade (2009). Foi professor da Universidade Federal Fluminense (bioquímica e genética, 1970-1995). Foi vice-presidente de pesquisas (1991-1996) e presidente da Fundação Oswaldo Cruz (1997-2001). Membro do corpo editorial (1999-2009) e editor (1988-1991) das Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, membro do Conselho Consultivo do Portal de Periódicos da Capes (2009-2012) e do conselho superior da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ, 1996-2001). Subsecretário do Ministério de Ciência e Tecnologia (Brasília, 2001-2002), diretor do Instituto Brasileiro para Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT, 2002), consultor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, Washington, 2003) e Superintendente de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio de Janeiro (2004-2006). Recebeu do governo de Minas Gerais a medalha dos Inconfidentes (em Ouro Preto, 1997), da FIOCRUZ a medalha de ouro Oswaldo Cruz, símbolo do primeiro centenário da instituição (2000), da presidência da república a medalha de comendador nacional do mérito científico (2000) e da associação de funcionários (ASFOC) da FIOCRUZ a medalha Jorge Carelli de Direitos Humanos (2002). Foi consultor de revistas científicas e agências de financiamento em C&T nacionais e internacionais, membro "Chagas disease committee" e do "Medical Entomology" do programa de doenças tropicais (TDR/OMS; 1988-

2004). Presidiu o comitê "Task Force on Operation Research on Chagas Disease" (TDR/OMS, 1993-1995) foi representante do governo brasileiro no "Joint Coordinating Board" (JBC, 1992-2000), presidiu o "JCB" (1995-1997) do TDR, Organização Mundial da Saúde (Genebra) e participou de várias comitivas governamentais que negociou no exterior (França, Canadá, México, EUA, Índia, China, Cingapura, Portugal, Holanda, Alemanha, EUA, Israel, Rússia, Suécia) acordos, convênios e programas bilaterais com o governo brasileiro. Publicou mais de 200 artigos em revistas científicas, capítulos de livros, seis livros sobre divulgação científica e mais de cinco centenas de resumos em reuniões e congressos científicos. Interagiu com mais de 130 colaboradores em coautorias de trabalhos científicos. É pesquisador titular aposentado do Instituto Oswaldo Cruz (IOC, FIOCRUZ), bolsista 1A do CNPq, membro da Academia Brasileira de Ciência (desde 1987) e da Academia Brasileira de Medicina Veterinária (desde 1996). Tem experiência na área de bioquímica, com ênfase em doenças parasitárias, atuando principalmente nos seguintes temas: doença de Chagas, interação parasita-vetor fisiologia geral, imunologia e bioquímica de insetos, digestão e endocrinologia de insetos, e em política, administração e gestão pública de instituições de ciência e tecnologia. Atualmente é assessor da presidência e vice-diretor da diretoria de programas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia Industrial (Inmetro).

10. Marisa Brascher Basílio Medeiros (Diretor) - Mestrado e doutorado em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília, com dois anos de pesquisa na Université de Nice Sophia Antipolis (França). Professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Diretora Adjunta (1999-2000) e Diretora (2002-2003) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (2006-2008). Vice-diretora da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação (2005-2009). Atua principalmente nos

seguintes temas: organização da informação, organização do conhecimento, recuperação da informação, indexação, sistemas de organização do conhecimento, tesouro, ontologia e terminologia. Atualmente, trabalha na Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.

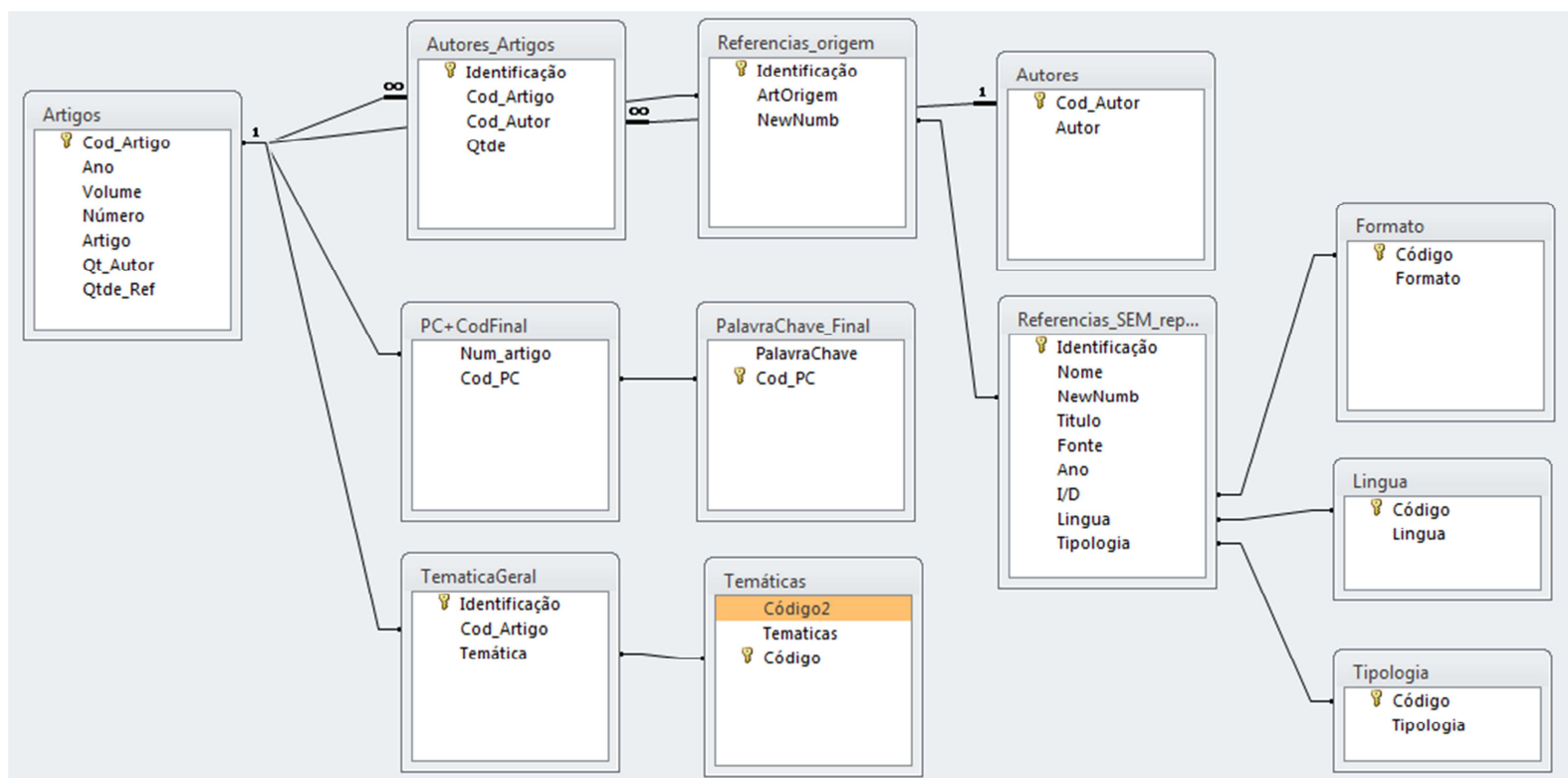
11. Nilson Lemos Lage (Diretor) - Graduação em Letras (Português/Russo) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1977), mestrado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1978) e doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986). Aposentado compulsoriamente em 21.11.2006 do cargo de professor titular do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, trabalha como voluntário em cursos de pós-graduação da mesma universidade. Tem experiência na área de Jornalismo, com ênfase em Técnicas de Jornalismo, atuando principalmente nos seguintes temas: teorias da cognição; jornalismo científico; semântica, semiótica e pragmática; ensino de jornalismo; linguagem jornalística, jornalismo audiovisual, webjornalismo, divulgação de História do Brasil, teoria do jornalismo e lógica aplicada à linguagem mediática.

12. Emir José Suaiden (Diretor Nomeado) - Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1C, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1C graduado (1971) em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília, mestrado (1980). Doutorado (1989) em Ciência da Informação pela Universidad Complutense de Madrid e pós-doutorado (2002) na Universidad Carlos III de Madrid. Na década de 70 foi diretor-adjunto do Instituto Nacional do Livro, onde colaborou na implantação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, no sistema de coedição de livros e na propagação de uma política de leitura. Essas mesmas atividades foram implantadas posteriormente quando assumiu a Presidência do Comitê Executivo do Centro de Estudos para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe (CERLALC). São numerosas as citações nas bases de periódicos indexados do Portal Capes e em bases abertas como o Live Search. Desenvolveu, em parceria com a Dra. Cecilia Leite Oliveira, uma

metodologia de inclusão digital para a inclusão social que se transformou na Lei n.3275 do Governo do Distrito Federal, tornando obrigatória a sua utilização. Essa metodologia é reconhecida internacionalmente e premiada. Atualmente tem mandato de Diretor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, instituto de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, é membro do Conselho Consultivo do Programa Nacional de Incentivo à Leitura - Proler, da Fundação Biblioteca Nacional, é Professor Titular da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, membro do Conselho Técnico Consultivo do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MASP - membro do Conselho Superior da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal. Em 2011 foi incluído no Whos Who in the World 2011, a Whos who in America Publication, Marquis Whos Who. New Jersey, january 2011, p. 2537, disponível em: <<http://www.marquiswhoswho.com.Tem>>, experiência na área de ciência da informação, principalmente nos seguintes temas: biblioteca pública, informação e sociedade, gestão da informação e gestão do conhecimento.

APÊNDICE 5 - ESTRUTURA DO BANCO DE DADOS E SUAS CORRELAÇÕES

Figura 6 Estrutura do Banco de Dados e suas Correlações



APÊNDICE 6 - RELATÓRIO GERAL DAS TEMÁTICAS

Tabela 18 Relatório geral das temáticas

TEMÁTICA	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^o
1. Teoria da Ciência da Informação / Teoria Geral	17	18	18	30
2. : Necessidade e Uso da Informação	8	3	3	14
3. Representação da Informação / Linguagem Controlada / Indexação / terminologia linguística	20	18	18	31
4. Gestão da Informação	14	16	34	49
5. Políticas informacionais - C&T	10	19	10	12
6. Sistemas de recuperação da Informação	5	12	13	24
7. Tecnologia da Informação / Redes / Inteligência artificial	7	13	24	26
8. Base de dados	4	12	7	18
9. Automação de Bibliotecas	5	4	14	23
10. Bibliometria / Cientometria / Webmetria	16	13	7	26
11. Metodologias de pesquisa em Ciência da Informação	14	13	12	11
12. Formação Profissional / profissional da Informação	7	22	13	9
13. Historicidade da área	6	5	4	5
14. Biblioteconomia, Biblioteca, Bibliografia, Documentação	16	19	12	12
15. Sistemas de informação	15	35	29	17
16. Usuários / sujeitos / bibliotecários	8	16	9	17
17. Informação e comunicação científica / avaliação / fluxo	27	25	32	38
18. Informação / Conhecimento / Modernidade / Ideologia / Sociedade	1	10	47	65
19. Cultura e inovação Informacional / Informação e Negócios	0	0	31	13
	200	273	337	440

Fonte: Elaborado pela autora

APÊNDICE 7: SÉRIE 1: DAS TEMÁTICAS

Tabela 19 Série 1: das temáticas

TEMÁTICA	1°	2°	3°	4
17. Informação e comunicação científica / avaliação / fluxo	27	25	32	38
3. Representação da Informação / Linguagem Controlada / Indexação / terminologia linguística	20	18	18	31
1. Teoria da Ciência da Informação / Teoria Geral	17	18	18	30
10. Bibliometria / Cientometria / Webmetria	16	13	7	26
14. Biblioteconomia, Biblioteca, Bibliografia, Documentação	16	19	12	12
15. Sistemas de informação	15	35	29	17
4. Gestão da Informação	14	16	34	49
11. Metodologias de pesquisa em Ciência da Informação	14	13	12	11
5. Políticas informacionais - C&T	10	19	10	12
2. Necessidade e Uso da Informação	8	3	3	14
16. Usuários / sujeitos / bibliotecários	8	16	9	17
7. Tecnologia da Informação / Redes / Inteligência artificial	7	13	24	26
12. Formação Profissional / profissional da Informação	7	22	13	9
13. Historicidade da área	6	5	4	5
6. Sistemas de recuperação da Informação	5	12	13	24
9. Automação de Bibliotecas	5	4	14	23
8. Base de dados	4	12	7	18
18. Informação / Conhecimento / Modernidade / Ideologia / Sociedade	1	10	47	65
19. Cultura e inovação Informacional / Informação e Negócios	0	0	31	13

Fonte: Elaborado pela autora

APÊNDICE 8:SÉRIE 2: DAS TEMÁTICAS

Tabela 20 Série 2: das temáticas

TEMÁTICA	1°	2°	3°	4°
15. Sistemas de informação	15	35	29	17
17. Informação e comunicação científica / avaliação / fluxo	27	25	32	38
12. Formação Profissional / profissional da Informação	7	22	13	9
5. Políticas informacionais - C&T	10	19	10	12
14. Biblioteconomia, Biblioteca, Bibliografia, Documentação	16	19	12	12
1. Teoria da Ciência da Informação / Teoria Geral	17	18	18	30
3. Representação da Informação / Linguagem Controlada / Indexação / terminologia linguística	20	18	18	31
4. Gestão da Informação	14	16	34	49
16. Usuários / sujeitos / bibliotecários	8	16	9	17
7. Tecnologia da Informação / Redes / Inteligência artificial	7	13	24	26
10. Bibliometria / Cientometria / Webmetria	16	13	7	26
11. Metodologias de pesquisa em CI	14	13	12	11
6. Sistemas de recuperação da Informação	5	12	13	24
8. Base de dados	4	12	7	18
18. Informação / Conhecimento / Modernidade / Ideologia / Sociedade	1	10	47	65
13. Historicidade da área	6	5	4	5
9. Automação de Bibliotecas	5	4	14	23
2. Necessidade e Uso da Informação	8	3	3	14
19. Cultura e inovação Informacional / Informação e Negócios	0	0	31	13
	200	273	337	440

Fonte: Elaborado pela autora

APÊNDICE 9: SÉRIE 3: DAS TEMÁTICAS

Tabela 21 Série 3: das temáticas

TEMÁTICA	1°	2°	3°	4°
18. Informação / Conhecimento / Modernidade / Ideologia / Sociedade	1	10	4z	65
4. Gestão da Informação	14	16	34	49
17. Informação e comunicação científica / avaliação / fluxo	27	25	32	38
19. Cultura e inovação Informacional / Informação e Negócios	0	0	31	13
15. Sistemas de informação	15	35	29	17
7. Tecnologia da Informação / Redes / Inteligência artificial	7	13	24	26
1. Teoria da Ciência da Informação / Teoria Geral	17	18	18	30
3. Representação da Informação / Linguagem Controlada / Indexação / terminologia linguística	20	18	18	31
9. Automação de Bibliotecas	5	4	14	23
6. Sistemas de recuperação da Informação	5	12	13	24
12. Formação Profissional / profissional da Informação	7	22	13	9
11. Metodologias de pesquisa em CI	14	13	12	11
14. Biblioteconomia, Biblioteca, Bibliografia, Documentação	16	19	12	12
5. Políticas informacionais - C&T	10	19	10	12
16. Usuários / sujeitos / bibliotecários	8	16	9	17
8. Base de dados	4	12	7	18
10. Bibliometria / Cientometria / Webmetria	16	13	7	26
13. Historicidade da área	6	5	4	5
2. Necessidade e Uso da Informação	8	3	3	14
	200	273	337	440

Fonte: Elaborado pela autora

APÊNDICE 10 - SÉRIE 4: DAS TEMÁTICAS

Tabela 22 Série 4: das temáticas

TEMÁTICA	1°	2°	3°	4°
18. Informação / Conhecimento / Modernidade / Ideologia / Sociedade	1	10	47	65
4. Gestão da Informação	14	16	34	49
17. Informação e comunicação científica / avaliação / fluxo	27	25	32	38
3. Representação da Informação / Linguagem Controlada / Indexação / terminologia linguística	20	18	18	31
1. Teoria da Ciência da Informação / Teoria Geral	17	18	18	30
7. Tecnologia da Informação / Redes / Inteligência artificial	7	13	24	26
10. Bibliometria / Cientometria / Webmetria	16	13	7	26
6. Sistemas de recuperação da Informação	5	12	13	24
9. Automação de Bibliotecas	5	4	14	23
8. Base de dados	4	12	7	18
15. Sistemas de informação	15	35	29	17
16. Usuários / sujeitos / bibliotecários	8	16	9	17
2. Necessidade e Uso da Informação	8	3	3	14
19. Cultura e inovação Informacional / Informação e Negócios	0	0	31	13
5. Políticas informacionais - C&T	10	19	10	12
14. Biblioteconomia, Biblioteca, Bibliografia, Documentação	16	19	12	12
11. Metodologias de pesquisa em Ciência da Informação	14	13	12	11
12. Formação Profissional / profissional da Informação	7	22	13	9
13. Historicidade da área	6	5	4	5
	200	273	337	440

Fonte: Elaborado pela autora

**APÊNDICE 11: TÍTULOS DE ARTIGOS EM FASCÍCULOS
ESPECIAIS I, II, III.**

Quadro 12 Títulos de artigos em fascículos especiais I

1993, v. 22, n. 1	
Artigos	Autor(es)
1. Necessidade de integração das políticas de informação no Mercosul	Murilo Bastos da Cunha, Jaime Robredo
2. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais	Waldomiro de Castro Santos Vergueiro
3. Os intelectuais e sua produtividade	Solange Puntel Mostafa, Eduardo Ismael Murguia Maranon
4. Acervos de livros das bibliotecas das instituições de ensino superior no Brasil: situação problemática e discussão de metodologia para seu diagnóstico permanente	Antônio Lisboa Carvalho de Miranda
5. Arquivópolis: uma utopia pós-moderna	Luiz Carlos Lopes
6. Enciclopédias publicadas no Brasil: estudo comparativo das enciclopédias Mirador, Barsa e Delta Universal	Bernadete Santos Campello, Maria Eugênia Albino Andrade; Nilcéia Lage de Medeiros
7. Políticas de planejamento de sistemas de informação para o desenvolvimento: a experiência da América Latina	Kira Tarapanoff

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 13 Títulos de Artigos em Fascículos Especiais II

1993, v. 22, n. 3	
Artigos	Autor (es)
1. O desenvolvimento da informação em saúde na América Latina e Caribe e perspectivas futuras	Célia Ribeiro Zaher,
	Abel Laerte Packer
2. AIDS - as epidemias dos vírus e das informações	Clóvis Ricardo Montenegro de Lima
3. Hipermídia na aprendizagem - construção de um protótipo interativo: a escravidão no Brasil	Brasilina Passarelli
4. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas	Maria Nélide González de Gómez
5. Algumas contribuições da semiologia e da semiótica para a análise das linguagens documentárias	Marilda Lopes Gínez de Lara
6. Os conceitos de organização baseada na informação e no conhecimento e o desenvolvimento de serviços bibliotecários	Antônio Miranda
7. Produção científica: revisão parcial da literatura brasileira com ênfase na área agrícola	Maria Fátima Bezerra Ferreira Lima
8. Canais de comunicação utilizados pelos pesquisadores da Universidade Federal do Maranhão	Maria da Paz Lins Rodrigues,
	Joana Rita Vilas Boas Mualem
9. Consultoria informatológica em revisão: uma alternativa para serviços de informação personalizados	Mariano A. Maura

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 14 Títulos de Artigos em Fascículos Especiais III

Artigos	Autor (es)
1. Novas estratégias organizacionais no cenário global	Mohammed Elhaijji
2. A construção de políticas nacional e supranacional de informação: desafio para os Estados nacionais e blocos regionais	Marta Pinheiro Aun
3. Informação estatística: política, regulação, coordenação	Nelson de Castro Senra
4. Informação, trabalho e tempo livre: políticas de informação para o século XXI	Icléia Thiesen Magalhães Costa
5. Observatório da cidadania: monitorando as políticas públicas em âmbito global	Sonia Aguiar
6. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas	Maria Odila Fonseca
7. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não governamentais (ONGs) brasileiras	Eliany Alvarenga de Araújo
8. A oferta e a demanda da informação: condições técnicas, econômicas e políticas	Aldo de Albuquerque Barreto
9. Monitoração da competitividade científica e tecnológica dos estados brasileiros. Um instrumento de macropolítica de informação	Anna da Soledade Vieira
10. Um instrumento de macropolítica de informação. Concepção de um sistema de inteligência de negócios para gestão de investimentos de engenharia	Ana Valéria Medeiros Wanderley
11. A Inteligência Competitiva modelando o Sistema de Informação de Clientes - Finep	Maria da Gloria Botelho Battaglia

Fonte: Elaborado pela autora da tese

APÊNDICE 12: VÍNCULOS INSTITUCIONAIS E TITULAÇÕES (AUTORES MAIS PRODUTIVOS).

Quadro 15 Vínculos Institucionais e Titulações (Autores Mais Produtivos)¹⁰⁹

AUTORES DE (> OU = 4 ARTIGOS)	VINCULO INSTITUCIONAL	TITULAÇÃO
Isa Maria Freire	IBICT; UFRJ; MCT .	Graduação em Ciências Sociais; Mestre CI (IBICT/UFRJ); Doutora em CI (UFRJ)
Vania Maria Rodrigues Hermes de Araújo	IBICT	Graduação em Química (UFRJ); Mestre em CI (IBICT/UFRJ) Doutora em Comunicação (UFRJ)
Maria Nélide González de Gómez	IBICT; UFRJ; PPGCI - IBICT (UFRJ)	Graduação em Filosofia Mestre em CI (IBICT/UFRJ) Doutora em Comunicação (UFRJ)
Suzana Pinheiro Machado Mueller	IBGE; UNB	Graduação em Biblioteconomia e Documentação (UFPR) Master in Library Science pela George Peabody College For Teachers. Doutora (PhD) em Information Studies pela University of Sheffield (Inglaterra, GB, 1982)
Murilo Bastos da Cunha	IBICT, Brasil FAPESP; CAPES; UNB,	Graduação em Biblioteconomia (UNB) Mestre em CI (UFMG) Doutor em Library and Information Science. (University of Michigan). Pós-doutorado (University of Michigan).
Nice Menezes de Figueiredo	IBICT; FBN; UNB.	Graduação em Sociologia e Política Especialização (IBICT) Mestre pela Drexel University; PHD pela Florida State University.
Mônica Erichsen Nassif Borges	UFMG	Graduação em Biblioteconomia (UFMG) Mestre em CI (UFMG) Doutora em CI (UFMG)

¹⁰⁹ Não foi possível obter informações institucionais da autora Nathalie Dusoulie

AUTORES DE (> OU = 4 ARTIGOS)	VINCULO INSTITUCIONAL	TITULAÇÃO
Aldo de Albuquerque Barreto	IBICT; CNPq	Graduação em economia (UFRJ) Mestre em Information Science ambos pela The City University de Londres PHD em Information Science ambos pela The City University de Londres
Anna da Soledade Vieira	Secretaria Especial do Meio Ambiente; CNPq	Graduação em Biblioteconomia (UFMG) Mestre em CI (IBICT/UFRJ) Doutorado em Library and Information Studies pela Loughborough University pós-doutorado pela University of Michigan - Ann Arbor
Lena Vania Ribeiro Pinheiro	ANCIB; UFRJ.	Graduação em Biblioteconomia (UFPA) Mestre em CI (IBICT/UFRJ) Doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ)
Edson Nery da Fonseca	IBBD/IBICT; UNB.	Graduação em Biblioteconomia
Kira Tarapanoff	FINEP; UNB	Graduação em Biblioteconomia (UNB) Mestre em Biblioteconomia pela Emory University / School of librarianship Doutora em Estudos e CI pela Sheffield University / Faculty of Education
Regina Maria Marteleto	FIOCRUZ; IBICT	Graduação em Letras (PUC/MG) e Biblioteconomia (UFMG), Mestre em Sciences de l'Information et de la Communication ESS/França) doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ).
Solange Puntel Mostafa	USP; PUC Campinas.	Graduação em Biblioteconomia e Documentação Mestre em CI (IBICT) Doutora em Educação (PUC de São Paulo)
Helena Maria Martins Lastres	UFRJ; IBICT	Graduação em Economia (UFRJ) Mestre em Economia da Indústria e da Tecnologia (UFRJ) Doutora em Desenvolvimento e Política de C&T&I - University of Sussex

AUTORES DE (> OU = 4 ARTIGOS)	VINCULO INSTITUCIONAL	TITULAÇÃO
Daisy Pires Noronha	USP	Graduação em Biblioteconomia Mestre em Saúde Pública (USP). Doutorado em Saúde Pública (USP)
Bernadette Santos Campello	UFMG	Mestre em CI (UFMG) Doutora em CI (UFMG)
Regina de Barros Cianconi	UFF,	Graduação em Biblioteconomia (UFF) Mestre em CI (IBICT/UFRJ) Doutora em CI (UFRJ)
Patricia Zeni Marchiori	UFPR	Graduação em Biblioteconomia (UFPR) Mestre em CI (IBICT/UFRJ) Doutorado em Ciências da Comunicação (USP)
Tefko Saracevic	Escola de Comunicação e Informação na Universidade de Nova Jersey	Graduação em Engenharia elétrica (Croácia) Mestre em CI Western Reserve University, Cleveland, Ohio. Doutor em CI Western Reserve University, Cleveland, Ohio.
Gilda Maria Braga	Embrapa; IBICT	Graduação em Biblioteconomia Mestre em CI (IBICT/UFRJ) Doutorado em Information Science - Case Western Reserve University
Henrique Flávio Rodrigues da Silveira	Banco Central do Brasil	Graduação em Administração (UNB) Mestre em CI (UNB) Doutorado em CI (UNB)
Luc Marie Quoniam	Université Du Sud Toulon Var, USTV,	Graduação em Chimie Analytique & Protection de l'Environnement pela Université Aix Marseille III Mestre em Océanologie pela Université Aix Marseille II Doutor em Science de l'Information et de la Communication pela Université Aix Marseille III .
Silvana Drumond Monteiro	PUC/SP; Universidade Estadual de Londrina.	Graduação em Biblioteconomia (UEL) Mestrado em CI (PUC Campinas) Doutorado em Comunicação e Semiótica (PUC SP)

AUTORES DE (> OU = 4 ARTIGOS)	VINCULO INSTITUCIONAL	TITULAÇÃO
Jaime Robredo	UnB	Graduação em Ciências (Madrid) Doutor em Ciências (Madrid) Pós-doutorado em Ciências Químicas (Universidade Politécnica de Delft Holanda)
Sely Maria de Souza Costa	DSI/UMINHO, Portugal; IBICT; UNB.	Graduação em Biblioteconomia (UNB) Mestrado em Biblioteconomia e Documentação (UNB) Doutora em CI (Loughborough University).
Sarita Albagli	IBICT; Pós-Graduação em Ciência da Informação (IBICT-UFRJ).	Graduação em Ciências Sociais (UFRJ). , Mestre em Engenharia de Produção - Política e Gestão de Ciência e Tecnologia (UFRJ) Doutora em ciências - Geografia (UFRJ).
Katia Maria Lemos Montalli	Universidade Federal de São Carlos	Graduação (PUC Campinas) Mestrado (PUC Caminas) Doutora pela Loughborough University
Yara Rezende	NATURA, Brasil.	Graduação em Biblioteconomia e Documentação (USP) Especialista em gestão da informação e do conhecimento, inteligência competitiva e business intelligence

Fonte: Elaborado pela autora desta tese

APÊNDICE 13: TÍTULOS DOS ARTIGOS DOS AUTORES MAIS PRODUTIVOS

Quadro 16 Títulos dos artigos dos autores mais produtivos - Isa Maria Freire

ANO	Nº	VOL.	NOME DO ARTIGO	AUTOR	Nº DE REFERÊNCIAS
1984	13	1	Comunicação de informações tecnológicas para o meio rural	Isa Maria Freire	9
1991	20	1	Barreiras na comunicação da informação tecnológica	Isa Maria Freire	18
1995	24	1	Informação; consciência possível; campo. Um exercício com construtos teóricos	Isa Maria Freire	20
1996	25	3	O desviante secreto: um exercício conceitual	Isa Maria Freire	17
1997	26	3	Demanda de informação pelo setor industrial: dois estudos no intervalo de 25 anos	Vania Maria Hermes de Araujo, Isa Maria Freire, Teresa Cristina M. Mendes	21
2003	32	1	O olhar da consciência possível sobre o campo científico	Isa Maria Freire	26
2003	32	2	“Lugar do lixo é no lixo”: estudo de assimilação da informação	Carla Tavares, Isa Maria Freire	41
2006	35	2	Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local	Isa Maria Freire	49
2007	36	2	Processo de comunicação da informação em empresas de uma incubadora tecnológica	Marcio Gonçalves, Isa Maria Freire	25

Fonte: Elaborado pela autora desta tese

Quadro 17 Títulos dos artigos dos autores mais produtivos - Vania M. R. H. Araújo

ANO	Nº	VOL.	NOME DO ARTIGO	AUTOR	Nº DE REFERÊNCIAS
1979	8	2	Estudo dos canais informais de comunicação técnica: seu papel na transferência de tecnologia e na inovação tecnológica	Vânia Maria Rodrigues Hermes de Araújo	47
1981	10	2	A patente como ferramenta da informação	Vânia Maria Rodrigues Hermes de Araújo	7
1984	13	1	Uso da informação contida em patentes nos países em desenvolvimento	Vânia Maria Rodrigues Hermes de Araújo	9
1985	14	1	A organização espacial da informação científica e tecnológica no Brasil	Vânia Maria Rodrigues Hermes de Araújo	8
1986	15	1	Papel do profissional da informação em uma sociedade em mudança	Vânia Maria Rodrigues Hermes de Araújo	0
1989	18	1	O campo do pós-moderno: o saber científico nas sociedades informatizadas	Vânia Maria Rodrigues Hermes de Araújo	20
1991	20	1	Informação: instrumento de dominação e de submissão	Vania Maria Rodrigues Hermes de Araújo	15
1995	24	1	Sistemas de informação: nova abordagem teórico-conceitual	Vania Maria Rodrigues Hermes de Araújo	109
1997	26	3	Demanda de informação pelo setor industrial: dois estudos no intervalo de 25 anos	Vania Maria Hermes de Araújo, Isa Maria Freire, Teresa Cristina M. Mendes	21

Fonte: Elaborado pela autora da tese

Quadro 18 Títulos dos artigos dos autores mais produtivos - Suzana Pinheiro Machado Mueller

ANO	Nº	VOL.	NOME DO ARTIGO	AUTOR	Nº DE REFERÊNCIAS
1985	14	1	O ensino de biblioteconomia no Brasil	Suzana Pinheiro Machado Mueller	29
1991	20	2	Metodologia para avaliação de lista básica de periódicos	Suzana Pinheiro Machado Mueller	15
1992	21	1	Periódicos estrangeiros prioritários para o ensino e a pesquisa da Ecologia no Brasil	Suzana Pinheiro Machado Mueller	4
1994	23	3	O impacto das tecnologias de informação na geração do artigo científico: tópicos para estudo	Suzana Pinheiro Machado Mueller	51
1996	25	3	Disseminação da pesquisa em ciência da informação e biblioteconomia no Brasil	Suzana Pinheiro Machado Mueller, Bernadette Santos Campello, Eduardo José Wense Dias	4
2001	30	2	O periódico Ciência da Informação na década de 90: um retrato da área refletido em seus artigos	Suzana Pinheiro Machado Mueller, Cláudia Maria Pinho de Abreu Pecegueiro	13
2006	35	2	A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento	Suzana Pinheiro Machado Mueller	20
2007	36	2	Autoria coletiva, autoria ontológica e intertextualidade: aspectos conceituais e tecnológicos	Antônio Lisboa de Carvalho Miranda, Elmira Simeão, Suzana Pinheiro Machado Mueller	21
2007	36	3	Efetividade do processo de comunicação com base na abordagem do comportamento informacional: o caso de um organismo internacional da área da saúde pública sediado no Brasil	Luciana de Deus Chagas, Sely Suzana Pinheiro Machado Mueller de Souza Costa	16

Fonte: Elaborado pela autora da tese

Quadro 19 Títulos dos artigos dos autores mais produtivos - Maria Nélide González Gómez

ANO	Nº	VOL.	NOME DO ARTIGO	AUTOR	Nº DE REFERÊNCIAS
1984	13	2	Informação e conhecimento	Maria Nélide Gonzalez de Gómez	20
1987	16	2	O papel do conhecimento e da informação nas formações políticas ocidentais	Maria Nélide Gonzalez de Gómez	21
1990	19	2	O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios	Maria Nélide Gonzalez de Gómez	17
1993	22	3	A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas	Maria Nélide Gonzalez de Gómez	26
1995	24	1	A informação: dos estoques às redes	Maria Nélide Gonzalez de Gómez	15
2002	31	1	Novos cenários políticos para a informação	Maria Nélide Gonzalez de Gómez	69
2003	32	1	As relações entre ciência, Estado e sociedade um domínio de visibilidade para as questões da informação	Maria Nélide Gonzalez de Gómez	47
2004	33	1	Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens	Maria Nélide Gonzalez de Gómez	26

Fonte: Elaborado pela autora da tese

Quadro 20 Títulos dos artigos dos autores mais produtivos - Murilo Bastos da Cunha

ANO	Nº	VOL.	NOME DO ARTIGO	AUTOR	Nº DE REFERÊNCIAS
1989	18	1	Bases de dados no Brasil: um potencial inexplorado	Murilo Bastos da Cunha	11
1991	20	2	Reflexões sobre a informática no ensino da Biblioteconomia	Murilo Bastos da Cunha	13
1993	22	1	Necessidade de integração das políticas de informação no Mercosul	Murilo Bastos da Cunha, Jaime Robredo	15
1994	23	2	As tecnologias de informação e a integração das bibliotecas brasileiras	Murilo Bastos da Cunha	15
1998	27	1	Aplicação de técnicas infométricas para identificar a abrangência do léxico básico que caracteriza os processos de indexação e recuperação da informação	Jaime Robredo, Murilo Bastos da Cunha	25
1999	28	3	Desafios na construção de uma biblioteca digital	Murilo Bastos da Cunha	12
2000	29	1	Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010	Murilo Bastos da Cunha	42

Fonte: Elaborado pela autora da tese

Quadro 21 Títulos dos artigos dos autores mais produtivos - Nice Menezes de Figueiredo

ANO	Nº	VOL.	NOME DO ARTIGO	AUTOR	Nº DE REFERÊNCIAS
1979	8	2	O Processo de transferência da informação	Nice Menezes de Figueiredo	30
1983	12	2	Aspectos especiais de estudos de usuários	Nice Menezes de Figueiredo	22
1984	13	2	Seleção e aquisição: da visão clássica à moderna aplicação de técnicas bibliométricas	Regina Célia Montenegro de Lima, Nice Menezes de Figueiredo	22
1985	14	2	Estudos de usuários como suporte planejamento e avaliação de informação	Nice Menezes de Figueiredo	3
1987	16	1	Da necessidade de promover o uso da informação	Nice Menezes de Figueiredo	7
1990	19	2	Informação como ferramenta para o desenvolvimento	Nice Menezes de Figueiredo	36
1992	21	3	A modernidade das cinco leis de Ranganathan	Nice Menezes de Figueiredo	8

Fonte: Elaborado pela autora da tese

Quadro 22 Títulos dos artigos dos autores mais produtivos - Aldo de Albuquerque Barreto

ANO	Nº	VOL.	NOME DO ARTIGO	AUTOR	Nº DE REFERÊNCIAS
1981	10	1	Análise econômica para o processo decisório em sistemas de informação	Aldo de Albuquerque Barreto	6
1984	13	2	O comportamento dos custos em serviços de informação	Aldo de Albuquerque Barreto	12
1990	19	2	A formação de recursos humanos para otimizar a indústria da produção de conhecimento no Brasil	Aldo de Albuquerque Barreto	0
1996	25	3	A eficiência técnica e econômica e a viabilidade de produtos e serviços de informação	Aldo de Albuquerque Barreto	30
1998	27	2	Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica	Aldo de Albuquerque Barreto	17
1999	28	2	A oferta e a demanda da informação: condições técnicas, econômicas e políticas	Aldo de Albuquerque Barreto	13

Fonte: Elaborado pela autora da tese

Quadro 23 Títulos dos artigos dos autores mais produtivos - Anna da Soledade Vieira

ANO	Nº	VOL.	NOME DO ARTIGO	AUTOR	Nº DE REFERÊNCIAS
1975	4	1	Como escolher os campos para um banco de dados	Anna da Soledade Vieira	9
1981	10	2	Política brasileira de informação ambiental	Anna da Soledade Vieira	10
1992	21	1	Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: fontes para compreensão do discurso político-ambiental do governo brasileiro	Anna da Soledade Vieira	14
1993	22	2	Conhecimento como recurso estratégico empresarial	Anna da Soledade Vieira	11
1995	24	1	Na janela do tempo com o IBBD e Drummond: passagens, transformações e novos desafios em educação	Anna da Soledade Vieira	19
1999	28	2	Monitoração da competitividade científica e tecnológica dos estados brasileiros. Um instrumento de macropolítica de informação	Anna da Soledade Vieira	37

Fonte: Elaborado pela autora da tese

Quadro 24 Títulos dos artigos dos autores mais produtivos - Mônica Erichsen Nassif Borges

ANO	Nº	VOL.	NOME DO ARTIGO	AUTOR	Nº DE REFERÊNCIAS
1995	24	2	A informação como recurso gerencial das organizações na sociedade do conhecimento	Mônica Erichsen Nassif Borges	24
1996	25	1	Instituições provedoras de informação tecnológica no Brasil: análise do potencial para atuação com informação para negócios	Terezinha de Fátima Carvalho de Souza, Mônica Erichsen Nassif Borges	7
1998	27	1	Produtos e serviços de informação para negócios no Brasil: características	Mônica Erichsen Nassif Borges, Natália Guiné de Mello Carvalho	20
1999	28	1	Fontes de informação financeira no Brasil	Terezinha de Fátima Carvalho de Souza, Mônica Erichsen Nassif Borges	37
1999	28	3	Aprendizagem organizacional e informação	Juliana do Couto Bemfica, Mônica Erichsen Nassif Borges	13
2002	31	2	Análise metodológica dos estudos de necessidades de informação sobre setores industriais brasileiros: proposições	Janete Fernandes Silva, Marta Araújo Tavares Ferreira, Mônica Erichsen Nassif Borges	31

Fonte: Elaborado pela autora da tese

APÊNDICE 15: COMISSÃO EDITORIAL

Tabela 23 Comissão Editorial

INTEGRANTES	QTD.
Edson Nery da Fonseca	13
Gilda Maria Braga	23
Jaime Robredo	9
Maria Nélide González de Gómez	8
Nice Menezes de Figueiredo	10
Patricia Zeni Marchiori	8
Solange Puntel Mostafa	5
Suzana Pinheiro Machado Mueller	7
Vania Maria Rodrigues Hermes de Araújo	5

Fonte: Elaborado pela autora da tese

APÊNDICE 16: PARECERISTAS

Tabela 24 - Pareceristas

PARECERISTAS	QTD.
Aldo de Albuquerque Barreto	14
Anna da Soledade Vieira	8
Edson Nery da Fonseca	6
Gilda Maria Braga	8
Isa Maria Freire	6
Kira Tarapanoff	11
Maria Nélide González de Gómez	10
Mônica Erichsen Nassif Borges	5
Murilo Bastos da Cunha	11
Patricia Zeni Marchiori	9
Regina Maria Marteleto	7
Sarita Albagli	6
Silvana Drumond Monteiro	6
Solange Puntel Mostafa	6
Suzana Pinheiro Machado Mueller	10

Fonte: Elaborado pela autora da tese

APÊNDICE 17 - EM AMBAS AS CATEGORIAS

Tabela 25 - Em ambas as categorias

AUTORES DE > OU = 4 ARTIGOS	COMISSÃO EDITORIAL	PARECERISTA
Edson Nery da Fonseca	13	6
Gilda Maria Braga	23	8
Kira Tarapanoff	13	11
Maria Nélide González de Gómez	8	10
Patricia Zeni Marchiori	8	9
Solange Puntel Mostafa	5	6
Suzana Pinheiro Machado Mueller	7	10

Fonte: Elaborado pela autora da tese

APÊNDICE 18: BREVE BIOGRAFIA DOS AUTORES MAIS PRODUTIVOS/ PARECERISTAS/ COMISSÃO EDITORIAL.

1. O Professor **Aldo de Albuquerque Barreto** é graduado em economia (1968), mestre em Ciência da Informação (The City University), Doutor em Ciência da Informação e Ph D. pela The City University (1982). Atua em ensino, pesquisa e dedica-se à docência na pós-graduação e formação de pesquisadores doutores. Em pesquisa tem direcionado para estudos sobre a relação da informação com o conhecimento que pode gerar inovação na organização e na sociedade. Também, sobre a estrutura e o fluxo da informação digital e os estoques virtuais de conteúdos e seu modo de escrita. É editor, há treze anos, do periódico eletrônico DataGramZero e atualmente é Pesquisador Sênior do CNPq e professor adjunto na pós-graduação em administração da Unigranrio¹¹⁰.

2. A pesquisadora **Anna da Soledade Vieira** possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1966). É especialista em Marketing pela Universidade de Negócios e Administração (1989) e em Inteligência Competitiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997). Além da especialização em D.É.A. Information Scientific Technique/ Veille pela Université Aix-Marseille III (1998). Soledade é mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1974), doutora em Library and Information Studies pela Loughborough University(1980) e pós-doutora pela University of Michigan - Ann Arbor(1988). Foi membro, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPQ, Brasil (1983-2000) e da Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil (entre 1980 a 2002) como professora e pesquisadora.

3. **Edson Nery**¹¹¹ da Fonseca foi bibliotecário e professor universitário. Nery foi Participante ativo na fundação dos cursos de graduação e pós-graduação

¹¹⁰ Todas as informações biográficas se encontram na plataforma Lattes - Fonte: <http://lattes.cnpq.br/>. As exceções serão apresentadas em notas de rodapé diferentes desta.

¹¹¹ Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Edson_Nery_da_Fonseca

em Biblioteconomia, da Universidade de Brasília (UnB) e do IBBD/IBICT. Agraciado, em 1995, com o título de Professor Emérito, pela UnB, por suas contribuições preciosas ao campo e as atividades universitárias. Em 1954, organiza e dirige o Departamento de Bibliografia do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) e entre 1956-1960, é eleito Presidente da Associação Brasileira de Bibliotecários, também organizando e dirigindo a Comissão de Documentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). E em 1962 passa a lecionar na UnB, como professor associado nos mestrados de Letras, Artes e Ciências Humanas e em 1965 funda o curso de Biblioteconomia na instituição, organizando e dirigindo Faculdade de Biblioteconomia e Informação Científica. Em 1987 foi nomeado assessor do Presidente José Sarney e em 1988 é designado pelo Presidente da República para compor a Comissão Especial responsável pela preservação dos documentos integrantes do acervo privado da Presidência onde trabalha até 1990. Em 1991, aos 70 anos, aposenta-se como professor da UnB. Na atualidade, dedica-se a conferências e à publicação de livros voltados principalmente para a área da biblioteconomia.

4. A biblioteconoma **Gilda Maria Braga** possui graduação pela Escola de Biblioteconomia e Documentação (1961), graduação em Langue et Litterature Françaises - Universite de Nancy I (1964). É mestre em Ciência da Informação (Convênio IBICT/UFRJ) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1973) e doutora em Information Science - Case Western Reserve University (1977). Pesquisadora aposentada pelo IBICT/MCT. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Cientometria, atuando principalmente nos seguintes temas: recuperação da informação, socialização da informação, Bibliometria, comunicação científica e ciência da informação.

5. A pesquisadora e uma das autoras mais produtivas do periódico Ci. Inf., **Isa Maria Freire** é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (1979), mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (1986), Doutora em Ciência da Informação pela mesma instituição (2001). Possui uma carreira acadêmica que

teve início em 1995 no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio IBICT - UFRJ. Atualmente é professora no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e no Mestrado Profissional Gestão em Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Coordena a rede de projetos do Laboratório de Tecnologias Intelectuais (apoio CNPq/Universal) e o Projeto Rede de cooperação e aprendizagem na Ciência da Informação (apoio Capes/ProcadNF). É Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB) para o biênio 2010/2012. Editora da revista Informação & Sociedade: Estudos e editora chefe da revista Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia Na pós-graduação trabalha especialmente os seguintes temas: Comunicação da informação; Competências em informação; Políticas de informação; Inclusão social; Responsabilidade social.

6. Jaime Robredo era graduado e licenciado em Ciências, pela Facultad de Ciencias Universidad de Madrid (1950) e doutorado em Ciências pela Facultad de Ciencias Universidad de Madrid (1954). Pós-doutorado em Ciências Químicas na Universidade Politécnica de Delft Holanda (1957). Suas pesquisas giraram em torno dos temas silicatos, vidro, cerâmica e materiais refratários. Foi diretor do projeto internacional de implantação do Sistema Nacional de Informação e Documentação Agrícola (SNIDA) PNUD-FAO e Ministério de Agricultura, Brasil (1974-1980) e consultor internacional, em sistemas de informação especializados, para diversas organizações das Nações Unidas (1968-2002). Também foi Professor titular da Universidade de Brasília / Departamento de Ciência da Informação e Documentação UnB/CID (1980-1997). Em sua experiência na área de Ciência da Informação, atuou, principalmente, nos seguintes temas: fundamentos e aplicação da Ciência da Informação, sistemas de informação computadorizados, estudos métricos da informação (Bibliometria, infometria, cientometria e webmetria), biblioteconomia e informática documentária; representação, organização e gestão da informação e do conhecimento.

7. Kira Maria Antonia Tarapanoff tem graduação em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (1969), mestrado em Biblioteconomia pela Emory University / School of Librarianship (1975) e doutorado em Estudos e Ciência da Informação pela Sheffield University / Faculty of Education (1980). Atualmente é pesquisadora associada sênior da Universidade de Brasília, pesquisadora 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Também consultora "ad hoc" da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Faz parte do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Seu interesse profissional recai em áreas como: Planejamento Estratégico de Sistemas de Informação, Inteligência Organizacional e Competitiva, Gestão do Conhecimento (com ênfase em Comunidades de Prática, Educação Corporativa e Aprendizado ao longo da vida em corporações), Inclusão Digital e sobre o Profissional da Informação (perfil, formação e atuação).

8. Maria Nélide González de Gómez possui graduação em Filosofia - Universidad Nacional de Rosario; mestrado em Ciência da Informação programa de pós-graduação do convênio Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e tecnologia- IBICT/ UFRJ e doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é Professora do Programa de Pós -graduação em Ciência da Informação, convênio UFRJ: FACC- IBICT, e pesquisadora do CNPq. Suas atividades de consultoria, publicações, ensino e pesquisa têm sido orientadas pelo estudo da transversalidade e convergência cultural e tecnológica do mundo contemporâneo. Além de verificar os efeitos sobre as questões políticas, éticas e epistemológicas da informação, em diferentes contextos sociais. Dedicar-se também aos temas relacionados à inter e transdisciplinariedade, os critérios de validade da informação, os processos de argumentação, as políticas e regimes de informação. Seus estudos apresentam ênfase nas abordagens epistemológicas e nas constelações teóricas da Ciência da informação, no contexto das Ciências Humanas e Sociais.

9. Monica Erichsen Nassif é graduada em Biblioteconomia, doutora e mestre em Ciências da Informação. Atualmente, é professora Associado a da

Universidade Federal de Minas Gerais. Atua como docente e pesquisadora nas áreas de informação estratégica e decisão, gestão da informação e do conhecimento, inteligência competitiva, produtos de informação para negócios e aspectos cognitivos em ambiente organizacional.

10. Murilo Bastos da Cunha é professor titular da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Fez mestrado em Administração de Bibliotecas na Universidade Federal de Minas Gerais e doutoramento na Universidade de Michigan (EUA). Graduado, em Biblioteconomia, foi presidente da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal e do Conselho Federal de Biblioteconomia. Entre as atividades exercidas na Universidade de Brasília estão as de diretor da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, chefe do Departamento de Ciência da Informação e Documentação e Diretor da Biblioteca Central. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Processos de Disseminação da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: informação científica e tecnológica, biblioteca digital, estudo de usuários, biblioteca universitária e tecnologia da informação.

11. Nice Menezes de Figueiredo é graduada pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1951), Especialização pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (1963), Mestre pela Drexel University (1971), PHD pela Florida State University (1975). Aposentou-se em dezembro de 1999, como pesquisadora Titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, convênio CNPq/IBICT-UFRJ/Escola de Comunicação. Atuou na área de Serviço de Referência e Informação, Desenvolvimento e Avaliação de Coleções, Usuários da Informação, Gerência de Sistemas de Informação, Ensino e Pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

12. Patricia Zeni Marchiori é bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Paraná (1986), com especialização em Gestão do Conhecimento em Oceanografia e Ciências da Água pela Vrije Universiteit Brussel/Bélgica (1998). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade

Federal do Rio de Janeiro (1992) e doutora em Ciências da Comunicação (Ciência da Informação) pela Universidade de São Paulo (1998). Atualmente é Professora Associada III da Universidade Federal do Paraná. Líder do Grupo de Pesquisa Metodologias para Gestão da Informação (UFPR) e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa CEDUS - Design de Sistemas Virtuais Centrado no Usuário (USP). Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Sistemas de Informação Virtuais, atuando principalmente nos seguintes temas: metodologias em gestão da informação, comunicação científica, produtos e serviços de informação, políticas de informação e internet colaborativa.

13. Regina Maria Marteleto possui graduação em Letras (PUC/MG) e Biblioteconomia (UFMG), Mestrado em Sciences de l'Information et de la Communication (EHES/ França) e doutorado em Comunicação e Cultura (ECO/UFRJ). Atualmente é pesquisadora do Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde/Laces e professora do Programa de Pós-Graduação em Informação, Comunicação e Saúde/PPGICS do ICICT/Fiocruz. É também professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT/UFRJ. Foi presidente da ANCIB-Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, de 2003 a 2006 e coordenou o Grupo de Trabalho da ANCIB Mediação, Circulação e Apropriação da Informação, de 2007 a 2009. Dirige o Grupo de Pesquisa Cultura e Processos Info-comunicacionais. É responsável científica, pelo Brasil, da Rede Franco-Brasileira de Pesquisadores em Mediações e Usos Sociais de Saberes e Informação - Rede MUSSI. Áreas principais de pesquisa: cultura e informação; conhecimento, informação e sociedade; informação e comunicação em saúde; mediações info-comunicacionais em redes e movimentos sociais; sujeito, leituras e linguagens de informação na contemporaneidade; teoria, epistemologia e interdisciplinaridade nos estudos da informação.

14. Sarita Albagli é pesquisadora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (IBICT-UFRJ). Pesquisadora 1D do CNPq. Coordenadora do Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e

Conhecimento (Liinc) e editora da Liinc em Revista. Graduada em Ciências Sociais (UFRJ), Mestre em Engenharia de Produção - Política e Gestão de Ciência e Tecnologia (UFRJ) e Doutora em ciências - Geografia (UFRJ). Estágio Pós-Doutoral Senior, Visiting Senior Fellow, London School of Economics and Political Science (LSE), Department of Media and Communications, Reino Unido (2009-2010). Coordenou o GT5 Política e Economia da Informação da ANCIB (2007-2008; 2009-2010). Coordenou o GT22 Sociedade da Informação e do Conhecimento da SBS (2007; 2009). Atua na área de Ciência da Informação, com ênfase nos seguintes temas: informação, conhecimento e inovação, informação, conhecimento e desenvolvimento sustentável, informação, conhecimento e poder, políticas de informação, ciência, tecnologia e inovação.

15. Silvana Drumond Monteiro possui doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003), mestrado em Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1996) e graduação em Biblioteconomia pela Universidade Estadual de Londrina (1984). Atualmente é professora Associada da Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Ciência da Informação, atuando na graduação e no mestrado profissional "Gestão da Informação". Membro da Comissão Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Mestrado Acadêmico). Tem experiência na área de Ciência da Informação, abordando principalmente os seguintes temas: Tecnologias da Informação (Mecanismos de Busca), Informação e Conhecimento no Ciberespaço, Filosofia da Linguagem e Semiótica no Ciberespaço. É avaliadora "ad hoc" da Revista Ciência da Informação, da Revista Informação & Informação, da Revista Informação & Sociedade e da Revista Interface. É Consultora, "ad hoc", de projetos do CNPq. Membro da Equipe Editorial da Revista Informação & Informação. Atualmente é Coordenadora do Curso de Biblioteconomia.

16. Solange Puntel Mostafa possui Graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos (1972). Mestrado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (1981) e Doutorado em Educação (Filosofia

da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1985), com experiência de Pós-Doutorado na Inglaterra, PNL, Londres. Atualmente é Professora da Universidade de São Paulo - USP- FFCLRRP Curso: Ciências da Informação e Documentação. Tem experiência na área de Educação e Comunicação com ênfase em processos de informação e comunicação, atuando principalmente nos temas do ensino e aprendizagem frente à novas mídias. Atualmente dedica-se à intercessão da Filosofia da Diferença como as Linguagens Documentárias e a Ciência da Informação.

17. Suzana Pinheiro Machado Muelleré graduada em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal do Paraná (1962), Master in Library Science pela George Peabody College For Teachers (Nashville, Tenn, EUA, 1975), doutora (PhD) em Information Studies pela University of Sheffield (Inglaterra, GB, 1982) e fez estágio de pós-doutorado na University of Illinois (Ill. EUA, 1993). Atualmente é Professora Titular da Universidade de Brasília. Líder do Grupo de pesquisa Comunicação Científica (UnB/FCI). Tem experiência de pesquisa e docência na área de Ciência da Informação, atuando e publicando principalmente nos seguintes temas: Comunicação Científica, Periódico científico, Metodologia de pesquisa em Ciência da Informação e Profissões da Informação.

18. Vania Maria Rodrigues Hermes de Araújo possui graduação em Bacharelado em Química pela Faculdade Nacional de Filosofia da UFRJ (1966) , graduação e Licenciatura em Química pela Faculdade Nacional de Filosofia da UFRJ(1967) , especialização em Administração em Ciência e Tecnologia pela Programa de Treinamento em Administração de Pesquisa(1976) , especialização em Inter-regional em Informação e Docum. Industrial pelo Instituto de Informação Científica e Técnica da Academia de Ciências(1971) , mestrado em Mestrado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e UFRJ(1978) , doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro(1994) e aperfeiçoamento em Management od Research and Development pela Air University / USAF e CTA / MAer(1972) . Atualmente é Pesquisador convidado do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Membro de corpo editorial da Pesquisa Brasileira

em Ciência da Informação e Biblioteconomia e Coordenadora de Documentação e Arquivo do Museu de Astronomia e Ciências Afins. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Teoria da Informação. Atuando principalmente nos seguintes temas: Comunicação, Entropia, SRI, sistema de informação.

APÊNDICE 19: BREVE BIOGRAFIA DOS EDITORES RESPONSÁVEIS PELA REVISTA CI. INF. ENTRE 1972 A 2007¹¹²:

1. Abigail de Oliveira Carvalho¹¹³, graduada em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, especializando-se em Direito Administrativo. Foi professora dessa disciplina na Escola de Biblioteconomia (atual Escola de Ciência da Informação) e na Faculdade de Ciências Econômicas, onde exerceu a chefia do Departamento de Ciências Administrativas. No plano federal, ocupou a diretoria do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a diretoria de Avaliação da Capes.

2. Afrânio Carvalho Aguiar possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (1966), graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais (1971), mestrado em Ciência da Informação pela Case Western Reserve University (1974) e doutorado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003). Tem experiência na área de Ciência da Informação e em Administração, com ênfase em Teorias de Administração e Teoria da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: redes cooperativas de pesquisa, redes organizacionais, política científica e tecnológica, política e gestão de ciência e tecnologia e gestão do conhecimento.

3. Emir Jose Suaiden é graduado (1971) em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília, mestrado (1980) em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba, doutorado (1989) em Ciência da Informação pela Universidad Complutense de Madrid e pós-doutorado (2002) na Universidad Carlos III de Madrid. Atualmente tem mandato de Diretor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, instituto de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT. É Professor Titular da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, membro do Conselho Superior da

¹¹² Todas as informações biográficas se encontram na plataforma Lattes - Fonte: <http://lattes.cnpq.br/>. As exceções serão apresentadas em notas de rodapé diferentes desta.

¹¹³ Fonte: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/003410.shtml>

Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal. Tem experiência na área de ciência da informação, principalmente nos seguintes temas: biblioteca pública, informação e sociedade, gestão da informação e gestão do conhecimento. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1B. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1B,

4. Hagar Espanha Gomes possui graduação em Curso de Biblioteconomia pela Fundação Biblioteca Nacional (1955), especialização em Pesquisas Bibliográficas em Tecnologia pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD - 1961) e mestrado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD - 1972). Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia. Atuando principalmente nos seguintes temas: Tecnologia da Informação, Recuperação da Informação.

5. Lena Vania Ribeiro Pinheiro é doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ (1997), mestre em Ciência da Informação pela mesma Universidade, em convênio com o IBICT (1982). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará - UFPA (1966), onde iniciou sua vida acadêmica como professora de História da Arte do Departamento de Letras e Artes dessa Universidade. Atualmente, já aposentada, continua exercendo atividades de pesquisa e ensino no IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, como professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Pinheiro exerce essas funções há mais de 25 anos. Tem experiência em tecnologias da informação e da comunicação - TIC's, Bibliometria / Informetria (indicadores de C,T&I) e Inteligência Competitiva. Foi uma das fundadoras e professoras do Mestrado em Memória Social e Documento (1988/1993), da UNIRIO, onde atualmente é professora convidada do primeiro Mestrado, no Brasil, em Museologia e Patrimônio.

6. Luiz Antônio Goncalves possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (1973), graduação em Direito pela Universidade Federal

de Sergipe (1970), especialização em Sistema de Bibliotecas Públicas pela Universidade Federal da Paraíba (1979), mestrado pela Universidade de Brasília (1986), doutorado em Ciência da Informação pela Universidad Complutense de Madrid (1994) e aperfeiçoamento em História del Arte (Teoria de las Artes Plásticas e pela Universidad Complutense de Madrid(1992). Tem experiência na área de Ciência da Informação. Atuando principalmente nos seguintes temas: História da informação, Unesco, Informação científica, Documentação, América Latina.

7. Nilson Lemos Lage tem graduação em Letras (Português Russo) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1977), mestrado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1978) e doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986). Aposentado compulsoriamente em 21.11.2006 do cargo de professor titular do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina trabalha como voluntário em cursos de pós-graduação da mesma universidade. Tem experiência na área de Jornalismo, com ênfase em Técnicas de Jornalismo, atuando principalmente nos seguintes temas: teorias da cognição; jornalismo científico; semântica, semiótica e pragmática; ensino de jornalismo; linguagem jornalística, jornalismo audiovisual, webjornalismo, divulgação de História do Brasil, teoria do jornalismo e lógica aplicada à linguagem mediática. Entre 2003 e 2004 foi diretor do IBICT.

8. Sebastiao de Souza possui graduação em letras leolatinas, filosofia e pedagogia pela faculdade salesiana filosofia, ciência e letras de Lorena (1960), graduação em biblioteconomia pela universidade de Brasília (1972) e mestrado em Ciência da Informação pela universidade federal da Paraíba (1987). Atualmente é professor assistente II da Universidade de Brasília (UnB)¹¹⁴.

¹¹⁴Ainda foram editores nesse período Noris Almeida Bethonico Foresti, Francisco De Paula e Oliveira Filho; Marisa Barbar Cassim. Entretanto, não foram encontrados, por esta pesquisadora, dados biográficos e acadêmicos dos mesmos.

APÊNDICE 20: BREVE BIOGRAFIA DOS AUTORES MAIS CITADOS NOS ARTIGOS PUBLICADOS ENTRE 1972 A 2007.

1. **Eugene Garfield** que é formado em biblioteconomia pela Universidade de Columbia, em 1954 e PhD em Linguística Estrutural pela Universidade da Pensilvânia, 1961. Começou sua carreira em ciência da informação no ano de 1951, quando ingressou em um projeto de indexação na faculdade de medicina da Universidade Johns Hopkins, denominado Projeto Welch Projeto de indexação Machine. Entre os anos de 1962 a 1992 foi presidente do Instituto de Informação Científica e Presidente, ASIS & T (Sociedade Americana para a Ciência da Informação e Tecnologia) – 1998 a 2000. A carreira do autor e pesquisador Garfield é marcada de significativas contribuições ao campo, principalmente no desenvolvimento de ferramentas de busca de informação para pesquisadores. As novas ferramentas incluem Chemicus Índice, novas edições Current Contents cobrindo medicina clínica, química, física e outras disciplinas, alerta automático, citação assunto (a divulgação personalizada seletiva de serviço de informação agora chamado de alerta de investigação), dentre outros. Também são expressivas, em termos de quantidade e qualidade o número de suas publicações. Dr. Garfield continua em atividade na publicização de seus trabalhos científicos dedicados a Ciência da Informação. Em 1986, ele fundou The Scientist, um jornal bissemanal para a pesquisa de profissionais da área¹¹⁵.

2. **Pierre Félix Bourdieu**, graduado em filosofia pela na Faculdade de Letras, em Paris, e na Escola Normal Superior. Foi durante o período em que prestava o serviço militar na Argélia que escreveu o seu primeiro livro sobre a sociedade cabila. Quando de seu retorno à França foi assistente do filósofo Raymond Aron na Faculdade de Letras de Paris. Bourdieu publicou mais de 300 títulos, entre livros e artigos. Fundou as publicações Actes de la Recherche en Sciences Sociales e Liber. Seu trabalho de pesquisa abordou temas como a dominação. O autor trouxe importantíssimas contribuições a vários campos de

¹¹⁵ Fonte: <http://www.garfield.library.upenn.edu/overvu.html>

conhecimento como a sociologia, a antropologia e a filosofia. É um autor interdisciplinar e um dos mais lidos na contemporaneidade, tendo inserção filosófica na educação, na linguística, na mídia, na política, dentre outros¹¹⁶.

3. Blaise Cronin é professor de Ciência da Informação e professor Honorário visitante na City University, de Londres, Edinburgh Napier University. É Editor-Chefe, *Jornal da Sociedade Americana de Ciência da Informação e Tecnologia*. Cronin é PhD. pela The Queen's University of Belfast (1983), e em 1997 foi agraciado com o grau de Doutor de Letras (D.Litt., *Honoris causa*) pela Queen Margaret University College, de Edimburgo por suas contribuições acadêmicas a Ciência da Informação. Em 2006 ele recebeu o Prêmio de Mérito da Sociedade Americana de Informações de Ciência e Tecnologia, a maior honra da Sociedade. Professor Cronin é autor/editor de mais de 300 artigos de pesquisa, monografias, relatórios técnicos, textos de conferências e outras publicações. Seu foco de pesquisa é a comunicação científica, análise de citação, o sistema de recompensa acadêmica e cibermetria - a intersecção da ciência da informação e os estudos sociais da ciência¹¹⁷.

4. Peter Ferdinand Drucker é considerado o precursor da administração moderna e é reconhecidamente um dos maiores pensadores na área da administração. Uma de suas principais obras é "Administrando em Tempos de Grandes Mudanças" onde foi um dos pioneiros a trabalhar com o conceito de globalização e seus efeitos na economia mundial e nas organizações. Também foi pioneiro ao tratar a administração como uma ciência que estuda as pessoas nas organizações. Foi presidente honorário da Drucker Foundation e professor de Ciências Sociais da Claremont Graduate University, Califórnia, EUA, escreveu muitos artigos e mais de 30 livros. Peter Drucker é formado em Economia, com doutorado em Direito Internacional e foi colunista do *The Wall Street Journal* durante 20 anos¹¹⁸.

¹¹⁶ Fonte: <http://revistaescola.abril.com.br/historia/fundamentos/pierre-bourdieu-428147.shtml?page=3>

¹¹⁷ Fonte: <http://www.slis.indiana.edu/faculty/spotlight/index.php?facid=6>

¹¹⁸ Fonte: <http://encyclopedia.thefreedictionary.com>

5. Jesse Hauk Shera (1903 - 1982) Graduado em biblioteconomia pela Miami University que em 1925, concedeu Shera com um BA em Inglês com honras. É Mestre em literatura Inglês da Universidade de Yale (1927) e Doutor em ciência da biblioteca da Universidade de Chicago (1944). Foi pioneiro no uso da tecnologia da informação em bibliotecas e desempenhou um papel importante na expansão da sua utilização em outras áreas ao longo dos anos 1950, 60 e 70. Shera esperava se tornar um professor universitário Inglês, mas nunca conseguiu, devido à depressão e falta de cargos de ensino disponíveis em faculdades e universidades. O autor e pesquisador Shera estudou e escreveu sobre a história e filosofia das bibliotecas. Em 1947, passou a ser membro da Universidade de Chicago Graduate School Library faculdade (GLS) como professor assistente. Quatro anos depois, foi promovido a professor adjunto. Foi presidente da Associação Americana de Bibliotecas e da comissão de bibliografia. Em 1952 tornou-se reitor da biblioteca escolar da Western Reserve University, ampliando seu corpo docente e adicionando um programa de doutorado dentro de alguns anos. Também em 1952 Shera assumiu como chefe do Instituto Americano de Documentação (ADI), que passou a ser denominada como “Sociedade Americana de Ciência da Informação”. Shera tinha como foco de pesquisa as aplicações de tecnologia da informação e epistemologia social. Juntamente com James W. Perry e Alan Kent fundou o Centro de Pesquisa de Documentação e Comunicação (CDCR), assessorando indústria, governo e educação superior em sistemas de informação. Segundo o autor e pesquisador, “um bibliotecário deve ser o mediador eficiente entre o homem e seu acesso ao conhecimento registrado e as ferramentas usados para esse fim devem ser os esquemas de classificação, cabeçalhos de assunto, índices e outros dispositivos para a análise de assunto de unidades bibliográficas”. Atuou como presidente da Associação de Escolas Biblioteca americanos de 1964-1965. Esta Associação hoje é conhecida como Associação de Biblioteca e Ciência da Informação Educação (ALISE). Shera tem uma extensa obra literária composta de livros e artigos, foi editor de varias publicações na área da Biblioteconomia e da CI. A importância de seu trabalho nos campos supracitados é tão grande que a Associação Americana de Bibliotecas oferece dois prêmios que levam o seu

nome: o Jesse H. Shera - O Prêmio de Distinção de Pesquisa Publicada e o Jesse H. Shera - Prêmio de Apoio à pesquisa de dissertação¹¹⁹.

6. Edgar Morin é formado em Direito, História e Geografia, realizou estudos em no campo da Filosofia, Sociologia e Epistemologia. Também é pesquisador emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS). Tem mais de trinta obras publicadas e entre elas: O método (6 volumes), Introdução ao pensamento complexo, Ciência com consciência e Os sete saberes necessários para a educação do futuro. Morin é considerado um dos principais pensadores contemporâneos e um dos principais teóricos da complexidade. O autor/pesquisador é um ativista político que participou do movimento da resistência francesa, durante a Segunda Guerra Mundial, fez parte do partido comunista desde 1941, mas foi afastado de todas as atividades ligadas ao partido pela sua oposição ao estalinismo. Em 1955, coordena um comitê contra a guerra da Argélia. Nunca deixou, como independente, de pensar e agir cívica e politicamente ao longo da sua vida. O livro *O Método Foi* escrito durante três décadas e meia e trata-se de uma das maiores obras de epistemologia da atualidade. Morin inicia os primeiros escritos de "La Méthode" em 1973, com a publicação do livro "O Paradigma Perdido: a Natureza Humana", uma transformação epistemológica por questionar o fechamento ideológico e paradigmático das ciências, além de apresentar uma alternativa à concepção de "paradigma" encontrada em Thomas Kuhn. Atualmente Edgar Morin é reconhecidamente o pioneiro e o principal teórico do paradigma emergente da ciência na virada do século XX para o XXI. Após décadas de trabalho desalinhado e, muitas vezes, solitário, Morin é hoje considerado um dos mais importantes pensadores vivos. É Presidente da Associação para o Pensamento Complexo, Presidente da Agência Europeia para a Cultura, membro fundador da Academia da Latinidade, co-director do Centro de Estudos Transdisciplinares da École des Hautes Etudes en Sciences Sociales¹²⁰.

¹¹⁹ Fonte: <http://libguides.se.edu/content.php?pid=261766&sid=216314>

¹²⁰ Fonte: <http://30anos.ipiaget.org/complexidade-valores-educacao-futuro-edgar-morin/programa/conferencistas/edgar-morin/>

7. Paul-Michel Foucault é graduado em filosofia pela Sorbonne, em 1949 obtém o diploma de Psicologia e doutor em filosofia com uma tese sobre Hegel, orientado por Jean Hyppolite. Politicamente ele tentou se alinhar junto ao Partido Comunista Francês, contudo não permaneceu por muito tempo neste espaço, por causa de divergências doutrinárias. Em 1951, passa a lecionar aulas de psicologia na Escola Normal Superior e, entre seus alunos, estão Derrida e Paul Veyne. Vivencia por uma experiência fundamental no Hospital Psiquiátrico de Saint-Anne, que muito irá influenciar em suas pesquisas sobre o tema “loucura”. O filósofo Michel Foucault aproxima-se de Jacques Lacan e de Nietzsche, através de Maurice Blanchot e Georges Bataille. No campo psicológico, ele conclui seus estudos em Psicologia Experimental, estudando Janet, Piaget, Lacan e Freud. Entre os anos de 1970 a 1984, o filósofo ocupa a cadeira de Professor de História dos Sistemas de Pensamento no Collège de France, assumindo a cadeira de Jean Hyppolite. No momento de sua posse ministra a famosa aula que se torna o livro “Ordem do Discurso”. Com “História da Loucura”, de 1961, sua tese de doutorado na Sorbonne, ele se consolida na Filosofia, embora preferisse ser referido como arqueólogo. Seus estudos sobre o saber, o poder e o sujeito inovaram o campo reflexivo sobre estas questões. “Tudo que se concebia sobre estes temas em termos modernos é transgredido pelo pensamento foucaultiano, o que levou muitos a considerarem o filósofo, a despeito de sua própria, um pós-moderno”. Foucault lecionou psicologia e filosofia em diversas universidades, na Alemanha, na Suécia, na Tunísia, nos Estados Unidos e em outras. Escreveu para diversos jornais e trabalhou durante muito tempo como psicólogo em hospitais psiquiátricos e prisões. Foi no Brasil que pronunciou as importantes conferências sobre "A Verdade e as Formas Jurídicas", na PUC do Rio de Janeiro¹²¹.

8. Pierre Lévy é um filósofo da informação que tem como objeto de pesquisa os estudos referentes às interações entre a Internet e a sociedade. Graduado em história, o autor/pesquisador é mestre em História da Ciência e doutorado em Sociologia e Ciência da Informação e da Comunicação pela Universidade de Sorbonne, França. É

¹²¹Fonte: <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/>

professor titular da cadeira de pesquisa em inteligência coletiva na Universidade de Ottawa, Canadá, desde 2002 e membro da Sociedade Real do Canadá (Academia Canadense de Ciências e Humanidades). Também lecionou em várias universidades de Paris e Montréal. Atualmente é professor da UQTR (Université du Québec à Trois-Rivières), na cidade de Quebec, Canadá. Presta serviço à vários governos, organismos internacionais e grandes empresas sobre as implicações culturais das novas tecnologias. É autor de uma dezena de obras filosóficas sobre a cultura do mundo virtual e as novas tecnologias e suas pesquisas se concentraram especialmente na área da cibernética e da inteligência artificial. Lévy já esteve diversas vezes no Brasil. As temáticas trabalhadas em suas palestras giram em torno exclusão do universo digital, a Internet, as novas tecnologias da comunicação, o futuro da humanidade na esfera da contínua digitalização¹²².

9. Brookes Bertram C. ficou conhecido e respeitado pelo seu trabalho com Bibliometria. Lecionou Ciência da Informação da University College de Londres e mais tarde na City University de Londres. Brookes foi um pioneiro na ciência da informação e um dos fundadores da informetria. Em 1989 ganhou a medalha Derek John de Solla Price por suas contribuições distintas para estudos quantitativos da ciência. Foi um pesquisador ativo tanto na filosofia da ciência e os estudos científicos quantitativos. Suas obras são consideradas clássicas da área da CI. Brookes dedicou seus estudos a área e sempre se mostrou preocupado com a teorização do campo. Foi ele o primeiro a organizar Fórum Internacional de pesquisa em Ciência da Informação (IRFIS), na University College, em Londres – 1975¹²³.

10. Jürgen Habermas é um filósofo alemão contemporâneo. É considerando o atual e principal estudioso da segunda geração da Escola de Frankfurt, um grupo de filósofos, críticos culturais e cientistas sociais associados com o Instituto de Pesquisa Social, fundado em Frankfurt em 1929. Habermas nasceu no mesmo ano em que a Universidade de Frankfurt foi fundada (1929), em Dusseldorf. Graduou-se em Gottingen, Zurich e Bonn. Lecionou filosofia em

¹²² Fonte: <http://www.infoescola.com/biografias/pierre-levy/>

¹²³ Fonte: http://www.issi-society.info/popup_brookes.html

Heidelberg e depois foi professor de filosofia e sociologia na Universidade de Frankfurt. Suas pesquisas estão vinculadas a temas como política, ética, comunicação e epistemologia. Aos 25 anos, Jürgen Habermas graduou-se com o trabalho "O Absoluto e a História", sobre Schelling. Foi assistente do filósofo e sociólogo Theodor W. Adorno durante cinco anos, até 1959. Entre as obras e os artigos publicados na década de 1960, destacam-se: "Evolução Estrutural da Vida Pública", "Teoria e Práxis", "Lógica das Ciências Sociais", "Técnica e Ciência como Ideologia" e "Conhecimento e Interesse". O principal eixo das discussões do filósofo é a crítica ao tecnicismo e ao cientificismo que, segundo ele, restringia o conhecimento humano ao domínio da técnica e aos modelos das ciências empíricas, limitando o campo de atuação da razão humana ao conhecimento objetivo e prático. Em 1994, Habermas aposentou-se, sem nunca deixar de contribuir para o conhecimento por meio de palestras e de uma vasta obra publicada¹²⁴.

11. Maurice B. Line foi bibliotecário e cientista da informação. Line teve uma importante atuação na área da biblioteconomia britânica, trazendo grandes contribuições ao campo. Foi bibliotecário da Biblioteca Nacional Central (NCL) 1971-1973 e membro da British Library Comitê Organizador. Conduziu estudos referentes às possibilidades de tratamento automatizado de dados na nova Biblioteca Britânica. Realizou uma série de trabalhos e planejamento para nova biblioteca nacional do Reino Unido. Por doze anos foi consultor especializado em gestão e organização. Foi Professor Associado no Departamento de Ciência da Informação na Sheffield Universidade e professor na Universidade de Loughborough, na área de Estudos de Informação e Biblioteca. A Associação Biblioteca o honrou com a sua Presidência em 1990, além de ser premiado pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecas em 1989. Line tinha ampla gama de interesses profissionais e suas publicações foram bem expressivas. Seus interesses foram focados em sistemas de bibliotecas e ciência

¹²⁴ Fonte: <http://educacao.uol.com.br/biografias/jurgen-habermas.jhtm>

da informação. Line também iniciou trabalhos sobre o desenvolvimento de catálogos de bibliotecas¹²⁵.

12. Manuel Castells é um sociólogo espanhol e um dos precursores do estudo sobre o impacto da tecnologia na sociedade. Nos períodos dentre 1967 e 1979 foi professor na Universidade de Paris, na escola de Nanterre até 1970 e a partir deste ano lecionou na "École des Hautes Études en Sciences Sociales". Em 1979 foi nomeado professor de Sociologia e Planejamento Regional na Universidade de Berkeley, Califórnia e em 2001, tornou-se pesquisador da Universidade Aberta da Catalunha em Barcelona. Em 2003, juntou-se à Universidade da Califórnia do Sul, como professor de Comunicação. Seu livro "Sociedade em Rede" é o primeiro trabalho a abordar as questões culturais frente à tecnologia e nesta obra Castells defende o conceito de "capitalismo informacional". O pesquisador vincula em seus estudos os assuntos sociológicos e as transformações advindas das novas tecnologias. Na década de 1970, Castells teve um importante papel no desenvolvimento da sociologia urbana Marxista. Enfatizou o papel dos movimentos sociais na transformação e conflitos urbanos. Segundo o Social Sciences Citation Index Castells foi o quarto cientista social mais citado no mundo no período 2000-2006 e o mais citado acadêmico da área de comunicação, no mesmo período¹²⁶.

13. William (Bill) Goffman é matemático pela Universidade de Michigan em Ann Arbor (1950) e Doutor em matemática (1954). Foi pioneiro no uso da matemática dentro do campo da Ciência da Informação. Foi um pesquisador de referência no campo e Professor emérito da Universidade Case Western Reserve, em Cleveland, Ohio, de 1959 a 2000. O pesquisador propôs significativas melhorias na recuperação da informação através da implantação de vários valores, lógica, arquivo adequado e ordenamento nos procedimentos de recuperação, além de uma abordagem simplificada da mesma. Também voltou seus estudos pesquisas baseada em citações aplicando a lei de Bradford na

¹²⁵ Fonte: <http://www.bl.uk/aboutus/quickinfo/facts/history/line/index.html>

¹²⁶ Fonte: http://lauromonteclaro.sites.uol.com.br/Textos_Selecionados/Manual_Castells.htm

investigação acervo de literatura e uso. Goffman foi um dos primeiros colaboradores em informática. Durante sua carreira como pesquisador foi professor e reitor da Case Western Reserve University, desenvolvendo modelos gerais e matemáticos em diversas áreas como epidemiologia, crescimento populacional, propagação de ideias científicas, abordagens e algoritmos de recuperação, medidas de relevância da informação no processo de recuperação e outros. Em 1959, Goffman uniu-se à equipe do Centro de Documentação e Pesquisa de Comunicação (CDCR), braço da Escola de Biblioteconomia na Western Reserve University, juntamente com James W. Perry, Allan Kent, Jesse H. Shera, Tefko Saracevic, Jack Belzer, Allan Rees e Al Goldwyn. Nesse período trabalhou intensamente nas modelagens matemáticas que levassem à de design de sistema de recuperação da informação. Ao longo dos anos, ele desenvolveu cursos e lecionou em pós-graduações na área de teoria de recuperação de informação, teoria da comunicação, análise de sistemas, Bibliometria, e seminários para estudantes de doutorado. Em 1968, tornou-se professor titular da Faculdade de Biblioteconomia, onde continuou a especializar-se em teoria da comunicação e recuperação de informações. Foi nomeado decano da Escola de Biblioteconomia da Universidade Case Western Reserve, em 1971, e ficou no cargo até 1977¹²⁷.

14. Philip Kotler é referência na área de planejamento de Marketing e é autor de várias obras da literatura acadêmica de Administração, Economia, Marketing e Publicidade. Estudou na Universidade De Paul, concluiu mestrado em economia na Universidade de Chicago, e doutorado no Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT). É PhD em Matemática, na Universidade Harvard, e posteriormente em Ciências do Comportamento, na Universidade de Chicago. No fim da década de 60, começou a trabalhar como analista em Pittsburgh e a lecionar Marketing Internacional na Kellog Graduate School of Management da Northwestern University. Foi eleito pela American Marketing Association o “líder em pensamento de marketing”. Kotler é considerado o pioneiro no setor das estratégias de práticas de mercado. Entre as suas obras destacam-se:

¹²⁷ Fonte: <http://garfield.library.upenn.edu/papers/goffman.html>

“Administração de Marketing”, este lançado em 1967; “Marketing de A a Z”; “Os Dez Pecados Mortais do Marketing para o século XXI”, entre outros. Seus livros são clássicos no campo da Administração e são adotados como referência na academia. É palestrante e apresenta seminários em vários grandes centros ao redor do mundo sobre os últimos desenvolvimentos do marketing¹²⁸.

15. Bruno Latour é um filósofo e antropólogo francês. É doutor em filosofia e professor da École nationale supérieure des Mines de Paris e da Universidade da Califórnia em San Diego. Realizou estudos etnográficos na África e na América, mas sua etnografia mais conhecida foi feita no Laboratório de Neuro-endocrinologia do Instituto Salk, na Califórnia. Entre 1982 a 2006, ele foi professor do Centro de Inovação sociologie l'na École Nationale Supérieure des Mines de Paris e, por vários períodos, professor visitante na UCSD, na Escola de Economia de Londres e na história da ciência departamento da Universidade de Harvard. Atualmente é professor na Sciences Po Paris. Entre os anos de 2007 a 2012 foi o vice-presidente de pesquisa nesta instituição. Após estudos de campo na África e Califórnia se especializou na análise de cientistas e engenheiros no trabalho. Além dedicar-se à filosofia, história, sociologia e antropologia da ciência, Latour tem colaborado em muitos estudos em ciência política e gestão da investigação. Em sua pesquisa explora as consequências de estudos científicos sobre diferentes temas tradicionais das ciências sociais. A sua principal contribuição teórica é o desenvolvimento da ANT - Actor Network Theory (Teoria ator-rede) que busca analisar a atividade científica. Conhecido pelos seus livros que descrevem o processo de pesquisa científica, dentro da perspectiva construtivista que privilegia a interação entre o discurso científico e a sociedade, os de maior destaque são: *Jamais Fomos Modernos* e *Ciência em Ação*. O que Latour mostra é de que nossa Modernidade jamais passou de um projeto. Para ele, tudo aquilo de mais fundamental que pretendemos construir como sendo moderno pode ser colocado entre parênteses¹²⁹.

¹²⁸Fontes: <http://www.ufpel.edu.br/fcd/administracao/philip.htm>

¹²⁹Fonte: <http://www.bruno-latour.fr/>

16. Jakob Nielsen é um cientista da computação com PhD em interação homem-máquina pela da Universidade Técnica da Dinamarca, em Copenhague. É fundador do "desconto usabilidade engenharia", movimento por melhorias rápidas e baratas de interfaces de usuário e inventou vários métodos de usabilidade, incluindo avaliação heurística. Entre 1994 a 1998 foi engenheiro da Sun Microsystems. Ele foi contratado para desenvolver software corporativo mais fácil de usar, já que aplicações em larga escala tinha sido o foco da maioria de seus projetos. Nielsen passou a maior parte de seu tempo de pesquisa dedicado a questões do campo emergente da usabilidade web. Membro do conselho de Comportamento e Tecnologia da Informação, Fundamentos e Tendências em Interação Humano-Computador, Interação com computadores, Jornal de Estudos de Usabilidade (JUS), International Journal of Human-Computer Interaction e a nova revisão de Hipermedia e Multimédia. Em abril de 2006, foi empossado na Academia ACM Interação Humano-Computador¹³⁰.

17. John Michael Ziman foi um físico e um humanista que trabalhou na área de física da matéria condensada. Obteve seu doutorado Balliol College, Oxford e fez suas primeiras pesquisas sobre a teoria de elétrons em líquidos metálicos na Universidade de Cambridge. Em 1964 foi nomeado professor de física teórica na Universidade de Bristol, onde ele escreveu seus Elementos de Teoria Quântica Avançada (1969). Nesse período, passou a se interessar pela filosofia da ciência, argumentando sobre a dimensão social da ciência e a responsabilidade social dos cientistas. Escreveu sobre isso em numerosos ensaios e livros¹³¹.

18. Thomas J. Allen é bacharel em Física pela Upsala College e professor emérito de Engenharia de Sistemas. É especialista em psicologia organizacional e de gestão. Professor de Organizações Estudos do MIT Sloan School of Management. Em seus trabalhos de pesquisa enfocam a relação entre a estrutura organizacional e de comportamento, o papel dos mediadores

¹³⁰Fonte: <http://www.useit.com/jakob/>

¹³¹Fonte: <http://www.buscalibre.com/c/libros/99?>

tecnológicos na transferência de tecnologia e a influência do layout arquitetônico na comunicação. Allen também examina a transferência internacional de tecnologia e o impacto da estrutura organizacional sobre o desempenho do projeto. Sua pesquisa de longo prazo concentra-se em gestão de projetos nas indústrias farmacêutica e aeroespacial¹³².

19. Marcia J. Bates é graduada em biblioteconomia e ciência da informação pela Universidade da Califórnia, em Berkeley - Escola de Estudos Biblioteca e Informação. É Professora Emérita pela Escola Superior de Estudos em Educação e Informação da Universidade da Califórnia, Los Angeles. Mestre (1967) e Doutora (1972) ambos da Universidade da Califórnia, Berkeley. Lecionou na Universidade de Maryland, College Park e foi titular em a Universidade de Washington , em 1981, antes de se juntar ao corpo docente da UCLA . Bates publicou obras voltadas para a o comportamento na busca de informações, estratégia de busca, acesso em sistemas manuais e automatizados e design centrado no usuário de sistemas de recuperação de informação. Foi pioneira no trabalho com estas questões e é membro da Associação Americana para o Avanço da Ciência. Muitas de suas contribuições foram na área de design centrado no usuário e sistema de informação. Vários de seus trabalhos têm sido amplamente citados e utilizados, incluindo artigos sobre estratégias de busca de informações e sobre as interações na interface do usuário do sistema. Bates tem uma abordagem evolutiva para o desenvolvimento da informação humana e do conhecimento. O que marca uma mudança da definição de informação na teoria da comunicação. Em resposta às rápidas transformações em bibliotecas e na ciência da informação, Bates escreveu também sobre a natureza das disciplinas de informação. Atualmente, Bates é editora-chefe da Enciclopédia de Biblioteconomia e Ciências da Informação¹³³.

20. Norberto Bobbio foi Filósofo, escritor e senador vitalício italiano. Bobbio é considerado um dos filósofos mais importantes do século XX e é

¹³²Fonte: http://esd.mit.edu/faculty_pages/allen/allen.htm

¹³³Fonte: <http://pages.gseis.ucla.edu/faculty/bates/>

chamado pelo presidente italiano, Carlo Azeglio Ciampi, de mestre da liberdade. Estudou Giurisprudência na Università di Torino (1927-1931), formando-se em Filosofia e Direito. Estagiou em Marburg Alemanha (1933) e voltando a Turim, especializou-se (1932-1933) em filosofia defendendo a tese Husserl e la fenomenologia e, no ano seguinte, obteve a livre docência em filosofia do direito. Chegou a ser detido, por sua oposição ao regime fascista (1935), acusado de integrar o grupo Giustizia e Libertà, período em que começou a escrever suas primeiras obras filosóficas. Ensinou na Facoltà di Giurisprudenza na Università di Camerino (1937-1938) e, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) atuou no movimento de resistência antifascista. Neste período foi professor na Università di Siena (1939-1942) e, em seguida, ensinou na Università di Padova. Em 1948 retornou a Turim para assumir a cadeira de Filosofia do Direito na universidade local, onde permaneceu por mais de 20 anos. Professor benemérito da Universidade de Turim, onde deu aulas de Filosofia do Direito, Ciências Políticas e Filosofia da Política durante várias décadas. Escreveu para vários jornais e revistas, incluindo o Corriere della Sera, principal diário do país. Ao longo de sua carreira, escreveu centenas de livros, ensaios e artigos. Um de seus livros mais importantes foi Política e Cultura (1955) que vendeu mais de 300 mil cópias só na Itália e foi traduzido para 19 idiomas¹³⁴.

21. Ingetraut Dahlberg graduado em biblioteconomia, filósofo, cunhou a Classificação de codificação de informação, chamado de sistema de classificação universal. Dahlberg definiu o conceito de conceito e as principais áreas de enfoque do seu trabalho são na teoria e na prática da classificação. Pioneiro na organização do conhecimento, inicia sua carreira no Instituto Gmelin como um compilador de bibliografias para o Centro de Documentação de Energia Atômica (naquela época parte do Instituto Gmelin). 1963-1970 foi chefe do Centro de Biblioteca e Documentação da Sociedade de Documentação alemão. Em 1974 ele publicou seu próprio sistema universal na Classificação de codificação de informação (Classificação Indexação da Informação). No mesmo ano, ele fundou a revista Classificação Internacional de Classificação Internacional (agora

¹³⁴Fonte: http://www.netsaber.com.br/biografias/ver_biografia_c_2821.html

Organização do Conhecimento) e as sociedades de classificação (Gesellschaft für Klassifikation) e em 1989, a Sociedade Internacional para a Organização do Conhecimento¹³⁵.

22. Pedro Demo é sociólogo, professor do departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB). Em sua graduação cursou filosofia pela Faculdade Franciscana (1963) e teologia em Petrópolis (1971). Seu pós-doutoramento foi na Universitat Erlangen Neimberg (1983). Lecionou em várias instituições de ensino no Brasil e é autor de obras referentes a realidade socioeconômica brasileira. Também tem dedicado trabalhos de pesquisa na área de educação, dentre outros. Foi diretor geral do INEP/MEC nos anos entre 1986 E 1987. Secretário-Geral do Ministério Extraordinário para a Desburocratização, 1985-1986. Desde 2008, participa como consultor do IBICT, sobre como unir o processo de inclusão digital ao processo de aprendizagem educacional¹³⁶.

23. Brenda Dervin é Bachelar em jornalismo pela Cornell University, doutora e mestre pela Michigan State University e ainda um título de doutorado honorário pela University of Helsinki, na Finlândia. Dervin é professora da School of Communication da Ohio State University, nos Estados Unidos, desde 1986. Chegou a lecionar anteriormente nas universidades de Washington e Syracuse e foi presidente da International Communication Association (ICA), tendo destacada atuação na American Society for Information Science & Technology (ASIST). Sua produção científica originou-se no campo da comunicação social, englobando temáticas como: metodologia de pesquisa na comunicação, comunicação participativa e campanhas de comunicação pública. A partir do desenvolvimento da chamada “metodologia Sense-Making”, a pesquisadora Brenda Dervin se aproximou da Ciência da Informação. A metodologia sense making é amplamente utilizada no Brasil, principalmente na área de Ciência da Informação em estudos sobre as necessidades, interesses e usos dos meios de comunicação,

¹³⁵Fonte: <http://www.tu-harburg.de/b/hapke/ispg/dahlberg.htm>

¹³⁶Fonte: <http://soupedagogia2011.blogspot.com.br/2012/05/biografia-de-pedro-demo-pedrodemo.html>

informação, sistemas de comunicação e mensagens de usuários, patrocinadores, público, pacientes, clientes e cidadãos¹³⁷.

24. Umberto Eco Começou seus estudos sobre assuntos medievais e é ensaísta, professor, semiólogo, linguista e bibliófilo e filósofo italiano. Eco é especialista em semiótica e leciona na Universidade de Bolonha. Suas obras mais famosas são dois romances intitulados “O Nome da Rosa” e “O Pêndulo de Foucault”. O autor e pesquisador Umberto Eco tem na estética um de seus temas principais. Sua tese relaciona a arte e as ideias de São Tomás de Aquino. No livro “Obra Aberta” (1962), Umberto Eco realizou um estudo sobre a semiótica, estabelecendo as diversas interpretações que podem ocorrer ao ouvinte através da obra artística. Desde os anos de 1970, se dedica ao estudo da semiótica, estabelecendo novas perspectivas sobre o assunto sob a influência de filósofos como John Locke, Kant e Peirce, abandonando as teorias semiológicas do linguista Ferdinand Saussure. É titular da cadeira de Semiótica (aposentado) e diretor da Escola Superior de ciências humanas na Universidade de Bolonha. Também lecionou em Yale, na Universidade Columbia, em Harvard, Collège de France e Universidade de Toronto. Eco é colaborador em diversos periódicos acadêmicos, dentre eles colunista da revista semanal italiana L'Espresso¹³⁸.

25. Stevan Harnad é um cientista cognitivo, graduado pela Universidade McGill em psicologia. Harnad completou o seu mestrado e licenciatura em Psicologia na Universidade McGill, em 1969 e seu doutorado em filosofia na Universidade de Princeton, em 1992. Atualmente trabalha no Canadá Research Chair em ciência cognitiva na Université du Québec à Montréal (UQAM) e é professor de ciência cognitiva na Universidade de Southampton. Foi eleito membro da Academia Húngara de Ciências, em 2001. Seus interesses de pesquisa perpassa pela ciência cognitiva e publicação de acesso aberto e seus estudos enfocam a categorização, a comunicação, a cognição e consciência.¹³⁹.

¹³⁷Fonte: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/147/14712799004.pdf>

¹³⁸Fonte: http://www.e-biografias.net/umberto_eco/

¹³⁹Fonte: <http://www.ecs.soton.ac.uk/people/harnad>

26. Peter Ingwersen é PhD pela Tampere University (2010), professor Titular (2006) na disciplina recuperação da informação. Ingwersen é professor de afiliado em Åbo Akademi University, na Finlândia e membro do Conselho Executivo da Escola de Pesquisa nórdico em LIS (NORSLIS), patrocinado pelo Nordforsk. Professor Emérito (2010) e professor II em Oslo University College, Noruega (2010). Realizou pesquisas experimentais sobre aspectos cognitivos da interação baseada em tarefas do usuário do sistema e serviu em vários projetos. Chefiou o grupo de pesquisa TAPIR na Escola Real de LIS sobre acessibilidade de texto em Recuperação de Informação interativa. Pretende continuar o estudo dos padrões de comunicação científica, através de análises de citações. O pesquisador já publicou vários livros, com referência internacional, como por exemplo: A virada: Integração de busca por informação e Recuperação em Contexto. Publicou em mais de 70 jornais e documentos de conferências, além de trabalho de edição, para a qual ele recebeu mais de 1.000 citações. Atualmente é membro de vários conselhos editoriais de revistas de renome internacional da área s de IR e Ciência da Informação. Suas áreas de pesquisa são: interação; recuperação de informação; modelos de RI e metodologia de avaliação; tipologia relevância; Ciência da Informação; cientometria, métodos Bibliométriv; Webometrics¹⁴⁰.

27. Karl Raimund Popper foi um filósofo social austríaco naturalizado britânico. Popper foi um grande defensor da democracia liberal e um oponente implacável do totalitarismo. Conhecido pela elaboração de teorias do liberalismo e da democracia e estudos sobre filosofia social. É reconhecido como um dos maiores filósofos do século XX. Escreveu livros como a “Lógica da Pesquisa Científica” e “A sociedade aberta e seus inimigos”. Estudou na Universidade de Viena e doutorou-se em filosofia. No final da segunda guerra mundial, tornou-se assistente de ensino na London School of The Economics em método científico e professor em 1949. Popper considerava as teorias científicas passíveis de erros e críticas, não havendo assim, uma teoria da ciência que fosse eterna e imutável. Pra ele, o que deveria ser feito pelos pesquisadores era a busca pela

¹⁴⁰Fonte: [http://pure.iva.dk/en/persons/peter-ingwersen\(06732ae6-b7ec-4427-8049-6b087f1e5f6d\)](http://pure.iva.dk/en/persons/peter-ingwersen(06732ae6-b7ec-4427-8049-6b087f1e5f6d))

falseabilidade das teorias científicas para elaboração de outras que poderiam resolver as questões propostas pela ciência. Karl Popper era um simpatizante do comunismo, mas abandonou o partido comunista quando percebeu que muitos amigos morreram em defesa da causa marxista. Tornou-se adepto das ideias liberais da escola austríaca, seguindo o exemplo de Ludwig Von Mises e F. Hayek. A obra mais famosa do filósofo é "A sociedade aberta e seus inimigos"(1945). Nela Popper reflete sobre o regime democrático representativo como forma de limitar o poder do estado e que as ideologias como o nazismo e comunismo são perigosas para a formação da sociedade aberta e democrática. É considerado por muitos como o filósofo mais influente do século XX a tematizar a ciência¹⁴¹.

28. Lydia Queiroz Sambaquy que por diversas vezes foi referenciada nesta tese era bibliotecária e idealizou o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Presidiu entre 1954 e 1965. Sambaquy foi uma profissional vanguardista, extremamente atuante na área da biblioteconomia e idealizadora de diversos projetos como a criação da Biblioteca Central na Universidade Federal do Rio de Janeiro, do IBBB e outros.

¹⁴¹Fonte: http://www.e-biografias.net/karl_popper/

APÊNDICE 21 - ANOS DE PUBLICAÇÃO

Tabela 26 – Ano de Publicação

ANO	QUANTIDADE CITAÇÕES	ANO	QUANTIDADE CITAÇÕES
1813	4	1976	144
1826	3	1977	205
1900	4	1978	204
1922	4	1979	217
1926	3	1980	209
1949	5	1981	189
1950	5	1982	205
1951	8	1983	220
1952	5	1984	202
1953	8	1985	209
1954	5	1986	249
1955	17	1987	232
1956	12	1988	244
1957	22	1989	257
1958	19	1990	296
1959	15	1991	308
1960	26	1992	339
1961	25	1993	313
1962	36	1994	381
1963	37	1995	364
1964	47	1996	378
1965	41	1997	408
1966	52	1998	448
1967	66	1999	438
1968	95	2000	465
1969	122	2001	447
1970	135	2002	341
1971	128	2003	312
1972	148	2004	284
1973	138	2005	152
1974	160	2006	157
1975	173	2007	62

Fonte: Elaborado pela autora da tese

APÊNDICE 22 - LISTA DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E REFERÊNCIAS DE TEMAS TANGENCIAIS À TESE

AGUIAR, Afrânio Carvalho. Coordenação de uma rede nacional de informação em ciência e tecnologia: um plano prioritário do IBICT. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 9, n. (1/2), p. 83-8, 1980. Disponível em: <revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/download/1519/1136>. Acesso: 11 abr. 2009.

AGUIAR, Afrânio Carvalho. Diretrizes do IBICT e suas interferências no planejamento das bibliotecas universitárias. In: SEMINARIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS, 2., 1981, Brasília. **Anais...** Brasília: CAPES, 1981. p. 61

ALBUQUERQUE, Lynaldo C. **O CNPq e a informação científica e tecnológica.** Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, v. 13, n. 2, p. 259-262, jul. / dez. 1985.

ALIMOHAMMADI, Dariush. Webliometrics: a new horizon in information research. **Library Review**, Bradford, v. 55, n. 6, p. 344-348, 2006.

ALMEIDA, Carlos Cândido. **O campo da ciência da informação: suas representações no discurso coletivo dos pesquisadores do campo no Brasil.** 2005. 396 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

ARAUJO, Ronaldo Ferreira de; CARDOSO, Ana Maria Pereira. A ciência da informação como rede de atores: reflexões a partir de Bruno Latour. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMACAO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007. Não paginado. Disponível em:

AUTRAN, M. de M. M.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. de. Mapeamento do periódico Informação e Sociedade: 10 anos de sua trajetória. **Estudos.** v. 12, n. 1, 2002, p. 290-320.

AVELLAR, Sylvio Correa de. **Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação - IBBD.** [Rio de Janeiro: s.n], 1955.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. **A pós-graduação em ciência da informação e a realidade do Brasil.** Rio de Janeiro: IBICT: UFRJ, 1989.

BAWDEN, D. The history of information and documentation. **Journal of Documentation**, London, v. 62 n. 2, p. 169-170. 2006.

BENIGER, J. R. Origins of the information society [an excerpt from The control revolution]. **Wilson Library Bulletin**, New York, v. 61, n. ?, p. 12-19, Nov. 1986.

BHATT, R. K; Bhatt, S. C. Application of historical method of research in the study of library and information science: an overview. **Annals of Library Science and Documentation**, New Delhi; v. 41, n. 4, p.155-160, Dec. 1994.

BIASOTTI, Miriam Mara Dantur de La Rocha. A rede de registro bibliográfico coordenada pelo IBICT para a constituição de Base de dados. **Boletim ABDF. Nova Serie**, Brasília, v. 8, n. 4, p. 262-265, out. / dez. 1985.

BLACK, A; CRAWFORD, J. The identity of library and information history: an audit of library and information history teaching and research in departments and schools of library and information studies in Britain and Ireland. **Library History**, London, v. 17, n. 2 Jul. 2001, p.127-131.

BLANQUET, M. F. La fonction documentaire. etude dans une perspective historique. the information science function. a historical perspective. **Documentaliste: sciences de l'information**, Paris, v. 30, n. (4/5) Jul. / Oct. 93, p.199-204.

BORGMAN, Christine L; Rice, Ronald E. The convergence of information science and communication: a bibliométric analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, v. 43, n. 6, p. 397-411, July. 1992.

BRAMBILLA, Sonia Domingues Santos, STUMPF, Ida Regina Chitto. Interfaces da informação: tendências temáticas da pós-graduação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMACAO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007. p. 28-31.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Sistemas de credenciamento dos cursos de pós-graduação: Brasil x Estados Unidos**. Porto Alegre: Gráfica UFRGS, [19--].

BRASIL. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. **Decreto n. 35.124**, de 27 de fevereiro de 1954. Cria o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, nos termos da Lei n. 1.310, de 15 de janeiro de 1951. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=166797>>. Acesso em: 11 abr. 2009.

BRASIL. Serviço Público Federal. Ministério da Educação e do Desporto. Ministério da Ciência e tecnologia. **Convênio Ministério da Ciência e Tecnologia, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e o Ministério da Educação, Universidade Federal Fluminense**. 2004. 56 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibict.br/phl8/anexos/ppgciuff.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2009.

BUCKLAND, M. K., *et. al.*, **History of information science**. In: Annual review of information science and technology, v. 30, 1995. Learned Information, 1995.

BUCKLAND, M. K., *et. al.* Special topic issue: history of documentation and information science, part I. **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, v. 48, p. 285-379, Apr. 1997.

BUCKLAND, M. K., *et. al.* Special topic issue: history of documentation and information science, part II. **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, v. 48, p. 775-842, Sept. 1997.

BUFREM, L. S., *et. al.* Produção científica em Ciência da Informação: Análise temática em artigos de revistas brasileiras. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 38-49, Jan. / Abr. 2007.

BUFREM, Leilah Santiago. Ciência da informação e historia: o caso do IBICT. **Transinformação**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 58-79, jan. / abr. 1997.

BUFREM, Leilah Santiago. Linhas e tendências metodológicas nas dissertações do Mestrado em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972-1995). In: SEMINARIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS, 9., 1996, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 1996. v. 2, p. 174-199.

BUFREM, Leilah Santiago; PRATES, Yara. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 9-25, maio / ago. 2005.

CABRAL, Ana Maria; REIS, Alcenir Soares (Org.). **Informação, cultura e sociedade**: interlocuções e perspectivas. Belo Horizonte: Novatus, 2007.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. **Pós-modernidade e informação**: conceitos complementares. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 63-79, jan. / jul. 1996.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 107-114, jul. / dez. 1994.

CARVALHO, Katia de. Programa de pós-graduação em Ciência da Informação do instituto de Ciência da UFBA: um projeto inovador. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTACAO E CIENCIA DA INFORMACAO, 20., 2002, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: FEBAB, 2002.

CARVALHO, Maria Carmen R. de. Atividades terminológicas do IBICT: subsídios ao desenvolvimento da área no Brasil. In: SIMPOSIO LATINO-AMERICANO DE TERMINOLOGIA, 2., 1990, Brasília. **Anais...** Brasília: IBICT, 1992. p. 125-128.

CAVALCANTI, Ilce Goncalves Milet; BARRETO, Aldo de Albuquerque; SOUZA, Rosali Fernandes de. Acompanhamento das dissertações/teses apresentadas/defendidas no Programa de Pós-Graduação do CNPq/IBICT-UFRJ/ECO, no período de 1972 a 1995. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p.148-158, jan. / abr. 1995.

CHASTINET, Yone Sepulveda. A atuação do IBICT na coordenação de informação em ciência e tecnologia. **Boletim ABDF. Nova Serie**, Brasília, v. 8, n. 3, p. 226-228, jul. /set.1985.

CHASTINET, Yone. Entrevista - IBICT. **Boletim ABDF. Nova Serie**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 73-75, jan. / mar. 1985.

CHASTINET, Yone. O IBICT e o acesso a informação. In: SEMINARIO SOBRE PUBLICACOES OFICIAIS BRASILEIRAS, 5., 1983, Brasília. **Anais...** Brasília: Senado Federal, 1985. p. 165-171.

CHONEZ, A. Pour une histoire de l'informatique documentaire en France: entretien avec Andre Chonez. **Documentaliste: sciences de l' information**, v. 30, n. 4-5, p. 248-53, July. /Oct. 1993.

CHRIST, Virginia da Silva. **A pesquisa em biblioteconomia: controvérsias e similaridades no quadro nacional**. 1991. 140 f. Dissertação - (Mestrado em Biblioteconomia) - Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1991.

CHRISTOVÃO, Heloisa Tardin. A ciência da informação no contexto da pós-graduação do IBICT. **Informare: cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-13, jan. / jun. 1995.

COMISSÃO DO CONVÊNIO CNPq/IBICT-UFRJ/ECO. A pós-graduação em ciência da informação na UFRJ. **Ciência da Informação**, Brasília: IBICT, v. 16, n. 2, p. 113-124, jul. /dez. 1987.

COUTINHO, Maria Esther de Araújo. **A trajetória do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) de 1972 até a sua transformação, durante 1976, em Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)**. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 1994.

COUTINHO, Maria Esther de Araújo. **Comentários sobre os cursos de pós-graduação, especialmente de mestrado, nas áreas de biblioteconomia/documentação/ciência da informação no Brasil de: 1954-1987**. Brasília: UNB, 1988.

COUTINHO, Maria Esther de Araújo. **Conjuntura histórica que influenciou a trajetória do IBBB/IBICT de 1964 a 1976**. 1989. 21 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e documentação) Universidade de Brasília, 1989.

CRONIN, Blaise. The sociological turn in information science. **Journal of Information Science**, Cambridge, Mass., v. 34, n. 4, p. 465-475, aug. 2008.

CUNHA, Murilo Bastos. IBICT: 51 Anos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 7-8, jan. / abr. 2005.

DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA/IBICT. Dissertações apresentadas no curso de mestrado em Ciência da Informação do IBICT/UFRJ. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 173-178, jul. / dez. 1990.

DIAS, Eduardo Wense. Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 67-80, jan. / jun. 2000.

DIAS, Lindolpho de Carvalho. 40 Anos de Informação em Ciência e Tecnologia: do IBBD ao IBICT. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 5, jan. / abr. 1994.

DOUGHERTY, R M. Reflections on 25 Years of JAL and academic libraries. **The Journal of Academic Librarianship**, Ann Arbor, Mich, v. 25, n. 1, p. 3-8. Jan 1999.

DUTHEUIL, C. Bibliometrie et scientometrie en France: etat de l'art. **Documentaliste: sciences de l'information**, Paris v. 29, n. ?, p. 251-61, Nov. / Dec. 1992.

ELIEL, Regiane Alcântara. **Institucionalização da ciência da informação no Brasil: estudo da convergência entre a produção científica e os marcos regulatórios da área**. 2007. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007.

EYRE, John. Algumas reflexões sobre o desenvolvimento do ensino da ciência da informação no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v.24, n.1, p.21-25, jan./abr. 1995.

FANANI, A. *et al.* **Literatura científica brasileira sobre Ciência da Informação em saúde indexada na Base de Dados LILACS de 1982-2006. Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13 n. 3, p. 183-194, set. / dez. 2008.

FARKAS-Conn, I. S. **From documentation to information science: the beginnings and early development of the American Documentation Institute-American Society for Information Science**. Greenwood: Press, 1990.

FAYET-Scribe, S. L'apparition d'une maîtrise concertée de l'information en France - étude de trois associations professionnelles Françaises dans l'entre-deux-guerres. Emergence of a partnership in professional information management in France - the history of three professional associations in the interwar years. **Documentaliste: sciences de l'information**, Paris, v. 35, n. 4/5, Jul. / Oct. 1998, p.216-28. **LISA: Library and Information Science Abstracts**

FERREIRA, Jose Rincon. O impacto da tecnologia da informação sobre o desenvolvimento nacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 9-15, jan./abr. 1994.

FERREIRA, José Rincon. Os 45 anos do IBICT. **Ciência da Informação**, Brasília, v.28, n.1, 1999.

FERREIRA, José Rincon. Tradição e modernidade. **Ciência da Informação**, Brasília, v.25, n.3, p.289, set. / dez. 1996.

FERREIRA, Márcia Xavier. **Michel Foucault e a ciência da informação**: interações. **INFORMARE**: Cadernos do programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 38-46, jul./dez. 1999.

FILGUEIRAS GOMES, Maria Yeda Falcão Soares. Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG, na década de 1990: um balanço. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 318-334, set./dez. 2006.

FONSECA, Edson Nery da. A pós-graduação em biblioteconomia. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte: UFMG, v. 3, n. 1, p. 27-39, mar. 1974.

FORESTI, Noris Almeida Bethonico. A revista Ciência da Informação no contexto de sua instituição: algumas considerações. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 15, n.2, p. 143-150, jul./dez. 1986.

FRANCELIN, Moacir Marivalde. Configuração epistemológica da ciência da informação no Brasil em uma perspectiva pós-moderna: análise de periódicos da área. **Ciência da Informação**, Brasília v.33, n.2, p. 49-66, maio/ago. 2004.

FREIRE, G. H. Ciência da Informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11 n. 1, p. 6-19, jan. / abr. 2006.

FREIRE, I. M. O olhar da consciência possível sobre o campo científico. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32 n. 1, p. 50-59, jan. / abr. 2003.

FREITAS, Maria Helena de Almeida. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v.35, n.3, p. 54-66, set./dez. 2006.

GARCIA, Maria Lúcia Andrade. A Informação Científica e Tecnológica no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 9, n. 1/2, p. 41-81, 1980.

GILCHRIST, Alan; GARFIELD, Eugene. Information Science: a waning discipline with a key legacy? *Library + Information Update*, s. l., v. 7, n. 9, p. 23-42, Sept. 2008.

GOMES, Hagar Espanha. Experiência do IBBD em programas de pós-graduação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte: UFMG, v. 3, n. 1, p. 13-26, mar. 1974.

GOMES, Hagar Espanha. Hagar Espanha Gomes: entrevista. Entrevistador: Lena Vânia Ribeiro Pinheiro. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n.3, p.292-295, set. / dez. 1996.

GOMÉS, Maria Nélida G. Escopo e Abrangência da Ciência da Informação e a Pós Graduação na área: Anotações Para uma Reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, Jan./Abr.2003.

GÓMEZ, Maria Nélida G. Metodologia de Pesquisa no Campo da Ciência da Informação. **Datagramazero**: Revista de Ciência da Informação, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez00/F_I_art.htm>. Acesso em: 11 abr. 2009.

GÓMEZ, Maria Nélida Gonzáles. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectiva em ciência da informação**, Belo Horizonte, v.6, n.1, p.5-18, jan./jun. 2001.

GÓMEZ, Maria Nélida Gonzalez de. O caráter seletivo das ações de informação. **INFORMARE**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 1-97, jul./dez. 1999.

GÓMEZ, Maria Nélida. **A configuração temática da Ciência da Informação no currículo dos cursos no IBICT**: estudo de caso. 1982. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

GUMES, Licia Margarida M. **Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação**. Salvador: [s.n.], 1970. 9 p. (Memória Técnica do IBICT; MT/394). Trabalho publicado em Documenta 70, Salvador, 1 (1):37-45, jan./jun. 1970.

HARTER, S. P., *et. al.*, Information science and scientists: JASIS, 1972-1990 [analysis of articles for funding status, subject, citations and author affiliation]. **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, v. 43, n. 9, p. 583-593, Oct. 1992.

HAYES, Robert M. The history of library and information science: a commentary. **Journal of Library History**, Tallahassee, Fla, v. 20, n. 2, p. 173-178, Spring 1985.

HENDERSON, M. M. Beginnings of information science, 1937-48. **Bulletin of the American Society for Information Science**, Washington, v. 14, n. ?, p. 10-11, Jun. /Jul. 1988.

Histórico [do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação]. [Rio de Janeiro: s.n.], [19--]. (Memória Técnica do IBICT ; MT/0406).

HISTORY of information science. **Information Processing and Management**. V. 32, n.1, p. 1-88, Jan. 96.

HUGHES, June Phillips. **The Brazilian Institute of Bibliography and Documentation (Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação)**: its history, organization and functions. New York: Western Reserve University, 1959.

IAROZINSKI, Maristela Heidemann. **Contribuições da Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas para Educação Tecnológica**. 2000. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Tecnologia), Centro Federal de Educação e Tecnologia do Paraná, Curitiba, 2000.

INGWERSEN, P. Information and information science in context [emergence, search for identity and establishment as discipline; excerpt from his Information retrieval interaction. Taylor Graham 1992]. **Libri**, Trujillo, v. 42, p. 99-135, Apr.-June 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO - IBICT. **Anteprojeto**: regimento do Instituto Brasileiro de Documentação Científica. Rio de Janeiro: IBBD, 1966.

INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO - IBICT. **Atividades do IBBD/IBICT como membro da FID de 1955 a 1993**: cronologia. [Brasília: IBICT], [19--].

INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO - IBICT. Conselho Diretor. **Atas**. [Rio de Janeiro]: IBBD, 1954.

INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO - IBICT. **Plano de trabalho para 1963**. Rio de Janeiro: IBBD, 1963.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT. **Projeto de apoio a pós-graduação em ciência da informação e biblioteconomia**. Brasília: IBICT, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT. **Relatório sobre a Memória Técnica (MT) do IBBD/IBICT incluída na Base de Dados ACERVO**. [Brasília]: [IBICT], [1986?]. 7 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT. **Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação**: regulamento. [Rio de Janeiro: IBICT, 1968]. 4 f.

JANSSENS, Frizo; LETA, Jacqueline; GLANZEI, Wolfgang; DE MOOR, Bart. Towards mapping library and information science. **Information Processing and Management**, Elmsford, v. 42, n. 6, p. 1614-1642, Dec. 2006.

KAPOOR, S. K. *et. al.*, Bibliométric studies: application of quantitative method to study the published literature: current information: needs and resources; papers presented at the. In: IASLIC CONFERENCE HELD AT BANGALORE, 15th. 1985, Bangalore. Indian Assn. of Special Libs. & Information Centres, 1985.

KENT, A. Historical note: perspectives [of events in my professional career]. **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, v. 38, p. 147-51, May 1987.

KHAWAM, Y. J. L'apport de la bibliométrie aux recherches interdisciplinaires: le cas de l'intelligence artificielle. **Documentaliste: sciences de l'information**, Paris, v. 29, p. 129-135, May/June 1992.

KHURSHID, A. *et. al.* Bibliométric, scientometric and informetric distributions and laws: a selected bibliography. **International Forum on Information and Documentation**, The Hague, v. 16, p. 18-29, Apr. 1991.

KIM, M. T. Publication productivity of part-time faculty at schools of library and information science [based on an analysis of LISA, Library literature and ERIC]. **Journal of Education for Library and Information Science**, Washington, v. 33, p. 159-163, Spring 1992.

KRAFT, D. H. Happy anniversary to the American Society for Information Science (ASIS) [special issue]. **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, v. 38, p. 319-86, Sept. 1987.

LAFORTUNE, N; Viens, V. L'évolution du discours des bibliothécaires sur la lecture publique dans le Bulletin de l'ACBLF entre 1955 et 1972. The evolution of the position of librarians on libraries and reading as recorded in the Bulletin de l'ACBLF between 1955 and 1972. **Documentation et Bibliothèques**, Montreal, v. 44, n. 4, p. 167-74. Oct. / Dec. 1998.

LAGE, Nilson Lemos. Um sonho de meio século. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 5-6, set./ dez. 2003.

LANCASTER, Qin Jian. F. W. A Bibliométric Analysis [Part of a special issue on The evaluation and transformation of information systems: Essays honoring the legacy of F. W. Lancaster]. **Library Trends**, Champaign, v. 56 n. 4, p. 954-67, Spring 2008.

LAWANI, S.M. Bibliométrics; its theoretical foundation, methods and applications. **Libri**, Trujillo, v. 31, n. 4, p. 294-315, mês 1981.

LE COADIC, Y. F. Histoire des sciences et histoire de la science de l'information. **Documentaliste: sciences de l'information**, Paris, v. 30, n. 4-5, p. 205-209, July / Oct. 1993.

LEE, L T-C; CHUANG, T-M. A study of the reformation of library and information science curriculum. [In Chinese]. **Journal of Information, Communication, and Library Science**, s. l.; v. 4, n. 1, p. 17-25, Fall 1997.

LEGAL, Igor Campos; BAX, Marcello Peixoto. Aplicação de uma ferramenta de análise bibliométrica na biblioteca digital de teses ed dissertações do PPGCI-UFMG. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMACAO, 6., 2005, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

MACEDO, Neusa Dias de. A situação da pesquisa em biblioteconomia e ciência da

informação no Brasil. **Cadernos de Biblioteconomia**, Recife: UFPE, n. 10, p. 37-52, dez. 1988.

LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. Planejamento e coordenação da informação científica e tecnológica no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 107-115, jul./dez. 1986.

LEWISON, G. The work of the Bibliometrics Research Group (City University) and associates [Special issue]. **Aslib Proceedings**, London, v. 57, n. 3, p. 197-290, 2005.

Library and information science: historical perspectives [special issue; papers from a program at the 1984 ALA conference]. **The Journal of Library History, Philosophy & Comparative Librarianship**, Tallahassee, v. 20, p. 120-78, Spring 1985.

LICEA de Arenas, J; VALLES, I; AREVALO, G; CERVANTES, C. Una vision bibliométrica de la investigación en bibliotecología y ciencias de la información de América Latina y el Caribe. A bibliometric look at the Latin American and Caribbean library and information science research. **Revista Española de Documentación Científica**, Madrid, v. 23, n. 1, p. 45-53, Jan. / Mar. 2000.

LIMA, Márcia H. T. de Figueiredo. Um mundo de discursos raros e memórias frágeis: uma leitura sobre (de)/(in) formações profissionais inspirada em Foucault, Colombo e Pecheux. **INFORMARE: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 47-56, jul./dez. 1999.

LIU, Jingjing. A Bibliometric Study: Author Productivity and Co-authorship Features of "JASIST" 2001-2002. **Mississippi Libraries**, local, v. 67, n. 4, p. 110-112, Winter 2003.

LIU, Ziming. The evolution of documents and its impacts. **Journal of Documentation**, London, v. 60, n. 3, p. 279-288, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso. 3. ed. Campinas: Pontes: Unicamp, 1997.

MAKINEN, Ilkka. New Institutional Economics and Information History - Is There a Point of Contact? **Library History**, London, v. 24, n. 2, p. 117-127, June 2008.

MANSELL, Robin; WEHN, Uta. **Knowledge Societies: Information Technologies for Sustainable Development**. Oxford: Oxford University, 1998.

MARINHO, Iracema. **A comunicação científica e o modelo de comunicação organizacional: análise quantitativa de produtividade dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação por meio do Currículo Lattes**. 2007, 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade, e Ciência da Informação, e Documentação – FACE, Universidade de Brasília, 2007.

MARTINS, Eduardo Vieira. O contexto político e o discurso da ciência da informação no Brasil: uma análise do IBCT. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 91-100, jan. / abr. 2004.

MASUDA, Yoneji. Computopia. In: FORESTER, TON. (Ed). **The Information Technology Revolution**. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

MCCRANK, L J. History, archives, and information science. **Annual Review of Information Science and Technology**, White Plains, v. 30, p.281-382. 1995.

MELLO, Romario A. **Pesquisas...Para que? / Researches...What for?**. **Transinformação**, Campinas: PUECAMP, v. 1, n. 1, p. 25-28, jan./ abr. 1989.

MIRANDA, Antonio Lisboa Carvalho de. A Pós-Graduação em Ciência da Informação / The postgraduate study on Information Science a personal approach. **Ciência da Informação**, Brasília: IBICT, v. 19, n. 2, p. 109-110, jul./ dez. 1990.

MIRANDA, Antonio Lisboa Carvalho de. A realidade da pós-graduação no Brasil. **Cadernos de Biblioteconomia**, Recife: UFPE, v. 10, n. p. 17-36, dez. 1988.

MIRANDA, Antonio, BARRETO, Aldo de Albuquerque. Avaliação do ciclo de nivelamento do curso de pós-graduação em Ciência da Informação: experiência do DEP/IBICT. *Revista de Ci. Inf.*

MIRANDA, Marcos Luiz Calvacanti de. A organização do conhecimento e seus paradigmas científicos: algumas questões epistemológicas. **INFORMARE: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 64-77, jul./dez. 1999.

MONTE-MOR, Jannice de Mello. **Memória para a história da criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD)**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1986. 6f.

MONTE-MOR, Jannice de Mello; GONÇALVES, Jerusa Borges; WANDERLEY, Manoel Adolpho. **Pilot projet - IBBB Library Automation**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1970.

MORAES, Alice Ferry de. Os pioneiros da ciência da informação nos EUA. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p.101-124, 2002.

MOSTAFA, Solange Puntel. A pós-graduação busca o fogo do conhecimento / The post-graduation seeks the fire of knowledge. **Transinformação**, Campinas: PUECAMP, v.1, n.1, p.13-23, jan./abr. 1989.

MOSTAFA, Solange Puntel. Ciência da Informação: uma ciência, uma revista. **Ciência da Informação**, Brasília, v.25, n.3, p.305-307, maio/ago.1996.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Periódicos estrangeiros prioritários para o ensino e a pesquisa da ecologia no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 32-39, jan./abr. 1992.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; PECEGUEIRO, Cláudia Maria Pinho de Abreu. O periódico *Ciência da Informação* na década de 90: um retrato da área refletido em seus artigos. **Ciência da Informação**, Brasília, v.30, n.2, p.47-63, maio/ago. 2001

MUGNAINE, Rogério, JANNUZZI, Paulo de Martinho e QUONIAM, Luc. Indicadores bibliométricos da produção científica brasileira: uma análise a partir da base Pascal. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p.123-131, maio/ago. 2004.

O IBBD em 1956. Rio de Janeiro: IBBD, 1957. 4 p. (Memória Técnica do IBICT ; MT/0388). Trabalho publicado em IBBD Boletim Informativo, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1-2, p. 1-7, jan./abr.1957.

O INSTITUTO Brasileiro de Bibliografia e Documentação e a informação científica no Brasil. Rio de Janeiro: IBBD, 1957. 5 p. (Memória Técnica do IBICT; MT/0389). Trabalho publicado em IBBD Boletim Informativo, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5-6, p. 253-260, set./ dez. 1957.

ODDONE, Nanci E. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil. **Ciência da informação**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2006.

ODDONE, Nanci Elizabeth. **Ciência da informação em perspectiva histórica**: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da documentação (Brasil, 1930-1970). 2004. 161 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

OLIVEIRA, Mara Janaína de. **Institucionalização da pesquisa científica**: estudo do repertório metodológico das dissertações defendidas em dois Cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil. 2008. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2008.

OLIVEIRA, Regina Maria Soares de. **Pós-graduação**: levantamento bibliográfico. Brasília: CAPES, 1978.

OLORUNSOLA, R., *et al.* Bibliographic analysis of articles: a study of African journal of library, archives and information science, 1991-1997. **African Journal of Library, Archives & Information Science**, local, v. 8 n. 2, p. 151-154, Oct. 1998.

OROM, A. Information science, historical changes and social aspects: a Nordic outlook. **Journal of Documentation**, Bingley, v. 56 n. 1, p. 12-26, Jan. 2000.

PAIM, Isis. A ciência da informação na UFMG: a trajetória do programa de pós-graduação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. esp., p. 11-15, jan./jun. 2000.

PAIM, Isis. O curso de pós-graduação em biblioteconomia da UFMG / The master course in Librarianship of the UFMG analysis and perspectives. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 146-153, mar. 1985.

PAIVA, Denise Werneck de. Unidade de Informação referencial do IBCT: base de dados referencias. In: ENCONTRO NACIONAL DE BIBLIOTECONOMIA E INFORMÁTICA, 2., 1986, Brasília. **Anais...** Brasília: ABDF/IBICT, 1986. p.111-119.

PARAMESWARAN, M; SMITHA, K G. Bibliométric analysis of LISA. **Annals of Library and Information Studies**, local, v. 48, n. 4, p.149-56, Dec. 2001.

PATRA, S. K. *et al.* Bibliométric Study of Literature on Bibliométrics. **DESIDOC Bulletin of Information Technology**, v. 26, n. 1, p. 27-32, Jan. 2006.

PAWLEY, Christine. History in the library and information science curriculum: outline of a debate. **Libraries & culture**, Austin, v. 40, n. 3, p.223-238. Summer 2005.

PERITZ, Bluma C. The methods of library science research: some results from a bibliométric survey. **Library Research**, Norwood; v. 2, n. 3, p. 251-268, Fall 1980.

PFETSCH, Frank R. **Pilot-project in statistics on science and technology in Brazil**. Rio de Janeiro: IBBD, 1973.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Cenário da pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil, influências e tendências. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA/PPGCI; Ancib, 2007.

PINHEIRO, Lena Vânia. Ciência da Informação: páginas de uma revista em 25 anos. **Ciência da Informação**, Brasília, v.25, n.3, p.290-291, set. / dez. 1996.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; BRASCHER, Marisa; BURNIER, Sonia. Ciência da Informação: 32 anos (1972-2004) no caminho da história e horizontes de um periódico científico brasileiro. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 3, p.23-75, maio/ago. 2005.

PINTO, Adilson Luiz; BARQUIN, Beatriz-Ainhize Rodrigues; GONZALEZ, Jose Antônio Moreiro. Analisis de citacion de la revista Ciencia da Informação del IBCT. **Ciência da Informação**, Brasília, v.35, n.3, p.153-165, set./dez. 2006.

POBLACION, D. A., *et al.* Produção das literaturas "branca" e "cinzenta" pelos docentes/doutores dos programas de pós-graduação em ciência da informação no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 98-106, maio. / ago. 2002.

POBLACION, Dinah Aguiar. **Pesquisa e pós-graduação em ciência da informação e biblioteconomia no Brasil**: duas fases (1970/85 - 1986/92). São Paulo: ECA/USP, 1992.

POPPER, Karl. **A lógica da teoria científica**. São Paulo: Cultrix, 1996.

QUINE, W.V.O. A. Epistemologia Naturalizada. In: CARRILHO, Manoel Maria. **Epistemologia: posições e críticas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p. 287-298.

RAMIREZ, M. L. **A Comparative Study of Bibliométric Characteristics of Competitive Intelligence Scholarly Material in Business and Library Science Databases**. [S.l]: [S.n], 2005.

RAYWARD, W B. The history and historiography of information science: some reflections. **Information Processing and Management**, Elmsford, v. 32, n. 1, p.3-17, Jan.1996.

RAYWARD, W. B. Pioneers in Library and Information Science [Special issue]. **Library Trends**, Champaign, v. 52, n. 4, p. 671-987, Spring 2004.

RAYWARD, W. B. The Historical Development of Information Infrastructures and the Dissemination of Knowledge: A Personal Reflection. **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, Silver Spring, v. 31, n. 4, p. 19-22, Apr. /May 2005

REIS, Alcenir Soares dos. **A história da pós-graduação em biblioteconomia no Brasil: a interação texto/contexto**. 1990. 208 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia)-Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990.

RODRIGUES, Maria da Paz Lins; FIGUEIREDO, Laura Maia de. **Estudo das citações constantes das dissertações de mestrado em ciência da informação do IBICT/UFRJ**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1981.

ROJAS, Miguel Angel Rendon. Cuestiones Epistemológicas de la ciencia bibliotecologica y de la informacion. **INFORMARE: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 31-37, jul./ dez. 1999.

RUSSO, Laura Garcia Moreno. **A morte do IBBD. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 9, n. 1/3, p. 82-84, jan./mar. 1977.

SÁLVIO, Sílvia Celeste. **Gênese e evolução do mestrado em Ciência da Informação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas**. 2007. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. **O IBBD e a informação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: IBBD, 1988. (Memória Técnica do IBICT ; MT/372). Artigo publicado na revista Forum Educ. v. 12, n. 2, p. 31-41, abr. / jun. 1988. . Biblioteca do IBICT

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. **O IBBB e os serviços que se propõe a prestar.** Rio de Janeiro: IBBB, 1958.

SANTILLAN-RIVERO, Emma; VALLES-VALENZUELA, Javier. The contribution of anales de documentacion to information science:abibliométric panorama. **Anales de Documentacion**, Murcia,v. 8, p. 237-246, 2005.

SANTOS, Joéffisson Saldanha dos. **Atuação profissional e participação no desenvolvimento do campo científico em Ciência da Informação:** estudo dos egressos do Programa de pós-graduação em Ciência da Informação na UFMG, 1992-2005. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) –Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SCOTT, Carolina de Souza Paes.**A epistemologia da ciência da informação e sua influência nas linhas de pesquisas do programa de pós-graduação em ciência da informação.** 2007. 42 f. –Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; KOBASHI, Nair Yumiko. **Análise de dissertações e teses de ciência da informação:** estudo de institucionalização de um campo científico. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMACAO, 8., 2007, Salvador. **Anais...**Salvador: UFBA, 2007. p. 1-12

SARACEVIC, T. Information science: origin, evolution and relations.In: PROCEEDINGS OF THE INTERNATIONAL CONFERENCE HELD FOR THE CELEBRATION OF TWENTIETH ANNIVERSARY OF THE DEPARTMENT OF INFORMATION STUDIES, HELD AT UNIVERSITY OF TAMPERE, 1991, Finland,

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.41-62, jan./jun. 996.

SARACEVIC, Tefko. **Evaluation and potential use of the data bank at the Brazilian Institute for Bibliografy and Documentation (IBBD) - 16 december 1973-13 february 1974.** Paris: Unesco, 1974.

SHERA, Jesse H; CLEVELAND, Donald B. History and foundations of informationscience.In: WLIAMS, M. E. **Annual Review of Information Science and Technology.**New York: Knowledge Industry Publications for American Society for Information Science, 1977, p. 249-275. v. 12.

SIDDIQUI, M. A.A bibliométric study of authorship characteristics in four international information science journals. In:INTERNACIONAL FÓRUM ON INFORMATION AND DOCUMENTATION,v. 22, n. 3,p. 3-23, 1997.

SILVA, Fabio Mascarenhas e. Análise de revista Ciência da Informação disponibilizada na Scielo a partir do seu vocabulário controlado.**Transinformação**, Campinas, v.14, n.2 , p.133-138, jul./dez 2002.

SILVA, Gilda Olinto do Valle. Mestre em ciência da informação: 25 anos do curso IBICT/UFRJ. **Ciência da Informação**, Brasília, v.24, n.1, p.143-147, jan./abr. 1995.

SILVA, Gilda Olinto do Valle. O impacto dos cursos do IBICT sobre a atividade profissional dos egressos. **Ciência da Informação**, Brasília: IBICT, v. 11, n. 2, p. 3-12, 1982.

SILVA, Luiz Antônio Gonçalves **A institucionalização das atividades de informação científica e tecnológica no Brasil: o caso do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD)**. 226f. 1987. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Departamento de Biblioteconomia, Universidade de Brasília, Brasília, 1987.

SOUZA, E. D. *et. al.* A análise documentária no grupo Tema: dos indícios as evidências da formação de unidades discursivas. **Ciência da Informação**, v. 36, n. 2, p. 74-84, maio / ago. 2007.

SOUZA, Eliane Ferreira. **O discurso da CAPES para avaliação dos Programas de Pós Graduação: Da (dês)fragmentação à comunicação em rede**. 306 f. 2008. Tese (Doutorado em lingüística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SOUZA, Rosali Fernandez de. A esperança no futuro / The hope for the future. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 10-12, jan./ abr. 1995.

STEIG, M F. The dangers of ahistoricism. **Journal of Education for Library and Information Science**, State College, v. 34, n. 4, p.275-278, Fall 1993.

STEVENS, N. D. The history of information. In: **Advances in librarianship**, v. 14. New York: Academic Press, 1986. v. 14. p.??

TARAPANOFF, Kira. O impacto do novo currículo mínimo de Biblioteconomia sobre a pós-graduação: o mestrado em Biblioteconomia e Documentação da Universidade de Brasília. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 285-297, jul./ dez. 1983.

TSAY Ming-yueh. Literature Growth, Journal Characteristics, and Author Productivity in Subject Indexing, 1977 to 2000. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 55, n. 1, p. 64-73, Jan. 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **A pós-graduação em ciência da informação**. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ-ECO, 1987.

VAKKRI, Pertti; CRONIN, Blaise (Ed.). **Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives**. London: Taylor Graham, 1992, p.5-27.

VALIO, Else Benetti Marques. **Ciência da informação na pós-graduação / Information science postgraduate program facing the challengers. Transinformação**, Campinas, v. 5, n. 1/2/3, p. 23-28, jan./ dez. 1993.

VALIO, Else Benetti Marques. Pós-graduação da PUCCamp: abordagens de pesquisas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMACAO E BIBLIOTECONOMIA, 1., 1994, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANCIB, 1994. p.49-50.

VÁLIO, Else Benetti Marques; OLIVEIRA, Vanda de Fátima Fulgêncio de. Terminologia da Ciência da Informação: abordagem da análise do discurso. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 114-133, jul./dez. 2003.

VAN DAMME, Julia. A formação de recursos humanos para a informação a nível de pós-graduação. In: CONGRESSO REGIONAL SOBRE DOCUMENTAÇÃO DA FID/CLA, 5., 1980, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FID/CLA.

VANTI, N. A. P. Da Bibliometria a Webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-62, Maio / ago. 2002.

VIEIRA, Anna da Soledade. Na janela do tempo com o IBBD e Drummond: passagens, transformações e novos desafios em educação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.24, n.1, p.26-30, jan./abr. 1995.

VIEIRA, Anna da Soledade; LIMA, Etelvina. A pós-graduação em biblioteconomia e a formação de uma liderança nacional. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 125-135, set. 1977.

VIEIRA, Antônio Euclides da Rocha. Sistema integrado do IBICT para registro e recuperação de informações bibliográficas e de autoridade. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 1., 1978, Niterói. **Anais...** Niterói: UFF/Centro de Documentação, 1978. p. 99-108.

WELLER, Toni. Information history: its importance, relevance and future. **Aslib Proceedings**, London, v. 59, n. 4-5, p. 437-448, Apr. 2007.

WERTHEIMER, Andrew B. Quantifying the "Goodness" of library history research: a bibliométric study of the Journal of Library History/Libraries and Culture. **Libraries & Culture**, Austin, v. 40, n. 3, p. 267-284, Summer 2005.

WERTHEIN, Jorge. A Sociedade da Informação e seus desafios. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.

WORMEL, I. Adding values to the retrieved information[at the Centre for Informetric Studies, Royal School of Library and Information Science]. **FID Review**, The Hague, v. 1, n. 4-5 p. 83-90, mês 1999.

WORMELL, I. Research promoting the advanced use of electronic information sources: bibliométric analysis of literature on the welfare state [carried out by the Centre for Informetric Studies in Copenhagen]. **Online Information Review**, Bradford, v. 24, n. 3, p. 257, 2000.

WRIGHT, H. C. **Jesse Shera, librarianship, and information science**. Provo: Brigham Young University School of Library and Information Sciences. Brigham, 1988.

ZAHER, Celia Ribeiro. A experiência do IBBD na preparação de cientistas da informação. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO SOBRE PREPARAÇÃO DE CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO, 1., 1972, México). **Trabalhos apresentados**. Rio de Janeiro: IBBD, 1972.

ZAHER, Célia Ribeiro. IBICT: Perfil de seus Primórdios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 3, maio/ago. 2005.

ZAHER, Célia Ribeiro. **O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e a automação de seus serviços**. [S.l]: [S.n], [19--?].

APÊNDICE 23: REFERÊNCIAS DE TEXTOS QUE TANGENCIAM AO TEMA DA TESE COM RESUMOS E/OU RESENHAS

Frohmann, Bernd. "The Power of Images: A Discourse Analysis of the Cognitive Viewpoint." *Journal of Documentation* 48.4 (1992): 365-386 .FROHMANN, Bernd. "O Poder das Imagens: Uma Análise do Discurso of Cognitive ponto de vista. *Jornal de Documentação* 48,4 (1992): 365-386.

Frohmann introduces Discourse Analysis as applied to the field of Library Science and analyzes the current debate between proponents of various research methods. FROHMANN apresenta a Análise do Discurso, aplicada ao campo da Biblioteconomia e analisa o debate atual entre os defensores dos métodos de investigação. In so doing, he deconstructs the claims and arguments made by each and provides his own interpretation of the "yearning for natural-scientific theory" in our field. Ao fazê-lo, ele desconstrói as reivindicações e argumentos apresentados por cada um e oferece a sua própria interpretação do "desejo de-científica da teoria natural" em nosso campo. He perceives this yearning as dominating the discourse of research in Library Science and expands his critique to the dominance the modern capitalist discourse in our society. Ele percebe este anseio como dominante o discurso da pesquisa em Biblioteconomia e expande sua crítica à dominância do discurso da modernidade capitalista em nossa sociedade. In this sense, Frohmann uses Michel Foucault's theory and combines its method with a social critique reminiscent of Fredric Jameson. Nesse sentido, FROHMANN usa teoria de Michel Foucault e combina o método com uma reminiscência crítica social de Fredric Jameson.

Frohmann, Bernd. "Discourse Analysis as a Research Method in Library and Information Science." *Library and Information Science Research* 16 (1994): 119-138. Bernd. FROHMANN "Análise do Discurso como método de pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteca." *Biblioteconomia e Ciência da Informação Pesquisa* 16 (1994): 119-138.

Frohmann applies the kind of discourse analysis practiced by Michel Foucault to the field of Library and Information Science. This is both an introduction to Discourse Analysis and an explanation why the theories of Michel Foucault are relevant to our field, as well as an example of the practical application of Discourse Analysis. FROHMANN aplica-se o tipo de análise do discurso praticado por Michel Foucault para o campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Isto é tanto uma introdução à Análise do Discurso e uma explicação sobre por que as teorias de Michel Foucault são relevantes para nossa área, bem como um exemplo da aplicação prática da Análise do Discurso.

Poster, Mark: *O modo de informação pós-estruturalismo e do contexto social*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

This is one of the few resources that combines poststructuralist theories, social context, and Information Science. Este é um dos poucos recursos que combina as teorias pós-estruturalistas, o contexto social, e Ciência da Informação. The monograph contains five chapters: the first on the concept of the Postindustrial Society and analyzes the theories of Daniel Bell; the second chapter applies the thought of Baudrillard to TV ads and describes the language of economy; chapter three is entitled Foucault and Databases; chapter four on Derrida and electronic writing; and chapter five on Lyotard and Computer Science. A monografia contém cinco capítulos: o primeiro sobre o conceito de sociedade pós-industrial e analisa as teorias de Daniel Bell, o segundo capítulo aplica-se o de Baudrillard apesar dos anúncios de TV e descreve a linguagem da economia, o capítulo três é intitulado Foucault e bancos de dados; capítulo quatro em Derrida e da escrita eletrônica, e no capítulo cinco Lyotard e Ciência da Computação.

Links Úteis

Olson, da esperança. "Versus" quantitativas

Pesquisa Qualitativa a pergunta errada:

[.http://www.ualberta.ca/dept/slis/cais/olson.htm](http://www.ualberta.ca/dept/slis/cais/olson.htm)

Example of critical analysis as applied to the traditional opposition of quantitative versus qualitative research in the field of Library and Information Science. The article is by Dr. Hope Olson from the School in Library and Information Science at the University of Alberta, Canada. Exemplo de análise crítica aplicada à oposição tradicional versus pesquisa quantitativa qualitativa na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. O artigo é do Dr. Olson Esperança da Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Universidade de Alberta, no Canadá.

<http://www.swan.ac.uk/sel/theolink.htm>

The links page of the "Critical Theory" module of the University of Wales Swansea. Excellent starting page to surf the web for resources on Postmodern theories. Links for "The Postmodern", Deconstruction, Feminism, Multiculturalism, etc., and for individual thinkers, such as Foucault, Derrida, Kristeva, Bakhtin, Barthes, Saussure, etc. A página de links da "Teoria Crítica" módulo da University of Wales Swansea. Partida excelente para navegar na página web para recursos nas teorias pós-modernas. Links para "O pós-moderno", Desconstrução, Feminismo, Multiculturalismo, etc, e para os pensadores individuais , como Foucault, Derrida, Kristeva, Bakhtin, Barthes, Saussure, etc

<http://www.swan.ac.uk/sel/theobib.htm>

Selected General Bibliography by the School of European Languages, Core Module "Critical Theories" 29-30 November 1997 at the University of Wales Swansea. Bibliografia Seleccionada Geral pela Escola de Línguas Europeias, Módulo Core "teorias críticas" 29-30 novembro 1997 na Universidade de Swansea, País de Gales. This page provides a bibliography of reference and general/introductory resources in Discourse Analysis and Critical Theories. Esta página fornece uma bibliografia de referência e em geral, de meios de introdução à Análise do Discurso e Teoria Crítica.

Exemplos de Discourse Analysis

Budd, John and Douglas Raber. "Discourse Analysis: Method and Application in the Study of Information." *Information Processing & Management* 32 (1996): 217-226. John Budd, e Raber Douglas. "Análise do Discurso: e aplicação no estudo da Informação. Method" *Information Processing & Management* 32 (1996): 217-226.

This paper provides an evaluation of Discourse Analysis and its application in the field of Library and Information Science. Starting with the premise that communication lies at the heart of our profession, Budd and Raber conclude that Discourse Analysis is a useful tool that can be applied to LIS literature. Este documento fornece uma avaliação da Análise do Discurso e sua aplicação no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Começando com a premissa de que a comunicação está no cerne da nossa profissão, Budd e Raber concluir que a Análise do Discurso é uma ferramenta útil que pode ser aplicado a literatura LIS. By investigating form and function of the current research and analyzing its use and definition of the term "information," the authors infer key implications for LIS theory and practice. Ao investigar a forma e a função das pesquisas atuais e analisar a sua utilização e definição do termo "informação", os autores inferir implicações importantes para LIS teoria e prática.

Forrester, Michael A., Christopher Ramsden, and David Reason. Forrester, A. Michael, Ramsden Christopher e David Razão. "Conversation and Discourse Analysis in Library and Information Services." *Education for Information* 15.4 (1997): 283-295. "Conversação e Análise do Discurso e em Serviços de Informações da Biblioteca." *Educação para a Informação* 15.4 (1997): 283-295.

Considering that the research interview constitutes the main source of information on library users, the three authors apply Discourse Analysis to the research interview in a reference situation. Considerando que a entrevista de pesquisa constitui a principal fonte de informações sobre usuários da biblioteca, os três autores aplicam a Análise do Discurso para a entrevista de pesquisa em uma situação de referência. The paper discusses the advantages and disadvantages of using discourse analysis when examining users' responses, in

particular in response to costs and benefits of utilizing discourse and conversation analytic methods. O artigo discute as vantagens e desvantagens da utilização de análise de discurso ao analisar "respostas dos usuários, em especial em resposta a custos e benefícios do discurso, utilizando métodos analíticos e conversação.

Frohmann, Bernd. "Communication Technologies and the Politics of Postmodern Information Science." *Canadian Journal of Information and Library Science* 19.2 (1994): 1-22. FROHMANN, Bernd.: "Comunicação e Tecnologias da Informação da política pós-moderna da ciência. *Canadense" Jornal da Informação e Biblioteconomia* 19,2 (1994) 1-22.

Frohmann addresses the "identity and politics of modern communication and information technologies." Considering that they are not "mere hardware", but are having direct consequences for individuals and society. According to Frohmann, they "embody social relations of domination and dependence, especially in their construction of specific forms of human subjectivity." The text is another example of the application of Michel Foucault's theories to the field of Library Science and enables Frohmann to expand his findings to a social criticism.

FROHMANN aborda a "identidade ea política de comunicação modernos e tecnologias da informação." Considerando que eles não são "simples de hardware", mas estão a ter consequências directas para os indivíduos ea sociedade. FROHMANN Segundo, eles "encarnam as relações sociais de dominação e dependência, especialmente na sua construção de formas específicas de subjetividade humana. "O texto é outro exemplo da aplicação de teorias de Michel Foucault para o campo da Biblioteconomia e permite FROHMANN para expandir seus resultados a uma crítica social.

Tuominen, Kimmo. "User-Centered Discourse: An Analysis of the Subject Positions of the User and the Librarian." *The Library Quarterly* 67.4 (1997): 350-371. Tuominen,

Kimmo ". " User-Centered Discurso: Uma Análise do Sujeito as posições do usuário eo bibliotecário. *A Biblioteca trimestral* 67,4 (1997): 350-371.

Through the analysis of the discourse of librarians and the analysis of their interaction with library users, Tuominen critically evaluates the current trend in LIS research to analyze the inner world of the user. Através da análise do discurso dos bibliotecários e da análise de sua interação com os usuários da biblioteca, Tuominen avalia criticamente a actual tendência de LIS investigação para analisar o mundo interior do usuário. In so doing, Tuominen explores the hidden ideas and agendas, as well as institutional implications of this new trend. Ao fazê-lo, Tuominen explora as ideias ocultas e agendas, bem como as implicações institucionais desta nova tendência. By analyzing how the identities of user and librarians are constructed in an often-cited user-centered text, Tuominen concludes that users and librarians are positioned in an unequal power relationship. While the identity of librarians are constructed/positioned as mind-reading experts and as the information search controllers, users are positioned as uncertain layperson, unsure of their needs and information search. Ao analisar como as identidades dos usuários e bibliotecários são construídos em um frequentemente citado texto centrado no usuário, Tuominen conclui que os usuários e bibliotecários são posicionados em uma relação desigual de poder. Embora a identidade dos bibliotecários são construídos / posicionada como a leitura de especialistas, mente e como os controladores de busca de informações, os usuários estão posicionados como leigo incerto, inseguro de suas necessidades e busca de informação. According to the author, the main goal of the paper is to analyze how our profession constructs identities in order to fulfill its own fallacies. Segundo o autor, o objetivo principal do trabalho é analisar como a nossa profissão constrói identidades, a fim de cumprir as suas falácias próprias.

ANEXO 1 - LOCAIS DE INDEXAÇÃO DA REVISTA. CI. INF

- **Em Portal de Periódicos**¹⁴²:

Livre – Portal de Periódicos de Livre Acesso: Instituição: CNEN - País: Brasil
Site: <http://livre.cnen.gov.br/Inicial.asp>
Portal Periódicos: Instituição: CAPES - País: Brasil
Site: <http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>

- **Em Portal de Associações Nacionais:**

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação – ANCIB País: Brasil
Site: <http://www.ancib.org.br/>
Portal da Pesquisa: Instituição: CAPES - País: Brasil
Site: <http://www.portaldapesquisa.com.br/databases/sites>

- **Bases de Dados Nacionais:**

BRAPCI – Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos de Ciência da Informação: Instituição: UFPR - País: Brasil
Site: <http://www.brapci.ufpr.br/?revistas>
PERI: Instituição: UFMG. Escola de Biblioteconomia - País: Brasil
Site: <http://bases.eci.ufmg.br/peri.htm>

- **Base de Dados Internacionais:**

Na América Latina e Caribe:
SciELO: Instituição: BIREME - País: Brasil
Site: <http://www.scielo.br/scielo.php?lng=pt>
Latindex – Sistema Regional de Información em Línea para Revistas Científicas de América Latina el Caribe, España y Portugal - País: México

¹⁴² Fonte: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf>

Site: <http://www.latindex.org/latindex/busquedas1/>

INFOBILA: Información Bibliotecológica Latinoamericana: Instituição: Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas (CUIB) de la Universidad Nacional Autónoma de México - País: México

Site: <http://infocuib.laborales.unam.mx/~ibt/infoweb.html>

Nos Estados Unidos da América

Information Science & Technology Abstracts (ISTA): Instituição: EBSCO Publishing's – País: Estados Unidos

Site: <http://web.ebscohost.com/ehost/search?vid=2&hid=3&sid=2e973dd3-24db-4b74-b008-375f2dc9013e%40sessionmgr8>

Library, Information Science & Technology Abstracts (LISTA): Instituição: EBSCO Publishing's - País: Estados Unidos

Site: <http://web.ebscohost.com/ehost/search?vid=2&hid=15&sid=26ceaa39-480d-4388-aeb2-f03f55f06bb6%40sessionmgr107>

• **Diretórios Internacionais**

Directory of Open Access Journal: Instituição: Lund University Library - País: Suécia

Site: www.doaj.org

Open J. Gate: Instituição: INFORMATICS (Índia) LIMITED - País: Índia

Site: <http://www.openj-gate.com/Search/QuickSearch.aspx>

R020 Bibliotecologia y Ciencias de la Información: Instituição: Independente. Criado por especialistas argentinos País: Argentina

Site: <http://www.r020.com.ar/mapa.php>

• **Catálogos Nacionais**

Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas – CCN: Instituição: Ibict - País: Brasil

Site: <http://www.ibict.br/secao.php?cat=CCN>

- **Bibliotecas Virtuais**

Biblioteca Virtual em Saúde – BVS: Instituição: BIREME - País: Brasil

Site: <http://www.bireme.br/php/index.php>

Biblioteca Virtual USP. SiBNet: Instituição: USP - País: Brasil

Site: <http://www.usp.br/sibi/>

Rede Bibliodata: Instituição: FGV - País: Brasil

Site: <http://www8.fgv.br/bibliodata/>

Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho: Instituição: Senado Federal - País: Brasil

Site: <http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca/default.asp>

Biblioteca Ibict: Instituição: Ibict - País: Brasil

Site: <http://www.ibict.br/secao.php?cat=Biblioteca%20do%20Ibict>

Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas. Biblioteca: Instituição: Universidad Nacional Autónoma de México - País: México

Site: <http://cuib.unam.mx/biblio.htm>

b-on – Biblioteca do Conhecimento Online: Instituição: Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) - País: Portugal

Site: http://www.b-on.pt/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1

- **Repositórios Nacionais**

DiCi - País: Brasil

Site: <http://www.ibict.br/secao.php?cat=Diálogo%20Científico>

ANEXO 2 - POLÍTICAS DE SEÇÃO

Políticas editoriais do Periódico Ci. Inf.

Políticas de Seção **Artigos Originais**

Compreende textos que contenham relatos completos de estudos ou pesquisas concluídas, matérias de caráter opinativo, revisões da literatura e colaborações assemelhadas

Submissões Abertas Indexado Avaliado por Pares

Recensão

Compreende análises críticas de livros, de periódicos recentemente publicados, dissertações e teses.

Submissões Abertas Indexado Avaliado por Pares

Entrevistas

Compreende entrevistas com profissionais de competência reconhecida que contribuem com sua experiência pessoal em alguma área relacionada a Ciência da Informação.

Submissões Abertas Indexado Avaliado por Pares

Comunicações

Submissões Abertas Indexado Avaliado por Pares

Editorial

Submissões Abertas Indexado Avaliado por Pares

Relato de Experiência

Submissões Abertas Indexado Avaliado por Pares

Revisões de Literatura

Submissões Abertas Indexado Avaliado por Pares

Artigo de Revisão

Submissões Abertas Indexado Avaliado por Pares

In Memoriam

Submissões Abertas Indexado Avaliado por Pares

PPonto de Vista

Submissões Abertas Indexado Avaliado por Pares

Programas e Projetos Nacionais e Internacionais

Submissões Abertas Indexado Avaliado por Pares

Acesso Livre à Informação: aspectos socioculturais

Submissões Abertas Indexado Avaliado por Pares

Opinion Paper

Submissões Abertas Indexado Avaliado por Pares

Documentos

Submissões Abertas Indexado Avaliado por Pares

Avaliadores deste número

Submissões Abertas Indexado Avaliado por Pares

ANEXO 3: NORMAS EDITORIAIS DA REVISTA

NORMAS EDITORIAIS¹⁴³

1 – Os originais serão submetidos à aprovação de especialistas reconhecidos nos temas tratados. Os trabalhos serão enviados para avaliação sem a identificação de autoria, pois serão registrados nos metadados do sistema eletrônico SEER.

2 – Os originais serão encaminhados aos avaliadores no menor tempo possível. O processo de seleção de artigos envolve avaliação de especialistas ad hoc e do Comitê Editorial, que deverá selecionar os títulos a serem publicados. No sumário, a sequência de títulos de artigos obedecerá à ordem alfabética de sobrenomes de autores.

3 – Excepcionalmente, serão aceitos trabalhos que já tenham sido publicados em periódicos estrangeiros. Nesse caso, serão sujeitos à mesma avaliação de originais inéditos. O autor deverá apresentar autorização por escrito do editor da revista em que seu texto tenha sido originalmente publicado, acompanhado de cópia do artigo.

4 – Autor(es): Pessoa(s) física(s) responsável(eis) pela criação do conteúdo intelectual ou artístico de um documento. Não confundir com colaboradores.

4.1 – Para artigos com autoria múltipla, é necessário informar a ordem de apresentação dos autores e declaração de cada um autorizando a publicação.

5 – Os originais serão publicados em língua portuguesa, ou em língua espanhola, ou em língua inglesa.

6 – A revista se reserva o direito de efetuar nos originais alterações de ordem normativa, ortográfica e gramatical, com vistas a manter o padrão culto da língua, respeitando, porém, o estilo dos autores. As provas finais não serão enviadas aos autores.

7 – Os trabalhos publicados passam a ser propriedade da revista Ciência da Informação, ficando sua reimpressão total ou parcial sujeita à autorização expressa da direção do IBICT. Deve ser consignada a fonte de publicação original. Os originais não serão devolvidos aos autores.

8 – Cada autor receberá dois exemplares da revista.

9 – As opiniões emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.

10 – A revista classificará as colaborações de acordo com as seguintes seções:

10.1 - Artigos: a seção engloba textos que contenham relatos completos de estudos ou pesquisas concluídas, matérias de caráter opinativo, revisões da literatura e colaborações assemelhadas.

10.2 - Relatos de experiências: compreende comunicações e descrições de atividades realizadas por sistemas, serviços ou unidades de informação.

10.3 - Recensões: compreende análises críticas de livros, de periódicos recentemente publicados, de dissertações e de teses.

10.4 - Entrevistas: compreende entrevistas com profissionais de competência reconhecida que contribuem com sua experiência pessoal em alguma área relacionada com a ciência da informação.

¹⁴³ Fonte: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/about/editorialPolicies#peerReviewProcess>

10.5 - Cartas do leitor: compreende a divulgação de cartas que chegam à redação da revista e sejam do interesse de todos os leitores da publicação. Apresentação dos trabalhos Formatos: todas as colaborações devem ser enviadas por meio do Sistema Eletrônico de Editoração de Revista (SEER), endereço: www.ibict.br/cienciadainformacao/submissions.php O texto deve estar gravado em extensão RTF (Rich Text Format) ou em formato Microsoft Word, desde que não ultrapasse 2MB. Os metadados deverão ser preenchidos com o título do trabalho, nome(s) do(s) autor(es), último grau acadêmico, instituição em que trabalha (m), endereço postal, telefone, fax e e-mail.

Tamanho: a extensão máxima do material enviado será a seguinte: artigos, 20 laudas; resenhas, 5 laudas; relatos de experiências, 10 laudas. Uma lauda é uma página com 1.400 caracteres. Título do trabalho: o título deve ser breve e suficientemente específico e descritivo, acompanhado de sua tradução para o inglês.

Resumo: deve ser elaborado um resumo informativo com cerca de 200 palavras, incluindo objetivo, método, resultado, conclusão, acompanhado de sua tradução para o inglês.

Abstract: deverá conter cerca de 200 palavras.

Agradecimentos: agradecimentos a auxílios recebidos para a elaboração do trabalho deverão ser mencionados no final do artigo.

Notas: notas contidas no artigo devem ser indicadas com um asterisco imediatamente depois da frase a que dizem respeito. As notas deverão vir no rodapé da página correspondente. Também poderão ser adotados números para as notas junto com asteriscos em uma mesma página, e nesse caso as notas com asteriscos antecedem as notas com número, não importando a ordem dessas notas no texto.

Apêndices: apêndices podem ser empregados no caso de listagens extensivas, estatísticas e outros elementos de suporte.

Figuras e tabelas: fotografias nítidas, gráficos e tabelas em preto e branco (estritamente indispensáveis à clareza do texto) serão aceitos, e deverão ser assinalados, no texto, pelo seu número de ordem, os locais onde devem ser intercalados. Se as ilustrações enviadas já tiverem sido publicadas, mencionar a fonte.

Referências: NBR 6023/2002. A exatidão e adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto são da responsabilidade do autor. Informação oriunda de comunicação pessoal, trabalhos em andamento e os não publicados não devem ser incluídos na lista de referências, mas indicados em nota de rodapé da página onde forem citados.

IMAGEM: é imprescindível que esteja com **400 DPIs** (dots per inch = pontos por polegada) óticos, o que possibilitará melhor resolução na impressão gráfica.

Recomendações: recomenda-se que se observem as normas da ABNT referentes à apresentação de artigos em publicações periódicas – impressa (NBR 6022/2003), elaboração de referências (NBR 6023/2002), apresentação de citações em documentos (NBR 10.520/2002), norma para datar (NBR 5892), numeração progressiva das seções de um documento (6024/2003) e resumos (NBR 6028/2003), bem como a norma de apresentação tabular do IBGE.

Endereço para envio de trabalhos:

<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/submissions.php>

ANEXO 4: HISTÓRICO DA ESTRUTURA CURRICULAR PPGCI – IBICT

HISTÓRICO DA ESTRUTURA CURRICULAR PPGCI-IBICT 2000-2009
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - PPGCI-
UFRJ/ECO: IBICT-
ESTRUTURA CURRICULAR:
ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO, LINHAS DE PESQUISA.

(2000)

PROPOSTA DO PROGRAMA

O programa tem como objetivo desenvolver estudos da informação em suas plurais dimensões, cognitiva, comunicacional, estética e expressiva, ética e prática, social, política e jurídica, visando a:

- a) manter atualizada a Pesquisa Brasileira na área, em suas temáticas e abordagens;
- b) formar pesquisadores e profissionais de alto nível; e
- c) desenvolver um conhecimento crítico e instrumental visando à otimizar as direções e escolhas informacionais da Sociedade Brasileira - seus projetos, condições e alternativas, no quadro das mudanças econômicas, sociais, educacionais e culturais que respondem aos rumos atuais da Economia Internacional, à Globalização e as Novas Tecnologias de Informação.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO 1:

CONHECIMENTO, PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Propõe-se o estudo das ações de informação por meio das quais os indivíduos, os grupos e as instituições - através de processos seletivos que regulam a geração, tratamento, preservação, disseminação e uso da informação - iniciam, desempenham, organizam, controlam e promovem a comunicação das informações socialmente significativas e sua transformação em memória, conhecimento e meta-conhecimento, decisão e ação.

Linha de Pesquisa 1.1: Teoria, Epistemologia, Interdisciplinaridade.

Estudos orientados à reconstrução crítica das estratégias e premissas epistemológicas constituídas no campo da Ciência da Informação e sua interdisciplinaridade, assim como ao desenvolvimento de conceitos, metodologias, modelos e teorias dos fenômenos, processos e construtos de informação.

Linha de Pesquisa 1. 2: Processamento e Tecnologia de Informação

Estudo das diferentes formas de mediação dos processos comunicacionais, cognitivos e sociais nas quais a informação seja o objeto e fim de uma ação de intervenção e transformação. Ênfases na organização do conhecimento e na representação da informação, no contexto das novas tecnologias de informação e comunicação

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO 2**POLÍTICA E GESTÃO DO CONHECIMENTO E DA INFORMAÇÃO**

Orienta-se à reconstrução e análise das configurações sociais e políticas da informação no mundo contemporâneo, no quadro das possibilidades e alternativas sociais, econômicas e tecnológicas com que defrontassem os principais atores da Sociedade Brasileira, nos atuais horizontes das Sociedades orientadas ao Conhecimento.

Linha de Pesquisa 2.1: Configurações Sociais e Políticas da Informação

Estudos da informação no quadro das mudanças econômicas, sociais, educacionais e culturais da sociedade contemporânea, procurando compor o estudo estrutural dos seus ciclos e de seus fluxos em redes sociais, comunicacionais e tecnológicas, visando a dupla construção social e cultural da informação na Sociedade Brasileira : como recurso nos processos distributivos, de cooperação e de conflito, e como expressão de memória e identidade nos processos de construção das subjetividades

sociais e culturais.

Linha de Pesquisa 2.2: Gestão da Informação

Abordagem de teorias e modelos de gestão de recursos de informação em diferentes contextos organizacionais. O estudo crítico e comparativo dos arcabouços jurídicos da informação nos contextos locais e globais. E, ao desenvolvimento crítico e instrumental de modelos de utilização das estruturas de informação como meio de reconhecimento, diagnóstico e monitoração de atividades de conhecimento, econômicas e produtivas, e outras atividades socialmente significativas (como saúde e meio ambiente).

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - PPGCI-
UFF: IBICT**

**ESTRUTURA CURRICULAR
ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO, LINHAS DE PESQUISA.**

(2003)

Área de concentração

O conhecimento da informação e a informação para o conhecimento

Estudar a informação, sua estrutura, fluxos e instrumentos de organização e controle. As suas condições teóricas, conceituais, operacionais e técnicas. As suas aplicações e os atos de informação nos diferentes contextos. Seus elos com outros campos e sua relação com a geração do conhecimento.

Linha de Pesquisa 1

Teoria, epistemologia, interdisciplinaridade e ciência da informação

Estudos orientados à reconstrução crítica das estratégias e premissas epistemológicas constituídas no campo da Ciência da Informação e sua interdisciplinaridade, assim como ao desenvolvimento de conceitos, metodologias, modelos e teorias dos fenômenos, processos e construtos de informação.

Professores: Lena Vania Ribeiro Pinheiro, Geraldo Prado, Maria Nélide González de Gomez, Vera Lucia Alves Breglia

Linha de Pesquisa 2

Representação, gestão e tecnologia da informação

Estudo das diferentes formas de mediação dos processos cognitivos, comunicacionais e sociais, considerando a informação como objeto de uma ação de

intervenção. Investigação dos fluxos, processamento e gestão da informação em contextos distintos. Estudos de necessidades e usos da informação em seus diferentes contextos. Ênfase na organização de domínios de conhecimento, na representação da informação e nas tecnologias de informação e comunicação.

Professores: Aldo de Albuquerque Barreto, Carlos Henrique Marcondes, Isa Maria Freire, Maria Luiza de Almeida Campos, Maria Odila K. Fonseca, Rosa Inês Novais Cordeiro, Rosali Fernandez de Souza, Sandra Lúcia Rebel Gomes

Linha de Pesquisa 3

Informação, conhecimento e sociedade

Configurações sócio-culturais, tecno-econômicas e político-institucionais da informação e do conhecimento, contemplando as especificidades da sociedade brasileira. Informação e conhecimento como expressões e construções sócio-culturais. Ciclos e fluxos informacionais no âmbito das organizações, comunidades e redes. Informação e conhecimento na produção material e imaterial, nos processos de transformação social e na tomada de decisão estratégica.

Professores: Gilda Olinto, José Maria Jardim, Lídia Silva de Freitas, Liz-Rejane Issberner, Nanci Nóbrega, Sarita Albagli

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - PPGCI-
UFRJ: IBICT

ESTRUTURA CURRICULAR
ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO, LINHAS DE PESQUISA

(2008)

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO

Informação e Mediações Sociais e Tecnológicas para o Conhecimento. As questões de interdisciplinaridade e evolução da sociedade de informação em seus aspectos sociais e desenvolvimentos tecnológicos. Estudo das ações de informação nas quais agentes individuais e coletivos realizam processos de geração, organização, preservação, disseminação, acesso e recuperação convencional e eletrônica e usos socialmente significativos da informação. Transformação em memória, conhecimento e meta-conhecimento, estratégias, decisão e ação, abrangendo a transferência da Informação.

LINHAS DE PESQUISA

Linha 1

Epistemologia e Interdisciplinaridade na Ciência da Informação

Estudos orientados à reconstrução crítica das estratégias e premissas epistemológicas constituídas no campo da Ciência da Informação e sua interdisciplinaridade, assim o desenvolvimento de conceitos, metodologias, modelos e teorias dos fenômenos, processos e construtos de informação na sua comunicação e construtos da memória.

Professores: Geraldo Prado, Gilda Maria Braga, Lena Vania Ribeiro Pinheiro, Maria Nélida González de Gómez, Pierre Ohayon.

Linha 2

Organização Estrutura e Fluxos da Informação

Sistemas de organização do conhecimento e representação da informação em diferentes contextos de estudo e aplicação. Estruturas e inscrições simbólicas de estoques de informação. Estratégias de distribuição e os fluxos da informação. Metodologias para estudos de necessidades e usos da informação. A interatividade, a interconectividade e os reposicionamentos de tempo e espaço no contexto das redes eletrônicas. Tendências contemporâneas da organização do conhecimento visando à recuperação da informação.

Professores: Aldo de Albuquerque Barreto, Geraldo Nunes, Isa Maria Freire, Maria Cecília de Magalhães Mollica, Michel Thiollent, Rosali Fernandez de Souza, Vitor Iorio.

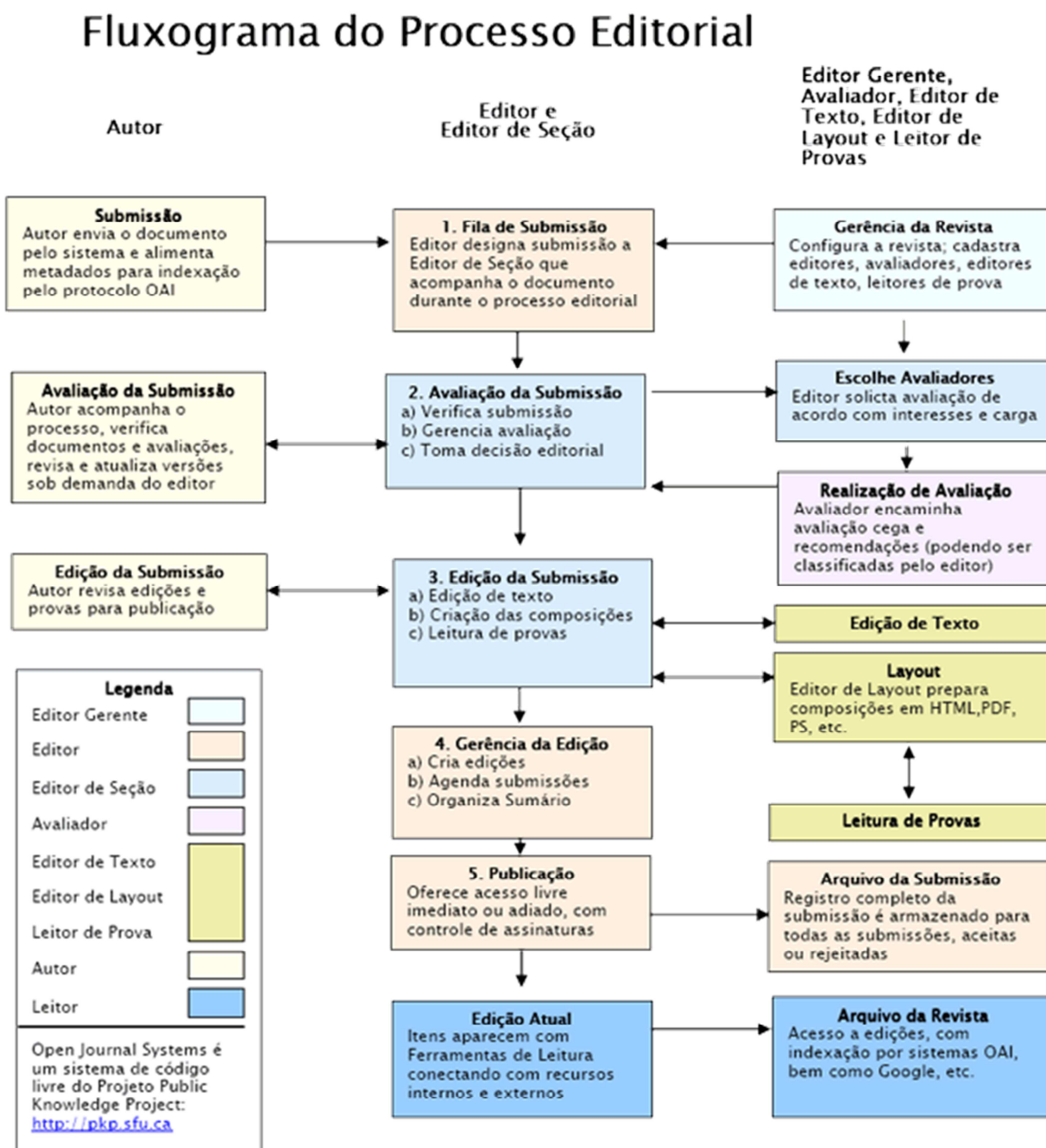
Linha 3

Informação, Sociedade e Gestão Estratégica

Configurações sociais, econômicas, culturais e tecnológicas da informação e do conhecimento. Usos e tecnologias da informação e do conhecimento na gestão estratégica, na dinâmica de inovação e de colaboração em organizações, comunidades e redes. Informação para avaliação e monitoramento. Informação e conhecimento nos processos de transformação social, na produção e apropriação material e imaterial, nas regulações e políticas públicas. Construção de competência em informação, cidadania e inclusão social Professores: Ana Maria Malin, Gilda Olinto, Giuseppe Cocco, Jacqueline Leta, Liz-Rejane Issberner, Marcos Cavalcanti, Regina Marteleto, Sarita Albagli.

ANEXO 5: FLUXOGRAMA DO PROCESSO EDITORIAL

Figura 7 Fluxograma do processo editorial



Fonte: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf>

ANEXO 6 - GRUPOS DE TRABALHO DA ANCIB

- **GT 1:** Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação (Constituição do campo científico e questões epistemológicas e históricas da Ciência da informação e seu objeto de estudo - a informação. Reflexões e discussões sobre a disciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, assim como a construção do conhecimento na área);
- **GT 2:** Organização e Representação do Conhecimento (Teorias, metodologias e práticas relacionadas à organização e preservação de documentos e da informação, enquanto conhecimento registrado e socializado, em ambiências informacionais tais como: arquivos, museus, bibliotecas e congêneres. Compreende, também, os estudos relacionados aos processos, produtos e instrumentos de representação do conhecimento (aqui incluindo o uso das tecnologias da informação) e as relações inter e transdisciplinares neles verificadas, além de aspectos relacionados às políticas de organização e preservação da memória institucional);
- **GT 3:** Mediação, Circulação e Apropriação da Informação (Estudo dos processos e das relações entre mediação, circulação e apropriação de informações, em diferentes contextos e tempos históricos, considerados em sua complexidade, dinamismo e abrangência, bem como relacionados à construção e ao avanço do campo científico da Ciência da Informação, compreendido em dimensões inter e transdisciplinares, envolvendo múltiplos saberes e temáticas, bem com contribuições teórico-metodológicas diversificadas em sua constituição);
- **GT 4:** Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações (Gestão da informação, de sistemas, de unidades, de serviços, de produtos e de recursos informacionais. Estudos de fluxos, processos e uso da informação na perspectiva da gestão. Metodologias de estudos de usuários. Monitoramento ambiental e inteligência competitiva no contexto da Ciência da Informação. Redes organizacionais: estudo, análise e avaliação para a gestão. Gestão do conhecimento e aprendizagem organizacional no contexto da Ciência da Informação. Tecnologias de Informação e comunicação aplicadas à gestão);
- **GT 5:** Política e Economia da Informação (Políticas de informação e suas expressões em diferentes campos. Sociedade da informação. Informação, Estado e governo. Propriedade intelectual. Acesso à informação. Economia

política da informação e da comunicação; produção colaborativa. Informação, conhecimento e inovação. Inclusão informacional e inclusão digital);

- **GT6:** Informação, Educação e Trabalho (Campo de trabalho informacional: atores, cenários, competências e habilidades requeridas. Organização, processos e relações de trabalho em unidades de informação. Sociedade do Conhecimento, tecnologia e trabalho. Saúde, mercado de trabalho e ética nas profissões da informação. Perfis de educação no campo informacional. Formação profissional: limites, campos disciplinares envolvidos, paradigmas educacionais predominantes e estudo comparado de modelos curriculares. O trabalho informacional como campo de pesquisas: abordagens e metodologias);
- **GT7:** Produção e Comunicação da Informação em CT&I (Medição, mapeamento, diagnóstico e avaliação da informação nos processos de produção, armazenamento, comunicação e uso, em ciência, tecnologia e inovação. Inclui análises e desenvolvimento de métodos e técnicas tais como Bibliometria, cientometria, informetria, webometria, análise de rede e outros, assim como indicadores em CT&I);
- **GT 8:** Informação e Tecnologia (Estudos e pesquisas teórico-práticos sobre e para o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação que envolvam os processos de geração, representação, armazenamento, recuperação, disseminação, uso, gestão, segurança e preservação da informação em ambientes digitais);
- **GT 9:** Museu, Patrimônio e Informação (Análise das relações entre o Museu (fenômeno cultural), o Patrimônio (valor simbólico) e a Informação (processo), sob múltiplas perspectivas teóricas e práticas de análise. Museu, patrimônio e informação: interações e representações. Patrimônio musealizado: aspectos informacionais e comunicacionais);
- **GT 10:** Informação e Memória (Estudos sobre a relação entre os campos de conhecimento da Ciência da Informação e da Memória Social. Pesquisas transdisciplinares que envolvem conceitos, teorias e práticas do binômio - informação e memória'. Memória coletiva, coleções e colecionismo, discurso e memória. Representações sociais e conhecimento. Articulação entre arte, cultura, tecnologia, informação e memória, através de seus referenciais, na contemporaneidade. Preservação e virtualização da memória social).

ANEXO 7: DOCUMENTO DE CRIAÇÃO DO IBICT¹⁴⁴

CRIAÇÃO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT

Pela Resolução Executiva do CNPq, nº 20/76 de 25.03.76, foi criado o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, nos termos que se seguem:

"Considerando a necessidade de fornecimento de Informações em Ciência e Tecnologia à comunidade para agilizar o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — (SNDCT);

Considerando que o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação — IBBD vinha até o momento cuidando do assunto pelos aspectos documentários e bibliográficos, e Considerando que o aspecto da Disseminação da Informação assume uma preponderância grande em função do estágio em que se encontra a tecnologia, o Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, resolve:

Criar o INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT como desenvolvimento natural do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação — IBBD.

Fica assim extinto o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação — IBBD, cujos direitos e obrigações passam para o INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT." (Ass. José Dion de Melo Teles, Presidente do CNPq).

Paralelamente, pela Designação do CNPq nº 20-100.000-01/76 de 25.03.76, o Presidente do CNPq designou o Sr. José Adolfo Vencovsky para a função de Diretor do novo Instituto.

¹⁴⁴ Comunicação publicada na Revista Ciência da Informação, volume 5, n. (1/2): p. 111-112, 1976.

Finalidades e competências O IBICT, unidade subordinada ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, criado como um desenvolvimento natural das atividades do IBBD, tem como objetivo básico preencher uma lacuna no Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT), no que tange ao fornecimento de informações em ciência e tecnologia à comunidade.

Assim, deverá estruturar-se num esquema amplo, promovendo convênios e acordos com entidades que utilizam informações em ciência e tecnologia (ICT), desenvolvendo uma verdadeira rede de informação e garantindo um efetivo processo de transferência de conhecimento, a nível nacional e internacional.

As condições para um rápido e eficiente intercâmbio de informações pressupõem uma ação coordenadora e normalizadora, a nível nacional, por parte do IBICT.

O IBICT tem como principais finalidades:

— Coordenar e supletivamente executar os trabalhos de informação em ciência e tecnologia (ICT), a fim de assegurar o aproveitamento integral e a transferência dos conhecimentos adquiridos no País e no estrangeiro, em âmbito nacional, e garantir a racional utilização dos recursos alocados para essas atividades;

— Criar condições favoráveis à evolução e ao desenvolvimento integrado dos serviços de documentação e informação nas entidades atuantes em ciência e tecnologia no País, objetivando um efetivo processo de transferência de conhecimento;

— Garantir que a documentação e a ICT geradas no País e no exterior, se tornem acessíveis a pesquisadores, tecnólogos, docentes e demais interessados;

— Desenvolver esforços cooperativos para a normalização dos processos documentários e a compatibilização do sistema nacional com outros similares;

— Assegurar o completo registro da produção bibliográfica nacional em ciência e tecnologia, objetivando sua integração nos diversos sistemas de informação existentes no exterior;

— Cooperar e participar de atividades similares de instituições estrangeiras e internacionais, governamentais e não governamentais, integrando o Brasil no plano de ação cooperativo para um eficiente sistema mundial de informação;

— Efetuar estudos e levantamentos a partir das atividades em ICT no País, que resultem em dados para formulação de indicadores em comunicação científica;

— Prestar outros serviços em ICT a toda a comunidade de usuários.

Áreas de atuação

As atividades de IBICT abrangerão as diversas áreas da ciência e tecnologia, com ênfase em campos prioritários definidos em função de programas governamentais, demandas regionais e identificação de áreas carentes.

Fontes de recursos Para o desenvolvimento de sua ação, o IBICT contará com recursos provenientes das seguintes fontes: - Recursos consignados no Orçamento do CNPq;

— Receitas provenientes das vendas de seus produtos e serviços;

— Receitas provenientes de fontes diversas, tais como convênios, contratos, protocolos e doações.

Produtos e serviços

O IBICT deverá vender, entre outros, os seguintes produtos e serviços:

Produtos: revista especializada em Ciência da Informação, vocabulários controlados (thesauri); bibliografias por áreas de especialização (Química, Física, Agricultura, etc.); bibliografias por tipos de documentos (teses, traduções, etc.); Catálogos Coletivos, Listas de periódicos brasileiros especializados em ciência e tecnologia, repertórios de centros de documentação/informação e de serviços, a partir de outros levantamentos: instituições de pesquisa, de pesquisadores, de pesquisas em processo, de centros de traduções, de conferências, congressos, etc.

Serviços: serviço de disseminação seletiva da informação (SDII; busca retrospectiva, localização de documentos, reprodução de documentos, fornecimento de traduções, serviços de alerta e outros levantamentos específicos.

